



Domínios de Linguagem

Linguagem Escrita e Linguagem Falada

Organização:

Prof. Dr. Guilherme Fromm

Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni

2º Semestre 2013

Volume 7, número 2

ISSN: 1980-5799

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Elmiro Santos Resende

Vice-Reitor

Prof. Eduardo Nunes Guimarães

Diretora da EDUFU

Profa. Joana Luiza Muylaert de Araújo

Diretora do Instituto de Letras e Linguística

Profa. Maria Inês Vasconcelos Felice

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - Campus Santa Mônica - CEP:
38.408-144 - Uberlândia - MG
Telefax: (34) 3239-4293
Email : vendas@edufu.ufu.br | www.edufu.ufu.br

Editoração: Prof. Dr. Guilherme Fromm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Domínios de Lingu@gem, v. 7, n. 2, 2013, Uberlândia, Universidade Federal
de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2007-

Semestral.

Modo de acesso:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>

Organizadores: Guilherme Fromm, Maria Aparecida Resende Ottoni.

Editoração: Guilherme Fromm.

ISSN: 1980-5799

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos.
I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística.
II. Fromm, Guilherme. III. Ottoni, Maria Aparecida Resende.

CDU: 801(05)

*Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer
responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista ou à Edufu.*

Domínios de Lingu@gem

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

Alessandra Montera Rotta (UFU)

Ariel Novodvorski (UFU)

Eliana Dias (UFU)

Maria Clara Carelli Magalhães Barata (UFU)

Marileide Dias Esqueda (UFU)

Comissão Científica

Adriana Cristina Cristianini (UFU), Aldo Luiz Bizzocchi (FMU), Alice Cunha de Freitas (UFU), Ataliba T. de Castilho (USP/UNICAMP), Carla Nunes Vieira Tavares (UFU), Cecília Magalhães Mollica (UFRJ), Cintia Vianna (UFU), Cirineu Cecote Stein (UFPB), Claudia Maria Xatara (UNESP), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Clecio dos Santos Bunzen (UNIFESP), Cristiane Brito (UFU), Dánie Marcelo Jesus (UFMT), Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz (UFAL), Deise Prina Dutra (UFMG), Dilma Maria de Mello (UFU), Dilys Karen Rees (UFG), Elisa Battisti (UFRGS), Eduardo Batista da Silva (UEG), Elisete Carvalho Mesquita (UFU), Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), Evelyne Jeanne Dogliani (UFMG), Fabiana Vanessa Gonzalis (UFU), Francis Henrik Aubert (USP), Gabriel Antunes Araujo (USP), Gabriel de Avila Othero (UFRGS), Hardarik Bluehdorn (Institut für Deutsche Sprache Mannheim – Alemanha), Heliana Mello (UFMG), Heloisa Mara Mendes (UFU), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), João Bôscio Cabral dos Santos (UFU), Jose Luiz Fiorin (USP), José Ribamar Lopes Batista Júnior (CAF/UFPI), José Sueli de Magalhães (UFU), Karylleila Santos Andrade (UFT), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Liliane Santos (Université Charles-de-Gaulle - Lille 3 - França), Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP), Marcelo Módolo (USP), Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN), Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU), Maria Cecília de Lima (UFU), Maria Célia Lima-Hernandes (USP), Maria de Fátima Fonseca Guilherme (UFU), Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva (UEPA), Maria João Marçalo, (Universidade de Évora - Portugal), Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Suzana Moreira do Carmo (UFU), Maurício Viana Araújo (UFU), Michael J. Ferreira (Georgetown University – EUA), Miguél Eugenio Almeida (UEMS), Montserrat Souto (Universidade Santiago de Compostela – Espanha), Nilza Barrozo Dias (UFF), Patricia de Jesus Carvalhinhos (USP), Paulo Osório (Universidade da Beira Interior – Portugal), Paulo Rogério Stella (UFAL), Pedro Malard Monteiro (UFU), Pedro Perini-Santos (PUC-Minas), Raquel Meister Ko. Freitag (UFS), Rejane Bueno (Universitat Pompeu Fabra - Espanha), Roberta Rego Rodrigues (CLC/UFPEL), Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP/S.J. Rio Preto), Silvana Maria de Jesus, (UFU), Stéfano Paschoal (UFU), Stella Esther Ortweiler Tagnin (USP), Tommaso Raso (UFMG), Ubirajara Inácio Araújo (UFPR), Valeska Virgínia Soares Souza (UFU), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG), Vitalina Maria Frosi (UCS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc*:

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves – UFRJ

Erica de Araujo Brandão Couto - UFMG

Fernanda Aquino Sylvestre – UFU

João Antônio Moraes – UFRJ

Letícia Jovelina Storto – UENP

Nathália Luiz Freitas – UFOP

Patrícia da Silva Valério – UPF

Plinio Almeida Barbosa – UNICAMP

Rebeca Andrade Alcântara – UFB

Rogério V. Ferreira – UFMS

Maria Filomena Sandalo – UNICAMP

Sandra Ramos Oliveira – UNIMONTES

Walleska Bernardino Silva – UFU/ESEBA

Zulma Maria Moriondo Kulikowski – USP

Domínios de Lingu@gem

Sumário

Expediente.....	2
Apresentação.....	6
Artigos	12
Fala e escrita: meio, canal, consequências pragmáticas e linguísticas – Tommaso Raso (UFMG).....	12
Ritmo da escrita e ritmo da fala: congruências e não congruências – Plínio Almeida Barbosa (UNICAMP).....	47
As construções existenciais com <i>ter</i> e <i>haver</i> : o que tem na fala e o que há na escrita - Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória (UFRJ).....	71
O turno conversacional em interações de sujeitos afásicos – Caio Mira (Centro Universitário Padre Anchieta).....	90
Metodologia empírica para o estudo de ilocuções do português brasileiro – Bruno Rocha.....	109
Informação, memória enformada pela escrita: um diálogo da história com a linguística sociocognitiva - Marcos Gonzalez (Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro)	149
O diálogo do <i>bullying</i> escolar na interface semântico-pragmática - Gislane Machado Jerônimo (PUC/RS), Cláudia Strey (PUC/RS).....	165
Paráfrases em conversações digitais: marcas da oralidade em interações mediadas por computador - Letícia Jovelina Storto (UEL), Paulo de Tarso Galembeck (UEL).....	187
As formas <i>cê(s)</i> e <i>você(s)</i> na fala espontânea do PB: uma análise baseada em <i>corpora</i> - Lúcia de Almeida Ferrari (UFMG).....	200
A linguagem falada e a linguagem escrita na afasia do sujeito RG - Iva Ribeiro Cota (UESB), Nirvana Ferraz Santos Sampaio (UESB)	238
Estratégias sintáticas no português falado: construções adverbiais na conversação - Ana Lima (UFPE).....	257
O caráter multifuncional dos marcadores conversacionais de opinião “Eu acho que” e “I think” na fala dos presidentes Lula e Obama - Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS), Letícia Jovelina Storto (UEL), Paulo de Tarso Galembeck (UEL).....	289
A eliminação no discurso parlamentar: uma estratégia de retextualização - Maria Rodrigues de Oliveira (PUC/SP).....	313
Análise da estruturação de diálogos e monólogos na fala informal: quantificando as diferenças - Maryualê Malvessi Mittmann	338
Consciência fonológica em crianças com desvio fonológico - Letícia Pacheco Ribas <i>et alii</i> (UFCSPA).....	373
Entrevista	383
Entrevista de Emanuela Cresti e Massimo Moneglia - Tommaso Raso (UFMG), Maryualê M. Mittmann	383

Apresentação

Esta décima quarta edição da revista Domínios de Lingu@gem contempla o tema “Linguagem escrita e linguagem falada”. Este número temático foi concebido tendo em vista os seguintes objetivos: a) explorar uma análise inovadora das características que tornam diferentes a modalidade natural da linguagem (a oralidade) e a mais antiga modalidade tecnológica da linguagem (a escrita); b) explorar as metodologias mais apropriadas para a análise da modalidade oral tradicionalmente analisada, transferindo-a (através das transcrições) para a modalidade escrita, o que, fatalmente, faz com que se percam as principais especificidades que organizam a estrutura da fala (em primeiro lugar a prosódia); c) apresentar pesquisas específicas que colocam comparativamente as duas modalidades ou que focalizam um problema específico de uma delas; d) explorar as consequências pragmáticas e linguísticas de outras modalidades tecnológicas (como telefone, cinema, televisão, chat, e-mail, skype, blog etc.) que não podem simplesmente e genericamente ser consideradas "uma mistura de fala e escrita", mas devem ser analisadas juxta propria principia, ou seja, identificando-se, através da observação empírica, as categorias apropriadas para analisá-las.

Tendo em vista esse tema, a revista oferece ao leitor, nesta edição, além de rico material escrito, a possibilidade de ter acesso ao som advindo de gravações que compõem dados de fala analisados nos artigos que a integram.

Este volume 7, número 2, é composto de 14 (quatorze) artigos e uma entrevista, os quais são oriundos de diferentes instituições brasileiras, o que evidencia a visibilidade da Revista Domínios de Lingu@gem.

No primeiro artigo, “Fala e escrita: meio, canal, consequências pragmáticas e linguísticas”, Tommaso Raso centra-se na comparação entre as modalidades escrita e falada da linguagem, procurando mostrar o quanto é profunda a diferença entre a fala e a escrita e como, devido à tradição e a carências metodológicas, a razão primordial dessa diferença é geralmente ocultada nos estudos linguísticos. Raso apresenta vários exemplos de contexto natural extraídos de *corpora*, a partir dos quais pontua algumas questões relacionadas ao estatuto da fala e da escrita, o que enriquece muito o texto. O autor defende que é necessária uma nova abordagem no campo da linguística, que contemple uma metodologia e categorias de análise adequadas à compreensão de como a fala

espontânea se estrutura. Defende, ainda, que não se deve analisar uma modalidade adotando-se categorias de outras modalidades. Para ele, cada modalidade deve ser analisada por si mesma, extraindo-se categorias dessa análise. Nesse sentido, Raso oferece propostas para uma abordagem empiricamente embasada para o estudo da fala.

Em “Ritmo da escrita e ritmo da fala: congruências e não congruências”, segundo artigo, Plínio Almeida Barbosa explora uma proposta para os ritmos da fala e da escrita apresentada por Pierre Sauvanet para caracterizar a experiência rítmica a partir de três balizas: periodicidade, estruturação e movimento. O autor procura identificar essas balizas a partir de exemplos considerados simples por ele e que demonstram a relevância de se conjugar os mecanismos de produção e de percepção da escrita e da fala para a compreensão do fenômeno rítmico. Barbosa conclui que as congruências entre os dois ritmos se concentram na equivalência de operação das três balizas enquanto a não congruência se limita à escolha da unidade mínima para a baliza da periodicidade, para além das diferenças de meio de manifestação da fala e da escrita.

No terceiro texto, intitulado “As construções existenciais com ter e haver: o que tem na fala e o que há na escrita”, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória faz uma análise comparativa das realizações dos verbos ter e haver em construções existenciais em dados de fala culta e na escrita acadêmica. A pesquisadora destaca que um dos efeitos colaterais das mudanças pelas quais o português brasileiro tem passado concernentes à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo é a utilização, em contextos existenciais, do verbo ter possessivo. Isso tem acarretado uma preferência pelo verbo ter e não por haver e existir, o que tende a favorecer o uso de construções existenciais com ter pessoal, na fala e na escrita.

Caio Mira, em “O turno conversacional em interações de sujeitos afásicos”, analisa um fragmento de um episódio conversacional de grupo de sujeitos afásicos e não afásicos, gravado em meio audiovisual e coletado durante encontros do Centro de Convivência de Afásicos, a fim de investigar alguns aspectos interativos e cognitivos dos fenômenos conversacionais envolvidos nas práticas dos sujeitos afásicos. As análises demonstram que o tipo e o nível de comprometimento linguístico acarretado pela afasia não impede que os sujeitos afásicos reconheçam e manipulem os turnos, participando da conversação.

O quinto artigo, de Bruno Rocha, “Metodologia empírica para o estudo de ilocuções do português brasileiro”, objetiva apresentar uma nova metodologia, de caráter empírico, ainda em desenvolvimento, para o estudo de ilocuções extraídas de *corpora* de fala espontânea. O autor apresenta as descrições prosódicas iniciais das ilocuções de Advertência, Oferta, Instrução e Ordem, faz uma caracterização pragmático-cognitiva da ilocução de Advertência e mostra que a ilocução e a atitude se realizam pela prosódia, de maneiras diferentes. Após exposição detalhada da metodologia proposta e dos resultados do estudo, Rocha salienta que ainda é necessário trabalhar melhor alguns aspectos da metodologia; em particular, a descrição de cada classe ilocucionária, a caracterização dos parâmetros pragmático-cognitivos e a descrição prosódica das atitudes.

“Informação, memória enformada pela escrita: um diálogo da história com a linguística sociocognitiva”, de autoria de Marcos Gonzalez, é o título do sexto artigo deste número temático. Gonzales intenta “estabelecer, a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Sociocognitiva, as estruturas da nova mentalidade instada pela economia noética de ‘objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala’, tais como informação” (p. 150). O autor focaliza a concepção de que a produção da escrita é uma enformação das informações, o que significa colocar na fôrma a informação. Segundo ele, “as palavras escritas precisam ser enformadas para serem transmissíveis.” (p. 161)

No texto seguinte, “O diálogo do *bullying* escolar na interface semântico-pragmática”, Gislaíne Machado Jerônimo e Cláudia Strey analisam diálogos sobre *bullying* no ambiente escolar, com o intuito de investigar os processos inferenciais dialógicos semânticos e pragmáticos neles presentes, com base na Teoria das Implicaturas de Grice (1975) e no Modelo de Comunicação Ostensivo-Inferencial de Sperber & Wilson (1995/2012). Elas concluem que vários processos podem ocorrer ao mesmo tempo e argumentam que as duas teorias nas quais se basearam podem apresentar possíveis aplicações à descrição e análise dos mecanismos inferenciais presentes na linguagem natural.

Letícia Jovelina Storto e Paulo de Tarso Galembeck, em “Paráfrases em conversações digitais: marcas da oralidade em interações mediadas por computador”, oitavo artigo, perscrutam a ocorrência de paráfrase em conversações digitais diádicas entre amigos, as quais foram realizadas por meio do Windows Live Messenger (Messenger ou MSN). Os autores identificaram que a paráfrase é recorrente em conversas

digitais, nas quais desempenham diferentes funções, e que a autoparáfrase adjacente, autoiniciada, expansiva, com função concretizadora é predominante.

“As formas *cê(s)* e *você(s)* na fala espontânea do PB: uma análise baseada em corpora”, de Lúcia de Almeida Ferrari, é um texto centrado na exposição de uma proposta metodológica, considerada inovadora pela autora, para a análise do processo de cliticização do pronome reduzido *cê(s)* em relação às formas dissilábicas *ocê(s)* e *você(s)*. Os dados são retirados de um *corpus* de fala espontânea, C-ORAL-BRASIL, gravado em contexto natural. O estudo evidencia, por exemplo: a preferência por parte dos informantes pelo uso da forma *cê(s)* em posição pré-verbal e função de sujeito em relação às formas dissilábicas; a existência de casos da forma *cê(s)* em posição pós-verbal e com função de objeto preposicionado; e a forte probabilidade de que haja uma correlação entre duração e tonicidade/atonicidade e, por consequência, entre a duração e a posição/função, não necessariamente entre essas últimas e a forma segmental.

No décimo artigo, que tem como título “A linguagem falada e a linguagem escrita na afasia do sujeito RG”, Iva Ribeiro Cota e Nirvana Ferraz Santos Sampaio baseiam-se em dados de dezesseis meses de acompanhamento longitudinal de um sujeito que apresenta afasia como seqüela de um acidente vascular cerebral isquêmico, segundo diagnóstico médico. Elas pretendem avaliar a linguagem em funcionamento, atentando para as dificuldades do ponto de vista da neurolinguística discursiva. Nesse sentido, discutem os desafios e as possibilidades da linguagem falada e escrita na afasia. O estudo reafirma que a intervenção linguística eficaz colabora muito para a avaliação da linguagem dos sujeitos afásicos e que a fala e a escrita do sujeito afásico participante da pesquisa “sublinham enigmas que evidenciam um caminho aos acertos” (p. 254).

O texto “Estratégias sintáticas no português falado: construções adverbiais na conversação”, de Ana Lima, corresponde a uma síntese dos resultados de pesquisa sobre o funcionamento textual e discursivo das construções adverbiais no português brasileiro falado, mais especificamente na conversação face a face. Na pesquisa foram analisados inquéritos do arquivo sonoro do Projeto da Norma Linguística Urbana Culta – NURC. Considerando que é na interação que as motivações para o emprego das relações adverbiais surgem, a autora analisou essas motivações a partir de três perspectivas: a do falante; a do ouvinte; e a da interação mesma. Sob cada perspectiva, Lima identificou

propósitos diferentes para o uso das relações adverbiais, os quais não preexistem à interação, mas emergem do dinamismo da conversação e motivam certas construções.

“O caráter multifuncional dos marcadores conversacionais de opinião ‘Eu acho que’ e ‘I think’ na fala dos presidentes Lula e Obama” é o décimo segundo artigo desta edição. Nele, Vanessa Hagemeyer Burgo, Leticia Jovelina Storto e Paulo de Tarso Galembeck analisam o emprego multifuncional dos marcadores conversacionais “eu acho que”, em entrevistas concedidas pelo ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, e “I think”, em pronunciamentos do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. As análises demonstraram o uso recorrente desses marcadores de opinião, os quais desempenham, nos textos analisados, funções que se sobrepõem, a saber: prefaciadores de opinião e indicadores do grau de subjetividade discursiva.

O penúltimo texto deste número temático é de autoria de Maria Rodrigues de Oliveira. Em “A eliminação no discurso parlamentar: uma estratégia de retextualização”, Oliveira objetiva discutir eliminações utilizadas por retextualizadores na passagem de discursos parlamentares orais para a modalidade escrita, tendo em vista as implicações dessa prática para os sentidos do texto. Para isso, analisa um trecho de um discurso proferido na Câmara Municipal de Guarulhos, em 2005. A análise revelou a eliminação de vários elementos presentes no texto oral, tais como os pronomes egóticos, as hesitações, as repetições, os artigos e preposições. Revelou, ainda, que as eliminações influenciam nos sentidos do texto e comprometem o estilo do orador e, sendo assim, a autora argumenta em favor de se repensar o modo como os discursos parlamentares têm sido retextualizados.

Maryualê Malvessi Mittmann é autora do penúltimo artigo, cujo título é “Análise da estruturação de diálogos e monólogos na fala informal: quantificando as diferenças”. Nele, a autora investiga diferenças na estruturação de eventos comunicativos de tipo dialógico e monológico. Mittmann utiliza dados oriundos do *corpus* de referência para o português brasileiro falado informal: o C-ORAL-BRASIL. Ela analisa dois textos a partir do levantamento das frequências das unidades de referência próprias da modalidade falada. Os resultados mostram a presença de maior complexidade na estrutura das unidades de referências nos monólogos e menor complexidade nos diálogos como traço geral distintivo entre as tipologias. Também demonstram que as medidas de frequências das unidades de referência refletem as diferenças qualitativas entre monólogos e diálogos.

Letícia Pacheco Ribas, Diana Weber Bartz, Gabriela Rodrigues da Silva, Cecília Vieira Peruch, Kariny Zencke da Silva, Carolina Nunes Laux e Rafaela Soares Rech são autoras do último artigo. Elas tratam da consciência fonológica em um estudo com 24 crianças com desvios fonológicos e suas relações com o processamento da leitura e da escrita.

Nas últimas páginas deste número temático da revista Domínios de Lingu@gem, Tommaso Raso e Maryualê M. Mittmann apresentam a entrevista que fizeram com Emanuela Cresti e Massimo Moneglia – dois nomes importantes no campo dos estudos sobre a fala espontânea. Na entrevista, os pesquisadores abordam questões relevantes relacionadas à relação linguagem falada e à linguagem escrita. Assim sendo, a inclusão dessa entrevista no final deste número agrega-lhe valor inestimável e contribui sobremaneira para ampliar a discussão sobre o tema.

Encerro aqui a apresentação dos artigos, destacando que a reunião desses trabalhos cooperou para a produção de mais uma valiosa edição da revista. Eles ilustram diferentes possibilidades de investigação sobre a linguagem falada e a linguagem escrita assim como colocam em foco muitas lacunas a serem ainda preenchidas. Há, sem dúvida, muito a ser discutido e pesquisado e espero que os textos reunidos aqui motivem a produção de novos estudos sobre a temática em questão.

Para finalizar, agradeço o convite que me foi feito pelo diretor da revista, Prof. Dr. Guilherme Fromm, para editar, com ele, este número temático. Agradeço, ainda, a contribuição de todos os autores, do corpo editorial e dos pareceristas *ad hoc*, sem a qual esta décima quarta edição não teria sido produzida.

Profª. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni

Editora

Fala e escrita: meio, canal, consequências pragmáticas e linguísticas Speech and writing: medium, channel, and pragmatic and linguistic consequences

Tommaso Raso *

RESUMO: Este artigo debruça-se sobre a comparação entre as modalidades escrita e falada da linguagem com o objetivo de mostrar a necessidade de a linguística adotar uma abordagem nova, tanto na metodologia quanto nas categorias de análise, para compreender como a fala espontânea se estrutura. Através de exemplos de contexto natural extraídos de *corpora*, se colocam algumas questões relativas ao estatuto da fala e da escrita, antes de se examinar as principais diferenças pragmáticas nas duas modalidades, claras consequências das diferenças de meio e canal; uma seção dedicada à função da prosódia introduz uma discussão sobre as unidades de referência da fala e da escrita e seus diferentes valores comunicativos. Por fim, se avançam propostas para uma abordagem empiricamente embasada para o estudo da fala, com algumas observações sobre as características das novas modalidades tecnológicas aplicadas ao uso da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: fala e escrita; pragmática; ilocução.

ABSTRACT: This article relies on the comparison between speech and writing, aiming to show the necessity of a new approach in methodology and in analytical categories in order for spontaneous speech structure to be understood. Through examples from *corpora* of natural context texts, some aspects related to the status of speech and writing are discussed; afterwards the main pragmatic differences between the two modalities of language are examined, and are attributed to clear consequences of differences in medium and channel. A section dedicated to the function of prosody introduces a discussion of the different reference units in speech and writing and their different communicative status. Finally, we propose an innovative approach in order to study speech under an empirical perspective, with some observations on the characteristics of new technologies applied to language use.

KEYWORDS: speech and writing; pragmatics; illocution.

1. Fala e escrita: uma distinção óbvia?

Se eu pudesse perguntar ao leitor desse artigo se o exemplo 1 constitui um texto escrito ou um texto falado, quase certamente a resposta da maioria seria que se trata de um texto falado.

Exemplo 1

mas os filho também nũ são fácil também juntou os filho todo foram lá e trouxeram o corpo na força

* Professor Titular em Linguística na UFMG e bolsista do CNPq.

A resposta provavelmente seria argumentada assim: a falta de concordância entre *os, filho* e *fácil*, e em *os filho todo* é própria da fala, mas não da escrita; a forma *nũ* não é uma forma ortográfica apropriada; o uso de *também* repetido é típico da fala; a forma *juntou os filho todo*, ao invés de *se juntaram*, também é um sinal de que o texto é falado.

E se eu pudesse perguntar como segmentar a sequência, a resposta mais provável seria a seguinte:

Exemplo 1a

mas os filho também nũ são fácil também. Juntou os filho todo, foram lá e trouxeram o corpo na força.

Agora, se o que foi dito acima corresponder realmente ao que a maioria dos leitores do artigo consideraria, algumas observações interessantes podem ser feitas.

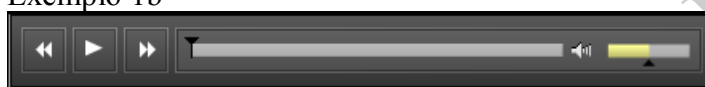
A primeira é relativa ao quê nos guia na decisão sobre se um texto é falado ou escrito. Nesse caso, a decisão seria guiada por fatores de ordem diafásica e diastrática. De fato, a falta de concordância, assim como a forma recíproca sem o pronome, são frequentes nos textos escritos de autores com controle limitado do registro (ainda que não seja raro entre alunos universitários) ou em textos escritos em situações comunicativas informais. Ou seja, não se trata de traços próprios da diamesia¹ falada, mas de traços amplamente observáveis tanto em textos falados quanto em textos escritos, como uma pesquisa em *corpora* poderia facilmente mostrar. Ainda poder-se-ia afirmar que a forma não ortográfica *nũ* deixaria claro que estamos observando um texto falado. Mas, mesmo nesse caso, poderíamos rebater que as paródias gráficas são muito frequentes em uma ampla variedade de textos escritos, como os textos de *chat* ou de *SMS*, ou textos de caráter privado, e até textos literários, como por exemplos a produção futurista do começo do século XX ou outras vanguardas ao longo do último século.

A segunda observação é ainda mais interessante. Se a resposta à pergunta for que se trata de um texto falado, essa conclusão se baseou na leitura. Isso significa que quem respondeu assim, o fez, mesmo que inconscientemente, achando que a atribuição de uma sequência linguística à diamesia falada possa ser feita através do canal visual. Poder-se-ia objetar que quem respondeu assim obviamente subentendia que o exemplo 1 é a *transcrição* de um texto falado. Apesar de termos mostrado que os traços que guiam a decisão são perfeitamente

¹ Berruto adota esse termo (em analogia com os mais conhecidos *diacronia*, *diatopia*, *diastratia*, *diafasia*) para designar a variável de meio e canal como fator que marca a variação sociolinguística. Veja-se Berruto (1987), (1993a), (1993b); Rossi (2001).

compatíveis com textos escritos, nesse caso se trata realmente da transcrição feita a partir de um texto falado. O texto falado pode ser escutado no áudio [bfammn03-20]. Contudo, uma transcrição, por mais que possa ser útil para fixar e assim estudar alguns aspectos do texto produzido através da fala, constitui sem sombra de dúvida um texto escrito. O texto escrito pode ter como fonte um texto falado, mas se for percebido através do canal visual não deixa de ser um texto escrito, com todas as propriedades do meio e do canal da escrita. Uma primeira demonstração disso é confrontar a segmentação feita no exemplo 1a com a percepção do texto através da escuta do original falado. De fato, os segmentadores do *corpus* do qual esse exemplo foi extraído segmentaram o texto da maneira seguinte:

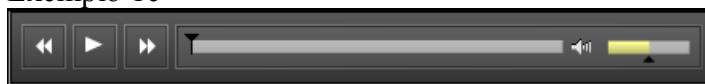
Exemplo 1b²



mas os filho também / nũ são fácil também / juntou os filho todo / foram lá e trouxeram o corpo na força //

Voltaremos a explicar e discutir melhor a segmentação da fala mais à frente. No momento observamos somente que a sequência que visualmente parecia facilmente segmentável em dois períodos, sendo o primeiro simples e o segundo composto de três coordenadas, à escuta foi segmentada em um único enunciado constituído por quatro unidades tonais (KARCEVSKY, 1931; CRYSTAL, 1975). A barra dupla indica a fronteira de enunciado, dada por uma quebra prosódica com valor conclusivo de enunciado, enquanto a barra simples indica a fronteira de unidade tonal interna ao enunciado. De fato, a escuta das partes da sequência não permite perceber como uma unidade completa nada antes do ponto em que foi colocada a quebra terminal. Isso pode ser verificado escutando-se o áudio dos exemplos seguintes:

Exemplo 1c



mas os filho também / nũ são fácil também /

² Todos os exemplos são extraídos do *corpus* C-ORAL-BRASIL (RASO & MELLO, 2012), com a exceção do último que é extraído do *corpus* C-ORAL-ROM (CRESTI & MONEGLIA, 2005) no seu sub-*corpus* português.

Exemplo 1d



mas os filho também / nũ são fácil também / juntou os filho todo /

Os exemplos 2-4 mostram outros casos em que a segmentação que parece natural na escrita não necessariamente é aquela que corresponde à realização da fala.

Exemplo 2



*BAL: *tá saindo de uma garrafinha que tem um bico muito pequeno //*

Exemplo 3



*BAL: *cê tá com um jarro d'água // que tem uma espessura assim //*

Os exemplos 2 e 3 parecem ter a mesma estrutura sintática: uma sentença com um verbo principal, um objeto indireto e, dependente dele, uma relativa. Mas se ouvimos a sequência não podemos negar que a análise sintática não captura a evidente diferença estrutural entre os dois exemplos. Enquanto a análise permanece válida em 2, em 3 mostra duas unidades distintas, ambas interpretáveis autonomamente. Certamente não podemos dizer isso em 2, como mostram os exemplos seguintes:

Exemplo 2a



tá saindo de uma garrafinha

Exemplo 2b



que tem um bico muito pequeno

Exemplo 3a



cê tá com um jarro d'água

Exemplo 3b



que tem uma espessura assim

Ouvindo 2, temos que concluir que a parte que se sustenta sozinha é a segunda, ou seja, a parte que sintaticamente é analisada como dependente. A primeira parte, que é preenchida por uma estrutura sintática autônoma, certamente não resulta interpretável à escuta. Veremos como explicar isso mais à frente.

O exemplo 4 poderia ser analisado sintaticamente como um verbo seguido por um SP argumental e por seu adjunto, também um SP. Mas escutando-o, observamos que essa estrutura pode ser dividida em duas unidades autônomas, a primeira sendo representada pelo verbo com seu argumento, e a segunda pelo simples adjunto:

Exemplo 4



*SIL: *tava no jornal // de ontem //*

Exemplo 4a



tava no jornal

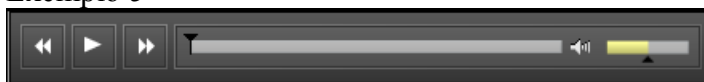
Exemplo 4b



de ontem

Antes de terminar a seção apresentamos ainda o exemplo 5

Exemplo 5



*PAU: *Não tá dando a altura daquele que a Isa marcou lá né*

Nesse caso, a leitura da transcrição nos permite interpretar o exemplo como um enunciado negativo. Podemos também imaginar que haja uma outra possibilidade, ou seja, que o *não* deva

ser considerado à parte e não um elemento composicional com o verbo. Mas somente através da escuta saberemos que a hipótese certa é

*PAU: Não // tá dando a altura daquele que a Isa marcou lá / né //

2. Meio e canal

Todos os exemplos da seção 1, que poderiam facilmente ser multiplicados, mostram que a fala é interpretável corretamente somente através de algo que é veiculado pelo som. Ao contrário, a tentativa de analisar o texto falado com base na transcrição, ou seja, em uma forma de transposição para a escrita, gera enganos, o que é pior do que a falta de interpretabilidade.

Nessa seção começaremos a explicar o porquê disso, analisando as diferenças de meio e canal entre as duas modalidades: a fala e a escrita.

As principais diferenças de meio já apareceram claramente: o meio da fala são as ondas sonoras que são realizadas através do aparelho fonador e decodificadas através do aparelho auditivo humano. O meio da escrita é constituído por símbolos gráficos decodificados através dos olhos. A não ser em um uso metafórico da expressão, nós não podemos “ver” a fala.

O canal da fala é o ar, pelo qual se propagam as ondas sonoras. As partículas de ar são empurradas, com maior ou menor energia, para longe da fonte, ou seja, para longe do falante. O canal da escrita pode ser constituído por diferentes suportes mais ou menos estáveis: pedra, madeira, papel e outros.

Uma primeira diferença entre as duas modalidades é entre o caráter natural da fala e o caráter tecnológico da escrita. A fala é uma capacidade da nossa espécie, e talvez todas as línguas do mundo tenham a mesma origem (RUHLEN, 1994). Dependendo do que se entende exatamente por fala, a sua origem pode ser antecipada ou retardada, mas colocar a origem da fala, assim como a conhecemos, por volta de 100.000 anos atrás não constitui certamente uma datação exageradamente antiga (MACMAHON & MACMAHON, 2013). Como ela surgiu é amplamente debatido, mas as descobertas das neurociências, da paleontologia, da genética e de outras disciplinas, além da linguística, podem nos ajudar a formular e testar hipóteses (MACMAHON & MACMAHON, 2013; McNEILL, 2012; ARBIB, 2012). Contudo, este não é o objetivo desse trabalho. De fato, a capacidade da fala é uma dotação com a qual nascemos (juntamente com várias outras capacidades motoras e cognitivas) e que começa a se realizar muito cedo, desde que sejamos inseridos no meio social. O processo de aquisição completa da fala dura alguns anos, mas com poucos anos de vida a criança domina essa modalidade, sem

que isso impeça que ela seja enriquecida durante toda a vida. Trata-se enfim de uma característica da espécie, que só não se realiza plenamente em indivíduos com alguma patologia específica ou que, em casos muito excepcionais, são tirados muito cedo da convivência com outros seres humanos.

Ao contrário, a escrita surge apenas cerca de 5.500 anos atrás, em um contexto histórico completamente novo, em que as exigências próprias de um organismo social com características novas motiva a invenção de uma tecnologia que ajude a gerenciar uma complexidade social não experimentada antes (POWELL, 2009; FISHER, 2005; GOODY, 1986). O mesmo pode-se dizer da origem de qualquer outra tecnologia, seja ela um meio de comunicação ou não. De fato, a escrita pressupõe a existência da fala, assim como o desenvolvimento de tecnologias da comunicação mais complexas (imprensa e internet, por exemplo) pressupõem a existência da escrita.

Também não é objetivo desse trabalho aprofundar as razões sócio-históricas que originaram a escrita. Mas duas considerações devem ficar claras: a escrita não é diretamente um produto da *evolução*, como a fala, se tomamos o significado próprio dessa expressão, assim como é usado na biologia, e não em um sentido metafórico, como quando adaptamos o termo *evolução* a percursos de natureza histórico-cultural. A escrita de fato surge em uma época muito recente, inicialmente em pouquíssimos indivíduos (não em uma espécie) e ainda hoje nem todas as comunidades conhecem essa tecnologia, assim como muitos indivíduos em todas as comunidades, sem por isso serem indivíduos portadores de alguma patologia. Vale a pena resumir alguns passos que levaram à invenção da escrita para contextualizá-la como tecnologia; a invenção da escrita se explica com base em necessidades sociais, assim como outras tecnologias, seja a roda, o motor, o computador, as armas de fogo ou a bomba atômica. Todas têm em comum o fato de serem produtos da evolução cultural e de terem sido motivadas pelas exigências sociais da humanidade frente a problemas novos. Todas têm em comum o fato de não serem prerrogativa de todos os indivíduos não patológicos. A diferença está apenas no fato de a escrita ou a roda serem mais antigas e mais difundidas do que, progressivamente, o motor, a bomba atômica e o computador.

A escrita surgiu na Mesopotâmia, provavelmente com os Sumérios, onde se criou a primeira organização social tão complexa que mereceu o nome de estado. Os problemas da gestão de um estado gerou a necessidade, nunca sentida antes, de possuir uma tecnologia que permitisse à linguagem sobreviver ao tempo e ao espaço. Os estados, por sua vez, puderam

surgir graças a tecnologias anteriores, que permitiram que grandes quantidades de pessoas vivessem juntas em um mesmo lugar. O grande salto que permitiu isso foi a descoberta e a complexificação da agricultura, que se deram a partir de cerca de 13.000 anos atrás, sempre na Mesopotâmia e pouco depois na China, por razões ambientais casuais (DIAMOND, 1997). A agricultura, que surgiu autonomamente em vários lugares, foi progressivamente se estendendo, mas ainda hoje há comunidades pré-agrícolas em lugares isolados, e naturalmente sem escrita. A complexificação social trazida por agriculturas fortes gerou sociedades mais numerosas e complexas, que, por sua vez, sentiram a necessidade de desenvolver tecnologias para gerenciá-las, entre as quais a escrita. Várias formas de escrita surgiram autonomamente em lugares diferentes.

Uma outra importante característica da diferença entre uma dotação natural como a fala e uma tecnologia adquirida historicamente como a escrita (e tantas outras) é que nós não precisamos de treinamento específico para aprender a falar, mas precisamos de um forte treinamento para aprender a escrever. A fala, portanto, precede a escrita não somente do ponto de vista filogenético, mas também daquele ontogenético.

3. As conseqüências pragmáticas

As diferenças de meio e de canal, que, como vimos, são radicais, produzem conseqüências pragmáticas muito diferentes. As principais são sem dúvida as diferenças relativas às categorias de tempo e espaço.

3.1. Na fala

Já que o meio da fala são as ondas sonoras e o canal é o ar, e já que as ondas sonoras possuem uma duração muito curta, a fala deve ser percebida pelo interlocutor ao mesmo tempo em que ela é realizada pelo falante. Aqui nos preocupamos com a descrição da modalidade primária da fala, ou seja, a fala espontânea, definida como “a fala realizada ao mesmo tempo em que é planejada” (NENCIONI, 1983). Na fala espontânea, o falante tem pouquíssimo tempo para planejar, assim como o ouvinte tem pouquíssimo tempo para prestar atenção no que ele ouviu. Isso porque a sucessão de enunciados é muito rápida e um enunciado não pode ser recuperado mais tarde. Por essas razões a fala possui uma forte vinculação ao *aqui e agora*. Essa vinculação se manifesta também na forma de vinculação recíproca do tempo do falante com o tempo do ouvinte. O primeiro efeito dessa vinculação recíproca é o fato de que o ouvinte

deve esvaziar rapidamente a memória de trabalho para podê-la utilizar novamente durante a interação. Isso faz com que:

a) somente a unidade de significado básica seja estocada em uma memória mais duradoura, não a formulação linguística complexa com a qual a unidade de significado foi formulada;

b) se se perdem um ou mais enunciados (por qualquer forma de ruído, interno ou externo ao ouvinte), eles não serão mais recuperáveis. Existem formas de controle parcial disso, como o feed-back, mas nunca será recuperável o mesmo enunciado perdido; o que pode ser recuperada é a unidade de significado, veiculada através de um outro enunciado;

c) o silêncio na fala constitui um problema que coloca em risco a comunicação. De fato, um silêncio de apenas poucas dezenas de segundos (e frequentemente até menor) gera um mal estar nos ouvintes, o que produz reações que variam segundo as circunstâncias: ou a tentativa de interromper o silêncio e reestabelecer o fluxo de fala, ou o abandono do canal de comunicação em várias formas (os ouvintes começam a falar entre si, abandonam o lugar da comunicação, tomam iniciativas devidas à preocupação que o falante não esteja passando bem, etc.). Enfim, o falante deve constantemente se preocupar com a manutenção do canal comunicativo evitando o silêncio. Isso faz com que manter a fala seja mais importante do que elaborá-la de maneira considerada ideal ou satisfatória, já que o tempo necessário para isso pode levar à perda irreversível da comunicação;

d) a necessidade de evitar o silêncio leva frequentemente à produção de enunciados interrompidos, *retractings*³, repetições, hesitações, estruturas defeituosas, enfim a vários tipos de disfluências, estruturando também a locução da maneira que Halliday (1989) descreve com muita propriedade e chama de *baixa densidade* (menor variação lexical, mais repetições dos mesmos lexemas, mais palavras funcionais, mais palavras de alta frequência, etc.). O falante não tem tempo para organizar a fala de outra maneira. A altíssima frequência desses fenômenos não nos permite considerá-los como acidentes de percurso. Eles são uma consequência própria das condições pragmáticas da fala espontânea. Lendo uma transcrição de um monólogo, até de um monólogo que à escuta

³ Por *retracting* entende-se um tipo de disfluência que leva à correção ou repetição dentro do enunciado. Nos exemplos desse artigo o *retracting* é indicado com uma barra simples (já que constitui uma quebra) dentro de colchetes; a barra é seguida pelo número de palavras “retratadas”, como por ex. em *ROG: [4] aqui já tá dando [/4] aqui já tá dando a altura //.

seja especialmente apreciável pela propriedade de linguagem, é impossível não ter uma sensação de inadequação e estranhamento que tornam a leitura extremamente difícil se não impossível. Mas o ouvinte, por sua vez, deve elaborar rapidamente o que escutou para poder estar imediatamente pronto a escutar mais. Por isso, ele não tem tempo para observar as interrupções, as hesitações e as estruturas defeituosas do falante, que, portanto, não o incomodam (dentro de certos limites) e frequentemente até lhe permitem ganhar mais tempo precioso para processar o conteúdo veiculado pelo falante.

O vínculo recíproco entre falante e ouvinte, e o vínculo ao *aqui e agora* é evidente também com relação ao espaço. As características de meio e de canal não permitem que a fala alcance distâncias significativas. Isso não torna necessário que falante e ouvinte estejam um na frente do outro, mas que eles ocupem um espaço de alguma maneira compartilhado no momento da fala. Entre as consequências disso podemos observar que a) falante e ouvinte compartilham o contexto situacional, e a interação é fortemente condicionada e guiada por ele: quem fala sabe para quem está falando e quem ouve sabe quem é o autor da fala; b) a distância entre os interlocutores condiciona o uso do meio; c) a presença/ausência de pessoas ou outras entidades condicionam o tipo de referência, tornando extremamente frequente o uso de expressões dêiticas cuja referência é dada imediatamente pelo compartilhamento do contexto situacional.

3.2. Na escrita

Na escrita as categorias de tempo e espaço agem de maneira completamente diferente, como consequência da diferença no meio e no canal. O meio é um sistema simbólico que é tornado perceptível visualmente e o canal é qualquer suporte para o meio. Cada suporte possui suas próprias características, mas em princípio as características básicas do suporte são a durabilidade e, mesmo se não sempre, a transportabilidade. Essas duas razões tornam a tecnologia vantajosa. Assim, as informações (ou qualquer conteúdo linguístico) podem sobreviver ao momento de emissão e ser recuperadas em outros momentos e outros lugares. Alguns suportes chegam a durar séculos ou até milênios. Outros têm menor durabilidade, mas podem ser copiados (à mão, ou utilizando outras tecnologias). O conteúdo da escrita pode também ser transportado no espaço, sem que haja algum limite a não ser aquele devido a suportes específicos (como um muro).

Mas as vantagens evidentes da tecnologia tornam o comportamento da escrita muito diferente daquele da fala. A escrita não é uma atividade *online*, como a fala espontânea. É uma atividade cujo efeito é retardado. Se a fala se realiza no mesmo momento em que a concebemos, a escrita é o resultado de um processo. O processo é a própria ação de escrever, que pode ser mais lenta ou mais rápida dependendo dos instrumentos utilizados e da perícia do escritor, mas nunca é fruto imediato e natural da afetividade (no sentido pulsional) do autor. Existe sempre pelo menos uma mediação tecnológica entre o que o escritor quer transmitir e o produto da transmissão.

Além disso, o tempo do escritor e o tempo do leitor são independentes. Quem escreve o faz com o próprio tempo, e quem lê o faz com um tempo que não depende do tempo da escrita. Quem escreve não sabe quem lerá seu texto, mesmo se em algumas circunstâncias e dentro de certos limites pode ter uma previsão disso. Pode demorar horas ou anos na escrita, mas isso não aparecerá ao leitor. Pode apagar e reescrever o quanto quiser, mas o leitor não saberá nada desse processo. Por outro lado, o leitor, frequentemente desconhecido e imprevisível ao escritor, lerá em algum momento sucessivo àquele em que o produto textual inteiro foi licenciado. Ele poderá saber algo do escritor, mas normalmente porque foi informado e confia nas informações, não por ter durante o seu momento da leitura a percepção imediata do escritor. Ele poderá ler o texto de uma vez só ou ao longo de muitas sessões de leitura separadas até por anos. E, assim como o escritor pode voltar atrás e refazer o texto eliminando o que foi feito antes, o leitor também pode reler partes do texto já lidas ou até ler o texto de maneira não sequencial.

É importante entender que enquanto falante e ouvinte estão dentro de um *processo* em curso, escritor e leitor respectivamente constroem e usufruem de um *produto*, de maneira independente um do outro. A interação entre falante e ouvinte é dada pelo próprio processo da fala e da escuta no *aqui e agora*. A eventual interação através da escrita se dá por uma sucessão de produtos. A expressão *interatividade* acaba, portanto, tendo significados diferentes nas duas modalidades. Não se trata da mesma atividade. As novas tecnologias apresentam formas de trocas através da escrita que aumentam a interatividade. A típica forma interativa da escrita é o *chat*. Mas aqui também o destinatário é obrigado a aguardar que quem está escrevendo aperte a tecla *enter* do computador para que apareça, de uma vez só, o produto de quem fez o processo da escrita, seja um conjunto de frases, seja apenas uma interjeição. Antes desse momento o escritor pode desfazer, corrigir ou desistir do conteúdo que escreveu. Voltaremos a essa diferença entre a fala/processo e a escrita/produto mais à frente.

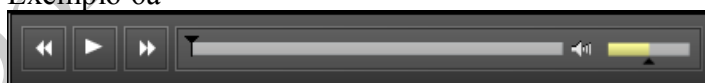
3.3. A prosódia

Nas seções anteriores deixamos de lado um fator muito importante de diferenciação entre a fala e a escrita: a presença da prosódia na fala. Sendo a prosódia um conjunto de parâmetros acústicos, é evidente que se trata de uma característica própria da fala. A prosódia, com seus componentes fundamentais (duração, intensidade, variação de F0, pausa, ruptura ou quebra, alinhamento silábico, velocidade de fala, ritmo) constitui o principal veículo de estruturação da fala. Já observamos na seção 1, de maneira apenas perceptual, como a prosódia de fato segmenta o fluxo da fala de maneira independente das estruturas sintáticas que observamos à leitura, e voltaremos a falar da prosódia na próxima seção. Mas isso por si só já deveria mostrar como é impossível estudar a fala sem acesso a esse componente, que se perde nas transcrições ou que é reduzido, na melhor das hipóteses, a um sistema de marcação insuficiente e enganador.

Na escrita, o suposto correspondente da prosódia é a pontuação. Contudo, o sistema de pontuação obedece a normas que diferem nas várias línguas/culturas, e historicamente têm mudado muito (CRESTI et al., 1992), com forte dependência de contextos e tradições específicos. Certamente não se trata de um recurso natural como a prosódia. Apesar disso, a pontuação desempenha um papel importante na estruturação do texto escrito. O ponto segmenta as sentenças e a vírgula marca uma separação lógica entre sintagmas que não possuem regência direta⁴. Os pontos de interrogação, de exclamação e os pontos de suspensão cobrem várias funções de caráter expressivo.

Escutemos os exemplos seguintes:

Exemplo 6a



cê divide comigo empurrar isso

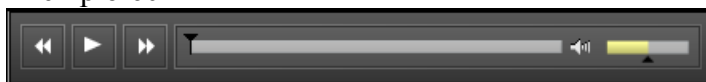
Exemplo 6b



cê vai embora que dia Rena

⁴ Tanto que os docentes costumam corrigir um uso da pontuação que separa o sujeito do verbo, o que reflete uma interferência da marcação, possível na fala, como tópico de um sujeito.

Exemplo 6c



No' tá barato hein

Exemplo 6d



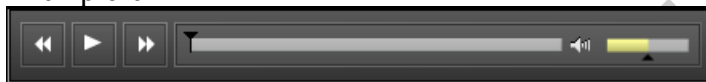
Ô nós nũ vamo levar alguma fruta

Exemplo 6e



tá cheio mesmo viu

Exemplo 6f



então esse

Exemplo 6g



eh hoje cê tá faminta né filha

Exemplo 6h



que gracinha

Exemplo 6i



desinfetante não

Exemplo 6l



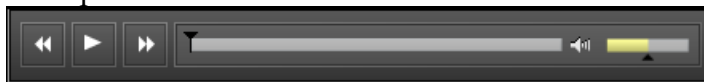
então desinfetante

Exemplo 6m



Rena

Exemplo 6n



brigada moço

É certo que, escutando o áudio, muitos exemplos seriam pontuados no final da mesma maneira, sendo o ponto de interrogação e de exclamação os mais frequentes. É provável que o ponto de interrogação seja o principal (ou o único) para os primeiros seis, enquanto o ponto de exclamação prevaleça nos outros seis. Portanto, os exemplos mostram que funções comunicativas diferentes (ou seja, ações realizadas através da fala ou *ilocuções* diferentes) são pontuadas com o mesmo recurso, e frequentemente fica a dúvida sobre a pontuação a ser preferida. Mesmo escutando o áudio, ou não existiria acordo na pontuação ou mais de uma ilocução, ou seja, mais de uma função comunicativa seria pontuada do mesmo jeito, neutralizando a principal diferença comunicativa. Mas o que é mais importante é que sem o áudio não é possível atribuir um valor comunicativo ao enunciado. Em alguns casos o léxico e a estrutura sintática induzem a hipóteses, mas seria sempre possível usar o mesmo léxico e a mesma estrutura para hipóteses diferentes.

O fato é que a escrita e a leitura não possuem a capacidade de transmitir um valor comunicativo através da sua unidade mínima (a sentença). A unidade comunicativa da escrita e da leitura é o texto como um todo, o *produto*. Para resolver esse problema, na literatura sobre as ilocuções frequentemente se introduz um conjunto de categorias que deveriam resolvê-lo: a modalidade interrogativa, a modalidade imperativa e a modalidade exclamativa (SWERTS & KRAHMER, 2005; MORAES & RILLIARD, no prelo). Essas categorias, contudo, não parecem ter nenhuma função se não aquela de agrupar categorias ilocucionárias de uma maneira que sejam compatíveis com a pontuação ou com a estruturação sintática que elas “normalmente” recebem na escrita. Ou seja, se trata de categorias que não parecem motivadas por outra razão senão pelo fato de que a escrita não tem recursos para fazer as diferenciações necessárias. A nossa posição é que a escrita não precisa desses recursos, pois a unidade mínima

na escrita não possui valor ilocucionário algum. Portanto, essa diferenciação entre as três modalidades nada mais seria que uma tentativa de interpretar a fala a partir de categorias próprias da escrita, ou seja, algo natural a partir de uma tecnologia. Isso também será melhor argumentado nas próximas seções.

Para concluir a seção sobre a prosódia, se escute o exemplo seguinte:

Exemplo 7



*KAT: *o quê* //

*SIL: *copos // copos de Urano / que tem aí* //

*KAT: *copos de quê* //

*SIL: *Urano* //

*KAT: *Urano* //

*SIL: *é // Urano // Urano* //

Concentramos a nossa atenção nos últimos 3 turnos. Neles aparece 4 vezes a mesma palavra (*Urano*), formando 4 enunciados autônomos. Trata-se, portanto, de quatro enunciados compostos pelo mesmo conteúdo semântico e pela mesma estrutura sintática: um SN. Se o valor comunicativo fosse em primeiro lugar função do conteúdo semântico e da estrutura sintática, os quatro enunciados deveriam ser puras tautologias. Mas é evidente à escuta que não é assim. Também é evidente que o diferente valor comunicativo que atribuímos a eles é veiculado unicamente pela prosódia. Isso parece nos dizer que a prosódia é a principal responsável por veicular o valor comunicativo na fala. Na próxima seção tentaremos explicar o porquê disso e mostraremos uma outra diferença fundamental entre a fala e a escrita.

4. A unidade de referência

Uma questão importante é: como podemos segmentar a fala e a escrita? Naturalmente podemos segmentá-las de várias maneiras: fone e caractere, palavra, sintagma, etc. Mas como podemos segmentar fala e escrita nas suas unidades de referência, ou seja, nas unidades mínimas que permitam um sentido completo? Uma unidade que seja superior à palavra. A resposta a essa pergunta é muito importante, porque mostra uma outra grande diferença entre as duas modalidades da linguagem que decorre das diferenças mostradas acima e que gera consequências decisivas no estudo das duas diamesias.

Normalmente a sentença é considerada a unidade de referência da escrita. Para a fala a unidade de referência é considerada o enunciado. Uma das possibilidades que se encontram na literatura define o enunciado como sentença falada, ou seja, mantém para o enunciado a mesma concepção que é reconhecida para a sentença. Existem duas definições de sentença: a) aquela que se fundamenta na relação sujeito-predicado e vê uma dependência do primeiro do segundo, realizado normalmente através de um verbo. Essa é a visão pré-chomskiana de sentença⁵; b) aquela que se fundamenta diretamente na estrutura argumental do verbo, ou seja, identifica a sentença como a projeção máxima do constituinte V (CHOMSKY, 1970). Nos *corpora* de fala espontânea C-ORAL-ROM (para italiano, francês, PE e espanhol; CRESTI & MONEGLIA, 2005) e C-ORAL-BRASIL (RASO & MELLO, 2012), a frase, na sua primeira definição, aparece em menos de 5% dos casos, ou seja, abaixo da porcentagem quantitativamente relevante para que um fenômeno seja considerado como típico da fala. Além disso, essas sentenças são caracterizadas por um sujeito pronominal ou, quando o sujeito for mais pesado, por um predicado muito reduzido. O motivo disso é a necessidade de se fazer com que todo o material locutivo caiba em uma única unidade tonal⁶, como no caso do exemplo 1b. Enfim, nada que se compare com o que acontece na escrita, onde não pode existir uma dimensão comparável com a unidade tonal.

No caso da segunda definição de sentença, ou seja, um SV mais ou menos preenchido em todas as suas valências, dependendo da tipologia sociolinguística e diafásica do texto, temos uma frequência muito mais alta, entre 60 e 75%. Mas o fato de que a maioria das produções linguísticas tenha essa configuração não impede que em média mais de 35% delas não apresente verbo nenhum de modo finito, e cerca de 30% nenhum verbo em absoluto, como observado também para o inglês na Longman Grammar (BIBER et al., 1999). Isso significa que mais de um terço das produções linguísticas não corresponde a um SV, com uma frequência que impõe que esse fenômeno seja considerado típico da fala, e que se dê conta dele procurando um outro critério para a identificação da unidade de referência na fala.

⁵ Para uma discussão sobre o conceito de predicação, veja-se Cresti (2001 e 2005a).

⁶ Sobre a relação entre unidade tonal e unidade informacional, veja-se Cresti (2000), Moneglia (2005), Raso (2012). Sobre a relação entre unidade tonal/informacional e sintaxe, veja-se Cresti no prelo. O tamanho de uma unidade tonal é limitado por motivos fisiológicos.

As principais definições de enunciado que não se baseiem na transposição para a fala de uma das definições de sentença são: 1) a definição dialógica; 2) a definição temporal; 3) a definição pragmática⁷.

A definição dialógica se baseia na noção de turno, como intervalo entre um silêncio e outro do mesmo falante, seguido pela fala de outro falante ou pela conclusão da interação. O turno é sem dúvida uma unidade natural da fala, mas a dimensão dela é extremamente variável. Em diálogos com forte interatividade, o turno é extremamente curto, chegando a ser realizado com uma única unidade lexical, até mesmo uma interjeição. Em trocas pouco interativas, principalmente em tipologias monológicas, o turno pode durar até muitos minutos. Não é pensável, portanto, que não exista uma unidade da fala intermediária entre a palavra e o turno e que possa ser considerada a sua unidade de referência.

A definição temporal, utilizada, por exemplo, no *Dutch Corpus* (SCHUURMAN, 2003), propõe que o enunciado seja segmentado por pausas, ou seja, uma dimensão do silêncio diferente daquela do final de turno. Os problemas dessa definição de enunciado são vários. Em primeiro lugar, as pausas no fluxo da fala espontânea são raras. Em segundo lugar, o conceito de pausa é um conceito temporal que não possui uma quantificação objetiva. Podemos ir de um mínimo de silêncio que corresponde à fase pré-explosiva da articulação de uma oclusiva, e, portanto, um silêncio certamente interno ao processo de fala, até uma dimensão temporal muito grande. Também, nada impede que exista pausa dentro do enunciado. O fenômeno é muito dependente do tipo de interação e do estilo de cada falante. Como veremos, não existe uma dimensão de pausa que individualize as fronteiras de enunciado e não exclua silêncios internos ao enunciado.

Antes disso, examinamos a definição pragmática de enunciado. Essa proposta (CRESTI, 2000) define o enunciado como "a menor unidade da fala interpretável pragmaticamente (e prosodicamente) em autonomia". Com base nessa definição, o enunciado corresponde a um ato de fala (AUSTIN, 1962). Ele não vai de silêncio a silêncio, mas de uma marca de conclusão a uma marca de conclusão. Essa marca é dada por uma quebra prosódica que veicula um valor percebível como terminal, o que é possível somente se a sequência veicula força ilocucionária. Contrariamente à definição sintática de enunciado, mas de acordo com a definição dialógica e

⁷ Para uma discussão sobre as diferentes definições de enunciado, veja-se Cresti & Gramigni (2004), Miller & Weinert (1998), Chafe (1988), Moneglia (2006), Moneglia & Cresti (1997 e 2006).

temporal, essa definição é de natureza perceptual. Não se trata, contudo, de uma percepção mensurável, como seria aquela da noção de pausa. Observamos os exemplos 8 e 9:

Exemplo 8



*BAL: tá saindo de uma garrafinha que tem um bico muito pequeno // então daquela coisa pequeninim nũ vai encher rápido // agora imagina cê pega um balde e joga dentro //

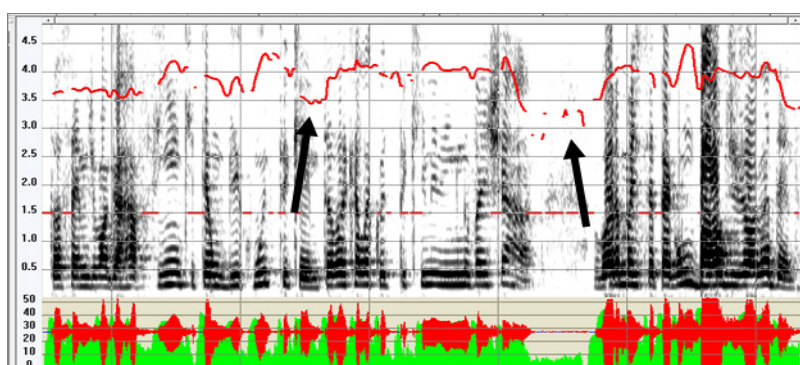
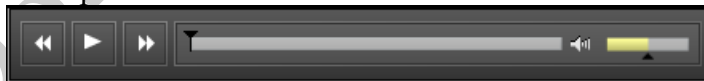


Figura 1. Tela do WinPitch para o Exemplo 8.

O exemplo 8 mostra uma sequência que foi segmentada em 3 enunciados. Entre o segundo e o terceiro há realmente uma pausa, no caso de 464 ms. Entre o primeiro e o segundo não há pausa alguma, como evidenciado pela figura 1, onde as setas mostram as fronteiras de enunciado. A escuta em isolamento do exemplo 8a e 8b mostra que ambas as sequências podem ser percebidas como autônomas prosódica e pragmaticamente (mas todos os exemplos anteriores se baseiam no mesmo critério).

Exemplo 8a



*BAL: tá saindo de uma garrafinha que tem um bico muito pequeno //

Exemplo 8b



*BAL: então daquela coisa pequeninim nũ vai encher rápido //

Exemplo 9



*MAR: o ensino tá [1] tá assim / difícil / mas tá mais fácil / né hhh //

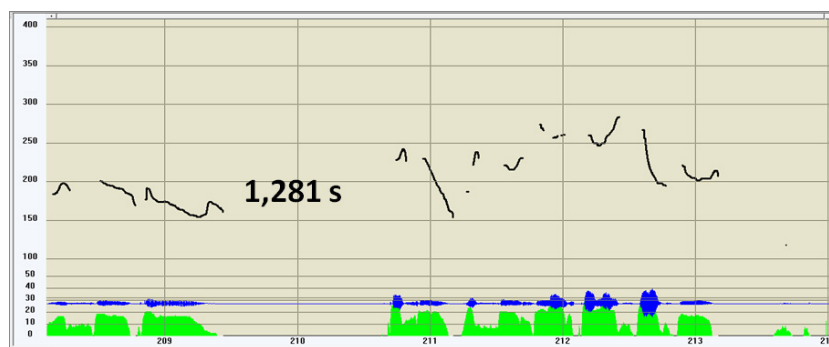


Figura 2. Tela do WinPitch para o Exemplo 9.

O exemplo 9 e a figura 2 mostram um exemplo de uma pausa interna ao enunciado. A pausa, muito maior do que a pausa que separa o segundo e o terceiro enunciado do exemplo 8, não pode constituir fronteira de enunciado, como é evidente à oitiva da parte anterior à pausa.

Segundo Moneglia (2005), no C-ORAL-ROM Francês (que foi segmentado tanto em quebras quanto em pausas a partir de 200 ms) 63% das quebras com valor terminal são acompanhadas por pausas (enquanto 37% das quebras terminais não são acompanhadas por pausas ou são acompanhadas por pausas de duração inferior a 200 ms; por outro lado, 42% das pausas de 200 ms ou mais acontecem dentro de enunciado, em correspondência a quebras não terminais. Um trabalho estatisticamente confiável a esse respeito está sendo feito sobre o C-ORAL-BRASIL, que também foi segmentado com base na definição pragmática. Vale a pena ressaltar que a presença de uma pausa gera uma quebra, mas a quebra gerada pela pausa pode ser tanto de natureza terminal quanto não terminal. Por outro lado, não é necessário que haja uma pausa para que uma quebra se produza. Os fatores que intervêm na produção de uma quebra são vários: pausa e/ou reset da curva de F0 e/ou uma mudança brusca de intensidade e/ou uma mudança brusca de velocidade de fala. Contudo, não parece possível mensurar quando uma combinação desses fatores produz o fenômeno da quebra prosódica, que deve ser considerado (pelo menos no estado atual dos conhecimentos) apenas um fenômeno da percepção humana, não mensurável automaticamente. O mesmo critério de segmentação foi adotado nos *corpora* CoSIH (IZRE'EL, 2001; HARY, 2003) e AfroAs (METTOUCHI & CHANARD, 2010; METTOUCHI et al., 2010), e um critério muito parecido foi adotado no *corpus* Santa Barbara (DU BOIS et al., 2000-2005). O estudo sobre a relação entre pausa e quebra terminal no C-

ORAL-BRASIL, mesmo estando em andamento, já mostra que a margem de erro que se obteria segmentando por pausas seria alta demais, qualquer que seja o valor temporal atribuído à pausa. O erro seria de natureza dupla: deixaria de marcar fronteiras entre enunciados diferentes e atribuiria fronteira dentro do mesmo enunciado⁸.

O principal problema metodológico apresentado por uma segmentação de natureza perceptual, mas não mensurável, é como demonstrar a confiabilidade da segmentação. Todo o processo de treinamento, segmentação e validação quanto ao C-ORAL-BRASIL está descrito em Raso & Mittmann (2009), Moneglia et al. (2010) e em Mello et al. (2012); esse processo é uma evolução daquele adotado para o C-ORAL-ROM (MONEGLIA et al., 2005). Em extrema síntese, a confiabilidade é medida através de um teste de concordância estatística, o teste Kappa de Fleiss (1971). Esse teste mede as chances de que o acordo seja devido ao acaso ou à mesma percepção. A pontuação vai de 0 (porcentagem de acordo completamente casual) a 1 (acordo total). O resultado do teste para os segmentadores do C-ORAL-BRASIL foi de 0.86 (0.87 para as quebras com valor terminal). Um grau de acordo superior a 0.80 é considerado excelente. Considere-se também que o teste foi realizado durante a transcrição e as segmentações, as quais ocorriam em conjunto, ou seja, durante uma atividade com uma alta carga cognitiva. O teste de concordância do C-ORAL-ROM foi realizado *a posteriori*, ou seja, sobre textos já transcritos e segmentados, e ofereceu, portanto, um resultado bem mais alto, sempre claramente superior a 0.9.

Examinando agora comparativamente a unidade de referência da fala e aquela da escrita, podemos entender melhor porque a sentença não possui, por si, valor comunicativo, enquanto o enunciado sim. Escutando um enunciado, nós reconhecemos imediatamente, mesmo fora de contexto, qual é a ação que é veiculada por ele: pergunta, pedido de confirmação, chamamento, ordem, instrução, expressão de obviedade, asserção, etc. O tipo de força ilocucionária do enunciado é veiculado pela prosódia, como pode facilmente ser verificado no exemplo 7, prestando-se atenção à diferente força ilocucionária dos 4 enunciados iguais, todos preenchidos pelo mesmo conteúdo locutivo, e nos exemplos seguintes, também com igual conteúdo locutivo, mas produzidos em laboratório:

⁸ Para algumas características estruturais da fala que emergem através de uma segmentação em enunciados definidos pragmaticamente, veja-se Cresti (2005b) e Raso & Mittmann (2012)

Exemplo 10



João vai pro Rio

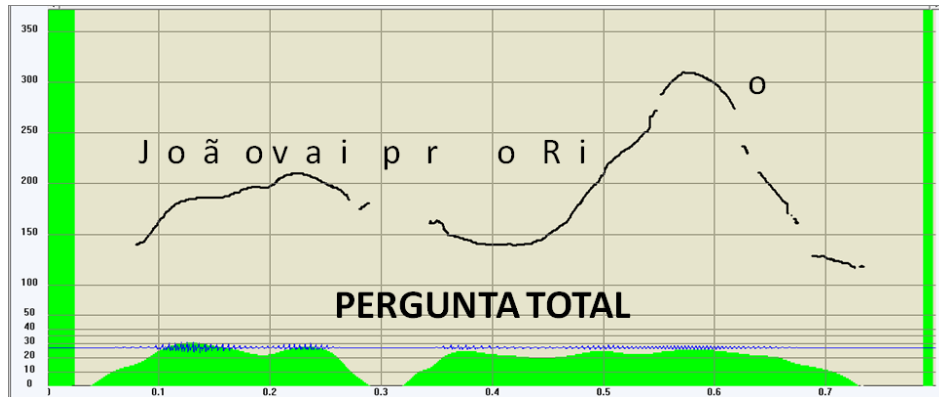


Figura 3. Tela do WinPitch para o Exemplo 10a.

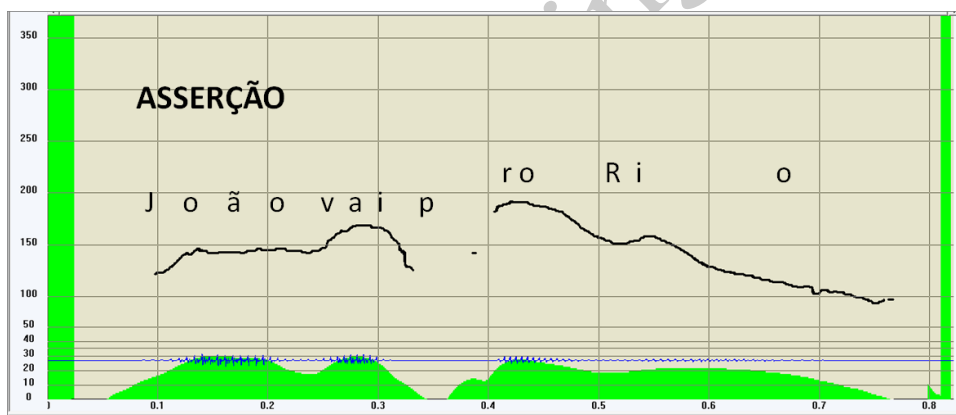


Figura 4. Tela do WinPitch para o Exemplo 10b.

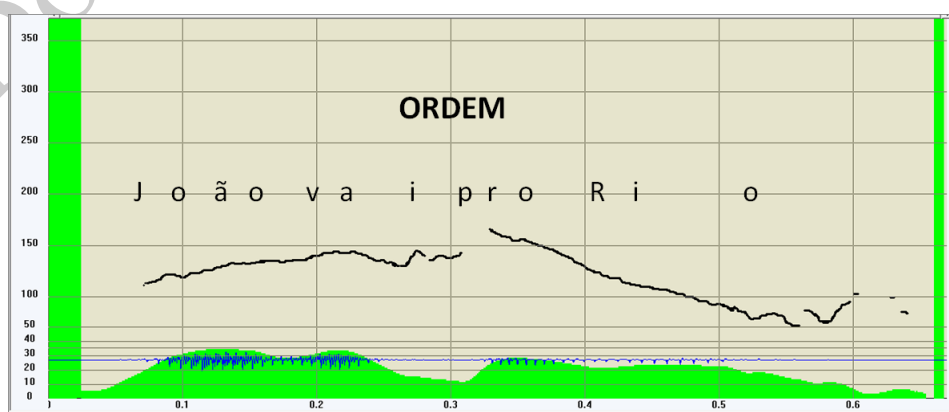


Figura 5. Tela do WinPitch para o Exemplo 10c.

Note-se que somente uma parte do enunciado (às vezes pouquíssimas sílabas) veicula a força ilocucionária. O resto do enunciado é formado por uma parte de preparação ou de ligação ou de coda, que é completamente dispensável aos fins de veicular o tipo de ação. Essa parte serve para hospedar as sílabas da locução, que, frequentemente, são em número maior do que aquelas necessárias para realizar o núcleo da ilocução, que na maior parte dos casos são apenas duas: as finais na asserção e na pergunta total, a inicial e a final na ordem. Isso explica o porquê do fenômeno observado no exemplo 2, reproposto a seguir:

*BAL: tá saindo de uma garrafinha que tem um bico muito pequeno //

Quando analisamos esse exemplo, observamos que do ponto de vista prosódico a parte que poderia ser interpretável em autonomia não seria nunca a primeira, representada por uma construção sintática principal; ao contrário, a parte interpretável em autonomia seria a segunda, constituída por uma dependente, mais precisamente uma relativa. O fato é que o núcleo dessa específica ilocução cai na parte final do enunciado. Na figura 6, a parte nuclear da ilocução é circulada, tornando bem identificável o foco prosódico que veicula a asserção. Ela corresponde à locução *muit(o) p(e)quen(o)*. Essa parte (composta por apenas 2 sílabas fonéticas) é a única necessária e suficiente para veicular a ilocução, como pode ser apreciado na oitiva do áudio.



É importante observar que a forma e posição do núcleo de cada ilocução variam. A ordem, por exemplo, pode ser constituída por um núcleo descontínuo, com uma ligação (e eventualmente uma preparação ou uma coda) entre as duas sílabas necessárias. Essas se posicionam respectivamente na parte esquerda e na parte direita da locução. A maioria dos atos assertivos situa o núcleo na parte direita, enquanto muitos expressivos o situam na parte esquerda.

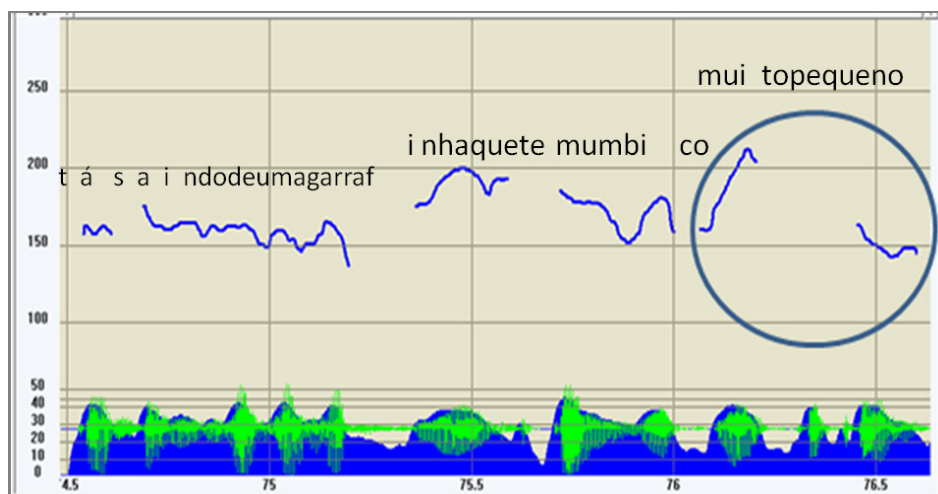


Figura 6. Tela do WinPitch para o Exemplo 2.

Ao contrário, uma sentença da escrita não possui essa capacidade ilocucionária. Uma sequência sintática e semanticamente bem formada não comunica nada por si só. Poder-se-ia objetar que um cartaz como *Proibido fumar!* ou *Silêncio*, ou a escrita *pare* em um cruzamento, ou ainda a escrita *Manter fora do alcance de crianças* na caixa de um remédio, ou muitos outros exemplos do gênero cumprem de fato um ato de fala. Mas, na verdade, o que consegue veicular a mensagem não é a locução em si, mas o texto. Esses exemplos são todos de textos formados por uma única estrutura sintática, e por isso podem dar a ilusão que a unidade de referência da escrita também veicule ilocuições. É evidente ao contrário que qualquer sentença dentro de um texto maior não veicula nenhuma ilocução e não é comunicativamente interpretável fora do texto como um todo. Mas uma reflexão melhor nos mostra que nem os exemplos acima podem ser interpretados fora do texto. Se a escrita *pare* não for colocada no chão em um cruzamento, e não for escrita com um aspecto gráfico convencionalizado, ela não cumpre a função de transmitir aos motoristas que, com base nas regras de trânsito determinadas pelo órgão competente, são obrigados a parar. A mesma expressão afixada na parede de um quarto ou escrita a mão em um bilhete deixado cair na calçada não possui nenhum valor comunicativo. O mesmo raciocínio poderia ser feito com todos os outros exemplos. A capacidade comunicativa de um texto é realizada por uma estrutura (ou, mais frequentemente, por um conjunto de estruturas) dentro de um contexto em que seja claro quem (seja um indivíduo ou uma instituição) se dirige a quem e com qual finalidade. Podemos dizer que um texto escrito como um todo possui uma dimensão perlocutiva, se com essa expressão entendemos a capacidade de gerar um efeito no mundo (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969); mas não podemos dizer que ele é composto por ilocuições como acontece com um texto falado. Isso porque a ilocução é veiculada

prosodicamente, e, em um texto falado, cada enunciado é interpretável ilocutivamente em isolamento, como mostram os enunciados isolados de todos os exemplos desse artigo.

Essa reflexão pode ser ulteriormente aprofundada. A fala é constituída pela imediata transposição em esquemas acionais convencionalizados e reconhecíveis de uma pulsão interna. A escrita ao contrário é a transposição em sequências coerentes e coesas de um pensamento através de uma mediação tecnológica que consiste na ação de escrever. A fala se transforma imediatamente em ação a partir de um estado interior (DAMÁSIO, 2010), a escrita constitui uma ação (a ação de escrever) que constrói um produto, o qual, como resultado, pode ter uma função comunicativa como um todo se caracteriza como texto, não como simples sequência sintática e semântica.

Compreender a diferença radical que existe entre o *produto* escrito e o *evento* da fala gera consequências importantíssimas para o estudo da linguagem entendida na sua dimensão natural: a fala.

5. O estudo da fala

Para estudar corretamente a fala é necessário compreender a fundo a necessidade de se capturar essa dimensão de *evento*. Observar como a fala se estrutura significa observar como um evento acontece. Ou seja, significa observar algo que desaparece enquanto se manifesta. As propriedades do evento "fala" não podem ser capturadas em uma transcrição, ou seja, na transposição da fala em uma dimensão escrita. Ao fazer isso, se transforma o evento em um objeto. É evidente que o objeto é muito mais fácil de ser estudado, porque ele é observável como algo substancialmente fixo e imutável. E é evidente que até tempos recentes o estudo da linguagem não possuía instrumentos para capturar a natural dimensão eventiva da fala e não havia de fato alternativa senão estudar a dimensão escrita.

Por muito tempo então a linguagem foi estudada como um produto, um objeto fixo e estável, resultado de um processo tecnológico, a escrita. E através da observação dessa modalidade foram elaboradas categorias interpretativas apropriadas para ela. Mas o preconceito existente, segundo o qual para o estudo da oralidade é suficiente aplicar as categorias elaboradas em séculos (ou milênios) de observação da escrita, eventualmente com algumas adaptações, é ainda muito forte. A ausência da dimensão acional na unidade de referência da escrita e, ao contrário, o fato que essa dimensão constitui o primeiro nível interpretativo na fala é apenas o exemplo mais gritante da impossibilidade de analisar uma modalidade com as categorias

elaboradas a partir da observação da outra modalidade. A linguística está ainda muito atrasada na elaboração de categorias que sejam fruto da observação da fala, sem querer olhar essa modalidade com a lente que uma longuíssima (e nobre) tradição elaborou a partir da observação da escrita.

Mas nas últimas décadas, mesmo se muitas vezes lutando contra preconceitos generalizados, os linguistas produziram também grandes avanços. Esses avanços foram fruto principalmente da disponibilidade de tecnologias novas que tornam possível capturar e apreciar melhor a dimensão de evento que a linguagem, na sua dimensão natural, desempenha.

Em primeiro lugar, as novas tecnologias permitiram a coleta e a análise de grandes quantidades de dados linguísticos e a sua organização em arquiteturas representativas de universos linguísticos definidos, exploráveis eletronicamente de maneira computável. A linguística de *corpora* permitiu uma compreensão nova de como a linguagem é realmente usada, tanto na sua modalidade escrita quanto naquela oral. Mas, se essa metodologia produziu resultados evidentes em primeiro lugar quanto à modalidade escrita, isso é devido às maiores dificuldades apresentadas pela compilação de recursos falados e pela análise da fala, principalmente em contexto natural. As razões disso são várias. Entre as principais estão as seguintes:

1. até tempos muito recentes, a tecnologia não permitia a gravação da fala em contexto natural com uma qualidade acústica apropriada a capturar eventos em situações variadas. Por essa razão, além da subestimação da importância crucial da variação diafásica para a estruturação da fala espontânea, quase todos os primeiros *corpora* de fala espontânea se limitavam a gravar as situações comunicativas que apresentavam menores problemas de planejamento e ausência quase total de ruído: narrativas, entrevistas ou em geral situações que podiam facilmente ser controladas (interação médico-paciente, interações telefônicas ou televisivas). Somente na última década surgiram *corpora* de fala espontânea que oferecem uma real variação situacional. Entre eles, os *corpora* C-ORAL-ROM (CRESTI & MONEGLIA, 2005), o *Corpus* de Santa Barbara (DU BOIS, et al. 2000-2005) e o *corpus* C-ORAL-BRASIL (RASO & MELLO, 2012).

2. As limitações tecnológicas e as diferentes tradições criaram poucas oportunidades de encontro entre as abordagens mais linguísticas e aquelas mais fonéticas do estudo da linguagem. As primeiras eram mais sensíveis ao estudo de dados extraídos em contexto

natural, mas sentiam uma menor exigência de uma qualidade acústica que permitisse a análise dos fenômenos prosódicos, mostrando maior preocupação com o estudo da sintaxe e do léxico, ou das dinâmicas interativas em uma ótica de análise da conversação. As segundas, preocupadas com a qualidade acústica dos dados, se concentravam no estudo da fala em laboratório, em um contexto, portanto, muito diferente daquele natural. Com o desenvolvimento de tecnologias de gravação *wireless* de alta qualidade, se tornou possível aplicar os avanços dos estudos prosódicos (e de fonética segmental) à observação de textos de diferentes diafásias coletados em situações não controladas.

3. Para se analisar a fala não é possível se basear na transcrição, como mostramos. Não é possível porque a transcrição reduz a fala a um texto escrito, na sua dimensão de *produto*, e não apresenta as características próprias do *evento* da fala. Concretamente, isso significa a perda do meio sonoro e de tudo o que é transmitido pela prosódia (marcação da estruturação em enunciados e unidades tonais, perfil prosódico que marca a função ilocucionária e a relação informacional entre as diferentes unidades tonais). Mas a pouco serve também fornecer a transcrição acompanhada da gravação sonora se elas são separadas. Isso continua equivalendo a ter somente a transcrição. De fato, não é possível procurar o ponto que se quer escutar todas as vezes que precisa (e precisaria sempre) e quantas vezes fosse necessário (e normalmente são necessárias muitas vezes). Sem contar que isso torna praticamente impossível uma análise fonética adequada. Para conseguir uma análise do *evento* falado de forma adequada foi necessário mais um salto tecnológico e mais um amadurecimento metodológico da disciplina que permitiram o alinhamento entre transcrição e áudio através de softwares que também possibilitam a análise do sinal acústico. Hoje existem vários softwares capazes de fazer isso com grande quantidade de fala. O software usado para os *corpora* C-ORAL-BRASIL e C-ORAL-ROM foi o WinPitch (MARTIN, 2005; www.winpitch.com). Esse software, além de uma grande quantidade de análises acústicas, permite visualizar o texto e escutar o sinal sonoro enunciado por enunciado ao mesmo tempo e quantas vezes for preciso; em outra visualização, é possível ver o espectrograma e o texto do enunciado, e também escutar o sinal sonoro. Dessa forma, o processo da fala pode ser repetido enunciado por enunciado quantas vezes for necessário para apreciar os fenômenos que o *evento* apresenta. A operação pode ser realizada visualizando a seleção de trecho falado que

mais é adequado ao momento e ao objetivo da pesquisa. Podem-se selecionar vários enunciados, apreciando-se assim a relação dos parâmetros acústicos em trechos maiores, ou uma parte do enunciado, visualizando-se assim em detalhe os parâmetros e operando-se medições mais precisas. Isso é o que conhecemos de mais adequado para recuperarmos a dimensão *eventiva* da fala, juntando a transcrição, necessária pelos limites da nossa memória, com a possibilidade de repetir sem limite e sem necessidade de buscas complexas o processo acústico.

6. Conclusão (com observações sobre as outras tecnologias)

O objetivo principal das seções anteriores foi mostrar o quanto é profunda a diferença entre a fala e a escrita e como a razão principal dessa diferença é frequentemente ocultada nos estudos linguísticos devido à tradição e a carências metodológicas. Fizemos isso selecionando alguns aspectos da questão, que consideramos especialmente importantes. Naturalmente há outros aspectos em jogo, e mesmo aqueles que tratamos mereceriam um aprofundamento maior que não é possível aqui, e que, pelo menos em parte, pode ser feito recorrendo-se à bibliografia aqui indicada.

A abordagem ao estudo da fala sob o ponto de vista de várias subdisciplinas da linguística leva a analisá-la através de categorias elaboradas a partir da observação da escrita, que foi por milênios a única forma de linguagem observável para fins de estudo. Uma das principais consequências disso é a pouca atenção dada à ilocução como núcleo comunicativo da fala e à articulação informacional como princípio estruturante dessa modalidade⁹. E a razão fundamental é facilmente individualizável no fato que tanto a ilocução quanto a estrutura informacional são veiculadas pela prosódia, ou seja, um recurso ausente na escrita (e talvez por isso esse recurso seja ainda considerado como um elemento paralinguístico por parte dos linguistas). A escrita, ao contrário, funda a própria estruturação em princípios sintáticos e semânticos, que podem ser analisados a partir da visão. Enfim, tentamos mostrar como analisar uma modalidade, a fala, não através de categorias extraídas pela observação da modalidade que se quer observar (*iuxta propria principia*), mas através de categorias extraídas pela observação da modalidade mais conhecida e estudada, a escrita, leva à não compreensão da modalidade falada. Isso é ainda mais grave quando se trata da modalidade natural da linguagem, o que gera

⁹ Nesse artigo não tivemos a possibilidade de abordar a articulação informacional da fala. A esse respeito, citamos Moneglia (2011), Raso (2012), Panunzi & Mittmann (no prelo).

consequências também na compreensão de questões biológicas e cognitivas relativas a essa capacidade da nossa espécie. A esse respeito, só para citar um exemplo, o reconhecimento de que os esquemas acionais são realizados na fala através de formas prosódicas que podem ser descritas (FIRENZUOLI, 2003; MONEGLIA, 2011; MORAES, no prelo) permitiria investigar a relação da ilocução com uma das mais importantes descobertas recentes dentro da neurociência, ou seja, os neurônios espelho (RIZZOLATI & CRAIGHERO, 2004; RAMACHANDRAN, 2000; ARBIB, 2012)¹⁰.

Essa tendência em analisar uma modalidade da comunicação linguística através de categorias extraídas de modalidades já conhecidas está se repetindo na análise das modalidades comunicativas surgidas com as novas tecnologias: o chat, o Skype, o email, o SMS, os blogs, etc. Em formas mais ou menos elaboradas, é muito frequente ler análises dessas modalidades de comunicação linguísticas que utilizam categorias extraídas das outras modalidades e as sintetizam como diferentes "misturas" de fala e escrita. Desse jeito se perde a capacidade de entender a fundo as novas modalidades e não se constroi uma metodologia adequada para isso. Sem querer aprofundar essa questão aqui, mas apenas para mostrar como está se repetindo para a análise dessas novas formas comunicativas o equívoco que ainda prejudica muito o estudo da fala, apresentaremos algumas observações sobre duas tecnologias, o SMS e o Skype, para indicar, sem aprofundá-los, os passos metodológicos que consideramos apropriados.

Trata-se de duas tecnologias que possuem meios diferentes. O SMS tem como meio um código de símbolos visuais da escrita. O Skype tem como meio a voz, mas esse meio pode ser integrado ou substituído com o meio visual da escrita, o que deve ser considerado; contudo, por comodidade expositiva, dados os nossos fins, consideraremos aqui o Skype somente em seu uso vocal, conscientes de que isso constitui uma simplificação. O canal das duas modalidades é muito complexo; a descrição a seguir é simplificada.

No caso do SMS, o canal é constituído por um aparelho complexo e móvel que, graças a um sistema de interface gráfica, permite que sejam digitados em número limitado símbolos em um pequeno teclado, para que esses símbolos sejam enviados para um sistema central que

¹⁰ Em extrema síntese: a descoberta dos neurônios espelho mostra que nós ativamos a mesma configuração neuronal quando realizamos uma ação e quando assistimos à realização dessa ação por parte de outras pessoas; também, parece que essas configurações são holísticas, ou seja, que duas ações muito parecidas (como, por exemplo, pegar algum objeto no alto levantando o braço no caso em que o objeto seja visível e no caso em que seja não visível) ativam configurações completamente diferentes. Seria interessante verificar o que acontece com as ações linguísticas, que também parecem ser codificadas de maneira holística, ou seja por padrões prosódicos que devem ser interpretados como um todo, e não através de uma combinação de traços nas quais mudam somente um ou poucos traços relativos aos elementos que diferenciam uma ação da outra.

depois os encaminha para o aparelho móvel do destinatário final da mensagem. O canal é portanto constituído também por uma memória eletrônica e pela rede de telefonia móvel. No caso do Skype (uso vocal), o canal é constituído pelo ar integrado por um computador, que, através de um microfone, consegue converter as ondas sonoras (e a imagem) em sinais digitais, que, por sua vez, são empacotados e enviados para a rede internet que os distribui para o computador do destinatário, o qual decodifica o sinal e o reconverte em ondas sonoras. Em ambas as modalidades, em princípio, a transmissão deveria acontecer de maneira quase instantânea.

O cruzamento do meio e do canal produzem consequências pragmáticas específicas, entre as quais as seguintes. No caso do SMS, pode se produzir, por diferentes razões, um ruído no canal que retarda ou até bloqueia de maneira definitiva a chegada da mensagem, sem que o emissor ou o destinatário tenham conhecimento do problema. A dificuldade de digitação e o limite de caracteres obrigam a mensagens curtas. A rapidez da comunicação encoraja a interatividade, o que também induz a mensagens curtas. Isso tem como consequência linguística a formação de um código próprio dessa forma comunicativa (que eventualmente pode parcialmente ser transferido em outras formas de escrita), caracterizado, entre outras coisas, por sentenças muito curtas, pouca interpunção, abreviaturas e pela presença dos *emoticons*. A durabilidade do suporte é alta, mas de fato a vida de um celular é limitada e a necessidade de liberar memória reduz a possibilidade de guardar os textos. Eles podem ser transferidos em outros suportes, mas a rapidez e a quantidade de produção textual e o valor extremamente contingencial dela fazem com que essa produção seja normalmente muito volátil. Contudo, as companhias telefônicas possuem um sistema de armazenamento ao qual, em circunstâncias muito limitadas, pode-se recorrer.

No caso do Skype, as consequências pragmáticas são muito interessantes. Em primeiro lugar, a falta de uma simultaneidade total entre a emissão e a chegada do som (e da completa simultaneidade com a imagem, devido aos efeitos da distância física), aliado a um compartilhamento muito parcial da situação, geram problemas no gerenciamento dos turnos que induzem estratégias diferentes daquelas da fala natural. As sobreposições involuntárias podem ser frequentes, mesmo quando não há ruído devido ao canal. Contrariamente à comunicação face a face, o aviso de chamada pelo Skype pode não ser atendido sem consequências na interação, o que não seria pensável se a comunicação fosse presencial. O compartilhamento da imagem dos falantes é muito parcial. Normalmente, só a imagem do rosto

é compartilhada. O resto do corpo e principalmente o ambiente em volta, não são compartilhados (por exemplo não se sabe se há outras pessoas presentes no espaço do outro). A comunicação visual pode ser compartilhada ou não (uma fácil desculpa, e às vezes uma necessidade, para não se compartilhar a imagem é a baixa qualidade da conexão), o que gera efeitos muito diferentes. Essa decisão não é dependente da situação, como na fala natural, mas depende da vontade de um ou de ambos os interactantes. Sem o compartilhamento da imagem, a liberdade dos interlocutores para fazer coisas diferentes é ampla, desde que não fiquem longe demais do microfone. Mas mesmo com o compartilhamento da imagem, os interactantes podem usar o computador para outras tarefas sem serem percebidos. A mobilidade dos falantes é contudo muito limitada, já que é necessária a proximidade com o computador. Este, dependendo do tipo, pode ser transportado, e é até possível utilizar a mobilidade da câmara para mostrar o espaço em volta, mas com vínculos completamente diferentes daqueles que se determinam pelo olhar e o movimento na fala natural. Uma consequência evidente do ponto de vista linguístico é um uso particular das referências dêiticas, principalmente, mas não só, daquelas espaciais.

A análise dessas duas modalidades poderia ser muito mais aprofundada, mas o que nos interessa mostrar é a necessidade de analisar cada modalidade por si mesma, extraíndo categorias dessa análise, e não adotando, por analogia, as categorias das modalidades que já conhecemos. A metodologia apropriada para fazer isso deve seguir os passos realizados aqui: uma descrição do meio e do canal (que nas duas tecnologias usadas para a exemplificação são muito diferentes daqueles da fala natural ou da escrita tradicional, assim como são diferentes entre elas); uma análise aprofundada das consequências pragmáticas que decorrem da combinação específica de meio e canal, e que são extremamente originais. Somente a partir desses passos é possível começar a entender a estruturação linguística da interação, que é, naturalmente, uma consequência dos passos anteriores. A nossa impressão é que a linguística deveria ter maior consciência da necessidade desse procedimento e das consequências metodológicas que essa consciência impõe. A falta dessa consciência é extremamente prejudicial principalmente para o entendimento da modalidade natural da linguagem, aquela que usamos para fazer grande parte das nossas ações e que ciências diferentes procuram explicar com finalidades diferentes, seja a compreensão do nosso sistema neurológico e cognitivo, seja a causa e a cura de patologias, seja o processamento automático da linguagem.

Referências bibliográficas

ARBIB, M. A. **How the brain got language: the Mirror System Hypothesis**. New York & Oxford: Oxford University Press, 2012.

AUSTIN, J. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BERRUTO, G. **Sociolinguistica dell'italiano contemporaneo**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

_____. Le varietà del repertorio. In: SOBRERO, A. A. **Introduzione all'italiano contemporaneo**. vol 2. Roma-Bari: Laterza, 1993. p. 3-36.

_____. Varietà diamesiche, diastratiche, diafasiche. In: SOBRERO, A. A. **Introduzione all'italiano contemporaneo**. vol 2. Roma-Bari: Laterza, 1993. p. 37-92.

BIBER, D., JOHANSSON, S., LEECH, G., CONRAD, S., & FINEGAN, E. **The Longman Grammar of Spoken and Written English**. London and New York: Longman, 1999.

CHAFE, W. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds). **Clause combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: Benjamins, 1988. p. 1-27.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: R. JACOBS; ROSENBAUM, P. (eds.) **Reading in English Transformational Grammar**, 184-221. Waltham: Ginn, 1970.

CRESTI, E. **Corpus di Italiano Parlato**, Voll. I-II, CD-ROM. Firenze: Accademia della Crusca, 2000.

_____. Per una nuova definizione di frase. In: BONGRANI, P.; DARDI, A.; FANFANI, M.; TESI, R. (Org.). **Studi di storia della lingua italiana offerti a Ghino Ghinassi**. Firenze: Le Lettere, 2001. p. 511-550.

_____. Enunciato e frase: teoria e verifiche empiriche. In: BIFFI, M.; CALABRESE, O.; SALIBRA, L. (Ed.). **Italia linguistica: discorsi di scritto e di parlato – nuovi studi di linguistica italiana per Giovanni Nencioni**. Siena: Protagon, 2005a. p. 249-260.

_____. Notes on lexical strategy, structural strategies and surface clause indexes in the C-ORAL-ROM spoken corpora. In: CRESTI, E.; MONEGLIA, M. (Ed.). **C-ORAL-ROM: Integrated reference corpora for spoken Romance Languages**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005b. p. 209-256.

_____. Syntactic properties of spontaneous speech in the Language into Act Theory: data on Italian complements and relative clauses. In: RASO, T.; MELLO, H. **Speech Corpora and Linguistic Studies**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, no prelo.

CRESTI, E. & GRAMIGNI, P. **Per una linguistica corpus based dell'italiano parlato: Le unità di riferimento.** In F. Albano Leoni, F. Cutugno, M. Pettorino, & R. Savy (Eds.), *Atti del Convegno Nazionale "Il Parlato Italiano"*, CD-ROM (pp. 1–26). Napoli: M. D'Auria, 2004

CRESTI, E.; MARASCHIO, N. TOSCHI, L. (Eds) **Storia e teoria dell'interpunzione.** Roma: Bulzoni, 1992.

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. (Ed.). **C-ORAL-ROM: integrated reference corpora for spoken Romance languages.** Amsterdam: John Benjamins, 2005.

CRYSTAL, D. **The English Tone of Voice.** London: Edward Arnold. 1975.

DAMÁSIO, A. **Self Comes to Mind: Constructing the Conscious Brain.** New York: Pantheon, 2010.

DU BOIS, J. W.; CHAFE, W. L.; MEYER, C.; THOMPSON, S. A.; ENGLEBRETSON, R.; MARTEY, N.. **Santa Barbara corpus of spoken American English.** Parts 1-4. Philadelphia: Linguistic Data Consortium, 2000-2005.

DIAMOND, J. **Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies.** New York: W.W. Norton & Co., 1997.

FIRENZUOLI, V. **Le forme intonative di valore illocutivo dell'italiano parlato: analisi sperimentale di un corpus di parlato spontaneo (LABLITA).** PhD. Thesis. University of Florence, 2003.

FISHER, S. R. **A History of Writing.** London: Reaktion Books, 2005.

FLEISS, J. L. **Measuring nominal scale agreement among many raters.** Psychological Bulletin, 1971.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/h0031619>

GOODY, J. **The Logic of Writing and the Organization of Society.** Cambridge University Press, 1986

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511621598>

HALLIDAY, M. A. K. **Spoken And Written Language.** Oxford University Press, 1989.

HARY, B. H. (ed.). **Corpus Linguistics and Modern Hebrew: Towards the Compilation of The Corpus of Spoken Israeli Hebrew (CoSIH).** Tel Aviv: Tel Aviv University, The Chaim Rosenberg School of Jewish Studies, 2003.

KARCEVSKY, S. **Sur la phonologie de la phrase.** Travaux du Cercle linguistique de Prague. IV, 1931. p. 188-228.

IZRE'EL, S.; HARY, B.; RAHAV, G. Designing C0SIH: The Corpus of Spoken Israeli Hebrew. In: **International Journal of Corpus Linguistics**, 6, 2001, p. 171-197.

MAC MAHON, A.; MAC MAHON, R. **Evolutionary Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MARTIN, Ph. WinPitch Corpus: a text-to-speech analysis and alignment tool. In: CRESTI, E. & MONEGLIA, M. (Eds.). **C-ORAL-ROM**. Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

McNEILL, D. **How Language Began**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139108669>

MELLO, H.; RASO, T.; MITTMANN, M.; VALE, H.; CÔRTEZ, P. Transcrição e segmentação prosódica do *corpus* C-ORAL-BRASIL: critérios de implementação e validação. In: RASO, T. & MELLO, H. (eds.) **C-ORAL – Brasil I: Corpus** de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 125-176.

METTOUCHI, A. & CHANARD, C. **From Fieldwork to Annotated Corpora: The CorpAfroAs project**. Cahiers de Faits de Langues n°2., 2010. p. 255-265.

METTOUCHI, A.; CAUBET, D.; VANHOVE, M.; TOSCO, M.; COMRIE, B.; IZRE'EL, S. CORPAFROAS, A *Corpus* for Spoken Afroasiatic Languages: Morphosyntactic and Prosodic analysis. In: FALES, M. F.; GRASSI, G. F. (eds). **Proceedings of the 13th Italian Meeting of Afro-Asiatic Linguistics**. Padova: SARGON, 2010, p.177-180.

MILLER, J.; WEINERT, R. **Spontaneous Spoken Language**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MONEGLIA, M. The C-ORAL-ROM Resource. In: CRESTI, E.; MONEGLIA, M. (Eds.). **C-ORAL-ROM**. Integrated Reference *Corpora* for Spoken Romance Languages. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005, p. 1-70.

_____. Units of analysis of spontaneous speech and speech variation in a cross-linguistic perspective. In: KAWAGUCHI, Y.; ZAIMA, S.; TAKAGAKI, T. (Eds.). **Spoken language corpus and linguistics informatics**. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 153-179.

_____. Spoken corpora and pragmatics. In: **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 11(2): 479–519.

MONEGLIA, M.; CRESTI, E. L'intonazione e i criteri di trascrizione del parlato adulto e infantile. In: BORTOLINI, U.; PIZZUTO, E. (ed.). **Il Progetto CHILDES Italia**. Pisa: Del Cerro, 1997. p. 57-90.

_____. C-ORAL-ROM: Prosodic boundaries for spontaneous speech analysis. In: KAWAGUCHI, Y.; ZAIMA, S.; TAKAGAKI, T. (Ed.). **Spoken language corpus and linguistics informatics**. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

MONEGLIA, M.; FABBRI, M.; QUAZZA, S.; PANIZZA, A.; DANIELI, M.; GARRIDO, J. M.; SWERTS, M. Evaluation of consensus on the annotation of terminal and non-terminal prosodic breaks in the C-ORAL-ROM corpus. In: CRESTI, E.; MONEGLIA, M. (ed.). **C-**

ORAL-ROM: integrated reference *corpora* for spoken Romance languages. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 257-276.

MONEGLIA, M.; RASO, T.; MITTMANN, M.; MELLO, H. Challenging the perceptual relevance of prosodic breaks in multilingual spontaneous speech *corpora*: C-ORAL-BRASIL/C-ORAL-ROM. Prosodic prominence perceptual and automatic identification. In: **Proceedings of the Speech Prosody International Conference Satellite Workshop**. Chicago: Université de Neuchâtel, 2010.

MORAES, J. & RILLIARD, R. Illocution, Attitude and Prosody. In: RASO, T. & MELLO, H. **Speech Corpora and Linguistic Studies**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, no prelo.

NENCIONI, G. **Di scritto e di parlato**: discorsi linguistici. Bologna: Zanichelli, 1983.

PANUNZI, A. & MITTMANN, M. The IPIC resource and a cross-linguistic analysis of information structure in Italian and Brazilian Portuguese. In: RASO, T. & MELLO, H. **Speech Corpora and Linguistic Studies**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, no prelo.

POWELL, B. B. **Writing**: Theory and History of the Technology of Civilization. Oxford: Blackwell, 2009.

QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Comprehensive Grammar of the English Language**. London and New York: Longman, 1985.

RAMACHANDRAN, V. S. **Mirror Neurons and imitation learning as the driving force behind "the great leap forward" in human evolution**. Edge, 69, 2000.

RASO, T. O C-ORAL-BRASIL e a Teoria da Língua em Ato. In: RASO, T. & MELLO, H. (eds.) **C-ORAL – Brasil I**: Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b, p. 91-124.

RASO, T. & MELLO, H. (eds.) **C-ORAL – Brasil I**: Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RASO, T. & MITTMANN, M. Validação estatística dos critérios de segmentação da fala espontânea no *corpus* C-ORAL-BRASIL. **Revista de Estudos da Linguagem**, 2009, p. 73-91.

_____. As principais medidas da fala. In: RASO, T. & MELLO, H. (eds.) **C-ORAL – Brasil I**: Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

RIZZOLATTI, G.; CRAIGHERO, L. The Mirror-Neuron System. In: **Annual Review of Neuroscience**, 2004: 169-92.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.neuro.27.070203.144230>

ROSSI, F. **Varietà diamesica**. In: Enciclopedia dell'italiano. Roma: Treccani, 2001. p. 1540-1542.

RUHLEN, M. **The Origin of Language**. New York: John Wiley, 1994.

SCHUURMAN, I.; SCHOUPPE, M., HOEKSTRA, H.; VAN DER WOUDE, T. CGN, An Annotated *Corpus* of Spoken Dutch. In: **Proceedings of the 4th International Workshop on Linguistically Interpreted Corpora (LINC-03)**. Budapest, 2003.

SEARLE, J. **Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language**. New York: Cambridge University Press. 1969.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139173438>

SWERTS, M.; KRAHMER, E. Audiovisual prosody and feeling of knowing. In: **Journal of Memory and Language** 53(1), 2005. p. 81-94.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jml.2005.02.003>

Artigo recebido em: 15.09.2013

Artigo aprovado em: 26.11.2013

Ritmo da escrita e ritmo da fala: congruências e não congruências

Rhythm of speech and rhythm of writing: commonalities and differences

Plínio Almeida Barbosa*

RESUMO: Este trabalho explora para os ritmos da fala e da escrita uma proposta apresentada por Pierre Sauvanet para caracterizar a experiência rítmica a partir de três balizas: periodicidade, estruturação e movimento. A periodicidade refere-se à ocorrência regular de uma unidade mínima, a estruturação refere-se à constituição *in actu* de agrupamentos bem como ao destaque de uma unidade em relação a outros, enquanto o movimento refere-se à quebra de expectativa dessas duas últimas balizas. As três balizas são examinadas considerando fala e escrita como sistemas autônomos submetidos às operações perceptivas respectivamente da audição e da visão. As congruências entre os dois ritmos se concentram na equivalência de operação das três balizas enquanto a não congruência se limita à escolha da unidade mínima para a baliza da periodicidade, para além das diferenças de meio de manifestação da fala e da escrita.

PALAVRAS-CHAVE: ritmo da fala; ritmo da escrita; ritmização; audição; visão.

ABSTRACT: This work develops a proposal presented by Pierre Sauvanet to characterize the rhythmic experience in both speech and writing by means of three constraints: periodicity, structuring and movement. Periodicity refers to the regular occurrence of a minimal rhythmic unit, structuring refers both to on-the-fly grouping formation and to highlighting of a unit in relation to others, whereas movement refers to breaking the subject's expectations as regards periodicity and structuring. The three constraints are presented and illustrated by some examples which reveal the autonomy of writing and speech systems in relation to each other. This is possible due to the autonomy of visual and auditory perception systems. Commonalities between the two systems rely on the equivalence of the operations that the constraints impose to the perceiving subject, whereas differences rely mostly on the minimal rhythmic unit.

KEYWORDS: speech rhythm; writing rhythm; rhythmization; audition; vision.

1. Introdução

Será que ao escrevermos “ritmo da escrita” e “ritmo da fala” estamos nos referindo a uma mesma experiência rítmica? Caso as experiências sejam distintas, por que empregar a mesma palavra “ritmo” ao se referir à escrita e à fala? Haveria critérios de identificação ou circunscrição dos fenômenos rítmicos que nos permitissem relacionar ou buscar uma congruência entre a experiência rítmica na fala e a experiência rítmica na escrita? Este artigo apresenta alguns argumentos fundamentados teórica e experimentalmente que, no seu conjunto, dão elementos de resposta às questões acima.

* Grupo de Estudos de Prosódia da Fala, Dep. de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.

Convém esclarecer imediatamente que nenhuma definição de ritmo será apresentada aqui, tendo em vista a quase impossibilidade de dar uma definição satisfatória que abrangesse todas as esferas da percepção humana, pois “o ritmo aparece e desaparece, ou há experiência rítmica ou não há. [...] [Assim] a questão não é mais ‘o que é o ritmo’, mas ‘o que *faz ser* ritmo? O que faz o ritmo ser rítmico? Onde e quando há algo rítmico? ” (SAUVANET, 2000, p. 165. Grifo do autor). Dessa forma, vamos apresentar três elementos constitutivos, condições ou critérios para identificar uma experiência rítmica: estruturação, periodicidade e movimento. *Critères* é o termo usado por Pierre Sauvanet para circunscrever a experiência rítmica por excelência, tanto espacial quanto temporal. Neste artigo, no entanto, tomaremos cada um desses três elementos constitutivos como uma *contrainte*, uma baliza, no sentido de componente que guia ou serve de referência para a constituição de um objeto, qual seja, a experiência rítmica.

Por experiência rítmica nos referimos à conjugação de mecanismos de produção e de percepção, tanto na face escrita quanto falada da linguagem, que possibilita apreender operações de estruturação, periodicidade e movimento respectivamente da ordem do visual e do auditivo. Sem minimizar o concurso da produção dos gestos envolvidos no escrever e no falar, a razão de evocar aqui a percepção imediata ou periférica a partir do termo “apreender” se justifica porque, antes de ser lida, a linguagem escrita necessita ser vista, enquanto, equivalentemente, antes de ser entendida, a linguagem falada necessita ser ouvida. O rítmico deve então ser buscado, antes de tudo, em mecanismos da visão e da audição que se constituíram filogeneticamente, e se voltam, a cada nova experiência rítmica, para a apreensão da estruturação, da periodicidade e do movimento constitutivos dessa experiência.

No que segue, procuraremos identificar as três balizas norteadoras do rítmico na escrita e na fala, a partir de exemplos simples que também ilustram a importância de conjugar os mecanismos de produção e de percepção da escrita e da fala para a compreensão do fenômeno rítmico. Como o rítmico só pode se dar a partir de um indivíduo percebendo, começaremos por apresentar a imbricação entre os mecanismos de produção e percepção tanto na fala quanto na escrita.

2. O vínculo indissolúvel entre produção e percepção de gestos na escrita e na fala

O vínculo entre a produção e a percepção de objetos em nosso campo de visão é explorado por Viviani e Stucchi (1992), pesquisadores que emitiram a hipótese de que o processo de

seleção perceptiva é guiado por padrões motores, isto é, pelo conhecimento, implícito e processual, que o sistema nervoso central tem dos movimentos que produz.

O experimento que reportam consistia em fazer com que alguns indivíduos vissem o desenhar em curso de um círculo por um ponto luminoso. No entanto, o padrão de velocidade desse ponto, que percorria uma trajetória rigorosamente circular, foi calibrado para espelhar o padrão de velocidade obtido pelo ato de desenhar uma elipse. Os sujeitos do experimento reportaram que viam o desenhar de uma elipse ao olhar o ponto luminoso em movimento, e não o de um círculo. Assim, o conhecimento do mecanismo de produção impõe ao sujeito, apesar do conflito entre geometria e cinemática do estímulo, a percepção de um objeto que se coaduna com o segundo elemento em conflito: sua cinemática. Confirmando o resultado do experimento de Viviani e Stucchi, Alain Berthoz argumenta, com base em investigação da atividade de redes neuronais especializadas, que a ação de ver modifica a percepção na sua fonte:

[As] cópias da ordem do motor que representam o movimento do olho são utilizadas como substituto da informação dos sentidos: o movimento do próprio olho equivale ao movimento de um alvo, uma vez que, se desloco meu olho de 20 graus à direita, isso equivale a deslocar o alvo de 20 graus à esquerda. (BERTHOZ, 1997, p. 222-223)

Observe assim que a sacada ocular pode modalizar a própria percepção a partir do movimento do globo ocular. O papel do motor na percepção também foi atestado em investigações que mostraram a existência de neurônios encontrados na área rostral do córtex pré-motor ventral (área F5) de macacos por Rizzolatti et al. (1990). Apesar de algumas controvérsias, essa área seria equivalente à área de Broca no homem (RIZZOLATTI; ARBIB, 1998, p. 189). Esses neurônios, chamados “espelho”, reagem não apenas quando um macaco faz um gesto qualquer, mas também quando o macaco vê o experimentador fazer o mesmo gesto. Isso equivale a dizer, defende Berthoz, que “o cérebro pode simular ações para predizer suas consequências” (RIZZOLATTI; ARBIB, 1998, p. 27). Mais recentemente, Rizzolatti e Arbib (1998) sugerem, a partir de estudos com estimulação magnética transcraniana e tomografia por emissão de pósitrons, que os neurônios espelho estão presentes no homem e incluem a área de Broca. Essas pesquisas corroboram diversas vertentes da teoria motora da percepção, cujo exame histórico se encontra em Viviani (1990).

Por considerarem o movimento, poder-se-ia objetar que as situações acima não se aplicariam a algo já produzido, limitando-se a atos perceptivos em curso como, por exemplo,

alguém que observasse o movimento da própria mão ou da mão de outra pessoa escrevendo sobre uma folha de papel, ou mesmo que observasse o movimento dos dedos da mão digitando as palavras que agora são lidas. Isso não é verdade no caso da escrita cursiva, pois o conhecimento do ato de escrever à mão e das restrições que a escrita de uma letra impõem às demais se internaliza. Orliaguet, Kandel e Boë (1997) mostraram que os sujeitos são capazes de prever, acima do aleatório, a próxima letra traçada após a letra “l” em escritas cursivas, a partir da diferenciação gráfica que cada letra “l” sofre por conta de sua coprodução com três letras distintas seguintes, “l”, “e” e “n”.

Com relação aos estímulos auditivos, mais particularmente os da fala, o vínculo entre produção e percepção também é investigado há muitos anos, notadamente a partir da teoria motora de percepção da fala, que sustenta em sua versão revisada que:

The objects of speech perception are the intended phonetic gestures of the speaker, represented in the brain as invariant motor commands that call for movements of the articulators through certain linguistically significant configurations. These gestural commands are the physical reality underlying the traditional phonetic notions - for example, ‘tongue backing’, ‘lip rounding’, and ‘jaw raising’ - that provide the basis for phonetic categories. (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 2)

Para essa corrente teórica, os objetos da percepção são os gestos realizados pelos articuladores da fala com fins distintivos, que são avaliados por um módulo perceptivo fonético específico e distinto do auditivo *stricto sensu*:

If speech perception and speech production share the same set of invariants, they must be intimately linked. This link, we argue, is not a learned association, a result of the fact that what people hear when they listen to speech is what they do when they speak. Rather, the link is innately specified, requiring only epigenetic development to bring it into play. On this claim, perception of the gestures occurs in a specialized mode, different in important ways from the auditory mode, responsible also for the production of phonetic structures, and part of the larger specialization for language. (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 3)

Para os propósitos deste artigo, observemos que os autores sustentam que se a produção e a percepção da fala partilham o mesmo conjunto de invariantes, por exemplo, gestos como arredondamento labial e retração da língua para uma vogal posterior, esses devem ser intimamente ligados, devem ser parte do modo como somos constituídos como humanos e, portanto, inatos. Embora a literatura posterior tenha mostrado que a questão do inatismo e da

especificidade da fala no quadro geral do processamento auditivo são sujeitos a fortes críticas, o vínculo entre produção e percepção da fala a partir da noção de gesto mostrou-se fundamental para entender como se dá a integração entre pistas acústicas e visuais para a recuperação dos sons da fala em ambiente ruidosos, bem como para modelar de forma simples as consequências perceptivas do conflito entre pistas visuais e acústicas dos gestos da fala no efeito McGurk (cf ROSENBLUM, 2005 para uma revisão).

Esse modo de funcionamento vinculado tem consequências para a fala. Se nos detivermos ao fenômeno da coarticulação como resultado da coprodução de gestos da fala, a pesquisa em fonética auditiva mostra que:

Coarticulation is geared toward making speaking easier and/or enhancing the effectiveness of the speech stream for the listener. When phonemes influence one another, the cohesion of the sound is presumably increased. We have evidence in reaction times that this information is taken into account even when it does not affect overt phonemic decisions (Marti and Bunnell, 1982; Whalen, 1984). (WHALEN, 1990, p. 33)

Em outras palavras, a coprodução, por reter no gesto coproduzido informação articulatória de mais de um segmento fônico isomórfico ao fonema, gera pistas acústicas redundantes da produção de um segmento acústico. Essa redundância tem efeito positivo, pois facilita a recuperação auditiva de um som da fala. Por exemplo, as pistas acústicas de um [p] são de baixa intensidade e não são recuperáveis em ambiente ruidoso. No entanto, há pistas acústicas da bilabialidade no início da vogal seguinte, por coarticulação, o que permite inferir, durante a escuta do trecho inicial da vogal, que uma bilabial a precedeu. O contexto da produção descartaria possíveis alternativas, como um [b] ou um [m], que também são bilabiaais. Assim, o vínculo entre produção e percepção inerente a essa redundância informacional torna a comunicação mais eficaz.

O mesmo se dá em relação ao ritmo da fala, ritmo que é resultado do concurso de modos de funcionamento do sistema de produção e do sistema de percepção, isto é, o ritmo emerge a partir do vínculo entre esses dois sistemas. Veremos adiante que o elemento periódico do ritmo facilita o controle da produção de unidades fônicas, enquanto os elementos de estruturação e movimento permitem a diferenciação de unidades fônicas que se tornam mais facilmente capturáveis pelo aparato perceptivo. Passemos agora a examinar as balizas que fazem emergir *in actu* o ritmo da escrita.

3. Estruturação, periodicidade e movimento na escrita

Para entender a presença das três balizas de estruturação, periodicidade e movimento na experiência rítmica na linguagem escrita, começemos por um exemplo simples em português. Considere o trecho seguinte:

Sim, sim, sim. Sim, sim, SIM.

Não se trata aqui de um exercício de leitura, é importante que se diga, porque nesse caso entraria a oralização do trecho acima, seja na leitura em silêncio ou em voz alta. Trata-se do exame dos aspectos gráficos para nos concentrarmos no papel da visão, uma vez que, embora os sistemas da escrita e da fala “sejam correlacionados e reciprocamente traduzíveis, são relativamente autônomos de um ponto de visto semiótico, sendo organizados por regras e princípios diferentes.” (ABAURRE, 1991, p. 78). Assim, o ritmo da escrita “define o modo como um texto específico ‘respira’ depois que o gesto rítmico com o qual foi produzido se ‘congela’ em signos gráficos sobre uma página em branco.” (ABAURRE, 1991, p. 78).

Começemos então por identificar a periodicidade constitutiva do ritmo. Segundo a proposta de Sauvanet (2000, p. 178), “a noção de ritmo está ligada àquela de expectativa: após um evento, esperamos o seguinte” e isso não como uma certeza, pois “o indivíduo submetido ao ritmo *espera* que após o mesmo intervalo de tempo o evento reaparecerá e isso com uma esperança matemática que é função crescente do número de elementos já produzidos”. Essa noção de expectativa como baliza para a experiência rítmica foi explorada recentemente por Kochanski et al. (2010) para compreender, ainda que de forma restrita à poesia, as diferenças rítmicas entre as línguas. Tanto Watson e Gibson (2004) quanto Barbosa (2007) propuseram uma implementação algorítmica probabilística da recorrência de eventos prosódicos como fronteiras de constituintes e proeminências como função da distância em sílabas de fronteiras anteriores.

Se abstrairmos as diferenças em termos dos traçados das letras que formam a palavra “sim” acima, concebendo essas letras como instâncias dos mesmos grafemas respectivos, a presença de duas repetições é inegável: a ternária da palavra “sim” e a binária da sequência “sim, sim, sim.” A unidade da primeira repetição é a palavra “sim”, cujas três ocorrências, em cada uma das duas sequências ternárias, são separadas pela sequência de vírgula e espaço em branco. A unidade da segunda repetição, a sequência de três palavras “sim”, é delimitada pelo ponto seguido de espaço no meio das duas sequências. Está assim ilustrada neste exemplo a

primeira baliza constitutiva do ritmo da escrita: a periodicidade de unidades de análise por quem percebe, periodicidade essa capturada *in actu* por você, que olhou há pouco o trecho acima.

A periodicidade serve o sistema de produção, porque, ao digitar as palavras acima, foi bem mais fácil para meu encéfalo comandar meus dedos para pressionar sequências idênticas ou próximas de cinco teclas: “s”, “i”, “m”, “,” ou “.” e a tecla de espaço. Observe que essa sequência foi efetuada seis vezes, mesmo que em três momentos tive que acionar a tecla de mudança de caixa para mudar cinco letras para sua forma maiúscula. Esse ajuste adicional se superpôs ao comando repetitivo de pressionar a sequência de teclas, provavelmente guiado pelo neocerebelo, como demonstra os estudos de Leiner, Leiner e Dow (1991). A facilidade para o mecanismo de produção advém do emprego de um comando holístico de uma frequência de repetição e não do controle analítico que exigiria o envio de comandos específicos de acionamento de cada tecla de forma isolada (cf KOHNO, 1992, para uma discussão sobre esses dois modos de operação para a produção de intervalos sonoros).

Não é possível dizer se o conhecimento que temos em observar pessoa digitando influencia quem observa o exemplo acima em sua percepção de regularidade, por falta de estudos específicos. Contudo, pode-se dizer que a constatação de regularidade no exemplo acima é possivelmente facilitada pela observação de elementos que o indivíduo reconhece como sendo os mesmos.

A segunda baliza norteadora da experiência rítmica é a estruturação, termo que usamos no lugar de “estrutura”, proposto por Sauvanet (2000). O acréscimo do sufixo permite evocar uma percepção que se dá no momento em que se vê o objeto em exame, desde que o sujeito que observa seja capaz de reconhecer unidades que se repetem em pelo menos algum grau de abstração associadas a uma ou mais unidades que se diferenciam de outras, possibilitando o reconhecimento de um agrupamento. A estruturação se dá no exemplo acima a partir de uma operação de agrupamento que identifica um elemento forte e dois elementos fracos. Os elementos fortes no exemplo acima, ao menos na forma como aprendemos a olhar um texto no sistema de escrita alfabético ocidental, são as palavras “sim” seguidas de um ponto final (“.”). Por convenção, o ponto final é o sinal que marca o término de uma sentença (cf HOUDART e PRIOUL, 2006, para uma história dos sinais de pontuação de nossa escrita ocidental). Por conta disso, no exemplo, o ponto final indica que a ocorrência da palavra “sim” que o precede é um elemento forte e que, em sua *relação* com as duas ocorrências anteriores, define uma unidade

estruturante por uma operação de estruturação que ocorre no momento em que se examina o trecho acima.

Essa unidade estruturante forma assim um todo, pois o “vínculo entre as unidades é uma espécie de imantação recíproca. O ritmo é essa unidade múltipla, complexa, que surge quando as partes são irredutíveis ao todo, e reciprocamente o todo irredutível às partes. O fenômeno rítmico se dá assim como um todo, ou não se dá de jeito nenhum.” (SAUVANET, 2000, p. 174). Assim, “o ritmo não é feito de tempo forte + tempo fraco + pausa + etc, uma vez que não seria possível omitir um desses elementos sem omitir ao mesmo tempo a qualidade rítmica do todo.” (SAUVANET, 2000, p. 172). Essas considerações aproximam a experiência rítmica de uma experiência descrita pela Psicologia da Forma, na *Gestalttheorie* (cf GUILLAUME, 1979 para uma revisão), especialmente para o caso da visão, em que a *forma* é justamente concebida como essa unidade estruturante de que falamos, irredutível as suas partes constitutivas.

A face estruturante da experiência rítmica facilita o processamento pelo sistema de percepção, pois nos orienta, pela via da produção (ou do produzido no caso acima), a realizar um agrupamento ou a deter nossa atenção sobre um elemento gráfico (as ocorrências da palavra “sim” às margens de cada sequência ternária, uma vez que ocorrências marginais se diferenciam pela maiúscula inicial de sentença – e aqui distinguimos esses dois aspectos do grafema “s” – e por estarem seguidas de ponto final).

Como vimos até agora, a experiência rítmica que estamos tendo ao observar o exemplo desta seção se dá pelo concurso de pelo menos duas balizas, a periodicidade e a estruturação. Todavia, essas duas balizas não são suficientes para constituir uma experiência rítmica integral. É preciso ainda considerar o papel da novidade que configura o que Sauvanet (2000, p. 190) chama de “movimento”, pois para esse autor, citando Loreau (1987, p. 105): “sem regularidade o ritmo não existe; sem instabilidade ele desaparece.” Essa última baliza é o elemento que torna o ritmo vivo, que transforma o par periodicidade-estruturação, marcando uma ruptura. Esse elemento que dá movimento no trecho acima é a palavra “sim” marcada com todas as letras em maiúscula, diferenciando a palavra “sim” final com relação a suas demais ocorrências. Sendo assim, o trecho tem movimento, traz uma novidade. E, dessa forma, a partir dessa experiência rítmica vivida, mesmo tendo sido guiada por sua análise nessas linhas, dizemos que o trecho acima tem ritmo, pois traz três balizas que fazem acontecer a experiência visual do ritmo da escrita.

Como identificar as balizas acima em textos mais complexos, que exigem, por exemplo, a identificação de uma periodicidade na ausência de repetição de palavras idênticas? Vejamos um texto noutra língua, que talvez torne a proposta clara com relação à baliza da periodicidade.

Trata-se de um trecho de *Du Côté de chez Swann*, de Marcel Proust, que evoca a experiência rítmica do narrador com um fenômeno natural. Seria o leitor capaz de identificar esse fenômeno apenas olhando a disposição gráfica dos segmentos separados por sinais de pontuação e espaços internos, especialmente nas duas linhas finais?

Un petit coup au carreau, comme si quelque chose l'avait heurté, suivi d'une ample chute légère comme de grains de sable qu'on eût laissés tomber d'une fenêtre au-dessus, puis la chute s'étendant, se réglant, adoptant un rythme, devenant fluide, sonore, musicale, innombrable, universelle : c'était la pluie.

Marcel Proust, *Du Côté de chez Swann*.

Se o leitor respondeu que é uma chuva ou, mais acertadamente, uma chuva forte de curta duração (*averse* em francês), por que essa inferência foi possível? Por conta das três balizas acima. Vejamos: em primeiro lugar, a periodicidade está aqui associada à repetição de unidades que associamos a palavras, por conta dos espaços em branco entre elas, mesmo sem saber falar francês (evidentemente essa associação não é livre de erro, como teria ocorrido se o texto contivesse a palavra *pomme de terre*, que significa “batata”). No que respeita a estruturação, a pontuação desempenha um papel essencial para a circunscrição de agrupamentos, como coloca Chacon (1996, p. 220):

O papel que os sinais de pontuação desempenham de delimitarem unidades na continuidade do texto escrito e de se comportarem como correspondentes de morfemas, assim como os estreitos laços que eles mantêm com todos os fatos que cercam a emergência da escrita num momento dado da história, evidenciam, de antemão não apenas a ligação orgânica dos sinais com o código escrito, mas também com uma das propriedades essenciais desse código: sua natureza espacial.

No trecho de Proust até o sinal de dois pontos, podem-se identificar visualmente agrupamentos separados por vírgulas seguidas de espaço contendo os seguintes números de palavras isoladas por espaço ou apóstrofo: 5, 7, 20, 5, 2, 3, 2, 1, 1, 1, 1.

Num verdadeiro estilo flaubertiano, o número de palavras nos agrupamentos do excerto primeiramente cresce de 5 a 20 para então decrescer bruscamente, de 20 a 5, tornando-se rigorosamente regular, como demonstra a sequência de quatro palavras isoladas entre as

vírgulas e os dois pontos que antecedem a chave do enigma. Esse movimento de crescimento e decrescimento simula o fenômeno natural a partir das primeiras gotas de chuva, seguido da queda regular e abundante da água celeste. O desvio-padrão do número de palavras por agrupamento no excerto inteiro é de 5,6 palavras, enquanto que no trecho que começa no quarto agrupamento, o desvio-padrão passa a ser de 1,4 palavra. O uso de palavras a partir de uma delimitação gráfica (espaço, hífen ou apóstrofo) permite examinar a periodicidade da escrita sem fazer apelo à sílaba, unidade que, por ser definida pela produção/percepção da fala, se relaciona naturalmente com a linguagem falada, através da oralização pela leitura.

Um exame semelhante quanto à periodicidade de uma unidade gráfica pode ser feito com a contagem de número de caracteres. Com essa unidade, o desvio-padrão do excerto todo até os dois pontos é de 23,3 caracteres, enquanto no trecho que começa com *puis la chute s'étendant* passa a ser de 4,8 caracteres. É evidente que a regularidade absoluta supõe um desvio-padrão nulo qualquer que seja a unidade de análise escolhida (o que de fato ocorre na contagem por palavra no trecho *sonore, musicale, innombrable, universelle*), mas fica demonstrada uma tendência à regularização também para a contagem de caracteres por agrupamentos delimitados por sinais de pontuação.

Un petit coup au carreau,
comme si quelque chose l'avait heurté,
suivi d'une ample chute légère comme de grains de sable qu'on eût laissés tomber
d'une fenêtre au-dessus,
puis la chute s'étendant,
se réglant,
adoptant un rythme,
devenant fluide,
sonore,
musicale,
innombrable,
universelle :
c'était la pluie.

Além disso, no excerto, cada par vírgula/espaço e espaço/dois pontos delimita agrupamentos que permitem a operação de estruturação realizada pelo sujeito que visualiza o excerto acima. A isso concorre também o espaço do papel. A experiência seria talvez mais imediata se o trecho fosse escrito como ilustrado acima, em caracteres menores para permitir que todo elemento separado por sinal de pontuação caiba numa única linha.

A estruturação que realiza o sujeito que visualiza, no papel, a disposição das palavras separadas pelos sinais de pontuação e espaços, tanto na apresentação imediatamente acima

quanto na precedente, permite identificar um todo que se divide em dois grandes blocos em que o primeiro termina com a oração de 20 palavras que contém um encaixamento. A um crescendo de caracteres e palavras no primeiro bloco sucede uma sequência de trechos curtos no segundo bloco que é a imagem da regularização da própria chuva. É a extensão dos trechos separados por sinais de pontuação e espaços que permite essa estruturação que configura o excerto como um todo orgânico: retirar qualquer elemento constitutivo desse todo quebra sua “forma”, destrói, por assim dizer, essa experiência rítmica particular.

A terceira baliza constitutiva da experiência rítmica se dá todo o tempo, visto que a expectativa sobre a extensão dos elementos separados por vírgulas é perturbada na observação dos agrupamentos. Mas é sem dúvida com a oração final que esse movimento se faz mais evidente, pois essa oração dá a chave de interpretação: *c’était la pluie* (“era a chuva”). Vê-se assim que as três balizas que circunscrevem a experiência rítmica estão claramente presentes nesse excerto de *La Recherche du temps perdu*.

Uma noção de movimento foi explorada por Chacon (1996, p. 283), para quem o ritmo tem ao menos dois elementos principais: a estruturação e o movimento dado pela alternância de unidades rítmicas, alternância ligada ao sentido expresso no texto (ato enunciativo). É a pontuação que permite ao autor recuperar esses elementos, com referência ao aspecto verbal, visto seu trabalho também tratar das organizações semântica e sintática no espaço da escrita:

[O rastro] deixado pela pontuação [é] a indicação do papel organizador do ritmo na linguagem em sua expressão gráfica. Buscaremos, no *corpus* a ser analisado o modo pelo qual, ao organizar a linguagem num ato enunciativo, o ritmo, ao mesmo tempo em que a fragmenta em unidades multidimensionais, promove sua integração num fluxo discursivo (visto, este último, num movimento entre o que é produto e o que é processo na atividade verbal). (CHACON, 1996, p. 257)

No exposto nesta seção prescindimos de qualquer referência ao sentido para defender a autonomia do ritmo da escrita, quanto da fala, de qualquer referência sintático-semântica. O ritmo se serve desses aspectos informacionais para veicular a mensagem, mas pode ser isolado, tanto na produção quanto na percepção, independentemente desses níveis. Passemos agora a examinar as três balizas que circunscrevem a experiência rítmica na fala.

4. Estruturação, periodicidade e movimento na fala

Há alguns anos, Barbosa (2006) mostrou que o ritmo da fala pode ser concebido como resultado de um sistema subjacente dotado de dois elementos constitutivos em acoplamento, uma oscilação silábica e uma oscilação acentual, elementos perturbados pela informação linguística superior ao nível fonológico. A experiência rítmica na fala adviria da presença de uma tendência estruturante, implementada pelo oscilador acentual perturbado por informação sintática local, e uma tendência regularizante, implementada pela repetição idealmente periódica de dois osciladores, um silábico e outro acentual, que se influenciam mutuamente.

O autor mostrou então que as duas primeiras balizas apresentadas aqui, a estruturação e a periodicidade rítmicas, são reconhecidas pelo acoplamento entre os dois osciladores acima, osciladores que operam em escalas temporais distintas. O oscilador acentual atua na ordem temporal do grupo acentual, enquanto o silábico atua na ordem temporal da sílaba. Na ausência de informação sintática, esses dois osciladores se influenciam e o oscilador acentual define, à direita, elementos silábicos de maior duração que, pela diferenciação temporal, chamam a atenção do ouvinte e atuam como elementos estruturantes. Esse princípio de funcionamento é muito semelhante ao descrito acima para a escrita.

O movimento, o terceiro elemento constitutivo da experiência rítmica, é dado pela informação linguística, pelos desvios da regularidade do oscilador acentual e pela variação de sua magnitude, que seguem a intenção do falante. Se ao invés de ter sido apresentado para suscitar uma experiência rítmica visual, o trecho acima, reproduzido abaixo, fosse dito por alguém que tivesse colocado uma grande ênfase na última palavra, encontraríamos imediatamente as três balizas acima.

Sim, sim, sim. Sim, sim, SIM.

A periodicidade se dá pela repetição da sílaba “sim” e do agrupamento “sim, sim, sim”, enquanto que a estruturação se dá pela pausa que o falante impõe entre as duas sequências, bem como pelo silêncio final. O elemento novo é colocado na ênfase final, que pode, entre outras possibilidades, a depender da entoação associada ao último “sim”, expressar a irritação. A partir de técnicas de análise acústica, podemos ver na Fig. 1 um exemplo da pronúncia desse trecho na fala do autor.

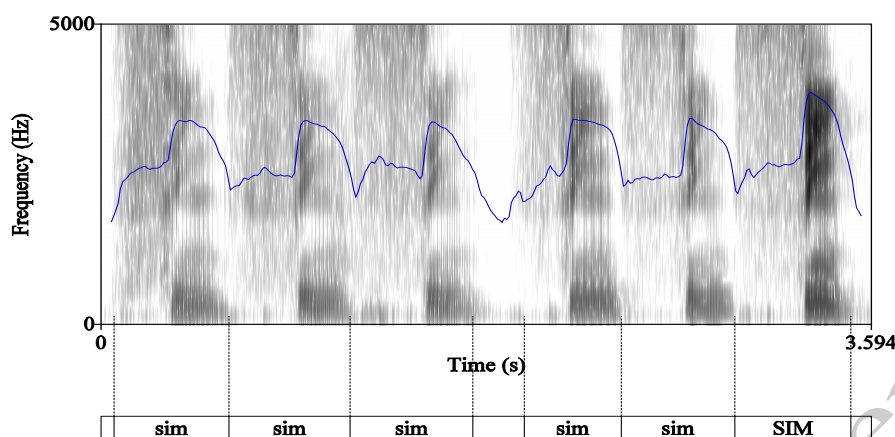


Fig. 1: Espectrograma e traçado de intensidade (linha cheia) do trecho referido no texto.

A figura mostra um espectrograma de banda larga correspondente a uma ocorrência da sequência de palavras “sim” referida acima e, superposto ao mesmo, um traçado da intensidade total dos segmentos fônicos formados pelo ruído de fricção do [s] e pelo padrão harmônico, mais escuro no espectrograma, da vogal nasalizada [ĩ]. Abaixo desses traçados pode-se ver a delimitação das palavras emitidas, a partir da qual se constata que não há pausas silenciosas entre as palavras, a não ser entre as duas sequências ternárias, onde há um silêncio de cerca de 240 ms. A duração das seis palavras é semelhante: mesmo a última não difere de forma significativa das demais. Além disso, estudos psicoacústicos mostraram que diferenças de duração inferiores a 25 ms não são percebidas na fala (LEHISTE, 1970; BOCHNER; SNELL; MACKENZIE, 1988). Mesmo diferenças maiores podem não ser percebidas no contexto de sua produção real, isto é, fora do laboratório, em que os trechos sonoros são paradigmaticamente comparados e os sujeitos são guiados para prestar atenção aos estímulos no que respeita a duração.

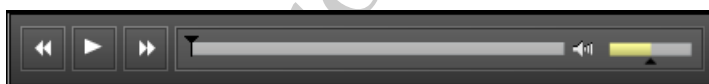
Para realizar as duas sequências de palavras, colocando mais ênfase ao final, o falante colocou mais força articulatória na última palavra, tendo como consequência maior intensidade sonora. Isso pode ser visto pelo traçado da intensidade no trecho final correspondente à vogal, que tem valor mais elevado que todos os demais traçados durante as vogais precedentes bem como pelo maior escurecimento do traçado espectrográfico.

As três balizas que permitem a experiência rítmica neste exemplo de fala estão tão presentes quanto no exemplo da escrita. A periodicidade é marcada duplamente: de um lado pela equivalência duracional das palavras pronunciadas, que marcam uma periodicidade do

item lexical ao mesmo tempo em que é periodicidade ao nível silábico, por termos escolhido exemplificar o ritmo da fala por uma sequência de palavras monossilábicas idênticas. Por outro lado, há periodicidade na repetição das duas sequências ternárias de “sim” antes de pausa silenciosa: antes da pausa medial e antes da pausa final. Essas duas pausas constituem partes integrantes de dois agrupamentos que se sucedem, constituindo uma estruturação.

A estruturação se estabelece a partir do emprego da pausa silenciosa e do crescimento da intensidade na segunda sequência. A pausa silenciosa é parte constitutiva do trecho sonoro precedente (cf DUEZ, 1987; BARBOSA, 1994 para uma justificativa experimental dessa relação entre pausa silenciosa e segmento sonoro precedente), e, tanto quanto vogais sujeitas ao alongamento final pré-pausal (EDWARDS; BECKMAN; FLETCHER, 1991), a pausa silenciosa produzida contribui para a percepção de pausa durante a enunciação. O crescimento da intensidade na segunda sequência estabelece um todo da mesma, pois a intensidade maior final é resultado de uma ação progressiva que culmina na maior intensidade final. Essa ação progressiva constitui em si um movimento.

O crescimento de intensidade produz um efeito de totalidade e expressividade no trecho pronunciado, enquanto a última palavra, com ênfase inesperada, seria uma novidade para um sujeito ouvinte que a escutasse pela primeira vez, caracterizando a baliza do movimento. Para o leitor deste artigo, a novidade está prejudicada pelas informações que recebeu aqui. A experiência rítmica que a escuta desse exemplo proporciona pode ser ouvida aqui.



Em seguida examinaremos dois exemplos de fala mais complexos em estilos de elocução distintos: fala lida e fala narrada. Nesses exemplos mostraremos o perfil de duração silábica de um enunciado lido e de outro narrado. Os exemplos são extraídos do *corpus* Belém, usado por Barbosa, Viana e Trancoso (2009) para caracterizar os ritmos das falas lida e narrada em português brasileiro e europeu. O *corpus* é constituído pela leitura de um texto de cerca de 1600 palavras seguida da narração da história lida por brasileiros e portugueses.

A Fig. 2 ilustra a evolução da duração silábica normalizada, ao longo do enunciado (barras delimitam fronteiras prosódicas realizadas) “Como ali havia | horas para tudo e | regras para tudo, | os dias pareciam todos iguais.”, lido por uma falante paulista universitária, na faixa de 30 anos quando da gravação.

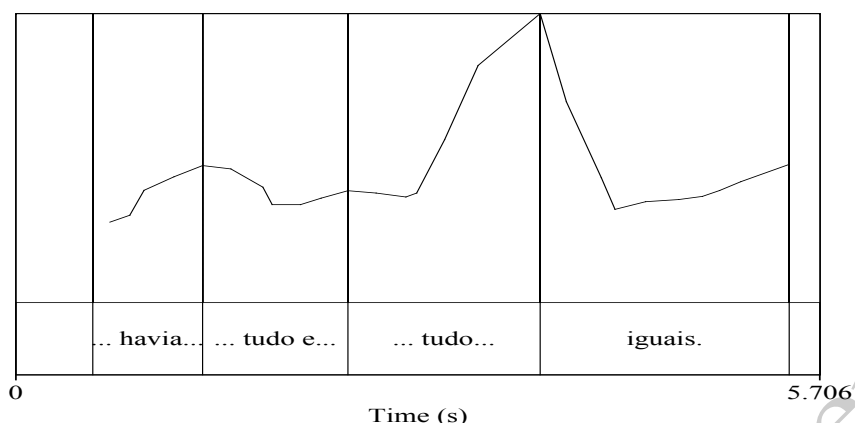


Fig. 2: Z-score de duração de sílaba fonética em valores adimensionais na ordenada nos ângulos da linha cheia e posição temporal de cada valor na abscissa ao longo do enunciado lido “Como ali havia horas para tudo e regras para tudo, os dias pareciam todos iguais.” de locutora paulista.

A duração normalizada é expressa por meio do *z-score* da duração das sílabas fonéticas do enunciado, que são delimitadas pelo início de duas vogais consecutivas. A normalização da duração minimiza o efeito da duração intrínseca da unidade fônica, ressaltando seu valor prosódico. Assim, os picos de duração normalizada representam unidades acusticamente salientes que marcam proeminência e fronteira prosódicas no enunciado. No exemplo, as fronteiras mais salientes ocorrem em ordem decrescente de valor após as palavras “tudo” (segunda instância), “iguais”, “havia” e “e”. Esses pontos no enunciado assinalam limites de agrupamento que o dividem em três grupos de 6 a 7 sílabas, terminado por um grupo final de 10 sílabas. Ressalta-se assim a quase periodicidade de recorrência de acentos frasais, realizados nas rimas finais das palavras acima, regularidade acentual que se superpõe à regularidade silábica. As sílabas fonéticas átonas marcam uma cadência que tende a ser percebida como sequenciamento isócrono, resultado há muito conhecido na literatura (LEHISTE, 1977), ressaltando-se o papel estruturante das duas sílabas que antecedem imediatamente a sílaba fonética portadora do acento frasal, que costumam ter o dobro da duração das átonas que as precedem. Assim, estruturação e periodicidade se conjugam para compor os padrões duracionais silábicos de uma língua, como já demonstrado para o português brasileiro (BARBOSA, 2006).

Por conta da informação linguística e da expressividade que o locutor quer imprimir em sua fala, acresce-se o efeito de desvio da regularidade dos fenômenos esperados de estruturação (recorrência regular do acento frasal) através do concurso da baliza do movimento. No exemplo dado, o efeito de novidade é dado pela diferenciação do grupo acentual final, que é mais longo

em termos de número de sílabas, criando uma quebra de expectativa por parte do ouvinte. O enunciado pode ser ouvido aqui.

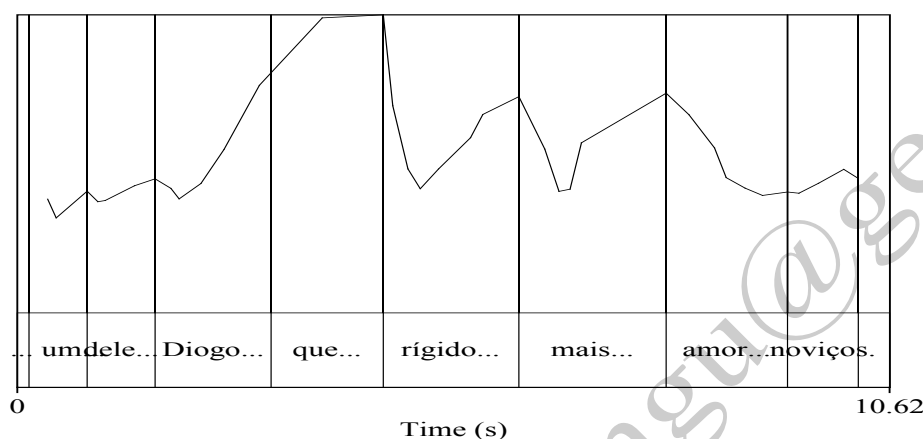


Fig. 3: Z-score de duração de sílaba fonética em valores adimensionais na ordenada nos ângulos da linha cheia e posição temporal de cada valor na abscissa ao longo do enunciado narrado “E tinha um... superior dele... que era o frei Diogo... que... era muito rígido... e despertava mais... medo do que amor... nos noviços.” de locutora paulista.

A Fig. 3 mostra a evolução da duração normalizada do enunciado narrado “E tinha um... superior dele... que era o frei Diogo... que... era muito rígido... e despertava mais... medo do que amor... nos noviços.” O trecho narrado apresenta hesitações por pausa silenciosa e alongamento além de pausas em posições linguisticamente esperadas (cf MERLO, 2012 para uma revisão de hesitação e fenômeno pausal na narração). Os agrupamentos são indicados aqui por reticências, uma vez que esses segmentos acústicos terminam com pausa. Para a narração, um enunciado foi considerado um trecho correspondente a um ato ilocutório completo, de acordo com os estudos de Cresti (2000, p. 42, 45ss), retomados para o português brasileiro por Raso e Mello (2012).

Quanto à baliza da periodicidade, a tese de Merlo (2012) demonstrou experimentalmente a presença de ciclos periódicos organizados hierarquicamente e marcados por pausas linguisticamente esperadas e hesitações, que ocorrem de forma alternada na narração dos sujeitos que examinou. Na Fig. 3 as linhas tracejadas estão dispostas no tempo, pelo qual se pode ver que, excetuando-se os grupos correspondentes às duas hesitações iniciais e o trecho final, após “amor”, há uma regularidade temporal dos cinco grupos acentuais mediais, que terminam com as palavras “Diogo”, “que”, “rígido”, “mais” e “amor”. As durações desses

grupos variam de 1,27 a 1,80 s, sendo que a diferença entre grupos consecutivos varia entre 150 e 300 ms, que se situa em torno dos valores médios de duração de uma sílaba fonética (cf BARBOSA, 2006, cap. 3). A literatura aponta que, para além de 1 segundo, o ouvinte tem maior dificuldade na percepção de diferenças duracionais (KOHNO, 1992; NOOTEBOOM, 1997), comportamento que contribui para a percepção da regularidade dos grupos formados pela narração desta locutora.

A estruturação decorre da consideração desses grupos como fazendo um todo em relação a todas as sílabas que os constituem, bem como pela relação, e assim, a constituição de um todo orgânico, entre o trecho que vai até o segundo “que” e o restante do enunciado. Observe que o valor de duração normalizada para esse “que” é o maior entre os valores de duração de todas as sílabas fonéticas, todas essas acrescidas das eventuais pausas silenciosas que as sucedem. A partir desse trecho, logo após a nomeação do mestre dos noviços, seguem-se dois trechos que o qualificam (rígido e desperta medo).

O movimento é o elemento de novidade no jogo entre periodicidade e estruturação, não do sentido. É aqui caracterizado pelo último grupo acentual, que apresenta uma curta duração no tempo e em número de sílabas, quebrando a regularidade acentual constituída a partir do terceiro grupo acentual. A motivação da locutora em trazer essa informação adicional, dedutível semanticamente do que foi dito antes, é a necessidade de precisão informacional e sintática, visto que esse complemento era esperado pelo emprego do verbo “despertar”. Embora possamos reconhecer a informação sintático-semântica como causa do movimento, sua caracterização rítmica quanto à baliza de movimento se dá apenas pela quebra das expectativas quanto a periodicidade e estruturação. Pode-se assim identificar a experiência rítmica, que pode ser ouvida aqui



independentemente do sentido veiculado pelo arranjo lexical e pela estrutura sintático-semântica subjacente. Esse movimento seria prejudicado se, ao invés de “nos noviços”, a locutora acrescesse “os noviços do mosteiro”, criando um grupo de extensão equivalente aos precedentes. Este estaria presente apenas nos movimentos de menor grau veiculados pelos pequenos desvios de periodicidade e estruturação percebidos. Aqui indicamos apenas um movimento rítmico conspícuo na narração original.

5. Discussão: congruências e não congruências do rítmico na fala e na escrita

O modelo de produção do ritmo da fala desenvolvido por Barbosa (2002), a partir de uma proposta inicial apresentada anteriormente (BARBOSA; MADUREIRA, 1999), propõe a hipótese de que os padrões duracionais das sílabas fonéticas das línguas naturais são resultado da superficialização das consequências do acoplamento de dois osciladores subjacentes, um oscilador acentual e um oscilador silábico, que combinam as balizas de periodicidade e estruturação mencionadas aqui (BARBOSA, 2006). As consequências para a produção do ritmo da fala da inclusão da informação sintática a essa oscilação acoplada já foram exploradas na mesma compilação, sob a forma de uma perturbação local que pode deslocar os pulsos do oscilador acentual em função da competição entre restrições sintáticas e rítmicas no ato de enunciação. Uma implementação probabilística desse efeito sintático local foi apresentada em seguida por Barbosa (2007), permitindo dar conta da ocorrência de eventos prosódicos singulares ao longo de enunciados lidos. A noção de perturbação local se identifica com a proposta do filósofo Pierre Sauvanet de uma terceira baliza da experiência rítmica, o movimento, pois a informação sintática, ao contrariar as expectativas de regularidade e estruturação pela realização de acentos frasais periodicamente recorrentes, desempenha o papel do novo no ritmo da fala. Sauvanet insiste ainda sobre a inter-relação dessa baliza com as duas outras para a caracterização do ritmo.

Vimos que essa proposta tripartida para a caracterização do ritmo da fala se coaduna muito bem com o que ocorre na escrita, onde também é possível identificar as três balizas sem qualquer apelo à oralização. Outro aspecto importante da congruência entre os dois ritmos diz respeito ao papel desempenhado, de um lado, pela pausa silenciosa na fala e, de outro, pelo espaço entre palavras, circunscrito ou não por sinais de pontuação, que é fundamental para a caracterização da experiência rítmica visual como um todo. Os espaços separadores das palavras integrados com os sinais de pontuação, que permitem atribuir valores distintos a esses espaços, constituem um todo com as palavras escritas, guiando a identificação das três balizas em tela. Os dois pontos e o ponto final no trecho exemplificado aqui dão um valor superior ao espaço que os sucede em relação aos espaços que sucedem as vírgulas, por conta dos valores que esses dois sinais assumiram ao longo do uso sistemático dos sinais da pontuação.

Na escrita, a periodicidade é assim associada à tendência à regularidade de unidades gráficas no espaço, tendência que em alguns casos particulares, como o exemplo simples

apresentado neste artigo, torna-se periodicidade absoluta. Também na escrita, a estruturação diz respeito a agrupamento e diferenciação de unidades pelo jogo respectivo da pontuação e dos espaços separadores bem como dos diferentes estilos de caracteres. Por sua vez, o movimento se manifesta pela quebra de expectativa em relação ao padrão periodicidade-estruturação esperado, que também se dá no espaço do papel. A espacialização do tempo pelo uso de técnicas de análise acústica torna ainda maior, num certo sentido, a congruência entre os dois ritmos. Assim, diferentemente de Chacon (1996, p. 94), que coloca que “o fato de a escrita ser um sistema semiótico diferente do da oralidade nos leva a supor que o ritmo da escrita terá, conseqüentemente, propriedades diferentes daquelas que caracterizam o ritmo da expressão oral”, defendemos a posição de uma congruência no que repete o reconhecimento de três balizas que aproximam a experiência rítmica na fala e na escrita, a primeira se dando à audição, a segunda, à visão.

A relação entre os dois tipos de ritmo através da leitura não foi explorada neste artigo, tendo em vista nos concentrarmos em aspectos do ritmo que pressupõem uma autonomia dos dois sistemas. Há excelentes trabalhos a respeito do assunto a que o leitor pode se remeter na compilação editada por Snowling e Hulme (2005), para além de uma boa apresentação inicial do tema feita por Jouve (1993) e de vários estudos sobre a aquisição da escrita no português, onde a relação entre linguagem falada e escrita se faz muito marcada (ABAURRE, 1991, 1992; ABAURRE e SILVA, 1993), visto que a criança tem que aprender aos poucos a autonomia dos dois sistemas e se liberar da transposição de propriedades que intui na fala para o espaço de escrita. Avaliemos agora em que sentido esses dois ritmos podem diferir, para além da obviedade dos meios distintos em que se dão, espaço e tempo.

Nossa proposta é a de que a diferença entre os ritmos próprios aos dois sistemas autônomos da fala e da escrita reduz-se essencialmente a uma diferença de unidade mínima para a caracterização da periodicidade. Enquanto a unidade mínima de produção da fala é a sílaba fonética, que é usada para a caracterização do ritmo na fala, como no modelo de produção do ritmo da fala de Barbosa (2006), a sílaba não pode ser a unidade mínima na escrita enquanto sistema autônomo em relação à fala por uma razão ontológica: a sílaba é uma unidade definida para a fala.

Assim, na escrita alfabética, a unidade mínima que propomos é o caractere ou letra, enquanto unidade concreta disposta no espaço de escrita. É certamente mais segura para a identificação de uma regularidade do que a palavra gráfica definida entre apóstrofes, hífen ou

espaços, uma vez que palavras muito longas impõem à visão a percepção de uma extensão no campo visual que, por si só, pode guiar o observador à percepção de um agrupamento. No exemplo que segue o número de palavras separadas por hífen e pontuação é decrescente, mas os três agrupamentos marcam um crescendo visual em função do número de caracteres.

Pode-se dar, para exemplificar: anticonstitucionalissimamente.

Uma vez que a letra em um sistema alfabético não tem correspondência biunívoca com qualquer unidade fônica, não é possível dizer que haja congruência quanto à unidade mínima do ritmo da escrita com relação a qualquer unidade constitutiva do ritmo da fala.

No que se refere a outros tipos de sistema de escrita, como os propostos por Daniels (2001): morfossilabário (como na escrita cuneiforme), silabário, abjad (como na escrita semítica), alfabético e abugida (como na escrita do sânscrito), a unidade mínima se identificaria com os caracteres distintos em cada um desses sistemas. Para que haja estruturação objetiva no espaço de escrita através da constituição de agrupamentos, é preciso que haja delimitações entre grupos de caracteres. Os agrupamentos inescapáveis são impostos pelas margens do suporte sobre que se escreve, independentemente de direção ou orientação da escrita. Agrupamentos de extensão menor dependem de o sistema de escrita os dispor, como no caso de espaços e diacríticos como pontos para separar palavras ou outros recursos encontrados em vários sistemas pelo mundo (cf CARTIER, 2012 para um exame das possibilidades). Espaços entre agrupamentos de caracteres podem delimitar itens lexicais, mas não grupos rítmicos de domínio maior. Nesses casos não há ritmização objetiva sem passar pela leitura, em silêncio ou em voz alta. Mesmo em silêncio a leitura pressupõe o agrupamento em grupos acentuais que é feito a partir da fala interna (cf LEVELT, 1989; FODOR, 2002). As desvantagens da não marcação de agrupamentos rítmicos se fez sentir com a evolução de sistemas de escrita como o latino, que de escrita contínua evoluiu para a demarcação de itens lexicais e de grupos rítmicos por vários sinais de pontuação.

Respondendo diretamente às questões colocadas no início do artigo, quando escrevemos “ritmo da escrita” e “ritmo da fala” estamos nos referindo a experiências rítmicas sujeitas a dois mecanismos de percepção que parecem estar igualmente sintonizados para a apreensão de gestos espaço-temporais que são balizados por três elementos constitutivos que realizam operações idênticas em meios distintos. É por isso que o termo “ritmo” pode ser usado para essas duas experiências perceptivas. Os critérios de identificação dos fenômenos rítmicos nos dois sistemas foram justificados e ilustrados ao longo de todo o artigo.

Referências bibliográficas

ABAURRE, M. B. M. Ritmi dell'oralità e ritmi della scrittura. In: ORSOLINI, M.; PONTECORVO, C. **La costruzione del testo scritto nei bambini**. Roma: La nuova Italia, 1991, p. 77-98.

ABAURRE, M. B. M. Os estudos linguísticos e a aquisição da escrita. In: Anais do II Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: PUCRS/CEAAL, p. 5-49, 1992.

ABAURRE, M. B. M.; SILVA, A. da. O desenvolvimento de critérios de segmentação na escrita. In: Temas em Psicologia, São Paulo, p. 89-102, 1993.

BARBOSA, P. A. **Caractérisation et génération automatique de la structuration rythmique du français**. Tese (Doutorado). Institut National Polytechnique de Grenoble, França, 1994.

_____. Explaining Cross-Linguistic Rhythmic Variability via a Coupled-Oscillator Model of Rhythm Production. In: **Proceedings of the Speech Prosody 2002 Conference**. Aix-en-Provence, França, p. 163-166, 2002.

_____. **Incursões em torno do ritmo da fala**. Campinas: Pontes/Fapesp, 2006.

_____. From syntax to acoustic duration: a dynamical model of speech rhythm production. **Speech Communication**, v.49, p.725-742, 2007.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.specom.2007.04.013>

BARBOSA, P. A.; MADUREIRA, S. Toward A Hierarchical Model of Rhythm Production: Evidence From Phrase Stress Domains In Brazilian Portuguese. In: **Proc. of the XIVth International Congress of Phonetic Sciences**. San Francisco, p. 297-300, 1999.

BARBOSA, P. A.; VIANA, M. C.; TRANCOSO, I. Cross-variety Rhythm Typology in Portuguese. In: **Proc. of Interspeech 2009 - Speech and Intelligence**. Brighton, Reino Unido. Londres: Causal Productions, p. 1011-1014, 2009.

BERTHOZ, A. **Le Sens du mouvement**. Paris: Odile Jacob, 1997.

BOCHNER, J. H.; SNELL, K. B.; MACKENZIE, D. J. Duration discrimination of speech and tonal complex stimuli by normally hearing and hearing-impaired listeners. **J. Acoust. Soc. Am.**, v.84 (2), 493-500, 1988.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1121/1.396827>

CARTIER, D. **L'Écriture du monde**. Paris: François Bourin, 2012.

CHACON, L. **Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 1996.

CRESTI, E. **Corpus di italiano parlato**. V. 1. Florença: Accademia della Crusca, 2000.

DANIELS, P. T. Writing systems. In: ARONOFF, M.; REES-MILLER, J. **The Handbook of Linguistics**. Oxford: Blackwell, p. 43-80, 2001.

DUEZ, D. **Contribution à l'étude de la structuration temporelle de la parole en français**. Thèse d'État. Université de Provence, 1987.

EDWARDS, J.; BECKMAN, M. E; FLETCHER, J. The articulatory kinematics of final lengthening. **J. Acoust. Soc. Am.**, v.89 (1), p.369-382, 1991.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1121/1.400674>

FODOR, J. D. Psycholinguistics cannot escape prosody. In: Proceedings of Speech *Prosody Conf.* 2002, p. 83–88. Aix-en-Provence, França, 2002.

HOUDART, O.; PRIOUL, S. **La ponctuation : ou l'art d'acomoder les textes**. Paris: Seuil, 2006.

GUILLAUME, P. **La Psychologie de la forme**. Paris: Flammarion, 1979.

JOUVE, V. **La Lecture**. Paris: Hachette, 1993.

KOCHANSKI, G.; LOUKINA, A.; KEANE, E.; SHIH, C.; ROSNER, B. Long-range prosody prediction and rhythm. In: Proc. of the Speech Prosody 2010 Conf.. Chicago, p. 1-4, 2010.

KOHNO, M.. Two mechanisms of processing sound sequences. In: TOHKURA, Y.; VATIKIOTIS-BATESON, E.; SAGISAKA, Y. **Speech, perception, production and linguistic structure**. Amsterdam: IOS Press, p. 287-293, 1992.

LEHISTE, I. **Suprasegmentals**. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 1970.

_____. Isocrony reconsidered. **Journal of Phonetics**, v.5, p.253-263, 1977.

LEINER, H.C.; LEINER, A.L.; DOW, R.-S. The human cerebro-cerebellar system: its computing, cognitive, and language skills. **Behavioural Brain Research**, v.44, p.113-128, 1991.

DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S0166-4328\(05\)80016-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0166-4328(05)80016-6)

LEVELT, W. J. M. **Speaking: from Intention to Articulation**. Cambridge, MA: M.I.T. Press, 1989.

LIBERMAN, A. M.; MATTINGLY, I. G. The Motor Theory of speech perception revised. **Cognition**, v.2, p.1-36, 1985.

LOREAU, M. **Rythme et force poétique**. En quête d'un nouveau commencement. Bruxelles: Lebeer Hossmann, 1987.

MARTIN, J. G.; BUNNELL, H. T. Perception of anticipatory effects in vowel-stop consonant-vowel sequences. **Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance**, v.8, p.473-488, 1982.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/0096-1523.8.3.473>

MERLO, S. **Dinâmica temporal de pausas fluentes e hesitações na fala semi-spontânea**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2012.

NOOTEBOOM, S. The Prosody of Speech: Melody and Rhythm. In: HARDCASTLE, W. J.; LAVER, J. **The Handbook of Phonetic Sciences**. Oxford: Blackwell, p. 640-673, 1997.

ORLIAGUET, J. P.; KANDEL, S.; BOË, L.-J. Visual perception of motor anticipation in cursive handwriting: influence of spatial and movement information on the prediction of forthcoming letters. **Perception**, v.26 (7), p.905-912, 1997.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1068/p260905>

RIZZOLATTI, G. et al. Neurons related to reaching-grasping arm movements in the rostral part of area 6 (area 6a). **Experimental Brain Research**, v.82, p.337-350, 1990.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/BF00231253>

RIZZOLATTI, G.; ARBIB, M. A. Language within our grasp. **Trends Neurosci.**, v.21, p.188-194, 1998.

DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S0166-2236\(98\)01260-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0166-2236(98)01260-0)

RASO, T.; MELLO, H. R. The C-ORAL-BRASIL I: Reference Corpus for Informal Brazilian Portuguese. **Lecture Notes in Computer Science**, p. 362-367, 2012.

DOI: http://dx.doi.org/10.1007/978-3-642-28885-2_40

ROSENBLUM, L. D. Primacy of multimodal speech perception. In: PISONI, D. B, REMEZ, R. E. (Ed). **The Handbook of Speech Perception**. Oxford: Blackwell, p. 51-78, 2005.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1002/9780470757024.ch3>

SAUVANET, P. **Le Rythme et la raison**. Rythmologiques. Paris: Kimé, 2000.

SNOWLING, M. J.; HULME, C. (Ed.) **The Science of Reading**. A Handbook. Oxford: Blackwell, 2005.

VIVIANI, P. Motor-perception interactions: the evolution of an idea. In: PIATTELLI-PALMARINI, M. **Cognitive Science in Europe: Issues and Trends**, Golem, p. 11-39, 1990.

VIVIANI, P.; STUCCHI, N. Biological movements look uniform: evidence of motor-perceptual interaction. **Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance**, v.18 (3), p.603-623, 1992.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/0096-1523.18.3.603>

WATSON, D.; GIBSON, E. The relationship between intonational phrasing and syntactic structure in language production. **Language and Cognitive Processes**, v.19 (6), p.713-755, 2004.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01690960444000070>

WHALEN, D. H. Subcategorical phonetic mismatches slow phonetic judgements. **Perception & Psychophysics**, v.35, p.49-64, 1984.

DOI: <http://dx.doi.org/10.3758/BF03205924>

_____. Coarticulation is largely planned. **Journal of Phonetics**, v.18, p.3-25, 1990.

Artigo recebido em: 09.07.2013

Artigo aprovado em: 29.07.2013

As construções existenciais com *ter* e *haver*: o que tem na fala e o que há na escrita

The existential constructions with *ter* and *haver*: what there is in the speech and what there is in the writing

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória*

RESUMO: Neste estudo, focalizamos a variação dos verbos *ter* e *haver* em construções existenciais em dados de fala culta e escrita acadêmica, com o intuito de observar como essas variantes se comportam nessas modalidades de uso da língua. Para descrição e análise dos dados, baseamo-nos na proposta de Tarallo e Kato (1989), associada a estudos linguísticos sobre as construções existenciais no português brasileiro (AVELAR; CALLOU, 2007; AVELAR, 2006a, b). Os resultados mostram que, na língua falada, *ter* é o verbo existencial canônico, mas, na língua escrita, *haver* é o existencial selecionado. Também verificamos que a preferência pelo uso de *ter* tende a favorecer o uso de construções existenciais com *ter pessoal* tanto na língua falada quanto na língua escrita.

PALAVRAS-CHAVE: construções existenciais; língua falada; língua escrita.

ABSTRACT: In this study, we focus on the variation of the verbs *ter* and *haver* in existential constructions in data of cultured speech and academic writing, in order to observe how these variants behave in these modalities of language use. For description and analysis of data, we assume the proposal due to Tarallo and Kato (1989), associated with linguistics studies about existential constructions in Brazilian Portuguese (AVELAR; CALLOU, 2007; AVELAR, 2006a, b). The results show that, in spoken language, *ter* is the canonical existential verb, but in written language, *haver* is the existential verb selected. We also found that the preference for *ter* tends to favor the use of existential constructions with *ter pessoal* both in the spoken language and in the written language.

KEYWORDS: existential constructions; spoken language; written language.

1. Introdução

Muitos têm sido os trabalhos que vêm descrevendo que, no português brasileiro, *ter* é o verbo existencial canônico (CALLOU; AVELAR, 2000; DUTRA, 2000; SILVA, 2001; DUARTE, 2003; MARTINS; CALLOU, 2003; VITÓRIO, 2011, 2012a). Esses estudos mostram que, apesar do alto percentual de uso de *ter* na língua falada, há fatores que ainda favorecem o uso de *haver*, a saber, argumento interno com traço [+ abstrato], verbo no tempo passado, falantes mais velhos e mais escolarizados.

Na língua escrita, devido à pressão normativa a que tende essa modalidade de uso da língua, *haver* é o verbo existencial canônico. No entanto, estudos de Callou e Duarte (2005),

* Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas e pesquisadora de Pós-Doutorado Júnior – CNPq da Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Avelar (2006b) e Vitório (2012b) já mostram a implementação de *ter* na escrita padrão. Na escrita escolar, por sua vez, verificamos, conforme Vitório (2010), que é o verbo *ter* que predomina – 64% *versus* 36% de *haver*, mas, com o aumento do nível de escolarização dos alunos, há um aumento no percentual de uso de *haver*.

Neste estudo, apresentamos uma análise comparativa das realizações dos verbos *ter* e *haver* em construções existenciais na fala culta e na escrita acadêmica, com o intuito não só de observar como esses verbos se comportam nessas duas modalidades de uso da língua, mas também buscar evidências da implementação, na escrita, de mudanças observadas na fala e, ao mesmo tempo, refletir sobre a forma como a língua escrita tende a recuperar formas que já não fazem parte dos dados a que a criança está exposta durante a aquisição da linguagem.

Por outro lado, também apresentamos uma breve descrição, tanto na fala quanto na escrita, das construções existenciais formadas com o verbo *ter pessoal*, ou seja, de sentenças que apresentam DPs pronominais ocupando a posição estrutural de sujeito, igualmente não interpretadas como possessivas, mas como um tipo específico de construções existenciais, uma decorrência, segundo Duarte (2003) e Avelar e Callou (2011), das mudanças relativas à posição de sujeito e sua representação por que vem passando o português brasileiro.

Para descrição e análise dos dados, seguimos a proposta de Tarallo e Kato (1989), associada a estudos linguísticos recentes sobre as construções existenciais no português brasileiro (AVELAR, 2006a; AVELAR; CALLOU, 2007), que nos permitem explicar que a implementação de *ter* em construções existenciais tem relação com a remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo no português brasileiro, ocasionando, assim, uma mudança no estatuto categorial de *haver*, que teria passado de verbo existencial funcional a verbo existencial substantivo, como é o caso de *existir*, passando *ter* a ser o existencial canônico, e, dessa forma, favorecendo a implementação de construções existenciais com *ter pessoal*.

Também consideramos as propostas de Kato (2005) e Avelar (2006b), que argumentam que, no português brasileiro, há um descompasso entre a gramática adquirida durante o processo natural de aquisição da linguagem e a gramática que orienta o ensino formal, gerando, assim, uma enorme distância entre a gramática da fala e a “gramática” da escrita, e que *haver existencial* seria uma forma gramatical aprendida mais tardiamente, não fazendo parte da gramática internalizada dos falantes do português brasileiro. Logo, a variação *ter* e *haver* em construções existenciais seria reflexo da competição entre duas gramáticas.

Este trabalho está assim organizado: na próxima seção, apresentamos os estudos que serviram de base para o desenvolvimento desta pesquisa; na seção 2, caracterizamos os dados analisados e as amostras utilizadas neste estudo; e, na seção 3, apresentamos a descrição e análise dos dados, mostrando, primeiramente, os resultados da variável dependente, em seguida, os grupos de fatores estatisticamente significativos nesta variação e, por fim, os dados sobre as construções existenciais com *ter pessoal*.

2. As construções existenciais no português brasileiro

Estudos linguísticos mostram que o português brasileiro está em processo de mudança no tocante ao feixe de propriedades relacionadas ao Parâmetro do Sujeito Nulo, apresentando comportamentos mais alinhados com as línguas de sujeito não nulo. Dessa forma, além do alto percentual do preenchimento do sujeito de referência definida (DUARTE, 1993, 1995, 2007, 2012), os sujeitos de referência arbitrária também começam a ser realizados foneticamente, apresentando formas de indeterminação alternativas às prescritas pela tradição gramatical (CAVALCANTE, 1999; DUARTE, 2007, 2008; RUMEU, 2011).

Entre os efeitos “colaterais” da mudança na marcação paramétrica também podemos citar a perda da “inversão livre” em sentenças apresentativas, havendo uma preferência pela ordem SVO (COELHO, 2000) e a tendência a preencher a posição pré-verbal em construções com verbos inacusativos e verbos impessoais (entre os quais verbos “climáticos”, de “alçamento” e “existenciais”) o que contribui para preservar a ordem XVDP (SPANO, 2002; DUARTE, 2007; BERLINCK; DUARTE; OLIVEIRA, 2009). No caso dos verbos existenciais, temos o uso de *ter pessoal* sem que haja a atribuição de uma semântica possessiva à sentença (DUARTE, 2003; AVELAR, 2009; AVELAR; CALLOU, 2011).

A realização de construções existenciais formadas com o verbo *ter* que apresentam DPs plenos na posição estrutural de sujeito decorre do fato de que, no português brasileiro, há uma preferência pelas sentenças com *ter* sobre *haver* e *existir*, uma preferência que, segundo Avelar e Callou (2007), é mais uma evidência do “encaixamento” da mudança que parece operar no sistema, ou seja, a remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, no português brasileiro, permitiu que *ter* tomasse o lugar de *haver* nas construções existenciais que, por sua vez, tem permitido a emergência de sentenças existenciais formadas com o verbo *ter pessoal*.

Para explicar a implementação de *ter* possessivo em contextos existenciais, Avelar e Callou (2007), usando uma abordagem não lexicalista (HALLEY; NOYER, 2003) da Teoria de

Princípios e Parâmetros em sua versão minimalista (CHOMSKY, 1995), argumentam que as construções possessivas, copulativas e existenciais apresentam uma mesma estrutura de base e que a roupagem lexical dessas estruturas ocorreria após o processamento sintático, caso que não ocorre com outros verbos existenciais, como é o caso de *existir*, que participaria do processo sintático desde o início da derivação, levando-o, assim, a uma frequência de uso razoavelmente constante e baixa no português brasileiro.

Segundo os autores, a entrada do verbo *ter* em contextos existenciais, que ocorreu em algum momento do século XIX, teve início entre os chamados “contextos opacos”, ou seja, em construções interpretadas como existenciais pelos falantes do português brasileiro contemporâneo, mas que, na verdade, consistem em verdadeiras construções possessivas, conforme podemos observar na construção (1).

(1) ...e asim diserão elles doadores que tinhão e em caza tres crianças emgeitadas que elles criarão Manoel Jozeph Pascoal os quais emcomendão **aos Religiozos** seos herdeiros os tenhão debaixo de sua propteção e os dotrinem como filhos juntamente com **os mamalucos forros que em sua caza tem**, em fé do qual assim o outrogarão,... – 1632

(*apud* AVELAR; CALLOU, 2007, p. 385)

Para um falante do português europeu contemporâneo, essa construção seria interpretada como possessiva, sendo possível indicar um sujeito para *ter* – *os Religiozos*, mas para um falante do português brasileiro contemporâneo, a interpretação preferencial e talvez a única seria existencial. O mesmo “equivoco” pode ocorrer quando um falante do português brasileiro contemporâneo se defronta com uma construção do tipo (2) pronunciada por um falante do português europeu contemporâneo, em que a sentença **tinha uns bancos de madeira** pode ter como sujeito nulo correferente **uma tasca** ou **aquela tasca**.

(2) e depois fomos para **UMA TASCA**, meu, que era espectacular. então é **AQUELA TASCA** que eu já te contei, que era: tipo u[...], uma garagenzinha, estás a ver, e **tinha uns bancos de madeira**, tipo, umas tábuas de madeira em cima de tijolos (Década de 90 / Faixa Etária 1 – Culto)

(*apud* AVELAR; CALLOU, 2007, p. 385)

Tendo em vista esses dados, Avelar e Callou (2007) argumentam que tal “equivoco” está relacionado às restrições ao sujeito nulo. Com a redução do paradigma flexional no português brasileiro, o sistema perde a categoria *pro-referencial*, o que impossibilita ao falante atribuir

uma interpretação possessiva ao sujeito nulo das sentenças formadas com *ter* pessoal, havendo, assim, uma reanálise das construções possessivas em construções existenciais, uma vez que estas dispensam a instanciação de um sujeito pleno e, em seguida, a perda de *pro-expletivo* contribui para a supressão de *haver* no sistema linguístico.

Para reforçar a proposta de Avelar e Callou (2007), Marins (2013) mostra, em comparação com os dados de Duarte (1993, 1995), que à medida que os sujeitos pronominais de referência definida aparecem cada vez mais expressos, sobem também os percentuais de uso de *ter* em construções existenciais, ou seja, as construções existenciais com *ter* aumentam juntamente com as construções com sujeitos referenciais definidos plenos, enquanto as construções com *haver* diminuem na mesma medida que as sentenças com sujeito nulo.

Segundo Avelar (2006a), a baixa frequência de *haver* e as restrições ao seu uso em alguns contextos existenciais, como *Teve/??Houve muitos docinhos na festa que a Maria deu*, são resultados do fato desse verbo ter deixado de compor o acervo de itens funcionais e migrado sua matriz para o acervo de itens substantivos, residindo ao lado de itens como *existir*, *acontecer* e *ocorrer*, o que o estaria levando a alguma forma de especialização semântica que abarca a integralidade das construções existenciais, caso que não ocorre com *ter*, que é um verbo semanticamente neutro, não sendo, assim, mais possível, no português brasileiro, falar em variação *ter* e *haver* como competição entre duas formas funcionais.

A variação *ter* e *haver* em construções existenciais no português brasileiro seria, de acordo com Avelar (2006b), “desencadeada pela ‘alimentação’ da **gramática periférica** no processo de escolarização (em oposição à **gramática nuclear**, construída no processo natural de aquisição da linguagem [...])” (p. 101), não havendo, na gramática internalizada dos falantes, tal variação, com o verbo *ter* ocupando o posto de existencial canônico.

[...] existem, de um lado, construções existenciais canônicas, construídas com o verbo *ter*, de outro lado, aparecem construções existenciais mais gerais, de uso normalmente apresentacional, com verbos como *haver*, *aparecer*, *acontecer*, *surgir*, etc. Assim, não estamos diante de uma variação a ser capturada como um fato de gramática interna do falante, a sua gramática nuclear, mas simplesmente de um padrão frásico do português contemporâneo que elege como a sua forma verbal prototípica o verbo *ter*. No âmbito da gramática naturalmente internalizada, portanto, não existe variação entre dois verbos existenciais no português brasileiro, mas entre um padrão canônico de gerar uma sentença existencial, para qual se recorre a um verbo funcional, e outros padrões diferenciados, com valores semântico-pragmáticos diversos que se valem de verbos não-funcionais. (AVELAR, 2006b, p. 116).

O alto percentual de uso de *haver*, na escrita, se justificaria não por ser “um reflexo de procedimentos internos à gramática nuclear, mas do provimento da gramática periférica por elementos de prestígio na língua escrita” (AVELAR, 2006b, p.118), com a escolarização exercendo um papel fundamental na manutenção/recuperação de *haver*, tendo em vista que um dos objetivos do ensino de língua portuguesa na escola é ensinar as normas da escrita mais padronizada, procurando “recuperar as perdas linguísticas, uma vez que as inovações são apropriadas para a fala, mas não para a escrita” (KATO, 2005, p. 136). *Haver* seria um verbo existencial funcional da escrita, ainda que não rechace por completo o uso de *ter existencial*.

3. Caracterização dos dados

O que propomos é uma análise comparativa das realizações das construções existenciais formadas com os verbos *ter* e *haver*, como observamos em (3) e (4), em dados de fala culta e escrita acadêmica, com o intuito não só de observar como esses verbos se comportam nessas modalidades de uso da língua, mas também buscar evidências da implementação, na escrita, de mudanças observadas na fala e, ao mesmo tempo, refletir sobre a forma como a escrita tende a recuperar formas ausentes do processo natural de aquisição da linguagem.

(3) *Tem* praias belíssimas em Alagoas.

(4) *Há* praias belíssimas em Alagoas.

Não incluímos na análise quantitativa dos dados, mas contabilizamos separadamente as sentenças formadas com *ter pessoal*, ou seja, construções que apresentam DPs pronominais na posição estrutural de sujeito, mas que não apresentam uma semântica possessiva, sendo esses DPs nulo ou pleno, como observamos em (5) e (6), com o objetivo de verificar se a preferência por *ter* em construções existenciais favorece a realização dessas sentenças.

(5) *Temos* praias belíssimas em Alagoas.

(6) **Nós** *temos* praias belíssimas em Alagoas.

Para a análise da língua falada, utilizamos uma amostra sincrônica da fala culta de 24 informantes alagoanos, servindo o adjetivo “culto” apenas para marcar a fala de indivíduos com curso superior completo. Nossa amostra foi coletada no período de fevereiro a julho de 2010 e

está estratificada de acordo com as variáveis faixa etária – F1 (15-29 anos), F2 (30-44 anos) e F3 (acima de 44 anos) e sexo – masculino e feminino (Cf. VITÓRIO, 2012a).

Em relação à escrita acadêmica, utilizamos uma amostra sincrônica composta de 10 dissertações/teses, pertencentes às áreas de humanas, saúde e exatas, que foram defendidas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), durante o período de 2005 a 2010. Esses trabalhos estão disponíveis no banco de dados de teses e dissertações da UFAL e, para nosso estudo, foram estratificados de acordo com a variável sexo – masculino e feminino.

Utilizamos, para o processamento quantitativo dos dados, o programa computacional GOLDVARB X e controlamos os seguintes grupos de fatores, a saber, tempo verbal, especificidade semântica do argumento interno, faixa etária e sexo.

4. Descrição e análise dos dados

4.1 Variável dependente

Na língua falada, computamos 255 construções existenciais, das quais 223 exibiam o verbo *ter* e 32 o verbo *haver*. Na língua escrita, analisamos 319 construções existenciais, das quais 21 exibiam o verbo *ter* e 298 o verbo *haver*. O gráfico 1 abaixo ilustra os percentuais obtidos para cada forma verbal analisada tanto na língua falada quanto na língua escrita.

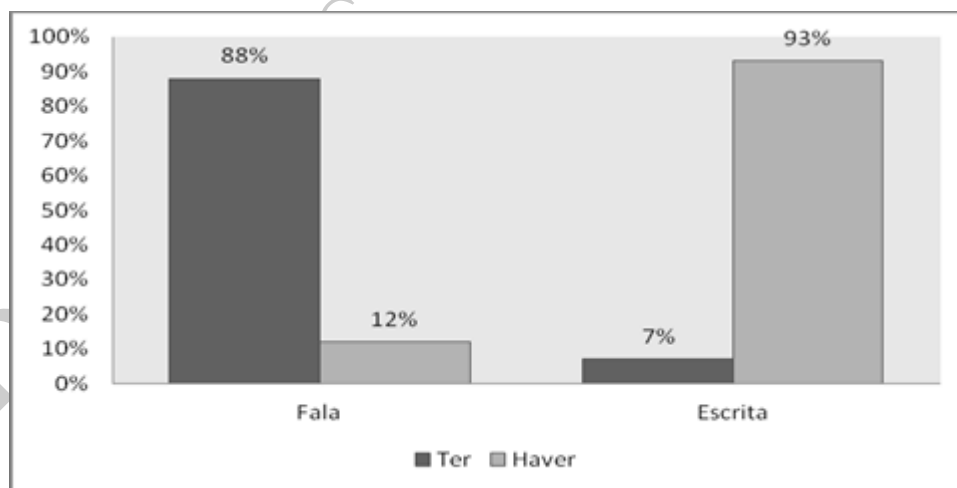


Gráfico 1. Percentuais de *ter* e *haver* na fala e na escrita.

Esses resultados mostram, em consonância com o que esperávamos, que as frequências de *ter* e *haver* são diametralmente opostas na fala e na escrita. Na fala, *ter* é realizado em 88%, mas não passa de 7% na escrita, enquanto *haver*, na escrita, apresenta um percentual de 93%,

mas atinge apenas um índice 12% na fala, indicando que, em termos de frequência de uso, *ter* é o verbo existencial preferido na fala culta alagoana, mas, na escrita acadêmica, *haver* é o verbo existencial selecionado. De modo geral, esses dados revelam que, na escrita acadêmica, há uma recuperação, de maneira bastante expressiva, de uma variante praticamente ausente da fala e uma implementação, embora sutil, do verbo *ter existencial*.

Os 7% de uso de *ter* na escrita representam 21 construções, das quais 17 ocorreram em contextos de transcrições de língua falada, como observamos em (7) e (8), e apenas 4 realizações representam, de fato, o uso de *ter* na escrita acadêmica, como observamos em (9) e (10). Esses dados mostram que, apesar de *ter*, na fala, ser o verbo existencial canônico, na escrita, devido à pressão normativa, há restrições ao seu uso, sendo produzido, em maior escala, em contextos que procuram representar a língua falada, corroborando, assim, os dados de Avelar (2006b) e Vitória (2012b), que mostram que é a necessidade de inserir marcas da língua oral o principal objetivo que condiciona o uso de *ter* na escrita padrão.

(7) Olha, meu filho, quando eu vou pro médico, eu vou pra Arapiraca, lá nós chega mais fácil e *tem* mais médico pra atender a gente. (1PGM)

(8) Mas não é porque eu trabalho com adolescentes que eu vou deixar os adultos se perder, certo? Então sempre *tem* algo, algo para fazer a gente fazer. (5PGF)

(9) Para melhor compreensão dessa questão veja-se, por exemplo, o negro no Brasil. *Teve* variantes que não levaram em conta a estrutura do capitalismo, e o movimento tinha por cerne a problemática da chamada negritude. (2PGM)

(10) A luta das pessoas com deficiência por direitos é legítima, mas *tem* resultados focalizados, fragmentados e individuais, portanto a luta não pode e não deve ser somente desse segmento, mas da sociedade de um modo geral [...]. (4PGF)

O que constatamos é que o indivíduo letrado elege *ter* para a expressão de existência na fala, mas, ao escrever, utiliza *haver*, que é usado esporadicamente na língua falada, mostrando que é notória a distância que separa fala e escrita. Na língua escrita, a pressão normativa em favor de *haver* coloca esse verbo como primeira opção, recuperando com êxito uma variante tão distante da fala, o que nos leva à discussão proposta por Kato (2005) de que a língua escrita tende a recuperar quantitativamente formas linguísticas que já não fazem parte dos dados a que a criança está exposta durante o processo natural de aquisição da linguagem.

O alto percentual de *ter* e a quase não realização de *haver* na língua falada tendem a confirmar a hipótese de Avelar (2006a) de que, no português brasileiro, *haver* teria deixado de compor o acervo de itens funcionais e passado a verbo existencial substantivo, residindo ao lado de itens lexicais/substantivos de função apresentacional, como é o caso dos verbos *ocorrer*,

acontecer e *existir*, etc. No entanto, na língua escrita, *haver* ainda se comporta como um verbo existencial funcional, tendo em vista que, nessa modalidade de uso da língua, “ainda se valoriza um padrão no qual as existenciais sejam construídas da mesma forma que no português europeu” (AVELAR, 2006a, p. 72).

4.2 Variáveis independentes estatisticamente significativas

Estudos linguísticos apontam que a variação *ter* e *haver* em construções existenciais é frequentemente condicionada pelos grupos de fatores tempo verbal, especificidade semântica do argumento, escolaridade e faixa etária, mostrando, de maneira sistemática, não só que o uso de *haver* é fortemente favorecido pelo verbo no tempo passado e pelo argumento interno com traço [+ abstrato], como também que quanto maior a escolaridade e a faixa etária dos falantes maior o uso de *haver*, embora o uso de *ter* seja sempre superior na língua falada.

Em nosso estudo, consideramos, na análise da língua falada, as variáveis tempo verbal, especificidade semântica do argumento interno, faixa etária e sexo, e, na análise da língua escrita, os grupos de fatores tempo verbal, especificidade semântica do argumento interno e sexo. De acordo com as rodadas dos dados, apenas as variáveis tempo verbal e faixa etária foram estatisticamente significativas, conforme podemos observar na tabela 1.

Tabela 1. Variáveis estatisticamente significativas na variação *ter* e *haver*.

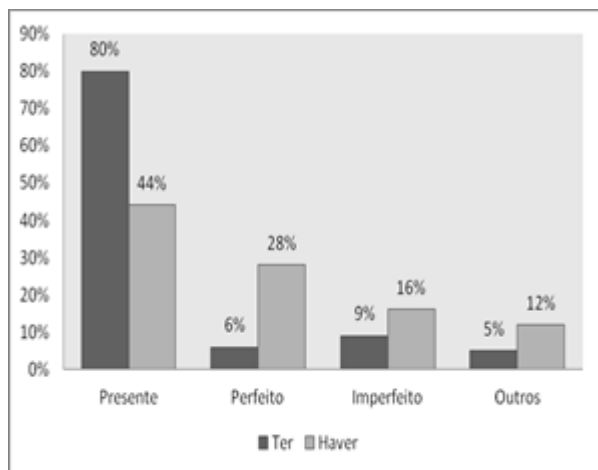
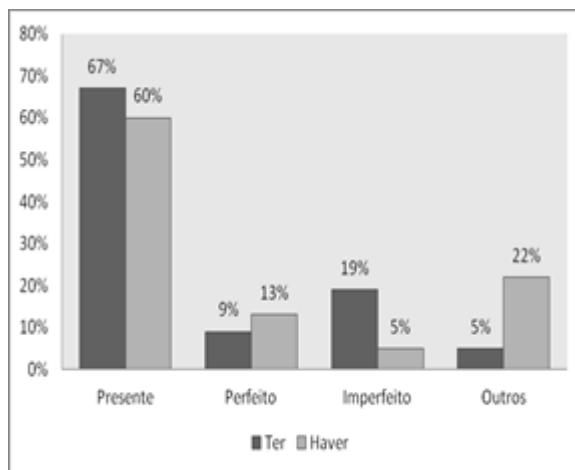
LÍNGUA FALADA	LÍNGUA ESCRITA
Tempo verbal Faixa etária	Tempo verbal

4.2.1 Tempo verbal

Na análise da variável tempo verbal, obtivemos, de acordo com a tabela 2 e os gráficos 2 e 3, os seguintes resultados:

Tabela 2. Realizações de *ter* e *haver* na variável tempo verbal.

	LÍNGUA FALADA				
	Presente	Perfeito	Imperfeito	Outros	Total
Ter	178 / 80%	13 / 6%	21 / 9%	11 / 5%	223
Haver	14 / 44%	9 / 28%	5 / 16%	4 / 12%	32
	LÍNGUA ESCRITA				
	Presente	Perfeito	Imperfeito	Outros	Total
Ter	14 / 67%	2 / 9%	4 / 19%	1 / 5%	21
Haver	180 / 60%	37 / 13%	14 / 5%	67 / 22%	298

Gráfico 2. Língua falada *versus* tempo verbal.Gráfico 3. Língua escrita *versus* tempo verbal.

Esses dados mostram que fala e escrita tendem a apresentar certa regularidade no uso dessas construções e que o presente é o tempo verbal que concentra o maior número de realizações tanto na fala quanto na escrita. Também observamos que enquanto *ter*, na língua falada, apresenta um percentual de 80% no presente, *haver*, apesar da baixa ocorrência, apresenta um índice de 44%, aumentando, assim, sua frequência de uso no pretérito perfeito – 28% e pretérito imperfeito – 16%, como observamos em (11) e (12).

(11) *houve* uns dois crimes aí que chocaram um pouco (L31L1416)

(12) eu fazia hidroginástica e comecei a sentir um mal estarzinho aí – sim – como já *havia* o histórico da família porque a minha mãe já tinha feito aí os médico acharam melhor investigar né? (L54L2045)

Ao considerarmos, na análise da língua falada, o conjunto de realizações de *haver* no tempo passado, obtivemos um percentual de 44%, o que indica que esse tempo verbal, diferentemente do que ocorre no tempo presente, tende a ser mais favorável ao uso de *haver* em construções existenciais, conforme pontuam os estudos linguísticos (Cf. CALLOU; AVELAR, 2000; VITÓRIO, 2012a). Outro ponto a destacar é que, na língua escrita, as poucas realizações de *ter* são realizadas no tempo presente, corroborando, assim, os dados obtidos na fala, tendo em vista que, na escrita acadêmica, a maioria das realizações de *ter* ocorre em contextos de representação da língua falada, como observamos em (13) e (14).

(13) Eu acho que num trabalho de evangelizar, sempre *tem* algo a fazer, nunca a gente está assim realizado. (5PGF)

(14) Aí *tem* aquela dívida que o pessoal fez e que não estão conseguindo fazer o pagamento, enquanto o INCRA, os órgãos competentes não resolver esse problema a gente não vamos poder fazer nada. (1PGM)

4.2.2 Faixa etária

Para a análise da variável faixa etária, consideramos os fatores F1(15-29 anos), F2(30-44 anos) e F3(acima de 44 anos) e obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 3. Realizações de *ter* e *haver* na variável faixa etária.

	F1 (15-29 anos) Aplic. / Total %	F2 (30-44 anos) Aplic. / Total %	F3 (acima de 44 anos) Aplic. / Total %
Ter	84 / 86 98%	62 / 73 85%	77 / 96 80%
Haver	2 / 86 2%	11 / 73 15%	19 / 96 20%

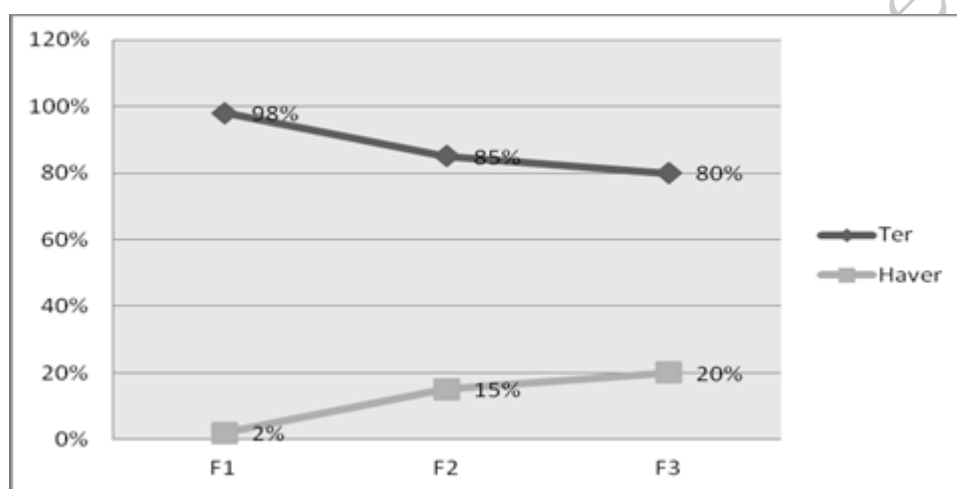


Gráfico 4. Percentuais de *ter* e *haver* na variável faixa etária.

Esses dados mostram, claramente, não só que *ter* é a forma verbal preferida em todas as faixas etárias analisadas, atingindo, entre os falantes mais jovens – F1, um percentual de 98%, como também que, com o aumento da faixa etária dos falantes, há uma redução no uso de construções existenciais com *ter*, o que nos fornece uma representação gráfica de mudança em progresso (Cf. LABOV, 2008[1972]). Quanto ao uso de *haver*, obtivemos percentuais de 15% na F2 e 20% na F3, mostrando, assim, que são os falantes dessas faixas etárias os responsáveis pelas poucas realizações dessas construções na fala culta alagoana.

4.3 As sentenças com *ter pessoal*

O que verificamos na análise das realizações de *ter* e *haver* em construções existenciais é que, apesar de *haver*, na escrita, ser a variante de prestígio, embora não haja qualquer estigma para o uso de *ter* na fala, *ter* é o verbo existencial preferido na fala, passando *haver* a figurar com índices muito próximos dos verbos existenciais substantivos, como é o caso de *existir*,

acontecer, ocorre, etc., e essa preferência por *ter* tende a favorecer a implementação de construções existenciais com o verbo *ter pessoal*, como observamos em (15) e (16).

(15) por isso eu digo – **você** não *tem* profissionais pra isso (L47L1781)

(16) em Maceió o que **eu** *tenho* é uma área voltada ao turismo pouco industrializada /mais, mas/ eu digo é uma cidade em crescimento (L30L1205)

Essas construções representam o que Duarte (2003) chama de efeito “colateral” da mudança, ou seja, com a perda do Princípio Evite Pronome (DUARTE, 1995), o português brasileiro vem apresentando comportamentos mais alinhados com as línguas de sujeito não nulo, como o inglês e o francês, mostrando não só a realização dos sujeitos de referência definida e arbitrária, mas também caminhando para o preenchimento dos sujeitos não-referenciais/não-argumentais, constituindo, assim, uma etapa natural do processo de mudança.

Seguindo a proposta de Avelar e Callou (2011), a emergência dessas construções pode ser entendida como uma tendência do português brasileiro para preencher a posição de sujeito tanto por elementos argumentais quanto não-argumentais – condição anti-V1 (Cf. KATO; DUARTE, 2003), o que também tem contribuído para a supressão de *haver existencial*, tendo em vista que esse verbo, apesar de dispor de uma posição estrutural para a realização de um sujeito gramatical – *pro-expletivo*, não aceita a realização de elementos lexicais em tal posição, diferentemente de *ter*, como podemos observar nas construções (17) e (18).

(17) de um lado **você** *tem* regiões muito ricas como a Ponta Verde o Farol o Aldebaran é:: alguns conjuntos na Serraria [...] (L58L2343).

(18) * de um lado **você** *há* regiões muito ricas como a Ponta Verde o Farol o Aldebaran é:: alguns conjuntos na Serraria [...] (L58L2343).

Em relação às realizações dessas construções no português brasileiro, Duarte (2003) apresenta percentuais significativos – 18% na amostra de 80 e 37% na amostra de 2000, mostrando que, de uma década para a outra, não só há um aumento no percentual desses elementos, como também aumentam os tipos de pronomes utilizados nessas construções, a saber, na amostra de 80, só havia realizações de *você* e *a gente*, mas, na amostra de 2000, há realizações dos pronomes *você, a gente, eu, nós, ele/ela* e *se*.

Berlinck, Duarte e Oliveira (2009), na seção sobre as construções existenciais com *ter/haver*, pontuam dois aspectos relevantes sobre essas construções no português brasileiro, a saber, a substituição de *haver* por *ter* no português brasileiro falado e a implementação de

sentenças pessoais com *ter*. Com relação às sentenças com *ter pessoal*, as autoras atribuem sua implementação à preferência por *ter* sobre *haver* e mostram que os pronomes utilizados nessas construções são os mesmos que aparecem representando o sujeito indeterminado, predominando o uso de *ocê*, *nós*, *a gente* e *eu*.

Com base nesses estudos, à parte da análise feita com as construções impessoais com *ter* e *haver*, computamos 126 construções existenciais com *ter pessoal*, das quais 76 ocorreram na língua falada e 50 na língua escrita, apresentando, respectivamente, percentuais, de 60% e 40%, conforme podemos observar no gráfico 5. Esses dados mostram claramente que há uma tendência à realização de construções existenciais com *ter pessoal*.

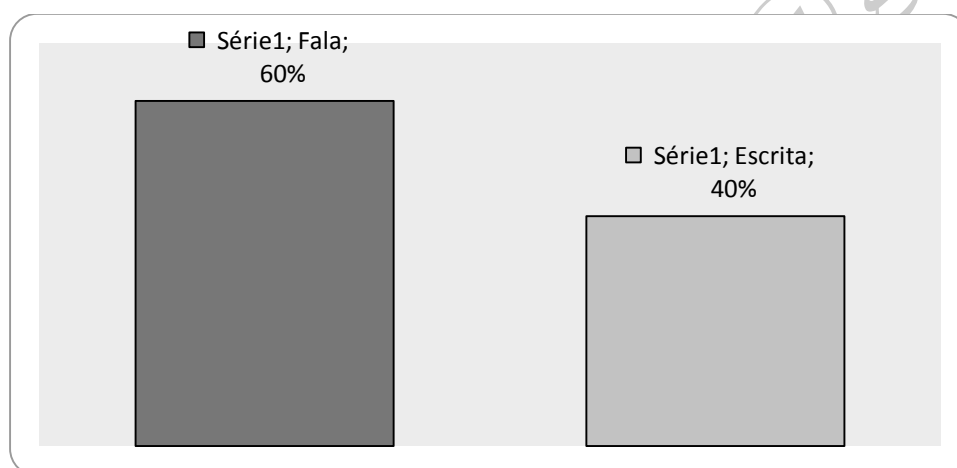


Gráfico 5. Percentuais de *ter pessoal* na fala e na escrita.

Quanto aos tipos de pronomes utilizados nessas construções, verificamos, conforme o gráfico 6, que, na língua falada, há as realizações dos pronomes *ocê*, *a gente*, *eu*, *nós*, *se* e *ele/ela*, o que indica que a fala culta alagoana reorganiza as construções existenciais lançando mão de uma série de pronomes para ocupar a posição de sujeito, conforme pontuam Duarte (2003) e Berlinck, Duarte e Oliveira (2009). Na língua escrita, por sua vez, devido à pressão normativa, verificamos, conforme o gráfico 7, apenas as realizações dos pronomes *se* e *nós*, o que tende a mostrar que os pronomes utilizados nas construções existenciais com *ter* são os mesmos que aparecem representando o sujeito indeterminado.

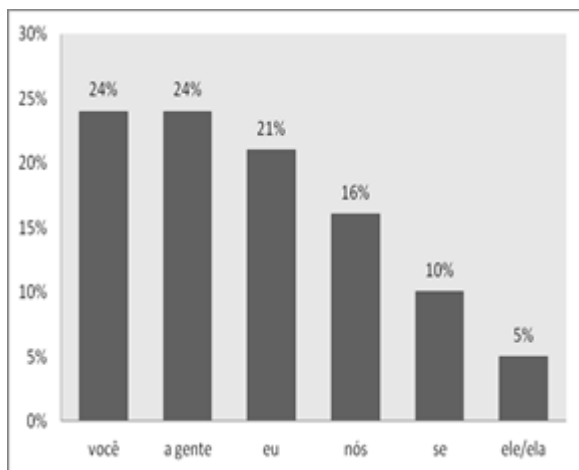


Gráfico 6. DPs pronominais na língua falada.

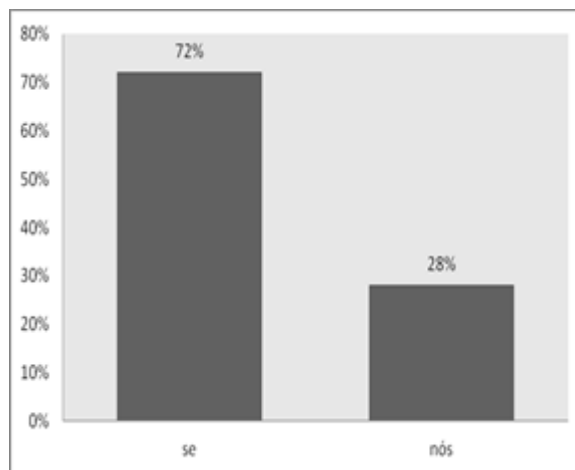


Gráfico 7. DPs pronominais na língua escrita.

Avelar (2009) argumenta que o uso de *você* em sentenças existenciais formadas com o verbo *ter*, como observamos em (19), corresponde a um pronome indeterminado, idêntico ao pronome que aparece em sentenças não existenciais, como (20), porém, na sentença existencial, não há uma relação temática entre o verbo existencial e o pronome.¹ Se considerarmos, em nossa análise, que tais DPs são, de fato, indeterminados, podemos argumentar que o uso desses elementos, tanto na fala quanto na escrita, se comportam da mesma maneira que as estratégias de indeterminação do argumento externo no português brasileiro, conforme Cavalcante (1999), Duarte (2007), Rumeu (2011) e Vargas (2012).

(19) (*Você*) tinha poucos computadores na década de sessenta.

(20) *Você* pode encontrar roupas bem baratinhas no centro.

(AVELAR, 2009, p. 2)

A análise de Duarte (2007) mostra que o clítico indefinido *se* está praticamente ausente na língua falada, que prefere as formas nominativas *você* e *a gente* para a indeterminação do argumento externo. No entanto, a escrita padrão jornalística apresenta um surpreendente uso de *se* e *nós* (este preferencialmente nulo), que chegam, respectivamente, a alcançar índices de 36% e 45% *versus* 8% e 2% na fala culta carioca, mostrando que a escrita consegue recuperar duas formas praticamente ausentes da fala, uma das quais identificada por flexão, uma propriedade já perdida pelo português brasileiro.

¹ Segundo a proposta de Avelar (2009), *você*, em construções existenciais com o verbo *ter*, não é gerado diretamente na posição de [Spec, TP], mas em uma posição temática dentro do predicado locativo, que é parte da coda das construções existenciais.

De acordo com o gráfico 6, observamos que, na fala culta alagoana, os pronomes *você* e *a gente*, como (21) e (22), apresentam percentuais de 24%. Em seguida, temos a realização do pronome *eu*, como observamos em (23), com um percentual de 21%. O pronome *nós*, como observamos em (24), apresenta um percentual de 16%, seguido do pronome *se*, com um percentual de 10%, como observamos em (25), e, por fim, temos as realizações dos pronomes *ele/ela*, como observamos em (26), com um percentual de 5%.

- (21) eu acho que pra que **você** *tenha* um povo civilizado um povo que tenha mais amor pela sua cidade né? – no crescimento dela eu acho que você precisa de educação você precisa de saúde [...] (L7L461)
 (22) **a gente** num *tem* um policiamento aqui (L14L96)
 (23) **eu** *tinha* uma indústria de óleo que era pra ser implantada aqui em Alagoas (L47L1773)
 (24) o que **nós** não *temos* no estado é um padrinho político (L31L1349)
 (25) não **se** *tem* um trabalho assistencialista em Alagoas (L67L2556)
 (26) na minha opinião o DETRAN tá retraindo antes **ele** *tinha* vários pontos na própria capital para dar atendimento (L55L2110)

Na escrita acadêmica, conforme podemos observar no gráfico 7, o pronome *se* apresenta um percentual de 72%, como observamos em (27). Um fato a destacar no uso desse pronome é que, dependendo da composição de sentido determinado pelos termos da sentença, a expressão de existência pode ser estabelecida tanto com SE+TER, como (28) e (29), quanto por TER+SE, como (30) e (31).² O pronome *nós*, que ocorre quase categoricamente nulo, apresenta, por sua vez, um percentual de 28%, como observamos em (32) e (33).

- (27) Essas gerações eram muito melhores do que a de hoje, como gente melhor do que **se** *tem* hoje. (2PGM)
 (28) Grandes questionamentos surgem, quando **se** *tem* como tema a cultura. (5PGM)
 (29) Para que **se** *tenha* uma eficiência ideal em uma CSNS seria necessário minimizar as perdas por recomposição [...]. (3PGM)
 (30) **Têm-se** dois estágios de deterioração da estrutura, o primeiro estágio de iniciação corresponde ao período de tempo que leva para o agente agressor atingir armadura, é a vida útil de projeto. O segundo estágio de propagação corresponde [...]. (1PGF)
 (31) No gráfico 8, **tem-se** uma referência quanto à relação água/cimento que poderá

² Saraiva (2013) argumenta que a construção *tem-se* no português brasileiro, como *Tem-se, tão somente, uma relação semântica*, está passando por um processo de gramaticalização, em que a forma verbal *tem* se cristaliza com o clítico *se* em uma construção semelhante a construções com *se* em construções de indeterminação do sujeito, podendo, assim, ocorrer em contextos em que também ocorre o verbo *haver* em construções existenciais.

embasar as especificações do projetista [...]. (1PGF)

(32) Em 1963 *temos* a edição do Estatuto do Trabalhador Rural e em 1964 a promulgação do Estatuto da Terra, no primeiro governo do regime militar. (1PGM)

(33) Na figura 5 *temos* o perfil característico do crescimento de um microorganismo unicelular. (3PGF)

Esses dados confirmam a tendência, do português brasileiro, à realização de construções existenciais formadas com o verbo *ter pessoal*, mostrando que esses pronomes constituem uma importante estratégia para o preenchimento de sujeito nessas construções. Levando em consideração o conjunto mais amplo de mudanças relativas à posição de sujeito por que vem passando o português brasileiro, podemos argumentar, conforme Avelar e Callou (2011), que o uso dessas construções está relacionado ao fato de que, no português brasileiro, há uma tendência a inserir elementos tanto argumentais quanto não-argumentais na posição de sujeito gramatical, evitando, assim, que o verbo ocorra em posição inicial da sentença.

5. Conclusão

Tendo em vista as mudanças por que tem passado o português brasileiro no que se refere à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, destacamos, neste estudo, que um dos efeitos colaterais dessa mudança é a implementação do verbo *ter* possessivo em contextos existenciais, o que tem gerado uma preferência por *ter* sobre *haver* e *existir* e essa preferência tem favorecido a implementação de construções existenciais com *ter pessoal*.

Em nossa análise, confirmamos que, na fala culta alagoana, *ter* é o verbo existencial canônico e essa preferência favorece a implementação de *ter pessoal*. Na escrita acadêmica, a quase não realização de *ter* está associada ao fato de que há uma tendência, nos manuais normativos, a condenar tal uso, mostrando que a recuperação/manutenção de *haver* na escrita é, sem dúvida, fruto do processo de escolarização. No entanto, o indivíduo culto não leva para a sua fala essa variante recuperada, exceto em contextos bem restritos. O uso de *ter pessoal* não sofre tal condenação, o que justificaria a realização dessas construções na escrita.

Nossos dados sinalizam que a escrita sofre forte influência do trabalho escolar, uma vez que as variantes de menor frequência na fala – *haver existencial* e os pronomes *nós* e *se* em construções existenciais com *ter pessoal* – passam a ser as formas preferidas na escrita, excluindo quase categoricamente as formas selecionadas na fala culta. Outro ponto a destacar é que, na escrita, o uso de *ter pessoal* na primeira pessoal do plural se dá com o pronome preferencialmente nulo, contrariando também a tendência da fala ao pronome expresso.

Referências

AVELAR, J. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *haver* no português brasileiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 49-74, 2006a.

_____. Gramática, competição e padrões de variação: casos com *ter/haver* e *de/em* no português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, 4, p. 99-144, 2006b.

_____. The status of the (supposed) expletive in brazilian portuguese existential clauses. In: Danièle Tork; Leo Wetzels. (Org.). **Romance Languages and Linguistic Theory**. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

AVELAR, J.; CALLOU, D. Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro. In: CASTILHO, A. et al. (Org.) **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Editora Pontes, 2007, p. 375-402.

_____. Sentenças existenciais e preenchimento de sujeito: indícios de mudança em progresso na fala culta carioca. In: SILVA, A.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Org.). **Línguas pluricêntricas: variação linguística e dimensões sociocognitivas**. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 2011, p. 287-299.

BERLINCK, R.; DUARTE, E.; OLIVEIRA, M. Predicação. KATO, M.; NASCIMENTO, M. **Gramática do português culto falado no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

CALLOU, D.; AVELAR, J. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. **Revista Gragoatá**, Niterói, n. 9, 2000. p. 85-100.

CALLOU, D.; DUARTE, E. **A fixação do verbo *ter* em contextos existenciais**. Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2005.

CAVALCANTE, S. **A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ – FL, 1999.

CHOMSKY, N. Chomsky, N. 1995. **The minimalist program**. Cambridge: MIT Press.

COELHO, I. **A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica**. Tese de Doutorado. UFSC, 2000.

DUARTE, E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A perda do Princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro**. Tese de Doutorado. IEL-UNICAMP, 1995.

_____. O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. São Paulo: 7 Letras, 2003, p. 123-131.

_____. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 89-115, junho 2007.

_____. O sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas. **Revista do Gel**, S. J. do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 9-30, 2008.

DUTRA, C. **Ter e haver na norma culta de Salvador**. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2000.

KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M.; KOLLER, E. TEXEIRA, J., LEMOS, A. (Orgs.). **Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga, CEHUM (U. do Minho), 2005.

KATO, M.; DUARTE, E. **Semantic and phonological constraints on the distribution of null subjects in Brazilian Portuguese**. Comunicação apresentada no NWAV32, realizado na Universidade da Pensilvânia, em outubro de 2003.

MARINS, J. **As repercussões da remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: um estudo diacrônico das sentenças existenciais com *ter* e *haver* no PB e no PE**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ – FL, 2013.

MARTINS, L.; CALLOU, D. Mudança em tempo aparente e em tempo real: construções *ter/haver* existenciais. In: ENCONTRO DO CELSUL, 5, 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2003, p. 820-825.

RUMEU, M. Estratégias de indeterminação do argumento externo do verbo em jornais portugueses e brasileiros. **Veredas on line** – atemática, p. 49-65, 1/2011.

SARAIVA, E. **A construção TEM-SE no português brasileiro escrito: uma análise sociofuncionalista**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2013.

SILVA, R. **Variação *ter/haver* na fala pessoense**. Dissertação de Mestrado. UFPB, 2001.

SPANO, M. **A ordem V SN em construções monoargumentais na fala culta do português brasileiro e europeu**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2002.

TARALLO, F.; KATO, M. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística. **Predição**, n. 6, p. 1-41, 1989.

VARGAS, A. A evolução na representação das estratégias pronominais de indeterminação. In: DUARTE, E. (Org.). **O sujeito em peças de teatro (1933-1992): estudos diacrônicos**. São Paulo: Parábola, 2012.

VITÓRIO, E. Um estudo sobre a variação *ter* e *haver* existenciais na escrita de alunos dos ensinos fundamental e médio da cidade de Maceió. **Revista Eletrônica Via Litterae**, Anápolis, v. 2, n. 1, p. 75-87, jan. / jun. 2010.

_____. A alternância de ter/haver existenciais na fala maceioense. **Interdisciplinar – Revista de Estudos de Língua e Literatura**. Ano VI, V. 14, p. 77-85, 2011.

_____. **Ter/haver existenciais na fala alagoana: variação estável ou mudança em progresso?** Tese de Doutorado. PPGLL/UFAL, 2012a.

_____. A alternância dos verbos ter e haver em construções existenciais na escrita jornalística. In: SINIEL, 2012b, Recife. **Anais**. Recife: 2012b, p. 434-450.

Artigo recebido em: 21.07.2013

Artigo aprovado em: 13.09.2013

Domínios de Língua@gem

O turno conversacional em interações de sujeitos afásicos

Conversational turn in interactions of aphasic subjects

Caio Mira*

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar e descrever alguns aspectos interativos e cognitivos dos fenômenos conversacionais envolvidos nas práticas de dois sujeitos afásicos de interagir e operar com as estruturas linguístico-comunicativas, como o turno conversacional. Analisaremos um fragmento de um episódio conversacional de grupo de sujeitos afásicos e não afásicos, gravado em meio audiovisual, a fim de evidenciar as estratégias linguístico-cognitivas de sujeitos afásicos e não afásicos integrantes de um grupo de convivência que promove atividades cotidianas de práticas de linguagem. A partir do arcabouço teórico-metodológico da Análise da Conversação (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974) e dos estudos linguísticos de base sócio-cognitiva (Tomasello, 2003; Ford, Fox & Thompson, 1996), procuraremos demonstrar que a configuração do sistema de troca de turnos é complexa por abarcar aspectos prosódicos, sintáticos e pragmáticos na manipulação de estratégias linguístico-cognitivas envolvidas na organização da conversação. As análises demonstram que os dois sujeitos afásicos, apesar dos déficits de ordem linguístico-cognitiva, conseguem manipular os turnos para assegurar o desenvolvimento da conversação.

PALAVRAS-CHAVE: afasia; conversação; turnos; interação.

ABSTRACT: This paper aims to analyze and describe interactive and cognitive aspects of the phenomena involved in the conversational practices of two aphasic subjects when interacting and operating with the linguistic and communicative structures, such as conversational turn. The purpose is to analyze a fragment of an episode of conversational group of aphasic and non-aphasics, recorded on audio-visual, in order to highlight the linguistic and cognitive strategies of aphasic and non-aphasic members of a support group that promotes activities of everyday language practices. Based on the theoretical and methodological framework of Conversation Analysis (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974) and linguistic studies using socio-cognitive foundations (Tomasello, 2003; Ford, Fox & Thompson, 1996), we demonstrate that the configuration of the shift is complex, encompassing aspects of prosodic, syntactic and pragmatic in handling linguistic and cognitive strategies involved in the organization of conversation. Analyses show that the aphasic subjects, despite the deficits in cognitive-linguistic order, can handle the shift to ensure the development of conversation.

KEYWORDS: aphasia; conversation; turns; interaction.

1. Introdução

As afasias são, fundamentalmente, sequelas de um acidente vascular cerebral, de traumatismos cranianos ou de tumores cerebrais que afetam sensivelmente a linguagem em seus vários níveis de constituição e processamento. As afasias podem afetar as formas de articulação

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Padre Anchieta (Jundiaí/SP) e membro pesquisador do COGITES (Cognição, Interação e Significação – IEL / UNICAMP, cadastrado junto ao CNPq).

e produção dos segmentos fonéticos e fonológicos, a capacidade de ordenar sintaticamente os elementos dos enunciados, a seleção de itens lexicais em situações comunicativas e os processos semânticos de compreensão e produção (cf. JAKOBSON, 1954; LURIA, 1976, 1981).

No entanto, a definição acima reduz e ao mesmo tempo simplifica as consequências que o fenômeno afásico pode acarretar tanto no plano linguístico, quanto no interacional. Reduz e simplifica porque a questão das afasias não está somente circunscrita nos domínios das alterações estruturais da linguagem humana. Essa definição simplificadora as reduzem sob um único invólucro: o das patologias da linguagem cujos traços ou características de disfluência e dificuldade metalinguística seriam uma espécie de excrescência em relação às situações normais e correntes da linguagem em contextos de uso.

A concepção tradicional das afasias é baseada em uma forte idealização de linguagem normal, sendo os testes metalinguísticos e descontextualizados o terreno propício para a consolidação de uma tradição patológica e normativa no campo da Afasiologia. Nesse contexto, as manifestações afásicas em nada teriam a ver com processos que também ocorrem na linguagem não patológica. Além disso, as afasias são diagnosticadas a partir de testes de base estruturalista e normativa que têm o pressuposto de que o fenômeno afásico, constitui, essencialmente, um problema da ordem de uma metalinguagem estrita, ou seja, um problema de reconhecimento das estruturas e das propriedades da língua tomada como um sistema fechado em si mesmo. Morato (2001) sintetiza este posicionamento que por muito tempo norteou os estudos afasiológicos:

A afasia tem sido definida tradicionalmente como um problema metalinguístico conforme postula Jakobson (1954/1981): “a afasia pode ser definida amiúde como um problema relativo às operações metalinguísticas”. Isso quer dizer que o que estaria afetado nas afasias diz respeito fundamentalmente a um conhecimento metalinguístico do mundo. Procedimento recorrente para o estudo, a descrição de sua semiologia e a conceituação tradicional das afasias, as baterias de testes-padrão, prenes de tarefas metalinguísticas quase caricaturais com relação às propriedades da língua “Tornou-se clássico perturbam a metalinguagem. Isso porque falar uma língua (e fazê-lo adequadamente) estaria subordinado à capacidade (lógico-perceptiva, bem entendido) de falar sobre esta língua. (...) perder-se-ia nas afasias não apenas a capacidade de falar sobre a linguagem, mas essa possibilidade de reflexividade da linguagem que consiste numa reação de reparação e de reconstituição de processos linguísticos” (MORATO, 2001, p. 22).

Conceber as afasias como um problema de metalinguagem (aqui reduzida ao metalinguístico) e de perda da capacidade reflexão de seu uso instiga-nos refletir a respeito da seguinte questão: as afasias seriam apenas um problema de ordem metalinguística? Ao responder essa questão, e encontrando uma resposta negativa, deparamo-nos com uma outra questão igualmente ou até mais instigante: se a afasia não se restringe apenas a um problema de metalinguagem (reduzida por sua vez a uma questão relativa ao sistema linguístico *stricto sensu*), os sujeitos acometidos por ela seriam capazes de refletir e manipular uma das estruturas linguísticas responsáveis pela prática de linguagem mais recorrente na vida do ser humano, isto é, a conversação?

Para tratarmos da questão do uso da linguagem afásica na conversação, primeiramente é necessário considerar as outras implicações afásicas vão além da definição de um problema de metalinguagem no sentido de perda de capacidade realizar operações metalinguísticas (cf. JAKOBSON, 1954; LEBRUN, 1983). A afasia desestabiliza cognitivamente e descaracteriza justamente a capacidade de comunicação, de utilizar um sistema simbólico, verbal e não verbal para veicular sentidos e, conseqüentemente, de manter e incrementar os diversos vínculos sociais constituídos ao longo da vida.

Diante dos impactos de ordem cognitiva e social desencadeados pelas afasias, o objetivo do presente trabalho é analisar um fragmento de um episódio conversacional para demonstrar que dois sujeitos afásicos possuem a capacidade de reconhecer e manipular o turno durante a conversação.

2. A conversação: o domínio empírico das práticas de linguagem

O domínio empírico do presente trabalho é a conversação, especificamente a conversação face a face, que constitui o cenário básico da aquisição e do uso da linguagem humana (CLARK, 1996). A conversação face a face estabelece e configura “o uso básico e primordial da linguagem, e a melhor descrição para todos os outros usos vem a ser em termos do modo como eles se desviam daquela base” (FILMORE, 1991, *apud*, CLARK, 2000: 53). É no interior desse domínio empírico que será desenvolvida nossa análise que terá como escopo uma das categorias nucleares que sustentam a conversação face a face: o turno conversacional.

Vale ressaltar que a conversação ocorre no interior de quadros sociais mais explícitos que, ao mesmo tempo, dão forma e conteúdo às ações comunicativas. Partindo dessa premissa, a conversação no âmbito desse trabalho é tomada como:

(...) uma interação centrada, da qual participam pelo menos dois interlocutores que se revezam, tomando cada qual pelo menos uma vez a palavra, dando-se o evento comunicativo uma identidade temporal e num determinado “quadro social” (W. LABOV / D. FANSHEL, 1977, p. 26). Como numa conversação várias pessoas agem (ao mesmo tempo ou sequencialmente), trata-se também de uma sequência de ações inter-relacionadas que, de algum modo, devem formar um todo coerente para que sejam compreensíveis. Evidentemente, uma conversação deve preencher uma série de condições cognitivas, contextuais, sociais e linguísticas para que se dê uma interação bem-sucedida (MARCHUSCHI, 1988, p. 319-320).

A definição de Marchuschi situa a conversação em um terreno mais amplo, onde a simetria das trocas conversacionais cede espaço à realização de eventos comunicativos, que por sua vez, ocorrem em função de “condições cognitivas, contextuais, sociais e linguísticas” essenciais para uma interação. No domínio empírico de nossa análise, isto é, a conversação, inúmeros elementos estão simultaneamente partilhados e construídos conjuntamente pelos interactantes. As regras que duas ou mais pessoas partilham são reconhecidas prontamente e nesse processamento *on line*, desenvolve-se a construção conjunta de sentidos. São inúmeros elementos que entram em jogo no ato cotidiano de conversar. Dentre essa constelação de elementos que permitem o entrosamento comunicativo, elegemos o turno conversacional.

3. A noção de turno conversacional

O estudo pioneiro de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) sobre a sistemática elementar da troca de turnos representa um marco inicial dos estudos da Análise da Conversação (doravante AC), por traçar um modelo de tomada de turnos ancorado na observação empírica dos aspectos sistemáticos recorrentes da conversação. Nesse estudo, fica evidente a definição dos princípios metodológicos norteadores para a consolidação de um aparato analítico consistente, que fosse capaz de explicar a organização sequencial administrada tacitamente pelos falantes numa atividade interativa. Nas palavras dos autores:

O sistema de tomada de turnos é em primeiro lugar para ‘sequências da fala’. Há uma ordem de organização para tipos de sequências, em referência à qual a extensão da conversa para unidades deste tipo pode ser determinada. O sistema de trocas de turno em si é compatível com extensões variáveis e não pré-determina nenhuma extensão (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974, p. 27).

A proposta que os autores lançam configurou-se, na realidade, nos princípios analítico-metodológicos que regem os estudos da AC. Esses princípios são: *i*) uma abordagem rigorosamente empírica, que evita a construção de pressupostos teóricos e de julgamentos intuitivos; *ii*) a busca de padrões recorrentes em um número expressivo de conversações em contextos naturais; *iii*) ênfase às consequências interacionais e inferências que os falantes realizam nas conversações; *iv*) a explicação das propriedades sistemáticas da organização sequencial da conversa e as maneiras como as enunciações são concebidas para gerar tais sequências (LEVINSON, 2007).

A partir desses princípios, Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) concebem um modelo para a dinâmica das trocas de turnos que busca estabelecer uma sistemática elementar calcada em dois elementos: as unidades de construção de turno (doravante UCT) e os lugares relevantes de transição do turno (doravante LRT). O objetivo de muitos trabalhos, no âmbito da AC, concentrou-se na tarefa de oferecer subsídios teóricos e analíticos da organização dos turnos a partir do sistema de trocas proposto por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974). Uma observação detalhada da bibliografia sobre a noção de turno neste campo revela, entre outras coisas, uma forte tendência descritivista e a preocupação à definição de traços linguísticos que constituem os turnos. Partindo da premissa: “os tipos de unidade para o inglês incluem construções do tipo sentenciais, clausais, sintagmáticas e lexicais” (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974, p. 16), uma quantidade considerável de trabalhos produzidos na década de 90 buscaram corroborar a hipótese de que a sintaxe seguida do léxico prevaleceriam na construção dos turnos. Em outras palavras, a insistência na determinação dos níveis linguísticos que, de certa forma, “comandam” os processos de constituição e trocas de turnos revela uma forte orientação dos estudos da AC: a de tentar sistematizar, ou até mesmo, de gramaticalizar recursos da linguagem ordinária.

A primeira tentativa de definição das UCT ocorre em 1974 no trabalho de Sacks, Shegloff e Jefferson sobre a sistemática de alternância de turnos. Embora este estudo apresente e exemplifique as bases fundamentais para o entendimento das formas de trocas de turno, a definição das UCT carece de mais especificidade. Nesse clássico texto da AC, a definição é realizada a partir de traços linguísticos pouco definidos do inglês. Nas palavras dos autores:

Há vários tipos de unidades com as quais um falante pode começar a construir um turno. Os tipos de unidade para o inglês incluem construções do tipo sentenciais, clausais, sintagmáticas e lexicais. As ocorrências de tipos de unidades assim utilizadas permitem uma projeção do tipo de unidade em

andamento, e, *grosso modo*, o quanto faltará para que uma ocorrência daquele tipo seja completada (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974, p. 16).

A definição das UCT proposta pelos autores não especifica claramente quais são os níveis linguísticos envolvidos no funcionamento do sistema de trocas de turnos. O critério mais claro que os autores mencionam é o *princípio de projetabilidade*. Assim, as UCT são caracterizadas empiricamente por alguns aspectos sintáticos e lexicais. No entanto, é a possibilidade de projeção apresentada por esses aspectos que determina as finalizações e as passagens de turnos, tal como é proposto para a operação do sistema de trocas.

Embora Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) não busquem estabelecer detalhadamente as unidades que constituem o turno, mas sim demonstrar que as trocas de turnos são passíveis de sistematização, alguns estudos posteriores procuram esclarecer quais são os níveis linguísticos mais salientes que possibilitam mensurar fatores intrínsecos da construção de turnos, tal como a extensão e as finalizações. Um bom exemplo de trabalho de tal vertente é o estudo de Levinson (2007) que oferece uma definição mais clara dos traços linguísticos que determinam uma UCT. É interessante notar que para o esse autor a primazia dos traços sintáticos é relativizada pelo o que ele denomina de *flexibilidade da sintaxe da língua natural*, que confere aos falantes a possibilidade do reconhecimento da extensão e da configuração de uma UCT. Segundo o Levinson:

Essas unidades, neste modelo, são determinadas por vários traços da estrutura linguística superficial: são unidades sintáticas (sentenças, orações, sintagmas nominais, etc) identificadas como unidades de turno em parte por meios prosódicos, e, especificamente, por meios entonacionais. Inicialmente, será atribuída ao falante apenas uma destas *unidades construcionais de turno* (embora a extensão da unidade esteja, em grande parte, sob o controle do falante, devido à flexibilidade da sintaxe da língua natural (LEVINSON, 2007, p. 377).

As afirmações de Levinson são corroboradas por alguns estudos que partem do pressuposto de que as UCT são as unidades linguísticas mínimas relevantes constituídas a partir de recursos sintáticos e prosódicos. Em outras palavras, a imprecisão a respeito da “materialidade linguística” das UCT cede espaço às pesquisas que visam aprimorar a compreensão das trocas de turnos. Os trabalhos de Selting (1996, 2000), representam esta concepção, ao exemplificar com dados conversacionais do alemão e do inglês os níveis linguísticos mais salientes para a troca de turnos. Segundo a autora, as unidades são potencialmente constituídas e completadas em alguns pontos sintáticos. Entretanto, a sintaxe

isoladamente não é capaz determinar a construção dos turnos. Os dados de suas pesquisas demonstram que há uma interface entre elementos sintáticos e prosódicos, ou seja, existiria uma predominância sintática para a construção dos turnos, porém, contextualizada prosodicamente. Os argumentos a respeito da existência de uma interface entre a sintaxe e a prosódia na construção de turnos ganham maior evidência nos estudos da AC. Muitos estudos da área buscam delimitar detalhadamente as UCT a fim de agregar ao sistema de trocas turnos, proposto por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) uma compreensão mais apurada da organização interativa da conversação, sobretudo, a respeito dos níveis linguísticos manipulados pelos falantes que permitem a eles reconhecer a extensão e os lugares mais relevantes de tomada e sobreposição dos turnos. Principalmente na década de 90, a hipótese de que a sintaxe isoladamente não consegue abarcar as estratégias das trocas de turno torna-se mais pertinente.

Essa hipótese também foi investigada por Ford, Fox & Thompson (1996). As autoras afirmam que não estão convencidas a respeito da hipótese da predominância sintática, e defendem a ideia de que os outros fatores estão envolvidos nos processos de projeção e finalizações de turno. Os fatores envolvidos nas trajetórias de turnos incluem uma “constelação” de pistas pragmáticas, prosódicas e gestuais. Dessa forma, a inserção do termo “pragmática” para designar outros mecanismos que estão fora de aparato organizacional da sintaxe e até mesmo da gramática abre a possibilidade de questionar o que realmente determina as trocas de turnos numa conversação.

O modelo de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) enfoca fundamentalmente a noção de unidade para explicar as formas que os falantes organizam as tomadas de turno. Na realidade, o modelo tem sido interpretado com um inventário de estruturas, o que ocasiona insistentes tentativas de operacionalizar as unidades mínimas desse inventário a fim de explicar o funcionamento dos turnos. Assim, fica evidente uma tensão entre o funcionamento do sistema de tomada de turno, calcado em unidades mínimas e a dinamicidade dos fatores contextuais intrínsecos ao evento interativo. O ponto mais visível dessa tensão é a insistência em capturar as unidades de construção de turno e a exclusão de fatores que fogem à sistematicidade dos níveis linguísticos, ou seja, o que as Ford, Fox & Thompson (1996) rotulam sob o termo pragmática: fatores imbuídos na ação interativa.

Na realidade, trabalhos como os de Ford, Fox & Thompson (1996) indicam uma tendência no quadro teórico-analítico da AC, sobretudo a de cunho etnometodológico: a dificuldade de operar metodologicamente níveis fora do aparato organizacional da gramática,

apesar de pressupô-los. Muitas pesquisas da área buscam refutar as bases metodológicas lançadas por SSJ, porém, acabam, na maioria das vezes, corroborando com uma ideia de segmentação da conversa em unidades gramaticais. A metodologia da AC, baseada em especial em uma transcrição finamente detalhada do ponto de vista da sequencialidade e da temporalidade dos eventos, é posta em ação a fim de analisar e descrever a conversação a partir das regularidades presentes no uso da linguagem. A insistência metodológica da AC ofusca de certo modo a possibilidade completa de compreender a conversação como um evento interativo estruturado a um só tempo de forma macro e micro, uma prática social altamente ritualizada em que os falantes lançam mão de outros recursos simbólicos que não a língua, voltados para a realização contínua de múltiplas atividades psicossociais (HANKS, 2008).

O quadro que se forma diante de tal percepção indica uma tendência em atribuir à a todos os níveis linguísticos a capacidade de organização da conversação. Soa um pouco contraditório constatar que a AC investe “suas fichas” apenas nos fatores linguísticos para a compreensão da conversação, em função de uma visada essencialmente interacional reivindicada por este domínio interdisciplinar, proveniente do campo da microssociologia. É contraditório tal posicionamento, pois os aspectos interativos e pragmáticos são praticamente negligenciados no aparato analítico (algo semelhante ao que Goffman (2002) denominou como *a situação negligenciada*), e também porque a conversação não é somente realização de um sistema de trocas mensurável a partir de unidades linguísticas, mas sim uma prática social e interativa. Outro ponto que suscita controvérsias está relacionado à influência de Etnomedologia, cuja inspiração é a Etologia.

4. Os dados

Os dados deste trabalho são provenientes do acervo do banco de dados do grupo de pesquisa “Cognição, Interação e Significação: estudo de práticas linguístico-interacionais no contexto patológico” (COGITES). O acervo deste banco de dados é constituído por gravações em meio audiovisual dos encontros do Centro de Convivência de Afásicos (doravante CCA). O CCA é fruto de uma ação conjunta entre o Departamento de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas e o Departamento de Linguística do Instituto de Estudo da Linguagem, ambos da Unicamp. Funciona desde 1990 com o intuito de “desmedicalizar” os tipos de intervenções terapêuticas e clínicas que eram então oferecidas aos sujeitos afásicos, proporcionando a eles uma abordagem clínica diferente dos moldes tradicionais.

O seu principal objetivo é oferecer um espaço de interação, como um espaço para o exercício efetivo de práticas cotidianas de linguagem entre os sujeitos afásicos e não afásicos de forma a contribuir para o maior entendimento da condição de afásico e oferecer alternativas para a reintegração social desses sujeitos pela convivência e enfrentamento mútuo das inúmeras dificuldades que a afasia implica. Além disso, o CCA também é um espaço de pesquisa e docência no qual se envolvem pesquisadores, alunos de pós-graduação que se empenham em pesquisas sobre a complexa relação entre os aspectos sociais e interativos que envolvem linguagem, cérebro e cognição. Os sujeitos afásicos que frequentam o CCA são encaminhados pelo Departamento de Neurologia, onde recebem todo o tipo de assistência clínica necessária. Os não afásicos que integram o CCA são amigos, familiares e pesquisadores, sendo que estes últimos desenvolvem seus trabalhos no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Especificamente no dado analisado, há a participação de duas senhoras afásicas: IP e MG.

IP é uma senhora brasileira, destra, casada, enfermeira aposentada nascida em março de 1931. Em novembro de 1988, sofreu um Acidente Vascular Cerebral isquêmico. O quadro afásico de IP, diagnosticado no Hospital de Clínicas da UNICAMP, é caracterizado por uma afasia motora branda com discreta hemiparesia à direita. O comprometimento de fala da senhora IP é marcado pelas pausas e hesitações alongadas que não influenciam de maneira muito incisiva o fluxo conversacional.

MG é uma senhora brasileira, nascida em abril de 1948, destra, solteira. Em dezembro de 1999, MG foi acometida por teve um Acidente Vascular Cerebral isquêmico. Uma das sequelas desse evento neurológico foi uma afasia motora. Seu quadro afásico é marcado pelas dificuldades de encontrar palavras e de predicação, além de parafasias¹ (fonológicas em especial). Além disso, a senhora MG apresenta um quadro afásico de predomínio motor. A produção verbal dela é, inicialmente, laboriosa, com perseveração e produção de parafasias de várias naturezas (inclusive deformantes ou “neologizantes”). Embora proceda a operações epilinguísticas, como correções e reformulações, MG enfrenta frequentemente dificuldades de proceder a processos inferenciais.

¹ Parafasia, basicamente, diz respeito à substituição de uma palavra-alvo (aquela pretendida pelo sujeito) por uma outra ou da troca de um som por outro, podendo variar o grau de semelhança entre o som ou palavra pretendidos e os efetivamente realizados.

Os encontros do CCA têm início a partir da atividade de linguagem e terminam com o exercício de teatro. Entre esses dois momentos, independentemente da sequência, existe uma pausa para um “café”. Os encontros duram aproximadamente três horas, sendo que cada uma das atividades (linguagem e teatro) têm uma hora e quinze de duração e a pausa para o café cerca de meia hora.

Os nossos dados referem-se às atividades do Programa de Linguagem. Essas atividades procuram explorar os diversos gêneros e eventos que constituem o uso da linguagem no cotidiano tais como: diálogos, comentários, narrativas, a exposição e a discussão de notícias de jornais e revistas, as discussões sobre temas sociais e culturais diversos (principalmente de produções culturais como filmes, peças de teatro, e obras literárias), comentários sobre o noticiário e a vida política do país, assim como também relatos da vida cotidiana e familiar dos membros do grupo.

No encontro de 07/03/2004, a atividade do Programa de Linguagem consistia no relato das férias e festas de final de ano. Após tomarem café, os participantes, sentados ao redor de uma mesa, produziam pequenos relatos a respeito do que fizeram durante o período de recesso das atividades do CCA. Em função do fato de ser o primeiro encontro do ano, as narrativas ocupam grande parte do espaço das atividades, e, assim, tornam-se o tópico predominante da interação. Portanto, o primeiro supertópico introduzido no encontro de 07/03 é o “relato de férias”. Segue abaixo um fragmento deste encontro²:

- 1 EM: então ficou assim...e você tem uma novidade que tava contando pro grupo né
2 **MG**: eu bati ((risos))
3 JT: ah que emocionante G...batida foi emocionante então
4 **MG**: foi ((risos))
5 **IP**: na garagem da vizinha né G
6 **MG**: e be te
7 EM: mas bateu sem perigo assim machucou nada
8 **MG**: não...eu entre de ((risos))
9 JT: de marcha ré?
10 JC: entrou na garagem da vizinha
11 **IP**: é ((risos de MG))
12 **MG**: é mandei e
13 EM: você bateu na garagem da vizinha aqui em Campinas?
14 **MG**: é na
*--☐☐ ((olha para IP))

² Apenas para garantir a melhor visualização e compreensão dos dados, utilizaremos negrito para identificar os participantes afásicos.

- 15 **IP**: [perto
16 **JM**: de marcha ré
17 **MG**: ...vinte e quatro:::
18 **JT**: na véspera de Natal?
19 **MG**: é

Após os cumprimentos e saudações rotineiros entre os membros do grupo, a pesquisadora EM instaura o supertópico “relato de férias”, havendo o desdobramento desse supertópico em subtópicos. Cada um dos participantes, indagados por EM, produz um pequeno relato de suas férias e final de ano. No fragmento selecionado, analisaremos o especificamente o padrão de constituição e transição dos turnos em IP e MG.

Conforme é observado na linha 1, a pesquisadora EM, dando continuidade aos relatos individuais de férias, indaga a participante afásica MG a respeito dos fatos ocorridos durante o recesso do grupo. Antes de ser indagada por EM, MG relatou algum fatos ocorridos durante o período de recesso do grupo para outros participantes, o que ocasionou a formação de grupos paralelos durante o relato de outro participante. Para assegurar o compartilhamento do relato de MG, e conseqüentemente a instauração e o desenvolvimento de novo subtópico, EM inicia uma estrutura de transição de turnos baseada em pares adjacentes, que assegura a alternância dos turnos e a seleção do próximo falante, por serem constituídos basicamente por perguntas (P) e respostas (R).

Os pares adjacentes demandam, na maioria das vezes, um certo direcionamento dos turnos, que no caso deste fragmento é a continuidade do supertópico (“relato de férias” e seu desdobramento em subtópicos – “a batida de carro de MG”). O fator que desencadeia estas enunciações emparelhadas em forma de pares adjacentes é a produção de uma primeira parte do par, o atual falante deve parar de falar, e o seguinte deve produzir, nesse ponto, uma segunda parte do mesmo par (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974).

Apesar da estrutura de perguntas e respostas demandar essencialmente a transição dos turnos e a seleção imediata do próximo falante, conforme pode ser observado nas linhas 1-2 (1 EM: “então ficou assim...e você tem uma novidade que tava contando pro grupo né /2 MG: eu bati”), 7-8 (7 EM: mas bateu sem perigo assim machucou nada /8 MG: não...eu entre de) e 13-14 (13 EM: você bateu na garagem da vizinha aqui em Campinas? / 14 MG: é na ((hesitação)), há a inserção de turnos de outros participantes no par adjacente estabelecido anteriormente entre EM e MG. Nas linhas 3, 5, 9, 10 e 11, os turnos de JT, IP e JC estão intercalados às respostas de MG. A inserção destes turnos colabora para o desenvolvimento do subtópico em questão,

como também na manutenção da própria estrutura de pergunta e resposta. Em outras palavras, embora as perguntas iniciais do par não sejam endereçadas especificamente a JT, IP e JC, os turnos intercalados desses participantes requerem o maior detalhamento das resposta de MG, ou seja, a continuidade de sua narrativa.

Os turnos dos participantes que inicialmente não são parte do par adjacente demonstram que o critério de adjacência das díades de pergunta e respostas revela-se frágil por não conseguir explicar as possibilidades de transição dos turnos. No fragmento 1-15, a estrutura de par adjacente é o mecanismo inicial da dinâmica de turnos que desencadeia tanto a continuidade da conversação quanto age diretamente na progressão de um supertópico definido anteriormente, isto é, o relato de férias do participantes e a instauração do subtópico “a batida de carro de MG”. Um conceito interessante que amplia o critério de adjacência é o de relevância condicional.

Levinson (2007) propõe que a regra que une as partes de um par não é uma questão que deve receber uma resposta para assim haver um discurso bem formado, mas sim as expectativas específicas que é preciso atender na interação em curso. Levando em conta a atividade conjunta exercida pelo grupo, o relato do período de férias dos participantes, podemos considerar que os turnos de JT, IP e JC não são mecanismos de ruptura do par, instaurado por EM (linha 1: “então ficou assim...e você tem uma novidade que tava contando pro grupo né”). Se considerarmos a expectativa da ação do grupo nesse momento da interação, podemos concluir que esses turnos são várias segundas partes do par que potencialmente respondem à primeira parte do par, isto é, o pedido de EM para MG relatar suas férias. Na realidade, os turnos intercalados demonstram que a noção de adjacência é estreita. Podemos observar que segmento 1-15 que há reações distintas, que não são propriamente respostas às perguntas, porém, funcionam como segundas partes aceitáveis do par inicialmente estabelecido e agem diretamente na sequencialidade do episódio conversacional. Sob a ótica do desenvolvimento tópico, os turnos intercalados são elementos influentes no fenômeno de progressão tópica.

Em relação à constituição da UCTs, as linhas 14-15 apresentam uma forma de transição que contraria a tese de predominância sintática preconizada por Schegloff desde a publicação do artigo seminal sobre a sistemática elementar das trocas de turnos (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974, p. 16). Na linha 14, o turno de MG não apresenta uma finalização em termos sintáticos, ocorre uma hesitação no momento da produção da resposta à pergunta de EM na linha anterior (você bateu na garagem da vizinha aqui em Campinas?). Em função da grande pausa no momento da finalização da UCT, a participante IP completa o turno de MG (linha 14).

A ação de IP em relação à transição do turno poderia ser interpretada apenas com uma sobreposição, entretanto, há neste fragmento um exemplo de sua percepção do lugar relevante de transição do turno que culmina em uma ação colaborativa para proceder ao fechamento do turno anterior de MG e assim assegurar a progressão tópica. Se observarmos tais movimentos de transição de turno somente sob a ótica de um sistema de trocas que opera por unidades mínimas sintáticas e lexicais, tal como é proposto por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) constaremos que o padrão da transição dos turnos não ocorre somente em função de aspectos estritamente linguísticos. Em 14 e 15, o LRT ocorre por um fator pragmático e prosódico (o olhar de MG para IP, e a sua hesitação), o postulado de finalização e transição dos turnos proposto por Ford & Fox (1996), ou seja, a convergência de fatores prosódicos e pragmáticos na constituição das UCTs. Vale salientar que parece haver uma ratificação, por parte de MG, para IP participar da transição dos turnos e assim cooperar no desenvolvimento tópico. A partir desse segmento, a ratificação de IP alterna não só a estrutura anterior de par adjacentes, como também é um mecanismo contribuição dos referentes tópicos. A ratificação de outros participantes em interações diádicas promove a construção de um estado de informações compartilhadas que afeta sensivelmente o engajamento dos participantes na interação e, conseqüentemente, a forma de transição dos turnos Goffman (2002).

A interrogação feita por JM (linha 16: de marcha ré) logo após o fechamento do turno de MG que foi realizado por IP nos mostra que a sucessão do turno foi completada. MG prossegue com o relato dos detalhes de seu acidente e inicia seu turno com uma micro pausa no início da sentença e, ao final, realiza um alongamento vocálico. Esse sinal prosódico é interpretado por JT como um sinal de que há a necessidade de sua complementação, a qual ele prontamente realiza com uma sobreposição que é uma pergunta acerca das circunstâncias do episódio em questão (18 JT: na véspera de Natal?).

Na seqüência, MG responde ao questionamento, e, portanto, fecha o turno inicialmente aberto por ela (linhas 17 e 19). É possível perceber que IP já elabora complementos referenciais ao tópico da conversa, o relato do acidente de MG nos espaços de repetição e hesitação dos lugares mais relevantes de finalizações dos turnos de MG (por exemplo, nas linhas 24 e 25 no fragmento abaixo). Vale salientar também que os turnos de IP são inseridos na conversa sem sobreposição, unindo as partes do par adjacente sem recorrer a estrutura de perguntas e respostas.

- 20 JT: véspera de Natal...que beleza
21 EM: escuta G (é o mesmo) que você tinha batido antes?
22 **MG**: não ((todos falam ao mesmo tempo))
23 EM: você bateu no portão dela?
24 **MG**: no portão dela a sorte que ela tava...ela tava ela tava...tava
25 **IP**: dentro
26 **MG**: não
27 EM: ela não estava ali
28 **MG**: não...e ela só chegou duas horas da ((risos))
29 EM: é pegou no portão...tá e aí quando você bate no portão dela você manda arrumar?
30 **MG**: ah se não mandar...eu mando tudo
31 EM: o que acontece quando você entra é sempre do mesmo jeito que você bate?...tem uma...alguma constância?...nessa sua batida
32 **MG**: não é eu tava...bate
33 EM: tava entrando na sua casa?
34 **MG**: não
35 EM: o portão é automático?
36 **MG**: não tava
37 **IP**: chegando né
38 **MG**: tava chegando
39 EM: você ia entrar na casa ou ia encostar
40 **MG**: não ia...
41 EM: encostar
42 **MG**: isso
43 EM: aí você bateu no portão dela?
44 **MG**: ah
45 EM: da outra vez foi assim também?
46 **MG**: não
47 EM: era uma outra manobra
48 **MG**: [[é
49 **IP**: [[é
50 EM: G tem que dar uma treinada nessa sua chegada em casa...((MG ri)) não é verdade não é isso?

De 26 a 51, volta haver a predominância de pares adjacentes, em forma de perguntas e respostas (P/R). Esse padrão de movimentação do turno parece contribuir para o desenvolvimento direcionado do tópico. Nesse caso, a narrativa de MG é conduzida por uma sucessão de P a respeito do acidente de MG (linhas 29, 31, 33, 35, 43, 45), mantendo assim a estrutura de P/R iniciadas por EM desde a instauração do tópico da atividade de 07/03/2004.

Interessante notar que os turnos de IP são complementos às respostas de MG, no sentido de especificar ainda mais seus turnos, isto é, o relato de suas férias. IP parece reconhecer fundamentalmente dois elementos: a necessidade de desenvolvimento do tópico (nesse caso o subtópico “Acidente de MG”) e também a pertinência de elaborar “complementações” as

respostas de MG, seja por meio do preenchimento dos *gaps* das UCTs dos turnos de MG (gramaticalmente curtas), ou como nos seguimentos 14-15 e 24-25 onde IP reconhece a finalização das UCTs dos turnos de MG. No segmento 14-15, a finalização da UCT e, conseqüentemente, a transição do turno ocorrem por meio de uma pista pragmática, o olhar de MG. Uma ocorrência parecida também pode ser observada no segmento em 24-25, onde novamente a ocorrência da transição acontece a partir de hesitações e repetições, ou seja, pistas fundamentalmente prosódicas. Nesses segmentos, é possível observar que IP assume um papel de coelaboradora dos turnos e desenvolvedora desse subtópico.

Os segmentos expostos ilustram a tese de Ford, Fox & Thompson (1996) a respeito da complexidade da transição dos turnos. Segundo as autoras, a finalização dos turnos conjuga simultaneamente fatores linguísticos que vão além do nível sintático, conforme preconizado no texto seminal de SSJ (1974) e por alguns trabalhos mais recentes de Schegloff (2000, 2007). Se considerarmos a predominância da sintaxe na constituição das UCT, a transição dos turnos em 14-15 e 24-25 é explicada em função do preenchimento sintático das sentenças bem formadas. No entanto, nos exemplos analisados, a transição dos turnos acontece em função da projetabilidade da ação desempenhada pelos participantes, que neste caso é o relato das férias de MG. A simultaneidade de ocorrência de recursos léxicos, gramaticais, prosódicos e pragmáticos garante a o desenvolvimento do tópico.

A partir da análise do fragmento, é possível postular que esse padrão de movimentação de turno é mais frequente em tópicos que demandam uma estrutura narrativa, principalmente nos momentos em que a configuração do enquadre interativo “comentários e relatos do cotidiano” torna-se predominantes. Há indícios de que a relação entre tópico e enquadre interativo é o elemento que estrutura o padrão de transição dos turnos. O contexto interativo ocasiona o que Hanks (2008) denomina como “os processos de incorporação de credenciamentos e divisões sociais que existem antes e além de qualquer campo demonstrativo, que não são assinaladas em algum lugar do discurso e mesmo assim, moldam o contexto e restringem o acesso dos sujeitos ao discurso” (p. 186).

5. Considerações Finais

É possível observar nos segmentos analisados as estratégias utilizadas pelas duas senhoras afásicas para promover a movimentação dinâmica dos turnos e, assim, assegurar a continuidade do fluxo conversacional da interação e os desdobramentos do tópico discursivo.

Cumpra salientar que os dados analisados são provenientes de interações em grupo. Portanto, há nesse grupo sujeitos afásicos e não afásicos. Um aspecto que deve ser destacado é o fato de que os sujeitos afásicos estão em situações conversacionais concretas em um grupo socialmente organizado, cujo o objetivo é proporcionar situações práticas do uso de linguagem. Nesse sentido, os diferentes tipos de afasias e os comprometimentos linguísticos não são fatores essencialmente determinantes para o engajamento conversacional.

O fragmento analisado ilustra justamente que o tipo e o nível de comprometimento linguístico acarretado pela afasia não impede que os sujeitos afásicos participem da conversação. MG apresenta um quadro afásico marcado acentuadamente pelas dificuldades motoras no processo de articulação dos gestos da fala. A senhora IP também apresenta uma afasia motora. No entanto, seu nível de comprometimento de articulação linguística é menor. As principais características de seu quadro afásico são as hesitações e pausas na elaboração de seus turnos conversacionais. Mesmo diante dos diferentes níveis de comprometimentos acarretados pelas afasias, IP e MG conseguem manipular os turnos conversacionais e dar continuidade ao fluxo interativo.

As movimentações do turno ocorrem de maneira um pouco diferente de como é preconizada pelo sistema de troca turno de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974). Em outras palavras, as formas de passagem de turnos e de finalização das UCT não acontecem somente em determinados contextos sintáticos. Os dados demonstram que os sujeitos afásicos conseguem realizar dinamicamente as transições dos turnos lançando mão de recursos não só sintáticos, mas, sobretudo, os de ordem prosódica e pragmática.

Essa constatação corrobora a tese dos trabalhos de Selting (1996, 2000) e Ford, Fox & Thompson (1996) que buscam rediscutir a primazia da sintaxe como o nível linguístico responsável pelo funcionamento da trocas de turnos. A consequência mais direta da caracterização das UCT influi diretamente em outra unidade que opera a dinâmica dos turnos conversacionais: os lugares relevantes de transição do turno, que, por sua vez, são um dos elementos responsáveis pela organização sequencial e dinâmica das trocas de turno. Assim, torna-se pertinente a compreensão de que tais elementos exercem nas estratégias que os sujeitos afásicos lançam mão para operar dinamicamente as trocas de turno em situações conversacionais, isto é, um enfoque da noção de turno conversacional que privilegie mais a sua função textual-interativa do que somente a configuração linguística dos turnos.

Tal enfoque permite-nos analisar os turnos conversacionais como uma categoria interativa e cognitiva, voltada à organização das práticas sociais e, sobretudo, comunicativas que ocorrem no CCA. No presente trabalho, esperamos ter demonstrando o exercício de uma competência de ordem pragmática e discursiva pelos sujeitos afásicos no interior atividades em que a linguagem, em seu estatuto discursivo, subjetivo e social (e não somente a língua), torna-se a matéria-prima das interações (MORATO *et al*, 2005). Portanto, desconsiderar ou dar pouca visibilidade aos aspectos pragmáticos e contextuais envolvidos na organização e funcionamento das trocas de turnos implica na observação das práticas linguísticas dos afásicos a partir de uma ótica que evidencia seus déficits nos diferentes níveis da linguagem.

Referências Bibliográficas

CLARK, H. **Using Language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511620539>

_____. O uso da linguagem. In: **Cadernos de Tradução**. Porto Alegre: Núcleo de Editoração do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. n. 9, p. 49-71, 2000. Tradução de Nelson de Oliveira Azevedo & Pedro M. Garcez. (Originalmente publicado em **Using Language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996)

FORD, C; FOX, B; THOMPSON, S. Practices in the Construction of Turns: the 'TCU' revisited. **Pragmatics International Pragmatics Association**. v. 6, n.3, p. 427-454, 1996.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In RIBEIRO, B.T & GARCEZ, P M. **Sociolinguística Interacional**, 2. ed. São Paulo, Loyola, 2002. (Originalmente publicado em *American Anthropologist*, v. 66, n. 6, p. 133-166, 1964)

HANKS.W. O que é contexto? In: BENTES, A.C.; REZENDE,R.C; MACHADO, M.A.R. (orgs.). **Língua como prática social**: das relações entre língua cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1954/1981.

LEBRUN, Y. **Tratado de afasia**. São Paulo: Panamed Editorial, 1983.

LEVINSON. S. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LURIA, A. R. **Basic problems of Neurolinguistics**. The Hague: Mouton, 1976.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1515/9783110800159>

_____. **Fundamentos de Neuropsicologia**. São Paulo: EDUSP, 1981.

MARCUSCHI, L. A. **Perspectivas dos estudos em interação na Linguística brasileira dos anos 90**. Recife: (mimeo), 1998.

MORATO, E. M. *et al.* **Sobre as afasias e os afásicos. Subsídios teóricos e práticos elaborados pelo Centro de Convivência de Afásicos**. Ed. Unicamp, Campinas, 2002.

MORATO, E. M. *et al.* **Análise da competência pragmático-discursiva de sujeitos afásicos que frequentam o Centro de Convivência de (CCA-IEL/UNICAMP)**. Relatório Processo FAPESP 03/02604-9. Depto. de Linguística – IEL/UNICAMP, Campinas, 2005.

MORATO, E.M. O interacionismo no campo linguístico. In: Mussalim, F. & Bentes, A. C. (orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SACKS, H.; Schegloff, E.; JEFFERSON, G. A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. **Language**. v 50, n. 4, p. 696-735, 1974. Tradução de: Maria Clara Castellões de Oliveira e Paulo Cortes Gago *et al.* In: VEREDAS - Rev. Est. Ling, Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e n. 2, p. 9-73, jan./dez. 2003

SCHEGLOFF, E. Discourse, Pragmatics, Conversation, Analysis. In: **Discourse Studies**, v. 11, n. 1, p. 405 – 435, 2000.

_____. **Sequence Organization in Interaction**. v.1 .Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SELTING, M. On the interplay of syntax and prosody in the constitution of turn-constructural units and turns in conversation. **Pragmatics**. International Pragmatics Association. v. 6, n. 3, p. 371-388, 1996.

_____. The constructing of units in conversational talk. **Language In Society**, London. v. 29, n. 4, p. 477-517, 2000.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ANEXO

Sistema de notação

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS
Incompreensão de palavras ou segmentos	(SI)	Então é...olha deve ta com (SI)...deixa eu ver...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	Aqui (livro)...ah
Truncamento ou interrupção brusca	/	Dia pri/trinta e um de julho

Entonação enfática	Maiúscula	afaSIAS
Prolongamento de vogal e consoante	: (podendo aumentar de acordo com a duração)	Agora...a:...a Ida Maria que pesquisou
Silabação	-	Ser-vi-do-res
Interrogação	?	Pra quem você mandou isso?
Qualquer pausa	...	Ela veio qui... perguntar... veio se instruir
Pausas prolongadas (medidas em segundos)	(3s)	MS: ã:::ham (3s) centro <i>indica 3 segundos de pausa</i>
Comentários do transcritor e designações gestuais	((minúscula))	Isso não... ((risos))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição	— —	Maria Éster... —.dá pra... ta longe aí né... pequenininho... eu também não enxergo direito...— Oliveira da Silva... e ela também é coordenadora
Sobreposição	[apontando o local onde ocorre a superposição	MG: Nova Iguaçu JM: [ah
Simultaneidade de vozes	[[apontando o local onde ocorre a simultaneidade	MN: [[eu falava.. mas NS: [[quatro ano.. deixa <i>(indica que duas conversas ocorrem simultaneamente)</i>
Indicação de que a fala foi retomada	... no início	EM: a gente ta mandando pros coordenadores e eles tão colocando onde... EM: ...nas bibliotecas...
Citações literais ou leituras de textos	“ ”	aqui... “vimos por meio dessa... desta agradecer o envio dos livros...”
Indicação e continuidade de gestos significativos, com a descrição de gestos	* início e fim do gesto* *-----□* continuidade gestual	NS: i::xi... faz tempo aqui *-----□* ((aponta com o dedo))

Fonte: Morato *et al*, 2005

Artigo recebido em: 15.07.2013

Artigo aprovado em: 20.09.2013

Metodologia empírica para o estudo de ilocuções do português brasileiro

Empirical methodology for the study of Brazilian Portuguese illocutions

Bruno Rocha*

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivos (a) apresentar uma metodologia empírica para o estudo das ilocuções extraídas de *corpora* de fala espontânea e (b) apresentar resultados relativos a cinco ilocuções (Advertência, Oferta, Exortação, Instrução e Ordem), no Português Brasileiro. A ilocução é definida como a dimensão acional do *enunciado*. O enunciado é a menor unidade linguística dotada de autonomia pragmática e prosódica, ou seja, um ato de fala (AUSTIN, 1962). Cada ilocução está associada a um conjunto de parâmetros prosódicos e parâmetros pragmático-cognitivos (CRESTI, 2000; MONEGLIA, 2011). A metodologia, de base empírica e experimental, possui três passos fundamentais: i. identificação das ilocuções em contexto natural; ii. descrição prosódica e pragmático-cognitiva das ilocuções; iii. realização de experimentos em laboratório para refinar as descrições anteriores. Também será analisada a atitude de Cortesia, por meio da manipulação de seus parâmetros prosódicos, com o intuito de argumentar que a veiculação da atitude, embora se dê também pela prosódia, ocorre em posições do enunciado diferentes da ilocução.

PALAVRAS-CHAVE: ilocução; atos de fala; atitude; *corpus*; Teoria da Língua em Ato.

ABSTRACT: This paper aims to (a) propose an empirical methodology for the study of illocutions extracted from spontaneous speech corpora, and to (b) present the results found for five illocutions (namely Warning, Offer, Prompt, Instruction and Order) in Brazilian Portuguese. Illocution is defined as the actional dimension of the utterance. The utterance is the shortest linguistic unit that can be pragmatically and prosodically interpreted, corresponding to a speech act (AUSTIN, 1962). Each illocution is associated with a set of prosodic and pragma-cognitive parameters (CRESTI, 2000; MONEGLIA, 2011). Based on an empirical-experimental approach, the methodology has three central procedures: i. identification of the illocutions in natural context; ii. prosodic and pragmatic-cognitive description of the illocutions; iii. laboratory experimentation to refine previously established descriptions. The attitude of courtesy will also be analyzed through the manipulation of its prosodic parameters, in order to argue that the expression of attitude, although conveyed through prosody, occurs in different positions within the utterance if compared to the illocution.

KEYWORDS: illocution; speech acts; attitude; corpus; Language into Act Theory.

1. Introdução

Esse trabalho tem como objetivos: (a) apresentar uma metodologia em desenvolvimento, baseada em corpus, para a identificação e descrição das ilocuções presentes na fala espontânea e (b) apresentar resultados relativos às ilocuções de Advertência (*Warning*),

* Mestre em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da UFMG.

Oferta (*Offering*), Exortação (*Prompt*), Instrução (*Instruction*) e Ordem (*Order*) no Português Brasileiro, a partir de dados do C-ORAL-BRASIL¹.

A ilocução é aqui entendida como a dimensão acional do enunciado; a ação que se cumpre sobre o interlocutor ao se realizar um enunciado. O *enunciado*, unidade de referência da fala, é definido como a menor sequência linguística dotada de autonomia pragmática e prosódica (CRESTI, 2000), ou seja, um ato de fala (AUSTIN, 1962). A ilocução diferencia-se da *atitude*, essa última entendida como a maneira pela qual uma ilocução é realizada (encorajadora, autoritária, sedutora, etc.), ou o *modus* do *actum*, parafraseando Bally (1950). Enquanto a ilocução pertence a um nível pragmático, a atitude é parte de um nível sócio-interacional (MELLO; RASO, 2011). Ilocução e atitude são categorias em interação, mas diferentes uma da outra.

A abordagem tradicional de estudos da ilocução possui uma importância inegável: as intuições de Austin sobre a natureza acional da linguagem e da sua relação com elementos linguísticos, bem como a preocupação metodológica de Searle foram fundamentais para colocar os atos de fala como objeto de pesquisa e estabelecer bases para o seu estudo. Todavia, a descoberta da íntima relação entre uma ilocução, sua realização prosódica e seu contexto pragmático-cognitivo (CRESTI, 2000; FIRENZUOLI, 2003; CRESTI; MONEGLIA, 2005; RASO, 2012a) enfatiza a necessidade de se estudar as ilocuições sob uma perspectiva empírica baseada na análise de fala espontânea, já que o que se busca são as ações verbais efetivamente realizadas na natureza. Os recentes desenvolvimentos da Linguística de Corpus e os avanços tecnológicos que permitem gravações com alta qualidade acústica propiciam, finalmente, as condições adequadas para se alcançar esse objetivo.

A seção 1 do trabalho ocupa-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema dos atos de fala. A seção 2 aprofunda os conceitos de ilocução e atitude. A seção 3 discute as características de um corpus adequado ao estudo das ilocuições. A seção 4 apresenta a metodologia para o estudo das ilocuições e faz uma descrição preliminar das ilocuições de Advertência, Oferta, Exortação, Ordem e Instrução.

¹ O C-ORAL-BRASIL (RASO; MELLO, 2012) é um corpus de fala espontânea do Português Brasileiro, com ampla variedade diafásica e de diatopia mineira, sobretudo da região metropolitana de Belo Horizonte. O corpus foi compilado segundo as diretrizes estabelecidas pelo consórcio C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005), que resultou em um corpus multilíngue de quatro línguas neolatinas (Italiano, Português Europeu, Espanhol e Francês). Assim, o C-ORAL-BRASIL é totalmente comparável aos corpora do C-ORAL-ROM.

2. Ilocução e atos de fala na literatura linguística

Austin (1962) é o primeiro a sistematizar a ideia de que toda interação verbal possui uma natureza acional. Primeiramente, o autor propõe uma divisão entre enunciados constatativos (passíveis de verificação) e declarativos (enunciados que realizam ações) para, em seguida, mostrar que, em última instância, todos os enunciados realizam ações. Em sua visão, os performativos não são primitivos linguísticos e parecem ter sido criados para expressar de maneira sistemática o tipo de ação que se deseja realizar. Os atos de fala constituem-se de três atos realizados simultaneamente à produção do enunciado: locução (conteúdo linguístico realizado pelo falante), ilocução (tipo de ação realizado, de natureza convencional) e perlocução (resultado da ação, não convencionalizado).

Searle (1969; 1979) desenvolve uma classificação de ordem lógico-sintática das classes de atos ilocucionários e identifica a estrutura profunda de cada uma delas. As classes são: *assertivos* (ato de compromisso do falante com relação à verdade da proposição), *diretivos* (tentativa de comprometer o interlocutor com uma linha de ação futura), *compromissivos* (ato em que o falante se compromete com uma linha de ação futura), *expressivos* (expressão de um estado de espírito ao interlocutor) e *declarações* (ato que cria correspondência entre o conteúdo proposicional e o mundo). O autor propõe também a existência de atos de fala indiretos², uma vez que alguns enunciados possuiriam mais de uma força ilocucionária. Uma análise das classes de Searle mostra que o autor mistura, em suas definições, níveis linguísticos distintos³.

A importância de Austin e Searle para os estudos dos atos de fala é tamanha que, até hoje, as novas abordagens fazem referência a eles. Os autores mais próximos à tradição lógica se reportam principalmente a Searle. Nessa abordagem, um dos maiores expoentes é Vanderveken, que trabalha com o próprio Searle em refinamentos de sua teoria (SEARLE; VANDERVEKEN, 1985).

A análise dos atos de fala também foi utilizada na análise conversacional. Sbisà (1999) investiga o ato de fala de desculpa conjugando a visão de Austin com conceitos de Goffman

² Em uma situação em que um indivíduo profere a pergunta “Você poderia me passar o sal?” para pedir que o interlocutor passe o sal, teríamos, segundo Searle um ato de fala indireto. A *força ilocucionária primária* seria a de um pedido e a *força ilocucionária secundária* seria a de uma pergunta.

³ Enquanto as diretivas dizem respeito à ação praticada por um falante sobre seu interlocutor (nível pragmático), a definição das assertivas coincide com a de modalidade epistêmica (BALLY, 1950), pertencente ao nível semântico do enunciado. Sobre a frequente confusão na literatura sobre as categorias de modalidade, ilocução e atitude, veja-se MELLO e RASO (2011).

(1971)⁴. Para a autora, a desculpa desempenha um importante papel na relação entre falantes, e esse aspecto não pode ser excluído da definição do ato ilocucionário. Logo, uma das consequências do ato é tida como parte do mesmo.

A nossa proposta se insere na visão de Cresti (2000), baseada na análise de corpora de fala espontânea. A autora compartilha com Austin a tripartição do ato de fala em locução, ilocução e perlocução. No entanto, para a autora, a perlocução não seria a consequência do ato de fala, mas sim sua motivação afetivo-pulsional⁵. A principal inovação de sua abordagem, porém, é a de reconhecer a íntima relação existente entre ilocução e prosódia. Segundo a autora, cada ilocução está associada a um conjunto de parâmetros prosódicos e, para veicular uma ou outra ilocução, o falante utiliza o perfil prosódico adequado. Cresti entende que não há índices ilocucionários sintáticos e que a relação entre ilocuições e palavras é probabilística (CRESTI, 2000). A abordagem de Cresti permite a análise de fenômenos típicos da fala como enunciados sem verbos e, até mesmo, sem expressões referenciais.

Por fim, destacamos um recente volume editado por Sbisà e Turnr (2013) em que é apresentada uma ampla gama de estudos que tratam da língua do ponto de vista acional sob perspectivas teóricas distintas.

3. Ilocução e atitude

Essa seção visa aprofundar as noções de ilocução e atitude, mostrando como constituem categorias diferentes, embora em interação.

3.1. Ilocução

Para compreender o que é uma *ilocução*, é necessário começar pela definição de *enunciado*. Na tradição linguística, existe um consenso de que o enunciado (*utterance*) é a unidade de referência da fala, ou seja, a unidade de organização textual superior à palavra. O

⁴ GOFFMAN, E. **Relations in public**. New York: Basic Books, 1971.

⁵ O conceito de perlocução na visão de Cresti será aprofundado na seção 2.1.

enunciado opõe-se à frase, unidade de referência da escrita. Todavia, o conceito de enunciado varia de autor para autor, com consequências significativas para os seus estudos⁶.

Para nós, o enunciado é definido como a unidade linguística que realiza um ato de fala e é autônoma do ponto de vista prosódico. Essa é a definição proposta pela Teoria da Língua em Ato (CRESTI, 2000) – doravante TLA –, de base empírica e induzida a partir de estudos em corpora de fala espontânea realizados nos últimos 30 anos. Esse conceito é um desenvolvimento da proposta de Austin (1962) e compartilha com o autor a concepção de que todo ato de fala é constituído por locução, ilocução e perlocução. Todavia, enquanto Austin e Searle definem a perlocução como a consequência do ato e parecem não se preocupar com o elemento que ancora a ilocução (ou seja, com o que faz com que um falante realize uma certa ilocução e não outra), Cresti define a perlocução como a pulsão afetiva que motiva um ato de fala. A autora propõe que a ilocução seja considerada uma tradução em esquemas acionais socialmente convencionalizados de uma pulsão afetiva do falante⁷. Assim, não há relação de causa-efeito entre uma ação linguística e um estado de mundo posterior à sua realização (como, por exemplo, entre a ilocução de Asserção e uma perlocução de Convencimento)⁸. A perlocução, da forma com que é tradicionalmente definida, não faria parte do ato de fala do mesmo modo que a locução e a ilocução.

Outra importante contribuição da TLA é reconhecer a centralidade da prosódia na interface entre o domínio linguístico (locução) e o domínio acional (ilocução). Essa relação já fora intuída por vários autores, mas a TLA a elabora de forma particularmente pormenorizada

⁶ Alguns teóricos consideram que o turno dialógico seja a unidade de referência da fala, visto que é uma unidade natural da comunicação verbal. Considerando que os turnos podem ser formados por uma única expressão linguística ou podem ser muito extensos, se estendendo por minutos, é difícil defender que, na linguagem oral, não exista uma unidade de referência entre a palavra e o turno. Outros autores entendem que o enunciado é uma "frase falada", ou seja, uma estrutura formada pelo verbo e seus complementos. No entanto, estudos baseados em corpora mostram que aproximadamente 35% de toda a comunicação verbal é estruturado em unidades que não apresentam nenhuma forma verbal (MONEGLIA, 2011; BIBER *et al.*, 1999). Dessa forma, a interpretação de enunciado como "frase falada" mostra-se inadequada por desconsiderar realizações linguísticas típicas da fala.

⁷ Na psicanálise, a pulsão é um "processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo (...). O seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional" (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). A Teoria da Língua em Ato entende que uma das formas de suprimir o estado de tensão que origina a pulsão é realizar uma ilocução sobre o interlocutor. Como será visto adiante, cada ilocução está associada a uma determinada configuração de parâmetros prosódicos e pragmático-cognitivos, isto é, a um esquema acional socialmente convencionalizado.

⁸ A visão de que não há relação direta entre ilocução e perlocução está presente também em ALSTON (1964). Segundo o autor, um enunciado como "Quer fazer o favor de abrir a porta?" (a) pode ter como efeito que alguém abra a porta; (b) pode gerar um estado de espírito (simpatia, terror, etc); (c) pode não ter consequência alguma. Assim, não haveria uma relação necessária entre a ilocução de *pedido* veiculada pelo enunciado e a perlocução que ocorre posteriormente à realização do enunciado.

e sistemática. Em primeiro lugar, a TLA reconhece que prosódia é o elemento responsável por **segmentar o *continuum* da fala em enunciados e em suas unidades internas**: os enunciados são separados por quebras prosódicas de perfil terminal (CRYSTAL, 1975) e quebras de perfil não terminal assinalam suas unidades internas. Os enunciados podem ser constituídos de apenas uma unidade tonal (enunciado simples) ou de mais de uma unidade tonal (enunciado complexo). Os exemplos (1) e (2) mostram um exemplo de enunciado simples e um exemplo de enunciado complexo com o mesmo conteúdo locucionário. O enunciado complexo divide-se em duas unidades tonais, "as recarregáveis" e "tão aqui", separadas por uma quebra não terminal (marcada com "/"). Ouvindo o enunciado complexo até a quebra não terminal, um falante de PB não tem a sensação de que o mesmo é interpretável, ou seja, que é autônomo do ponto de vista prosódico. Isso ocorre somente na presença de uma quebra terminal (marcada com "//").

Exemplo (1) – em estúdio (áudio Ex.1)⁹



*BAL: as recarregáveis tão aqui //

Exemplo (2) - bfamdl02 (áudios Ex.2, Ex.2-1, Ex.2-2)



*BAL: [14] as recarregáveis / tão aqui //

Além de segmentar a fala, a prosódia é capaz de **assinalar funções informacionais às diferentes partes do enunciado**. O inventário das funções que uma unidade tonal pode assumir no enunciado é amplo¹⁰ e, por esse motivo, nos concentraremos aqui na função necessária e

⁹ Aproveitamos para explicar a nomenclatura dos arquivos de áudio a ser utilizada ao longo desse trabalho. Os três primeiros caracteres (Ex2-1) indicam o número do exemplo. O número após o hífen (Ex.2-1) indica uma edição. Em exemplos que possuem mais de um enunciado, que serão observados adiante, a letra "c" indica que o áudio contém o contexto do enunciado a ser analisado (Ex9-c). A letra "n" indica uma edição que contém somente o núcleo da unidade de Comentário (Ex9-n). A letra "m" indica que o áudio é uma manipulação do original (Ex22-m). Somente alguns exemplos possuem arquivos de contexto, de núcleo do Comentário, de edição e de manipulação. O conceito de núcleo do Comentário será apresentado posteriormente, em 2.1.

¹⁰ Para uma descrição detalhada das funções informacionais descritas pela Teoria da Língua em Ato, ver RASO (2012a), CRESTI (2000), CRESTI e MONEGLIA (2005), MONEGLIA (2011).

suficiente para a constituição de um enunciado: a de veicular uma ilocução. Como dissemos anteriormente, todo enunciado veicula uma ilocução. Logo, todo enunciado possui uma unidade informacional dedicada a esse fim, a qual recebe o nome de Comentário. Assim, um enunciado simples é constituído somente pela unidade informacional de Comentário. No exemplo (1), o enunciado possui unicamente a unidade informacional de Comentário. É por meio dela que é veiculada a ilocução (nesse caso, uma Asserção). Já em (2), o enunciado possui duas unidades informacionais. Ouvindo-as separadamente – áudios Ex.2-1 e Ex.2-2 –, fica claro que a unidade de Comentário é a segunda delas ("tão aqui"), pois é ela que realiza a ilocução (também uma Asserção)¹¹ e é interpretável em autonomia.

A prosódia é também responsável por cumprir uma terceira função: **atribuir um valor ilocucionário ao enunciado**. Cada ilocução está relacionada a uma determinada configuração de parâmetros prosódicos da unidade informacional de Comentário. Conseqüentemente, a alternância de padrões prosódicos do Comentário provoca diferentes ilocuições. Observemos os exemplos que se seguem.

Exemplo (3) – em estúdio – Ilocução: Asserção (áudio Ex.3)



***ZYX: vai pra Roma //**

Exemplo (4) – em estúdio – Ilocução: Pergunta Polar (áudio Ex.4)



***ZYX: vai pra Roma //**

Exemplo (5) – em estúdio – Ilocução: Ordem (áudio Ex.5)



***ZYX: vai pra Roma //**

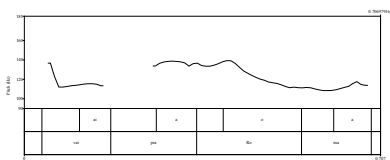


Fig.1 – Ex. (3)
***ZYX: vai pra Roma //**
Ilocução: Asserção

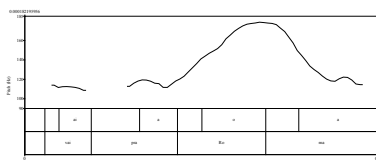


Fig.2 – Ex. (4)
***ZYX: vai pra Roma //**
Ilocução: Pergunta Polar

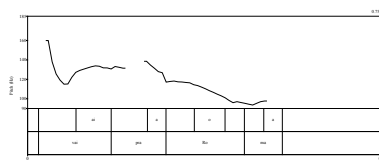


Fig.3 – Ex. (5)
***ZYX: vai pra Roma //**
Ilocução: Ordem

¹¹ Preferimos utilizar, até aqui, exemplos produzidos em laboratório para mostrar ao leitor como o conteúdo locucionário de um enunciado não tem uma influência direta sobre sua estrutura informacional. Posteriormente, utilizaremos exemplos extraídos de nosso corpus.

Nesses exemplos, temos três enunciados produzidos com o mesmo conteúdo locucionário, mas que veiculam ilocuções diferentes (Asserção, Pergunta Polar e ordem, respectivamente). As Figuras 1, 2 e 3, que mostram as curvas de F_0 dos exemplos anteriores, não deixam dúvidas de que ocorre uma variação significativa desses parâmetros, o que é suficiente para provocar uma variação ilocucionária.

Vejam de maneira um pouco mais aprofundada, como se dá esse processo.

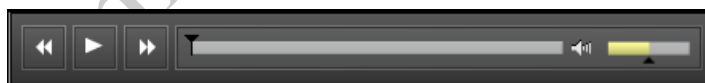
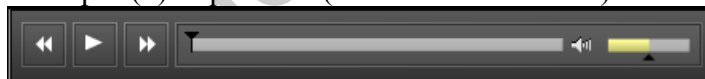
Se compararmos enunciados encontrados em contexto natural que veiculam a mesma ilocução, veremos que o número de sílabas da unidade informacional de Comentário e os seus parâmetros prosódicos podem variar significativamente entre eles. Os enunciados (6) a (8) são exemplos de Perguntas Polares que ilustram bem essa situação. O primeiro é um enunciado complexo, em que a unidade de Comentário é sucedida por outra unidade informacional. Os demais são enunciados simples.

Exemplo (6) - bfamcv11 (áudios Ex.6 e Ex.6-n)



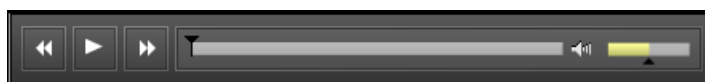
***CAR: [102] tirou a carne já / pai //**

Exemplo (7) - bpubdl01 (áudios Ex.7 e Ex.7-n)



***ROG: [265] deixar ea perto da árvore //**

Exemplo (8) - bfamcv11 (áudios Ex.8 e Ex.8-n)



***CAR: [18] - ontem //**

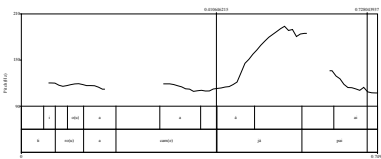


Fig.4 – Ex. (6)
*CAR: tirou a carne já / pai //

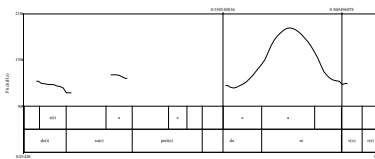


Fig.5 – Ex. (7)
*ROG: deixar ea perto da
árvore //

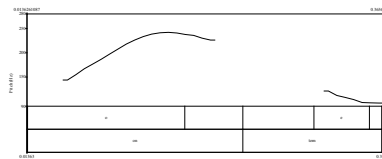


Fig.6 – Ex. (8)
*CAR: ontem //

Apesar das possíveis variações, um aspecto permanece constante comparando os traçados de F_0 dos respectivos áudios: a configuração ascendente-descendente de F_0 localizada na porção final da unidade de Comentário dos enunciados (6) e (7) e na totalidade do Comentário do enunciado (8). Nos três enunciados, basta ouvir essa única configuração para perceber que ilocução é uma Pergunta Polar (áudios Ex.6-n, Ex.7-n e Ex.8-n). Ou seja, ainda que a supressão dos demais segmentos traga prejuízos à interpretação semântica do Comentário, a interpretação ilocucionária não é, de modo algum, comprometida. Por esse motivo, dizemos que a **toda unidade informacional de Comentário possui um núcleo funcional**, com a função de veicular a ilocução do enunciado. A unidade pode ser formada exclusivamente pelo seu núcleo, como em (8), ou pode conter porções voltadas para o preenchimento lexical, quando seu conteúdo locucionário for extenso, como em (6) e (7). Se o preenchimento lexical posiciona-se antes do núcleo da unidade, é chamado de *preparação*. Se for colocado após o núcleo, é denominado *coda*. Se se encontra dentro do núcleo, dividindo-o em dois semi-núcleos, é chamado de *ligação*. Em (6) e (7), temos porções de preparação antecedendo o núcleo. Na seção 4.2, serão mostrados exemplos com porção de coda e ligação.

A TLA chama de *forma entonacional* o conjunto de parâmetros prosódicos segundo os quais o núcleo da unidade informacional de Comentário deve ser realizado para que veicule a ilocução a eles associados. Uma forma entonacional é formada por:

- 1) uma ou mais configurações de movimentos perceptualmente relevantes de *pitch* ('t HART *et al.*, 1990);
- 2) valores específicos de:
 - a. frequência fundamental (de ataque, média, mínima e máxima);
 - b. duração (das sílabas e das vogais);
 - c. intensidade;
- 3) alinhamento entre pontos específicos das configurações de *pitch* e sílabas.

Estudos baseados em corpora de fala espontânea realizados no LABLITA (Laboratório de Italianística da Universidade de Florença, Itália) identificaram mais de 80 ilocuções no Italiano (Quadro 1, a seguir), e as investigações têm mostrado que cada ilocução é sistematicamente realizada segundo a sua forma entonacional. Todavia, em alguns casos, uma mesma forma entonacional realiza mais de uma ilocução. Consequentemente, não há uma correspondência biunívoca entre ilocuções e formas entonacionais; em muitos casos, a razão é de duas ou mais ilocuções para a mesma forma entonacional.

Quadro 1 - Quadro de referência das classes ilocucionárias e das ilocuções encontradas no corpus LABLITA.

REPRESENTATIVES	DIRECTIVES	EXPRESSIVES	UTES
Assertion taken for granted	Distal recall – not visible object	Exclamation	Declarations of legal value
Weak assertion	Distal recall – visible object	Expression of contrast	Greetings
Answering	Proximal recall	Expression of obviousness	Apologies
Commentary	Distal deixis	Softening	Welcome
Strong assertion	Proximal deixis	Expression of surprise	Congratulation
Identification	Presenting (object/event)	Expression of fear	Wishes
Ascertainment	Introducing (person)	Expression of relief	Compliments
Claim	Request of information	Expression of satisfaction	Thanks
Hypothesis / Supposition	Request of action	Expression of uncertainty	Condemnation
Explanation	Order	Expression of doubt	Condolences
Inference	Total question	Expression of certainty	Baptism
Definition	Partial question	Expression of wish	Promise
Narration	Alternative question	Expression of disbelief	Bet
Describing	Focal Question	Expression of pity	
Quotation	Request of confirmation	Irony	REFUSALS
Objection	Announcing	Complaint	
Concluding	Advising	Regret	
Confirmation	Warning	Imprecation	
Approval	Suggestion	Derision	
Disapproval	Proposal	Provocation	
Agreement	Recommend	Reproaching	
Disagreement	Invite	Hint	
Correction	Prompt	Encouragement	
	Permit	Assuring	
	Authorize	Threatening	
	Prohibition	Giving up	
	Instruction	Protest	
	Reported speech	Insult	
	Insinuation		
	Put in doubt		
	Defiance		

Fonte: Moneglia (2011, p. 490)

Quando temos um conjunto de ilocuções associadas a uma única forma entonacional, um pequeno grupo de parâmetros pragmáticos e cognitivos da situação comunicativa determina como a forma entonacional deve ser interpretada. Se uma forma entonacional for realizada em um dado contexto, dotado de um conjunto de parâmetros, será interpretada como uma dada ilocução. Se for realizada em outro contexto, com outro conjunto de parâmetros, será interpretada como outra ilocução. Em face disso, sustentamos que cada ilocução encontra-se em correspondência biunívoca com o conjunto formado pela (a) sua forma entonacional e (b) suas propriedades pragmático-cognitivas. Assim sendo, para se fazer uma descrição completa da forma entonacional de uma ilocução, é necessário descrever também seus parâmetros pragmático-cognitivos.

Antes de apresentar os parâmetros que se têm mostrado importantes para a descrição das ilocuções nas investigações conduzidas no LABLITA (Quadro 2), ressaltamos que: (a) os parâmetros identificados até então constituem uma lista em aberto que pode ser alterada sempre que outro parâmetro se mostrar relevante¹² ou que a definição de um dos parâmetros se mostrar inadequada; (b) nem todo parâmetro é relevante para toda ilocução (há ilocuções que se definem com base em alguns deles e há ilocuções que se definem com base em outros); (c) a quantidade de parâmetros relevantes para cada ilocução é muito pequena. As ilocuções encontradas até o presente momento se definem a partir de um grupo muito restrito de cerca de dois ou três parâmetros. A relevância de um parâmetro só pode ser comprovada com experimentos pré-planejados.

Quadro 2 – Parâmetros pragmáticos das ilocuções (continua)

Parâmetro	Descrição e exemplificação
Canal de comunicação ¹³	Diz respeito ao canal de comunicação ter sido aberto previamente ou ser aberto com a realização da ilocução. Algumas ilocuções requerem que o canal de comunicação esteja fechado (ilocução de Chamamento Distal sem Objeto Visível). Outras requerem que o canal esteja aberto (ilocução de Pergunta Polar). Há também ilocuções que podem ser realizadas em ambos os contextos (ilocução de Dêixis).

¹² Apesar de os parâmetros pragmático-cognitivos constituírem uma lista aberta, experiências de pesquisa que vão desde FIRENZUOLI (2003) até o presente momento têm mostrado que os parâmetros já encontrados bastam para diferenciar as ilocuções. Acreditamos que ela possa ser acrescida somente em casos excepcionais.

¹³ É muito raro encontrar uma ilocução que exija que o canal de comunicação fechado e que o horizonte atencional e o foco atencional não sejam compartilhados, como o Chamamento Distal sem Objeto Visível. Por outro lado, é frequente que uma ilocução exija ou admita que o canal de comunicação esteja aberto e que o horizonte e o foco atencionais sejam compartilhados.

Quadro 2 – Parâmetros pragmáticos das ilocuções (continuação)

Parâmetro	Descrição e exemplificação
Horizonte atencional	A posição do objeto da ilocução com relação ao campo de visão do falante e de seu interlocutor. O horizonte atencional pode ser compartilhado, caso o objeto esteja no campo de visão de ambos (ilocução de Apresentação), ou pode não ser compartilhado (Chamamento Distal sem Objeto Visível ¹⁴)
Foco atencional	A posição do objeto da ilocução com relação ao foco de atenção do falante e de seu interlocutor. O foco atencional pode ser compartilhado, caso o objeto esteja no campo de visão de ambos (ilocução de Cumprimento) ou pode não ser compartilhado.
Relação entre falante e interlocutor	Tipo de relação existente entre falante e interlocutor que seja necessária para a realização do ato. Não deve ser interpretada como relações sociais, mas como relações pragmático-cognitivas (relações vigentes em uma situação, contingentes, que permitem que o falante realize a ilocução). Para a realização da ilocução de Ordem, é necessário que o falante acredite ter um controle contextual sobre seu informante. Isso pode ocorrer, por exemplo, no caso do falante perceber uma urgência na necessidade de seu interlocutor alterar sua linha de ação. Há também ilocuções que não exigem relações particulares (Asserção).
Implicações de conhecimento	Divide-se em: i. exigência de conhecimento prévio por parte do falante; ii. necessidade de geração de conhecimentos pelo locutor em seu interlocutor; iii. as duas opções anteriores; iv; nenhuma das opções anteriores. Algumas ilocuções exigem que sejam gerados conhecimentos no interlocutor (ilocução de Instrução). Outras não exigem (ilocução de Confirmação). Há ilocuções que não dependem de um falante possuir conhecimento prévio, ao contrário de outras (ilocução de Ordem).
Operabilidade	Possibilidade do objetivo da ilocução ser realizado na situação comunicativa. Algumas ilocuções devem ter um resultado operativo no contexto, enquanto o resultado de outras pode ser realizado posteriormente. A Pergunta Polar deve ser operativa no contexto: quando ela é realizada, espera-se que o interlocutor reaja à mesma no contexto de enunciação. Na Instrução, não é necessário que o interlocutor realize o procedimento descrito pela ilocução na mesma situação comunicativa. É possível instruir alguém sobre como essa pessoa deve se comportar em alguma situação no dia seguinte.
Ativação afetiva	Nível de ativação pulsional do falante requerido por uma ilocução para que ela seja realizada. A ilocução de Ordem exige um nível de ativação afetiva muito alto (o falante deve sentir uma pulsão forte de agir sobre seu interlocutor). Ilocuções fortemente convencionalizadas (Agradecimento) exigem uma pulsão ainda menor.
Condição preparatória	Parâmetro de base searliana segundo o qual as ilocuções possuem condições cognitivas ou pragmáticas prévias. Na nossa interpretação, um Convite tem a condição preparatória de possuir uma evidência contextual da ação, enquanto uma Exortação pressupõe que o interlocutor não tenha realizado uma ação esperada. As condições preparatórias constituem um conjunto de parâmetros que têm o objetivo de facilitar a eliciação de uma ilocução.
Linha de ação	Nível continuidade ou descontinuidade comportamental exigido pelo falante ao interlocutor por meio da realização da ilocução. A linha de ação é uma condição preferencial para a realização de uma ilocução. Em uma Ordem, é requerido alto grau de descontinuidade da linha de ação. Do ponto de vista do falante, é provável que o interlocutor não realize a ação (ou não realize-a a tempo) a menos que seja feita a Ordem. Em um Convite, a descontinuidade é menor, porque há uma evidência contextual para a realização da ação.

¹⁴ Como mostra FIRENZUOLI (2003), há formas prosódicas diferentes para as ilocuções de Chamamento Distal com Objeto Visível e de Chamamento Distal sem Objeto Visível. No plano pragmático, elas se diferenciam justamente em função do falante ver ou não o interlocutor, o qual constitui o objeto da ilocução.

Ainda com relação aos parâmetros, deve ser dito que os mesmos podem ter três funções diferentes **dependendo da ilocução à qual eles se associam**. Uma delas é a de diferenciar as ilocuições, em sentido mais estrito. Esses são os *parâmetros necessários* de uma ilocução, sem os quais a ilocução não é reconhecida. A realização de uma ilocução em um contexto que não apresenta um de seus parâmetros necessários pode fazer com que não seja compreendida ou que seja interpretada como outra ilocução¹⁵. A segunda função está relacionada à adequação de uma ilocução ao contexto em que se insere. Se uma ilocução é realizada em um contexto que não possui esse tipo de parâmetro, ela pode ser percebida como inadequada pelo interlocutor, ainda que seja reconhecida¹⁶. Por esse motivo, os chamaremos de *parâmetros de adequação*. A terceira função é a de facilitar a eliciação de uma ilocução. A eliciação de certas ilocuições é facilitada pela presença de certos parâmetros, ainda que as ilocuições possam ocorrer e serem interpretadas corretamente em ausência desses parâmetros. São esses os *parâmetros de eliciação*, cuja identificação é de suma importância para metodologia de descrição das ilocuições, como se verá adiante.

Como dissemos anteriormente, um mesmo parâmetro pode desempenhar funções diferentes em ilocuições diferentes. Todavia, como pode ser observado na lista, há dois deles que são sempre parâmetros de eliciação: a condição preparatória e a linha de ação. A ativação afetiva, por sua vez, é sempre um parâmetro necessário e, diferentemente dos demais, é um parâmetro relativo: algumas ilocuições requerem um envolvimento pulsional maior que outras.

A lista dos parâmetros pragmático-contextuais ainda está em elaboração e carece de refinamentos. Ainda não sabemos, por exemplo, se todas as ilocuições apresentam tanto parâmetros necessários quanto parâmetros de adequação, mas é certo que todas elas possuem

¹⁵ Tomemos como exemplo as ilocuições de Repreensão e de Chamamento Distal com Objeto Visível. Ao que parece, essas ilocuições possuem a mesma forma entonacional, mas se diferenciam com base em três parâmetros pragmáticos: o canal de comunicação, o horizonte atencional e o foco atencional. A ilocução de Repreensão exige o canal aberto e o compartilhamento do horizonte e do foco atencionais. O Chamamento Distal com Objeto Visível exige o canal esteja fechado e que o horizonte e foco não estejam compartilhados. Alternando esses parâmetros, muda-se de ilocução. Se isso for comprovado experimentalmente, o que diferencia as ilocuições de Chamamento Distal com Objeto Visível e de Repreensão é o fato de que: (a) a primeira é realizada com a presença do interlocutor enquanto o interlocutor olha para o falante e (b) a segunda é realizada quando o interlocutor não se encontra perto e não está olhando para o falante. Logo, tanto para a ilocução de Repreensão quanto para a ilocução de Chamamento Distal com Objeto Visível, os parâmetros *canal de comunicação, horizonte atencional e foco atencional* são necessários, e as ilocuições não são reconhecidas sem eles.

¹⁶ O parâmetro “relação entre falante e interlocutor” é um parâmetro de adequação para a ilocução de Ordem. Se a ilocução for realizada em um contexto em que o falante não exerça um controle contextual sobre o interlocutor, a ilocução é percebida como inadequada ou até mesmo como “ofensiva”. É daí que temos a falsa noção de que a ilocução de Ordem é por natureza “autoritária”.

parâmetros de pelo menos um desses tipos. Essa situação somente será esclarecida à medida que forem realizados mais experimentos.

3.1.1 As classes ilocucionárias

Adotamos aqui a proposta, ainda em desenvolvimento, de Cresti, também composta por 5 classes ilocucionárias. Porém, diferentemente de Searle, que faz uma classificação com base em critérios lógicos, Cresti define as classes em função do tipo de ativação pulsional requerido pela ilocução (ou seja, com base na sua visão própria de perlocução). As macro-classes identificadas pela autora são apresentados no Quadro 3:

Quadro 3 – Macro-classes ilocucionárias (CRESTI, 2000)

Classe	Definição
Recusa	Ilocuções que manifestam relação de liberdade e independência com relação ao interlocutor
Representativos	Ilocuções que manifestam relação de certeza do falante em face do interlocutor (certeza que dá ao falante a possibilidade de propor julgamentos, descobertas, avaliações, etc. na expectativa que o interlocutor se relacione com isso)
Diretivos	Ilocuções que manifestam tomada em consideração das capacidades, possibilidades, disponibilidades do interlocutor na expectativa que ele transforme o mundo através de ações, informações, ou que o interlocutor transforme a si mesmo com relação ao horizonte atencional, conhecimentos, habilidades, ponto de vista
Expressivos	Ilocuções que manifestam a realização de sensibilidades centradas em próprias situações internas; a manifestação de estados internos na expectativa que o interlocutor os considere com adesão
Rituais	Ilocuções que manifestam, com base em papéis mais ou menos codificados, a realização de tarefas linguísticas que podem ser efetivadas com uma participação afetivo-pulsional mínima

A adoção de um critério empírico por Cresti e de um critério lógico por Searle produz algumas diferenças basilares em suas classificações: (a) as ilocuções identificadas por esses autores **constituem objetos diferentes**, ainda que possuam os mesmos nomes; (b) ilocuções com o mesmo nome podem aparecer em classes diferentes em Cresti e Searle; (c) as ilocuções identificadas por Cresti e Searle são, em boa medida, diferentes. A esse respeito, Moneglia (2011) observa que há performativos aos quais não correspondem ilocuções observáveis na natureza, enquanto ilocuções frequentes e facilmente definíveis com base em parâmetros prosódicos (Chamamento, Dêixis, etc.) não possuem performativos. Considerando essas diferenças, sempre que estivermos nos referindo a uma ilocução na visão empírica, usaremos a inicial em caractere maiúsculo, para diferenciá-la de outros tipos de definição.

Por fim, ressaltamos que, frequentemente, uma ilocução é interpretada pragmaticamente como outra (MELLO e RASO, 2011). É possível, por exemplo, que uma Asserção seja interpretada como uma ilocução de Pedido em contextos especiais: imaginemos uma situação em que um anfitrião diz a seu convidado “eu estou muito cansado” com a prosódia característica de uma Asserção. Em certos contextos, o convidado pode interpretar essa Asserção como um pedido para que ele vá embora. Todavia, é necessário distinguir as informações pragmáticas **marcadas linguisticamente** através do enunciado (nesse caso, por meio da prosódia) das informações pragmáticas produzidas **de maneira inferencial** pelo interlocutor em um determinado contexto (igualmente relevantes para a comunicação, mas pertencentes ao nível de análise). Nesse caso, a ilocução veiculada pelo enunciado é uma informação marcada prosodicamente. A interpretação de que essa ilocução deva ser entendida como uma ilocução de Pedido, por outro lado, é fruto de um processo inferencial criado pelo ouvinte¹⁷.

3.2. Atitude

O termo ‘atitude’ vem sendo utilizado na literatura linguística para se referir a categorias muito distintas. Definimos atitude como um nível sócio-interacional convencionalizado em que o falante mostra o seu estado de espírito (*mood*) enquanto realiza uma ilocução (MELLO; RASO, 2011). Enquanto a modalidade é, nos termos de Bally (1950), o *Modus* do *Dictum*, a atitude é o *Modus* do *Actum*, ou a maneira com que uma ilocução é realizada. Arrogância, gentileza, sedução, hostilidade, autoritarismo são exemplos de atitude.

¹⁷ Na análise de Searle, a asserção “eu estou muito cansado” interpretada como um pedido seria um ato fala indireto não convencionalizado, explicado por meio de implicaturas (GRICE, 1975). Searle entende que, em casos como esse, temos duas forças ilocucionárias concomitantes: a força ilocucionária primária seria a de um pedido, e a força secundária seria a de uma asserção. A posição defendida por Searle diverge da nossa, pois consideramos que um ato de fala possui uma e somente uma força ilocucionária (a qual é sempre veiculada de maneira linguística), ainda que um processo inferencial do interlocutor possibilite, em um contexto específico, uma interpretação comunicativa diferente da original.

Para Searle, existem ainda os atos de fala indiretos convencionalizados. Um exemplo é o ato de pedido construído como uma pergunta, como em “Você pode me passar o sal?”. Casos como esse são chamados de convencionalizados justamente porque se reconhece que a estrutura sintática de uma pergunta é convencionalmente utilizada para se fazer pedidos. Aqui também o ato de fala teria duas forças ilocucionárias, sendo o pedido a força principal e a pergunta, a secundária. A força principal seria sempre reconhecida por meio de implicaturas. Ainda assim, Searle afirma que “a entonação dessas sentenças, quando emitidas como pedidos indiretos, frequentemente difere de sua entonação quando emitidas apenas com sua força ilocucionária literal, e frequentemente o padrão de entonação será aquele característico das diretivas literais” (SEARLE, 1995 [1979], p.69). Na nossa visão, que não poderá ser demonstrada por economia de espaço, nesse tipo de situação não há necessidade de se recorrer à noção de atos de fala indiretos. Isso porque, a ilocução é sempre determinada pela prosódia, independente da estrutura sintática utilizada.

Uma forma de determinar se certos elementos pertencem à mesma categoria é verificar se eles podem ser realizados ao mesmo tempo. Se dois elementos podem ocorrer de forma concomitante, pertencem a categorias diferentes. Se nunca são concomitantes, pertencem à mesma categoria. Cresti (2001) usa esse teste, chamado de *teste de comutação*, para mostrar que ilocução e modalidade são fenômenos distintos. Mello e Raso (2011) usam o mesmo teste para mostrar que ilocução e atitude também são categorias diferentes: podemos realizar uma ilocução de Ordem com atitude Arrogante ou com atitude Gentil. Podemos realizar uma ilocução de Pergunta Polar com atitude Sedutora ou Impaciente. Podemos fazer uma Asserção com atitude Tímida ou com atitude Autoritária. Ou seja, podemos ter diferentes combinações entre atitudes e ilocuções. Por outro lado, não podemos combinar duas atitudes ou duas ilocuções: não é possível produzir uma ilocução que seja, contemporaneamente, uma Asserção e uma Pergunta Polar. Não podemos ter uma ilocução com atitude Arrogante e Gentil.

Não há uma lista fechada das atitudes presentes em uma língua e, a nosso ver, a descrição das atitudes é também um trabalho que deve ser feito de maneira empírica. Os conhecimentos que possuímos a respeito dessa categoria devem ainda ser aprofundados e servem para compreender melhor o que é uma ilocução e como ela é realizada.

A expressão da atitude se dá por meio da prosódia, mas existem algumas diferenças em como a prosódia veicula atitude e ilocução em um enunciado. A ilocução, como foi dito, é atribuída por meio de variações prosódicas exclusivamente no núcleo da unidade informacional de Comentário. Por outro lado, os experimentos por nós realizados têm mostrado que a atribuição da atitude pode ocorrer: (a) ao longo de toda a unidade de Comentário ou (b) em uma posição específica da unidade de Comentário.

Mello e Raso (2011) analisam as atitudes Indiferente, Engajada e Irritada em enunciados produzidos em laboratório que veiculam a ilocução de Pergunta Polar e contém o mesmo conteúdo locucionário (“Vem pro Brasil”) e notam que as diferenças prosódicas produzidas pelas atitudes se estendem por toda a unidade tonal. A atitude de Cortesia, por outro lado, parece se concentrar em uma posição específica do Comentário: a sua parte final. Em casos em que a unidade de Comentário possui *coda*, a atitude recai sobre a *coda*. Quando a ilocução não possui *coda* e o núcleo posiciona-se ao final da unidade, a atitude recai sobre o núcleo. Na seção 4.4.4, serão mostrados experimentos que subsidiam essa hipótese.

4. As características de um corpus adequado ao estudo das ilocuções

Para identificar e descrever as ilocuções presentes em uma língua é necessário pesquisar a fala espontânea. Por fala espontânea, entende-se a fala que é planejada enquanto é executada (NENCIONI, 1983) e possui as seguintes características: i. interação multimodal face a face; ii. referência dêitica intersubjetiva; iii. programação mental contemporânea à execução; iv. comportamento linguístico imprevisível. A abordagem experimental em laboratório é de suma importância, mas deve servir de suporte a uma metodologia empírica a partir de dados naturais: é somente um corpus linguístico que pode nos dizer quais são as ilocuções de fato presentes em uma língua e como elas são efetivamente realizadas. No entanto, não basta que utilizemos um corpus. Devemos também nos certificar que o mesmo cumpra alguns pré-requisitos: contenha uma ampla variação diafásica, seja segmentado com base prosódica e possua alinhamento texto-som.

O número de ilocuções presentes em um corpus é uma função da variabilidade de situações comunicativas contidas no mesmo. Um corpus formado somente por interações em um único contexto, como entrevistas, tende a conter uma variação ilocucionária significativamente menor que um corpus formado por interações em diversos contextos. Estudos conduzidos no corpus LABLITA (CRESTI, 2000; FIRENZUOLI, 2003), com ampla variação diafásica, identificaram mais de 80 ilocuções presentes na fala espontânea do italiano – um número muito superior ao de outros estudos feitos em corpora sem variação diafásica¹⁸.

A necessidade da segmentação prosódica de um corpus liga-se, em primeiro lugar, ao fato que a fala organiza-se em unidades prosódicas¹⁹, não em unidades sintáticas. Esse é um argumento que diz respeito a qualquer corpus de fala espontânea e aos estudos neles realizados. Por esse motivo, importantes corpora têm sido compilados com segmentação prosódica, como o Santa Barbara Corpus of Spoken English²⁰, o Rhapsodie²¹, o C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005) e o C-ORAL-BRASIL²² (RASO; MELLO, 2012). Para o estudo das ilocuções, em especial, a segmentação prosódica torna-se ainda mais relevante, pois o

¹⁸ Essa característica deriva do fato de que as pessoas se comportam de forma diferente em situações comunicativas diferentes. Em uma entrevista de emprego, por exemplo, é de se esperar que sejam realizadas predominantemente ilocuções como Pergunta Polar, Resposta e Asserção. Em uma partida de futebol, por outro lado, são mais comuns as ilocuções de Ordem, Reclamação, Chamamento, Dêixis, etc.

¹⁹ Para um aprofundamento dessa questão, cf. MONEGLIA (2011); CRESTI e GRAMIGNI (2004).

²⁰ <<http://www.linguistics.ucsb.edu/research/sbcorpus.html>>.

²¹ <<http://rhapsodie.risc.cnrs.fr/en/>>.

²² <<http://www.c-oral-brasil.org/>>.

enunciado, que possui uma delimitação prosódica, é também o local em que se veicula uma ilocução. Sem uma segmentação prosódica, não é possível identificar a parte do enunciado em que se realiza a ilocução, a saber, a unidade informacional de Comentário.

O alinhamento texto-som é um processo que possibilita ao pesquisador o acesso simultâneo a uma gravação e à sua respectiva transcrição por meio de um programa computacional desenvolvido para tal fim. Os programas dotados dessa capacidade permitem ao usuário escolher, a partir da transcrição de um texto, o enunciado que quer ouvir simplesmente clicando sobre o mesmo. É um processo de suma importância para a correta exploração de um corpus de textos orais. Vistas as dificuldades de se encontrar, manualmente, um enunciado específico dentro de uma gravação, corpora que não contam com o alinhamento são frequentemente analisados com base exclusivamente em suas transcrições. Como consequência, os estudos feitos em corpora não alinhados tendem a desconsiderar as diferenças intrínsecas entre linguagem oral e linguagem escrita, sobretudo se se tem em vista que muitas das informações centrais da fala são veiculadas pela prosódia, a qual é insuficientemente representada mesmo em transcrições que pretendem incluir informações prosódicas²³ (RASO, 2012b).

Tendo em vista essas considerações, acreditamos que a escolha do corpus com base nos critérios supracitados seja um passo fundamental para a realização de uma pesquisa sobre as ilocuições. Os corpora do consórcio C-ORAL-ROM, coordenado pelo LABLITA, Laboratório de Linguística da Universidade de Florença (Itália), bem como o C-ORAL-BRASIL, atendem a esses pré-requisitos. A segmentação dos enunciados é feita com base em critérios prosódicos. Os enunciados são separados por quebras terminais e as suas unidades internas são identificadas com base em quebras não-terminais. Cada gravação do C-ORAL-BRASIL e do C-ORAL-ROM conta com a transcrição e um arquivo de alinhamento do programa WinPitch (MARTIN, 2004), o qual permite o acesso contemporâneo ao dado acústico, à sua transcrição, ao espectrograma e a outros parâmetros acústicos e prosódicos.

²³ HALLIDAY (1985) afirma que uma transcrição que fosse rica do ponto de vista prosódico conteria uma quantidade excessivamente grande de marcações, obstaculizando a fluidez da leitura do texto. A nossa posição é mais radical: considerando que cada momento de áudio possui medidas específicas de parâmetros acústicos variados e que muitas das informações prosódicas não dependem diretamente das informações acústicas, mas sim da percepção, acreditamos que seja impossível realizar uma transcrição que dê conta de representar as informações veiculadas pela prosódia.

Nesse trabalho, serão analisados dados do C-ORAL-BRASIL, de Português Brasileiro e diatopia da região metropolitana de Belo Horizonte, e o C-ORAL-ROM Italiano, de diatopia florentina.

5. A identificação das ilocuções

Com o objetivo de se identificar as ilocuções presentes em uma língua, é necessário recorrer a dados de fala espontânea. Somente um trabalho empírico, baseado em *corpus*, garante que as ilocuções identificadas em uma língua são aquelas efetivamente usadas pelos falantes – e não aquilo que o pesquisador acredita que seja usado ou que seria logicamente possível.

A metodologia que estamos desenvolvendo consiste de quatro etapas: i. identificação das ilocuções no *corpus*; ii. primeira descrição prosódica e pragmático-cognitiva das ilocuções; iii. realização de experimentos em contexto controlado para refinar as descrições anteriores; iv. descrição definitiva das ilocuções. Esse trabalho se concentrará nos três primeiros procedimentos (em especial, nos primeiros dois), os quais serão explicados a partir de exemplos reais nas subseções que se seguem.

A descrição definitiva da forma entonacional das ilocuções é fruto dos três procedimentos anteriores. Nela, as configurações de movimentos de *pitch* que compõem cada forma entonacional devem ser caracterizadas segundo a notação proposta pela teoria perceptual do IPO (‘t HART, 1990).

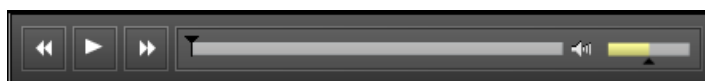
5.1. Observação *in natura* e agrupamento de ilocuções

Nessa fase, o pesquisador deve ouvir várias gravações e identificar enunciados que aparentam veicular a mesma ilocução, ou seja, enunciados em que o falante realiza o mesmo tipo de ação sobre seu interlocutor. Para cada grupo de enunciados, deve ser escolhido um rótulo que represente bem a ilocução realizada. Nesse ponto, é fundamental não se deixar levar pelos rótulos existentes nas línguas para classificar ilocuções, mas exclusivamente pela percepção. Já aqui é necessário escolher um grupo de ilocuções sobre o qual trabalhar, uma vez que a quantidade de ilocuções presentes na fala é muito grande.

Observemos os exemplos (9), (10) e (11).

Exemplo (9) - bfamdl01 (áudios Ex.9-c, Ex.9 e Ex.9-n)

Situação: duas amigas estão em um supermercado decidindo qual pacote de papel higiênico devem comprar. REN pega um pacote e mostra a FLA, dizendo que o preço está bom e que o papel higiênico é de boa qualidade. FLA retruca, afirmando que o que haviam olhado anteriormente é melhor.



*REN: [339] é sessenta metros // [340] mas ele é bom //

*FLA: [341] acho que o de lá é melhor //

Exemplo (10) - bfamdl08 (áudio Ex.10-c, Ex.10 e Ex.10-n)

Situação: AND ensina BRU como ir de carro de Belo Horizonte até Sete Lagoas. Há dois caminhos possíveis: pelo Anel Rodoviário ou pela chamada "estrada velha". O caminho do Anel Rodoviário é mais rápido, porém mais difícil. No momento da gravação, AND e BRU estão dentro do carro e AND está ensinando o caminho do Anel Rodoviário para que BRU vá a Sete Lagoas. Todavia, ele acredita que seja melhor que BRU volte a Belo Horizonte pela estrada velha, então pronuncia o enunciado [258].



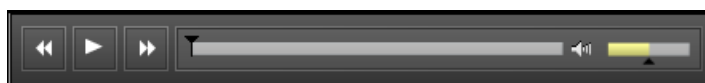
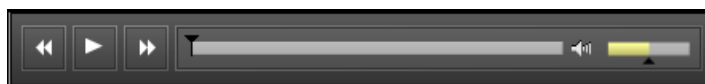
*AND: [254] aqui cê vai pegar à direita // [255] aí já tá &sa [/4] aí cê já vai tar numa [/1] no Anel //

*BRU: [256] ahn // [257] e pra voltar //

*AND: [258] hhh pra voltar / eu acho cê devia voltar pela estrada velha //

Exemplo (11) - bfamcv33 (áudios Ex.11-c, Ex.11 e Ex.11-n)

Situação: um grupo de amigos se prepara para gravar um vídeo em que fotografias do ex-namorado de HEL seriam queimadas. Antes do início da gravação, a participante HEL percebe que a garrafa de vinho não se encontra próxima às fotografias, então realiza o enunciado [170].



*MAR: [169] é / pode começar já / então //

*HEL: [170] aqui / **a garrafa de vinho tem que tar próxima** //

*DAN: [171] já tá <filmando / né> //

*HEL: [172] <ela é> +

*BAO: [173] já / já tá //

*MAR: [174] ela é <cenográfica> //

*DAN: [175] <ah é / põe ela aí do lado> //

Em (9), ouvindo o enunciado [341], fica claro que, ao pronunciá-lo, o objetivo de FLA não é somente o de fazer um juízo sobre o papel higiênico: FLA está dando a entender que, caso elas comprem o papel sugerido por REN, correm algum tipo de risco, uma vez que é pior que o outro. A esse tipo de ação, que busca advertir o interlocutor de certos problemas, o pesquisador poderia dar o nome de Advertência.

No segundo exemplo, ao se ouvir o enunciado [258], percebe-se que sua função pragmática não é a de simplesmente veicular uma opinião de AND (a de que BRU deva voltar pela estrada velha), mas sim a de dizer que, caso ela não volte pela estrada velha, pode haver alguma consequência negativa. Assim, essa ilocução pode ser considerada outro exemplo de Advertência.

No exemplo (11), compreende-se que a função do enunciado de HEL não é a de emitir um julgamento a respeito da posição da garrafa de vinho, mas sim a de mudar a opinião dos demais com relação à posição em que a garrafa deve estar.

Esses três enunciados, que foram em um primeiro momento analisados individualmente, parecem veicular uma mesma ilocução, que chamamos de Advertência. Neles, os falantes não estão simplesmente fazendo uma afirmação a respeito de um assunto, mas sim realizando uma Advertência para que os interlocutores modifiquem a sua opinião com relação a algo (o que

pode ser compreendido somente pela oitiva dos enunciados). Notemos, ainda, que o nome da ilocução foi escolhido buscando-se uma palavra que represente, de maneira aproximada, a ação que é efetivamente realizada pelos falantes. Do mesmo modo escolhemos a palavra ‘advertência’ para representar esse conjunto de ilocuções, poderíamos ter escolhido ‘aviso’ ou outra expressão. Ressaltamos mais uma vez que o trabalho de descrição do repertório das ilocuções de uma língua deve ter como ponto de partida as próprias ilocuções, encontradas em contexto natural, para depois se chegar a um rótulo. Não se pode pressupor a existência de uma ilocução de ‘advertência’ simplesmente porque a língua possui esse termo. Também não é possível defini-la sem se observar como ela é realizada em contextos reais.

5.2. Análise prosódica do núcleo da ilocução

Após identificação inicial das ilocuções presentes no corpus, o pesquisador deve examinar o núcleo das unidades que realizam a ilocução. Esse procedimento tem como objetivo verificar as características prosódicas que, em conjunto, possibilitam a veiculação das ilocuções. A descrição prosódica do núcleo é feita com base nos parâmetros expostos na seção 2.1. Por ser uma fase exploratória, convém examinar exemplos mais prototípicos e com atitudes menos pronunciadas. Para ilustrar esse processo, faremos a descrição das ilocuções de Advertência, Exortação, Oferta, Instrução e Ordem encontradas no C-ORAL-BRASIL.

5.2.1. Descrição prosódica da ilocução de Advertência

Consideremos as Figuras 7, 8 e 9, que exibem as curvas de F_0 em função do tempo nos exemplos (9), (10) e (11). Nas imagens, podemos observar uma configuração ascendente-descendente que coincide com o núcleo funcional das unidades. De fato, ouvindo somente a porção de áudio correspondente aos núcleos (arquivos com a extensão *-n*), tem-se a percepção de que a mesma ilocução é cumprida, apesar de que a supressão de parte do conteúdo locucionário do enunciado é sem dúvida prejudicial à sua interpretação semântica. O núcleo aparece, nas Figuras 7, 8 e 9, destacado entre as linhas pontilhadas.

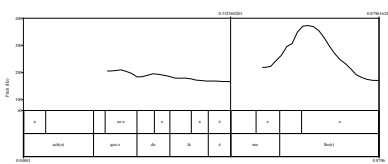


Fig.7 – Ex. (9)
*FLA: acho que o de lá é
melhor //

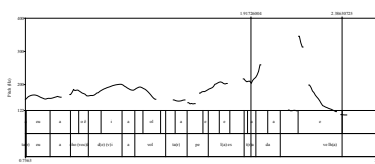


Fig.8 – Ex. (10)
*AND: eu acho çê devia
voltar pela estrada velha //

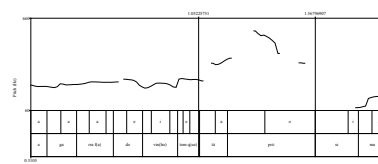


Fig.9 – Ex. (11)
*HEL: a garrafa de vinho tem
que tar próxima //

Comparando os exemplos provisoriamente classificados como Advertência, algumas semelhanças chamam a atenção: i. a configuração ascendente-descendente de F_0 , sendo que a porção descendente inicia na última tônica da unidade e a porção ascendente é realizada na última sílaba anterior à mesma - seja ela pré-tônica, como no exemplo (9), seja pós-tônica, como em (10), seja tônica, como no exemplo (11); ii. o alongamento da tônica final²⁴. Essas características, tomadas em conjunto, constituem a primeira descrição da forma entonacional da ilocução de Advertência. A descrição também deve considerar que essa ilocução admite a possibilidade de uma *preparação* tonal antes do núcleo da unidade, observável nos exemplos.

5.2.2. Descrição da ilocução de Exortação

Para compreender essa ilocução, comecemos observando os exemplos.

Exemplo (12) – bpubdl07 (áudios Ex.12 e Ex.12-n)

Situação: um garçom está oferecendo pizza a convidados de uma festa. Uma senhora observa as outras pessoas escolhendo os sabores e não se pronuncia. Para desbloquear a situação e instigar a interlocutora a realizar uma ação que já deveria ter realizado espontaneamente, o garçom realiza a ilocução do enunciado [732].



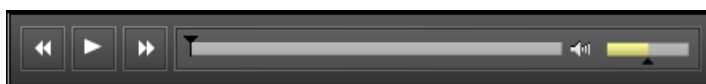
*JAD: [732] a senhora //

Exemplo (13) – bfamcv33 (áudios Ex.13 e Ex.13-n)

Situação: um grupo de amigos está esperando que BAO posicione alguns objetos para que se inicie uma filmagem. Após ter terminado os preparativos, BAO se dá conta que todos ainda o aguardam. Assim, realiza o enunciado [1] para que comecem a atividade.



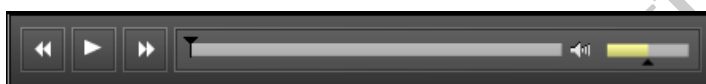
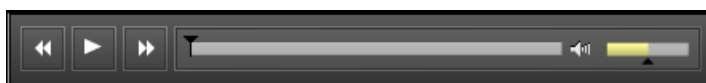
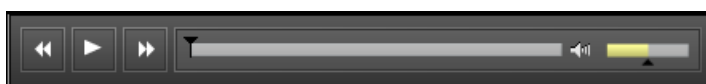
²⁴ Para se constatar de maneira definitiva a presença de alongamento em um segmento com relação a outros, é necessário normalizar a duração das sílabas. A medida bruta da duração das sílabas de uma unidade tonal deve ser entendida como um indício da presença ou ausência de alongamento. Até o presente momento, não submetemos nenhum dado à normalização silábica e, por esse motivo, não possuímos resultados conclusivos a respeito da presença/ausência de alongamento silábico nas formas prosódicas estudadas. Posteriormente, utilizaremos o *SGdetector* (BARBOSA, 2013), um *script* desenvolvido para o *Praat*, para fazer uma análise mais apurada da duração silábica. Contudo, tanto as medidas brutas quanto a percepção não nos deixam dúvidas quanto à presença do alongamento nas ilocuições de Advertência, Exortação e Oferta. Apesar de menos evidente, também não temos dúvidas de que a Instrução possui alongamento.



*BAO: [1] vamo lá //

Exemplo (14) – bpubd105 (áudios Ex.14-c, Ex.14 e Ex.14-n)

No próximo exemplo, pai e filho estão conversando com um apicultor, que lhes mostra uma abelha sem ferrão. O pai pega a abelha e oferece ao filho a possibilidade de pegá-la também. O filho tem medo da abelha e não a pega. Para desbloquear a situação, o pai realiza uma ilocução de Exortação com atitude tranquilizadora.



*CAR: [48] pega nela //
 *GUI: [49] <ah / nũ quero> //
 *CAR: [50] po' pegar //

Do ponto de vista pragmático, a ilocução de Exortação é uma ação realizada por um falante quando o mesmo percebe que a situação comunicativa encontra-se bloqueada. A Exortação é um modo de incitar o interlocutor a desempenhar uma ação verbal ou não verbal que já deveria ter realizado anteriormente. Essa característica pode ser observada nos três exemplos apresentados. O núcleo da Exortação, localizado entre as linhas pontilhadas, é dotado de uma configuração ascendente de F_0 que se inicia na última tônica do Comentário. Caso seja uma paroxítone, a configuração continua pela pós-tônica – exemplo (12). A tônica parece ser alongada com relação às sílabas anteriores e o núcleo pode ser precedido por uma preparação.

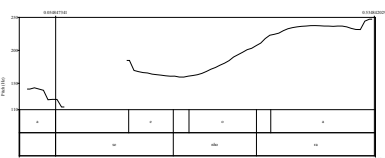


Fig.10 – Ex. (12)
 *JAD: a senhora //

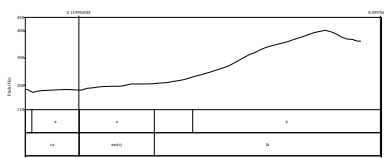


Fig.11 – Ex. (13)
 *BAO: vamo lá //

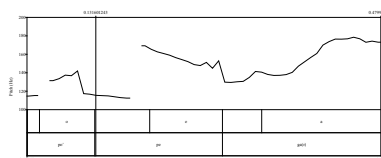
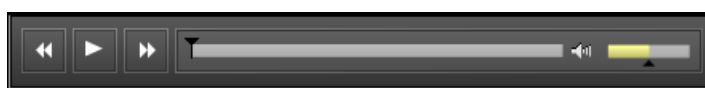
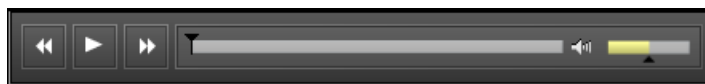


Fig.12 – Ex. (14)
 *CAR: po' pegar //

5.2.3. Descrição da ilocução de Oferta

Exemplo (15) – bfamcv14 (áudios Ex.15-c, Ex.15 e Ex.15-n)

Situação: JSA pede uma caneta a JCS. Ela dispõe somente de um lápis e, assim, realiza o enunciado [102]. Com ele, a intenção de JCS é a de oferecer uma possibilidade ao amigo, esperando que o mesmo se posicione com relação a ela.



*AJC: [99] eu quero uma caneta //

*AJC: [100] <pra eu anotar as coisas que eu> preciso //

*JSA: [101] <agora / eu coloquei Caetano / né> //

*LCS: [102] **pode ser lápis** //

Exemplo (16) – bfamcv33 (áudios Ex.16 e Ex.16-n)

Situação: amigos estão conversando em casa. DAN, uma das anfitriãs, percebe que HEL está assentada no chão e lhe oferece a possibilidade de assentar-se em uma almofada.



*DAN: [26] **cê quer uma almofada** //

Exemplo (17) – bfamcv11 (áudios Ex.17-c, Ex.17 e Ex.17-n)

Situação: CAR está jantando com a sua família e percebe que seu pai ainda não colocou peito de frango em seu prato. Realiza, então, uma ilocução de Oferta esperando que seu pai se posicione perante essa possibilidade²⁵.

²⁵ Aproveitamos para fazer menção a um fato que, por motivos de espaço, não poderá ser melhor explorado: frequentemente, ilocuições de um tipo se encontram próximas a ilocuições de outro tipo. É comum, por exemplo, que se tenham Ofertas seguidas de Exortações. Isso pode ser observado no exemplo (17), cujo enunciado [115] trata-se de uma Exortação proferida em função do pai de CAR não ter respondido à ilocução de Oferta. O mesmo se dá no exemplo (14): a Exortação de [50] se dá após o filho de CAR não ter respondido ao enunciado [48], que também expressa uma ilocução de Oferta.



*CAR: [114] **cê quer peito / pai //**

*CAR: [115] quer peito //

A ilocução de Oferta consiste em oferecer uma possibilidade para o interlocutor, esperando que este se posicione com relação à possibilidade oferecida²⁶. Como mostram as Figuras 13, 14 e 15, o núcleo caracteriza-se por uma configuração nivelado-descendente na última sílaba tônica da unidade, a qual parece ser alongada. O núcleo, que aparece entre as linhas pontilhadas, pode ser precedido por uma preparação – exemplos (15) e (17) – e sucedido por uma *coda* – exemplo (16)²⁷.

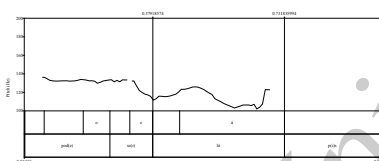


Fig.13 – Ex. (15)
*LCS: **pode ser lápis //**

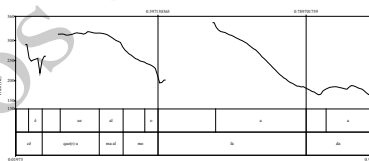


Fig.14 – Ex. (16)
*DAN: **cê quer uma almofada //**

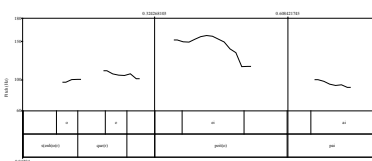


Fig. 15 – Ex.(17)
*CAR: **cê quer peito / pai //**

5.2.4. Descrição da ilocução de Instrução

A Instrução é uma ilocução em que o falante instrui o seu interlocutor a proceder com relação a algo. Para realizar essa ilocução, é necessário que: i. o falante possua conhecimentos sobre como realizar a tarefa sobre a qual quer instruir o interlocutor e que ii. o conteúdo locucionário do enunciado contenha ao menos uma expressão linguística que indique ao interlocutor como realizar o procedimento.

²⁶ Não podemos deixar de notar que a definição de Oferta oferecida por nós é tautológica, o que ocorre também na ilocução de Instrução, a seguir. No entanto, uma formalização adequada da definição de uma ilocução só pode ser fruto de um trabalho anterior de caracterização da ilocução, o qual estamos ainda enfrentando.

²⁷ Apesar das palavras “peito” e “lápis”, em que se realizam os núcleos das Ofertas de (15) e (17) serem proparoxítonas, consideramos que as unidades que a realizam não possuem *coda*, pois a vogal postônica não é pronunciada.

Exemplo (18) – bpubd104 (áudio Ex.18)

Situação: um instrutor de auto-escola está dizendo à sua aluna o que ela deve fazer para estacionar corretamente seu carro, enquanto a aluna dirigia. Nesse contexto, o professor realiza algumas ilocuções de Instrução.



***MUR: [60] deixa o carro descer //**

Exemplo (19) – bpubd03 (áudios Ex.19 e Ex.19-n)

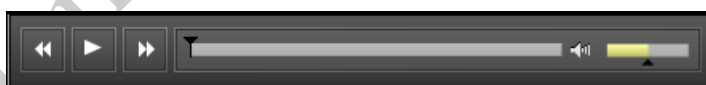
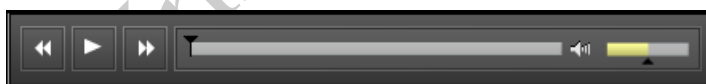
Situação: GUI, que é *personal trainer*, ensina um cliente a fazer um determinado exercício. Para isso, é necessário que o cliente afaste as suas pernas e, então, GUI realiza uma ilocução de Instrução voltada ao cliente.



***GUI: [92] abre um pouquinho a base lá //**

Exemplo (20) – bpubd101 (áudios Ex.20 e Ex.20-n)

Situação: um engenheiro e um pedreiro estão construindo um pequeno muro. Em um determinado momento, o engenheiro percebe que o pedreiro coloca uma pedra de forma inadequada e, assim, realiza uma ilocução de Instrução para que a pedra seja reposicionada.



***PAU: [88] experimenta pôr essa pedra com esse bico virado para cá //**

A ilocução de Instrução possui um núcleo formado por uma configuração ascendente-descendente de F_0 seguida por uma configuração descendente de F_0 . A configuração ascendente-descendente se inicia em uma das primeiras sílabas do Comentário e pode ser realizada em mais de uma sílaba. A configuração descendente posterior é sempre realizada ao longo das demais sílabas da unidade. O fato da configuração ascendente-descendente ser

seguida por uma configuração descendente na ilocução de Instrução causa a percepção de que se tem uma descida gradual da F_0 ao longo da unidade, se comparada à ilocução de Ordem. A última tônica do núcleo da ilocução parece ser alongada. A Instrução pode conter uma porção de preparação, ligação ou coda. Em (19), a unidade termina por uma *coda* tonal, na palavra “la”. Em (20), tem-se uma ligação entre as linhas pontilhadas e uma preparação que corresponde à porção descendente localizada nas pré-tônicas da palavra “experimental”.

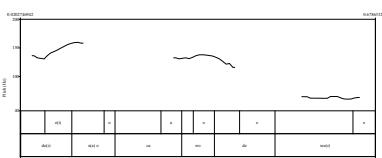


Fig.16 – Ex. (18)

*MUR: deixa o carro descer //

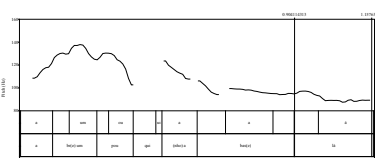


Fig.17 – Ex. (19)

*GUI: abre um pouquinho a base lá //

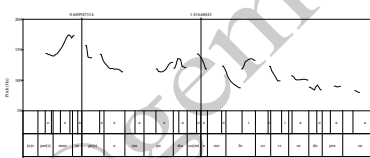


Fig.18 – Ex. (20)

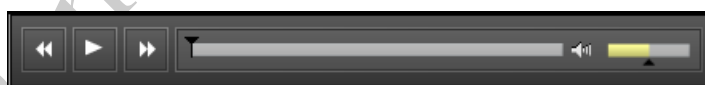
*PAU: experimenta pôr essa pedra com esse bico virado para cá //

5.2.5. Descrição da ilocução de Ordem

A ilocução de Ordem constitui um tipo de pedido para que o interlocutor realize uma ação verbal ou não verbal. Essa ilocução é caracterizada pelo controle contextual do falante sobre seu interlocutor (cf. Quadro 1), o qual permite que o falante exija uma ação do mesmo.

Exemplo (21) – bfamcv05 (áudios Ex.21 e Ex.21-n)

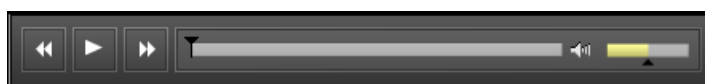
Situação: quatro amigos estão jogando futebol. Ao perceber que um dos adversários se aproxima com a bola, MAR dá uma ordem ao seu parceiro para que o mesmo volte para a marcação.

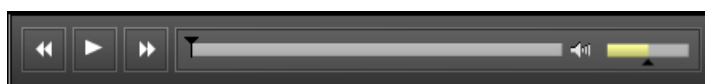
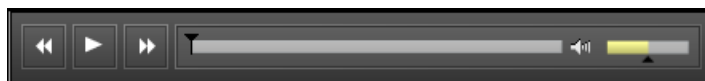
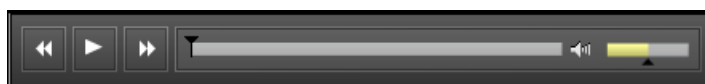
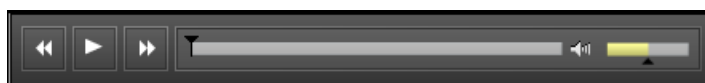
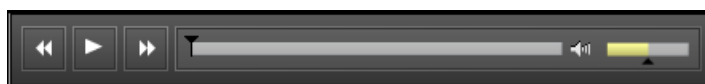


*CAR: [134] volta //

Exemplo (22) – bfamcv33 (áudios Ex.22-c, Ex.22, Ex.22.-n, Ex.22-m, Ex.22-1 e Ex.22-1-m)

Situação: o falante BAO quer que seu irmão pegue uma almofada e a entregue a HEL, que os está visitando e está assentada no chão. Por esse motivo, BAO realiza uma ilocução de Ordem





*DAN: [26] cê quer uma almofada // [27] Marco / dá essa almofada <marrom aí / o'> //

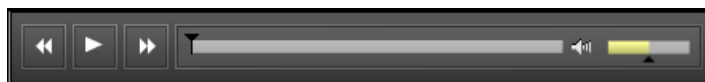
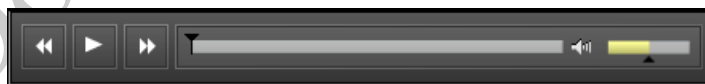
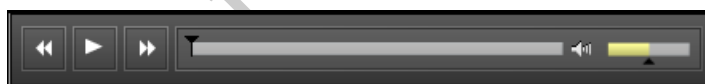
*JUL: [28] <yyyy> //

*HEL: [29] <é bom / é bom> //

*BAO: [30] <dá a almofada> marrom pra Helô //

Exemplo (23) – bfamcv08 (áudios Ex.23-c, Ex.23, Ex.23-n e Ex.23-1)

Situação: duas amigas que acabam de voltar de um supermercado querem fazer a divisão de gastos das compras. BRU pega a nota fiscal dos produtos e realiza uma locução de Ordem, com atitude de Cortesia, para que a interlocutora anote quais produtos pertencem a todas e quais pertencem a cada uma.



*BRU: [228] deixa eu só marcar o que é de todo mundo aqui // [229] vai colocando aí / Flávia //

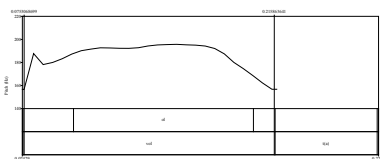


Fig.19 – Ex. (21)
*CAR: volta //

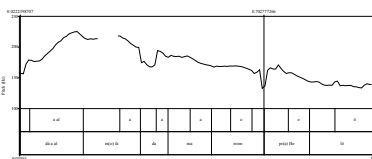


Fig.20 – Ex. (22)
*BAO: <dá a almofada>
marrom pra Helô //

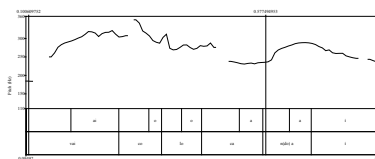


Fig.21 – Ex. (23)
*BRU: vai colocando aí /
Flávia //

O núcleo da ilocução de Ordem é composto por uma configuração ascendente-descendente de F_0 que pode ser realizada em mais de uma sílaba, como em (22) e (23). No caso da unidade de Comentário ser formada por somente uma palavra, o núcleo localiza-se na tônica. Parece não haver alongamento nas sílabas do núcleo. A ilocução de Ordem aparenta possuir valores superiores de F_0 (de ataque, máxima, média e mínima) se comparada à ilocução de Instrução, como indica o Quadro 4²⁸. A excursão de F_0 , se calculada em semitons, parece não diferir significativamente da ilocução de Instrução. A ilocução de Ordem pode apresentar *coda*. Todavia, até o presente momento, não foi encontrada uma Ordem com preparação.

Quadro 4 – Comparação de valores de F_0 entre Instrução e Ordem

Ex.	Ilocução	Conteúdo locucionário	Sexo	F_0 ataque	F_0 mín	F_0 máx	F_0 média	F_0 excursão
(18)	instrução	deixa o carro descer //	M	134 Hz	124 Hz	159 Hz	141,5 Hz	35 Hz -4.3 semitons
(19)	instrução	abre um pouquinho a base lá //	M	108 Hz	87 Hz	138 Hz	112,5 Hz	51 Hz -8 semitons
(20)	instrução	experimenta pôr essa pedra com esse bico virado para cá //	M	145 Hz	80 Hz	174 Hz	127 Hz	94 Hz -13.5 semitons
(21)	ordem	volta //	M	179 Hz	181 Hz	195 Hz	188 Hz	14 Hz -1.3 semitons
(22)	ordem	dá a almofada marrom pra Helô //	M	173 Hz	133 Hz	224 Hz	178,5 Hz	91 Hz -9 semitons
(23)	ordem	vai colocando aí / Flávia //	F	278 Hz	232 Hz	338 Hz	285 Hz	106 Hz -9 semitons

²⁸ Uma vez que o Quadro 4 compara um número muito restrito de falantes e que os falantes são, por vezes, de sexos opostos, os dados apresentados devem ser tomados somente como um indício de diferença entre as ilocuições de Ordem e Instrução. Para se fazer essas medidas de maneira confiável, seria necessário utilizar o mesmo falante e a mesma estrutura léxico-sintática para ambas as ilocuições. Assim, as medidas comparativas só podem ser feitas a partir de exemplos realizados em laboratório.

5.3. Descrição pragmático-cognitiva do contexto de realização da ilocução

Essa parte da metodologia consiste na identificação, para cada ilocução, de seus parâmetros necessários, parâmetros de adequação e parâmetros de eliciação. Chamaremos de *contexto de eliciação* de uma ilocução o contexto formado por todos os seus parâmetros necessários, de adequação e de eliciação. O contexto necessário se opõe ao *contexto de realização*, composto de todos os parâmetros efetivamente presentes em uma realização.

Com base nos traços pragmáticos e traços cognitivos apresentados na seção 2.1, podemos fazer uma caracterização pragmática provisória da ilocução de Advertência²⁹:

Quadro 5 – Parâmetros pragmáticos da ilocução de Advertência

Parâmetro	Descrição para a ilocução de Advertência
Canal de comunicação	O parâmetro não é relevante. A ilocução pode ser realizada com o canal de comunicação fechado ou aberto.
Horizonte atencional	O parâmetro não é relevante. A ilocução pode ser realizada com o horizonte compartilhado ou não compartilhado. É possível realizar uma advertência ao telefone, por exemplo.
Foco atencional	O parâmetro não é relevante. A ilocução pode ser realizada com o foco compartilhado ou não compartilhado. É possível realizar uma advertência ao telefone, por exemplo.
Relação entre falante e interlocutor	Controle do falante. Parâmetro relevante. É necessário que o falante possua um controle contextual sobre o interlocutor oriunda de algum conhecimento possuído pelo falante e não compartilhado com o interlocutor.
Implicações de conhecimento	Parâmetro relevante. É necessário um conhecimento prévio por parte do falante, o qual não necessariamente deve ser expresso no conteúdo locucionário do enunciado (é possível realizar uma Advertência com o conteúdo locucionário “pensa bem”).
Operabilidade	O parâmetro não é relevante. É possível realizar a ilocução de Advertência para mudar a linha de ação do interlocutor com relação a uma ação futura, como em (10).
Ativação afetiva	Alta. Parâmetro relevante. Para se realizar uma Advertência, é necessária uma ativação afetiva alta por parte do falante.
Condição preparatória	Necessidade de mudança cognitiva no interlocutor. Parâmetro de eliciação. Para realizar uma Advertência, é frequente que o falante acredite que o interlocutor deva reconsiderar a sua opinião com relação a algum assunto para evitar consequências negativas, como em (9) e (10).
Linha de ação	Parâmetro de eliciação. A Advertência pode sugerir uma alta descontinuidade na linha de ação do interlocutor, como nos exemplos (9) e (10), ou exigir uma descontinuidade baixa, como em (11). Nesse exemplo, basta que os interlocutores de HEL consintam com o reposicionamento da garrafa.

²⁹ Por economia de espaço, faremos uma descrição pragmático-cognitiva de forma sistemática apenas da ilocução de Advertência.

5.4. Experimentos em laboratório

De posse da primeira descrição prosódica e de uma hipótese de descrição pragmático-cognitiva de uma ilocução, passa-se à fase dos experimentos em laboratório. Os experimentos têm como objetivo validar as descrições feitas anteriormente.

5.4.1. Validação do contexto pragmático-cognitivo

Para a validação do contexto pragmático, é necessário elaborar e registrar em vídeo algumas situações comunicativas fictícias contendo as características identificadas anteriormente. Em alguns casos, enquanto diferentes atores tentam reproduzir o perfil prosódico desejado na situação fictícia, ocorre que o perfil produzido seja sistematicamente diferente do original. Esse é um indício de que a situação não elicia a ilocução objeto de estudo. Nesse caso, é necessário verificar as características pragmáticas presentes na situação fictícia e ajustá-las, observando os exemplos do corpus. Esse trabalho é feito continuamente até que todas as cenas produzidas com o conjunto de características necessárias e de eliciação de uma elocução resultem sempre na ilocução que se está estudando.

Um ponto fundamental da metodologia é que o conteúdo locucionário das ilocuções estudadas seja sempre o mesmo, o qual deve ser apropriado aos diversos contextos que eliciam as ilocuções. Essa é uma condição para o próximo procedimento.

Até o presente momento, não foram realizados os testes para a validação do contexto pragmático e para a verificação da exclusividade do contexto de eliciação com dados do Português Brasileiro. Por esse motivo, exemplificaremos esses procedimentos com testes feitos no LABLITA.

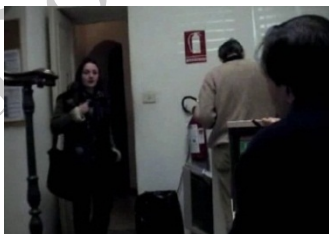


Fig.22 – Ilocução: Instrução



Fig.23 – Ilocução: Ordem

As Figuras 22 e 23 mostram um quadro dos vídeos das ilocuções de Instrução e Ordem. Na situação de Instrução, uma estudante entra no escritório de uma faculdade e pergunta onde

é a sala em que será feita uma prova. O homem aponta um corredor e realiza a Instrução com o conteúdo locucionário *gira a destra* ("vire à direita"). Na situação de Instrução, uma mulher carrega uma caixa que tampa a sua visão, enquanto um homem indica por onde deve andar. Aos poucos, a mulher se aproxima da parede. Para evitar que bata na parede, o homem realiza uma Ordem com o mesmo conteúdo locucionário da situação anterior. Os vídeos foram produzidos observando-se as características pragmáticas das ilocuções de Ordem e de Instrução e foram validados uma vez que as ilocuções produzidas por eles continham o perfil prosódico adequado para cada ilocução.

5.4.2. Verificação da exclusividade do contexto e de eliciação, ou teste de substituição

Com a finalidade de verificar se o contexto de eliciação descrito para uma ilocução é exclusivo dessa ilocução, o pesquisador deve substituir o áudio da ilocução estudada pelo áudio de outras ilocuções na situação que se deseja testar. Assim, para se estudar as ilocuções de Ordem e Instrução, deve-se colocar o áudio da ilocução de Ordem na situação de Instrução e vice-versa. Assim como o conteúdo locucionário dos enunciados é sempre o mesmo, o único elemento que diferencia as ilocuções é o conjunto de propriedades prosódicas do Comentário. Se a substituição dos áudios causa inadequação, significa que a situação elicia exclusivamente a ilocução desejada. Se a substituição não causa inadequação, a descrição dos parâmetros pragmáticos deve ser ainda mais refinada e deve ser produzido um novo vídeo com as características adequadas. Para mostrar como funciona esse teste, vamos recorrer mais uma vez às análises feitas no LABLITA: em um teste preliminar, o áudio da Instrução foi inserido na situação de Ordem. O vídeo resultante foi exibido a falantes nativos, os quais julgaram o resultado como sendo inapropriado. Isso indica que a situação fictícia produzida para a Ordem elicia, de fato, somente essa ilocução e que, conseqüentemente, os parâmetros pragmáticos de eliciação da ilocução de Ordem foram descritos adequadamente. Inserindo o áudio de Ordem na situação de Instrução, chegou-se a um resultado igualmente inaceitável.

Como resultado dos experimentos descritos acima, o pesquisador dispõe de uma lista apurada dos parâmetros pragmático-cognitivos do contexto de eliciação de uma ilocução.

5.4.3. Testes para descrever variações prosódicas possíveis de uma ilocução em função de diferenças acentuais no conteúdo locucionário da unidade informacional

Como observamos na seção 4.2.3, os exemplos encontrados em corpus indicam que o núcleo da ilocução de Oferta inicia-se na última tônica e a pós-tônica tende a ter a sua vogal apagada. Essa tendência manifesta-se em dois dos três exemplos analisados. Para ser confirmada, porém, convém testá-la em uma quantidade maior de dados. Além disso, a descrição de forma entonacional deve conseguir prever como ela se manifesta em diferentes estruturas acentuais: é possível que uma mesma forma entonacional se realize de maneira diferente em uma unidade formada por uma única palavra paroxítona ou por uma palavra proparoxítona, ou então por um grande número de palavras. Com relação à ilocução de Oferta, encontramos somente exemplos de paroxítonas – motivo pelo qual não sabemos ainda como essa ilocução se comporta em oxítonas ou proparoxítonas.

Em face da dificuldade de se encontrar em contexto natural uma grande quantidade de enunciados com a mesma ilocução e diferentes estruturas acentuais, é necessário criar tais exemplos em laboratório e para verificar como a forma entonacional se manifesta nas mesmas. Para isso, são utilizados os vídeos com os contextos de elicitación das ilocuições.

Em primeiro lugar, o pesquisador deve escolher um conjunto de palavras com diferentes estruturas acentuais para serem testadas em uma ilocução. É fundamental que as palavras se adequem semanticamente à situação apresentada pelo vídeo. Em seguida, deve ser criada uma nova versão do vídeo em que é suprimido o áudio relativo à ilocução que se quer testar. Posteriormente, um falante nativo, estimulado pelo vídeo, deve realizar a ilocução, como se estivesse participando da interação ali retratada. A ilocução produzida pelo falante nativo é gravada e, em seguida, submetida à análise prosódica.

Esse procedimento deve ser realizado com todas as ilocuições a fim de se obter uma descrição mais abrangente das formas prosódicas.

5.4.4. Testes para descrever variações prosódicas de uma ilocução em função de diferenças de atitude

Devemos ainda considerar que uma ilocução pode sofrer alterações em sua realização prosódica em função da atitude expressa no enunciado. Assim, é de grande importância distinguir, nos exemplos extraídos de corpus, as propriedades prosódicas da forma entonacional da ilocução e das propriedades prosódicas da atitude. Para compreender como isso pode ser

feito, analisaremos em primeiro lugar os exemplos (22) e (23)³⁰, que veiculam a ilocução de Ordem com atitudes diferentes. Enquanto em (22) a ilocução não apresenta uma atitude especialmente marcada, a ilocução do exemplo (23) possui a atitude de Cortesia. Por meio de manipulações da curva de F₀ desses enunciados, tentaremos compreender como se dá a atribuição da atitude.

A atitude de Cortesia de (23) está relacionada à configuração ascendente-nivelada-descendente de F₀ localizada na *coda* tonal da unidade de Comentário (que corresponde à palavra “aí”), em destaque na Figura 24. Efetivamente, ouvindo uma edição do áudio que elimina a *coda* tonal, continua-se com a percepção de que a ilocução trata-se de uma Ordem, mas agora desprovida da atitude de Cortesia (áudio Ex.23-1). Há, ao menos, duas possibilidades de interpretação para esses dados:

- i. a atitude de Cortesia é veiculada sempre **na coda tonal** do Comentário;
- ii. a atitude de Cortesia é veiculada sempre **na posição final** do Comentário, não importando se o Comentário termina em um semi-núcleo ou em uma *coda* tonal.

Em primeiro lugar, utilizamos o programa *Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2011) para manipular a *coda* de (22) – Figura 25 – transformando o seu curso original de F₀ em uma configuração ascendente-nivelada-descendente – Figura 26. Como resultado, obtivemos uma ilocução de Ordem com a atitude de Cortesia (áudio Ex.22-m). Essa manipulação mostra que, na ilocução de Ordem, a atitude de Cortesia está, de fato, ligada à configuração ascendente-nivelada-descendente, mas não permite compreender qual das duas hipóteses está correta.

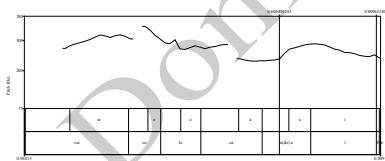


Fig.24 – Ex. (23) com *coda*
*BRU: vai colocando aí / Flávia //

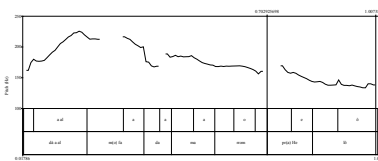


Fig.25 – Ex. (22) com *coda*
*BAO: <dá a almofada> marrom
pra Helô //

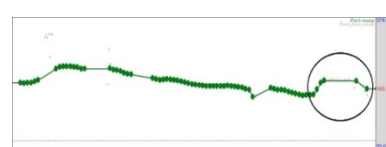


Fig.26 – Manipulação de
com *coda*

Em seguida, tentamos simular a atitude de Cortesia em uma ilocução de Ordem que não possui *coda*. Para isso, inserimos a configuração de F₀ característica da atitude de Cortesia na versão sem a *coda* tonal do exemplo (22). Como resultado, conseguimos simular a atitude de

³⁰ (22) *BAO: [30] <dá a almofada> marrom pra Helô //

(23) *BRU: [229] vai colocando aí / Flávia //

Cortesia no enunciado sem que a ilocução fosse alterada (áudio Ex.22-1-m) – Figuras 27 e 28. Sendo assim, essa manipulação indica que a segunda hipótese está correta: a atitude de Cortesia é veiculada, na ilocução de Ordem e no PB, sempre ao final da unidade de Comentário, quer ele termine em uma *coda*, quer ele termine no núcleo.

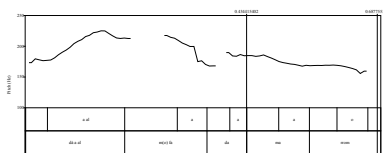


Fig.27 – Ex. (22) sem coda
*BAO: <dá a almofada> marrom



Fig.28 – Manipulação de (22) sem coda

As manipulações aqui expostas mostram que: do ponto de vista teórico, há relação direta entre a veiculação da ilocução (que ocorre no núcleo do Comentário) e da atitude (que não ocorre necessariamente no núcleo do Comentário); do ponto de vista prático, é preciso cuidado para não se confundir variações prosódicas ilocucionárias com variações prosódicas atitudinais.

Firenzuoli (2005), em sua descrição prosódica da ilocução de Ordem no Italiano, identifica uma porção descendente de F_0 que sempre ocorre ao final da unidade que veicula a ilocução. A autora chama essa porção de *final low*. Quando a unidade não possui coda, o *final low* é contíguo à configuração de F_0 que caracteriza a ilocução de Ordem. Quando possui coda, localiza-se ao final da coda. Em face da diferença que estabelecemos entre ilocução e atitude, conseguimos compreender que o *final low* trata-se, na realidade, da veiculação da atitude não marcada na ilocução de Ordem.

Temos um caso análogo na descrição da ilocução de Instrução no Italiano por Firenzuoli (2005). Nela, a autora identifica uma porção final plana, a qual chama de *final plateau*, que deve localizar-se ao final da unidade. Aqui também podemos compreender o *final plateau* como a inserção da atitude não marcada na ilocução de Instrução, o que pode ser observado nos exemplos (18), (19) e também no exemplo (24), oriundo do C-ORAL-ROM Italiano. A transformação da porção plana final de (24) em uma configuração ascendente é igualmente capaz de alterar a atitude não marcada para uma atitude de Cortesia.

Exemplo (24) – iprrdl04 (Ex.24 e Ex.24-m)

Situação: INS conta a LAU casos de sua infância. Em um momento, LAU diz que fazia muitas maldades com seus irmãos, em especial com o mais novo.



*LAU: [25] **dimmi qualche dispetto che facevi //**

*LAU: [25] **me fala alguma maldade que você fazia //**

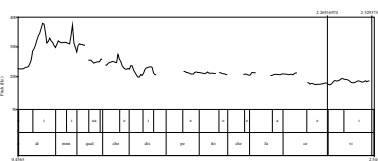


Fig.29 – Ex. (24)

*LAU: **dimmi qualche dispetto che facevi //**

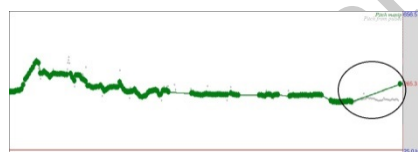


Fig.30 – Manipulação de (24)

Em face de dificuldade de se distinguir, à primeira vista, ilocução de atitude, é fundamental que o pesquisador trabalhe com a maior quantidade possível de dados. Quando são encontrados enunciados que aparentam veicular a mesma ilocução e que apresentam diferenças prosódicas entre si, o pesquisador deve manipular os parâmetros tal qual mostrado ao longo dessa seção. Dessa forma, o pesquisador terá mais subsídios para avaliar se as diferenças prosódicas entre os exemplos são de origem ilocucionária ou atitudinal. Em todo caso, recomenda-se, em um primeiro momento, que se trabalhe com ilocuições realizadas com uma atitude não marcada.

6. Conclusão

Nesse trabalho, apresentamos uma nova metodologia, ainda em desenvolvimento, para o estudo das ilocuições presentes na fala espontânea. A metodologia, de caráter empírico, baseia-se na identificação das ações realizadas em corpus e, posteriormente, na descrição das formas entonacionais e dos parâmetros pragmático-cognitivos associados a elas.

Foram apresentadas as descrições prosódicas iniciais das ilocuições de Advertência, Oferta, Instrução e Ordem, e foi feita a caracterização pragmático-cognitiva da ilocução de Advertência. Mostramos também que a ilocução e a atitude se realizam pela prosódia, mas de maneiras diferentes. A ilocução é veiculada exclusivamente no núcleo da unidade

informativa de Comentário. A atitude pode ser atribuída em diferentes porções do Comentário, não necessariamente no seu núcleo. A atitude de Cortesia é veiculada sempre ao final da unidade informativa de Comentário, independente da unidade terminar em uma *coda* ou no núcleo.

Com relação aos seus desenvolvimentos futuros, alguns pontos da metodologia devem ser mais bem trabalhados, em particular, a descrição de cada classe ilocucionária, a caracterização dos parâmetros pragmático-cognitivos e a descrição prosódica das atitudes.

Referências

- ALSTON, W. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972 [1964].
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique française**. Berna: Francke Verlag, 1950.
- BARBOSA, P. A. Semi-automatic and automatic tools for generating prosodic descriptors for prosody research. In: BIGI, B.; HIRST, D. **Proceedings from TRASP 2013**, Tools and Resources for the Analysis of Speech Prosody, August 30, 2013. Laboratoire Parole et Langage, Aix-en-Provence, 2013, pp. 86-90.
- BIBER, D.; JOHANSSON, S.; LEECH, G.; CONRAD, S.; FINEGAN, E. **The Longman Grammar of Spoken and Written English**. Harlow-Essex: Pearson Education, 1999.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. **Praat: doing phonetics by computer**, 2011.
- CRESTI, E. **Corpus di Italiano parlato**. Firenze: Accademia della Crusca, 2000.
- CRESTI, E. Modalità e illocuzione. In: BECCARLA, C.; MARELLO, C. **Scritti in onore di Bice Mortara Garelli**. Torino: Edizioni dell'Orso, 2001.
- CRESTI, E.; GRAMIGNI, P. Per una linguistica corpus based dell'italiano parlato: le unità di riferimento. In: LEONI, F.A.; CUTUGNO, F.F.; SAVY, M. **Il parlato italiano**. Atti del Convegno Nazionale "Il Parlato Italiano". Napoli: D'Auria Editore, 2004.
- CRESTI, E.; MONEGLIA, M. **C-Oral-Rom: Integrated Reference Corpora For Spoken Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins, 2005, p.304.
- CRYSTAL, D. **The english tone of voice**. Londres: Edward Arnold, 1975.
- FIRENZUOLI, V. **Forme Intonative di Valore Illocutivo dell'Italiano Parlato: Analisi Sperimentale di un Corpus di Parlato Spontaneo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Università degli Studi di Firenze, 2003.

GRICE, P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. **Syntax and Semantics**, 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975.

HALLIDAY, M. A. K. Spoken and written language. Oxford: Oxford University Press, 1985.

MACWHINNEY, B. J. **The CHILDES Project**: Tools for Analyzing Talk. 3rd Edition. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2 v, 2000.

MARTIN, P. WinPitch Corpus: A text to Speech Alignment Tool for Multimodal Corpora. Lisboa: LREC, 2004.

MELLO, H.; RASO, T. Illocution, Modality, Attitude: different names for different categories. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. **Pragmatics and Prosody**: Illocution, Modality, Attitude, Information, Patterning and Speech Annotation. Firenze: Firenze University Press, 2011, p.1-18.

MELLO *et al.* Prolegômenos sobre modalidade. In: **Domínios de Lingu@gem**, ano 3, nº 1, 1º semestre de 2009, 2009.

MONEGLIA, M. Spoken Corpora and Pragmatics. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2011, p.479-519. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/rbla/arquivos/335.pdf>

MONEGLIA, M.; CRESTI, E. L'intonazione e i criteri di trascrizione del parlato adulto e infantile. In: BORTOLINI, U.; PIZZUTO, E. **Il Progetto CHILDES Italia**. Pisa: Del Cerro, 1997, p.57-90.

NENCIONI, G. **Di scritto e di parlato**: discorsi linguistici. Bologna: Zanichelli, 1983.

RASO, T. O C-ORAL-BRASIL e a Teoria da Língua em Ato. In: RASO, T.; MELLO, H. **C-ORAL-BRASIL I**: Corpus de referência do Português Brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.

RASO, T. O corpus C-ORAL-BRASIL. In: RASO, T.; MELLO, H. **C-ORAL-BRASIL I**: Corpus de referência do Português Brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b.

RASO, T.; MELLO, H. **C-ORAL-BRASIL I**: Corpus de referência do Português Brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SBISÀ, M.; TURNER, K. **Pragmatics of speech actions**. Berlin: De Gruyter, 2013. <http://dx.doi.org/10.1515/9783110214383>

SEARLE, J. R. **Speech acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. **Expression and meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511609213>

SEARLE, J. R.; VANDERVEKEN, D. **Foundations of Illocutionary Logic**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

't HART, J. *et al.* **A perceptual study of intonation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VANDERVEKEN, D. Non-Literal Speech Acts and Conversational Maxims. In: LEPORE, E.; Van GULICK, R. **John Searle and his critics**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1993 [1991].

Artigo recebido em: 31.08.2013

Artigo aprovado em: 23.11.2013

Domínios de Lingu@gem

Informação, memória enformada pela escrita: um diálogo da história com a linguística sociocognitiva

Information, memory enformed by the written language: a dialogue between history and socio-cognitive linguistics

Marcos Gonzalez*

RESUMO: “Eras da informação” emergiriam sistematicamente “no limite entre oralidade e escrita”, no contexto de novas formas de organizar um novo mundo abstrato mental, consequência da “fundamental diferença” entre os processos orais e letrados de abstração: “os orais são ‘participatórios e não reflexivos’”, pois se organizam em torno da “pouca distância” que o “conhecedor” tem do “conhecido”. Com o distanciamento que a escrita exige, surge o conceito de *informação* como um objeto mental abstraído do fluxo de experiência. Esta estabilidade é inerente ao duplo movimento de abstração que sustenta o conceito: para *criar* um objeto mental, é preciso primeiro afastá-lo da experiência e tomá-lo de uma distância crítica que fixa seus aspectos (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.30). Circunscrevemos nossa análise em uma “história da informação” enquanto “ciência da mutação e da explicação da mudança” (LE GOFF, 1990p, 15-16), mais especialmente nas estruturas subjacentes às mudanças. A partir dos pressupostos teóricos da Linguística Sociocognitiva, particularmente do conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, mostramos que a escrita, de fato, promove pelo menos um efeito discursivo estruturado na cognição: induz a noção de que as *palavras* têm *conteúdo*.

PALAVRAS-CHAVE: História da Informação; Linguística Histórica; oralidade e escrita; teoria das metáforas conceptuais.

ABSTRACT: “Information ages” emerge systematically “at the boundary between orality and literacy”, in the context of new ways of organizing a new abstract mental world, consequence of the “fundamental difference” between oral and literate processes of abstraction: the oral one is “participatory and unreflective”, because it is organized around the “short distance between knower and known”. With the distance that writing requires, the concept of information as a mental object abstracted from the flow of experience, arises. This stability is inherent in the twofold movement of abstraction that undergirds information: to create a mental object, “one must first draw away from that experience, seen it from a critical distance that fixes its aspects” (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.30). We based our analysis of “history of information” as a “science of mutation and explanation of the change” (LE GOFF, 1990p, 15-16), especially about the structures that underlines the changes. From the theoretical principles of socio-cognitive linguistics, particularly the metaphorical mapping concept, we demonstrate that literacy promotes, in fact, at least one discursive effect structured by cognition: it induces the notion that *words* have *content*.

KEYWORDS: History of information; historical linguistics; orality and literacy; conceptual metaphor theory.

* Doutor em Ciência da Informação (PPGCI IBICT/UFRJ, 2013). Tecnologista do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

1. Introdução

Os historiadores Michael Hobart e Zachary Schiffman afirmam, em *Information Ages: literacy, numeracy, and the computer revolution* (HOBART; SCHIFFMAN, 2000), que a invenção da escrita foi uma tecnologia que “deu à luz à *informação* em si”, compreendendo-se *informação* aí como um conceito. Os historiadores tomam como primeira “era da informação” a primeira forma de escrita introduzida na Mesopotâmia. De uma perspectiva histórica, esses cinco mil anos seriam “a única ‘era da informação’ merecedora do título”. Mas ao longo da história ocidental, as interações complexas entre a tecnologia da escrita e as culturas que a introduziram teriam produzido (pelo menos) três “eras da informação” distintas: a clássica, a moderna e a contemporânea.

O conceito adotado por Hobart e Schiffman é relevante porque sugere que, no contexto de uma história social, o conceito é uma manifestação de “letrismo”, isto é, próprio ao senso comum de quem sabe ler e escrever. Tal nos coloca diante de um novo quadro de possibilidades interpretativas baseadas nos usos históricos desse conceito, evidenciando casos descritos na literatura e, também, nossas pesquisas a respeito da introdução do termo na língua portuguesa (GONZALEZ, 2013 [no prelo]; 2013a; b).

Estamos interessados, no âmbito deste trabalho, em uma “história da informação” enquanto uma “ciência da mutação e da explicação da mudança” (LE GOFF, 1990p, 15-16), mais especialmente nas estruturas subjacentes às mudanças, com as quais a história “pode ter relações frutíferas sob duas condições: (a) não esquecer que as estruturas por ela estudadas são dinâmicas; (b) aplicar certos métodos estruturalistas ao estudo dos documentos históricos, à análise dos *textos* (em sentido amplo), não à explicação histórica propriamente dita”. Procuramos estabelecer, a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Sociocognitiva, as estruturas da nova mentalidade instada pela economia noética de “objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala”, tais como *informação*.

O corpo teórico proporcionado por essa linha investigativa nos permite aprofundar algumas das questões postuladas por Hobart e Schiffman. O ponto central de nossa discussão é a observação de uma associação socialmente construída de um novo conceito a uma nova tecnologia, mais especificamente à tecnologia da escrita, de que é letrismo pensar e dizer que as palavras e as coisas têm “conteúdo”. Com o tipo de distinção dos objetos mentais proporcionado pela escrita, a memória torna-se um “recipiente de memória”. A terminologia da nossa cultura de computador, com seus “discos rígidos”, “RAM” e “bancos de dados”, atestam

o vigor da noção de que “memórias” que armazenam “informação”. No mundo oral, como veremos, o poder emocional e imediatista da interação face-a-face impedia seus participantes de distinguir entre o conteúdo e a experiência de comemoração de qualquer forma consistente.

2. Princípios da Linguística Sociocognitiva

Na visão sociocognitivista, essencialmente estruturadora, as categorias conceituais humanas e o significado das estruturas linguísticas em qualquer nível não são considerados “símbolos sem interpretações”, mas “motivadas e fundamentadas, de alguma forma, diretamente na experiência, nas nossas experiências corporais, físicas e socioculturais” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p.259). Em tese, um novo conceito emerge via o uso de um lexema socialmente selecionado, mas a seleção não é aleatória: haveria uma tendência, universal, de selecionar palavras que expressassem conexões cognitivas com a experiência corporal que temos vivendo no mundo. Experienciamos, por exemplo, as “coisas” externas a nós como entidades – frequentemente também como *recipientes*, com lados de dentro e de fora. Experienciamos a nós mesmos como sendo feitos de *substância* – isto é, carne e osso – e *objetos externos* como sendo feitos de vários tipos de substâncias – madeira, pedra, metal etc. Para a Linguística Sociocognitiva, o senso comum sobre “objeto”, “conteúdo” e “contêiner” ou “recipiente” está, com efeito, entre os conceitos translinguísticos transcendentais e é por este motivo que são conceitos com grande elasticidade (opacidade) semântica.

Conceitos básicos como esses governam nossas línguas e também, segundo essa perspectiva, nossa atividade cotidiana: “até nos detalhes mais triviais, estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas”. Por isto, os recursos cognitivos de que dispomos teriam o poder de “definir a realidade”. Wilson e Martellota (2009, p.78) identificam aí um dos “aspectos translinguísticos” nas línguas naturais, que “garantem certa transcendentalidade da língua”.

Apropriemo-nos do conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, isto é, do mapeamento cognitivo socialmente convencionado que se insere entre dois domínios conceptuais¹, postulado no âmbito da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), de Lakoff e Johnson (2002 [1980]): um domínio de origem ou fonte (*source domain*), concreto e

¹ A tradição da literatura inspirada na TMC tende a adotar *conceptual*, distinguindo-se terminologicamente, assim, de outros nexos associados à *conceitual*.

experiencial, é usado para expressar entidades que estão inseridas em outro domínio, alvo (*target domain*), mais abstrato. A hipótese de que os mapeamentos metafóricos são “estruturados sistematicamente” vem sendo, desde então, comprovada e aprimorada (LAKOFF, 2008).

Alguns exemplos: o verbo *pensar* tinha no latim *pensare* uma acepção concreta de “pesar, avaliar o peso de alguma coisa”, mas que, uma vez abstratizado por extensão metafórica, passou a significar “estimar, pesar, avaliar o valor de uma ideia, de um raciocínio”. Por transferência metafórica, seu sentido percorreu uma trajetória do “mundo físico” para o “mundo das ideias” (VOTRE, 2004, p.26). Por isso, frases como “É preciso *pesar* as consequências dessas *palavras*” fazem sentido para todos. O verbo *saber* é outro exemplo: vem do latim *sapere*, que tinha o sentido de “perceber pelo sentido do gosto” e que, em sentido figurado, era usado, já no latim, como “ter inteligência, juízo; conhecer alguma coisa, conhecer, compreender, saber” (MARTELOTTA, 2004).

Acerca de *informação*, tema de nosso trabalho, os “dois contextos básicos nos quais o termo é usado” são, conforme Capurro e Hjørland (2007, p.155), “o ato de *moldar* a mente e o ato de *comunicar* conhecimento”. Argumentamos, a partir daí, que a escrita é facilitadora de pelo menos um efeito discursivo: induz a noção de que as palavras têm *conteúdo*, ao que, no âmbito do domínio-alvo da comunicação, dá-se o nome de “informação”. Nos termos da TMC, “informação” é uma “expressão linguística socialmente fixada por convenção que veicula um mapeamento metafórico”. Essa conclusão, que podemos extrair da tese do linguista Joseph Grady (1998), é capaz de mostrar que a história da informação é um exemplo de como se relacionam os discursos históricos socialmente convencioneados com as estruturas impostas pela biologia humana.

3. Memória e Oralidade

As “eras da informação” emergiriam “no limite entre oralidade e escrita”, no contexto de novas “sistemáticas para organizar este mundo abstrato mental”. Paul Zumthor denominou “oralidade mista” o período que precede da existência de uma cultura “escrita”, no sentido de “possuidora de uma escritura”, cuja influência na comunicação permanece, no entanto, “externa, parcial e atrasada”. Nos termos de Fentress e Wickham (1992, p.8-9), “a escrita ainda era concebida como um complemento para a memória”. Para Havelock (1996, p.306-308), “a princípio [a escrita] faz pouca diferença prática”. O limite entre oralidade e escrita é, com efeito,

um momento singular que sistematicamente agiu na natureza das culturas orais ocidentais em que a alfabetização foi introduzida.

A principal característica do pensamento apoiado em uma cultura oral é que a comunicação é realizada face-a-face. Os atos de fala, uma vez proferidos nessas condições, são modificações de uma circunstância total, existencial, que envolvem o corpo. Adquirem significados somente de seu hábitat real constante, que inclui gestos, inflexões vocais, expressão facial e todo o cenário humano e existencial em que a palavra real, falada, ocorre. A experiência passa também por emoções e sensações – paladar, tato, olfato, audição e visão – que são âncoras sensuais para a memória, muito mais poderosas e prevalentes do que as textuais, da linguagem escrita. Aí encontraremos o chamado “senso comum” que, na visão sociocognitiva, corresponde às “propriedades e expressões metafóricas baseadas na psicologia dos sentidos”, isto é, em como as pessoas pensam que utilizam os sentidos (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009).

No mundo antes da escrita, a memória é um ato social de “co-memoração”. Os conhecimentos, valores e crenças existem não como *informação*, mas como práticas cuja preservação é um subproduto do uso repetido. É a comemoração que mantém a comunidade em conjunto, como uma entidade viva, e não o armazenamento de informações sobre isso. Nessas condições, os participantes são menos propensos a isolar algo a partir da experiência de comunicação, porque eles não podem facilmente “se afastar do” evento comunicativo, vendo-a a partir de uma perspectiva crítica. A predominância desse tipo de comunicação desencoraja certos tipos de operações mentais no mundo oral, tais como “destilar informações da experiência” (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.13-14,24). Não se imagina, sem conhecer a escrita, que *palavras* ou *livros* “contenham” *informação*.

Nas sociedades sem escrita, homens-memória cumprem o importante papel de manter a coesão do grupo: são “chefes de família idosos, bardos, sacerdotes”, “genealogistas”, guardiões dos códigos reais, historiadores da corte, “tradicionalistas”; são simultaneamente os depositários da história “objetiva” e da história “ideológica” (LE GOFF, 1990, p.429). Afonso de Ovalle, em sua *Historica relación del Reyno de Chile* (1646), descreve a preservação da memória dos povos andinos através da memória oral encarnada em algumas pessoas – que Ovalle qualificava como o «*archivo de aquel pueblo*». O ofício dessas pessoas especiais consistia em que «*para mantener la memoria de lo sucedido en él desde el diluvio era obligado a repetirlo todos los dias de fiesta al son del tanbor, y cantando como lo hazia en aquel lugar,*

y para que esta memoria no faltasse jamas tenia obligacion de ir industriando a otros, que después de sus dias le succediessen en este officio» (BOUZA, 2002, p.108).

Mas a memória transmitida pela aprendizagem nas sociedades sem escrita não é uma memória “palavra por palavra”. Não se desenvolve em torno dos “homens-memória” uma aprendizagem mecânica automática e o produto de uma rememoração exata aparece como menos útil. Ovalle, ao chamar de pessoas de “arquivo”, comete o que Hobart e Schiffman chamam de “erro de anacronismo histórico”, interpretando o passado à luz do presente: ele pensa como nós, letrados, que compreendemos a “memória” como um “recipiente de informações”. Ovalle padece, como queremos, de “letrismo”.

Eric Havelock (1996) descrevia o épico como “constituído da sabedoria acumulada da cultura”. As civilizações fundam-se “numa espécie de ‘livro’ cultural, isto é, na capacidade de armazenar informações a fim de reutilizá-las”. Pensando assim, segundo Hobart e Schiffman, o classicista também denunciava uma interpretação que sofria da “suposição anacrônica de que as culturas orais teriam algum meio de armazenamento de informações”. O fato de a memória, em uma cultura oral, não envolver a recordação de padrões abstraídos de palavras não significa que a tradição oral não seja capaz de produzir abstrações. Hobart e Schiffman, apoiando-se na *Memória Social* de Fentress e Wickham (1992), seguem outro paradigma: “Épicos são sequências de imagens ligadas entre si por sons”.

A diferença é que, conforme Hobart e Schiffman, as abstrações existem, mas são de natureza visual e auditiva. Os historiadores se apropriam dos “auxiliares mnemônicos”, que Fentress e Wickham (1992, p.17) chamaram de “mapas”, nos sentido de “coisas designadas a representar outras coisas”. A palavra se origina do latim *mappa* “guardanapo” ou “pano”, que já no latim, entre os antigos agricultores, significava “representação gráfica de um terreno” (HOUAISS, 2001), mas Fentress e Wickham estenderam a noção a “um conceito visual, uma imagem construída ou projetada, que se refere a algo fora de si”. Nesse sentido, qualquer coisa real ou imaginária sujeita a representação visual pode ser mapeada, tal como um diagrama esboçado em um guardanapo sobre um assunto em uma conversa de jantar, a planta baixa de uma casa, círculos representando os átomos de uma molécula, o enredo de uma história ou um conceito filosófico. Os mapas designam um suporte de pequena escala mnemônica, cada um apresentando uma única imagem visual. Em contraste com o modelo de memória textual, mapas evocam compreensão por meio de imagens visuais generalizadas, abstrações não automaticamente redutíveis a palavras.

4. Informação e escrita

A escrita permite à memória coletiva o desenvolvimento de duas formas de memória. Para a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável, a memória assume a forma de inscrição, epigráfica. A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita. Tem como uma das funções o “armazenamento de informações”, que permite comunicar através do tempo e do espaço. Por conta disso, promove o que Hobart e Schiffman (2000, p.23-24) chamam de um modelo “textual” da memória, em que os objetos mentais contidos em nossas cabeças são como “pedaços de informações” armazenados por escrito. O modelo textual enfatiza uma das funções da memória humana, o “armazenamento de informações”, em detrimento de outra função, o ato de recordação. Centra-se em “conhecimento” em lugar de “lembrança”. Para o senso comum do letrado, um texto “é um registro físico, que contém informações”. É separado do leitor e completo em si mesmo: pode enviar as suas “mensagens” para o leitor, mas não pode recebê-las de volta (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.6).

A emergência de *informação* no contexto de oralidade mista pode ser observada na língua portuguesa. A necessidade de registrar informações era condizente com o gênero textual *notícia* nos primeiros séculos da língua portuguesa escrita: “os documentos particulares escritos em português até 1255 se restringem na verdade a dois gêneros, o testamento e a notícia, ou talvez apenas um, a notícia” (MARTINS, 2007, p.164). Os mais antigos testemunhos escritos do uso do português são, de fato, dois documentos notariais – *O Testamento de D. Afonso II* (1214) e a *Notícia do Torto*, um pleito judicial, ambos datados dos primeiros anos do séc. XIII. Não temos registro de “enformação” em documento notarial, mas temos do verbo “enformar” com o sentido de “noticiar” (GONZALEZ, 2013 [no prelo]). São sinais de “um dos poucos fatos indiscutíveis” que, segundo Calvet (2011, p.114), caracterizam a introdução da escrita: trata-se de uma tecnologia “inventada” por necessidades práticas e não por necessidades literárias. Segundo Le Goff,

[...] durante muito tempo os reis medievais europeus, errantes, tiveram apenas pobres arquivos ambulantes. Os arquivos da chancelaria régia começaram a constituir-se em cerca de 1200. A partir do século XIII na Itália, e noutros países do século XIII e XIV, proliferam os *arquivos notariais*. Com a expansão das cidades, constituem-se os arquivos urbanos, zelosamente guardados pelos corpos municipais. A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária (LE GOFF, 1990, p.106).

A língua portuguesa dessa época aparecia apta para os usos práticos da vida, embora “incolor e canhesta, condicionada pelas minutas, apertada na rigidez das tradicionais fórmulas jurídicas ainda muitas vezes em latim, desprovida de qualquer preocupação de elegância e apenas reduzida à tarefa de registrar para fins úteis disposições legais ou vontades privadas” (LEMOS, 1997, p.39). Vêm daí os primeiros gêneros discursivos em que “enformação” fazia sentido, tais como os *forais*, *anais*, *memórias*, *estórias*, sendo especialmente produtivo no contexto do gênero *crônica*: entre os sécs. XIV e XVII, ocorre nas de 11 reis. A “literatura informativa” em Portugal do período médio corrobora o que Paul Zumthor classifica de “oralidade mista” – uma “ordem particular da realidade” em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência da escrita “permanece externa, parcial e atrasada”, uma vez que exige a “intervenção de intérpretes autorizados”.

A base da distinção de extenso período da história humana em “eras da informação” adotada por Hobart e Schiffman foi obtida nas “noções historicamente fundamentadas de informação como algo *informado*, *moldado* por um padrão, algo preservado, retirado do imediatismo da experiência” (grifos nossos). Cada noção envolvida nessa definição, explicam os autores, requer a outra: “o padrão, a forma interior, é uma abstração (retirar, extrair), o produto de uma operação reflexiva mental que controla o fluxo da experiência, tanto ordenando quanto preservando-o” (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.4).

Moldagem e informação remetem, etimologicamente, ao domínio da *fabricação* e, em última instância, da *criação* (GONZALEZ, 2012). Com efeito, emergiu nas línguas neolatinas, primeiro no francês (séc. XII), depois no português, no galego e no inglês, todos no séc. XIV. Um detalhe importante: em todas essas línguas, a noção de *informação* passa um século sendo escrita exclusivamente na base *enform-* (*emform-*, *ẽform-* ou, excepcionalmente, *efform-*), tendo, no português, predominado até o século XV sobre a base *inform-*. O fato também foi constatado por Antônio Geraldo da Cunha (2007) e por Ramón Lorenzo (1968); para o galego, Xosé Salgado (2009) encontrou, entre os dez usos arcaicos do verbo dos *corpora* do *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG), nove com a base *enform-* (o mais antigo em um documento de 1333) e apenas um com a forma *inform-* (de 1481), ocorrência por ele classificada de “cultista”. Queremos dizer com isso que *moldagem e informação* se relacionam historicamente pelo intermédio do uso da palavra *enformação*.

A etimologia do verbo *enformar* pode ser observada, via o francês, até o latim *efformare*, um verbo que, garante Dumesnil (1809), «não é encontrado nos grandes autores

[Ovídio, Cícero, Virgílio, Horácio], que preferem *formare*, *informare*». Trata-se, enfim, de um verbo do “latim vulgar”, que sempre significou, prototipicamente, “pôr na fôrma”. *Efformare* era sinônimo de “cunhar”, inclusive em suas extensões metafóricas usadas em expressões retóricas, revelando analogias com verbos como *exprimere* e *mittere*. Isso se deve ao fato de que “*forma*”, no latim, também era sinônimo de “moeda” (TERREROS Y PANDO, 1793). Segundo o *Diccionario de la lengua Castellana* da Real Academia Española (1732), *efformatio* era “forjadura”, pois “forjar” era como «*ruditer efformare, effingere*», termos usados tanto com sentidos de “fabricar” ou “formar alguma coisa no material”, principalmente moedas, mas também, por metáfora, com significados mais abstratos ou discursivos (“forjar uma mentira”, por exemplo).

Gonzalez (2013a) resgata os primeiros usos de “forma” como um molde, modelo que organiza espacialmente a matéria informe. A palavra passaria para o francês como *forme* (= *moule* “molde”) e para o português como *fôrma* (ERNOUT; MEILLET, 1951, p.247; HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.28; LINDSAY, 2010, p.141; MONLAU, 1856, p.123). No Ocidente, é na fabricação dos queijos que está a chave para a interpretação do que se convencionou chamar “sentido concreto de *forma*”, ou seja, de “fôrma”. O contexto onde essa palavra era produtiva está registrado em Brachet (1870, p.250), segundo quem o latim *formaticum* significava, estritamente, “feito em uma fôrma”, ou seja, *enformado*. Daí o francês antigo *furmaige* ou *fromache*, o provençal *formatge* ou *fromatge*, o português †*formage*, o catalão *formatje* e o italiano *formaggio*. Alinei (2010), numa perspectiva da etimologia arqueológica, parece ter demonstrado que o termo já estava disponível para os falantes do latim arcaico ou, talvez antes, desde o indo-europeu.

Temos notícias de uma “enformação” no português do séc. XIV com um sentido que abstratiza o sentido prototípico da “moldagem”, aplicando o conceito à certa *substância* de que é “composta” a mente, refletindo, assim, nossa experiência com o conceito de *moldar* “pôr na fôrma”. Com efeito, *enformar* “moldar” suscita metáforas que envolvem a manipulação direta prototípica, casos simples de causalidade direta, tais como *fabricação*, *construção* e *criação*, noções que compartilham “semelhanças de família” (GONZALEZ, 2012). *Enformar*, como sinônimo de “educar” já dependia de uma “teoria da mente”, isto é, que a *mente* fosse compreendida como um *recipiente*, algo concreto capaz de conter alguma coisa dentro de si: em *Boosco deleitoso*, obra medieval de caráter espiritual posta por escrito na primeira metade do séc. XV, o falante recomenda ao irmão: «*Enforma a tua mente tenra com estudos mais*

ásperos». É desse domínio a mais antiga ocorrência de “enformação” de que temos notícia em português, na *Crónica Geral de Espanha* de 1344.

A mesma *Crónica Geral de Espanha* de 1344 atesta que a escrita cedo “ganha autonomia em seu modo de existência” (ZUMTHOR, 1993, p.110). O uso de “enformação” também admite uma sintaxe da “ação de *informar*” moderna, que resulta em uma “informação” criada, fabricada ou construída (GONZALEZ, 2012), que pode ser *vista*, *descrita* ou *enviada*, como no capítulo «*Como os reys de Castella e de Aragom mandarom pedir ao Papa que lhes desse por juiz el rey dom Denis de Portugal*»:

«E cada hũu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy dereito e muy boo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe ẽvyar seu recado que o fizesse. E o Papa, vẽẽdo a boa enformaçõ que lhe os reys delle mãdarom dizer, [teve por bem de o fazer e] mandoulhe per suas cartas rogar que tomasse aquelle encarrego e que faria ã ello boa obra e santa.»

O fenômeno da objetivização não é exclusivo nem de “enformação”, nem da língua portuguesa. No vocabulário do francês medieval, termos como *parole* “palavra” e *voiz* “voz” começaram a se referir “muito frequentemente a uma *coisa*, percebida e localizada, que se retém ou que nos escapa” e passaram a ocorrer, em muitos casos, como complemento de um verbo que denota uma manipulação ou um deslocamento espacial, *tenir*, *prendre*, *perdre*, *rendre*, *faire*, *mettre*, *traire* (*tirer*), *agencer*, *esmouvoir* (*remuer*), *tolre* (*ôter*), *rompre* e alguns outros similares. Em latim, uma circulação semântica parecida se estabeleceu entre *vox*, *verbum*, *sermo* e mesmo *locutio*, “materialidades do som que a filosofia nominalista da época [séc. XII] identificará como *flatus vocis*” (ZUMTHOR, 1993, p.110).

As observações de Zumthor nos permitem estruturar, enfim, a história social da *informação* em termos de uma mudança de metáfora, subjazendo uma nova forma de expressar a comunicação. Michael Reedy (1979) descreveu uma metáfora complexa, a “metáfora do canal”, que traduz, em termos sociocognitivos, essas manifestações próprias do senso letrado, tal como observado no português e no francês medievais. Segundo Scliar-Cabral (2003), trata-se da metáfora nos permite “sistematizar um tipo de comunicação escrita canônica, que ocorre na ausência de um futuro leitor, enquanto o redator está produzindo sua mensagem”.

5. Informação na perspectiva sociocognitiva

A intuição de Reddy lhe dizia que havia algo linguisticamente interessante em frases do tipo “você me *deu* uma boa *ideia*” ou “eu *captei* a vossa *mensagem*”. Afinal, acredita o linguista, ninguém realmente crê que alguém *dá*, literalmente, *ideias* para os outros. E ninguém *recebe* os *pensamentos* diretamente em suas mentes quando se está usando a linguagem: “isto soa como telepatia ou clarividência”. De fato, quando a mente cria um objeto mental, tal como uma *informação*, ela captura a forma ou padrão que subjaz a aparência das coisas. Manifesta em verbos como “capturar”, “agarrar”, “apreender” e “compreender” (*preensão* é “pegar com a mão”), a atividade mental restringe o fluxo e, portanto, estabiliza os produtos da experiência, dando ao objeto mental uma existência prolongada para além do fluxo do mundo oral. A inovação que queremos destacar aí é o desenvolvimento da noção de *continência*, que destacamos nesse trabalho como característica da cadeia escrita.

Segundo a metáfora do canal, desenvolvida a partir daí, cada pessoa tem (ou melhor, “*pensa*” que tem) um conjunto pré-definido de alternativas de material mental e emocional, chamado “repertório”, cujas categorias principais denotam “membros de repertório”, doravante “MR” (*repertories members*, RM, no original). São MRs as “ideias”, “pensamentos”, “emoções” e “significados”. A linguagem funciona como um canal, “que não conecta duas pessoas, mas uma pessoa a seu ambiente”, por meio do qual transferem-se MRs do interior de uma pessoa para o exterior.

Pela lógica, os *sinais* (*s*) reddyanos têm “interior” e “exterior”. No interior, está obviamente o “conteúdo”, onde estão os MRs. Pelas expressões *core* de Reddy, qualquer “sinal” pode realizar a transferência de MRs às outras pessoas, o que licencia expressões como “*s leva, transfere, contém, conduz MR*” ou “*s está cheia/vazia de MR*”. Se a linguagem é que transfere pensamentos a outros, então o recipiente lógico para esses pensamentos, na compreensão do que fala e do outro, são palavras ou grupo de palavras, frases, sentenças, parágrafos, poemas etc. “Palavras”, “frases”, “poemas” designam “os padrões físicos externos, que passam de um falante para outro”.

Estamos particularmente interessados nas expressões metafóricas de Reddy que estão relacionados à *inserção* de significado *dentro* de formas linguísticas (“*pôr, inserir, incluir ou meter MR em s*”, “*carregar s com MR*” etc.) Palavras escritas, na metáfora do canal, são *recipientes* que permitem o fluxo livre e completamente “descorporificado” de ideias e sentimentos em um tipo de espaço ambiental entre as cabeças humanas. Portanto, “o canal da

linguagem não conecta duas pessoas, mas uma pessoa a seu ambiente” (p. 291). MRs são ejetados pela fala ou pela escrita num “espaço das ideias” externo (“*pôr MR em circulação ou no papel*”, “*fazer MR fluir*”, “*jogar MR fora*”, “*descartar MR*”, “*vazar MR*”, “*escapar MR da boca de alguém* etc.), são reificados nesse espaço externo, onde eles existem independentes de qualquer necessidade de que seres humanos pensem neles ou os sintam (“*MR flui ao redor, circula, se move, viaja*”, “*MR está em bibliotecas, livrarias, rádios, livros* etc.”, “*perder-se em MRs*”). MRs reificados podem ou não encontrar um caminho de volta para uma cabeça humana (“*absorver, tomar, internalizar, pegar, captar MR*”, “*encher alguém de MR*” etc.).

Joe Grady (1998) identificou alguns problemas envolvendo as condições necessárias, isto é, a base experiencial da metáfora do canal e propôs uma reanálise em “um nível apropriado de generalidade”, que explicariam melhor as expressões observadas por Reddy. Na revisão, argumenta-se pela sua decomposição em metáforas mais básicas, independentemente motivadas (“primárias” ou “primitivas”), que se combinam em metáforas complexas (ou compostas) tais como a do “canal”. O processo de decomposição envolve a busca de metáforas que são plausíveis e diretamente motivadas pela experiência. Essas metáforas primárias são caracterizadas por mapeamentos muito simples – isto é, eles mapeiam apenas poucos elementos, propriedades e relações (se possível), enquanto mantêm-se referindo a coerentes (esquemáticas) cenas e compreendendo estrutura suficiente para suportar certas expressões linguísticas. Uma decomposição da metáfora do canal, desta maneira, “resulta em análises que evitam os problemas identificados e sugerem caminhos em que conceitos relacionados à comunicação poderiam ser, em última instância, derivados de conceitos físicos mais básicos”.

Ao postular a metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO, Grady inclui *informação* entre os MRs propostos por Reddy. Ademais, como afirma, “qualquer configuração física que nos permite deduzir *informação (ou outros MRs)* deve ser conceptualizada como um *recipiente* daquela informação” (GRADY, 1998, p.217, grifos nossos). De fato, assim como o MR *significado*, *informação* é sempre compreendida *dentro*, mas nunca (ou raramente) o contrário. Não só as “palavras” são *fórm*as dentro das quais estão os MRs. Nas *Cortes portuguesas* (1498), temos «*Ao tempo que ho fecto ffor conclusso ssobre a defenctiua sse poheram as ditas enformações no feyto*»; no *Tratado d'arysmetyca* (1519), Gaspar Nicolau fala do «*Tractado da prouinçia do Brasil no qual se contem a informaçaõ das cousas que ha na terra*» (grifos nossos). Conforme Reddy, se os MRs estão *dentro* de palavras, então eles estão (por processos metonímicos) *dentro* dos «*tractados*» ou «*feytos*», “já que as palavras estão

claramente *sobre* as páginas”. Mas os livros estão “nas bibliotecas” etc. e o efeito disso é que “as bibliotecas são um *repositório* de nossa cultura”.

6. Conclusões

Se hoje pensamos que “falar” é “comunicar a informação”, é porque muitos tipos diferentes de textos escritos subtendem o ato de comunicação (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.29). A escrita, como descreveram Fentress e Wickham (1992, p.14), “não apenas congela a memória, mas congela memória em formas textuais que evoluem de maneira bastante diferente daquelas da memória oral”.

Esse ato de comunicação que é a produção da escrita, a *enformação das informações*, manipula uma série socialmente desenvolvida de metáforas para apropriação dos novos tipos de objetos, os *objetos recipientes*: as palavras escritas precisam ser *enformadas* para serem *transmissíveis*. O que chamamos de *informação* é uma abstração redutível a palavras, uma característica do modelo de memória textual: letrados pensam que as palavras, os livros, e coisas como os nossos *mapas* “*contém* informação”. A metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO, proposta por Grady, estrutura essa inovação. Parece estar associada à hoje pouco prestigiada abstratização da ação mais prototípica do verbo do latim vulgar *efformare* > português *enformar* “pôr na fôrma”.

Referências bibliográficas

ALINEI, M. Archeologia etimologica: alle origini del formaggio. Da lat. *coagulum* ‘caglio’ a lat. *caseus/-m* ‘formaggio’; **formaticum* e **toma*. **Quaderni di Semantica**, v.31, n.1, p.73-112, 2010.

BOUZA, F. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. **Cultura - Revista de História e Teoria das Idéias**, v.XIV, n.IIª série, p.105-171, 2002.

BRACHET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue française**. Paris: Hetzel. 1870.

CALVET, L.-J. **Tradição oral & tradição escrita**. São Paulo: Parábola. 2011.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, 2007.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012>

CUNHA, A. G. **Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval, versão 1.0**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. p. 2007.

DUMESNIL, J. B. G. **Latin synonyms, with their different significations: and examples taken from the best Latin authors** (trad. J. M. Gossett). London: G.B. Whittaker [etc.] Payne. 1809.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine - Histoire des Mots**. Paris: Librairie C. Klincksieck. 1951.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Social memory**: New perspectives on the past. Oxford, UK: Blackwell. 1992.

GONZALEZ, M. As metáforas da informação. In: 4º Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento. Porto Alegre. **Anais**. Instituto de Letras/UFRGS, 2012, p.980-1006.

_____. **A gramaticalização de informação: uma abordagem sociocognitiva** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IbiCT/Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 2013a, 154 f.

_____. INFORMAÇÃO É CONTEÚDO: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação. In: 14º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - Enancib 2013. Rio de Janeiro. **Anais**. Ancib, 2013b.

_____. A emergência de *informação* no português médio (1344-1483). **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, v.43, 2013 [no prelo].

GRADY, J. E. The “conduit metaphor” revisited: bridging the gap - a reassessment of metaphors for communication. In: KOENIG, J.-P. (Ed.). **Discourse and cognition**. Stanford: CSLI. 1998. p.205-221.

HAVELOCK, E. A. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papirus. 1996.

HOBART, M. E.; SCHIFFMAN, Z. S. **Information Ages**: literacy, numeracy, and the computer revolution. Maryland: John Hopkings University Press. 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua Portuguesa**. versão 1.0. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva. p. 2001.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. Metáforas visuais para o intelecto: são realmente interlinguísticas? In: SIQUEIRA, M. (Ed.). **Cadernos de Tradução - Linguística cognitiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS. 2009. v.25, p.121-142.

LAKOFF, G. The neural theory of metaphor. In: GIBBS JR., R. W. (Ed.). **The Cambridge handbook of metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 2008. p.17-38.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511816802.003>

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**: As faces da Linguística aplicada. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras. 2002 [1980].

LE GOFF, J. **História e memória**: Coleção Repertórios. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1990.

LEMOS, E. A literatura medieval: a poesia. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997. v.1, p.39-50.

LINDSAY, W. M. **The Latin language: an historical account of latin sounds, stems, and flexions**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511708190>

LORENZO, R. **Sobre cronologia do vocabulário Galego-Português**. Vigo: Editorial Galaxia. 1968.

MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. e MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2004. p.82-142.

MARTINS, A. M. O primeiro século do português escrito. In: AGRELO, A. I. B. (Ed.). **Na nosa lyngoage galega. A emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega. 2007. p.161-184.

MONLAU, P. F. **Diccionario etimológico de la lengua castellana**: (ensayo) precedido de unos rudimentos de etimología. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra. 1856.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua Castellana**: en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua. Madrid: Hierro. 1732, v.3.

REDDY, M. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 1979. p.284-324.

SALGADO, X. A. F. Sobre o réxime do verbo *informar* en galego. **Estudos de Lingüística Galega**, v.1, p.209-223, 2009.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto. 2003.

TERREROS Y PANDO, E. **Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina é italiana**: correspondencias. Madrid: Imprenta de la Viuda de Ibarra, Hijos y Compañía, . 1793, v.4.

VOTRE, S. J. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. e MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2004. p.11-49.

WILSON, V.; MARTELOTTA, M. E. Arbitrariedade e iconicidade. In: MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto. 2009. p.71-85.

ZUMTHOR, P. **A Letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

Artigo recebido em: 31.08.2013

Artigo aprovado em: 23.11.2013

Domínios de Lingu@gem

O diálogo do *bullying* escolar na interface semântico-pragmática

The scholar *bullying* discourse in a semantics/pragmatics approach

Gislaine Machado Jerônimo*
Cláudia Strey**

RESUMO: A compreensão do significado é condição essencial para uma comunicação efetiva. Sabemos, porém, que o compreender não se trata de uma tarefa muito simples, pois envolve a intenção de quem comunica, a cooperação dos interlocutores, a relevância das considerações, as inferências, entre outros fatores. Partindo de tais considerações, este trabalho tem por objetivo descrever e verificar os processos inferenciais dialógicos semânticos e pragmáticos presentes no diálogo do *bullying* escolar. O referencial teórico se baseia na Teoria das Implicaturas Griceanas (1975), bem como na Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1995/2012).

PALAVRAS-CHAVE: significado; inferências; semântica; pragmática.

ABSTRACT: Meaning comprehension is essential for an effective communication. We know, however, that the comprehension is not a simple task; it involves the communicative intent, the interlocutors' cooperation, and the relevance of considerations, among other factors. Considering these aspects, this work aims to describe and to verify the dialogical semantics and pragmatics inferential processes in a Scholar *Bullying* dialogue. The references are based on Theory of Implicature (Grice, 1975), as well as Relevance Theory (Sperber & Wilson, 1995).

KEY-WORDS: meaning; inferences; semantics; pragmatics.

1. Considerações Iniciais

O estudo da comunicação humana pode ser feito a partir de diferentes perspectivas teóricas, pois é possível estudar aspectos cognitivos, sociais ou formais, por exemplo. Para tanto, segue o questionamento: como ocorre o processo comunicativo? À primeira vista, a resposta parece um tanto simples. No entanto, para que a pergunta seja respondida, faz-se necessário estabelecer uma perspectiva linguística com o objetivo de explicar o processo de significação em contexto.

O debate a respeito do que é o fenômeno do significado permeia as áreas linguísticas, principalmente envolvendo as áreas da Semântica e da Pragmática, em que, para a primeira, o sentido se estabelece fora do contexto, enquanto, para a segunda, ele é compreendido no

* Doutoranda e Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista de doutorado CNPq. Desenvolve pesquisa em Teoria e Análise Linguística. Membro da Comissão Editorial Executiva da Revista Letrônica.

** Doutoranda e Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista de doutorado CNPq. Especialista em Consultoria e Assessoria Linguística pela mesma universidade. Desenvolve pesquisa sobre a interface semântico-pragmática, especialmente no que concerne estudos sobre linguagem, comunicação e emoções.

contexto de uso. Entretanto, para explicar o processo comunicativo, parece ser necessário que se estabeleça interfaces entre essas duas áreas, em um sentido de cooperação, a fim de que as inferências dialógicas de caráter linguístico-semântico-pragmáticas possam ser melhores explicadas.

Dentre as propostas de interface, uma das teorias que parece conjugar melhor as áreas de Semântica e Pragmática é a Abordagem Interdisciplinar do Diálogo (COSTA, 2012)¹, Embora, pouco prestigiados, os diálogos são formas ricas para o estudo das inferências, pois possuem características complexas. Pretende-se, portanto, através desse trabalho, fazer uma análise inferencial semântico-pragmática através da perspectiva dialógica. A fim de explicitar a teoria e as considerações teóricas, o diálogo do *bullying* no ambiente escolar será apresentado como exemplo ilustrativo. Dentro da Abordagem Interdisciplinar do Diálogo, a Teoria das Implicaturas, de Grice (1975), e a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986/1995) fazem parte dos fundamentos da proposta e serão aqui explicitados.

O artigo se organiza em cinco seções: além das considerações iniciais e finais, um breve panorama do processo comunicativo é exposto na seção dois, enquanto a terceira seção aborda os processos inferenciais e o debate entre a semântica e a pragmática, buscando explicar o modelo Griceano, o modelo ostensivo-inferencial de Sperber & Wilson, bem como demonstrar uma proposta por inferências dialógicas. Por fim, a quarta seção mostra a análise de dois diálogos a respeito do *bullying* em ambiente escolar.

2. Processo Comunicativo

A linguagem é objeto de estudo por parte de pesquisadores e pensadores de diferentes áreas das ciências humanas, como Filosofia, Sociologia, Psicologia, Linguística, entre outras. Por ser um termo bastante amplo, há diversas formas de se analisá-lo, entretanto, um questionamento que permeia algumas dessas áreas refere-se a sua função. Assim, a pergunta que se destaca é qual a função da linguagem humana? Dentro de uma ideia ampla, parecem ser três as funções: comunicar, conhecer e pensar. Segundo Campos², cada uma dessas funções corresponde a uma interface possível para se analisar a linguagem, entretanto a separação

¹ É necessário deixar claro que este trabalho insere-se na interface semântico-pragmática, a partir de teorias comunicativo-cognitivas. Outras teorias que trabalham com o fenômeno dialógico, como os estudos do círculo de Bahktin, não serão abordados, visto que constituem uma outra perspectiva teórica.

² Texto disponível em: http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/umaquestaoedefilosofiadalinguistica.pdf

estranque das funções parece não ser o ideal, uma vez que pensa-se para comunicar, e comunica-se para conhecer, por exemplo. Para Medina (2007), a principal finalidade e função da linguagem é a comunicação, mas, apesar de reconhecer que tal fato possa soar como um truísmo ordinário, algo trivial; ela é uma intravisão muito rica.

Ainda segundo Medina (2007), os diferentes aspectos e finalidades da comunicação não receberam muita atenção até o século XX, com exceção dos estudos de Humboldt (1988), ocasionando na ausência de explicações sistemáticas a respeito da complexa e diversificada natureza da comunicação da linguagem. Com o progresso da Linguística, Teorias da Comunicação e a Teoria dos Atos de Fala trouxeram contribuições enriquecedoras, mediante o trabalho de linguistas e teóricos da comunicação, tais como Bühler, Jakobson e Habermas.

Considerando a linguagem numa perspectiva comunicativa, isto é, de interação entre os indivíduos, como comunicar sem que se pressuponha a compreensão da mensagem veiculada, visto que a compreensão é essencial para que se estabeleça uma comunicação plena. Nesse sentido, a Semântica, de modo amplo, é a área da Linguística que trata da significação fora de contexto, enquanto a Pragmática trata da teoria do significado em uso, cujos estudos se desenvolveram após Wittgenstein (1979[1945]), na obra *Investigações Filosóficas*, em que o autor defende a noção de jogos de linguagem. Após esse momento, várias correntes teóricas desenvolveram a ideia de significado em contexto, com teorias mais formais ou mais cognitivas.

Desse modo, ao significado é atribuído um papel de protagonista dentro do processo de comunicação. Dentro da Teoria Matemática da Comunicação, de Shannon e Weaver (1949), trabalha-se com questões como o papel do emissor, do receptor, do meio, da mensagem como principais pontos para entender a comunicação. Entretanto, outras teorias possuem um foco mais inferencialista, ou seja, voltado à ideia de inferência, pois um enunciado carrega mais informações do que o que é literalmente dito (cf. Grice, 1957, 1975). Dessa forma, o processo de comunicação perpassa desde a produção da mensagem, em que o emissor tem o foco central, perpassando pela sua compreensão e vai até a forma como o receptor capta e processa a informação.

Assim, a Semântica detém-se no estudo das sentenças como unidades proposicionais, em que o significado é desenhado independente do contexto, enquanto a Pragmática investiga os contextos de uso da linguagem. Essa se propõe a estudar os princípios que regem o uso comunicativo da língua, almejando dar um sentido complementar à semântica quanto aos

fenômenos linguísticos afetados pelo contexto, que a semântica não consegue explicar claramente³ (ROSSA, 2002).

No presente estudo, assume-se comunicação na interface entre Semântica e Pragmática. Há um grande debate teórico a respeito da coexistência da Semântica e da Pragmática como áreas autônomas. Por um lado, teóricos como Kaplan e Stalnaker defendem que a Pragmática deveria auxiliar nos estudos de significado, resolvendo problemas como ambiguidade, vagueza, referência de nomes próprios, etc. Por outro lado, teóricos defendem a pequena probabilidade de a Pragmática possuir autonomia sem a base da Semântica, em que se estudam implicaturas, inferências, atos de fala, cujos principais autores são Austin, Searle e Grice. Como observa Levinson (2007), o conteúdo semântico parece ser a base sobre a qual outras manifestações de sentido ocorrem. Isso quer dizer, em última análise, que a autonomia da Pragmática é pouco provável. Assume-se, porém, nesse trabalho, a posição de Costa (2007), que afirma haver uma solução alternativa para esse debate, em que ambas as áreas interagem como uma saída altamente fértil para os problemas de significação que ocorrem quando se aborda a linguagem natural.

Considerando essa linha tênue que permeia as fronteiras entre as duas áreas em questão e vislumbrando a *Metateoria das Interfaces*⁴ (COSTA, 2007), parece razoável estabelecer as interfaces que permeiam esse trabalho. A interface externa se dá no âmbito da Linguística, Cognição e Comunicação, enquanto a interface interna da Linguística percorre as áreas: Semântica e Pragmática. Ao pensar em interface semântico-pragmática, uma das questões que se coloca em jogo é a das inferências atribuídas ao significado. Costa (2007) considera inferência no sentido estrito (lógico/semântico), como sendo o processo de passagem de premissas à conclusão, e em sentido amplo (pragmático), como sinônimo de raciocínio.

Dentro desse contexto, na próxima seção serão apresentados modelos teóricos de análise da comunicação na interface semântico-pragmático que trabalham com a ideia de que o processo comunicativo é essencialmente inferencial, em que se analisa como é possível dizer

³ Levinson (2007) também manifesta a dificuldade que semântica tem de explicar inúmeros fenômenos do significado.

⁴ A *Metateoria das Interfaces* (COSTA, 2007) desenha a Linguística em um conjunto de interfaces internas e externas: as interfaces externas, ditas interdisciplinares, relacionam as diferentes áreas do conhecimento, como Linguística e Psicologia Cognitiva, ou Linguística e Neurociências; enquanto as interfaces internas, intradisciplinares, são responsáveis pela constituição do objeto em relação às subteorias de cada disciplina (no caso da Linguística, as propriedades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas)

mais do que é dito: a Teoria das Implicaturas, de Grice (1957/1975) e a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1986/1995/2012).

3. Comunicação Inferencial

3.1 O modelo de Grice

Grice (1957/1975) propôs a Teoria Inferencial das Implicaturas, que consolidou-se como um marco para os estudos sobre o significado dependente de contexto. Primeiramente, o autor estabelece uma diferença entre *o dito* (significado da sentença) e *o implicado* (significado do falante). Tais noções mostram que para compreender enunciados não basta codificar e decodificar sentenças, com base em um código comum, mas sim fazer inferências a partir de informações não linguísticas, supondo a intenção do falante. Sem fazê-lo intencionalmente, Grice praticamente estabeleceu a distinção entre duas diferentes e complementares disciplinas, a Semântica e a Pragmática. A Semântica, considerando o que foi dito, e a Pragmática, aquilo que foi implicado.

Grice também propõe o *Princípio de Cooperação* (PC), o qual estabelece a presença de uma direção ou propósito comum entre os falantes no momento da comunicação. Para o autor, o ato comunicativo é guiado por regras implícitas que fariam parte do Princípio de Cooperação (PC): “*Faça sua contribuição tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção aceita no intercâmbio de fala a qual você está engajado*” (GRICE, 1975, p. 26). Tal princípio está relacionado a máximas conversacionais de *quantidade* (informação suficiente), *qualidade* (informações verdadeiras), *relação* (informação relevante) e *modo* (informação clara, concisa e ordenada, evitar obscuridade de expressão, evitar ambiguidade), que devem ser obedecidas.

O fato de o falante violar (ou não) tais máximas pode levar o ouvinte a construir *implicaturas conversacionais* - subdivididas em *generalizadas* e *particularizadas*, as quais são ligadas a uma situação contextual particular. Outra classe de implicaturas são as *convencionais*, que estão ligadas ao significado convencional das palavras, porém, faz-se importante observar que não é somente o significado semântico das palavras que irá dar origem à implicatura, mas a sua ocorrência dentro de um contexto.

Grice coloca que as máximas conversacionais podem ser quebradas para que o Princípio da Cooperação seja mantido, ou seja, pode-se não ser claro, ou não dar informações suficientes justamente para manter o diálogo, como pode ser visto abaixo:

A: Estou com fome.

B: Existe uma cafeteria na esquina.

No exemplo acima, A infere que B está implicando que há uma cafeteria que deve estar aberta e ter comida para resolver o problema de B. Por assumir que B esteja respeitando o PC, A calcula: se B dissesse que há uma padaria na esquina ao ouvir minha frase, B quer implicar que: devo ir à padaria, ela deve estar aberta, ela deve ter comida, eu devo comprá-la, isso irá resolver meu problema. Uma das características⁵ das *implicaturas conversacionais* é que elas são canceláveis, isto é, podem ser anuladas pelo falante se ele assim desejar (MEDINA, 2007). No exemplo acima, A poderia cancelar a implicatura de que B poderá resolver o seu problema se dissesse, logo em seguida, “*O problema é que ela só vende bebidas*”.

Levinson (2000), por sua vez, critica algumas posturas teóricas de Grice quanto a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas e amplia os conceitos ao observar os estudos pragmáticos do uso. Ele caracteriza a inferência generalizada como uma inferência *default*, que possui uma interpretação usual, exceto nos casos em que um contexto incomum se apresente e a cancele. Ele, assim como Grice, distingue a *Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas* (ICG) da *Teoria das Implicaturas Conversacionais Particularizadas* (ICP). Levinson constrói um modelo conceitual baseando em heurísticas, que pretendem aumentar a carga informacional de uma mensagem codificada, fazendo com que as dificuldades humanas em codificar o discurso e a rapidez para processar mensagens linguísticas sejam ultrapassadas (LEVINSON, 2000, p. 31).

Silveira (2002), do mesmo modo, atenta para algumas limitações de tal modelo, principalmente no que diz respeito às explicações no tratamento do explícito. Pois, para Grice, tudo que não é dito, é implicado, havendo exceções à ambiguidade e à atribuição de referência,

⁵ São várias as propriedades das implicaturas para Grice (1975), quais sejam: (a) são canceláveis, ou seja, caso se adicionem premissas adicionais às premissas originais, pode-se cancelar uma conclusão; (b) são não-separáveis, pois é preciso conhecer o conteúdo semântico da expressão, bem como o contexto em que o enunciado ocorre; (c) são calculáveis, pois a implicatura deve ser reconhecida a partir do significado literal e do Princípio de Cooperação e suas máximas; (d) são não-convencionais, pois a implicatura não está na força das palavras; (e) não são veiculadas pelo dito, pois o que é dito pode ser verdadeiro, mas o implicado, falso; (f) são indeterminadas, pois pode haver uma lista aberta de implícitos.

que, mesmo requerendo informação contextual, ficam no nível do linguisticamente codificado. Desse modo, o que foge ao significado convencional, é considerado como uma implicatura.

A abordagem griceana apresenta uma série de limitações, que se referem, a maioria, à explicação de como a língua funciona. Tentarão ser resolvidas por teóricos posteriores, seja através de ajustes à teoria, seja através de construção de novos modelos que partam do ponto de vista de Grice. O mais importante nesse ponto foi o estabelecimento de um novo paradigma nos estudos linguísticos – ou seja, passa-se a assumir, de diferentes maneiras, que há uma distinção entre o que o se fala e o que se implica; que há uma série de regras ou princípios que parecem guiar a comunicação humana; e que existem intenções comunicativas, reconhecidas pelo ouvinte.

Uma das propostas de aprimorar o modelo de Grice é a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1986/1995), que se propõe a ser uma teoria com orientação cognitiva a fim de explicar o processamento inferencial da comunicação humana, tomando um caminho diferente da proposta de Levinson (2000), por exemplo. Para a construção da teoria, os autores partem, principalmente, da máxima de Relação, propondo uma explicação para como as informações são comunicadas e como se dá o processo comunicativo.

3.2 O modelo de Sperber & Wilson

O modelo inferencial de Grice (1975) é tomado como ponto de partida para a proposta explanatória de Sperber & Wilson (S&W) (1995/2012) que se denomina Teoria da Relevância (TR). A teoria busca estabelecer um princípio cognitivo para explicar o processamento inferencial da comunicação humana, afastando-se do modelo de Levinson. Partindo do modelo griceano, principalmente da noção da máxima de Relação, os autores buscam explicar quais informações são comunicadas e como se dá o processo de comunicação. Algumas das principais críticas feitas à teoria das implicaturas envolvem o fato de não haver garantias lógicas nem psicológicas para sustentar uma obediência ao Princípio de Cooperação e suas máximas; assim como não existirem explicações sobre como as informações são selecionadas para que se gerem inferências.

A TR fundamenta-se em dois princípios, o *Princípio Cognitivo da Relevância* (PCR) e o *Princípio Comunicativo da Relevância*, quais sejam:

- Princípio Cognitivo: “A comunicação humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância”⁶.
- Princípio Comunicativo: “Todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua própria relevância ótima”.

Em relação à noção de relevância ótima, os autores afirmam que um estímulo será otimamente relevante se, e somente se, ele for:

- a. relevante o suficiente para merecer esforço de processamento da audiência;
- b. o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador (WILSON & SPERBER, 2005⁷).

Nesse sentido, observe os exemplos abaixo, que são possíveis respostas de B para a seguinte pergunta de A: *Quanto tempo você vai demorar para fazer o exercício?*:

- (01) Quarenta e cinco minutos.
- (02) $\frac{3}{4}$ de hora.
- (03) O mesmo tempo que um bolo fica cozinhando no forno.

A resposta (01) parece ser a mais relevante, pois exige um menor esforço de processamento do que as outras. (03), no entanto, necessita de um esforço extra de acessibilidade de informações, pois é preciso que ambos tenham em suas memórias informações sobre tempo de cozimento de bolos. Nesse caso, as duas últimas respostas só seriam relevantes caso B soubesse das preferências e das habilidades de A.

A proposta da TR é desenvolvida através de noções de intenção informativa e comunicativa dirigidas pela noção de relevância, enquanto relação custo-benefício, demonstrada através dos seus dois princípios. Desse modo, a comunicação é *ostensiva*, por parte do comunicador e *inferencial*, por parte do ouvinte. Na TR, quanto mais efeitos contextuais e menos esforço de processamento, maior é a relevância e quanto menos efeitos contextuais e mais esforço de processamento, menor é a relevância. Entretanto, um maior esforço de processamento, compensado por mais efeitos contextuais, aumenta a relevância.

⁶ Isso não implica que os seres humanos sempre alcançam a relevância máxima, mas, ao contrário, significa que a mente humana possui uma tendência a escolher os estímulos e a ativar o conjunto de informações mais relevantes e a processá-los da maneira mais produtiva.

⁷ Referente ao artigo publicado na revista *Linguagem em (Dis)curso* (2005). O texto foi publicado originalmente em inglês em: HORN, L.; WARD, G. (Eds.). *The handbook of Pragmatics*. London: Blackwell, 2004, p. 607-632.

Quanto ao estímulo ostensivo, esse deve atrair a atenção da audiência e estar focalizado nas intenções do comunicador. O mesmo deve vir com a garantia de Relevância para que possa ser processado.

S&W concebem a TR como um Modelo Ostensivo Inferencial de Comunicação. Segundo Silveira (2002, p. 348), tal modelo baseia-se na cognição humana, constituindo uma nova alternativa para descrever e explicar a compreensão espontânea de enunciados, a partir do ponto de vista psicológico. O modelo traz consigo o princípio comunicativo da relevância, pois “todo o ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima” (SPERBER & WILSON, 1995, p. 158).

Como aponta Campos (2008, p. 11), no primeiro princípio, *o Cognitivo* – a comunicação humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância; e no segundo, *o Comunicativo* - o que está em jogo é a intenção informativa e comunicativa. S&W (1995), nesse sentido, apostam na existência de duas camadas de intenções: uma intenção informativa – que seria a mais básica, com o objetivo de tornar uma informação manifesta ou mais manifesta, e uma intenção comunicativa – que seria uma intenção superior, de tornar mutuamente manifesto para uma audiência a intenção informativa do falante. Dentro desse quadro, a TR tem o propósito de descrever e explicar as bases da racionalidade humana (CAMPOS e HAUEN, 2010).

Dentro do quadro da TR, há três níveis representacionais no processo interpretativo do enunciado:

- (i) o *nível da forma lógica*, dependente da decodificação linguística;
- (ii) o *nível da explicatura* (decodificação por meio de processos inferenciais de natureza pragmática);
- (iii) o *nível da implicatura* (conteúdo implícito, que parte da explicatura para a construção de inferências pragmáticas).

S&W apostam na existência de um nível intermediário entre o dito e o implícito: a explicatura, ou seja, a forma lógica desenvolvida da proposição. S&W (1995, p. 182) afirmam que explicatura é “uma combinação de traços linguisticamente codificados e propriedades conceituais inferidas contextualmente. Quanto menor a contribuição relativa das propriedades contextuais, mais explícita a explicatura, e vice-versa”. As *explicaturas*⁸ são, portanto,

⁸ A explicatura é processada por meio de uma inferência dedutiva.

analisadas como aspectos pragmaticamente determinados do conteúdo explícito. Como as explicaturas são obtidas pelo desenvolvimento de formas lógicas, os estímulos ostensivos que não codificam formas lógicas terão apenas implicaturas (S&W, 1995). Assim, as inferências pragmáticas agem no *output* da semântica linguística, enriquecendo formas lógicas incompletas em formas proposicionais completas, passíveis de serem verdadeiras ou falsas.

Dentro do processo inferencial, pode-se perceber que S&W entendem que as inferências semânticas podem ser inferências dedutivas informais, acarretamentos, isto é, são não canceláveis ou menos canceláveis, enquanto, em contrapartida, as inferências pragmáticas são canceláveis e carregam as propriedades já descritas por Grice. As inferências semânticas relacionam-se à complementação dos ditos, à carga significativa de diferentes *inputs*, livre de contexto. São propriedades das expressões, uma vez que são extraídas do valor convencional do que é dito. “Uma teoria semântica não consegue explicar como é possível que algo seja comunicado sem que tenha sido dito (ROSSA, 2002. p.323)”. Ao passo que as inferências pragmáticas relacionam-se ao contexto de informações disponíveis. A relação de ambos possibilita a compreensão global do que está sendo comunicado, uma vez que para chegarmos às inferências pragmáticas necessitamos das semânticas.

Considerando que temos a nossa disposição um contexto mínimo de informações e partindo do pressuposto de que esses *inputs* vêm carregados da presunção da própria relevância ótima, tal interpretação seria otimamente relevante, sobretudo pela acessibilidade das informações ativadas. Se o contexto fosse alterado, permitiria alteração de suposições e alterações de inferências possíveis. Segundo Wilson & Sperber (2005), uma proposição pode ser mais ou menos fortemente implicada, podendo ser caracterizadas por: (a) *suposições fortemente implicadas* – claramente pretendidas, (b) *suposições fracamente implicadas* – menos pretendidas - e (c) *suposições não comunicadas*, não manifestas.

Silveira (2002) pontua que, no processo de comunicação verbal, o enunciado trata-se de uma ostensão, em que a intenção informativa do falante é elevada, provocando, desse modo, expectativas definidas de Relevância no ouvinte.

Têm-se, assim, diferentes formas de comunicar através de contextos distintos. O que deve ser considerado, contudo, é a consistência do princípio da relevância em todos os processos inferenciais, sejam eles em forma de diálogo ou de outros tipos de comunicação.

3.3 Por um modelo de Inferências Dialógicas

As inferências estão presentes na comunicação e, portanto, no diálogo. Os processos inferenciais remontam à antiguidade clássica com os fundamentos da Lógica Silogística estabelecidos por Aristóteles, no *Organon* e com os trabalhos de Euclides no âmbito da Geometria (COSTA, 2004, 2010). Assumir que o lócus de ocorrência da comunicação é o diálogo é uma mudança que implica outro olhar sobre o objeto: o diálogo passa a ser um objeto complexo. Segundo Strey (2011, p.73),

a mudança de objeto traz consequências interessantes para a pragmática, visto que, até o momento, parece ter fugido às explicações das teorias de que a comunicação, de maneira geral, ocorre através de diálogos complexos, envolvendo intenções e inferências multifformes, que podem ser geradas por diversas fontes (lógicas, lexicais, semânticas, pragmáticas).

Segundo Costa (2004, 2010), as inferências dialógicas podem ser de caráter dedutivo, indutivo, abduutivo, prosódico, lexical, sintático, semântico, pragmático, entre outros. Os diálogos podem apresentar inferências de tipos diversos e são passíveis também de análises diversificadas. Dentre um diálogo, é possível encontrar implicaturas, quebras de máximas; processos inferenciais mais ou menos relevantes, de acordo com Sperber & Wilson; inferências válidas, corretas/adequadas e/ou relevantes, inferências onde a irrelevância é relevante, conforme apresenta Costa (2004, 2010).

Portanto, há diferentes formas para expressar os processos inferenciais na interface semântico-pragmática dentro de uma perspectiva dialógica. Dentro desse quadro complexo de teorias que se complementam, a próxima seção será dedicada à análise ilustrativa de um diálogo sobre *bullying*, em que se busca demonstrar que é possível um modelo pragmático que assuma que as inferências possam ser multifformes, derivados de diversos outros modelos, tais como implicaturas griceanas (GRICE, 1975) e inferências relevantes de Sperber & Wilson (1995).

4. Análise de um diálogo sobre *bullying* no ambiente escolar

O diálogo como uma forma de comunicação complexa é um instrumento rico para o estudo de inferências linguísticas semântico-pragmáticas. Segundo Costa (2004, 2010), uma inferência dialógica pode ser avaliada quanto a sua validade, adequação e relevância. Nesse

sentido, parte-se do discurso do *Bullying*⁹ Escolar, uma prática que, infelizmente, permeia a realidade de inúmeras escolas nos mais diferentes contextos, para mostrar como se evidencia o processo linguístico-inferencial¹⁰, por meio da Teoria das Implicaturas de Grice (1975) e do Modelo de Comunicação Ostensivo-Inferencial de Sperber & Wilson (1995/2012). Cabe ressaltar que o diálogo não se reduz às teorias apresentadas, devendo ser analisado em sua complexidade. Considerando essa característica do diálogo, não serão feitas análises estanques, mas sim uma análise onde ambas as teorias se complementem, a fim de dar conta da complexidade do diálogo, o objeto de estudo desse artigo.

Ao evidenciar a presença do *bullying* no ambiente escolar, alguns questionamentos podem ser feitos: Quais atitudes a escola deve tomar? Qual o papel da família? E, quais são as causas mais frequentes para o *bullying*? Esses são questionamentos comuns que não podem ser ignorados por pais e educadores (FERREIRA e TAVARES, 2009). Dentro desse quadro, os diálogos¹¹ que seguem ilustram duas situações. A primeira mostra a conversa entre a menina que sofreu, a que praticou o *bullying* e a professora; enquanto a segunda traz o diálogo dos responsáveis pelas meninas com a professora. Ambas as situações mostram a conversa após um ato de *bullying*, que não será descrito.

4.1 Diálogo (A)

O diálogo (A) retrata a seguinte situação: diálogo entre duas meninas de 14 anos, uma que sofreu e outra que praticou *bullying* e a professora que presenciou e questionou o ocorrido.

(1) Professora: Meninas, agora, entrem na sala da diretora e batam a porta. Isso que ocorreu se chama *Bullying*. Sabem o que isso quer dizer? Puxa! Parece que não. Vamos ver, deve ser uma postura pacífica ou amorosa?! Claro que NÃO! Meninas, realizem! O termo *BULLYING* compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia. Num português bem básico, o *bullying* é, tipo assim, quando você humilha, debocha ou maltrata uma pessoa, independente de motivos. Qual foi o motivo?

⁹ *Bullying*, palavra de origem inglesa que tem como raiz o termo *bull*, “é um termo utilizado para designar pessoa cruel, intimidadora e/ou agressiva” (GUIMARÃES, 2009).

¹⁰ Evidentemente, não será possível tratar de todos os fenômenos ocorridos nos diálogos, pois são diversos. Serão tratados apenas os mais significativos, conforme as teorias apresentadas.

¹¹ Por razões metodológicas, os diálogos que seguem são ilustrações sobre possíveis situações de *bullying*, pois o objetivo é mostrar como se dá a complexidade dos processos inferenciais em diálogo, e não analisar casos reais. Trata-se, portanto, de exemplos significativos cujo objetivo é ilustrar os processos inferenciais complexos.

(2) **Camila:** professora, já tinha lido sobre o *bullying*; a Mariana debocha de mim todos os dias por eu ser gordinha.

(3) **Mariana:** Gordinha (risos). Debocho e não me arrependo, não vou pedir desculpar. E sobre esse tal de *bullying* nunca tinha ouvido falar. Sabe que ela tem uma péssima mania de “ficar a fim” dos mesmos meninos que eu e minhas amigas?

(4) **Professora:** mas isso é motivo para... e, além do mais, não há como proibir alguém de “ficar a fim” de outra pessoa.

(5) **Camila:** professora, já mudei da outra escola por causa disso.

(6) **Mariana:** Tá vendo sora, ela já vem com essa mania de “ficar a fim” dos meninos da outra escola.

(7) **Camila:** não sua esperta, lá também debochavam de mim. Tentei conversar com as meninas, só que nunca adiantou. Aqui a Mariana era a minha melhor amiga, mas tem inveja e inventa coisas ridículas de mim. Depois fica fingindo que nada aconteceu. Aguentei uma, duas vezes. No máximo três, mas foram onze vezes. Aí, não dava mais, a sala toda se revoltou contra mim.

(8) **Mariana:** é gordinha, fofoqueira e mentirosa. Inveja, eu, bem capaz!

(9) **Professora:** então, você admite que, além de debochar, inventou tais coisas? Responda Mariana, já!

(10) **Mariana:** responda o que?

(11) **Professora:** vou chamar os responsáveis aqui na escola.

(12) **Mariana:** *bem próxima de Camila, em voz baixa, diz:* vou te pegar na saída, sua bola fofoqueira.

Camila: (sem dizer nada, sai correndo da sala)

Na primeira fala da professora, quando ela diz para as alunas entrarem na sala da diretora (o fato de a conversa não acontecer na própria sala de aula já impõe certa seriedade ao assunto) e diz para que *batam a porta* ao invés de fechem – a professora, num ato ostensivo, leva a inferir que esse assunto não deve ser ouvido pelos demais e precisa ser tratado naquele determinado momento; através do adjunto adverbial de tempo: *agora*. Segundo S&W (1995), o falante fornece pistas que acionam aquilo que foi dito, ou seja, a sua intenção. O ouvinte chega ao propósito do enunciado devido ao estímulo ostensivo – por parte do falante – que é consistente com o princípio comunicativo da relevância: cada estímulo ostensivo transmite uma presunção

de sua própria relevância ótima. Ao expectador, é dado o direito de esperar que o estímulo ostensivo seja pelo menos relevante para ser processado e de ter maiores expectativas a respeito dessa ostensão.

Ainda na fala (1), quando a professora questiona o conhecimento do termo *bullying*, ela acessa a informação por meio da sua memória enciclopédica, assim como Camila (2), uma vez que ela também possuía esse conhecimento, como pode ser observado através do seu enunciado (2). Já, Mariana (3) não pode fazer esse acesso, pois, no caso, ela não possuía essa informação. Nesse caso, a professora demonstra uma intenção informativa, de informar e situar as meninas com relação ao termo utilizado para descrever a situação ocorrida. Para S&W (1995), o fato a professora ter deixado claro o conceito e *bullying* permite que, como ela não sabia se tal informação era mutuamente manifesta, seu enunciado alcançasse maiores efeitos contextuais e menor esforço comunicacional, isto é, menor custo e maior benefício.

As expressões “realizem” e “tipo assim” na fala (1) da professora são trazidas em uma linguagem popular – comum entre os adolescentes. Fica clara a intenção da professora de chamar a atenção das meninas para o termo *bullying*, por meio de uma linguagem comum a elas. Essa forma de utilizar a linguagem é uma forma de atrair a atenção ao que está sendo dito, a fim de que as alunas entendem que aquele enunciado é relevante. Segundo Silveira (2002, p.116),

O comportamento que torna manifesta a intenção de tornar algo manifesto, o estímulo ostensivo, além de atrair a atenção da audiência e de estar focalizando na intenção do comunicador, deve também revelar essa intenção – deve vir com garantia de relevância.

Mariana (3) ao dizer “*gordinha*” ri, em resposta ao comentário de Camila (2) “*ela debocha de mim por eu ser gordinha*”. Esse riso pode nos trazer pistas do que ela tinha a intenção de dizer: *gordinha nada, mais do que isso, gorda*. Para não ser direta, ela ri e responde *gordinha?! Há aqui uma inferência relacionada à forma, em que os gestos e as expressões permitem que inferências sejam feitas sobre o conteúdo da conversa.*

Para S&W (1995), a escolha da forma como se diz um enunciado – ou o *estilo*, como os autores chamam – é algo que a nenhum falante poderá escapar, pois

ao buscar a relevância, o falante deve fazer algumas suposições sobre as habilidades cognitivas do falante e os recursos contextuais, o que irá necessariamente ser refletido na forma como ele se comunica, e, em particular,

no que ele escolhe fazer explícito e no que ele escolhe deixar implícito. (SPERBER & WILSON, 1995, p. 218)¹²

Mais adiante, Mariana (3) diz: “*debocho e não me arrependo, não vou pedir desculpas*”. Aqui se evidencia o que Grice (1975) denomina de *dito*, pois é uma fala clara que não permite outro sentido, a não ser o do próprio conteúdo enunciado. Logo em seguida, a menina tenta justificar seus atos em (3), quando diz que a colega tem a mania de “ficar afim” dos mesmos meninos que ela. Seria essa uma justificativa para o *bullying*? É esse questionamento que a professora faz em (4).

Camila, em (5), diz que já havia mudado de escola por causa *disso*. O vocábulo *disso* permite uma ambiguidade de sentido, pois a que ele se refere? Há a violação da máxima griceana de modo (não seja ambíguo). Mariana em (6) aproveita e infere o que *disso* quer dizer: já saiu da outra escola porque “fica a fim” dos mesmos meninos que as outras meninas. Ela se utiliza de uma inferência a seu favor: nessa escola, ela “fica a fim” dos mesmos meninos que as colegas, ela saiu da outra escola por causa *disso*, logo, o vocábulo “disso” refere-se ao ficar a fim dos meninos. Camila, por sua vez, cancela essa suposição em (7) quando diz “*não sua esperta, lá também debochavam de mim*.” A intenção de Camila ao proferir o vocábulo “disso” era de falar do deboche, no caso, do *bullying*. “Disso” poderia se referir a duas situações: “ficar a fim” dos meninos ou tratar do deboche, dependendo do contexto mais rápido de ser acessado pelo falante. De acordo com a Grice (1957), a ambiguidade representa uma quebra da máxima de modo, pois o enunciado não fica claro, ou seja, pode ser compreendido de maneiras diferentes. Isso fica evidente no contexto do diálogo, visto que Camila estava se defendendo e não criando motivos para justificar as agressões da colega.

Na fala (7) Camila diz: “*A sala toda se revoltou contra mim*”. Para que a fala de Camila seja compreendida, é preciso que se faça uma inferência pragmática (S&W, 1995), pois o substantivo *sala* é inanimado e não se trata de um verbo, portanto, incapaz de gerar uma ação. Sabendo que se trata de uma escola e que há alunos nas salas, a melhor significação para sala é *alunos* e não lugar, como primeiramente parece. Nesse caso podemos implicar: *todos os alunos se voltaram contra mim*. Mas por qual motivo? Afinal, Camila não era a vítima e o motivo só

¹² Tradução aproximada de: “In aiming at relevance, the speaker must make some assumptions about the hearer’s cognitive abilities and contextual resources, which will necessarily be reflected in the way she communicates, and in particular in what she chooses to make explicit and what she chooses to leave implicit.”

se torna claro no contexto. Os alunos se revoltaram porque ela aguentava as implicações e nada fazia, visto que ela deixou que acontecesse por onze vezes.

A professora, em (9), intervém e questiona se, além dos deboches, há outros tipos de ocorrências, algo que é feito através de numa atitude ostensiva, pois era ela a figura que detinha a autoridade no momento e ordena que a pergunta seja logo respondida. Mariana, em (10), rompe a máxima griceana de relação, rebatendo a pergunta e não a respondendo. A atitude da professora é de chamar os responsáveis, visto que, somente através da conversa com as alunas, o caso não foi resolvido. Considerando a possível intenção da professora, infere-se que ela julgou ser um caso sério em que a família deveria participar. Dentro desse quadro, o dito parece ser essencial para perceber a intenção do falante, conforme Grice (1975) demonstra ao dizer que há uma intenção do falante que pode ser percebida por meio do contexto.

Em (12) Mariana ameaça Camila dizendo: “vou te pegar na saída”. Implica-se: vou te bater. Mariana, com medo, sai correndo da sala e quebra a máxima de cooperação, finalizando, desse modo, o diálogo.

Terminado o diálogo (A), segue-se ao diálogo (B), o qual funciona como uma continuação do primeiro e situa-se no discurso da escola com a família, sobre o caso já citado anteriormente, *bullying* no ambiente escolar.

4.2 Diálogo (B)

O diálogo (B) retrata a segunda situação: diálogo entre as mães das duas meninas, uma que sofreu e outra que praticou *bullying* e a professora que chamou os responsáveis para conversar.

(14) Mãe da Camila: Sua filha é uma pessoa má.

(15) Mãe da Mariana: A Camila deve ter feito algo pra ela.

(16) Mãe da Camila: Discordo. Nem se houvesse motivo, a Mariana teria o direito de maltratar uma colega. Pelo visto, vocês duas são muito parecidas.

(17) Mãe da Mariana: Nós duas somos loiras, lindas e altas. A Mariana, além disso, é uma aluna estudiosa e uma ótima filha, a sua filha já não sei! Ontem mesmo, a Mari tirou dez na prova de matemática. E do jeito que você fala até parece que essa escola é o paraíso dos bons alunos, dos santinhos. Quero só ver o que essa professorinha tem a dizer. Que horas são?

(18) Professora: *a professora ouviu a fala das mães e disse:* Vamos parar com

esse diálogo inútil e falar do que realmente importa. Chamei os responsáveis aqui, pena que vieram só as mães, para dizer a vocês que está acontecendo algo muito ruim entre a Mariana e a Camila. Elas, que já foram tão amigas, não se suportam mais.

(19) Mãe da Camila: A Camila não quer mais vir à escola por causa das ameaças da Mariana. Ela está muito triste e, ainda, tem se sentido inferior às outras meninas, se achando gorda e desajeitada.

(20) Mãe da Mariana: A Mariana é uma ótima filha, professora. Ela não faz essas coisas.

(21) Professora: Está ocorrendo *bullying* na escola.

(22) Mãe da Mariana: Viemos aqui para falar das alunas ou dos projetos da escola?

(23) Mãe da Camila: Professora explique melhor o que é *bullying*.

(24) Professora: Pelo visto a conversa vai ser longa...

A conversa inicia com a fala das mães, uma contra a outra. A mãe da Camila (14) diz que a Mariana é má. Essa fala representa a conclusão de um processo inferencial, logicamente válido. Para a mãe de Camila inferir que Mariana é má, ela precisava de evidências e de um cálculo do tipo: todo M é P , S é M , então S é P . Se todas as pessoas que debocham, inventam coisas são consideradas pessoas más, Mariana debocha e inventa coisas a respeito da Camila, logo, conclui-se que a Mariana é uma pessoa má. A mãe da Camila fez uma inferência dedutiva, partindo de uma crença universal para uma conclusão particular. Consideramos que esse processo inferencial dedutivo realizado pela mãe da Camila pode ser considerado logicamente correto “válido”, pois uma vez feita uma análise crítica do processo inferencial e submetendo-o às regras da lógica, podemos ver que ela utilizou-se de um processo dedutivo que pode ser comparado ao argumentativo.

Grice coloca que, na linguagem natural, muitas inferências e argumentos não seguem a lógica tradicional, o que faz com que a análise seja feita a partir de uma lógica não-simplificada e assistemática, que é somente guiada pela lógica formal, e não submissa a ela. (GRICE, 1975, p. 23-24). Ao fazer essa afirmação, Grice coloca que a linguagem natural está ligada a uma lógica informal, que, segundo Groarke (2011):

Permite que premissas e conclusões sejam quaisquer atos de fala que afirmam a verdade de uma proposição (incluindo atos como sugestão, hipótese,

vanglória e dedução) e reconhece que argumentos em linguagem natural frequentemente ocorrem sem um indicador de inferência explícito como "desde que" ou "portanto". Além disso, sua explanação reconhece que os argumentos podem incorporar desenhos em uma prova geométrica, diagramas ou imagens.

Em (15) a mãe da Mariana rebate a afirmação feita na fala (14). No caso ela diz: “*a Camila deve ter feito algo pra ela.*” Ao afirmar isso, podemos inferir a sua intenção, que seria dizer: tudo bem, se ela é má como você está dizendo e debocha da sua filha, deve ser porque a sua filha dá motivos. Assim, ela justifica os atos da filha, jogando a culpa para a Camila. A mãe da Camila (16) responde: “discordo” e segue dizendo que mesmo se houvesse motivo, nada justifica os maus tratos. Através dessa resposta, pode-se perceber que ela captou a fala implícita em (15), pois se tratava de uma suposição fortemente implicada (S&W, 1995).

Ainda em (16), a mãe da Camila diz que Mariana e sua mãe se parecem muito. E em (17), a mãe da Mariana responde: “nós duas somos loiras, lindas e altas.” Nessas falas, há uma riqueza de inferências. Primeiramente, o assunto do qual vinham tratando não se referia à aparência e sim a atitudes. Desse modo, dizer que mãe e filha são parecidas deve supor (suposição fortemente implicada) o tratamento de atitudes como intenção da mãe da Camila. Entretanto, a resposta surpreende, ao tratar de atributos físicos. Sabemos que o perfil “loira, linda e alta” se enquadra em um estereótipo de beleza feminina. Nesse caso, parece que a mãe da Mariana faz uma ironia, um tipo de provocação para a mãe da Camila ao fazer uma suposição que, segundo S&W (1995) é, nesse caso, considerada como fracamente implicada, ou seja, menos provável.

Ao proferir (17): “até parece que a escola é o paraíso dos bons alunos, dos santinhos”, a mãe da Mariana faz uma inferência lexical. Estabelece uma comparação entre *escola* e *paraíso* através de uma metáfora. Ao mesmo tempo, usa o termo *paraíso* e *santinhos* de uma forma irônica. Segundo S&W (1992), a ironia se refere ao oposto do que se quer dizer, fazendo com que o interlocutor assumira a verdadeira intenção do falante: a escola tem alunos de todos os tipos de alunos e nem todos têm as predicções de um santo (pessoa que preza pelo bem comum). Já Grice (1975) caracteriza as ironias como ICP.

Em (17), a mãe da Mariana diz que sua filha tirou dez na prova de matemática. Há aqui uma inferência em que não há necessidade do contexto específico para a compreensão. A questão é que ela infere que os alunos que tiram boas notas têm boas atitudes. Sabemos que essa relação nem sempre é verdadeira, pois há alunos que tiram boas notas e têm atitudes

negativas e o contrário também existe. Esse caso seria de uma implicatura convencional, tipicamente griceana, que se apoia no significado geral das palavras. Porém, é preciso observar que “não é somente a conjunção que irá dar origem à implicatura, mas a sua ocorrência dentro de um contexto. Em *ela é desconfiada, mas não é ciumenta*, implica-se que ser desconfiada não pressupõe ser ciumenta.” (STREY, 2012, p.26).

Ainda na fala (17), a expressão *professorinha* possui um uso pejorativo, de desmerecimento, que só pode ser entendido dentro do contexto, no qual a partícula *-inho* atribui valor de menor. O processo inferencial é compreendido como um mecanismo cognitivo no qual o ouvinte, ao receber a mensagem do falante, estabelece relações acerca do que foi dito. De acordo com S&W (1995), as inferências são dedutivas, espontâneas e inconscientes. Esse processo segue um cálculo não-demonstrativo, com base nas regras de comunicação que se desenvolve.

Na fala (18) a professora não responde de forma adequada a pergunta feita em (17). Ela diz para parar com o assunto, provavelmente em protesto ao conteúdo do que estava sendo tratado. Há aqui, de acordo com Grice (1975), um caso de rompimento da máxima de relação, porque houve uma quebra do princípio de cooperação.

Em (18) a professora diz: “pena que vieram só as mães”, pois por responsáveis podemos entender: família. Sabe-se que família de acordo com a composição tradicional implica (implicatura calculável e dedutível) mãe e pai. Só que normalmente o pai não faz parte da realidade escolar, não é ele quem comparece aos chamados da escola. Aqui, ela obedece a supermáxima de Grice (1975): seja relevante, procure afirmar coisas verdadeiras.

A mãe da Mariana (23), ao não compreender e distorcer o significado do termo *bullying*, demonstra que, algumas vezes, a comunicação não é bem sucedida, pois as pessoas não compartilham do mesmo ambiente cognitivo, como bem coloca SW (1995). Mantendo a máxima de cooperação, (23) a mãe da Camila pede que a professora explique o termo. Tendo em vista a dificuldade de estabelecer um diálogo que assuma uma relevância, no sentido de conseguir resolver o problema, a professora finaliza-o dizendo: “Pelo visto a conversa vai ser longa.”.

O diálogo (B), como um todo, demonstra que os diálogos podem ter problemas com o Princípio Cognitivo de Relevância de S&W (1995), uma vez que há um custo muito grande para se resolver algumas questões e poucos benefícios em termos de conclusão. No caso do diálogo elucidado, são necessárias muitas explicações para tratar da significação do termo

bullying e o diálogo parece não ter solução. Ao mesmo tempo, ele é muito rico linguisticamente, cheio de inferências, demandando uma solução para um assunto atual e de grande importância social. Esse problema está ligado ao fato de a noção de custo e de benefício ainda ser algo problemático para a TR, pois não fica explícita, em nenhum momento ao longo de suas obras, qual a natureza de tais aspectos. Caso ele seja aplicado de maneira mais ampla, como no caso das inferências dialógicas (considerando intenções dos falantes, questões emocionais, etc), parece ser ainda maior o rol de elementos a terem que ser considerados no cálculo da relação custo e benefício, fazendo a TR perder um pouco da sua capacidade explicativa.

5. Considerações finais

No presente estudo, buscou-se analisar a complexidade inferencial que aparece no diálogo, demonstrando que vários processos podem ocorrer ao mesmo tempo, sejam eles implicaturas, acarretamentos, inferências dos mais variados tipos, entre outros. Além disso, fez-se uma tentativa de demonstrar como a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), ao diferenciar o *dito* e o *implicado*, bem como a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1995/2012), como um modelo de comunicação ostensiva, podem apresentar possíveis aplicações à descrição e análise dos mecanismos inferenciais presentes na linguagem natural. Mostrou-se igualmente algumas limitações que tais teorias podem apresentar quando o objeto de estudo for o diálogo.

O diálogo é em si um excelente gênero para ilustrar o complexo processo de comunicação humana. Tentou-se, por meio desse artigo, através da análise de dois diálogos sobre o *bullying* no ambiente escolar, elucidar como é necessária, para uma análise inferencial, a contribuição tanto da Semântica, que compreende a significação como um desenho que se estabelece fora do contexto, como da Pragmática, em que todo o significado se estabelece em um contexto específico de uso. A partir da interface entre as áreas, pôde-se propor uma análise mais fiel sobre o que ocorre na comunicação humana, a qual é baseada em diálogos e não em enunciados estanques.

Dessa forma, é possível dizer que, para uma compreensão mais aprofundada do processo inferencial intrínseco ao diálogo, há a necessidade de subsídio da Semântica e Pragmática, por serem áreas complementares à significação linguística. Assim, partindo de uma análise inferencial de natureza dialógica, torna-se possível estabelecer relações entre o que é dito e o que é implicado e, desse modo, traçar um desenho mais fiel da significação de um determinado contexto.

Referências

CAMPOS, J.; HAUEN, F. (Orgs). **Topics on Relevance Theory**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

COSTA, J. C. da. **Comunicação e Inferência em Linguagem Natural**. Disponível em: <http://www.jcamposc.com.br/Inferenciaecomunicacao.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2012.

_____. **Relevância, Cognição, Relevância e Interface Semântica/ Pragmática: Metateoria das Interfaces Externas e Internas**, 2007. Disponível em: <http://www.jcamposc.com.br/isapl.ppt>. Acesso em: 30 maio. 2012.

_____. **A estrutura inferencial da comunicação dialógica**. Projeto de pesquisa, 2004. Disponível em: http://www.jcamposc.com.br/projetosepesquisas/a_estrutura_inferencial_da_comunicacao_dialologica.pdf. Acesso: ago. 2013.

_____. **Projeto de Pesquisa Platão 2.0 - Diálogos: da Cultura Clássica à Cultura Digital**. Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, J. C. da; FELTES, H. P. M. Filosofia da Linguística, filosofia da ciência e os pressupostos para a construção de uma Metateoria das Interfaces. In: ARAÚJO, J. C.; BIASI-RODRIGUES, B.; DIEB, M. **Seminários linguísticos: discurso, análise linguística, ensino e pesquisa**. Mossoró: Edições UERN, 2010. p. 341-355.

FERREIRA, J.; TAVARES, H. *Bullying* no ambiente escolar. In: **Revista da Católica**. Uberlândia, v. 1, n. 2, 2009. p. 187-197.

GRICE, P. **Studies in the way of words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989 [1957].

GROARKE, L. Informal Logic. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2011 Edition)**, 2011. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/logic-informal/>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

LEVINSON, S. **Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature**. MIT Press, 2000.

_____. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MEDINA, J. **Linguagem: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

ROSSA, C. R. Implicaturas escalares: a pragmática complementando a semântica. In: IBANOS, A. M. T.; SILVEIRA, J.R.C. (org.). **Na interface semântica/pragmática – programa de pesquisa em lógica e linguagem natural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 319-346.

SILVEIRA, J. R. C. da. Teoria da Relevância: uma resposta à comunicação inferencial humana. In: IBAÑOS, A. M. T.; SILVEIRA, J.R.C. (Orgs.). **Na interface semântica/Pragmática: programa de pesquisa em lógica e Linguagem Natural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 347-426.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: Communication & Cognition**. 2nd ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Illinois: Illini Books, 1949.

STREY, C. **Linguagem e emoções: um estudo em interfaces**. Diss. (Mestrado em Letras). 94 p. PUCRS, Fac. de Letras, 2011.

WILSON, D.; SPERBER, D. Teoria da Relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, 2005.

_____. **Meaning and Relevance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2a ed. Tradução (alemão) de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (1945).

Artigo recebido em: 31.08.2013

Artigo aprovado em: 26.11.2013

Paráfrases em conversações digitais: marcas da oralidade em interações mediadas por computador

Paraphrases in digital conversation: orality markings in computer assisted interactions

Letícia Jovelina Storto*
Paulo de Tarso Galembeck**

RESUMO: Os estudos de língua falada são interessantes àqueles que buscam verificar a língua em uso. Assim, este trabalho objetiva apresentar um recurso muito corrente na fala: a paráfrase, a qual é um elemento do processo de reativação do texto falado. A paráfrase é a retomada do já dito com uma mudança enunciativa, na qual um enunciado anterior é recuperado em um posterior com algumas distinções, sejam elas semânticas ou distribucionais. Fundamentado na Análise da Conversação, este trabalho verifica a ocorrência de paráfrase em conversações digitais. A análise mostrou que, em comunicações virtuais, as paráfrases têm as funções de: determinar, indicar ou esclarecer algo; acrescentar ou retificar uma ou mais informações; modificar o texto anterior, esclarecendo-o. Além disso, observa que a paráfrase característica desse contexto é a autoparáfrase adjacente, autoiniciada, expansiva, com função concretizadora.

PALAVRAS-CHAVE: Conversação Digital; Processos de (Re)Construção; paráfrase.

ABSTRACT: Studies of spoken language are interesting to those who seek to verify the language in use. This study presents a very common feature in speech: the paraphrase, which is an element of the process of reactivation of the spoken text. The paraphrase is used to resume what was already said with an enunciation change, in which a previous statement is later recovered with a few distinctions, whether semantic or distributional. Based on Conversation Analysis, this paper reports the occurrence of paraphrases in digital conversations. The analysis showed that, in digital conversations, paraphrases assume the functions of determining, specifying or clarifying something, adding or amending one or more pieces of information, modifying the previous text and making it clearer. In addition, the analysis found that the characteristic paraphrase of this context is the adjacent autoparaphrase, which is autostarted, expansive and has concretizing function.

KEYWORDS: Digital Conversation; (Re)Construction Processes; paraphrase.

1. Introdução

A paráfrase é a retomada do já dito com uma mudança enunciativa, na qual um enunciado anterior é recuperado em um posterior com algumas distinções, sejam elas semânticas ou distribucionais. Além disso, elas podem ser motivadas e/ou realizadas tanto pelo falante quanto

* Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus de Cornélio Procópio. Contato: leticiajstorto@gmail.com.

** Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: ptgal@uel.br.

pelo ouvinte. Pode-se verificar diversos tipos de paráfrases: adjacente, não adjacente, paralela, expansiva, sintetizadora, entre outras.

Ela - que é um elemento do processo de reativação da fala - foi observada em comunicações mediadas por computador. O presente artigo busca, portanto, apresentar a utilização em conversações digitais de um recurso muito corrente em textos falados: a paráfrase.

Para isso, o trabalho fundamentou-se nas teorias da *Análise da Conversação* e tomou como material de análise conversas entre amigos. O comunicador instantâneo utilizado para a realização e a gravação de todas as interlocuções foi o *Windows Live Messenger* (*Messenger* ou *MSN*), o qual foi desativado em abril de 2013. Contudo, cumpre salientar que, embora o corpus desta pesquisa seja do *Messenger*, muitos outros programas (p.ex.: *Skype*), serviços de webmail da internet (p.ex.: *Gmail*, *Outlook*, *Hotmail*, *Yahoo* etc.) e comunidades virtuais (p.ex.: *Facebook*) oferecem o aplicativo de comunicador instantâneo para a realização de conversas online.

A permanência dessa forma de interação deve-se ao fato de que, segundo Modesto (2007, p.03), “os comunicadores instantâneos são aplicações (programas) que permitem o envio e recebimento de mensagens de texto em tempo real”, o que, conseqüentemente, tem facilitado a interação rápida, eficaz e coerente entre pessoas mundo afora. Para isso, são comuns na linguagem empregada nesse meio abreviações, mudanças da grafia das palavras, emprego de imagens e de marcas características da oralidade, de modo que a prática escrita da língua torna-se mais flexível e informal tanto mais perto estiver da modalidade falada (cf. STORTO; GALEMBECK, 2011). Além do mais, os comunicadores instantâneos têm se tornado populares por apresentar como “características a flexibilidade da escrita, a rapidez, o dinamismo e a interconexão em tempo real - peculiaridades consideradas essenciais para o mundo globalizado” (STORTO; GALEMBECK, 2011, p. 71).

As conversas foram fornecidas por um grupo de pessoas consideradas, de acordo com Preti (2005), como *falantes cultos*, com idade entre vinte e um (21) e trinta e um (31) anos, de variadas classes sociais e situados em diversas regiões das cidades de Londrina, Cambé e Rolândia, cidades do Norte do Paraná. De todos os diálogos, participaram apenas dois convidados, sendo um o nosso documentador. Portanto, o nosso *corpus* é composto de conversas diádicas.

Quanto à metodologia, é preciso ressaltar que “a fluidez e a falta de planejamento prévio requerem uma metodologia específica, que dê conta dos fenômenos peculiares a essa

modalidade de língua”, a fala (GALEMBECK, 1999, p.111). O analista da conversação deve, então, criar e recriar categorias que deem conta do seu objeto de análise, já que os estudos da língua falada e a sua valoração são recentes. Além disso, seus fenômenos devem ser analisados e categorizados a partir do seu contexto (a situação e as condições de enunciação). Por conseguinte, partimos de uma abordagem *empírico-indutiva* (MARCUSCHI, 2006; GALEMBECK, 1999), como convém aos estudos de materiais obtidos em situações reais de interação verbal.

Para atingir nossos objetivos, neste trabalho, discutimos, inicialmente os processos de construção do texto, em seguida explicamos o conceito de paráfrase e, por fim, analisamos o corpus selecionado para estudo, salientando e comentando as ocorrências de paráfrases em conversações digitais.

2. Processos de construção do texto falado

Os processos de construção do texto falado foram definidos por Castilho (1998). Segundo o autor, são três os processos de construção da fala: a) *construção por ativação*; b) *construção por reativação* (ou *reformulação*); c) *construção por desativação*. O primeiro deles é o processo central de formulação da língua falada (e também da escrita). Nele, tratar-se-á do tópico (ou assunto) e suas propriedades, das unidades discursivas e dos marcadores conversacionais (MC). O segundo, por sua vez, é uma espécie de anáfora discursiva, uma volta ao que foi dito, com a finalidade de reiterar ou reformular os enunciados anteriores, por meio da retomada (ou da reformulação) de porções do tópico. As três manifestações mais frequentes são a *repetição* (reiteração de itens lexicais ou estruturas, sem alterações ou com alterações pouco significativas), a *paráfrase* (recorrência do conteúdo, com alteração na forma) e a *correção* (anulação ou substituição total dos enunciados). Já o terceiro e último, a construção por desativação, é a ruptura total ou parcial na elaboração do texto falado, que se manifesta nas pausas, nas hesitações, nos anacolutos e, no plano da continuidade temática, nos *segmentos parentéticos* e nas digressões. Durante a interlocução verbal, o falante recorre a vários desses elementos, dos quais ressaltaremos o uso de paráfrases.

3. Paráfrase

A *paráfrase* ocorre, em textos conversacionais, devido ao envolvimento entre os falantes e às características peculiares a esse tipo de interação, ou seja, ao planejamento local,

em que o interlocutor busca, a todo tempo, situar a informação no universo mental do ouvinte para que o enunciado transmita um conteúdo claro e preciso. Segundo Hilgert (1997), a paráfrase é, nesse contexto, o processo no qual o *enunciado reformulador (paráfrase)* mantém com o *enunciado anterior* (ou *matriz*) uma relação de equivalência semântica (explicação, reiteração, ênfase), com o objetivo de intercompreensão entre os participantes da conversação e de progressão textual.

O paradoxo da paráfrase está nisso: é uma repetição de conteúdos que, precisamente por terem sido repetidos, se acrescentam semanticamente, e, nesse sentido, mudaram” (CASTILHO, 1998, p.75). Ao contrário da correção, a paráfrase não anula o que foi dito anteriormente, mas busca retomar o enunciado anterior com outras palavras. Possui, portanto, *dimensão retrospectiva*, pois o falante sente a necessidade de esclarecer o que foi dito (HILGERT, 1997). Para que os locutores possam deixar a sua fala mais clara e compreensível aos seus ouvintes, a paráfrase, sem dúvida, é um recurso muito utilizado e utilizável.

4. Análise e discussão do *corpus*: a paráfrase em conversações digitais

A *paráfrase* é a retomada do já dito com uma mudança enunciativa, na qual um enunciado anterior é recuperado, em um posterior, com algumas distinções, sejam elas semânticas ou distribucionais. Elas podem ser motivadas e/ ou realizadas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte. Esse recurso serve para proteger a face do “falante”. No *corpus* elencado, como se esperava, encontramos várias paráfrases, de variados tipos, expansiva, sintetizadora, autoparáfrase e outras.

Em (1), o “falante”, para garantir a compreensão de seu interlocutor, parafraseia o seu texto. Em “*não sei se já foi aprovado esse tema...*” parafraseia “*não sei se é oficial*”, resguardando, assim, o “falante” de qualquer objeção. Em (2), G* MN parafraseia o seu texto para deixá-lo de acordo com a correção efetuada por G* Informática. Note-se que, nesses excertos, o locutor recorre ao emprego de um Marcador Conversacional que funciona como prefaciador da opinião e, ao mesmo tempo, como atenuador discursivo, pois ameniza o valor daquilo que é dito.

- 1)
 [15/07/2008 09:32:17] CUE diz: não sei se é oficial, (EM¹) de início seria sobre as novas tecnologias de informação e comunicação
 [15/07/2008 09:32:28] JFS diz: uia....legal
 [15/07/2008 09:32:34] JFS diz: eu fiz dois trabalhos sobre isso
 [15/07/2008 09:32:35] CUE diz: não sei se já foi aprovado esse tema... (P²)
- 2)
- | | | | |
|-----------|----------|--------------------------------|---|
| 22/7/2009 | 11:19:23 | G*-MN | A* <u>vc tem ai 1 caixa de fita</u> (EM)
adesiva transparente 45x45??? |
| 22/7/2009 | 11:23:28 | G*
Informática-
3026**** | <u>não vendo em caixa é por unidade</u>
(P1) |
| 22/7/2009 | 11:23:48 | G*-MN | <u>qnt ta a unidade??</u> (P2) |

Em ambos os excertos há ocorrência de uma autoparáfrase, ou seja, a paráfrase em que o próprio falante retoma o seu texto com outras formas linguísticas. As paráfrases são subcategorizadas em quatro tipos: a) a que o próprio falante parafraseia aquilo que está dizendo, a *autoparáfrase*; b) a que o interlocutor parafraseia o que foi dito pelo outro, roubando-lhe o turno conversacional, a *heteroparáfrase*; c) a paráfrase que é motivada pelo falante, a paráfrase *autoiniciada*; e d) a que é motivada pelo ouvinte, a paráfrase *heteroiniciada*. Nas comunicações virtuais, prevalecem as paráfrases motivadas pelo falante em que ele parafraseia seu próprio texto. Logo, no corpus analisado, sobressaem-se as autoparáfrases autoiniciadas, pois as demais paráfrases consistem no parafraseamento pelo ouvinte, que invade o turno do seu interlocutor (assalto ao turno) e retoma o que foi dito. Embora nas comunicações mediadas por computador, hajam muitas ocorrências de assalto ao turno, notamos poucas retomadas do já dito pelo interlocutor, isso se deve ao meio que as interações ocorrem.

Em (2), no entanto, há uma heteroparáfrase: quando G*-Informática corrige seu interlocutor com a finalidade de mostrar que não se trata de caixa, mas de unidade; trata-se, por conseguinte, de uma *paráfrase especificadora*.

Nas conversas virtuais, verificamos a presença de turnos, ora assaltados, ora concedidos. Contudo, diferentemente de comunicações orais face a face, as “vozes” não se sobrepõem. Em comunicadores instantâneos, como os “falantes” não esperam muito para responder perguntas e os “ouvintes” para receber a resposta, os interlocutores digitam, muitas vezes, suas mensagens

¹ Em = Enunciado Matriz.

² P = Paráfrase.

de maneira simultânea, disso decorre a existência de textos em que os interactantes, em alguns momentos, assaltam ao turno, para participar da interação ou para responder algo que lhe foi questionado. Todavia, os textos não se tornam incoerentes, pois os falantes intercalam os enunciados e porque quem está habituado a utilizar os comunicadores instantâneos não tem problemas quanto a isso.

Cumpre salientar também que, em comunicações mediadas por computador, muitas vezes os interactantes não terminam de digitar ou não enviam seu texto, o que leva ao assalto da vez de fala pelo interlocutor. Verificamos com a análise que isso é muito comum em conversas digitais.

Isso tudo acarreta outra característica muito comum percebida em conversas digitais: ausência de respostas para perguntas realizadas. Isso pode ser devido ao fato de, muitas vezes, os interlocutores não voltarem ao texto para preencher possíveis lacunas que ficaram para trás, talvez porque o que eles queriam terminar de escrever perdeu a relevância no contexto.

Além de resguardar as faces, a paráfrase também tem a função de esclarecer, o mais possível, o texto. Em (3), os “falantes”, por meio de paráfrases, previnem a sua face de “arranhões”; atenuam o que diz; e deixam o seu discurso bem claro ao interlocutor, de modo a não restar dúvida alguma.

3)

[21/07/2008 14:26:17] EB diz: quem vê vc falando assim, parece que está desempregada....

[21/07/2008 14:26:27] JFS diz: é verdade né..rsrs

[21/07/2008 14:26:39] JFS diz: mas eu tô tranquila... (EM)

[21/07/2008 14:26:45] JFS diz: não tô esquentando muito não... (P)

[21/07/2008 14:27:03] JFS diz: uma coisa de cada vez NE (P)

4)

(15:03) AP: vou te mandar (EM)

(15:03) AP: rrsrrsrs

(15:03) AP: 30 Kg

(15:03) DB: OK

(15:03) AP: barrica vou mandar hoje junto com sua entrega (P)

Com as paráfrases, os interlocutores podem ofender ou preservar a face do outro. No *corpus*, não verificamos a existência de paráfrases que “arranhem” a autoimagem do “ouvinte”.

Como nos excertos anteriores, ambas as paráfrases são autoiniciadas pelo falante. Todavia, em (3), temos um exemplo de *paráfrase adjacente*; já em (4), trata-se de uma *paráfrase não adjacente*.

A paráfrase que se situa em seguida ao enunciado matriz é chamada de *adjacente*, pois está mais próxima ao enunciado que foi reformulado. Ela tem função local no desenvolvimento do texto, “resolvendo tanto problemas de natureza especificamente interacional quanto problemas determinados pelo desdobramento temático-argumentativo do texto e pela busca de adequação vocabular na construção de enunciados” (HILGERT, 1997, p.117).

Ao contrário, a *paráfrase não adjacente* é aquela que não ocorre logo ao enunciado matriz, mas está um pouco distante. Ela tem a função de estruturar a conversação em um nível mais abrangente, ou seja, funciona “como estruturadora de tópicos conversacionais mais longos e abrangentes, na medida em que assegura unidade a uma abordagem temática, demarca diferentes etapas de seu desenvolvimento e lhe dá a conclusão necessária” (HILGERT, 1997, p.117). Pode-se dizer que esse tipo de paráfrase se apresenta como uma espécie de resumo quando busca concluir o tópico.

Predominam, no corpus, as paráfrases adjacentes. Isso revela que o procedimento está ligado à própria formulação discursiva. Com efeito, a paráfrase decorre do monitoramento que o falante exerce sobre a sua fala e da necessidade de criar um contexto comum partilhado pelos interlocutores.

Em textos escritos, não haveria a necessidade de parafraseá-los seguidas vezes, porque o sentido almejado já teria sido compreendido pelo leitor e porque há um planejamento global do texto que tem como um de seus objetivos evitar a repetição desnecessária. Contudo, na fala, para realçar o que se diz e para não deixar qualquer mal entendido, o locutor retoma o seu discurso, reintroduzindo-o, posteriormente, de forma a buscar a necessária clareza. Em comunicações mediadas por computador acontece o mesmo: para não “arranhar” a face do interlocutor os interactantes muitas vezes parafraseiam os seus textos, de modo a não ficarem lacunas, dúvidas ou mal entendidos.

No excerto (5), notamos uma paráfrase autoiniciada pelo “falante”, o qual almejava esclarecer de que problema S* sofria e, no diálogo (6), FG elucida por qual motivo V* não está muito bem de saúde, ambas têm, portanto, função semelhante: aclarar algo.

5)

[21/07/2008 14:30:01] JFS diz: e a S*..como está? (EM)

[21/07/2008 14:30:03] EB diz: é.. aproveita mesmo

[21/07/2008 14:30:13] JFS diz: está melhor das enxaquecas? (P)

[21/07/2008 14:30:51] EB diz: A S* está bem... bom, qto as enxaquecas... desde quinta que voltei das férias ela não reclamou... mas parece que na quarta ela estava quase morrendo

6)

(14:29) AP: será q hoje no final da tarde o w* consegue vir aqui pra ir visitar o cliente q era pra visitas ontem?

(14:29) AP: tbm

(14:30) FG: tenho q ver com ele, acho q hoje nao tbm a*

(14:31) FG: o v* nao esta bem de saude (EM), está com um problema no joelho q está mto inxado e dolorido (P). Talvez fique dificil ir hoje mas logo ele ta aqui e vc fala com ele ou eu mesmo falo e te digo.

A paráfrase de (5) delimita qual dor tem incomodado S*, amiga de ambos os interlocutores, de forma a especificar a sua dúvida: o “falante” quis saber, em especial, se S* está melhor da enxaqueca. Essa paráfrase é considerada *expansiva*, pois amplia o que é dito no enunciado matriz, e como *concretizadora*, pois determina o problema de saúde de S*. Já a paráfrase de (6) determina a causa do mal estar de V*. A diferença entre elas está no fato de que, no primeiro texto, JFS questiona EB sem obter resposta, por isso parafraseia o seu texto no seu próximo turno. Já no outro diálogo, FG, sem a intervenção de AP, esclarece qual seja a enfermidade que afeta a saúde de V*, porque, talvez, acredite que seu interlocutor não saiba exatamente do que se trata o problema. Essa também é considerada uma paráfrase expansiva, uma vez que é proporcionalmente maior do que o enunciado matriz.

A paráfrase *expansiva* consiste no fato de o parafraseamento realizar-se por meio de um enunciado, lexical e sintaticamente, mais complexo do que a matriz. Além disso, ela explica, define ou exemplifica algo. A *paralela*, por sua vez, mantém a mesma extensão do enunciado parafraseado. Já a *sintetizadora* confere a denotação adequada ao enunciado e resume o conjunto de informações que a matriz contém. Ela ocorre “quando o movimento semântico da matriz para a paráfrase se textualiza numa unidade mais simples” (HILGERT, 1997, p. 124), condensada.

As *paráfrases concretizadoras* especificam informações contidas no enunciado matriz, tendo a função de ampliar ou reduzir o sentido da fala, focalizando ou tirando o foco daquilo que foi dito no enunciado matriz. Já a *paráfrase desconcretizadora* tira o foco do tópico da matriz.

Algumas paráfrases, no entanto, apresentam, conforme dito, menor extensão se comparadas aos enunciados matrizes. Elas são, por isso, denominadas paráfrases sintetizadoras. Em (7), há uma paráfrase que, embora retome o que foi dito anteriormente, condensa o texto, pois “*me passa um ponto de referencia?*” é maior do que “*fica proximo de onde?*”.

- 7)
- (17:35) AP: Rua: Achiro Kawazaki, ***
- (17:35) AP: Jardim Tóquio
- (17:36) VN: londrina né?
- (17:36) AP: sim
- (17:36) VN: me passa um ponto de referencia
- (17:36) VN: ? (EM)
- (17:37) VN: fica proximo de onde? (P)
- (17:37) AP: baixo abaixo do Armazem da Moda
- (17:38) VN: ok

Com a análise do *corpus*, encontramos outras funções para as paráfrases: determinar, indicar ou esclarecer algo; acrescentar ou retificar uma ou mais informações; modificar o texto anterior, esclarecendo-o; entre outras.

- 8)
- (04/02/2009 11:50) ★ VV: mazaaaaaaaaa pq q tem q ser segunda de carnaval?? (EM) não tinha outro dia pra vc nascer não? (P)

- 9)
- (10/02/2009 08:02) YZ: que isso?
- (10/02/2009 08:02) CB - Atenção: convidada estás, jovem donzela
- (10/02/2009 08:02) CB - Atenção: meu conviteeeeeeeeeeeeeee (EM)
- (10/02/2009 08:02) CB - Atenção: 🙄 k
- (10/02/2009 08:02) CB - Atenção: pseudo convite (P)
- (10/02/2009 08:02) YZ: IUHAUIAHIAUHAIUHAUIHAIUAHIAUH
- (10/02/2009 08:02) YZ: ADOREI o convite

- 10)
- (10:52) AP: minhas camisetas
- (10:53) Serigrafia: Puxa vou para Maringã na sexta e levo para vc (EM)
- (10:54) Serigrafia: Vou na Barricas Nacional no Sr. D* ai levo elas para vc sem falta e levo tb o modelo de Rotulo para barrica que fiz para vcs. (P)
- (10:55) AP: ok

11)

(10:22) AN: EM PARA FATURAR SÓ SE O CADASTRO ESTIVER OK (EM) NÃO TIVER PENDÊNCIA (P) VOCÊS JÁ ATUALIZARAM AS PENDÊNCIAS? SENÃO SÓ POSSO MESMO FAZER À VISTA (P)

(10:22) AN: POSSO PEDIR PARA ELES CONSULTAREM AQUI NOVAMENTE SE TIVER TUDO OK AI POSSO FATURAR DIRETO PARA 30 OU 28/35 (P)

Observamos, em (8), o emprego de uma paráfrase que determina o evento concomitante com uma segunda-feira de carnaval, o aniversário do seu interlocutor; trata-se, portanto, de uma paráfrase concretizadora.

Em (9), o falante envia, por um recurso de envio de mensagens do comunicador instantâneo, um convite ao seu interlocutor, convidando-o à sua festa de aniversário. O “ouvinte”, todavia, não compreendeu o que era, daí a pergunta “*que isso?*”, a qual é respondida com “*meu conviteeeeeeeeeeeee*”, resposta que é, *a posteriori*, parafraseada: “*pseudo convite*”. É interessante notar que a repetição, característica do processo de reconstrução da língua falada, é também muito recorrente nas conversas virtuais, como nesse exemplo, podendo servir ao monitoramento da interação.

A paráfrase expansiva de (10) determina em que lugar de Maringá um dos interlocutores está naquela semana e também acrescenta algumas informações que não estavam presentes no enunciado matriz, como aquela referente ao modelo de rótulo.

AN, em (11), parafraseia-se algumas vezes: para o enunciado matriz “*em para faturar só se o cadastro estiver ok*”, AN utilizou três autoparáfrases autoiniciadas, de modo a não deixar dúvidas quanto ao que explica, “*não tiver pendência*”, “*senão só posso mesmo fazer à vista*” e “*se tiver tudo ok ai posso faturar direto para 30 ou 28/35*”. Com certeza, o interlocutor só comprará se não estiver devendo para AN, que deixou bem evidente só vender nessa condição.

Há ainda, outros tipos de paráfrase. A paráfrase enfatizadora salienta o que está sendo dito, alguns termos podem ter essa função no enunciado: aliás, realmente, altamente, excessivamente, entre outros. Já a atenuadora diminui a força expressiva e a carga semântica daquilo que foi dito, minimizando-se, assim, os efeitos do texto. A paráfrase epilinguística, por seu turno, tece reflexões a respeito da língua, “produzindo ao mesmo tempo textos de língua” (CASTILHO, 1998, p.77), como a produção de sinônimos, antônimos, hiperônimos ou hipônimos.

Várias outras paráfrases, com predominância daquelas iniciadas pelo locutor, foram observadas no material de nossa pesquisa, o que evidencia a interação dos participantes. Para

finalizar, observamos que uma mesma paráfrase pode ter mais de uma classificação, a qual é determinada por alguns traços (de produção, relacional, distribucional, entre outros). Para exemplificar isso, retoma-se o segundo exemplo, cuja paráfrase pode ser classificada como *autoparáfrase autoiniciada expansiva concretizadora não adjacente*.

12)

[15/07/2008 09:32:17] CUE diz: não sei se é oficial, (EM) de início seria sobre as novas tecnologias de informação e comunicação

[15/07/2008 09:32:28] JFS diz: uia....legal

[15/07/2008 09:32:34] JFS diz: eu fiz dois trabalhos sobre isso

[15/07/2008 09:32:35] CUE diz: não sei se já foi aprovado esse tema... (P)

Essa paráfrase, como comentado anteriormente, é não adjacente por ficar longe do enunciado matriz, é expansiva porque a paráfrase tem a extensão sintática maior que a do enunciado matriz, é concretizadora por especificar o tema não havia sido aprovado e, por isso, não era oficial, é autoparáfrase autoiniciada por ser o próprio falante que parafraseia sua fala motivado por questões próprias. Enfim, há muitas classificações e funções para as paráfrases na língua falada. Buscou-se, apenas, identificar algumas numa determinada situação de enunciação: conversa informal entre duas senhoras.

Cerca de 90% das paráfrases examinadas no corpus são do tipo autoparáfrases autoiniciadas, dado que evidencia o automonitoramento que o falante exerce sobre as suas palavras. Com o monitoramento, o falante busca assegurar-se de que está sendo compreendido e, assim, não corre o risco de ser interrompido pelo seu interlocutor.

5. Considerações finais

Os estudos acerca da língua falada têm crescido gradualmente. Pesquisas a respeito da internet e das interações, que nela se cumprem, também têm ganhado importância no campo da Linguística. É necessário, todavia, que estudos envolvendo os dois temas se realizem, de modo a compreendermos melhor as interlocuções digitais. É para preencher, ainda que parcialmente, essa lacuna que esta pesquisa foi desenvolvida, pois buscou unir os pressupostos da Análise da Conversação às pesquisas a respeito do *ciberespaço*, do *hipertexto* e dos comunicadores virtuais, em especial do comunicador instantâneo.

Este artigo buscou expor alguns elementos da Análise da Conversação dando ênfase à (re)construção texto por meio da paráfrase, a qual é vista como a retomada de um já dito a fim

de torná-lo mais claro ao interlocutor. A análise do corpus mostrou que o emprego de paráfrases em conversações digitais é recorrente. Isso se deve ao interesse de os falantes serem claros e de não ofenderem seu interlocutor. Assim, preservam-se as faces dos participantes da conversação. O exame apresentou também que as paráfrases são recursos multifuncionais da língua, pois, dentre outras funções, elas podem determinar, indicar ou esclarecer, acrescentar ou retificar uma ou mais informações, expandir, alterar, reformular ou modificar o texto, esclarecendo-o.

A análise efetuada revela, por outro lado, um tipo predominante de paráfrase em comunicações virtuais, de modo que se pode dizer que o tipo de paráfrase característica desse contexto é a autoparáfrase adjacente, autoiniciada, expansiva, com função concretizadora. Esse predomínio decorre das circunstâncias da enunciação: nela, verifica-se o monitoramento da própria fala pelo locutor, o qual emprega os procedimentos necessários para assegurar-se de que está sendo compreendido.

A paráfrase, sem dúvida, é um recurso muito utilizado pelos falantes, a fim de que possam deixar a sua fala mais clara e compreensível ao seu ouvinte, ainda mais quando não estão em presença. Enfim, ela é um recurso importante e necessário para a progressão e a intercompreensão textuais.

Referências

- CASTILHO, A. T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.
- GALEMBECK, P. de T. Metodologia de pesquisa em português falado. In: RODRIGUES, Â. C. de S. *et al* (Orgs.). **I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 1999, p.109-119.
- HILGERT, J. G. A construção do texto “falado” por escrito: a conversação na *internet*. In: PRETI, D. (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas, 2000, p.17-55.
- _____. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 3.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1997, p.103-127.
- MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006.
- MODESTO, A. T. T.. **A estrutura conversacional nas interações mediadas por computador: o caso MSN Messenger**. 2007. Disponível em www.fflch.usp.br/eventos/enilnew/pdf/58_Artarxerxes_Tiag_%20TM_revisto_.pdf. Acesso em: fev. 2009.

PRETI, D. (Org.). **O discurso oral culto**. 3.ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

STORTO, L. J.; GALEMBECK, P. de T. Características da língua falada em conversações digitais. In: **Revista Iluminart**, n. 7, IFSP – SERTÃOZINHO, p. 70-85, 2011. Disponível em: http://www.cefetsp.br/edu/sertaozinho/revista/volumes_anteriores/volume1numero7/ARTIGOS/volume1numero7artigo6.pdf. Acesso em: out. 2013.

Artigo recebido em: 31.08.2013

Artigo aprovado em: 26.11.2013

Domínios de Lingu@gem

As formas *cê(s)* e *você(s)* na fala espontânea do PB: uma análise baseada em *corpora*

The *cê(s)* e *você(s)* forms in Brazilian Portuguese spontaneous speech: a *corpus*-based analysis.

Lúcia de Almeida Ferrari*

RESUMO: O artigo apresenta uma proposta metodológica para a análise do processo de cliticização do pronome reduzido *cê(s)* em relação às formas dissilábicas *ocê(s)* e *você(s)*. A hipótese é que todas as formas podem exercer funções diferentes, seja de sujeito ou de complemento preposicionado, ou seja, podem ser tônicas ou clíticas. Através da análise do *corpus* de fala espontânea C-ORAL-BRASIL foi possível identificar as ocorrências de uso da forma *cê(s)* em relação às outras, especialmente na função de sujeito, mas também na função de objeto preposicionado. A análise acústica permitiu verificar e confirmar algumas das hipóteses levantadas.

PALAVRAS-CHAVE: fala espontânea; pronomes de segunda pessoa; linguística de *corpus*; análise acústica; cliticização.

ABSTRACT: This article presents a methodological proposal about the process of cliticization of the reduced pronoun *cê(s)* compared to the bisyllabic forms *ocê(s)* and *você(s)*. Our hypothesis is that all the forms can play different functions, both as a subject and as a prepositional phrase, that is, can be stressed or clitic. By analysing the C-ORAL-BRASIL spontaneous speech *corpus*, it was possible to identify the used cases of the *cê(s)* form compared to the other forms, especially when used as a subject, but also when used as an indirect object. The acoustic analysis verified and confirmed some of our assumptions.

KEYWORDS: spontaneous speech; second-person pronouns; *corpus* linguistics; acoustic analysis; cliticization.

1. Introdução

Este artigo apresenta uma proposta metodológica inovadora para a análise do processo de cliticização do pronome reduzido *cê(s)* em relação às formas dissilábicas *ocê(s)* e *você(s)* e seus primeiros resultados.

As pesquisas sobre o fenômeno de redução do pronome *você(s)* têm sido amplamente debatidas no panorama linguístico do Português do Brasil (doravante PB). A maioria delas, contudo, é de cunho gerativista, como será discutido adiante. Tais pesquisas se desdobram sobre exemplos, às vezes pertencentes a *corpora* não muito especificados, às vezes criados pelos autores, e outras vezes produzidos em laboratório com falantes que lêem enunciados preparados *ad hoc*.

* Mestre em Linguística (UFMG), Doutoranda em Linguística (UFMG), Pesquisadora CAPES.

A investigação apresentada neste artigo possui como novidade principal sua abordagem metodológica: os dados são retirados de um *corpus* de fala espontânea gravado em contexto natural, o *corpus* C-ORAL-BRASIL (RASO-MELLO, 2012)¹. O *corpus* representa a diatopia mineira, é extremamente variado do ponto de vista diafásico e diastraticamente balanceado². Entre os critérios de transcrição do *corpus* é especialmente importante para nossos fins a marcação das seis formas estudadas: *cê(s)*, *ocê(s)* e *você(s)*. Isso nos permite analisá-las no contexto em que foram pronunciadas por mais de 200 falantes diferentes. A qualidade acústica do *corpus*, apesar dele ser coletado em contexto natural, permite, na maioria dos casos, uma análise fonética confiável. Temos assim a possibilidade de combinar uma análise acústica de formas produzidas em contexto natural e em quantidades estatisticamente relevantes.

A tonicidade ou atonicidade de um pronome (assim como de qualquer item em contexto) é algo mensurável; em princípio não pode ser decidida com base na forma morfológica ou na posição sintática. Se isto foi feito até este momento é porque não existiam os instrumentos necessários para se observar diretamente as propriedades prosódicas dos pronomes em contexto natural. Iniciamos portanto o trabalho conferindo a tonicidade ou atonicidade dos pronomes através de uma análise acústica. Somente após ter identificado o que é tônico e o que é átono verificamos as diversas formas e as diferentes posições e funções a elas associadas.

O objetivo do estudo não foi adentrar-se na questão, já bastante discutida e que será abordada no próximo parágrafo, sobre se o pronome *cê* deve ser considerado um clítico pleno (VITRAL, 1996; RAMOS, 1997) um pronome fraco (PETERSEN, 2011) ou em processo de cliticização (VITRAL E RAMOS, 2008). O propósito é aqui apresentar dados extraídos em contexto natural e avaliados com base em critérios puramente fonéticos, antes de observá-los com base em sua posição sintática, procedimentos que serão detalhados no corpo do artigo.

¹ Naturalmente quando falamos em linguística de *corpus*, não nos referimos a um simples estudo baseado em dados reais como é tradição da sociolinguística variacionista laboviana. Estamos falando aqui da recentíssima disciplina de estudos sobre *corpora* que surge em anos recentes graças aos desenvolvimentos tecnológicos (SARDINHA, 2004; BIBER, 1988; SINCLAIR, 1987). Lembramos também que nesse estudo é utilizado um *corpus* de fala de terceira geração, ou seja, com o texto alinhado ao som e ao espectro acústico (veja-se a este respeito RASO, 2012a). Uma discussão aprofundada sobre a grande distância entre a linguística de *corpus* e a mais genérica noção de *corpus* como simples coleta de dados naturais é encontrada em Mello, 2012.

² RASO, 2012a.

2. Estado da arte

O debate sobre o fenômeno de redução da forma *você(s)*, passando pela forma *ocê(s)* até chegar em *cê(s)*, originadas talvez da forma de tratamento *Vossa Mercê*, é alvo de debates há muito tempo. Não é aqui a sede para retomar esta discussão, mas quer-se fornecer um panorama básico para que possa ser melhor compreendida a novidade da proposta que será apresentada.

A maioria dos estudos feitos sobre o assunto é de cunho gerativista, e sustenta a hipótese de que a forma *cê(s)* seja um clítico. Segundo Vitral (1996) a forma *cê* não pode ocorrer nos ambientes em que *ocê* e *você* ocorrem, pois o comportamento sintático de *cê* é distinto. Sua hipótese é que a forma *cê* constitui uma etapa do processo de gramaticalização da forma *Vossa Mercê*. Segundo Vitral, a agramaticalidade de *cê*³:

- como pronome preposto;
(a) * *cê* ele não viu.
- recebendo ênfase ou foco;
(b) * só *cê* tava mentindo.
- em ambiente objeto de preposição;
(c) * Eu falei pra *cê*.

pode ser explicada pela natureza átona do pronome, pois esses são os ambientes das formas oblíquas tônicas.

Ramos (1997) efetua um estudo variacionista das formas *você* e *cê*. A autora analisa o fato de os jovens utilizarem a forma *cê* com referência menos definida, como em⁴:

- (d) *cê* pode visitar sempre esse local .

enquanto os mais idosos a utilizam com referência definida, como em:

- (e) de que lado *cê* tá?

³ Exemplos citados pelo autor.

⁴ Exemplos da autora.

Segundo Ramos, há uma tendência à especialização, mas não uma utilização categórica de nenhum dos dois usos, com referência definida ou indefinida. Isso seria índice de um processo de gramaticalização em curso.

Em estudos mais recentes, Vitral e Ramos (2006) trabalham com a noção de gramaticalização e defendem a teoria de que, no caso das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)*, o processo de cliticização estaria em curso. A distribuição das três formas não é idêntica⁵ e o *cê(s)* estaria sujeito a certas restrições como:

- não poder aparecer topicalizado;

(f) * *Cê* ele não viu.

- não poder ser modificado por advérbio;

(g) Até * *cê* podia subir.

- não poder comparecer sozinho como resposta a uma questão;

(h) – Quem vai sair?
– * *Cê*.

- não poder ser complemento de preposição;

(j) Eu falei * *pra cê* ...

- não poder comparecer em posição objeto;

(k) Eu amo * *cê*.

e não poder ser coordenado com uma forma tônica

(l) Ele e * *cê* podem votar contra.

Segundo Vitral e Ramos, os exemplos mostram a existência de uma complementariedade na distribuição, pois a forma *cê*, à exceção da posição de sujeito, não pode ocorrer nos ambientes em que as formas *ocê* e *você* ocorrem.

Finalmente, os autores afirmam que a forma *cê* não deve ser entendida como um clítico como os pronomes pessoais átonos das línguas românicas, mas uma forma em processo de cliticização.

⁵ Veja-se Vitral e Ramos, 2006, p. 31 e seguintes.

Petersen (2008) rediscute a classificação de Vitral e Ramos, de que *cê(s)* seria um clítico. Seguindo a teoria da tripartição pronominal de Cardinaletti e Starke (1999), a pesquisadora afirma que o que seus antecessores provaram é somente que *cê(s)* não é um pronome forte. Ela indica que é possível que o *cê(s)* seja complemento de preposição como em:

(m) Eu disse isso *p'cê* ontem.

(n) Quer que eu vá *c'cê* lá.⁶

Isso, todavia, ocorre somente quando há uma “reestruturação prosódica da fala”⁷, quando não há pausa entre os dois elementos fonéticos. Sua teoria é de que essa forma represente não um pronome clítico, mas um pronome fraco.

Em uma réplica às críticas levantadas por Petersen, Vitral e Ramos (2008) retomam sua teoria de base sobre a cliticidade da forma *cê(s)*, afirmando que essa forma é morfofonologicamente reduzida. Segundo os estudiosos, a possibilidade de que *cê(s)* compareça como complemento de preposição é forçada e mereceria uma análise acústica. Além disso, é afirmado que a sequência *cê* seguido de verbo é “quase categórica”⁸ segundo os resultados de vários estudos quantitativos.

Finalmente, a posição mais recente, de Othero (2013), questiona o processo de gramaticalização das três formas, afirmando que *você* e *cê* são dois pronomes distintos, e que a forma *cê* pode ser um pronome fraco ou um pronome pleno em processo de cliticização. O autor afirma que, do ponto de vista do comportamento prosódico, o *cê* não pode aparecer ao lado direito do grupo prosódico, pretônico, portanto, não pode ser sujeito posposto, complemento do verbo ou de preposição.

Muitos outros autores se ocuparam dessa questão, entre os quais citamos Ciríaco, Vitral e Reis (2004); Duarte (1986); Galves (1993); Kato e Tarallo (1987); Kato (1999); Nascimento (2010); Perini (2002, 2010); Bagno (2011) entre outros. Aqui, quisemos expor as questões de fundo de quem se ocupa do fenômeno exposto para podermos apresentar nossa proposta.

⁶ Exemplos citados pela autora.

⁷ Veja-se Petersen, 2008, p.302-303.

⁸ Vitral e Ramos, 2008, p. 404.

3. Originalidade da proposta

Como foi dito acima, a inovação deste trabalho é a utilização da metodologia da linguística de *corpora* na investigação de dados produzidos de forma espontânea e em contexto natural. É possível, assim, observar o que é realmente pronunciado por falantes da diatopia mineira em contexto natural, com qual frequência, em qual posição e com quais restrições; e, dadas as características do *corpus*, é possível analisar foneticamente os dados. A hipótese inicial pressupunha que:

- I) haveria uma frequência alta na produção da forma reduzida *cê(s)* em relação àquelas dissilábicas *ocê(s)* e *você(s)*;
- II) a forma *cê(s)* poderia ser encontrada em posições diferentes daquela pré-verbal com a função de sujeito;
- III) uma análise acústica poderia revelar diferenças de duração da forma *cê(s)* nas diferentes posições e denunciar correlações entre duração e tonicidade ou atonicidade. Ou seja, a mesma forma segmental poderia ser tônica ou átona, dependendo da sua consistência prosódica.

A melhor forma de fazer uma análise que tenha como base a fala espontânea em contexto natural é a utilização de um *corpus* cuja arquitetura permita a exploração sistemática dessas características.

O *corpus* C-ORAL-BRASIL é um *corpus* de fala espontânea informal do PB com foco na diatopia mineira, comparável aos *corpora* C-ORAL-ROM (CRESTI-MONEGLIA, 2005) para italiano, português europeu, francês e espanhol. O *corpus* é constituído por 208.130 palavras distribuídas em 139 gravações. Essas são divididas entre um contexto familiar/privado (159.364 palavras) e um contexto público (48.766 palavras). Cada um dos contextos foi separado por tipologia interacional: um terço de diálogos, um terço de conversações (diálogos entre mais de dois falantes) e um terço de monólogos. Os textos foram transcritos em formato *CHAT* (MACWHINNEY, 2000), ao qual foi implementada a anotação de fronteiras prosódicas (MONEGLIA; CRESTI, 1997). As transcrições foram alinhadas ao áudio através do software *WinPitch* (MARTIN, 2005). A qualidade acústica é geralmente muito boa, graças ao uso de equipamentos de gravação de última geração⁹.

⁹A respeito da arquitetura do *corpus* e de todos os dados pormenorizados de sua criação veja-se o cap. 2 “O *corpus* C-ORAL-BRASIL” (RASO, 2012a).

O *corpus* C-ORAL-BRASIL possui uma grande variação diafásica, que permite atingir uma "representação mais fiel do universo" (MONEGLIA 2005, p. 11¹⁰) linguístico. Segundo Biber (1993) para itens frequentes, como boa parte dos pronomes, excertos de cerca de 1000 palavras fornecem uma amostragem suficientemente confiável. No caso do C-ORAL-BRASIL, os textos variam entre um mínimo de 700 até um máximo de 4500 palavras, com uma média de 1500 palavras por texto, constituindo, portanto, um total muito maior do que aquele considerado suficiente por Biber.

Esse *corpus* apresenta, portanto, uma grande variedade de ocorrências dos pronomes de segunda pessoa. Como foi dito acima, o sistema de transcrição utilizado assinala as diferentes formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)*, de maneira que estas podem ser recuperadas automaticamente através de qualquer programa de busca.

A validação da transcrição foi realizada de forma dúplice: uma validação antes da revisão final do *corpus* e outra depois da revisão final das transcrições¹¹. A porcentagem de erro relativo à transcrição das formas pronominais foi avaliada à parte como todos os fenômenos de transcrição não ortográfica; para às formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)*, a margem de erro observada foi de 1,08% na validação inicial, comprovando portanto a alta confiabilidade desse *corpus* para nossa pesquisa. Além disso, esse trabalho analisou e verificou acusticamente 678 enunciados que continham, pelo menos, uma das formas estudadas. Nessa amostra, foram encontradas somente duas ocorrências de erro de transcrição: uma em que a forma *cê* foi transcrita como *ocê* (*bpubdl07-608*¹²) e outra com a forma *cês* transcrita como *ocês* (*bfamcv18-66*). Contudo, esses valores continuam sendo mínimos, pois correspondem a uma margem de erro de 0,29%. Essa margem de erro é estatisticamente irrelevante. Na linguística de *corpus*, é considerado como mais que aceitável uma margem de erro aquém de 5%¹³. A análise feita serviu de certa forma, como uma terceira validação do *corpus*, quanto a esse fenômeno específico.

¹⁰ Tradução nossa.

¹¹ Para os critérios de transcrição, revisão e de validação do *corpus*, veja-se a seção 5 do capítulo 4 “Transcrição e segmentação prosódica do corpus C-ORAL-BRASIL: critérios de implementação e validação” (MELLO *et alii*, 2012) e MELLO E RASO, 2010.

¹² A sigla se refere ao arquivo áudio-texto: neste caso contexto público, diálogo, número do arquivo e número do enunciado.

¹³ Veja-se, a esse respeito, HEUVEL *et alii*, (2000; 2008) e SCHIEL *et al.* (2004).

4. Os dados

Graças às características do *corpus* acima descrito, uma parte do trabalho pôde ser realizada utilizando um programa de busca gratuito, o *AntConc*¹⁴, de maneira semi-automática. Já a classificação das formas nas diferentes posições e funções teve que ser realizada manualmente, pois dependia da análise de cada ocorrência. Todos os dados coletados e divididos foram inseridos em planilhas do tipo *Excel*, juntamente aos dados relativos aos contextos de ocorrência, texto de origem, metadados dos falantes, e todo o tipo de anotação que o pesquisador considerasse útil para a análise.

4.1 Ocorrências e porcentagens

A varredura de todo o *corpus* na busca das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* confirmou a hipótese inicial da forte presença da forma *cê(s)* na língua falada espontânea: foram encontradas 2262 ocorrências da forma *cê(s)*, das quais 2137 no singular e 125 no plural; no caso da forma *ocê(s)*, foram verificadas 312 ocorrências, 281 no singular e 31 no plural. A forma *você(s)* apresentou 351 ocorrências das quais 312 no singular e 39 no plural. A tabela 1 relaciona esses dados:

Tabela 1: Ocorrências das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* no *corpus* C-ORAL-BRASIL.

FORMA	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	TOTAL
<i>cê</i>	2137	2262
<i>cês</i>	125	
<i>ocê</i>	281	312
<i>ocês</i>	31	
<i>você</i>	312	351
<i>vocês</i>	39	

Em termos percentuais, pode-se perceber ainda melhor qual a superioridade da forma reduzida *cê(s)* em relação às outras. O gráfico 1 exemplifica bem isto.

¹⁴ Disponível gratuitamente em http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/antconc_index.html

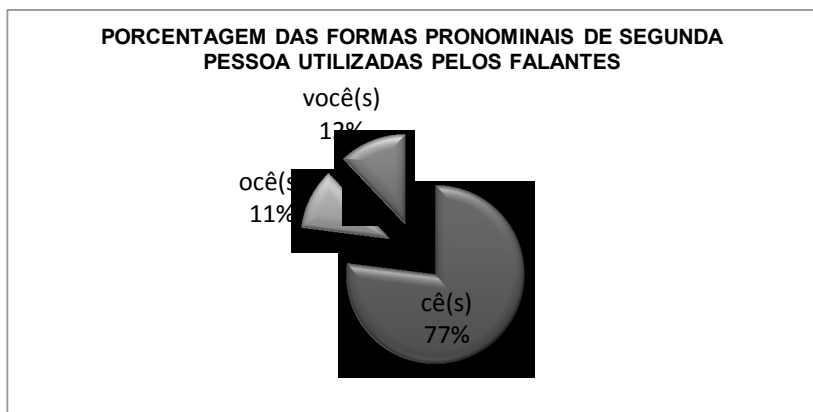


Gráfico 1: Porcentagem das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* encontradas no C-ORAL-BRASIL.

A forma mais utilizada pelos falantes gravados no C-ORAL-BRASIL, com 77% das ocorrências foi *cê(s)*. A forma *você(s)* compareceu em 12% dos casos, enquanto a forma *ocê(s)* teve frequência de 11%.

Contudo, várias dessas ocorrências são, na verdade, formas que participam de disfluências do discurso; elas não possuem um valor semântico/sintático e, portanto, não devem entrar na análise.

Por disfluências entendemos aqueles casos em que há algum problema na execução da fala ou a fala é interrompida, seja por motivos externos, como a intervenção repentina de outro falante, ou por motivos internos ao falante. Os motivos internos podem ocorrer, por exemplo, quando o informante interrompe seu fluxo de fala porque não sabe como continuá-lo, podendo haver repetições da mesma palavra, ou para reformular seu pensamento e continuar o discurso com um plano diferente.

Os exemplos abaixo mostram casos de disfluência. O asterisco seguido de três letras maiúsculas indica o início de fala e a identificação do informante. A barra simples significa fronteira prosódica que delimita uma unidade tonal, e a barra dupla indica fronteira prosódica de final de enunciado. O símbolo “+” significa que o enunciado foi interrompido. A barra simples entre colchetes, seguida de um número, refere-se à quantidade de palavras anteriores que são idealmente canceladas pelo falante em um *retracting*¹⁵.

¹⁵A importância dessa anotação da segmentação prosódica da fala para os fins deste estudo será aprofundada na seção 4.2.5.

- (1)
*MAR: aí / *cê* + depois que *cê* desfiou / (bfamd111)
- (2) *MAU: é que nem raspadinha // *cê* & cum + o primeiro número que *cê* raspa / vem lá um prêmio bom // (bfamd114)
- (3) // *cê* [1] a gente saiu / (bfamcv23)
- (4) *BMR: aí depois / quando *cê* + no devedê / isso eu sei dum devedê / (bfamd135)

Vejamos os dados na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Ocorrências das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* em casos de disfluências.

FORMA	TOTAL	EM DISFLUÊNCIA	Porcentagem dos casos de disfluência
<i>cê</i>	2137	116	5,43
<i>cês</i>	125	4	3,2
<i>ocê</i>	281	17	6,04
<i>ocês</i>	31	3	9,68
<i>você</i>	312	13	4,17
<i>vocês</i>	39	3	7,7

Os casos de disfluências não são todos iguais. Seria oportuna uma análise mais atenta para verificar em quais casos se gera simplesmente uma multiplicação da mesma forma sem nenhum objetivo semântico/sintático (problema de execução da fala) e em quais casos a forma da disfluência preserva seu objetivo semântico/sintático. Contudo, para simplificar a análise, excluimos aqui todos os casos em que o pronome aparece em um enunciado não terminado, e quando o pronome é repetido por *retracting*, o contamos apenas uma vez. Retirando, portanto, as ocorrências de disfluências das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* há um novo quadro, ligeiramente diferente.

Tabela 3: Ocorrências das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* excluindo-se as ocorrências de fenômenos de disfluências no *corpus* C-ORAL-BRASIL.

FORMA	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	TOTAL
<i>cê</i>	2021	2142
<i>cês</i>	121	
<i>ocê</i>	264	292
<i>ocês</i>	28	
<i>você</i>	299	335
<i>vocês</i>	36	

O total de pronomes na forma *cê(s)* é agora de 2142, na forma *ocê(s)* de 292 e na forma *você(s)* 335. Em termos percentuais, isso significa que não há nenhuma mudança em relação à situação anterior: a forma *cê(s)* apresenta ainda 77% das ocorrências, a forma *ocê(s)* 11% das ocorrências e a forma *você(s)* 12%.

4.2 Distribuição

A classificação das várias formas subdividiu os pronomes com base em sua posição, antes e depois do verbo. Em um segundo momento, foi verificada também a função sintática. Por se tratar de fala totalmente espontânea, há um certo número de ocorrências de sujeito posposto ao verbo; de enunciados em que o pronome se encontra em função contrastiva; de casos em que o pronome ocupa sozinho uma unidade tonal inteira, interna ao enunciado; e de casos em que o pronome ocupa uma unidade tonal inteira, mas que coincide também com o enunciado inteiro. Veremos depois a importância dessas últimas duas distribuições.

A tabela 4 abaixo exibe uma visão geral desses casos, que serão tratados de maneira pormenorizada a seguir.

Tabela. 4: Ocorrências das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* nas diferentes posições no *corpus* C-ORAL-BRASIL.

POSIÇÃO	<i>cê</i>	<i>cês</i>	<i>ocê</i>	<i>ocês</i>	<i>você</i>	<i>vocês</i>
Pré-Verbal - Função Sujeito	1955	120	173	11	207	17
Pós-Verbal – Função Sujeito	0	0	11	0	11	2
Pós-Verbal – Função Objeto Direto	0	0	12	3	5	4
Pós-Verbal – Função Objeto Preposicionado	35	1	54	14	40	11
Pronome com função contrastiva	0	0	2	0	6	0
Pronome em isolamento na Unidade Tonal	29	1	12	0	21	1
Pronome em isolamento absoluto	1	0	0	0	9	1

Análises mais detalhadas serão comentadas adiante. Contudo, vale a pena ressaltar desde já alguns dados: em primeiro lugar, a alta incidência da forma *cê(s)* em posição pré-verbal e função de sujeito. Pode-se notar também sua total ausência na posição pós-verbal com função de objeto direto, confirmando, em dados de fala espontânea, o que foi encontrado na literatura com outros tipos de dados. Além disso, é interessante assinalar que a forma *cê(s)* não ocorre como sujeito posposto, em isolamento absoluto (ou seja, quando ocupa inteiramente o enunciado) ou em função contrastiva, o que também confirma o que a literatura sustenta. O que surpreende imediatamente, ao contrário, é que foram encontradas 36 ocorrências da forma em

posição pós-verbal com função de objeto indireto, fato que toda a bibliografia consultada nega ser possível, e que, adiante, será comentado com maior detalhe.

4.2.1 Posição pré-verbal

A forma que prevalece em posição pré-verbal com função de sujeito é *cê(s)*. Em posição pré-verbal, encontram-se 85% de *cê(s)*, 7% de *ocê(s)* e 8% de *você(s)*. Abaixo, exemplificamos tais ocorrências com alguns enunciados extraídos do *corpus*. A informação entre parênteses refere-se à identificação do texto do *corpus* da qual o exemplo foi extraído. Os números entre colchetes na transcrição, quando presentes, referem-se ao número do enunciado, atribuído automaticamente pelo programa *WinPitch* quando do alinhamento da transcrição com o áudio da gravação.

Cê(s):

(4) *RUT: [48] uai / e *cê* acha isso velho / <Terezinha> // (bfamcv02)

(6) // [186] *cê* ãu entendeu // (bfamcv03)

(7) [80] *cês* querem participar // (bfamcv01)

ocê(s):

(8) *RUT: [269] uai / *ocê* ãu gostou <não / Jael> // (bfamcv02)

(9) *COZ: *ocê* que fica <no emesseene> o dia todo / *sô* // (bpubdl07)

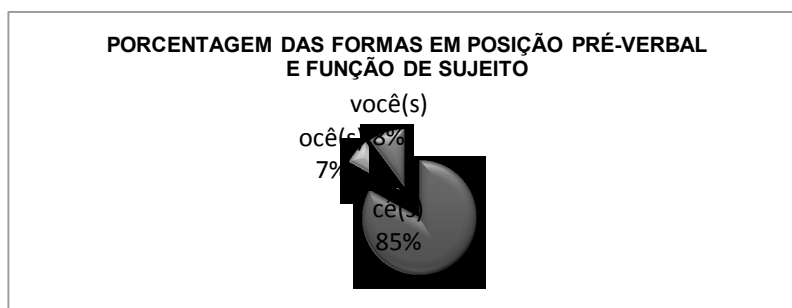
(10) *LUZ: [335] *ocês* ãu acostumaram ainda // (bfamdl03.txt)

Você(s):

(11) *EVN: [111] hhh *você* está demitido // (bfamcv01)

(12) *MAE: pois é / mas ali *você* acha mais é malha // (bfamcv19)

(13) // então / *vocês* já conseguiram editar tudo // (bpubcv08.)

Gráfico. 2: Porcentagem das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* em posição pré-verbal e função de sujeito.

4.2.2 Posição pós-verbal

No caso das formas estudadas na posição pós-verbal, a situação é mais complexa, pois foram analisados três casos em que isso ocorre: quando a função sintática é de objeto direto, quando é de objeto preposicionado, e quando é de sujeito, nesse caso, posposto ao verbo.

Tabela. 5: Ocorrências das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* na posição pós-verbal em diferentes funções.

POSIÇÃO	<i>cê</i>	<i>cês</i>	<i>ocê</i>	<i>ocês</i>	<i>você</i>	<i>vocês</i>
Pós-Verbal – Função Sujeito	0	0	11	0	11	2
Pós-Verbal – Função Objeto Direto	0	0	12	3	5	4
Pós-Verbal – Função Objeto Indireto	35	1	54	14	40	11

No caso da função de sujeito posposto, a forma *cê(s)* não apresentou nenhuma ocorrência, corroborando o relatado pela literatura, enquanto as formas *ocê(s)* e *você(s)* apresentaram, respectivamente, 11 e 13 ocorrências.

Exemplos de sujeito posposto:

(14) // Maria José / vai lá *você* / traz arroz pa frente / arroz e feijão // (bfamcv18)

(15) *TER: [70] conta *ocê* / Rute // (bfamcv02)

Pode-se observar que também a função de objeto direto é exercida somente pelas formas *ocê(s)* e *você(s)*; não foi encontrada nenhuma ocorrência da forma *cê(s)*, corroborando o que é afirmado pela literatura.

(16) // [97] falei / porque / ela / gerou *você* pra mim // (bfammn05)

(17) *JOS: *cadê ocê* > // (bfamecv05)

4.2.3 Função de objeto preposicionado

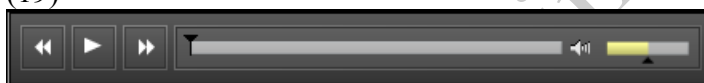
O estudo das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* na posição pós-verbal e na função de objeto preposicionado merece uma seção à parte, por contrariar quanto afirmado até agora pela literatura. Foram encontradas 68 ocorrências de *ocê(s)* nesta posição e função e 51 de *você(s)*. A parte mais interessante contudo são as 35 ocorrências da forma *cê* no singular, e o único caso de *cês* no plural, presentes no *corpus*. Seguem alguns exemplos abaixo, com os respectivos arquivos de áudio.

(18)



/ eu / ãũ tenho preocupação *com você* lá fora // (bfammn24-53)

(19)



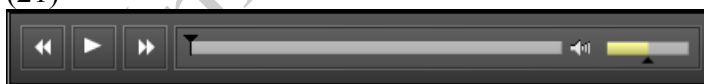
// falei *c' ocê* // (bfamd130-68)

(20)



como é que foi esse projeto *pr' ocê* // (bpudl11-241)

(21)



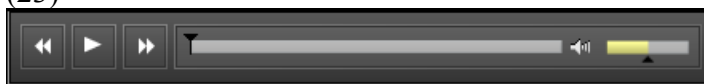
*FLA: ranjar um dadinho *p' ocê* // (bfamecv21-50)

(22)



// [90] acho que ea fica melhor do que da outra // [91] *p' cê* // (bpudl01-90-91)

(23)



// e [1] e lá [1] lá em Lagoa Santa o xxx falou *c' cê* // (bfamd117-201)

(24)



// eu já falei com cê / hein / paciência é uma virtude // (bfamd112-21)

Se forem comparados os totais de objetos preposicionados em porcentagem verá-se que o *cê(s)* representa quase um quarto do total. Esse é um número muito alto, se considerarmos que, até agora, a literatura não incluía essa forma entre as possíveis nessa função. Graças à análise de dados espontâneos, pôde-se perceber que a forma não somente é possível, mas também bastante frequente.

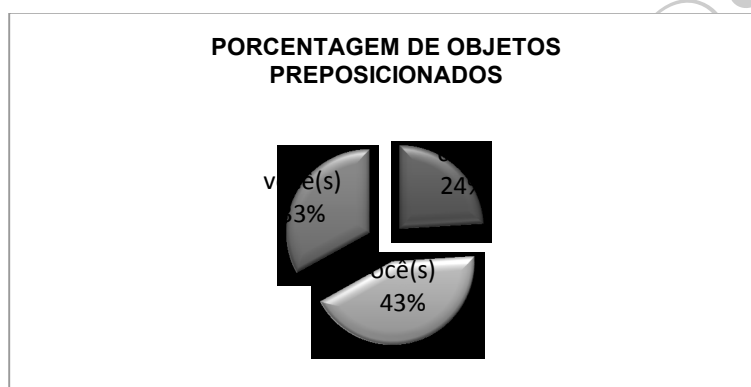


Gráfico. 3: Porcentagem das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* em posição pós-verbal e função de objeto preposicionado.

Quando consideramos as ocorrências somente no singular, pode-se notar que a ocorrência é ainda maior, e a presença da forma *cê* representa um percentual ainda mais alto.



Gráfico. 4: Porcentagem das formas *cê/ocê/você* no singular em posição pós-verbal com função de objeto preposicionado.

Nesse caso, são detectáveis 41% dos casos na forma *ocê*, 31% na forma *você* e 28%, quase um terço, na forma *cê*.

É importante ressaltar que nas ocorrências encontradas as preposições que compareceram foram *com* (28 ocorrências e 78% dos casos), *c'*, contração de *com* (2 ocorrências e 5% dos casos) e *p'*, contração de *para* (6 ocorrências e 17% dos casos) no singular. Com a forma plural a preposição utilizada é *d'*, contração de *de*.

O fato que não todas as preposições foram encontradas com a forma *cê(s)* pode ser motivo de discussão. Contudo devemos lembrar que o fato de que um *corpus* não apresente algumas formas não significa que elas não possam existir. A não presença de uma ou outra forma no *corpus* não pode ser um argumento para não explicar as formas presentes. O fato portanto que não apareça uma forma como *pra cê* é interessante, mas não pode ser utilizado como argumento para invalidar, de alguma forma, a presença de *p' cê* ou de *com cê*, etc.

Uma discussão de natureza diferente poderia envolver a confiabilidade das análises acústicas; por exemplo, poderia-se supor que as formas *p' cê* e *c' cê* sejam na realidade casos de formas *p' ocê* e *c' ocê* em que a vogal *o* está muito reduzida. Ou que a forma *com cê* poderia ser uma espécie de crase nasalizada em que há alongamento vocálico do *õ* que impossibilitaria a distinção entre o *cê* e o *ocê*. Abaixo estão os espectrogramas dos enunciados (18) a (24) em que é possível averiguar e comparar alguns casos de *pr' ocê*, *p' ocê* e *p' cê*, e aqueles de *c' ocê*, *com cê* e *c' cê*. Apesar de todos os limites que apresenta o espectrograma de gravações em contexto natural, consegue-se perceber claramente, tanto à oitiva quanto examinando o espectrograma, a diferença que se passa entre os casos em que há o *o*, que seria evidenciado pela presença distinta de formantes vocálicos, daqueles em que este é ausente. Caso se possa admitir uma quantidade mínima de elemento vocálico, o que aqui contudo não é admitido, isto seria algo bastante natural na fonologia do PB, entre uma oclusiva e uma sibilante, como ocorre na pronúncia da palavra *p(i)siquiatra*. Isto justificaria uma pequena epêntesi vocálica, que todavia não foi encontrada no estudo.

Vejamos portanto os espectrogramas:

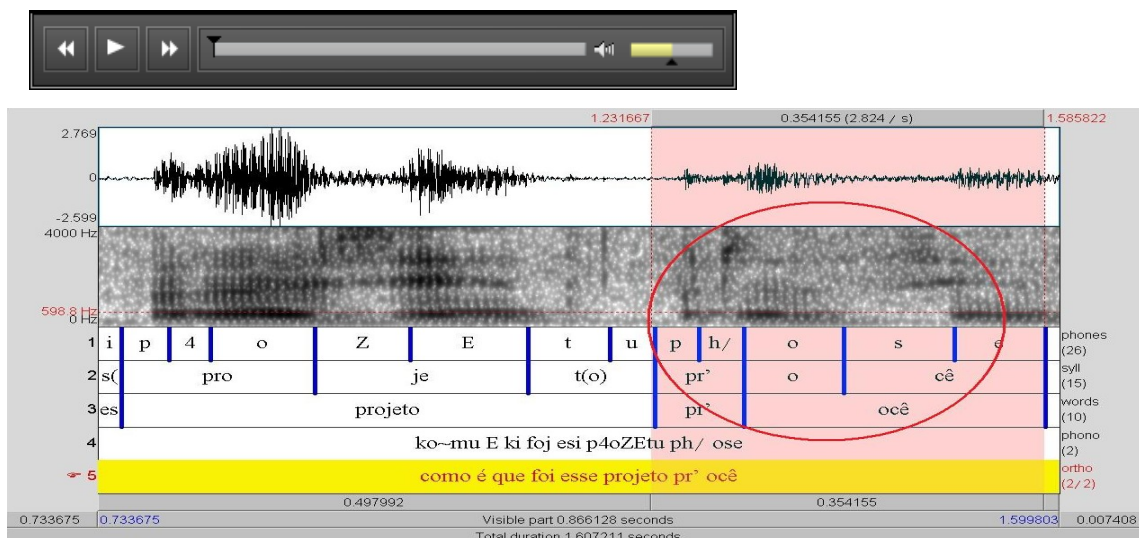


Figura 1: Tela do *Praat* com o texto (bfamdl11-241), exemplo (20): é mostrado o espectrograma e nas linhas abaixo o texto, e sua segmentação em palavras, sílabas fonética e fones.

O espectrograma do exemplo (20) mostra claramente a presença, após a oclusiva, do tepe e da vogal na série *pr' ocê*.

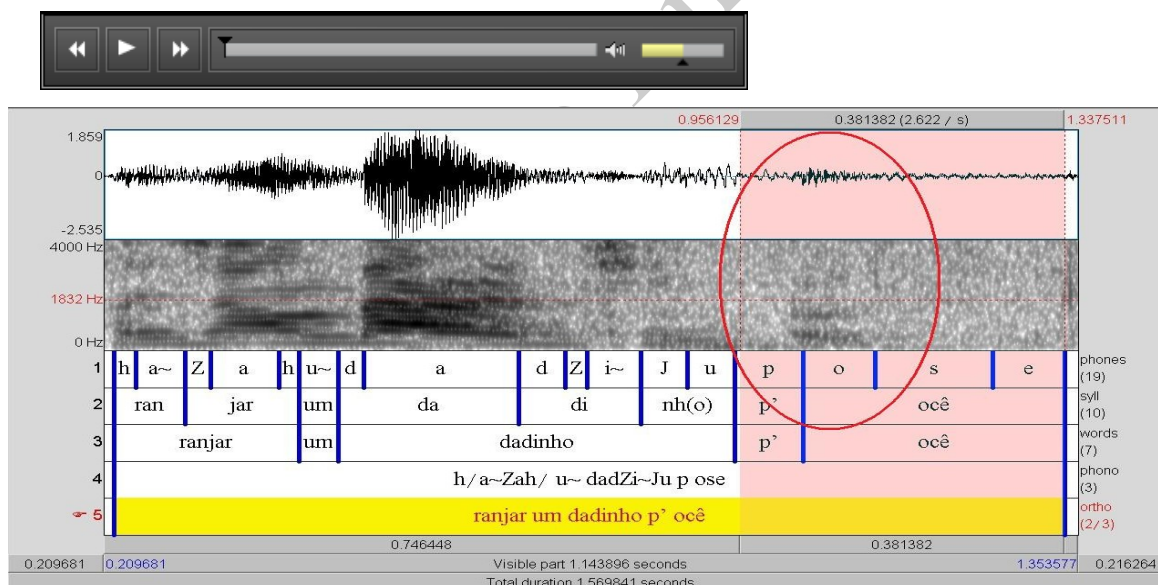


Figura 2: Tela do *Praat* com o texto (bfamcv21-50), exemplo (21).

Neste espectrograma do exemplo (21), a explosão do /p/ é imediatamente seguida pela vogal, visível pela variação dos pulsos na frequência e pelo ligeiro escurecimento do espectrograma onde há a vogal.

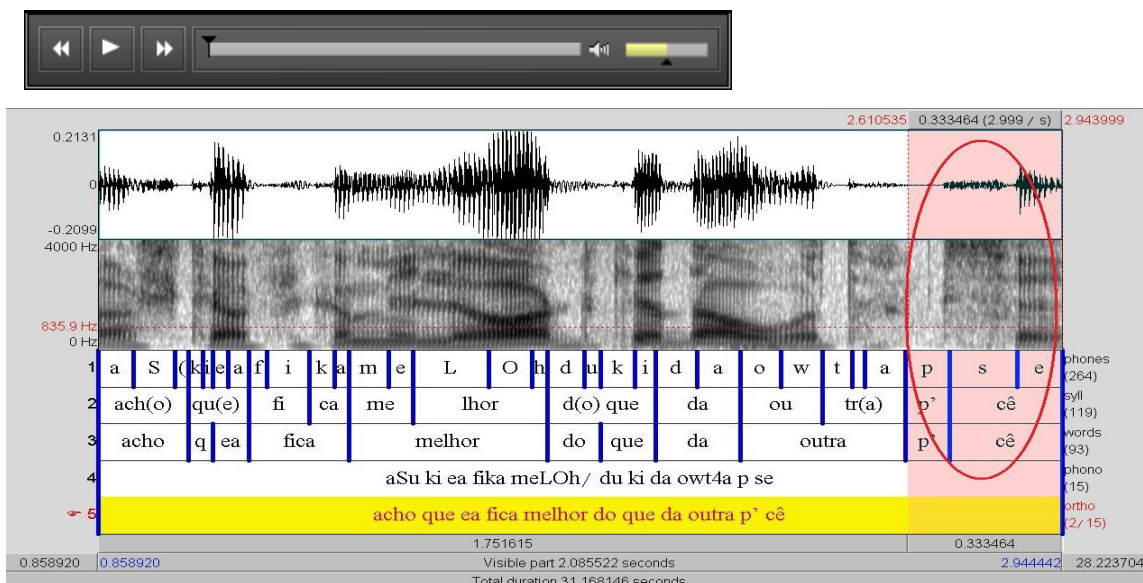


Figura 3: Tela do *Praat* com o texto (bpudl01-90-91), exemplo (22).

Neste caso ao contrário, do exemplo (22), é visível que entre a explosiva e a sibilante não há nenhuma vogal.

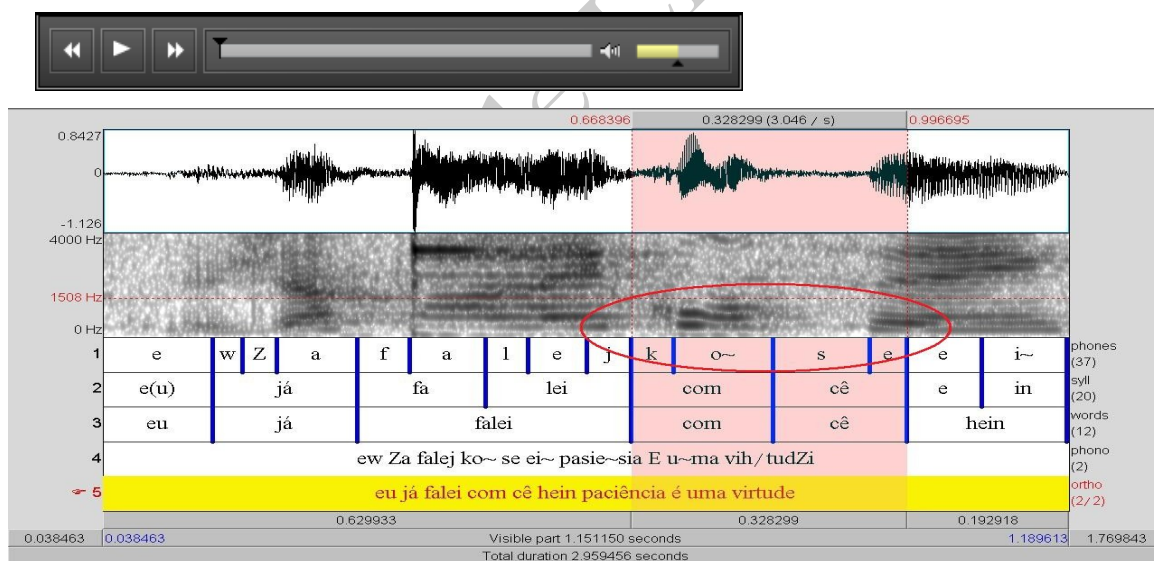


Figura 4: Tela do *Praat* com o texto (bfamdl12-21), exemplo (24).

No espectrograma do exemplo (24), são perfeitamente visíveis a oclusiva seguida da vogal nasalizadas e da consoante nasal [m].

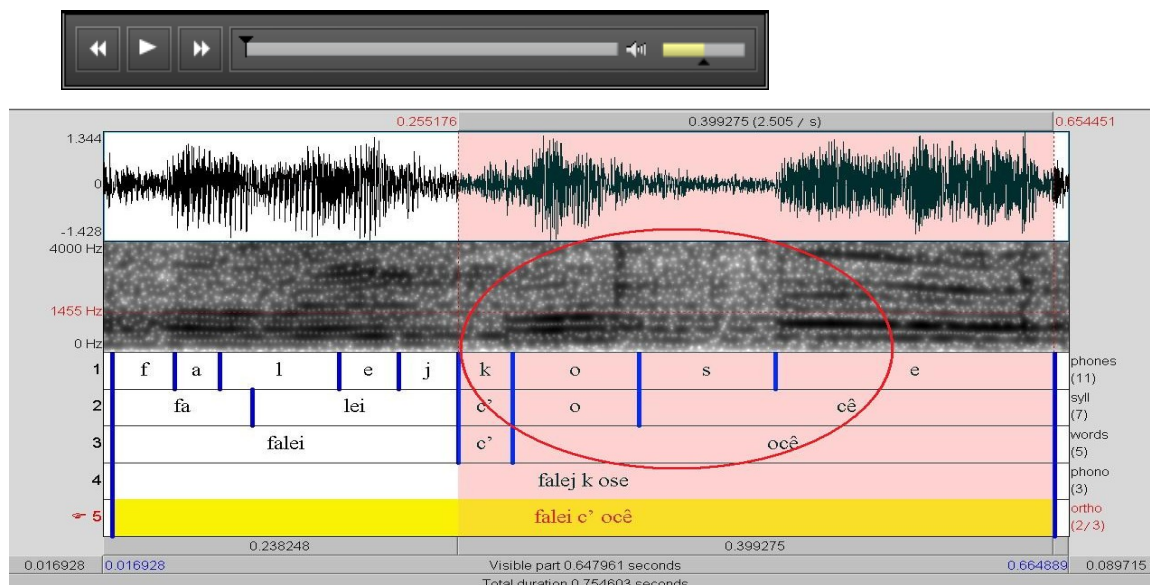


Figura 5: Tela do Praat com o texto (bfamd130-68), exemplo (19).

Já no exemplo (19), é evidenciada a ausência da consoante nasal.

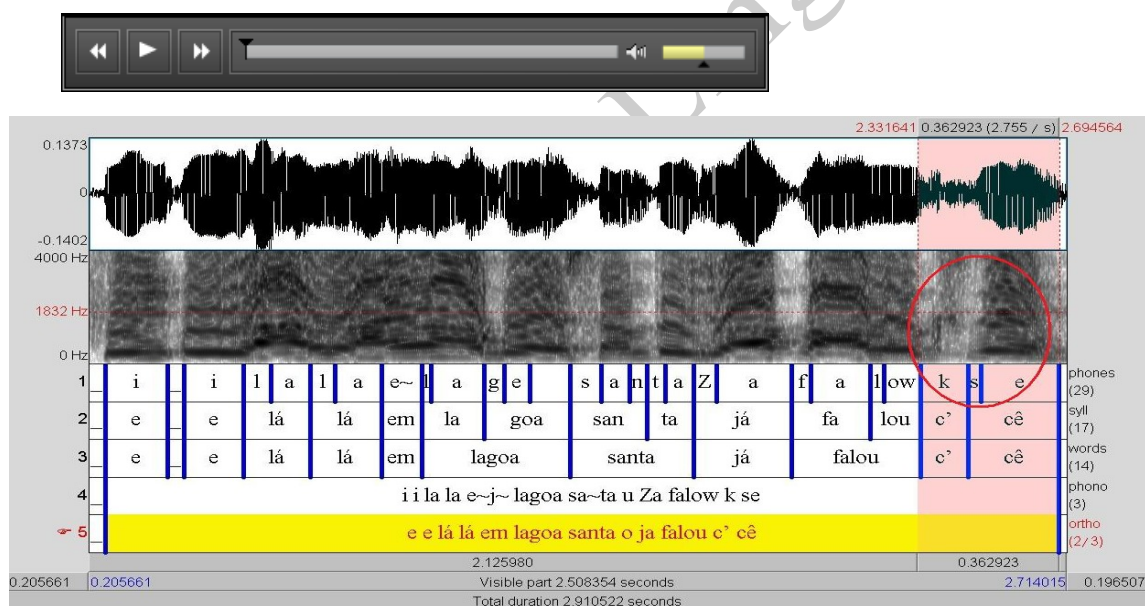


Figura 6: Tela do Praat com o texto (bfamd117-201), exemplo (23).

No caso do exemplo (23), da oclusiva passa-se diretamente para a fricativa, sem vogal ou consoante nasal.

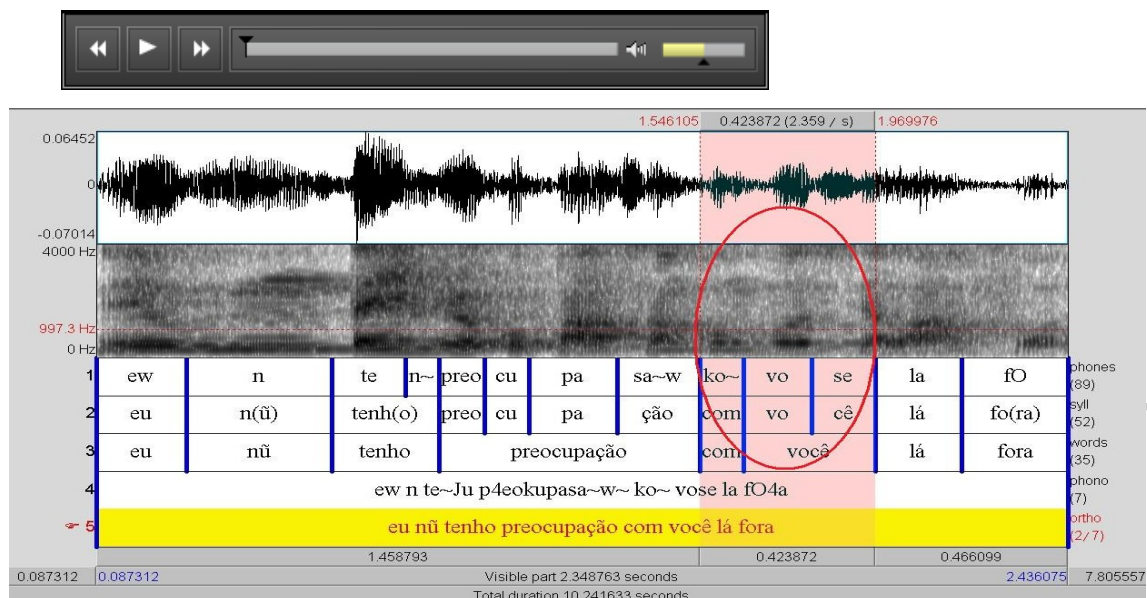


Fig.7: Tela do Praat com o texto (bfamnn24-53), exemplo (18).

Finalmente, o exemplo (18), mostra o inteiro processo articatório que leva da oclusiva às nasais (vogal e consoante), seguida de fricativa e vogal.

Esses exemplos portanto, mostram, com todas as evidências, a possibilidade de a forma *cê* comparecer como complemento de preposição.

4.2.4 Pronomes com função contrastiva

As formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* foram analisadas também em posições no enunciado que dificilmente seriam encontradas na fala guiada, mas que podem ocorrer na fala totalmente espontânea em contexto natural. É o caso do pronome com função contrastiva. Retomamos, na tabela 6, parte da tabela 2 para relembrar as ocorrências:

Tabela. 6: Ocorrências das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)* com função contrastiva.

POSICÃO	<i>cê</i>	<i>cês</i>	<i>ocê</i>	<i>ocês</i>	<i>você</i>	<i>vocês</i>
Pronome com função contrastiva	0	0	2	0	6	0

Pode-se notar que a forma *cê(s)* nunca ocorre com essa função, a forma *ocê(s)* ocorre duas vezes e a forma *vocês(s)* é a mais frequente com 6 ocorrências.

Vajamos alguns exemplos abaixo.

(26) *ONO: eu cheguei primeiro que *ocê*// (bfamcv11)

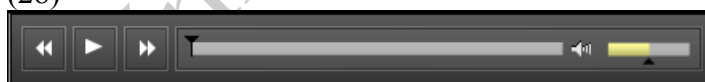
(27) *DUD: não / *você* / sim // <&m [1] &m> [1] mas ninguém mais // (bfamd124)

4.2.5 Pronome isolado em enunciado ou em unidade tonal

O *corpus* C-ORAL-BRASIL representa a segmentação prosódica da fala na transcrição com base em critérios específicos. Tanto os critérios de segmentação quanto a sua validação podem ser conferidos de maneira aprofundada em Raso e Mittmann (2009), Moneglia et. al. (2010) e Mello et al. (2012). A segmentação é a mesma realizada na maioria dos *corpora* de fala espontânea de terceira geração, como o Santa Barbara Corpus (DU BOIS et al. 2000-2005), o C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005), o Corpus AfroAsiático (METTOUCHI; CHANARD 2010) e o Corpus CoSIH (HARY, 2003).

Basicamente, o *corpus* representa a fala segmentada em enunciados, e esses segmentados em unidades tonais (uma ou mais). O enunciado é definido como “a menor unidade da fala interpretável pragmaticamente (e prosodicamente) em isolamento” (CRESTI, 2000; CRESTI; GRAMIGNI, 2004), ou seja, o enunciado é o equivalente da locução de um ato de fala (AUSTIN, 1962). Dentro do enunciado, cada unidade tonal corresponde a uma unidade informacional (CRESTI, 2000; RASO, 2012), cada uma com seus próprios parâmetros funcionais, prosódicos e distribucionais. Portanto, se um pronome se encontra isolado em um enunciado, é necessário que esse pronome seja associado a uma força ilocucionária (deve ser suficiente para realizar um ato de fala). Destarte, se o enunciado é composto por apenas um pronome, o pronome deve ser tônico, como mostrado nos exemplos a seguir, em negrito>.

(28)



*EDU: porquinho //
 *KAR: ahn / <então conta / pra ver> //
 *ISA: <não / &cha [/1] canta da Chapeuzim Vermelho> //
 *EDU: <ah / não> // <**você**> // **você** //
 *KAR: tá // era uma vez //
 *EDU: um porquim //
 *ISA: deixa contar agora //(bfamcv17)

(29)



*JAD: <a senhora> // **você** pediu de qual //
 *PTG: ahn //eu vou experimentar frango com &ched [/2] ih // com cheddar //
 *JAD: a senhora não / né // **você** //(bpubdl07)

(30)



// [90] acho que ea fica melhor do que da outra // [91] p' cê //
(bpubdl01)

O exemplo 30 mostra, através de outro caminho, o valor tônico das formas de preposição mais *cê*. Isso pode ser verificado através das medidas prosódicas.

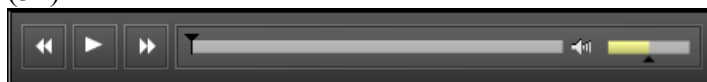
Quando um pronome se encontra isolado em uma unidade tonal dentro de um enunciado, ele não constitui necessariamente uma unidade informacional. Nesse caso, as possibilidades são várias¹⁶:

- a) A unidade tonal é apenas parte de uma unidade informacional que é realizada em mais de uma unidade tonal; isso acontece relativamente pouco na fala espontânea, e sempre por certas razões: ou quando o conteúdo locutivo da unidade é grande demais (ou seja, por razões articulatórias), ou quando por razões de diastratia ou idade o falante não possui uma perícia adequada da fala; ou, mais raramente, por razões enfáticas. Essas unidades tonais que realizam apenas uma parte da unidade informacional e nunca a parte final, que é a parte que carrega o perfil funcional da unidade, são chamadas de unidades de escansão (SCA);
- b) A unidade tonal pode coincidir com a unidade ilocucionária (que é obrigatória) e o pronome então deve ser tônico;
- c) A unidade informacional é uma unidade de tópico, que, por definição, possui um foco funcional, que a torna tônica;
- d) A unidade informacional pode ser de outro tipo, e, portanto, pode ser realizada com duração variável.

Observamos todos os 8 casos de *cê* isolados em unidade tonal. Como era de se esperar, quase todos são unidades de escansão e átonos; observamos que não é necessário que a unidade de escansão seja marcada por uma duração curta. Aqui a seguir se apresentam alguns exemplos, e o espectrograma de dois deles:

¹⁶ Não é possível, por razões de espaço, explicar mais em detalhe como se configura a organização da fala espontânea segundo a visão, baseada em observação de *corpora* de fala espontânea, que adotamos aqui. Para maiores informações, veja-se Cresti (2000), Moneglia (2005) e Raso (2012b).

(31)

// **cê** / vai atravessar a praça / (bfamcv14-22)

(32)

// **cê** / faz aquilo que **cê** / deveria ter feito / (bfamcv32-105)

(33)

// **cê** / sai daqui de casa / (bfammn24-52)

(34)

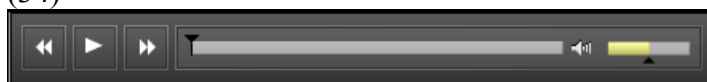
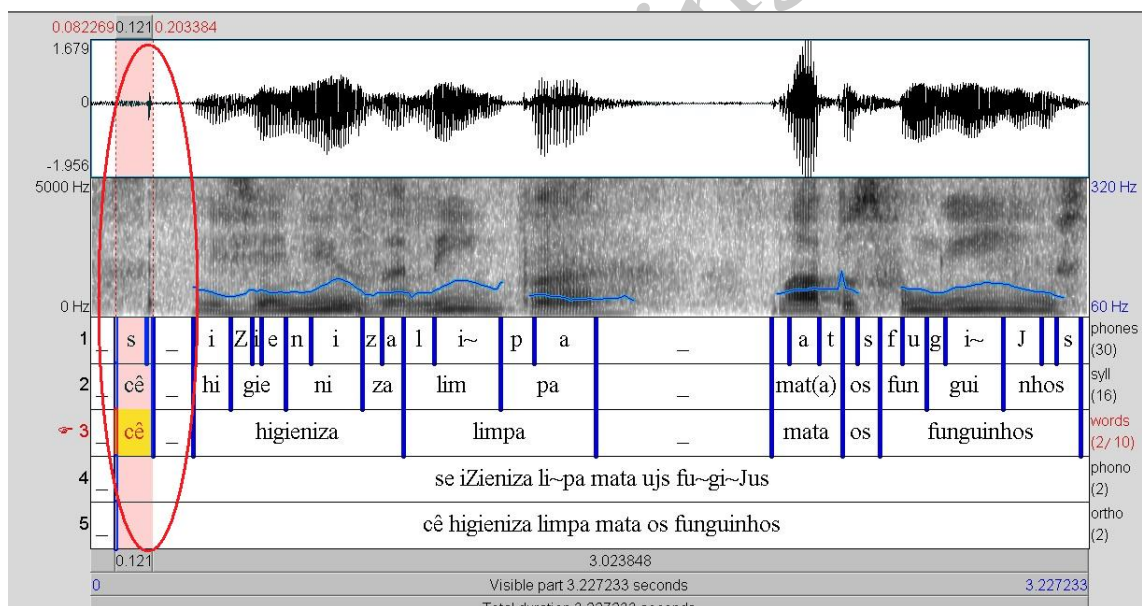
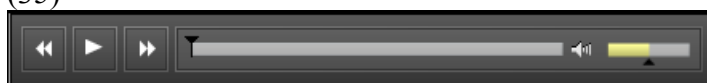
// **cê** / higieniza / limpa / mata os funguinhos // (bfammn27-64)

Figura 8: Tela do Praat com o texto (bfammn27-64), exemplo (34).

O espectrograma evidencia um *cê* extremamente curto como duração e visivelmente átono, seguido de uma páua, ressaltando o isolamento em unidade tonal.

(35)

// tipo / **cê** / acertar direitinho / (bfamcv31-187)

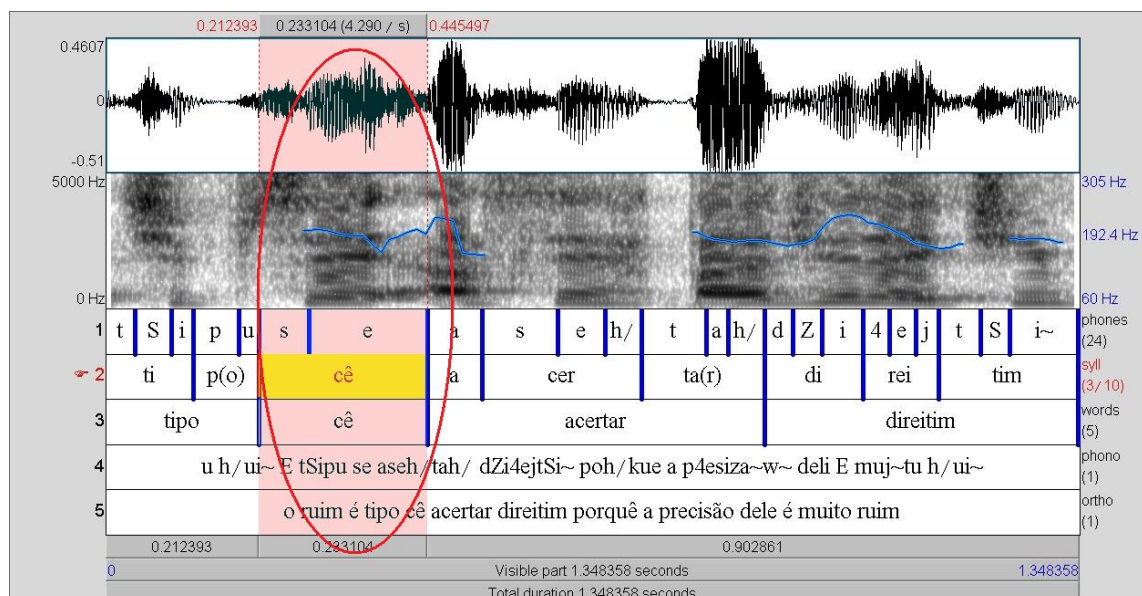


Figura 9: Tela do Praat com o texto (bfamcv31-187), exemplo (35).

Neste caso o pronome é um pouco mais longo do que o anterior, mas sempre átono. Não há pausa, mas uma quebra prosódica após o pronome, que caracteriza seu isolamento em unidade tonal.

Contudo, em um caso, o *cê* parece fortemente realizar uma unidade de tópicico. Trata-se do exemplo seguinte:

(36)



// [47] cê / mandava [1] &re [1] correspondia por carta (bfamnn02-47)

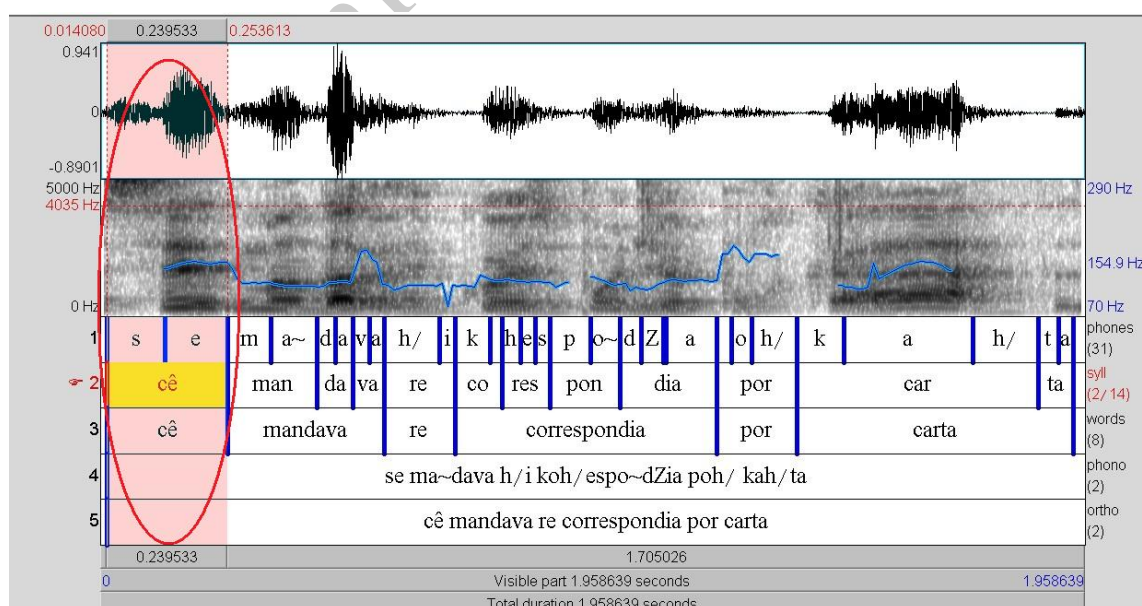


Figura 10: Tela do Praat com o texto (bfamnn02-47), exemplo (36).

A percepção da função de tópico é evidente à oitiva, mas é também corroborada pelos parâmetros prosódicos, basicamente pelo alongamento e pelo perfil¹⁷. Os estudos realizados sobre as formas de tópico sobre o italiano (FIRENZUOLI; SIGNORINI, 2003), o PB (MITTMANN 2012) e o PE (ROCHA 2012) mostraram que são possíveis quatro formas. O exemplo mostrado na fig. 10 corresponderia à segunda forma, caracterizada por um núcleo (que nesse caso envolve a única sílaba da unidade) ascendente com alongamento.

É evidente que um único caso não é suficiente para provar que a forma *cê* possa realizar a função de tópico. Seria necessário dispor de um *corpus* maior para poder achar outros exemplos. Contudo, nos parece muito interessante mostrar um caso em que a forma *cê* chega a ser um bom candidato para a função de tópico, e certamente apresenta características prosódicas de tonicidade.

5. Análise acústica

Os estudos prosódicos identificam três parâmetros que devem ser observados no momento da análise da produção: a duração, entendida como a diferença de tempo entre dois eventos; a frequência fundamental (*F0*), determinada pelo número de ciclos que as pregas vocais fazem em um segundo; e a intensidade, devida à energia de vibração da fonte que emite o som. A percepção da fala relaciona esses três parâmetros às noções de duração percebida, altura e volume. Segundo Barbosa (1999), a sensação de duração percebida está diretamente ligada ao cruzamento dos três parâmetros prosódicos citados acima como um todo. No estudo da fala, a análise prosódica se dá, geralmente, “pelo estudo da duração observada, deixando-se de lado os papéis desempenhados pela frequência fundamental e pela intensidade em sua percepção” (BARBOSA, 1999, p. 23).

A parte mais árdua, e também mais inovadora deste trabalho, consiste na análise acústica dos enunciados em que se encontram as formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)*. O objetivo é verificar a duração dessas formas comparando-as com a duração das outras sílabas do mesmo enunciado. Medir a duração silábica na fala espontânea é uma tarefa muito complexa: o conteúdo locutivo de cada enunciado é extremamente variável; podem ocorrer mudanças extremas de velocidade de fala, até mesmo na fala de um mesmo falante; várias formas de ruído podem introduzir

¹⁷ Sobre o tópico em PB veja-se Raso, 2012b e principalmente Mittmann, 2012 e Mittmann e Rocha, 2012.

fatores de ulterior complicação. Para minimizar a variabilidade nos dados, que são de enunciados não padronizados, foi realizada a comparação das sílabas de um mesmo enunciado. Esse procedimento permite saber se a(s) sílaba(s) do pronome estudado encontra(m)-se entre aquelas mais longas do mesmo enunciado ou entre aquelas mais curtas. Como discutido abaixo, os critérios de segmentação fonética são tarefas complexas. Trata-se das decisões que devem ser tomadas para escolher as fronteiras entre um evento e outro, e de definir por qual, dentre a variedade de fenômenos observáveis no sinal de fala, deve-se optar.

Para se chegar aos resultados da segmentação, foram seguidas as seguintes etapas:

- 1) Seleção dos enunciados adequados, cujos critérios serão descritos abaixo. Foi feita manualmente uma busca nas planilhas do tipo *Excel*, criadas na primeira etapa do trabalho, dos enunciados em que ocorressem as formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)*;
- 2) Busca, através do programa *WinPitch*, dos enunciados selecionados na etapa 1. Através do *WinPitch*, é possível visualizar o alinhamento do texto com o som e a conferência da qualidade do espectro acústico e da boa audibilidade do som. Em caso afirmativo, o trecho em questão foi selecionado, copiado e transferido para uma pasta separada;
- 3) Abertura do arquivo de áudio no programa *Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2013) e segmentação do enunciado em palavras, sílabas e fones;

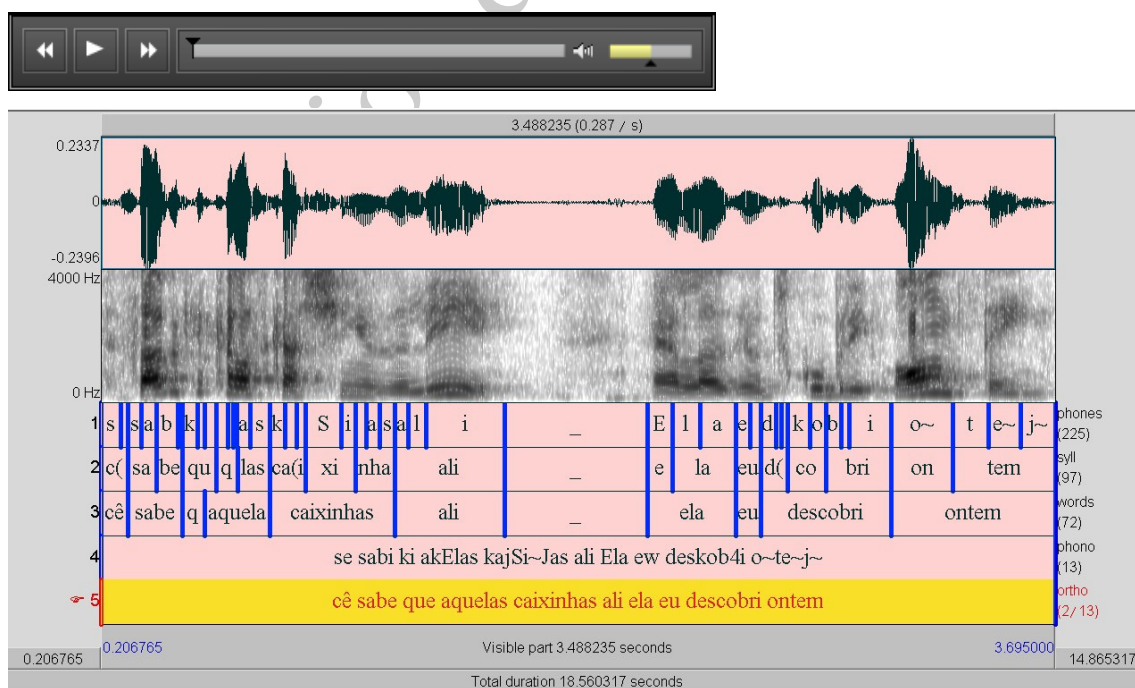


Figura 11: Tela do *Praat* com o texto (bfamd102-45): é mostrado o espectrograma e nas linhas abaixo o texto, e sua segmentação em palavras, sílabas fonética e fones.

4) Extração dos dados relativos à duração das sílabas de cada enunciado e conversão em formato compatível com uma planilha do tipo *Excel* para análise estatística.

5.1 Seleção dos enunciados

Seguindo os passos metodológicos descritos, foram selecionados 110 enunciados extraídos do *corpus* e com as seguintes características:

- a) conter pelo menos uma ocorrência das formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)*;
- b) possuir uma alta qualidade acústica (segundo os critérios do C-ORAL-BRASIL qualidade A ou AB¹⁸);
- c) não fazer parte de enunciados com sobreposição de fala.

Tais critérios garantiram uma amostra de enunciados que contivessem suficiente qualidade acústica para a análise do espectro da fala.

Os 110 enunciados obtidos pertencem a 29 informantes diferentes, 16 de sexo masculino e 10 de sexo feminino. Desses informantes, 11 possuem até o terceiro grau completo, mas não atuam em profissão que exige o título (classe 2) e 14 possuem terceiro grau completo e exercem uma atividade que necessita deste tipo de escolarização (classe 3). Três falantes possuem o primário incompleto (classe 1) e sobre o último não se possuem informações de seu nível escolar¹⁹. Quanto à origem dos falantes: 11 são de Belo Horizonte, 3 da região metropolitana, 11 do interior de Minas Gerais e um de origem desconhecida.

Foram então realizadas as etapas de extração dos arquivos, como descrito acima, e análise e segmentação no programa *Praat*.

5.2 Critérios de segmentação

O estudo da duração requer do pesquisador a decisão sobre qual evento do sinal acústico deve ser utilizado como fronteira para delimitação entre o início e o fim do tempo mensurado. Segundo Barbosa (1999), sempre existirá uma certa dose de incerteza, devido aos fenômenos de coarticulação. O termo *segmentação* é definido por Barbosa como “a marcação dos eventos que foram escolhidos para a caracterização da duração”.

¹⁸ Para os critérios de avaliação da qualidade acústica das gravações remetemos ao parágrafo 3.1 “A qualidade acústica” do cap. 2 “O corpus C-ORAL-BRASIL” (RASO, 2012a).

¹⁹ Sobre a variação diastrática do *corpus* C-ORAL-BRASIL e as escolhas dos diferentes níveis de escolaridade, veja-se o capítulo 2 “O corpus C-ORAL-BRASIL” de RASO (2012).

Nesse caso, os indicadores principais de segmentação foram a análise do espectrograma e a percepção do sinal acústico.

O enunciado inteiro é ouvido e, com base em uma primeira impressão, são marcadas em uma linha (*TextGrid*) as fronteiras entre palavras. Devido a vários fenômenos (ruído de fundo e coarticulação são os mais relevantes), nem sempre é possível detectar todas as fronteiras; portanto são importantes a observação e a interpretação do espectrograma, que fornece um “retrato” das ondas acústicas produzidas na fala. Exemplificando esse discurso, a observação dos formantes, ou seja, das frequências de ressonância em volta dos quais se formam picos de amplitude, é um bom indício para a localização das vogais. Já as oclusivas são precedidas por um período de silêncio após o qual há uma “explosão” assinalada no espectrograma com uma linha vertical bastante reconhecível. Sem esquecermos a importância do reconhecimento da sibilante no *cê(s)*.

Há, portanto, vários indícios que permitem assinalar as fronteiras entre fones. Como o interesse da pesquisa está nas sílabas, foi importante poder detectar primeiramente os fones, para depois efetuar sua junção em sílabas.

O próprio programa *Praat* fornece o auxílio do pacote *Easyalign*, que faz uma segmentação *grosso modo* dos enunciados em palavras, sílabas e fones. Contudo o *script* não é totalmente confiável e, em se tratando de fala espontânea, precisou ser corrigido manualmente.

A parte do estudo que aqui é apresentada trabalhou com sílabas ortográficas, porque o *corpus* é transcrito ortograficamente, com poucas modificações. Na etapa que está em andamento, essas sílabas serão todas reescritas em transcrição fonética ampla²⁰, em formato *ASCII*, para que possam ser analisadas pelo programa *SGdetector*, como explicado adiante. Deixando de lado a questão do formato da transcrição, as fronteiras permanecem as mesmas, e as análises foram feitas em cima dessas segmentações.

O programa *Praat* extrai automaticamente a duração de cada sílaba e, como foi dito, os dados são inseridos em uma planilha do tipo *Excel* para comparação dos dados.

6. Resultados parciais

Conforme explicado anteriormente, as sílabas de cada enunciado foram comparadas entre si:

²⁰ “broad phonetic transcription”, Barbosa, 2013, p. 86

- foi calculada a média das sílabas do enunciado;
- decidiu-se então quais sílabas se aproximavam de valores longos e quais de valores curtos em relação à média do enunciado.

Pode-se visualizar melhor essa etapa com alguns enunciados, desde sua segmentação no *Praat*, abaixo, à extração dos valores de cada sílaba em milissegundos, ao cálculo da média das sílabas, à decisão final.

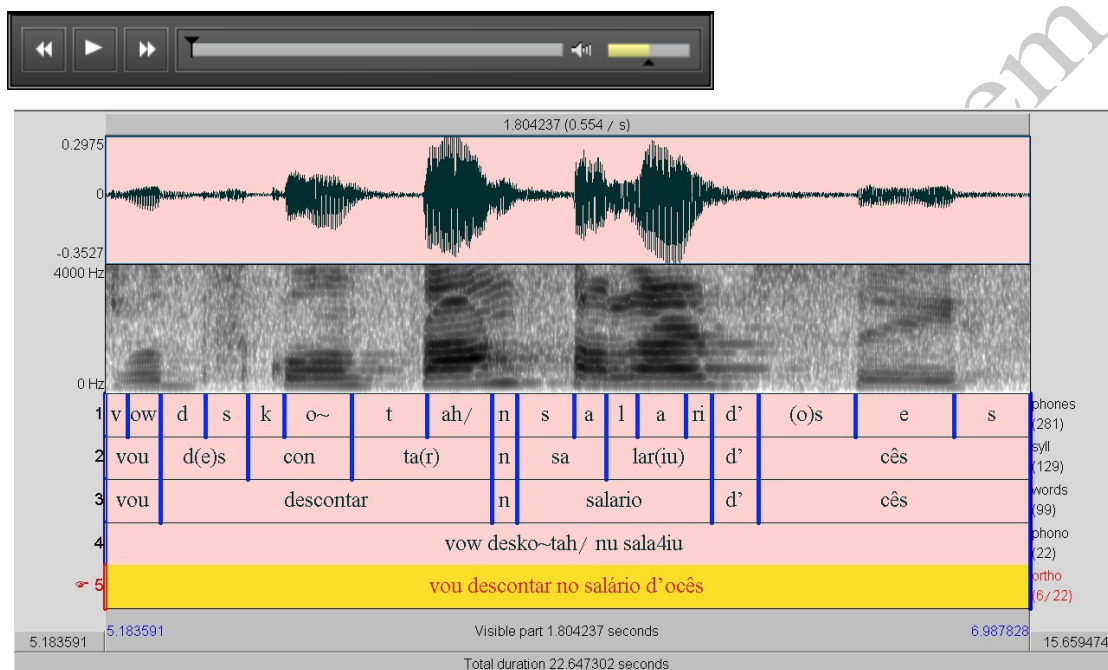


Figura 12: Exemplo de enunciado segmentado no programa *Praat* (bfamcv18-66)

Na tabela (7) abaixo são mostrados os valores de cada sílaba. As partes entre parênteses são aquelas não pronunciadas efetivamente pelos falantes.

Tabela 7: Duração em milissegundos das sílabas do enunciado (bfamcv18-66).

SÍLABA	DURAÇÃO EM ms.
vou	108
d(e)s	170
con	202
ta(r)	272
no	49
sa	172
lá r(iu)	206
d'	90
cês	530

A duração total do enunciado do exemplo é de 1799 ms. A média de cada sílaba é de 199,9 ms. Pode-se observar que é possível dividir o enunciado entre as sílabas mais curtas e aquelas

mais longas, tônicas, e que a forma *cês* pertence às mais longas. Esse pronome, portanto, não pode ser clítico. Observando-se sua posição no enunciado e sua função, trata-se, sem dúvida, de um caso de objeto preposicionado.

Segue outro exemplo, começando com a segmentação e o áudio exibidos no programa *Praat*.

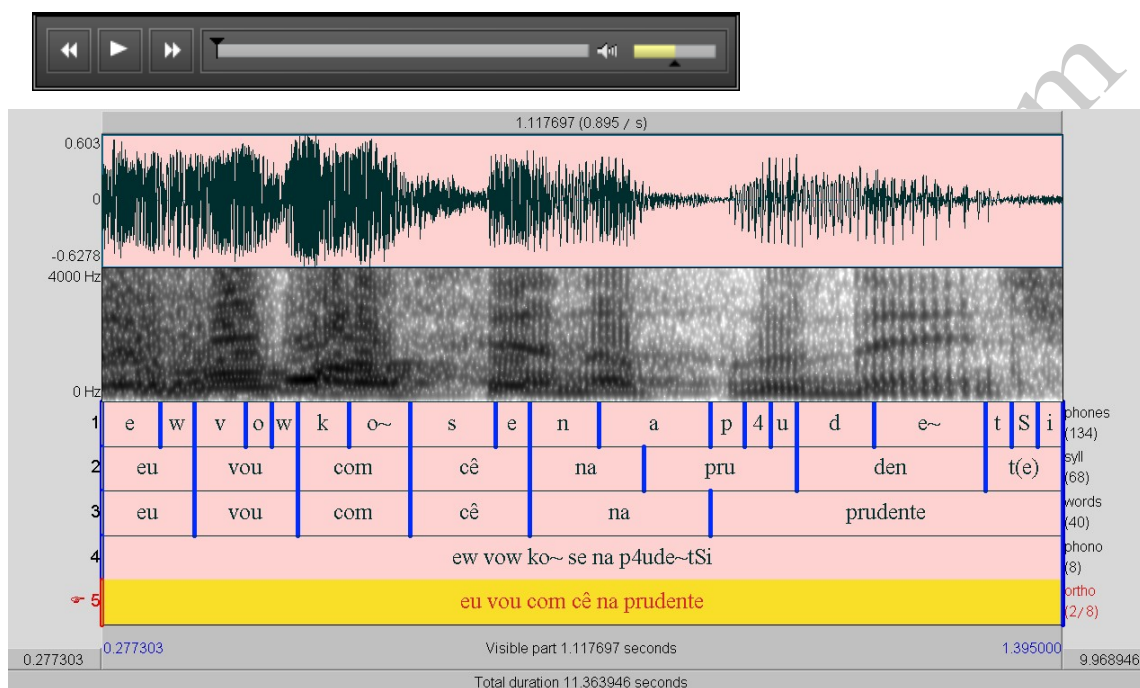


Figura 13: Exemplo de enunciado segmentado no programa *Praat* (bfamev14-226)

Nesse caso, a forma analisada é *cê*. Pode-se ver que o pronome se encontra em posição pós-verbal e com função de objeto preposicionado. A tabela da duração silábica abaixo mostra que, mais uma vez, a sílaba em questão encontra-se entre as mais longas: a duração do enunciado é de 1200ms. A duração média das sílabas é de 150 ms.

Tabela 8: Duração em milissegundos das sílabas do enunciado (bfamev14-226).

SÍLABA	DURAÇÃO EM ms.
eu	6
vou	121
com	138
cê	192
na	173
pru	111
den	223
t(e)	236

É possível notar que a sua duração, de 192 ms., faz dessa sílaba a mais longa excluindo-se a final, na qual a vogal nem é pronunciada.

Finalmente, mostramos um exemplo em que a forma *cê* ocupa posição pré-verbal e função de sujeito.

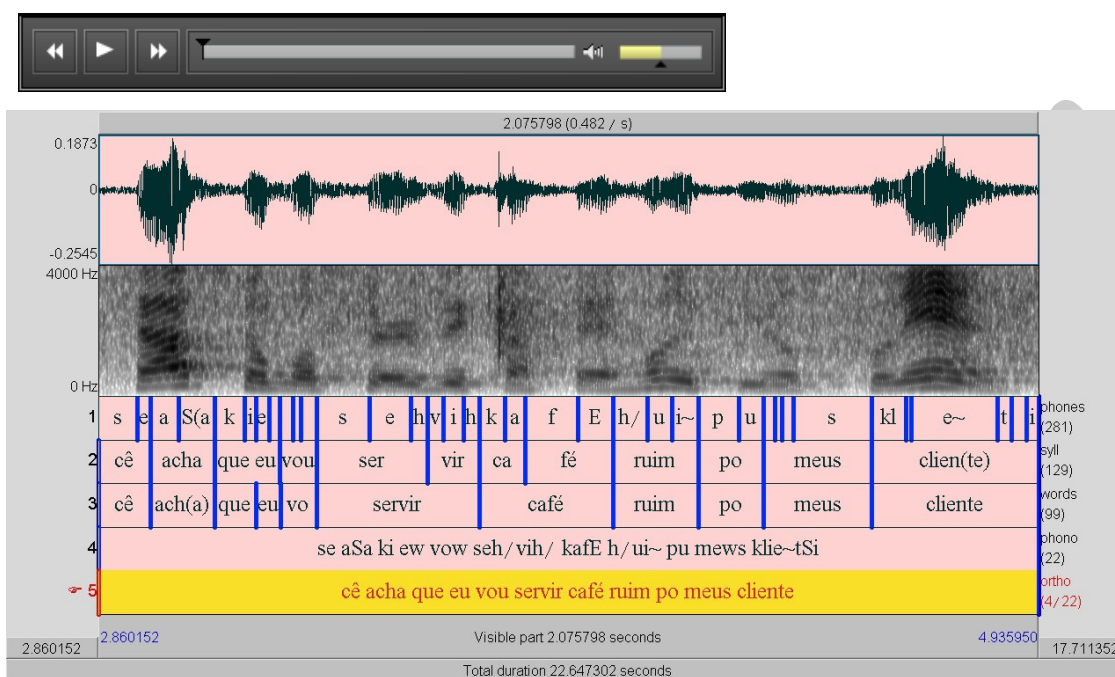


Figura 14: Exemplo de enunciado segmentado no programa Praat (bfamcv18-56).

A duração total do enunciado é de 2085 ms. A média das sílabas é de 173 ms.

Tabela 9: Duração em milissegundos das sílabas do enunciado (bfamcv18-56).

SÍLABA	DURAÇÃO EM ms.
cê	115
ach(a)	140
que eu	145
vou	79
ser	244
vir	115
ca	101
fé	193
ruim	199
po	145
meus	239
clien(te)	370

A sílaba *cê* apresentou uma duração de 115ms, colocando-a entre as sílabas curtas do enunciado.

O que foi observado na análise dos 110 enunciados, dos quais três foram aqui mostrados em detalhes, é que parece haver uma tendência muito evidente que aponta para os seguintes fatos:

- I) As sílabas da forma *cê(s)* em posição pré-verbal e função de sujeito se encaixam entre as sílabas curtas dos enunciados a que pertencem.
- II) As sílabas da forma *cê(s)* em posição pós-verbal e função de objeto preposicionado se encaixam entre as sílabas longas dos enunciado.
- III) Esse fato parece ser um forte indício de uma correlação direta entre duração e posição/função. Em outras palavras, a mesma forma segmental *cê(s)* pode ter duração longa ou curta e isso assinala a sua função. Quando é longa, deve ser considerada tônica, quando é curta, átona.
- IV) As sílabas das formas *ocê(s)* e *você(s)* parecem seguir um padrão similar àquele descrito acima, mas os dados não são tão claros quanto os da forma *cê(s)* e necessitam de maior análise e de uma maior reflexão sobre as implicações dos resultados.

Uma possível objeção ao fato que a forma *cê*, em função tônica, apresenta uma duração longa devido a um possível alongamento final, deve ser desconsiderada, pois nos exemplos mostrados, e em outros analisados, o *cê* comparece em várias posições, finais e não finais. Naturalmente, a posição final aumenta ulteriormente o alongamento. Para avaliar de forma completa os exemplos em posição final de enunciado, aguardamos os resultados da normalização dos dados que está sendo implementada. De qualquer forma o que até agora analisamos parece-nos já indicar a necessidade de uma direção de pesquisa que não pode ser desconsiderada.

7. Desdobramentos futuros

A análise acústica realizada até este momento deixou algumas questões em aberto. Na mensuração da duração das sílabas, não foram levados em conta os valores intrínsecos que vogais e consoantes possuem. Sílabas com a mesma duração, na realidade, podem possuir valores intrínsecos diferentes, dependendo das vogais, e mesmo de algumas consoantes, que são nelas contidas.

Será necessário, portanto, implementar uma forma de normalização dos dados, que permita comparar as sílabas diferentes de forma mais sólida. Essa primeira etapa já está sendo testada com o script *SGdetector*²¹.

A segunda etapa a ser realizada, após esta revisão dos dados, será a aplicação de testes estatísticos que possam medir o grau de confiabilidade dos resultados.

8. Conclusões

O artigo ilustrou uma metodologia inovativa no estudo da redução do pronome *você(s)* através da linguística de *corpus* e partindo da análise dos fatores prosódicos que determinam diretamente a tonicidade ou a atonicidade. Os dados fornecidos pelo *corpus* são dados de fala espontânea em contexto natural. A análise se concentrou sobre as seis formas *cê(s)/ocê(s)/você(s)*.

Os resultados evidenciaram:

- 1) a massiva utilização da forma *cê(s)* por parte dos falantes da diatopia mineira, representados no *corpus* utilizado, o C-ORAL-BRASIL;
- 2) a preferência por parte dos informantes pelo uso da forma *cê(s)* em posição pré-verbal e função de sujeito em relação às formas dissilábicas;
- 3) a existência, contrariamente ao afirmado pela literatura, de casos da forma *cê(s)* em posição pós-verbal e função de objeto preposicionado. A forma é bastante utilizada nessa posição/função e parece estar relacionada às preposições *para*, *com* e *de*, sendo as preposições também frequentemente reduzidas;
- 4) a forte probabilidade de que haja uma correlação entre duração e tonicidade/atonicidade e, por conseqüência, entre a duração e a posição/função, não necessariamente entre essas últimas e a forma segmental. A forma *cê(s)*, na análise acústica, quando apresentou durações compatíveis com as sílabas curtas do enunciado em que ocorreu, foi encontrada sempre em posição pré-verbal e função de sujeito. Quando suas durações eram compatíveis com as sílabas longas, foi encontrada sempre em posição pós-verbal e função de objeto indireto;

²¹ O *SGdetector* é um *script* realizado para ser rodado no programa *Praat*. Ele se baseia na concepção de que a duração é um parâmetro fundamental para assinalar acento, proeminência e fronteiras prosódicas em várias línguas entre as quais o PB. O programa foi implementado em 2004 e aperfeiçoado em 2009 e 2010. Ele permite detectar de maneira semiautomática picos de duração de sílabas e marca as palavras proeminentes pela duração.

5) um único caso foi identificada a forma *cê* com função de tópico. Trata-se de um dado insuficiente para afirmar que *cê* pode comparecer com essa função, mas de extremo interesse. Espera-se que essa possibilidade possa ser verificada no futuro quando forem disponíveis *corpora* com as mesmas características do C-ORAL-BRASIL mas com maiores dimensões.

Este estudo não pretende ser conclusivo. Será necessário normalizar os dados acústicos e submetê-los a testes para a validação estatística. Contudo a pesquisa demonstra que a questão da tonicidade das formas pronominais do PB e a sua distribuição morfossintática podem e devem ser revisitadas através de novas metodologias que agora estão ao alcance dos pesquisadores. De fato, até agora, nossas hipóteses foram confirmadas. O que é mais interessante é que este trabalho deixou os dados falarem por si próprios, e justamente na observação dos mesmos foi possível, a cada etapa, conjecturar novas hipóteses.

Referências bibliográficas

AUSTIN, L. J. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BARBOSA, P. A. Semi-automatic and automatic tools for generating prosodic descriptors for prosody research, **Proceedings from TRASP 2013**, Tools and Resources for the Analysis of Speech Prosody, August 30, 2013 Laboratoire Parole et Langage, Editors: Brigitte Bigi, Daniel Hirst, Aix-en-Provence, France, 2013, pp. 86-90.

_____. Revelar a Estrutura Rítmica de uma língua construindo máquinas falantes: pela integração entre ciência e tecnologia de fala. In: **Estudos de Prosódia**, edited by Scarpa, Ester, 21-52. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. Measuring speech rhythm variation in a model-based framework. In: **Proceedings of Interspeech 2009 - Speech and Intelligence**. Londres: Causal Productions, 2009, p. 1527 – 1530.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de corpus**. Barueri: Manole, 2004.

BIBER, D. **Variation across Speech and Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511621024>

_____. **Representativeness in Corpus Design in Literary and Linguistic Computing**, Vol. 8, n. 4, 1993. Oxford University Press, 1993.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. **Praat: doing phonetics by computer** [Computer program]. Version 5.3.51, retrieved 2 June 2013 from <http://www.praat.org/>

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: On the three grammatical classes. In: RIEMSDIJK, H. (ed.) **Clitics in the Languages of Europe**, Empirical Approaches to Language Typology. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CIRÍACO, L.; VITRAL, L.; REIS, C. Intensidade e duração de formas reduzidas do Português Brasileiro. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 12, n. 2, 2004.

CONOVER W. J. **Practical Nonparametric Statistics**. 2nd ed. John Wiley, New York. 494 pp., 1980.

CRESTI E., MONEGLIA M. (a cura di), **C-Oral-Rom. Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages**, Benjamins, Amsterdam, 2005.

CRESTI, E. & GRAMIGNI, P. Per una linguistica corpus based dell'italiano parlato: Le unità di riferimento. In: ALBANO LEONI F., CUTUGNO F., PETTORINO M., SAVY R. (Eds.), **Atti del Convegno Nazionale "Il Parlato Italiano"**, CD-ROM (pp. 1–26). Napoli: M. D'Auria, 2004.

DUARTE, M. E. L. **Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica-São Paulo, 1986.

DUBOIS, J. W. *et al.* **Santa Barbara corpus of spoken American English - Part 1**. Linguistic Data Consortium, 2000.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. **A Posição do Sujeito no Português Brasileiro**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

FIRENZUOLI, V.; SIGNORINI, S. LIRENZUOLI, V.; SIGNORINI, S. mp, 1996ileiro 1–26). In **Atti delle Giornate del Gruppo di Fonetica Sperimentale - XIII**, Pisa, Novembre 2002 ETS, Pisa. Atti.2003, p.1771 Gru

FISHER R. A. **Statistical Methods for Research Workers** (1st ed.) Oliver and Boyd, Edinburgh, Scotland. 239 pp. + 6 tables, 1925.

GALVES, C. O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. In: I. Roberts & M. Kato (orgs.) **Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica**, Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

HARY, B. H. (ed.). **Corpus Linguistics and Modern Hebrew: Towards the Compilation of The Corpus of Spoken Israeli Hebrew (CoSIH)**. Tel Aviv: Tel Aviv University, TheChaim Rosenberg School of Jewish Studies, 2003.

HEUVEL, H. van den *et al.* SLR Validation: present state of affairs and prospects. In: **Proceedings** of the 2nd International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2000). Paris: ELRA, p. 435-440. 2000. Disponível em: <<http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2000/pdf/39.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2012.

HEUVEL, H. van den *et al.* Validation of spoken language resources: an overview of basic aspects. In: **Language Resources & Evaluation**, n. 42, p. 41-73, 2008.

KATO, M. A. & TARALLO, F. **Restrictive VS Syntax in Brazilian Portuguese**; its Correlation with Invisible Clitics, and Visible Subjects, ms., trabalho apresentado em colóquio, University of Pennsylvania, University of Georgetown, 1987.

KATO, M. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. In: **Probus**, 11, pp.1-37, 1999.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1515/prbs.1999.11.1.1>

MACWHINNEY, B., **The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk. 3rd Edition.** Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

MARTIN, P. WinPitch Corpus: A text-to-speech analysis and alignment tool. In: CRESTI, E; MONEGLIA, M. (Org.). **C-ORAL-ROM: integrated reference corpora for spoken Romance languages**. Amsterdam: John Benjamins, 2005, p. 40-51.

MELLO, H. Os corpora orais e o C-ORAL-BRASIL. In: RASO, T.; MELLO, H. (Org.). **C-ORAL-BRASIL-I: Corpus de referência do português brasileiro falado informal**. 1ed.: , 2012, v. 1, p. 31-54.

MELLO H. *et al.* Capítulo 4. Transcrição e segmentação prosódica do *corpus* C-ORAL-BRASIL: Critérios de implementação e validação. In: RASO T.; MELLO H. **C-ORAL-BRASIL I. Corpus de referência do português brasileiro falado**. I edição. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, p. 125-176.

MELLO H.; RASO T. Para a transcrição da fala espontânea: o caso do C-ORAL-BRASIL. In: **Revista Portuguesa de Humanidades**, v. 13, n. 1, p. 153-178, 2009.

MELLO, H.; RASO, T. Illocution, modality, attitude: different names for different categories. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (Ed.). **Illocution, modality, attitude, information patterning and speech annotation**. Firenze: FUP, 2010.

METTOUCHI, A. & CHANARD, C. From Fieldwork to Annotated Corpora: The CorpAfroAs project. In: **Cahiers de Faits de Langues** n°2. 2010, 255-265.

METTOUCHI, A.; CAUBET, D.; VANHOVE, M.; TOSCO, M.; COMRIE, B.; IZRE'EL S. "CORPAFROAS. A corpus for spoken Afroasiatic languages: morphosyntactic and prosodic

analysis”. In: **CAMSEMUD 2007**, F.M. Fales & G.F. Grassi (eds), Padova: SARGON. 2010, pp. 177-180.

MITTMANN, M. **O C-ORAL-BRASIL e o estudo da fala informal**: um novo olhar sobre o Tópico no Português Brasileiro. Tese de Doutorado em Linguística, Faculdade de Letras, UFMG, 2012.

MONEGLIA M.; RASO T.; MITTMANN, M. M.; RIBEIRO MELLO, H. “Challenging the Perceptual Relevance of Prosodic Breaks in Multilingual Spontaneous Speech Corpora: C-ORAL-BRASIL / C-ORAL-ROM.” In **Prosodic Prominence Perceptual and Automatic Identification - Speech Prosody 2010 Satellite Workshop**. Chicago: Université de Neuchâtel, 2010.

MONEGLIA, M. Units of Analysis of Spontaneous Speech and Speech Variation in a Cross-linguistic Perspective. In: KAWAGUCHI, Y.; ZAIMA, S.; TAKAGAKI, T. In: **Spoken Language Corpus and Linguistics Informatics**, pp. 153-180, Amsterdam: Benjamins Publishing Company, ISBN: 9789027233172, 2006.

MONEGLIA, M. *et al.* Challenging the perceptual relevance of prosodic breaks in multilingual spontaneous speech corpora: C-ORAL-BRASIL/C-ORAL-ROM. Prosodic prominence perceptual and automatic identification. In: **Proceedings of the Speech Prosody International Conference Satellite Workshop**. Chicago: Université de Neuchâtel, 2010. Disponível em: <<http://speechprosody2010.illinois.edu/papers/102010.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2012.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NASCIMENTO, I. B. Interpolação de constituintes entre “(vo)cê + verbo”. In: **Estudos Linguísticos**, 39 (2), 2010.

OTHERO, G. A. Revisitando o *status* do pronome *cê* no português brasileiro. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 21, n. 1, 2013.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PERINI, M. **Modern Portuguese**: A Reference Grammar. Yale University Press, 2002.

PETERSEN, C. A tripartição pronominal e o estatuto das proformas *cê*, *ocê* e *você*. In: **DELTA** vol. 24, n. 2, 2008

RAMOS, J. O uso das formas *você*, *ocê* e *cê* no Dialeto Mineiro. In: HORA, D. (org.) **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 1997.

RASO T.; MELLO H. **C-ORAL-BRASIL I. Corpus de referência do português brasileiro falado**. I edição. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

RASO, T. O corpus C-ORAL-BRASIL. In: RASO T.; MELLO H. (Org.). In: **C-ORAL-BRASIL I**. Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 55-90.

RASO, T.; MITTMANN, M. M. Validação estatística dos critérios de segmentação da fala espontânea no *corpus* C-ORAL-BRASIL. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 17, n. 2, p. 73-91, 2009. Disponível em: <http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/17-2_04.pdf> Acesso em: 20 dez. 2012.

ROCHA, B. **Características prosódicas do tópico em PE e o uso do pronome lembrete**. Dissertação de Mestrado em Linguística, Faculdade de Letras, UFMG, 2012.

SCHIEL, F. *et al.* **The validation of speech corpora**. 2004. Disponível em: <<http://www.phonetik.uni-muenchen.de/forschung/BITS/TP2/Cookbook/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

SINCLAIR, J. MCH. *et al.* **COBUILD English Dictionary**. London and Birmingham: Collins COBUILD, 1987.

VITRAL, L. A forma *cê* e a noção de gramaticalização. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, Ano 5 (4), 1996.

VITRAL, L.; RAMOS, J. Réplica a Petersen (2008). A tripartição pronominal e o estatuto das proformas *Cê*, *Ocê* e *Você*. In: **DELTA** vol. 24, n.2, 2008.

VITRAL, L.; RAMOS, J. **Gramaticalização**: uma abordagem formal. Belo Horizonte: Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.

Artigo recebido em: 31.08.2013

Artigo aprovado em: 26.11.2013

A linguagem falada e a linguagem escrita na afasia do sujeito RG

The spoken and written language in aphasic RG

Iva Ribeiro Cota*
Nirvana Ferraz Santos Sampaio**

RESUMO: Este artigo apresenta uma discussão sobre os desafios e as possibilidades da linguagem falada e escrita na afasia. Inicialmente, propõe-se uma reflexão sobre as relações entre a linguagem, o sujeito e a afasia; em seguida, ressaltam-se as questões sobre a linguagem falada e a linguagem escrita por meio de dados do acompanhamento longitudinal do sujeito afásico RG com ênfase nos fenômenos da parafasia e da paragrafia. Os resultados reafirmam que a intervenção linguística eficaz colabora sobremaneira para a avaliação da linguagem dos sujeitos afásicos e que a fala e a escrita sublinham enigmas que evidenciam um caminho aos acertos.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem falada; Linguagem escrita; Afasia.

ABSTRACT: This paper presents a discussion on the challenges and possibilities of the spoken and written language in aphasia. Initially, it proposes a reflection on the relations between language, subject and aphasia, then it underlines questions about spoken language and written language through longitudinal data monitoring of the aphasic RG, with emphasis on the phenomena of paraphasia and paragraphia. The results confirm that the linguistic intervention contributes greatly and effectively for the assessment of aphasic language and speech and writing underline the puzzles which reveal a successful pathway.

KEYWORDS: Spoken language; Written language; Aphasia.

1. Introdução

Este trabalho¹ baseia-se em dados de dezesseis meses de acompanhamento longitudinal do sujeito RG, 35 anos, solteira, brasileira, nível superior², que apresenta, segundo diagnóstico médico, a afasia³ como seqüela de um acidente vascular cerebral isquêmico (AVCi), ocorrido em janeiro de 2009, decorrente de trombose de seio venoso.

* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Participa do Grupo de Pesquisas e Estudos em Neurolinguística (GPEN), cadastrado no CNPq/UESB.

** Professora Doutora em Linguística pela UNICAMP, lotada no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da UESB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UESB. Líder do Grupo de Pesquisas e Estudos em Neurolinguística (GPEN), cadastrado no CNPq/UESB.

¹ Vinculado ao financiamento do CNPq processo 471384/2010-0.

² Antes do acometimento neurológico, o sujeito RG ministrava cursos de oratória, fazia um curso de pós-graduação, trabalhava em uma empresa com questões contábeis, lia livros, escrevia e lidava com números com frequência.

³ Coudry (1988) conceitua a afasia como alterações de processos linguísticos de significação de origem articulatória e discursiva (nesta incluídos aspectos gramaticais) produzidas por lesão focal adquirida no sistema nervoso central, em zonas responsáveis pela linguagem, podendo ou não se associarem a alterações de outros processos cognitivos. Partindo de uma perspectiva linguística, um sujeito é afásico quando o funcionamento de sua linguagem prescinde de determinados recursos de produção ou interpretação.

O objetivo é avaliar a linguagem em funcionamento nesse contexto, verificando as dificuldades do ponto de vista da neurolinguística discursiva (ND), com destaque na linguagem falada e na linguagem escrita. Para avançar nesses estudos, questiona-se: Quais as particularidades da afasia do sujeito em questão? O que se pode avaliar da fala e da escrita desse sujeito afásico? O que se pode concluir deste estudo de caso do ponto de vista linguístico?

A hipótese que orienta esta pesquisa defende que a língua oferece recursos que possibilitam aos sujeitos afásicos a mobilização das dificuldades, visto que a linguagem, que permeia o humano, permite a utilização de processos alternativos de significação, reforçando o papel das interações neste processo que, por sua vez, abre espaço para a subjetividade.

Na abordagem metodológica, trabalha-se com o acompanhamento longitudinal do sujeito RG para compreender a sua afasia de modo interpretativo a partir da análise de dados da sua linguagem em funcionamento, com o foco no dado-achado que provém o movimento teoria-dado-teoria.

O sujeito afásico RG tem sido acompanhado por pesquisadores do Grupo de Pesquisa e Estudos em Neurolinguística (GPEN), no Laboratório de Pesquisa e Estudo em Neurolinguística (LAPEN), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Mestrado Acadêmico em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no Espaço de Convivência entre Afásicos e não Afásicos (ECOIA), em atividades individuais e em grupo, com o intuito de avaliar o funcionamento da linguagem e intervir nas dificuldades linguísticas apresentadas em situações significativas.

As atividades individuais caracterizam-se por sessões que buscam evidenciar a forma como o sujeito em questão lida com o funcionamento da linguagem falada e escrita depois do AVCi e do diagnóstico de afasia, partindo de conversas informais, leituras, jogos, filmes, músicas, conversas ao telefone, troca de correspondências por MSN, e-mail, etc. As atividades em grupo são realizadas de forma interativa com outros sujeitos afásicos e pesquisadores com o objetivo propiciar situações reais de interação para analisar, compartilhar e socializar experiências. O recorte de dados apresentado neste artigo foram coletados trinta meses após o AVCi e corresponde ao período entre julho de 2011 (quando RG ingressou-se no ECOIA) até novembro de 2012.

Com o início acompanhamento longitudinal, observou-se que RG apresentava dificuldade de evocar palavras, troca de fonemas, dificuldade de leitura, de escrita e de representação numérica, além de déficit na percepção acústica em conversas ao telefone. Nas

atividades em grupo, observou-se que, quando há sobreposição de fala de interlocutores, apresenta dificuldade de compreensão, perda do foco e desvio do tópico conversacional.

A dinâmica da linguagem em funcionamento revelou mudanças no caso do sujeito afásico RG no decorrer do acompanhamento longitudinal, novos rearranjos, as novas organizações tornaram-se possíveis na linguagem falada e escrita graças à plasticidade e ao funcionamento dinâmico do cérebro e ao ambiente discursivo que a ND proporciona.

Para fundamentar este estudo, utiliza-se as discussões propostas, principalmente, por Freud (1891), Saussure (1916), Jakobson (1969; 1970), Luria (1974) Coudry e Possenti (1983), Coudry (1988; 2002; 2008; 2011; 2010), dentre outros trabalhos que subsidiam esta pesquisa na perspectiva dos estudos linguísticos e no contexto da neurolinguística discursiva. Os dados do sujeito afásico RG foram apresentados em fragmentos denominados de situações enunciativo-discursivas, que serviram de base para elucidar as fundamentações e análises dos fenômenos que englobam a linguagem falada e escrita com ênfase nos fenômenos da parafasias⁴, paragrafias⁵.

O presente trabalho privilegia então uma discussão que apresenta os desafios e as possibilidades da linguagem falada e escrita na afasia. Para essa discussão, metodologicamente, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se uma explanação sobre as relações entre a linguagem, o sujeito e a afasia; em seguida, sublinha-se as questões sobre a linguagem falada e a linguagem escrita no acompanhamento longitudinal do sujeito afásico RG e, por último, apresenta-se o arremate das ideias através das considerações finais.

2. Entre a linguagem, o sujeito e a afasia

Na análise do diagnóstico de afasia, é preciso mergulhar nas nuances que se revelam em torno desse conceito. A afasia como alteração do funcionamento da linguagem é considerada a partir de um evento neurológico e distingue-se das trocas ou dificuldades com a linguagem apresentadas por pessoas em perfeitas condições de saúde.

⁴ O termo parafasia refere-se a uma perturbação da linguagem oral em que a palavra desejada pelo sujeito é substituída por outra não apropriada, ou quando há troca entre os sons pretendidos e aqueles efetivamente realizados.

⁵ A paragrafia é uma perturbação na linguagem escrita que consiste em escrever uma palavra por outra. Segundo Macedo (2010), representa uma forma equivalente à parafasia na escrita, mas considera-se o fato de ser possível “a retomada, a observação, o planejamento, as ocorrências distorcidas de sintaxe ou semântica que se manifestam podem ser avaliadas, percebidas, reformuladas dando indícios de percursos cognitivos realizados pelo afásico para reformulações” (MACEDO, 2010, p. 222).

Jakobson (1970, p. 43) explica que “[...] a afasia pode levar a uma redistribuição das funções linguísticas.”, o que induz a considerar que esse estado afeta tanto um nível linguístico quanto sua relação com outros níveis, afetando a linguagem. Nesse sentido, “[...] se antes a fala transcorria como natural, com todas as marcas da fala humana, no estado afásico, não estão mais tão à disposição de quem fala, havendo uma interrupção no fluxo do discurso.” (COUDRY; et al, 2010, p. 382).

No dado⁶ transcrito a seguir, com o intuito de ilustrar o contexto da afasia neste acompanhamento longitudinal, RG fala sobre a dificuldade de recordar palavras e o surgimento de uma parafasia “opitolupitelo” no lugar de “helicóptero”.

Situação enunciativo-discursiva: 15/07/2011

Quadro 1: Dado 1: Opitolupitelo

Turno	Sigla do Locutor	Transcrição	Observações sobre condições do enunciado verbal	Observações sobre enunciado não verbal
1	RG	Vai tá palavras que não tem nada a ver. Por exemplo, avião. Não tem avião? Tem um negócio que é bem parecido. Como é que é o nome?	Risos.	
2	Itn	Helicóptero?		
3	RG	Sim. Aí você fala assim, escreve ou fala aí essa palavra: Opitolupitelo.		
4	Itn	Opitolupitelo.		
5	RG	E parece que é uma coisa normal. Sabe assim? Você fala assim essa menina é louca, sabe?		
6	Iic	Na hora que você fala você não se dá conta?		
7	RG	Isso.		
8	Iic	Que você tá dizendo outra palavra.		
9	RG	Ontem eu tava com meu cachorro e é engraçado que ele coloca uma orelha pra cá e outra pra cá. Eu falo cachorro tem orelhinha de opitolupitelo. Mainha cá, cá, cá. Orelhinha de opitolupitelo. E eu falo assim como se fosse a /	Risos.	Demonstra com as mãos as direções contrárias para as orelhas.

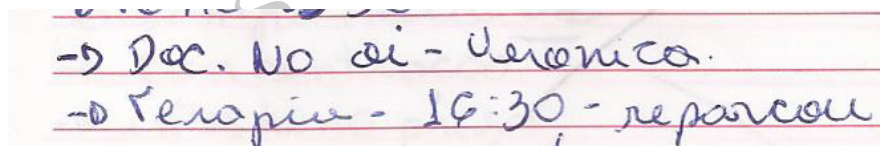
⁶ Os dados transcritos neste trabalho seguem, com algumas adaptações, o modelo de registro do Banco de Dados em Neurolinguística (BDN) da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. A sigla RG corresponde ao sujeito afásico e as siglas Iic e Itn aos pesquisadores.

10	Iic	Palavra.		
11	RG	Sabe, assim? Aí depois eu dou conta que /. Ah, minha mãe é aquela palavra que você sabe o que que é. Porque ela já sabe, não é? Aí ela fala, minha filha, se alguém ver isso / você não é normal. Eu não sou uma pessoa normal mesmo.	Risos.	

Nesse dado, além do impasse vivenciado com a substituição da palavra desejada “helicóptero” por “opitolupitelo”, obtém-se um testemunho de como esse sujeito vivencia essa situação por meio da sua fala: “E parece que é uma coisa normal [...]”, no turno 5. Com a reação de risos da mãe, comentada no turno 9, é que RG relata a reavaliação do que foi dito e, no turno 11, diz: “Aí depois eu dou conta que /. Ah, minha mãe é aquela palavra que você sabe o que que é.”, revelando o processo que desencadeia um relação constitutiva entre sujeito e linguagem.

Na escrita, alterações de processos linguísticos também são perceptíveis como no dado a seguir, retirado da agenda diária de RG. No episódio, RG registra uma mudança de horário de uma terapia, empregando a palavra “reparcou” no lugar de “remarcou”.

Situação enunciativo-discursiva: 16/03/2012



-> Doc. No oi - Veronica.
-> Terapia - 16:30 - reparcou

Figura 1. Dado 2: Reparcou.

Transcrição:

- Doc. no oi Veronica.
- Terapia – 16:30 – reparcou

Nesse dado, observa-se a seleção de um grafema inapropriado para a escrita da palavra desejada, quando escreve “reparcou” no lugar de “remarcou”, assinalando a substituição do grafema “m” por “p”, transparecendo uma instabilidade fonológica que cerca a linguagem em funcionamento do sujeito RG.

Na perspectiva de estudo da afasia adotada neste trabalho, as interpretações feitas a partir de uma produção oral ou escrita do sujeito não decorrem apenas da suposição de

substituição de uma palavra por outra, nem tampouco de revelar uma produção intencionada, mas na tentativa de reconhecer as relações discursivas envolvidas e se aproximar do funcionamento da linguagem (ISHARA, 2010).

Para compreensão desses dados, o conceito de linguagem é tomado como uma atividade que se constitui “[...] na dimensão contextual e social em que os homens, por ela, atuam sobre os outros, na dimensão subjetiva em que, por ela, os homens se constituem como sujeito, na dimensão cognitiva em que, por ela, os homens atuam sobre o mundo estruturando a realidade” (COUDRY, 1988, p. 47). Assim,

A linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um trabalho que ‘dá forma’ ao conteúdo variável de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do ‘vivido’, que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade e constitui a realidade como sistema de referências em que aquele se torna significativo. Um trabalho coletivo em que cada um se identifica com os outros e a eles se contrapõe, seja assumindo a história e a presença, seja exercendo suas opções solitárias. (FRANCHI, 1977, p. 22)

Cabe destacar que “[...] a linguagem não se limita às ‘formas’. Por isso, o que há de lingüístico além das formas também deve ser avaliado.” (COUDRY; POSSENTI, 1983, p. 99). Desse prisma, a linguagem é um modo de significar o mundo em um trabalho coletivo que inclui a subjetividade, e essa significação se dá pelas mais diversas maneiras, pois “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro.” (SAUSSURE, 1916, p. 16).

Nesse contexto, ao avaliar a linguagem em funcionamento, considera-se que

A avaliação de linguagem que deriva dessa perspectiva relaciona-se aos processos de descoberta e conhecimento das dificuldades que o sujeito apresenta, bem como aos processos alternativos de significação de que lança mão para com elas lidar. A avaliação leva em conta, por constituir-se em meio às várias práticas discursivas em que o sujeito se engaja, ou pode se engajar, as tendências que a língua pode manifestar quando o sujeito trabalha com os processos patológicos, exibindo a ação criadora afeita ao exercício da linguagem por sujeitos pragmáticos. (COUDRY, 2002, p. 111)

O estudo da afasia envolve, portanto, um sujeito que se manifesta por meio da linguagem, tem um papel ativo e reconstitui-se na interação, pois “[...] é a partir da prática discursiva e de seus constituintes que aquilo que o sujeito identificou na língua passou ou passa a ‘fazer’ sentido para ele.” (MORATO, 2001, p. 167). E o que aqui se apresenta como

acompanhamento longitudinal é uma proposta abrangente que envolve interação, situações discursivas em que:

O trabalho de reconstrução dos objetos lingüísticos perdidos é um trabalho em conjunto, rico de experiências recíprocas, de relações intersubjetivas e pessoais em que se criam ‘os compromissos de uma cumplicidade, base para o estabelecimento das relações entre os interlocutores’ afásicos e não afásicos. (FRANCHI, 1986, p. XIII)

Essa cumplicidade pressupõe uma relação simétrica entre os que interagem com esses sujeitos, pois considera-se o fruto dessas relações que se constituem em ação. O que se evidencia é uma avaliação da linguagem em funcionamento com todos os seus múltiplos usos e com particularidades do sujeito que a desenvolve, visto que

[...] a questão da avaliação de linguagem em contextos patológicos (afasia), diferentemente da abordagem tradicional assentada em tarefas essencialmente metalingüísticas, descontextualizadas e baseadas em uma concepção normativa e culta de língua, insere-se no exercício de *práticas que fazem sentido* para o sujeito, relacionadas a situações de uso social da linguagem. Por isso, nessa perspectiva, se avalia como o sujeito expressa sentidos e interpreta o jogo verbal de que participa como sujeito falante de uma língua natural, levando em conta que o sentido não é dado previamente, mas se faz em meio a contingências enunciativas e ântropo-culturais. (COUDRY, 2002, p. 112)

A esses conceitos que englobam a linguagem, correlaciona-se a definição de comunicação utilizada neste trabalho que “[...] se situa em relação ao seu uso social, aberta aos fatores que a condicionam e determinam na interação dos interlocutores, em sua relação com o mundo e a cultura.” (FRANCHI, 1977, p. 10), e, no entanto, “[...] não é a função única, nem mesmo a função essencial da linguagem: ela permite antes a reflexão e o pensamento.” (FRANCHI, 1977, p. 19).

Essas considerações devem remeter ao conceito de sujeito que “[...] tem um trabalho para exercer com/na/sobre a linguagem em relação ao(s) outro(s) e ao mundo (re)organizado” (COUDRY, 2002, p. 102), pois “[...] há linguagem na afasia quando há sujeito” (COUDRY, 2002, p. 102). Deixar de considerar as particularidades desse sujeito é negar a subjetividade. Dessa maneira, “O trabalho com sujeitos reais, historicamente situados, nos força a reconhecer e a explorar teoricamente o fato de que eles costumam usar a linguagem, seja em sua forma oral, seja em sua forma escrita, de maneira por vezes absolutamente singular.” (ABAURRE;

COUDRY, 2008, p. 173-174), o que não pode ser apenas categorizado em padrões pré-estabelecidos.

A partir dessa base, conceitua-se língua como “[...] as regras sociais do jogo da linguagem que se originam na prática com a linguagem.” (COUDRY, 1988, p. 56), uma vez que a língua está situada para além de qualquer pessoa e anterior a qualquer sujeito, mas o determina. Nesse processo, engloba-se a constituição da subjetividade, pois “[...] saber uma língua é constituir-se pessoalmente de enunciações e constituir-se através dela. Sabe a língua aquele que exerce sua subjetividade pela linguagem, levando em conta leis sociais indicativas de processos de construções de enunciados [...]” (COUDRY; POSSENTI, 1983, p. 100).

Destaca-se que a língua “[...] é ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 1916, p. 17). Nesse sentido, sublinha-se o seu caráter social, suas regras estabelecidas socialmente, para só então o sujeito exercê-las individualmente.

No contexto da afasia em destaque neste estudo, evidencia-se, conforme Coudry e Bordin (2012, p. 135), “[...] uma barreira para experienciar, de novo, a língua em uso[...]” e dentro do universo de apagamentos que cercam o sujeito afásico é que se constituirá o alvo das relações com a língua, pois não se pode deixar de considerar que “A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve.” (SAUSSURE, 1916, p. 22).

Considera-se, ainda, que “Para achar, no conjunto da linguagem, a esfera que corresponde à língua, necessário se faz colocarmo-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala.” (SAUSSURE, 1916, p. 22). Esse destaque direciona o olhar para o estudo da fala para evidenciar o funcionamento da língua e é peça chave para este estudo, pois as tentativas do sujeito afásico de reestruturar a sua fala estão previstas na língua.

Saussure (1916) esclarece a questão do fenômeno psíquico que pode ser representado quando um dado conceito suscita no cérebro uma imagem acústica, seguido de um processo fisiológico em que o cérebro transmite aos órgãos de fonação um impulso correlacionado à imagem. Para Freud (1891), o psíquico representa “[...] um processo paralelo ao fisiológico [...]” (FREUD, 1891, p. 31) sendo ao mesmo tempo dependente e concomitante.

Nesse sentido, cabe explorar a aproximação entre o estado afásico e a entrada das crianças no mundo das letras que, segundo Coudry e Bordin (2012),

[...] não estão no mesmo lugar, mas se encontram, tendo o afásico saído do sistema da língua, na qual tenta reentrar, e a criança tendo revivido seu percurso de sujeito na linguagem em direção a um novo percurso que se inicia na sua relação com a letra e a voz; ou seja, com o que pode ser escrito, inscrito no corpo. (COUDRY; BORDIN, 2012, p. 136)

A afasia apresenta empecilhos para o sujeito exercer a língua novamente e a entrada da criança no mundo das letras pode representar uma barreira para aprender a ler e a escrever.

Para inferir sobre essas questões, demarca-se que o conceito da fala envolve

[...] um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (SAUSSURE, 1916, p. 22)

A fala engloba, portanto, aspectos amplos que vão desde as associações dentro do código da língua até a exteriorização desse processo. Nessa perspectiva, a fala baseia no fato de que

Falar implica a seleção de certas entidades lingüísticas e sua combinação em unidades lingüísticas de mais alto grau de complexidade. Isto se evidencia imediatamente ao nível lexical: quem fala seleciona palavras e as combina em frases, de acordo com o sistema sintático da língua que utiliza; as frases, por sua vez, são combinadas em enunciados. Mas o que fala não é de modo algum um agente completamente livre na sua escolha de palavras: a seleção (exceto nos raros casos de efetivo neologismo) deve ser feita a partir do repertório lexical que éle próprio e o destinatário da mensagem possuem em comum. (JAKOBSON, 1969, p. 36-37)⁷

Esse excerto remete às particularidades que a fala sublinha, pois ela representa uma manifestação individual atrelada às entidades lingüísticas. Representa, ainda,

[...] claramente uma estrutura psicológica altamente complexa que incorpora vários componentes diferentes. As características gerais da atividade de fala como uma forma especial de comunicação social representam apenas um

7 Não cabe aqui entrar nas críticas feitas ao esquema de Jakobson (1969) como redutor e simplificador dos processos de comunicação humana assimilando-o com o esquema cibernético da teoria da informação que, como se sabe, não foi concebida para dar conta do sentido, mas formulada pelos engenheiros das tecnologias da informação para medir a quantidade de sinais que podem passar em simultâneo pelas redes da informação, tais como telégrafos e telefones. O que importa neste trabalho é o fato de que se o sistema está preservado, as substituições, previstas pelo sistema, não o transgridem, visto que os interlocutores, falantes de uma mesma língua, conseguem, em cooperação e contexto, vincular significantes a significados, assegurando o valor lingüístico.

aspecto deste processo. Existem, contudo, outros aspectos da fala: como *instrumento para a atividade intelectual*, e, finalmente, como um método para *regular* ou organizar processos mentais humanos. (LURIA, 1974, p.269)

Concentra-se, neste estudo, no sujeito afásico que apresenta especificidades advindas de um evento neurológico e que interferem no seu papel de falante. Por isso, busca-se um trabalho com bases na ND que se constitui de um “[...] conjunto de teorias e práticas, cuja concepção de linguagem, ao contrário de uma visão organicista, concebe língua, discurso, cérebro e mente como construtos humanos que se relacionam.” (COUDRY, 2008, p. 16).

A escrita, como a fala, envolve atividades linguísticas e cognitivas imersas em dimensões discursivas. Dessa forma, salienta-se o papel social na vida desses sujeitos e seu valor intersubjetivo nas práticas discursivas, pois

A escrita é multifuncional para alguns sujeitos, ou seja, num momento o sujeito afásico usa a escrita para falar, no outro, a usa no lugar da fala, em outros, ainda, toma a escrita em suas especificidades. Em alguns sujeitos, a escrita apresenta-se mais expandida que a fala; em outros, a fala é mais expandida que a escrita. Isto evidencia mais uma vez que não existe uma sobreposição de ‘problemas’ de linguagem. Há, sim, sujeitos que, pelas diferenças de produção da oralidade e da escrita, saem-se melhor numa modalidade que em outra. (SANTANA, 2002, p. 149-150)

As dimensões múltiplas que cercam o sujeito afásico no âmbito da fala e da escrita devem, dessa maneira, envolver uma base que contemple teorias linguísticas voltadas para a subjetividade e para questões históricas e sociais, pois

A avaliação e o acompanhamento do afásico, sob uma dinâmica heurística que produz conhecimento de processos de significação verbais e não verbais. Instrui e produz um (re)conhecimento mútuo de dificuldades e soluções, encontradas na interlocução e dialogia: lugar em que se cruzam discursos e por onde circulam outros sistemas semióticos que partilham com a língua a produção e compreensão de sentidos. (COUDRY, 2002, p.102)

Assim, conduz-se à percepção da importância de considerar o dado-achado que resulta da articulação teórica a respeito do objeto em investigação juntamente com a avaliação e acompanhamento dos processos linguísticos e cognitivos envolvidos em que a teoria conduz ao caminho do dado e o dado alimenta um caminho para discutir e fundamentar a teoria.

No universo que cerca a linguagem do afásico destaca-se que “Para estudar, de modo adequado, qualquer ruptura nas comunicações, devemos, primeiro, compreender a natureza e a

estrutura do modo particular de comunicação que cessou de funcionar.” (JAKOBSON, 1969, p. 34), pois cada caso traz especificidades que devem ser consideradas, já que o universo que constitui essa linguagem não se limita a categorias. Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, uma seção sobre a linguagem falada e outra sobre a linguagem escrita em dados do sujeito afásico RG.

3. A linguagem falada em dados do sujeito afásico RG

A linguagem falada é analisada nos dados deste estudo neurolinguístico com ênfase no fenômeno parafasia, “[...] uma perturbação da linguagem em que a palavra apropriada é substituída por uma outra não apropriada que tem no entanto uma certa relação com a palavra exacta.” (FREUD, 1891, p. 9), que contempla os desafios enfrentados pelo sujeito RG na fala.

Por meio da literatura neuropsicológica e neurolinguística tradicional a caracterização e a classificação das parafasias e paragrafias podem ser descritas, segundo Reisdorfer (2007), como fonológica (quando há substituições de fonemas), neologizante (cujos processos subjacentes são os mesmos das parafasias fonológicas, mas com o aumento da dificuldade para que se compreenda qual é o referente), lexical (quando há substituição de uma palavra por outra) e semântica (quando as substituições estão ligadas ao mesmo espaço de significação ou semântico), mas ressalta-se que a aplicação desses termos são terminologias linguísticas que nos permitem falar sobre eles em uma comunidade científica. No contexto da ND, explicita-se melhor o que esses conceitos podem destacar de normalidade.

Uma amostra das parafasias utilizadas pelo sujeito RG é explicitado no dado a seguir no qual RG conta um episódio em que tentava chamar o seu cachorro que estava no quintal e resgata a fala de seu irmão com quem conversava no momento.

Situação enunciativo-discursiva: 26/08/2011

Quadro 2: Dado 3: Você não vai chover, não?

Turno	Sigla do Locutor	Transcrição	Observações sobre condições do enunciado verbal	Observações sobre condições do enunciado não verbal
1	RG	Aí eu na cozinha, né? E o meu irmão na sala. Esse cachorro eu não sei não. “Como é que você tem um cachorro dentro de casa que parece uma pessoa”. Ele é uma pessoa. “Pessoa onde? Só se for na sua cabeça”. Bebê venha, bebê venha. Eu olhei pra ele e falei: “Você não vai chover, não? Você não vai chover, não?” Aí ele me olhou e disse: “Chover?” Não e é desse jeito. “Você não vai chover? Chover aonde, RG?” E eu olhei: “Chover?” Ô não era chover, não. Era pra entrar.		

O emprego do verbo “chover” no lugar do verbo “entrar”, no dado 3, delinea os conceitos de parafasia lexical e semântica, pois pode-se explorar que além da substituição de palavras que destacam o aspecto lexical, há o campo semântico que remete à possibilidade de RG chamar o cachorro para entrar porque pode chover. Acrescenta-se, ainda, que RG comete parafasias de outras ordens que evidenciam dificuldades de distinção no aparelho fonador, devido a semelhanças entre palavras ou ao contexto que serão analisadas em outros dados deste estudo.

Nesse sentido, esclarece-se que “[...] a parafasia observada em alguns doentes não se distingue em nada daquela troca ou mutilação de palavras que quem é saudável pode encontrar em si próprio em caso de cansaço ou de atenção distraída ou sob a influência de estados afetivos que o perturbam [...]” (FREUD, 1891, p. 9). O que se tem como distintivo entre o normal e o patológico é o evento neurológico e o nível de incidência dessas parafasias ou paragrafias que vai além das trocas esporádicas que podem acontecer em um sujeito dentro de padrões de normalidade.

Para Freud (1891), a parafasia relaciona-se à redução do aparelho da linguagem e, neste trabalho, direciona-se essa base conceitual também para as paragrafias. Este aparelho “[...] dispõe de uma tal riqueza de expressões sintomáticas que só dele podemos esperar a revelação,

através do tipo de perturbação funcional, não só da localização mas também da natureza da lesão.” (FREUD, 1891, p. 15).

O aparelho da linguagem é constituído de associações e a palavra é concebida como unidade funcional da linguagem que representa “[...] uma complexa representação que consiste nas imagens mencionadas ou, por outros termos, à palavra corresponde um intrincado processo associativo em que vêm a entrar os elementos já mencionados, de providência visual acústica e cinestésica.” (FREUD, 1891, p. 46). O significado da palavra provém da associação à ideia que esse objeto representa (pelo menos é o que Freud constata com os substantivos) e essa ideia ou conceito associa-se a outro complexo de associações com as mais diversas impressões visuais, auditivas, táteis, cinestésicas.

Os relatos de acompanhamentos médicos do sujeito RG direcionam que a lesão advinda do AVC acometeu uma região da segunda unidade funcional do cérebro (cuja função primária é a recepção, análise e o armazenamento de informações), pois o que se evidencia é uma lesão “temporo occipital”. À luz dos estudos de Luria (1974) é possível inferir que:

Os distúrbios de audição fonêmica e de memória audioverbal produzidos por uma lesão das zonas secundárias do lobo temporal esquerdo são de caráter parcial e modalmente específico, e, em função da lei de ‘dissociação dupla’, deixam intactas as outras funções perturbadas por lesões em outras situações. Essas funções incluem percepção visual, entendimento de relações lógico-gramaticais, operações matemáticas, e assim por diante. Entretanto, vários processos psicológicos complexos são severamente perturbados em casos de lesões das zonas secundárias da região temporal esquerda, e esses distúrbios, intimamente vinculados ao prejuízo da audição de fala, são de caráter *secundário* ou *sistêmico*. Esses distúrbios incluem desordens de compreensão da fala, de nomeação de objetos e da recordação de palavras, ao lado de características perturbações da escrita às quais se deve prestar especial atenção. (LURIA, 1974, p. 114-115, grifo nosso)

As investigações deste excerto explicitam os distúrbios que podem ser desencadeados e as formas particulares que podem assumir a partir da lesão das zonas secundárias. Para explorar esse contexto, apresenta-se o dado a seguir em que RG comenta sobre o processo de avaliação médica do ACV.

Situação enunciativo-discursiva: 15/07/2011

Quadro 3. Dado 4: Agóstico

Turno	Sigla do Locutor	Transcrição	Observações sobre condições de produção do enunciado verbal	Observações sobre condições do enunciado não verbal
1	RG	Na verdade o meu ag\ ag \ agóstico.		
2	Iic	Di.	<i>Prompting</i> para a palavra diagnóstico.	
3	RG	I?		
4	Iic	Di. DI-A-G.	<i>Prompting</i> para a palavra diagnóstico	
5	RG	Di-agnóstico. Foi muito assim metade \ me \ me\ por metade. Por exemplo, assim, ah\ quando o médico me deu o AVC, me deu o \ me deu alta\ ele não me deu assim um \ me deu alta mas assim eu vou lhe dar um relatório que você teve um AVC, não. Eu fui pra Salvador, aí a médica falou assim eu acho que ela teve um AVC. Falou com mainha, né.		

O que se evidencia nessa transcrição é que RG busca, entre pausas, resgatar a palavra desejada e surge a parafasia “agóstico” no lugar de “diagnóstico”. Na sequência, transparece, no turno 3, a dificuldade de compreensão do *prompting* e o caminho trilhado por meio da interação com o investigador Iic até chegar à palavra desejada. Todos esses aspectos sublinham as desordens de compreensão da fala, de nomeação de objetos e da recordação de palavras apontadas por Luria (1974) nos casos de lesão das zonas secundárias do lobo temporal esquerdo, mas é mister ressaltar que a linguagem falada pode revelar algo mais: as suas múltiplas possibilidades por meio interação, da linguagem em funcionamento.

4. A linguagem escrita em dados do sujeito afásico RG

A seguir, apresenta-se um dado de escrita em que o sujeito RG buscava descrever a trajetória vivida desde o AVC e traçar planos para o futuro. No trecho, surge a paragrafia “derminar” no lugar de “terminar”.

Situação enunciativo-discursiva: 28/09/2012

Figura 2. Dado 5: Derminar

Transcrição:

Para o futuro: Derminar o curso de massoterapia, talvez voltar para Brasília tentar um

A substituição do grafema “t” por “d” gera a parafasia “derminar” no lugar de “terminar” e vem sugerir os indícios que contribuem para analisar os impactos da afasia e as novas relações que o sujeito RG tem com a linguagem escrita.

Saussure (1916), para explicar a dinâmica da escrita, destaca que “[...] conquanto a escrita seja, por si, estranha ao sistema interno, é impossível fazer abstração dum processo por via do qual a língua é ininterruptamente representada; cumpre conhecer a utilidade, os defeitos e inconvenientes de tal processo.” (SAUSSURE, 1916, p. 33). Desse modo, diversos aspectos estão presentes no trabalho com a escrita como o conhecimento do sujeito como falante, participante de uma comunidade que domina uma determinada variedade e o conhecimento que tem da escrita inserida em práticas sociais que o cercam. Santana (2002) arremata essas considerações ao inferir que:

[...] a escrita não se resume a palavras soltas, sílabas complexas, frases simples. Os sujeitos reconhecem o valor social da escrita e de suas práticas discursivas num nível muito mais sofisticado e conveniente, como produção de sentidos, e não de classificação gramatical; não numa escrita de sílabas, mas numa escrita de atividades significativas e cotidianas [...]. (SANTANA, 2002, p. 149)

Na situação enunciativo-discursiva intitulada “Vora/Fora”, resgatada a seguir, RG e Iic conversam sobre o curso de Massoterapia que RG começou a fazer. Iic pede a RG que registre por escrito as metas que pretende alcançar com o curso.

Situação enunciativo-discursiva 02/05/2012

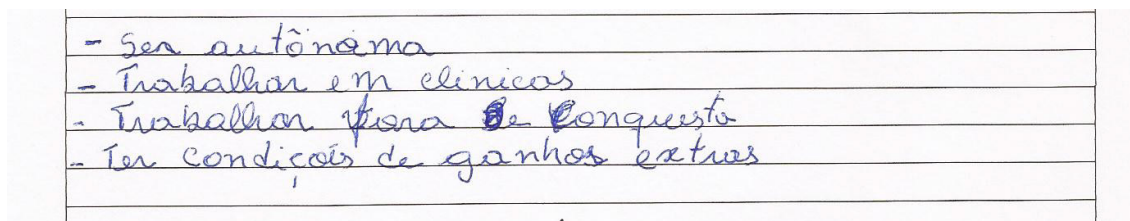


Figura 3. Dado 6: Vora/Fora

Transcrição:

- Ser autônoma
- Trabalhar em clínicas
- Trabalhar (f)vora de Conquista
- Ter condições de ganhos extras

Nessa situação enunciativo-discursiva, RG depara-se com uma dificuldade para selecionar os grafemas para escrever a palavra “fora” no terceiro enunciado. Primeiramente, registra a forma “vora”, dá uma pausa, retoma por si só a escrita e corrige automaticamente retocando um “f” no lugar do “v” para registrar a palavra “fora”. O que fica latente é que

O fato de podermos substituir um elemento por outro mostra que a língua tem um paradigma, ou seja, um conjunto de elementos da mesma natureza que podem ocorrer num determinado lugar (contexto, ambiente). A substituição de um elemento desse conjunto por outro pode ou não mudar o significado total do sintagma, criando ou não palavras novas. (CAGLIARI, 2002, p. 23-24)

Ao deparar com a dificuldade de seleção e optar por uma escolha que não é adequada, RG não faz algo impossível para a língua, pois “Todo falante nativo age lingüisticamente em função do sistema de sua língua.” (CAGLIARI, 2002, p. 27). Oscilando entre [v] e [f], perpassa-se por um terreno comum, ambas são fricativas lábio-dentais, o que as distingue é apenas a sonoridade.

A pausa de RG, a retomada da palavra e o ajuste feito na escrita levam a supor sobre a força do sistema. A correção por parte do falante confirma a percepção de que os segmentos em questão são fonemas no português, por isso, opositivos e contrastivos, não podendo ser comutados indistintamente. Nesse percurso, considera-se que

A função opositiva e distintiva é a função fonológica que permite – através do teste de comutação, isto é, da substituição de um som por outro num determinado ponto do sintagma ou enunciado – fazer o levantamento de todos

os sons que exercem a função de fonemas numa língua ou do valor fonológico que as demais unidades têm. (CAGLIARI, 2002, p. 24)

O momento “fotográfico”, registrado no dado da escrita de RG, pode ilustrar o processo normal de seleção psíquica que se realiza para emitir as ideias. Cabe, ainda estabelecer um aproximação entre afásicos, que deixam de exercer a língua, e crianças com sua entrada na língua escrita (COUDRY; BORDIN, 2012), essa teorização baseia-se em práticas com a linguagem envolvendo a fala, leitura e escrita que se somam à teorização desenvolvida atualmente pela ND à luz de Jackson, Freud e Jakobson.

Ao focalizar as questões sobre as parafasias e as paragrafias que se manifestam por meio da fala, da escrita e da leitura, “[...] é importante ressaltar que tanto a fala quanto a escrita e a leitura são guiadas pelo sentido. É o sentido que conhecemos pela fala e que exercemos na família, no bairro, na igreja, na escola, por exemplo, que reconhecemos nos textos que lemos e escrevemos.” (COUDRY, 2012, p. 3) e que deve ser explorado nos estudos de afasia, pois esse sentido constitui o sujeito e a sua linguagem.

5. Considerações finais

O que se destaca é que a linguagem pode ser interpretada não apenas na ordem daquilo que é dito, pressupondo uma mensagem pronta e dissociada do sujeito e do mundo, mas na ordem da relação entre os dizeres e seus subentendidos, como um processo ativo, dinâmico, construído nas relações.

Sendo assim, o significado da palavra e o seu entendimento na fala, na escrita e nas demais situações, dependem da relação que se estabelece entre os sujeitos. Esses aspectos podem ser destacados no estudo do funcionamento da linguagem após ocorrências neurológicas que tornam sujeitos afásicos, pois, o trabalho de reconstrução dos aspectos linguísticos apagados é um trabalho em conjunto.

Os resultados reafirmam que a intervenção linguística eficaz colabora sobremaneira para a avaliação da linguagem dos sujeitos afásicos e que a fala e a escrita do sujeito afásico RG sublinham enigmas que evidenciam um caminho aos acertos.

Referências

ABAURRE, M.B.M.; COUDRY, M.I.H. Em torno de sujeitos e de olhares. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008; v. 6, n. 2: p. 171-191.

CAGLIARI, L.C. **Análise fonológica**: Introdução à teoria e a prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado de letras, 2002.

COUDRY, M.I.H. **Diário de Narciso**: discurso e afasia: análise discursiva de interlocuções com afásicos. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 205 p. Edição consultada: 2001.

_____. O que é dado em Neurolinguística. In: CASTRO, M.F.P. (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996, p. 179-194

_____. Linguagem e Afasia: Uma abordagem discursiva da Neurolinguística. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 42, Campinas, IEL, UNICAMP, 2002, p. 99-129.

_____. Neurolinguística Discursiva: afasia como tradução. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v.6, 2008, p. 7-36.

COUDRY, M.I.H. (Coord.). Oralidade e escrita. In: _____. **Conexão linguagem**. Disponível em:
<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/bitstream/handle/mec/21589/Atividade%203.pdf%20?sequence=2>. Acesso em 27 de agosto de 2012a.

COUDRY, M.I.H.; BORDIN, S.S. Afasia e infância: registro do (in)esquecível. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 54.1, Campinas, Jan./Jun., 2012, p. 135-154.

COUDRY, M.I.H.; et al. (Orgs.) **Caminhos da neurolinguística discursiva**: teorização e práticas com a linguagem. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, 399 p.

COUDRY, M.I.H.; POSSENTI, S. Avaliar discursos patológicos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 5, 1983, p. 99-109.

FRANCHI, C. Linguagem – Atividade Constitutiva, in: **Almanaque**, 5. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 9-27.

_____. Prefácio, 1986. In: COUDRY, M.I.H. **Diário de Narciso**: discurso e afasia: análise discursiva de interlocuções com afásicos. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 205 p. Edição consultada: 2001.

FREUD, S. **A interpretação das afasias**. Lisboa: Edições 70, 1891. (Edição consultada: 2003)

ISHARA, C. A classificação como obstáculo. In: COUDRY, M.I.H.; et al. (Orgs.) **Caminhos da neurolinguística discursiva**: teorização e práticas com a linguagem. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, p. 69-91.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: _____. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 34-62. (Edição consultada: 1999)

_____. A afasia como um problema lingüístico. In: LEMLE, M. (Org.). **Novas perspectivas lingüísticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970, p. 43-54.

LURIA, A.R. **Fundamentos de Neuropsicologia**. Tradução de Juarez Aranha Ricardo. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, S.A.. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974. 344p. (Edição consultada: 1984).

MACEDO, H.O. A semiologia da escrita nas afasias. In: MORATO, E. M. (Org.). **A semiologia das afasias: perspectivas linguísticas**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 214-242.

MORATO, E.M. Neurolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 143-169.

REISDORFER, I.M.S. **A caracterização das parafasias na perspectiva da neurolinguística discursiva**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Dep. de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2007, 106 p.

SANTANA, A.P. **Escrita e afasia: A linguagem escrita na afasiologia**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. Rio de Janeiro: Cultrix, 1916. 279 p. Edição consultada: 2006.

Artigo recebido em: 13.09.2013

Artigo aprovado em: 30.11.2013

Estratégias sintáticas no português falado: construções adverbiais na conversação

Syntactic strategies in spoken Portuguese: adverbial constructions in conversation

Ana Lima*

RESUMO: Um rápido levantamento bibliográfico sobre questões sintáticas evidencia que a grande maioria dos trabalhos publicados toma como objeto de análise a língua escrita, sendo menos numerosos os estudos que põem em exame fenômenos sintáticos tendo como base um *corpus* de língua falada, e menos ainda do português falado. Visando contribuir para a diminuição dessa lacuna, este trabalho pretende apresentar uma síntese dos resultados de pesquisa sobre o funcionamento textual e discursivo das construções adverbiais no português brasileiro falado, mais especificamente na conversação face a face. A fim de atingir os objetivos a que se propõe, este estudo fundamenta-se em alguns pressupostos funcionalistas, tomando como princípio geral o de que a gramática é “sensível às pressões do uso” (NEVES, 1997), o que significa dizer que o falante organiza gramaticalmente suas expressões linguísticas com base não apenas no conhecimento que tem acerca do sistema de sua língua, mas, principalmente, nos propósitos comunicativos que almeja alcançar na interação verbal. A análise aqui empreendida corrobora a hipótese de que a opção pelo emprego de uma construção adverbial, pelo falante, visa atender a seus propósitos comunicativos, propósitos esses que só emergem no curso da conversação.

PALAVRAS-CHAVE: Língua portuguesa; sintaxe; conversação; construções adverbiais.

ABSTRACT: A quick survey of the literature on syntactic issues shows that the vast majority of published works takes as their object of analysis written language, with relatively few studies that examine syntactic phenomena based on a corpus of spoken language, and even fewer of the spoken Portuguese language. Aiming to address this deficiency, this paper intends to provide a summary of the results of research on the textual and discursive functioning of adverbial constructions in spoken Brazilian Portuguese, more specifically in face-to-face conversation. In order to achieve this goal, this study is based on certain functionalist assumptions, taking as a general principle that the grammar is "sensitive to the pressures of use" (NEVES, 1997). This means that speakers organize grammatically their linguistic expressions based not only on their knowledge about the system of the language, but mainly on the communicative purposes that they aim to achieve in verbal interaction. The analysis undertaken here supports the hypothesis that the choice of employing an adverbial construction serves the speaker's communicative purposes, and that these purposes only emerge in the course of conversation.

KEYWORDS: Portuguese language; syntax; conversation; adverbial constructions.

1. Introdução

Em uma visão tradicional, é consensual a ideia de que as orações podem estar relacionadas por meio de dois mecanismos gerais, referidos como ‘coordenação’ e

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa; vinculada ao Depto. de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

‘subordinação’. A ‘subordinação’ é, geralmente, estudada de forma tripartida, subdividindo-se em subordinação substantiva, adjetiva e adverbial.

Este trabalho pretende apresentar os resultados de pesquisa que se deteve na investigação das construções de natureza *adverbial*. Neste estudo, a expressão ‘construções adverbiais’ é utilizada, em preferência àquilo que a tradição tem chamado de ‘orações subordinadas adverbiais’, para fazer referência a segmentos nos quais se evidenciam relações de natureza adverbial, a despeito da ausência de qualquer elemento conectivo formal. Isso acontece, por exemplo, nas ocorrências (1) e (2), apresentadas abaixo, nas quais podem ser inferidas relações de causa e de condição, respectivamente:

(1)

Loc - aqui por exemplo... a gente come banana a gente acha banana aqui mais comum laranja né?... lá é fruta-de-conde que aqui agora está bem cara↓... outro dia eu estive tentando comprar uma *eram quinze cruzeiros uma fruta-de-conde eu até desisti*↓... (DID 328/RJ)

(2)

L1 - conseguiram... com o SOro recolhido de uma das pessoas que contraíra a febre e: que ficara boa... debelar... até... certo ponto↓... e isola:ram... o danado do vírus da Febre de Lassa que é um um: um:... um micro-organismo éh:: parecido com a bola de boli/ de: bilhar↓...

L2 - *não FO:ra... a rapidez dos transportes...*

L1- o que é que tá aconte [cendo?...

L2 - [esse vírus jamais teria sido isolado↓... (D2 005/RE)

Um rápido levantamento bibliográfico sobre as construções adverbiais mostra que a grande maioria dos trabalhos publicados, de correntes teóricas diversas, toma como objeto de análise a língua escrita, sendo menos numerosos os estudos que põem em exame essas construções com base em um *corpus* de língua falada, e menos ainda do português falado.

Com vistas a um estudo integrado, ou seja, um estudo que levasse em conta critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos, e visando a contribuir para a descrição e compreensão dos fenômenos da modalidade falada do português brasileiro, a pesquisa aqui empreendida centrou-se, especificamente, no funcionamento das construções adverbiais na conversação face a face, e fundamentou-se em alguns pontos da Teoria Funcionalista, tendo como principal pressuposto teórico o de que a gramática é “sensível às pressões do uso” (NEVES, 1997), o que significa dizer que o falante organiza gramaticalmente suas expressões linguísticas com base não apenas no conhecimento que tem acerca do sistema de sua língua, mas principalmente nos propósitos

comunicativos que almeja alcançar na interação. Desse pressuposto decorre que: (1) a reflexão gramatical não pode deixar de considerar o papel primordial das condições de produção do texto na organização dos enunciados, aí incluídos os papéis do falante e do(s) seu(s) interlocutor(es); (2) na interação verbal, a expressão linguística tem o papel de mediadora entre a intenção do falante e a interpretação do(s) ouvinte(s). Disso decorre que as escolhas que faz o falante podem ser analisadas como reveladoras de uma intenção, que, por sua vez, reflete as relações sociais estabelecidas.

Como o objetivo da pesquisa foi o de investigar as construções adverbiais na interação verbal, mais especificamente na conversação face a face, optamos por selecionar como material empírico alguns inquéritos do arquivo sonoro do Projeto da Norma Linguística Urbana Culta – NURC. Como se sabe, o acervo do Projeto NURC (nas cinco capitais brasileiras em que o Projeto foi instituído: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife), é constituído de três tipos de inquéritos:

- diálogo entre informante e documentador (DID), que corresponde a uma espécie de entrevista, em que o informante deve falar sobre um determinado tema proposto pelo documentador;
- diálogo entre dois informantes (D2), em que duas pessoas conversam livremente sobre um tema apresentado pelo documentador;
- elocução formal (EF), que consiste em gravação de aulas, conferências, palestras etc.

Para compor o *corpus* da presente pesquisa, foi selecionado 01 (um) inquérito dos tipos DID e D2 de cada uma das cinco cidades brasileiras abrangidas no Projeto NURC, o que fez um total de dez inquéritos, sendo assim especificados: de Porto Alegre (POA) - 121/DID e 291/D2; de São Paulo (SP) - 234/DID e 360/D2; do Rio de Janeiro (RJ) - 328/DID e 355/D2; de Salvador (SSA) - 231/DID e 98/D2; e de Recife (RE) - 216/DID e 005/D2.

As elocuições formais (EFs) não foram selecionadas para integrar o *corpus* porque, apresentando um grau mínimo de envolvimento entre os interlocutores, bem como alto grau de assimetria e de planejamento prévio, foram consideradas pouco representativas do gênero “conversação face a face”.

Apesar de o material selecionado estar inteiramente transcrito (e alguns inquéritos terem sido já publicados), algumas transcrições exigiram uma acurada revisão. Por isso, a fim de assegurar a fidelidade das transcrições em relação ao material sonoro, a primeira fase da análise consistiu na audição de todo o material selecionado, o que representou um total de nove horas

e cinquenta e dois minutos de escuta. Em seguida, foram selecionados segmentos nos quais construções adverbiais podiam ser evidenciadas, o que totalizou 1.275 ocorrências.

Uma vez selecionados, os dados foram submetidos a uma análise qualitativa, buscando-se averiguar, principalmente, o funcionamento das construções adverbiais na interação face a face. Dessa maneira, o que se pôs em análise foi a dinâmica da conversação, da qual as construções adverbiais participam, sendo uma das estratégias empregadas para a obtenção dos resultados de sentido pretendidos pelos interlocutores. Análises quantitativas foram realizadas para subsidiar a análise qualitativa, tendo sido os resultados numéricos (percentuais) de grande relevância, por corroborar as conclusões deste estudo.

Quanto à maneira de apresentarem-se as ocorrências, optamos por seguir, neste trabalho, as normas gerais de transcrição adotadas pelo Projeto NURC no Brasil¹, mantendo-se os mesmos sinais. No entanto, não havendo nas normas do Projeto NURC sinal indicativo da “pausa de final de frase”, que marca a completude de um enunciado (ainda quando não há troca de turnos entre os interlocutores), e sendo esse um dado relevante para a presente análise, um sinal representativo desse tipo de pausa foi criado, e aparece nos exemplos como uma seta apontando para baixo (↓).

2. A língua falada: considerações gerais

Não resta dúvida de que a tradição escolar tem prestigiado a língua escrita em relação à falada. Isso foi comprovado por Marcuschi (1997), que, após investigar mais de 12.000 páginas de 58 manuais didáticos do português, chegou à conclusão de que à língua falada esses manuais dedicam, em linhas gerais, a insignificante marca de 2%, no cômputo total de páginas.

A situação seria menos preocupante se esse parco índice se devesse a uma simples indiferença da sociedade brasileira pela modalidade falada da língua. No entanto, o que se observa é que ele é resultado de uma atitude extremamente negativa em relação à fala, que, a despeito da posição central que ocupa no dia a dia das pessoas, ainda é considerada “o lugar do erro” (MARCUSCHI, 1995, p.1195) ou um “antimodelo” (MARCUSCHI, 1997, p.40).

Parte da responsabilidade por essa visão deturpada da modalidade falada deve-se à própria tradição dos estudos linguísticos, uma vez que até há pouco tempo a Linguística tomava como objeto de análise ou a escrita ou um modelo de fala idealizada, artificial, e não a fala

¹ Em Salvador, o Projeto NURC adotou regras de transcrição que divergem daquelas adotadas nas outras capitais.

autêntica. Podemos afirmar que, hoje, o posicionamento teórico dos estudos linguísticos encontrou um ponto de equilíbrio, no sentido de dar à fala a relevância que ela merece nos estudos da linguagem humana, sem incorrer no erro de, por causa disso, detrair a escrita.

O nível de conhecimento que se tem hoje sobre língua e linguagem atesta que já não é cabível observar a fala pela perspectiva da escrita, ou vice-versa. Defender, hoje, que língua falada e língua escrita se opõem de forma dicotômica, sendo produzidas em situações polares (MARCUSCHI, 1999a), é, no mínimo, um anacronismo.

Não têm mais sentido os exercícios de “tradução”, que tinham por base a concepção equivocada de que a diferença entre a fala e a escrita era apenas uma questão de mídia diferente (BLANCHE-BENVENISTE, 1995). Considera-se, atualmente, que fala e escrita são atividades altamente relevantes, cada uma com características e finalidades próprias, sendo, ambas, modalidades diversas de um mesmo sistema linguístico. Nem a escrita é a representação gráfica da fala, nem a fala é a escrita em sua representação sonora.

A esse respeito, são concludentes as seguintes observações de Marcuschi:

Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes; ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização: som de um lado e grafia de outro, embora elas não se limitem a som e grafia. (MARCUSCHI, 2001, p.17)

Assim, o quadro a que assistimos atualmente, no Brasil, é o dos estudiosos da fala envidando esforços para fazer constar as reflexões sobre a língua falada nos estudos de língua portuguesa em todos os níveis escolares. O que se deseja, na fase atual das reflexões sobre a língua, é que a fala seja percebida como aquilo que realmente é, livre do peso prescritivo-normativo que tem a escrita padrão ensinada pela escola.

Porém, apesar dos inquestionáveis avanços no sentido de valorizar-se a língua falada, permanecem resquícios de uma tradição que nos habituou a perceber as relações entre fala e escrita de maneira dicotômica. Assim, além daqueles que insistem em relacionar a fala com o uso de uma variedade não padrão, há ainda os que resistem à ideia de considerar a fala como uma modalidade sistematizada e, do mesmo modo que a escrita, regida por uma série de normas. Essa resistência deve-se, principalmente, à equivocada interpretação do termo “norma”. Ao

afirmar-se que a fala é regida por normas, esse último termo não deve ser entendido de maneira restrita, ou seja, como referência às prescrições apontadas nos manuais, mas deve ser interpretado como um termo que faz referência tanto às restrições do sistema como às regras atreladas às relações sociais que subjazem a todas as situações de interação.

Desse modo, as características próprias da fala, como repetições, hesitações, correções e truncamentos na estrutura não podem servir de base para a afirmação de que ela não possui normas. Nem mesmo a chamada “fala padrão” está isenta de apresentar as características típicas da oralidade, como afirma Marcuschi (1995). Mais de acordo com os estudos linguísticos atuais, portanto, é defender que, ao se aludir às normas da fala e/ou da escrita, deixe-se bem claro a que normas se está referindo. Isso porque, do ponto de vista descritivo, cada variedade tem suas próprias normas. Do ponto de vista da norma prescritiva, entretanto, as afirmações sobre a fala precisam necessariamente refletir uma cuidadosa investigação, que leve em conta aspectos sociais e interacionais diversos. Sob esse ponto de vista, tanto a fala quanto a escrita apresentam variações que percorrem um contínuo que vai do padrão ao não padrão (RODRIGUES, 1995).

Outra preocupação que norteou as pesquisas sobre a língua falada, inicialmente analisada segundo os parâmetros da escrita, foi a tentativa de descobrir qual dessas modalidades apresentaria maior grau de complexidade. Em geral, as primeiras conclusões tendiam a defender que a escrita é mais complexa. Logo em seguida, novos estudos revelavam que a fala, se não é mais complexa do que a escrita, é pelo menos tão complexa quanto ela. Sobre essa questão, ainda hoje não se pode dizer com toda a certeza que os estudiosos chegaram a um consenso.

Permanece, subjacente aos manuais e gramáticas de língua portuguesa, a crença de que a escrita é estruturalmente elaborada e complexa, enquanto a fala é estruturalmente simples. Dentre os linguistas, porém, há os que julgam que a fala é mais complexa do que a escrita. Nesse aparente impasse, cabe a pergunta: Que noção de complexidade está sendo discutida?

Beaman (1982), por exemplo, discute complexidade no nível sintático apenas, e parte da ideia, geralmente aceita, de que complexidade sintática é função do número e do tipo de encaixamentos presentes em um texto. Procede, então, a um levantamento da quantidade de estruturas coordenadas e de subordinadas em narrativas faladas do inglês, chegando à conclusão de que, contrariamente ao que se imagina, a fala, como um todo, é tão complexa quanto a escrita, se não mais do que esta.

Para Halliday (1985; 1989), é um erro pensar na língua escrita como altamente organizada, estruturada e complexa, e na língua falada como desorganizada, fragmentada e simples. De acordo com seu ponto de vista, a língua falada é tão altamente organizada quanto a língua escrita, e é capaz de alcançar o mesmo grau de complexidade. Apenas – segue o autor – ela é complexa de um modo diferente: enquanto a complexidade da escrita reside em sua “densidade lexical”, a da fala está em seu “emaranhado (enredamento) gramatical”. Em outras palavras, Halliday (1989) postula que, pelo fato de na língua falada grande parte do sentido ser expresso pela gramática, e não pelo vocabulário, a estrutura da frase (*sentence*) alcança nessa modalidade uma complexidade raramente alcançada pela escrita. Defende, então, que, ao investigar-se *complexidade*, a conclusão deverá apontar para o fato de que cada modalidade é complexa de sua própria maneira.

3. A sintaxe da língua falada

A tradição gramatical, cuja ênfase é o estudo da língua escrita, atribui a essa modalidade a característica de possuir uma organização sintática. Os estudos sobre a fala revelam que essa não é uma característica exclusiva da escrita, mas também se encontra no texto falado.

A impressão de caos que se tem ao analisar a fala pela primeira vez não decorre, certamente, da ausência de organização sintática dessa modalidade. O “falso caos” da fala é consequência, sim, das suas condições de produção, que, afetando inevitavelmente a sua estrutura gramatical, são responsáveis pelas características específicas do texto falado. Hesitações, correções, repetições, truncamentos etc., típicos da fala, não devem ser vistos como marcas de “ausência de sintaxe” ou de “agramaticalidade”. Pelo contrário, devem ser percebidos como componentes do texto falado, que desempenham nele importantes papéis, tanto formais quanto cognitivos e interacionais (FÁVERO et al., 1999b; MARCUSCHI, 1999b).

Há autores (BROWN & YULE, 1983; KOCH, 1998) que, embora percebam que ambas as modalidades apresentam uma “sintaxe”, tratam de maneira diversa a sintaxe da fala e a sintaxe da escrita. Para Castilho (1993; s/d; 1998), as características da língua falada, em especial da conversação, são decorrentes, em primeiro lugar, do fato de ela resultar de um “diálogo em presença”, do qual decorre que o discurso vai sendo construído em concomitância com o processo dinâmico da interação, ressentindo-se fortemente desse processo, no sentido de os enunciados refletirem pressões de natureza sociointeracional. Em segundo lugar, do fato de

a fala “documentar os dois momentos fundamentais da linguagem: planejamento e execução”. Dessa característica, afirma Castilho (1993), resulta a impressão geral de que a fala não apresenta estruturas sintaticamente organizadas.

Uma questão frequentemente aludida quando se deseja explicar as descontinuidades da língua falada é a que diz respeito ao “planejamento” ou “não planejamento” da fala. Acreditava-se, no início dos estudos sobre essa modalidade, que a grande quantidade de segmentos truncados nela presentes seria resultado da falta de planejamento dessa atividade linguística. Estudos como o de Ochs (1979), no entanto, mostram que, na atividade discursiva, planejamento não é uma questão de tudo ou nada, e sim uma questão de graus. É então consensual, atualmente, a compreensão de que há vários graus de planejamento do discurso, numa escala que vai do muito planejado ao pouco planejado, quer na escrita quer na fala.

Assim, o máximo que se pode afirmar sobre a relação entre planejamento e modalidades da língua é que, enquanto a escrita tem uma tendência para o mais planejado e para um planejamento anterior à execução, a fala tende para o menos planejado e para o planejamento local, concomitante à execução, isso devido a características de uma e de outra modalidade.

Além disso, alguns linguistas (HALLIDAY, 1985; MARCUSCHI, 1995) fazem uma distinção fundamental entre produto e processo. A relevância dessa distinção para o presente estudo reside no fato de que ela corresponde à visão fortemente arraigada de que o texto escrito é um produto, e o texto falado, um processo. Como a tradição relaciona gramática com a modalidade escrita da língua, a concepção geral de gramática tem sido sempre a de uma “gramática do produto”. Dessa maneira, tende-se a pensar que a fala, sendo um processo, prescinde de gramática, e a considerar que daí procede a aparente desordem do texto falado.

Esquece-se, no entanto, de que a aparente desordem da fala nada mais é do que a evidência de que não se apagam, nessa modalidade, as marcas do processo. Na escrita, ao contrário, essas marcas raramente estão presentes no produto final, o que não significa que o texto escrito prescinde de uma fase de elaboração, na qual, assim como no texto falado, são comuns as correções, os truncamentos, as hesitações, etc.

Segundo Castilho (1997), há, entre os linguistas brasileiros que se dedicam ao estudo da língua falada, um consenso de que “a melhor abordagem dessa modalidade é considerar os processos de criação linguística que ela documenta, antes que descrever seus produtos”. Todos os estudiosos da modalidade oral são unânimes em reconhecer a língua falada como “um

conjunto de processos”. Desvendar esses processos é que tem sido, para os estudiosos da fala, o grande desafio.

4. A conversação: considerações gerais

Devido à sua alta frequência no cotidiano das pessoas, a *conversação* tem o estatuto de “atividade linguística básica”. Além de ser a atividade linguística mais frequente na vida diária das pessoas, ela tem um papel fundamental no processo de aquisição de uma língua, fato que é ressaltado por Levinson (1983), que a ela se refere como “a matriz para a aquisição da língua”, já que é a atividade à qual o ser humano se expõe em primeiro lugar.

Preti (2002) concebe a conversação como uma atividade que se insere em outra atividade mais abrangente, a interação, a qual, para ele, corresponde à “reciprocidade do comportamento das pessoas, quando em presença umas das outras, numa escala que vai da cooperação ao conflito” (PRETI, 2002, p.45). Para ele, *conversação* é um rótulo sob o qual podem abrigo-se diversas atividades de comunicação verbal, desde as conversas informais, distensas e descompromissadas do dia a dia até os diálogos mais formais, com temas predeterminados.

Quer seja entre dois interlocutores apenas, quer seja com a participação de um grupo maior de pessoas, a conversação é uma “via de mão dupla”, na qual locutor e interlocutor vão criando, simultaneamente, um texto. Assim, se fosse possível “congelar” (como um instantâneo) o produto final da interação conversacional, de tal modo que ele não perdesse nenhuma de suas características, o que se exibiria seria um texto cuja autoria teria que ser compartilhada por tantos quantos fossem os participantes daquele evento.

A ideia de que a conversação é uma atividade colaborativa, em todos os aspectos, está presente em diversos trabalhos publicados (VANDERVEKEN, 2000; LAKOFF, 1984). Segundo Castilho (1993), a atividade conversacional obriga o interlocutor a “preencher vazios” a todo momento. É evidente que esse preenchimento de vazios por parte do interlocutor não implica que ele vai dando ao texto que recebe uma feição canônica, fazendo-o caber dentro das regras gramaticais que são habitualmente aplicadas à escrita, mas, sim, que vai aplicando automaticamente ao texto que recebe seus conhecimentos sobre a língua (linguísticos e sociopragmáticos), de modo a poder compreendê-lo e interpretá-lo. Do lado do ouvinte, então, a apreensão dos vários sentidos pretendidos pelo locutor depende tanto (se não mais) da dinâmica da interação quanto das formas escolhidas pelo falante para veicular as ideias.

Outra observação importante sobre a conversação é que ela tende a maximizar o uso de informações compartilhadas e a ancorar-se fortemente na situação em que ocorre. Dessa maneira, o dinâmico processo de trocas que constitui a interação conversacional é o principal responsável pela construção dos sentidos durante a conversação. Por causa dessa relevância da interação na construção dos sentidos, pode-se dizer que o fato de amputar-se a conversação de seu contexto real, com a finalidade de analisá-la, representa uma perda parcial de muitos de seus elementos significativos.

Outra característica relevante da conversação, apontada por Marcuschi (1995), é o seu complexo sistema de troca de turnos. Hilgert (2001) observa que os turnos “não são pequenos monólogos dirigidos a um interlocutor e dele independentemente produzidos”. Ao contrário, durante a conversação, a produção de um novo turno, pelos interlocutores, é motivada por alguma intenção comunicativa, pela qual se tenciona influenciar, ou modificar, de alguma forma, o(s) seu(s) parceiro(s).

É importante salientar que essa troca não corresponde ao intercâmbio de material verbal apenas, mas de uma enorme quantidade de material não verbal, como gestos, olhares e movimentos corporais diversos, o que faz da conversação um evento extremamente complexo, no qual os sentidos são construídos a partir da combinação de elementos linguísticos, cognitivos, psicossociais e culturais.

Há que se ressaltar, ainda, o contínuo trabalho de monitoramento que se realiza no decorrer da conversação, por todos os participantes. O falante monitora as expressões linguísticas já produzidas, as que estão sendo produzidas no momento da fala, o efeito dessas expressões para o ouvinte, as reações do ouvinte em relação a fatores contextuais, que fogem do controle do falante, ao mesmo tempo em que planeja o próximo enunciado. Do lado do ouvinte, a conversação o obriga a monitorar as expressões linguísticas que recebe, para planejar possíveis intervenções, as “intenções” do falante, os dados contextuais, o melhor momento para assumir o papel de falante, etc.

Dessa maneira, a conversação se configura como uma atividade cuja execução aciona uma multiplicidade de processos e estratégias, que agem simultaneamente. Entendendo, então, a organização gramatical como uma das características da conversação, cabe averiguar que gramática é essa. Analisemos, como parte do estudo dessa gramática, as construções adverbiais.

5. As construções adverbiais na conversação: análise de dados

A pesquisa que serviu de base para este estudo buscou averiguar, principalmente, a contribuição das construções adverbiais para administrar e manter a conversação e os papéis sociais dos participantes nela envolvidos. Assim, a análise procurou ser eminentemente qualitativa. No entanto, à medida que procedemos a um levantamento quantitativo dos dados, para subsidiar a análise pretendida, ficou evidente que alguns deles mereciam um tratamento diferenciado, devido à relevância que demonstravam para a compreensão do fenômeno em estudo.

Decidimos, então, como opção metodológica, subdividir esta seção em duas grandes partes: na primeira, apresentam-se conclusões e comentários emanados a partir dos resultados quantitativos (numéricos) das ocorrências; na segunda, serão expostos os resultados da análise qualitativa das ocorrências, que corresponde à investigação do papel das construções adverbiais na dinâmica da conversação.

5.1 Análise quantitativa dos dados

Analisando a frequência das construções adverbiais nos dados do *corpus*, a primeira observação que se pode fazer é que esse é um tipo de construção abundante na conversação, tendo sido registradas 1.275 ocorrências em 523 porções de texto conversacional selecionadas dos 10 (dez) inquéritos analisados.

Essa frequência alta encontrada nos dados contradiz a ideia de que, devido à sua complexidade, “a subordinação é um processo que tende a ser evitado na fala” (FERNANDES & PETIOT, 1994). Por outro lado, está em consonância com os resultados encontrados por Ford (1993), que, analisando as “orações adverbiais” na interação em inglês, concluiu que, nessa língua, elas são “a estratégia mais usada para operar conjunção na conversação”.

No que se refere ao português brasileiro, a análise a que procedemos neste estudo indica que relações adverbiais emergem por todo o texto conversacional, codificadas por diversos meios, e cumprem várias funções, às quais nos reportaremos adiante. As construções adverbiais selecionadas no *corpus* codificam um conjunto não muito numeroso de relações semânticas, as quais podem ser agrupadas em apenas 06 (seis) classes. A Tabela 1, a seguir, mostra as classes identificadas no *corpus* em análise, por ordem decrescente de frequência.

Tabela 1 – relações semânticas identificadas no *corpus*.

RELAÇÃO SEMÂNTICA	FREQUÊNCIA
causalidade (causa <i>lato sensu</i>)	586 (46,0%)
tempo	225 (17,7%)
finalidade (ou propósito)	212 (16,6%)
condição	143 (11,2%)
concessão	64 (5,0%)
comparação	45 (3,5%)
TOTAL	1275

A) Relações de causalidade

Como se pode observar pela Tabela 1, essa é a classe que abrange o maior número de ocorrências, correspondendo quase à metade das relações selecionadas. “Causalidade” designa um tipo de relação em que duas partes se inter-relacionam de maneira que uma delas é dada como a causa, e a outra como a consequência. O falante dispõe, na língua, de uma grande variedade de recursos para o estabelecimento da causalidade. Os resultados aqui encontrados mostram que a indicação de causalidade por meio de construções adverbiais é um recurso bastante utilizado na conversação face a face.

Se o falante optar por expressar causalidade por meio de uma construção adverbial, ela pode ser configurada de diversas maneiras, conforme mostra a Tabela 2, apresentada abaixo.

Tabela 2 – expressão da causalidade.

CONECTIVO	FREQUÊNCIA
porque	493 (84,1%)
que	35 (6,0%)
como	29 (5,0%)
já que	09 (1,5%)
pois	02 (0,3%)
por [+ infinitivo]	02 (0,3%)
devido a [+ infinitivo]	01 (0,2%)
sem conectivo (causa implícita)	07 (1,2%)
gerúndio	06 (1,0%)
casos marginais	02 (0,3%)
TOTAL	586

A Tabela 2 revela que *porque* é o conectivo mais empregado para expressar relações de causalidade, sendo o elemento prototípico para essa relação. Sobre esse conectivo, no entanto, há ainda muito a ser investigado, a fim de se conseguir explicar os seus variados empregos. Em geral, descrevem-se duas funções para o *porque*:

1. a de conectivo causal, quando introduz uma relação tal que uma oração é posta como sendo a “causa real” de outra, formando um enunciado complexo, como em (3):

(3)

Loc - [...] animais curiosos... curiosíssimos há por exemplo na Austrália↓... a fauna australiana... é chamada uma fauna de fósseis vivos... animais fósseis vivos↓... o *Ornithorhynchus paradoxus*↓... você já ouviu falar↓... é aquele animal da Austrália... que tem sessenta setenta centímetros de comprimento↓... *ornithor*... ave↓... *rhynco* rinu nariz↓... nariz de ave é bico↓... *paradoxus* porque ele é paradoxal↓... ele parece uma ave porque tem bico de pato... pés de pato... põe ovos... como as aves e como os répteis... mas não é ave↓... paradoxalmente ele é um mamífero↓... *porque* tem pelos↓... o pelo é importante↓... TODO mamífero tem que ter pelo↓... (DID 216/RE)

Nessa ocorrência, o estado de coisas expresso em *porque tem pelos* é dado como causa real para o estado de coisas expresso em *ele é um mamífero*. Essa “causa real” é ratificada no enunciado posterior *TODO mamífero tem que ter pelo*. Do ponto de vista lógico, a sequência de orações expressas em (3) formam um silogismo perfeito, em ordem inversa.

PREMISSA 1 => Todo mamífero tem que ter pelo.

PREMISSA 2 => Ele tem pelos.



DEDUÇÃO => Ele é um mamífero.

2. A de operador argumentativo, quando *porque* encadeia dois atos de fala, como em (4), abaixo.

(4)

L1 - [...] agora a Estela vive dançando... e ela quer ser bailarina↓... agora não há que não é que haja aquele::... aquela:: aversão à vida artística... sabe? eu s/ é que a gente lê:: e::: sabe das dificuldades [que o artista encontra]

L2 - ()

L1 - então eu estou procurando eh... encaminhá-la pra outra coisa não sei mas... éh ginástica rítmica por exemplo... ela::... faz ginástica rítmica↓... então ainda::... eu hesito em pôr no balé mas eu vou ter que pôr sabe?... éh não quis pô-la até agora mas ela é MUIto::... quebradi::nha ela:: faz os tre[jeitos e::

L2 - [ahn ahn

L1 - vira pirueta e faz... parece de borracha↓...

L2 - mas você sabe que é interessante pôr? *porque* na maioria/ na grande maioria das vezes... aquilo se torna tão chato que a criança desiste↓... (D2 360/SP)

Nessa ocorrência, o segmento introduzido pelo *porque* não é a causa de um estado de coisas, mas justifica o ato de fala *you know that it's interesting for you?* – uma pergunta. Sweetser (1990) já tinha chamado a atenção para a possibilidade de o *porque* atuar em vários domínios. Entretanto, segundo Paiva (1995), mesmo uma análise como essa, em diferentes domínios, não é suficientemente abrangente para dar conta da diversidade de ocorrências do *porque* na fala.

Quanto à posição, a ordem preferencial das construções causais introduzidas por *porque*, *que* e *pois* é após a oração nuclear. Nos estudos de base funcionalista em que se relaciona a ordem dos satélites com a distribuição da informação nos enunciados, postula-se que a posição posposta tende a veicular a informação nova. É o que se verifica nos dados aqui analisados. Em (5), por exemplo, o locutor responde negativamente a uma pergunta direta do documentador, e acrescenta, como informação nova, a justificativa para sua resposta, na forma de uma construção causal.

(5)

Doc. - e tu acha que o rádio a pilha tem alguma desvantagem em relação ao outro?
 Loc. - não eu acho que não inclusive eu acho que tem mais vantagem *porque a gente pode levar em qualquer lugar*↓... se a gente é muito fanática leva em qualquer lugar ((ri)) (DID 121/POA)

Mas nem todas as construções causais têm a posposição como ordem preferencial. Nos dados analisados, 100% das ocorrências causais com *como* foram antepostas. Além desses dados, em 07 (sete) ocorrências, devido à ausência de elemento conectivo introdutório, a relação causal está implícita, ou seja, é apenas inferida. É o que se observa em dois trechos da ocorrência (6), apresentada a seguir.

(6)

Loc. - agora eu tenho u/ a as minhas amigas vão vão sempre a teatro↓ quase... quase sempre elas vão quase todo domingo↓ *eu: sou um pouco preguiçosa não vou*↓ prefiro ficar assi/ a a aqui assistindo televisão ou dormindo ou lendo o jornal↓... mas elas::/ e comentam comigo↓ a I. diz que tem assistido várias peças mas eu não tenho eu PArei um pouco de ir agora↓... sei lá *ando muito cansada não tenho ido mais a teatro*↓ (DID 234/SP)

É importante observar que as construções causais introduzidas pelo conectivo *que* são consideradas, pelas gramáticas tradicionais, como “coordenadas explicativas”. Não se evidenciou, entretanto, para essas construções, um funcionamento que justificasse a sua exclusão da análise, já que operam, tanto quanto o *porque*, no estabelecimento de uma relação

causal no domínio dos atos de fala. Observe-se, por exemplo, a possibilidade de substituição do conectivo *que* pelo conectivo *porque* na ocorrência (7), abaixo, em que se relacionam dois atos de fala.

(7)

L1 - mas vamos começar pelas pelas viagens... *que* de bote a remo não precisa né?
já vamos começar por bote por b/ por b/ por barco a vela↓... (D2 005/RE)

B) Relações de tempo

As construções de valor temporal ocorrem, nos dados analisados, em segundo lugar no que se refere à frequência. Na verdade, a análise revela que em qualquer ponto do texto conversacional é possível reconhecerem-se indicações temporais, as quais podem ser inseridas na conversação por variados meios, dentre os quais encontramos a construção adverbial.

A função básica das construções temporais é alocar um estado de coisas em algum ponto na linha do tempo. Se o falante opta, pois, por fazer uma circunstanciação de tempo empregando uma construção adverbial, os dados mostram que ela é, na grande maioria das ocorrências, introduzida pelo conectivo *quando*, sendo esse, então, o elemento prototípico para esse tipo de construção.

Estudos nos quais o *quando* foi posto sob análise mais acurada (Neves *et al.*, 1993) revelam que esse elemento pode variar, formal e semanticamente, a depender dos contextos em que se encontram. Pode funcionar como conjunção temporal mesmo, operando circunstanciação, ou pode apresentar-se expandindo e reelaborando o conteúdo expresso por uma predicação. Nesses casos, sua função é apositiva, e sua feição sintática é a de uma “oração adjetiva não restritiva”. De maneira geral, o nexos temporal que se estabelece entre dois estados de coisas pode expressar dois tipos de relações de tempo: simultaneidade ou não simultaneidade (Neves, 2000). Essas relações estão exemplificadas, respectivamente, nas ocorrências (8) e (9), abaixo.

(8)

L1 - [...] agora:: o Luís... o de seis anos

L2 - ahn ahn

L1 - ele::... desde pequenino ele é ((vozes ininteligíveis)) desde pequeno o Luís gosta... da história do homem↓... então... *quando ele não sabia ler* ele lia mui/ *ele via as figuras da pré-história e gostava muito*↓... então ele fazia com que nós lêssemos... os livros éh:: coleções:: uma e outra que a gente tem... éh:: sobre a

formação do mundo... sobre a a:: a fo/ a a evolução do homem e tudo mais↓ [...] (D2 360/SP)

(9)

Loc. - *quando chegou o balê russo aqui em São Paulo* eles pediram que as alunas do do do da Prefeitura que éramos nós... aquele grupo T Odo fosse fazer cena num num dos números que eles apresentavam↓ (DID 234/SP)

Construções temporais são as que mais favorecem associações de outras relações semânticas. Podem ocorrer, por exemplo, com valor condicional, como em (10), dentre outras.

(10)

Doc. - vamos falar um pouco sobre cinema você gosta de cinema?

Loc. - olha cinema eu:: gosto *quando é filme::... leve filme romântico*↓ não gosto de ver... banguê-banguê... ah:: também vejo de ve/ conforme o filme esses de:: espionagem e de poli/ policial também↓... (DID 121/POA)

A Tabela 3, a seguir, mostra os diferentes recursos, identificados no *corpus*, empregados para estabelecer uma relação temporal:

Tabela 3 – expressão das relações de tempo.

CONECTIVO	FREQUÊNCIA
quando	185 (82,2%)
logo que	03 (1,3%)
desde que	01 (0,4%)
enquanto	04 (1,8%)
sem conectivo	18 (8,0%)
outros ²	14 (6,2%)
TOTAL	225

C) Relações de finalidade (ou propósito)

Nas ocorrências analisadas, 100% das construções que expressam finalidade (ou propósito) foram introduzidas pelo conectivo *para*, na grande maioria das vezes seguido de uma forma verbal no infinitivo. Essa relação ocorreu com muita frequência no *corpus*, mas o que se evidenciou é que sua configuração gramatical quase não apresenta variações.

² Foram registradas, no *corpus*, várias expressões indicativas de alocação temporal, como *no dia que*, *na hora que*, *uma vez que*, *logo depois de*, *depois que*, *nessa vez que*, *naquele tempo que*, *logo no primeiro ano que*, etc., com funcionamento de conectivo temporal, conferindo tonalidades de sentido muito particulares aos enunciados.

Assim como as construções temporais, as que expressam finalidade podem ser colocadas antecedendo a nuclear, seguindo-se a ela, ou intercaladas. Nos dados investigados, a posição posposta é a de maior frequência. Como já se salientou, essa posição é geralmente ocupada pela informação de maior relevância, o que se evidencia em (11):

(11)

Doc. - agora me diga o seguinte↓ você diz que pegou o empréstimo pra poder pagar

L1 -	a viagem e a saída...
Doc. -	quais são as operações que você teve que fazer <i>pra conseguir esse empréstimo?</i>
L1 -	<i>pra conseguir o empréstimo?...</i>
Doc. -	que normalmente a pessoa faz?...
L1 -	bom↓ o que... o que acontece é o seguinte↓[...] (D2 355/RJ)

Note-se que a construção final introduzida pelo documentador é a parte que é repetida por L1, numa demonstração de que essa é a parte interpretada como a informação de maior saliência. A liberdade quanto à posição dos satélites de finalidade é tal que se podem intercalar porções de texto, na maioria das vezes comentários, de caráter parentético, entre as duas partes conectadas pela relação final. No *corpus*, as marcas formais empregadas pelos falantes para estabelecer relações de finalidade foram as seguintes:

Tabela 4 – expressão da relação de finalidade.

CONECTIVO	FREQUÊNCIA
para (+ forma reduzida de infinitivo)	199 (93,9%)
para (+ forma desenvolvida)	10 (4,7%)
sem conectivo	03 (1,4%)
TOTAL	212

Uma observação importante a ser feita, ainda, é a possibilidade de as construções finais serem postas numa cadeia coordenada, ou simplesmente justapostas, como em (12), a seguir.

(12)

Loc - [sobre o circo] [...] então a aquela vez surgiu oportunidade eu fui↓ agora TEM QUE TER um certo espaço também *pra pra eles poderem trabalha::r com os anima::is e com... com eles mesmo no picadeiro e pra a gente também não estar em Cima deles... pra ver o... espetáculo*↓ (DID 121/POA)

D) Relações de condicionalidade

Dentre todas as relações semânticas arroladas pela tradição linguística, a de condicionalidade parece ser a que mais tem intrigado os estudiosos, tanto linguistas quanto filósofos, o que resultou em variados trabalhos, nos quais foram abordados diferentes aspectos

da relação condicional. A análise aqui realizada vem reiterar o que já está assentado sobre a condicionalidade em português: essa relação é privilegiadamente introduzida pelo conectivo *se*, como se pode observar na Tabela 5.

Tabela 5 – expressão da relação de condicionalidade.

CONECTIVO	FREQUÊNCIA
se	125 (87,4%)
desde que	05 (3,5%)
sem conectivo	13 (9,1%)
TOTAL	143

De um ponto de vista lógico, a condicionalidade é representada por uma construção binária, em que a proposição condicionada chama-se *apódose* e a condicionante chama-se *prótase*. A relação entre a prótase (p) e a apódose (q) é representada pela fórmula *se p, então q*, sendo o conteúdo de **p**, nessa fórmula, entendido como condição necessária e suficiente para a realização do conteúdo de **q**. No entanto, o que se evidencia nos dados analisados é que poucos são os enunciados que se enquadram inteiramente nesse esquema lógico.

As construções condicionais são geralmente subdivididas em três tipos: (a) as factuais (ou reais), que relacionam conteúdos no mundo real, como se pode verificar em (13); (b) as contrafactuais (ou irrealis), em que o conteúdo expresso pela prótase é irreal, como se observa em (14); e (c) as eventuais (ou potenciais), em que o conteúdo expresso pela prótase pode realizar-se ou não, ficando a realização do conteúdo da apódose na dependência de a condição ser preenchida, ou não. Essa eventualidade é ilustrada em (15).

(13)

Loc. - então a gente toma vinho de acordo também com o tipo de comida... se é carne... aqueles hábitos que a gente tem↓... *se é carne é vinho tinto... se é peixe a gente usa vinho branco...* mas a gente to/ [interrompida pelo doc.] (DID 328/RJ)

(14)

L2 - [...] e:: eu acho que:... o dinheiro todo que eu pudesse... *se eu ganhasse assim... na loteria e tal eu não jogaria em mercado de capita:is nada disso eu sempre ficaria em imóveis*↓... (D2 355/RJ)

(15)

L2 - [...] depois o café:: em casa o café é muito demorado... muito complicado quer dizer então até eles comerem todas as coisas que fazem... parte do café eles demo::ram um briga com o outro a divisão tem que ser **ABSolutamente exata...** porque *se um tiver mais do que o outro sai um monte de briga* na realidade não acabam tomando tudo não comendo tudo que tem↓... (D2 360/SP)

Neves (1999a) analisa o valor argumentativo desses três subtipos de condicionais, e conclui que tanto as factuais, por sua característica de expressar *condição preenchida + conclusão*, quanto as eventuais, por sua característica de expressar *condição eventualmente preenchida + conclusão possível*, contribuem para o jogo argumentativo.

Importa ainda mencionar a possibilidade de a relação condicional contrafactual ser codificada gramaticalmente, pelo modo verbal, com ausência do elemento conectivo, como se demonstra em (16).

(16)

[...] as plantas é que dão o oxigênio ao ar... pela fotossíntese↓... e os animais sempre viveram à sombra das plantas↓... os animais só podem existir... porque se alimentam... das comidas FEItas... pelas plantas↓... *não fossem as plantas nós animais não existiríamos*↓... por isso é que a gente combate a o horror que é: destruir árvores inutilmente↓... (DID 216/RE)

E) Relações de concessão

Em uma construção concessiva, a oração subordinada e a nuclear guardam uma relação tal que o que se afirma no enunciado é que o conteúdo expresso na nuclear se realiza, a despeito da realização do conteúdo expresso no satélite. Analisando o comportamento das concessivas, a maioria dos autores as tem aproximado das coordenadas adversativas, já que ambas as construções operam no sentido de “contrariar uma expectativa”. No entanto, como se verá adiante, as construções concessivas podem ser aproximadas também das causais e das condicionais, por terem traços comuns.

No texto conversacional, as construções concessivas são introduzidas principalmente pelos conectivos *embora* e *apesar (de; que; ou de que)*, que apresentaram quase a mesma frequência nos dados investigados. Outros conectivos introdutórios da concessão, e sua frequência no *corpus*, são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – expressão da relação de concessão.

CONECTIVO	FREQUÊNCIA
embora	20 (31,3%)
apesar (de)	21 (32,9%)
se bem que	12 (18,8%)
apesar (que)	06 (9,4%)
mesmo que	03 (4,6%)
mesmo + gerúndio	01 (1,5%)
a não ser que	01 (1,5%)
TOTAL	64

A partir da observação de que a relação instaurada entre o satélite concessivo e a oração nuclear pode dar-se de diferentes maneiras, gerando diferentes efeitos de sentido, os estudos sobre as construções concessivas as têm dividido, assim como com as condicionais, em três subtipos: factuais (ou reais), contrafactuais (ou irrealis), e eventuais. As concessivas factuais são aquelas em que o conteúdo expresso no satélite se realiza, e, apesar disso, também se realiza o conteúdo expresso na nuclear. É o que acontece em (17), em que a retomada anafórica do percentual recebido de salário, na nuclear, contribui para entrelaçar mais ainda as duas partes postas em relação.

- (17)
- | | | | |
|------|--|---|---------------------|
| L2 - | você está se referindo ao padrão de vida né? | { | relação salário:... |
| L1 - | éh... aluguel↓... | | o padrão/ é↓... |
- é:: apesar deles não receberem... *apesar deles não receberem T*odo o...
o dinheiro que ganham receberem sessenta por cento do... do salário... esses sessenta por cento dão um padr/ dão um padrão de vida muito alto↓... (D2 355/RJ)

Concessivas contrafactuais são aquelas em que o conteúdo expresso no satélite não se realiza, e, apesar disso, também não se realiza o conteúdo expresso na nuclear. No *corpus* analisado, não foi detectado nenhum caso de concessiva contrafactual típica, mas em uma das ocorrências, a contrafactualidade é inferida por meio de dados contextuais. As concessivas eventuais são aquelas em que o que está expresso no satélite tem a possibilidade de realizar-se, mas assim mesmo o conteúdo expresso pela nuclear pode realizar-se, ou não. É o que se pode observar em (18).

- (18)
- L1 - [...] agora essa essa nesse mês como a UPC não aumentou e como diminuiu o número de UPCs... o que vai acontecer é que: uh: eu vou pagar um pouquinho menos↓... no outro mês vou pagar um pouquinho menos... porque diminuiu as UPCs↓ *apesar de no outro diminuir a UPC eu vou pagar MUIto mais do que paguei a primeira* por quê? a UPC vai subir não sei pra quanto↓... (D2 355/RJ)

É consensual, nos trabalhos sobre a relação concessiva (ZAMPRONEO, 1998, 2001; NEVES, 1999b), a ideia de que a concessão pressupõe uma objeção de inferência. Ou seja, a inserção de uma construção concessiva seria motivada pela antecipação de uma inferência, que é negada. É o que acontece, por exemplo, na ocorrência (19), abaixo, em que o documentador pergunta à locutora o que ela acha dos apresentadores de programas televisivos, e a locutora começa a listar os apresentadores que conhece, acrescentando comentários gerais sobre cada

um deles. Ora, sabendo-se que, na nossa cultura, o gosto por alguns programas de televisão pode ser interpretado como sinal de baixa cultura, e que um dos critérios de seleção dos informantes do Projeto NURC foi exatamente o de eles serem representantes de um falar “culto”, a locutora, de certa maneira, “protege-se” contra possíveis julgamentos negativos por parte do documentador. Observe-se:

(19)

Doc. - e (entre) [apresentadores] nacionais mais famosos?

Loc. - [...] o Jota Silvestre acho fabuloso↓... acho que ele... prende a atenção da gente↓... ele é uma pessoa simpática agradável... comunicativa também e respeita o outro o próximo↓... o Moacir Franco também é apresentador eu gosto... dele↓... o Sílvio Santos também... mas (na) *apesar de não assistir o programa dele*↓... (DID 121/POA)

Essa “negação de inferência” opera-se quando a concessiva é posposta. Na posição anteposta, ela funciona no sentido de reduzir o espaço para a inferenciação, potencializando o efeito de “preservação de face” (Goffman, 1970; Galembeck, 1997) da concessiva, a ser discutido adiante.

F) Relações de comparação

O estabelecimento de uma relação comparativa efetua-se a partir da seleção de dois estados de coisas, que, cotejados, são apresentados como tendo algo em comum. Comparações são tão abundantes no material analisado que se pode afirmar, *grosso modo*, que a comparação é a base da nossa percepção da realidade, e, por isso, manifesta-se linguisticamente com acentuada frequência. Contudo, relações comparativas configuradas por construções adverbiais apresentam baixa frequência no *corpus*, e, nos casos em que ocorrem são, na maioria das vezes, introduzidos pelo conectivo *como*. É o que mostra a Tabela 7, abaixo:

Tabela 7 – expressão da relação de comparação.

CONECTIVO	FREQUÊNCIA
como	41 (91,1%)
que nem	02 (4,5%)
de acordo com	01 (2,2%)
conforme	01 (2,2%)
TOTAL	45

O conectivo comparativo *que nem* é raramente mencionado nos manuais, mas é muito frequente em contextos conversacionais distensos, como se observa em (20).

(20)

Doc. - o que tu achas da publicidade em nosso rádio?

Loc. - olha eu acho que tanto no rádio como na televisão de vez em quando... tem publicidade demais propaganda DEmais↓... era era propaganda sim e::... ma/ MAS como É necessário isso sabe? sem a propaganda eles não podem funcionar... tu tem que aguentar↓ agora acho que seria interessante por exemplo *que nem é feito na Europa* que cada... ah::... hm cada casa contribui com tanto por mês... e então:: os que têm televisão e rádio contribuem com tanto por mês e aquilo é pra:: pra televisão↓ (DID 121/POA)

Analisando-se as partes que são postas em comparação, vê-se que o falante pode relacioná-las não somente na base da factualidade, mas também na base da contrafactualidade. Nos dados analisados, em todas as ocorrências em que esse fato se verificou, a contrafactualidade foi marcada pelo *se*. É o que ocorre em (21), a seguir.

(21)

L1 - [comentando sobre o fato de que tomar bebida alcoólica é um tabu na Suécia] [...] eu tenho um amigo meu francês que foi... e ele queria comprar uma garrafa de vinho... pra levar pra uma... um um... um jantar que ia↓... diz que todo mundo que ele perguntava na rua... dizia perguntava “senhor onde é que eu posso comprar bebida alcoólica ou comprar vinho?” as pessoas olhavam para ele *como se ele estivesse perguntando “onde é que tem um bordel aqui nessa rua?”* ((risos))... (D2 355/RJ)

Na classificação das gramáticas tradicionais, arrolam-se, na lista das chamadas “subordinadas adverbiais”, construções “conformativas”. Pela análise aqui realizada, verificou-se que o que está na base das conformativas é o mecanismo da comparação. Isso justifica a inclusão das construções de conformidade no quadro das relações de comparação.

É interessante observar que, das ocorrências de construções conformativas, a grande maioria representa uma avaliação metalinguística do falante, o que vem corroborar a ideia, consensualmente aceita, de que o falante realiza, durante a conversação, um intenso trabalho de monitoração dos enunciados que produz. Veja-se a ocorrência (22), abaixo:

(22)

L1 - [comparando a merenda servida em escolas de periferia com a servida em outras escolas “melhores”] o outro era tipo almoço↓... aqui mais... é tipo merenda mesmo... *como a gente costuma chamar... né?* (DID 355/RJ)

As construções conformativas têm também uma importante função coesiva na conversação, no sentido de recuperar, no momento *agora*, momentos anteriores do texto conversacional. Ao fazer isso, o falante “amarra” conteúdos proferidos em momentos temporalmente distanciados. É o que se observa em (23), a seguir.

(23)

Doc. - você não conheceu outro tipo de televisão a não ser a nossa?

Loc. - conheci (conheci) por exemplo na Europa conheci a televisão mas lá bom lá o governo também cuida... dos programas e... do do nível dos programas e há:: censura... e é assim *que nem eu disse* a propaganda... não é feita:: pela televisão↓... o::... o po/ pessoal todo é que tem que dar uma certa quantia por mês... e:: hm:: todos os meses pra:: pra essas propagandas↓... (DID 121/POA)

A análise evidenciou, então, que as construções adverbiais, embora sejam uma opção do falante, são muito frequentes na conversação. Cabe analisar, agora, o papel que têm essas construções para administrar e manter a interação, em contextos de conversação face a face.

5.2. Análise qualitativa de dados

Quando duas pessoas decidem participar de uma conversação, o que na verdade decidem é relacionarem-se por meio da linguagem. Conversar não é simplesmente “trocar informações”, no sentido literal. Aliás, isso talvez seja o que menos se faz durante uma conversa. Conversar é expor-se. É mostrar-se como um “ser-no-mundo”, aqui e agora. A “troca” que se realiza na conversação é o intercâmbio inevitável, e positivo, que acontece sempre que dois seres humanos se dispõem a “inter-agir”, e é nessa “inter-ação”, afinal, que se constituem como humanos.

Nesse quadro, inserem-se as construções adverbiais. Elas participam da composição do texto na conversação, sendo uma *opção* organizacional de que dispõe o falante, e servindo, portanto, a seus propósitos comunicativos. Esses propósitos, nos quais estão envolvidas as relações adverbiais, podem ser analisados segundo três perspectivas:

A) na perspectiva do falante, a partir da qual serão arrolados os propósitos comunicativos focados prioritariamente na pessoa que fala;

B) na perspectiva do ouvinte, a partir da qual se agrupam os propósitos comunicativos focados no(s) interlocutor(es); e

C) na perspectiva da interação, a partir da qual são listados os propósitos comunicativos focados na negociação que se realiza durante a conversação.

É importante frisar que essa diferença de perspectiva só tem validade como opção metodológica de organização do trabalho. Na realidade da conversação, todos esses propósitos estão imbricados, e operam concomitantemente.

5.2.1. Propósitos focados no falante

1. Preservação da face

Face foi um termo introduzido por Goffman (1970), para significar a autoimagem pública do falante. Afirmamos, anteriormente, que “conversar é expor-se”. No entanto, o falante dispõe de estratégias por meio das quais pode não se expor completamente, “protegendo-se”, assim, de avaliações indesejadas da parte de seu(s) interlocutor(es). Essas estratégias de preservação da face são codificadas por várias construções, e correspondem, principalmente, a *explicações e justificativas*.

As explicações são codificadas principalmente por meio de construções causais (de atos de fala), como em (24), e concessivas, como em (25).

(24)

Loc. - geralmente eu almoço em volta de/ por volta de meio-dia↓... e janto por volta das sete horas sete e meia↓... e depois disso não faço mais nada...

Doc. - depois do jantar ()

Loc. - não↓... não como na:da↓... tomo café↓... eu tomo muito cafezinho durante o dia↓... *que eu fumo também né?* (DID 328/RJ)

(25)

L1 - suco de la/ de de de bergamota por exemplo... põe ela na centrífuga... (por um instante)

L2 - é:

L1 - duas ou três dúzias de: de bergamota PÁ... faz uma jarra... *que/ quer dizer saudável... se bem que lá em casa... se faz isso com mais frequência por causa da gurizada*↓... (D2 291/POA)

Também funcionam na preservação da face algumas construções finais, pelas quais o falante apresenta uma *justificativa* para um ato de fala, como em (26), a seguir.

(26)

Loc - bem mas digamos assim do ponto de vista da... da organização desses estabelecimentos onde se ministra o ensino... eh... segundo assim a idade né? por exemplo criancinhas... eh... vão a que tipo de escola né? *pra a gente ver se a gente pega um pouco da... bem pequenininhos* qual é o tipo de colégio [interrompida pelo

doc.] (DID 231/SSA)

2. Monitoramento das expressões linguísticas

A atividade de monitoramento das expressões linguísticas pode ser analisada em relação ao emprego de determinados termos e/ou expressões, atividade para a qual as construções comparativas/conformativas são as preferencialmente selecionadas pelo falante; ou à relevância do conteúdo expressado. Nesse caso, o monitoramento é expresso, principalmente, por construções causais (introduzidas por *já que*). Observe-se a ocorrência (27), abaixo, na qual a locutora demonstra perceber que a expressão empregada por ela (*quebrar o galho*) é marca de um registro que pode ser interpretado como inadequado para aquele contexto de fala.

(27)

Doc. - e a proliferação das lanchonetes na vida do carioca heim?

Loc. - é isso realmente: tá aumentando e: é... é um é um recurso que se tem pra você poder comer justamente pro tipo de vida que se u/ que se tem aqui no Rio né?... geralmente... o pessoal tem mais... sempre quase sempre mais de um emprego e não tem oportunidade de... sentar pra fazer uma refeição calma né? tranquila... a lanchonete serve pra quebrar o galho né? *como a gente costuma dizer*↓... e: também porque é mais barato né?... mais em conta↓... (DID 328/RJ)

3. Busca de apoio para os argumentos

O falante tem a opção de não assumir, sozinho, a autoria dos argumentos que apresenta em seu discurso, buscando, então, o apoio de outras fontes, para respaldar seus argumentos. Um recurso que tem para conseguir esse apoio é a utilização das construções comparativas/conformativas, como se pode ver na ocorrência (28):

(28)

L1 – agora você falou em: em estatal não é? O Brasil também está caminhando pra economia estatal e *como eu leio aí nos jornais*... a gente não é dessa área... né? quer dizer... desse setor... mas você vê... um absurdo o Brasil... a Companhia Siderúrgica Nacional... no balanço apresentado... alto prejuízo... como é que uma emp/ uma companhia de aço produtora de de de aço... pode dar prejuízo? (D2 355/RJ)

5.2.2. Propósitos focados no ouvinte

1. Explicações

Já foi mostrado que explicações podem ser centradas no falante, funcionando na atividade de preservação da face. Mas *explicações* podem também ser focadas no ouvinte (e

aqui são verdadeiras explicações), quando demonstram o cuidadoso trabalho do falante para que o ouvinte acompanhe integralmente o(s) sentido(s) do texto. Explicações focadas no ouvinte ocorrem principalmente quando o falante julga que deixou de fornecer algum dado que ele considera relevante para a compreensão por parte do seu interlocutor. É o que acontece em (29):

(29)

Loc.- no Amazonas por exemplo *que nós estivemos em Manaus...* ah nós passamos uma tarde num num lugar onde eles serviram uma refeição... e depois então era só frutas↓... mas frutas realmente que eu nunca havia visto↓... (DID 328/RJ)

Nessa ocorrência, a locutora queria chamar a atenção para a diferença entre as frutas do Norte/Nordeste, em comparação com as do Sudeste. O Tema *no Amazonas* estava sendo introduzido na conversação, sendo essa a primeira vez que ele ocorria. Daí a necessidade, sentida pela locutora, de explicar por que tinha “autoridade” para comentar sobre as frutas do Amazonas, explicação codificada na forma de uma construção adverbial.

Observe-se que, em termos de progressão textual, a inserção de fragmentos explicativos, como o da ocorrência (29), opera ruptura do fluxo informativo, fazendo o texto retroceder. Ainda assim, o falante opta por inseri-los, por julgá-los relevantes para a compreensão por parte do ouvinte.

2. Preparação de molduras

Chafe (1984) postula que algumas construções adverbiais funcionam para criar um espaço mental, ou uma “moldura de referência”, na qual seria inserido um determinado conteúdo. Obviamente, a interpretação das construções adverbiais como molduras de referência só é possível quando as construções adverbiais são antepostas à oração nuclear. Assim, em (30), abaixo,

(30)

Loc. - bom... eu *quando:: tinha uns dezoito quinze a dezoito anos* eu estudei balê↓... e tive oportunidade de trabalhar fazer uma cena como o:: balê russo↓... (DID 234/SP)

o satélite temporal pode ser analisado como uma moldura temporal, dentro da qual o conteúdo *eu estudei balê* deve ser interpretado. Das construções adverbiais aqui analisadas, as que podem

ser consideradas molduras de referência são as temporais, as condicionais, e algumas concessivas.

Em narrativas, uma moldura temporal pode também ser inserida para refazer outra moldura temporal já aberta anteriormente, de modo que, em trechos mais longos, várias molduras podem ser abertas, nas quais vão sendo alocados os diferentes conteúdos que compõem a narrativa. A esse respeito, veja-se a ocorrência (31), abaixo.

(31)

L1 - mas eu também já viajei daqui... pra Itaipé...

Doc. - ()

L1 - nos trens da Leste Brasileiro↓ esses daí são ((rindo)) agradabilí:ssimos↓...

Doc. - e como é que era?...

L1 - ah... a estrada é uma maravilha↓ *quando você sai daqui* tem um pedacinho que é... a linha coberta de brita de modo que a coisa já embola↓... e você apenas é sacolejado de um lado ((rindo)) pra o outro↓... tem certas subidas que você salta... e vai passeando *quando chega em cima* (vo)cê espera pega ((rindo)) o trem novamente e desce↓... pra descer↓... e depois que passa o leito britado que você pega já o leito sem a proteção da brita aí então é uma maravilha↓ (DID 231/SSA)

Nessa ocorrência, abre-se uma primeira moldura [*quando você sai daqui*], na qual se inserem alguns conteúdos. Em seguida, essa moldura é substituída por outra [*quando chega em cima*], em que se inserem novos conteúdos. Dessa forma, a narrativa vai sendo construída e organizada.

5.2.3. Propósitos focados na interação

1. Revelação de propósitos

O falante pode optar por revelar os propósitos que tem em relação ao conteúdo que deseja expressar. Ao revelar suas expectativas, posiciona-se em relação à enunciação, como se pode ver em (32):

(32)

L1 – vamos vamos ver as perplexidades do nosso mundo atual eu ainda há pouco gritei que Nietzsche dizia que o homem... se desmistificaria... e a gente sente a desmistificação... MAS... *pra você ver como eu tô perplexo e como que e como conFEsso essa perplexidade...* seria Efetivamente DESmistificação quando o mundo TO:DO... QUASE... admite... ah: as religiões negras... você vê no Brasil... cerca de oitenta por cento do povo [interrompido pelo interlocutor] (D2 005/RE)

2. Contrastes (ressalvas)

Algumas construções adverbiais podem ser usadas quando o falante deseja apresentar enunciados em contraste. Para esse fim, as construções concessivas são as mais utilizadas, a exemplo de (33),

(33)

L1 – então ele trabalha

L2 – ()

L1 – NA Secretaria da Justiça...

L2 – ahn ahn

L1 – *se... bem que... o lugar dele seja nos Transportes né?* (D2 360/SP)

em que as duas ideias – trabalhar na Secretaria da Justiça e ser efetivamente da Secretaria dos Transportes – são apresentadas, pelo falante, de maneira contrastiva. Desse modo, construções concessivas cumprem, na conversação, a importante função de apresentar ressalvas. O falante tem a opção de apresentá-las antecipadamente, anulando o efeito que podem provocar no interlocutor, ou posteriormente, intensificando esse efeito, principalmente quando apresentadas após uma pausa de final de frase.

6. Considerações finais

Este trabalho apresenta uma síntese dos resultados de pesquisa acerca das construções adverbiais, tomando por base principalmente as teorias funcionalistas de Halliday (1985), Mathiessen & Thompson (1988), e Dik (1989, 1997). O que se buscou averiguar foi o papel das construções adverbiais na interação, representada aqui pela conversação face a face.

Contrariamente ao que se faz na gramática tradicional, em que os valores semânticos são dados como preexistentes à interação, a análise aqui realizada evidenciou que a “bagagem semântica” resultante do inter-relacionamento entre um núcleo e um satélite adverbial não existe *a priori*, mas é gerada na situação interativa (e a partir dela), quando falante e ouvinte constroem conjuntamente o texto conversacional.

A análise comprovou que a opção pelo emprego de uma construção adverbial visa a atender os propósitos comunicativos do falante, propósitos esses que surgem no curso da conversação. Fica, então, evidenciado que é na interação, afinal, que se encontram as motivações para a ocorrência das relações adverbiais. Essas motivações foram aqui analisadas a partir de três perspectivas: na do falante, na do ouvinte, e na perspectiva da interação mesma.

Na perspectiva do falante, foram encontrados propósitos ligados às estratégias de preservação da sua face, de monitoramento das expressões linguísticas e de busca de apoio para a argumentação. São prioritariamente recursos linguísticos de que o falante dispõe para administrar sua fala e manter a conversação.

Na perspectiva do ouvinte, foram detectados os propósitos relacionados com as estratégias usadas pelo falante no sentido de assegurar-se de que seu interlocutor acompanha sua fala, e alcança, por meio dela, a integridade dos sentidos que deseja veicular. Os recursos linguísticos usados para esse fim foram aqui referidos como a “inserção de segmentos explicativos” e a “preparação de molduras”.

Na perspectiva da interação, foram identificados os propósitos ligados à atitude do falante em relação a um determinado conteúdo. Os recursos linguísticos de que dispõe o falante foram referidos, neste trabalho, como “revelação de propósitos” e “apresentação de contrastes (por ressalvas)”.

Como se pode observar, nenhum desses propósitos, nos quais estão envolvidas as relações de hipotaxe adverbial, preexiste à interação. É no dinamismo da conversação que eles emergem e motivam certas construções.

Referências bibliográficas

BEAMAN, K. Coordination and subordination revisited: syntactic complexity in spoken and written narrative discourse. In: TANNEN, D. (ed.). **Coherence in spoken and written discourse**. Norwood, N.J.: Ablex, p. 45-80, 1982.

BLANCHE-BENVENISTE, C. Língua falada e ensino. (Tradução de Giselle M. de Oliveira). In: I Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino, 1995, Maceió. **Anais**. Maceió, AL, 1995. p. 11-26.

BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511805226>

CASTILHO, A. T. de. **A predicação adverbial no português falado**. 1993, Tese (Livre-Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. A língua falada e sua descrição. In: **Língua, filologia e literatura**. Para Segismundo Spina. São Paulo: EDUSP, s/d.

_____. Língua falada e gramaticalização. In: **Filologia e linguística portuguesa**, nº 1, p. 107-120, 1997.

_____. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.

CHAFE, W. How people use adverbial clauses. In: **The Proceedings of the tenth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society**. Berkeley Linguistics Society, 1984.

DIK, S. **The theory of functional grammar**. Part 1. Dordrecht-Holland/ Cinnaminson - USA: Foris Publications, 1989.

_____. **The theory of functional grammar**. Part 2. Ed. by K. HENGEVELD. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FÁVERO, L.; ANDRADE, M. L.; AQUINO, Z. **Oralidade e Escrita. Perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 1999a.

FÁVERO, L.; ANDRADE, M. L.; & AQUINO, Z. A correção no texto falado. In: NEVES, M.H.M. (org.). **Gramática do português falado**. v.VII, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999b. p.53-76.

FERNANDES, E. C. P.; PETIOT, P. Cláusulas concessivas nas produções oral e escrita. In: III Congresso da ASSEL-Rio. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem. **Anais**. Rio de Janeiro, 1994, p. 12-18.

FORD, C. **Grammar in Interaction: Adverbial clauses in American English Conversations**. Cambridge: University Press, 1993.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511554278>

GALEMBECK, P. T. Preservação de face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, D. (org.) **O discurso oral culto**. São Paulo: Humanitas, 1997. p.135-150.

GOFFMAN, E. **Ritual de la interacción**. Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1970.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold Publishers, 1985.

_____. **Spoken and written language**. Oxford: University Press, 1989.

HILGERT, J. G. A qualificação discursiva no texto falado. In: URBANO, H. et al. (orgs.) **Dino Preti e seus temas**. Oralidade, literatura, mídia e ensino. São Paulo: Cortez, 2001. p.62-84.

KOCH, I. **O texto e a construção dos sentidos**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 1998.

LAKOFF, R. The pragmatics of subordination. In: **Proceedings of the 10th. annual meeting of the Berkeley Linguistics Society**, p.437-449, 1984.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MARCUSCHI, L. A. Bases para identificação de diferenças e semelhanças no contínuo fala-escrita. In: IX Encontro Nacional da ANPOLL, João Pessoa, 1995. **Anais**. v.2, tomo II, p.1188-1198, João Pessoa, PB, 1995.

_____. Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º. e 2º. graus: uma visão crítica. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 30, p.39-79, 1997.

_____. O tratamento da oralidade nos PCN de língua portuguesa de 5ª. a 8ª. séries. In: **SCRIPTA**, v. 2, no. 4, Belo Horizonte, MG: Ed. da PUC Minas, p. 114-129, 1999a.

_____. A hesitação. In: NEVES, M.H.M. (org.). **Gramática do português falado**, v.VII, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Ed. da UNICAMP, p.159-194, 1999b.

_____. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1988. p.275-329.

NEVES, M. H. M. *et al.* Análise do uso de algumas palavras de relação. In: **Estudos Linguísticos**. v. 1, p. 321-333, 1993.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. As construções condicionais. In: NEVES, M.H.M. (org.) **Gramática do português falado**, v. VII, São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999a. p.497-544.

_____. As construções concessivas. In: NEVES, M.H.M. (org.) **Gramática do português falado**, v. VII, São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999b. p.545-591.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

OCHS, E. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T. (ed.) **Discourse and syntax**. New York: Academic Press, 1979, p. 51-80.

PAIVA, M.C. Empregos de 'porque' no discurso oral. In: **DELTA**, 11:1, p.27-39, 1995.

PRETI, D. Alguns problemas interacionais da conversação. In: PRETI, D. (org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2002. p.45-66.

RODRIGUES, A. C. S. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. (org.). **Análise de textos orais**. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

SCHIFFRIN, D. **Approaches to discourse**. Massachusetts/Oxford: Blackwell, 1994.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**. (Cambridge Studies in Linguistics 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VANDERVEKEN, D. Illocutionary logic and the theory of discourse. In: SOARES, M. E. (org.) **Boletim da ABRALIN**, v.25, Fortaleza, 2000. p.21-47.

ZAMPRONEO, S. **A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil**. 1998. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.

_____. O papel dos satélites concessivos na estrutura subjacente da frase. In: NEVES, M.H.M. (org.) **Descrição do português**: definindo rumos de pesquisa. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001, p.79-100.

Artigo recebido em: 02.09.2013

Artigo aprovado em: 02.12.2013

Domínios de Lingu@gem

O caráter multifuncional dos marcadores conversacionais de opinião “Eu acho que” e “I think” na fala dos presidentes Lula e Obama

The multifunctional nature of the conversational markers of opinion "Eu acho que" and "I think" in the speech of Presidents Lula and Obama

Vanessa Hagemeyer Burgo*
Leticia Jovelina Storto**
Paulo de Tarso Galembeck***

RESUMO: Os marcadores conversacionais, elementos independentes sintaticamente do verbo, são formados por um ou mais itens ou expressões lexicais. Eles contribuem para o monitoramento da conversação e para a organização do texto falado. Além disso, apresentam caráter multifuncional, porque podem operar como organizadores e/ou articuladores textuais, indicadores de força ilocutória do discurso, planejadores verbais, atenuadores, dentre outras funções. Embora possam ser considerados semanticamente vazios, são muito relevantes na manutenção da interação verbal. Por isso, este trabalho tem o objetivo de analisar o emprego multifuncional dos marcadores conversacionais “eu acho que” e “I think” em entrevistas concedidas pelo ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e pelo atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Como o objeto de análise realizou-se em situação real de interlocução, a metodologia empregada foi a hipotético-indutiva (GALEMBECK, 1999). As análises demonstraram que ambos os políticos empregam esses marcadores (“I think” para Barack Obama e “eu acho que” para Luiz Inácio Lula da Silva) de modo recorrente, com objetivos variados: atenuar o discurso, planejar a sua fala, manifestar opinião, entre outras. Enfim, os marcadores conversacionais são de extrema importância para desenvolvimento coerente do texto falado.

ABSTRACT: Conversational markers are syntactically independent elements from verbs, and they are formed by one or more lexical items or expressions. These markers contribute to the monitoring of conversation and to the organization of spoken text. In addition, they are also multifunctional mechanisms because they can operate as textual organizers and/or articulators, illocutionary force indicating devices, verbal planners and attenuators, among other functions. Although they may be considered semantically empty, they play an essential role in the maintenance of verbal interaction. Therefore, the aim of this work is to analyze the multifunctional use of the conversational markers "I think" and "Eu acho que" in interviews given by both the former Brazilian President Luiz Inácio Lula da Silva and the current President of the United States Barack Obama. As the analysis was carried out in a real situation of interlocution, the hypothetical-inductive methodology was employed (GALEMBECK, 1999). According to the findings, we highlight that both politicians widely employ the markers "I think" and "eu acho que" in order to achieve different objectives: to mitigate their discourse, to plan their speech, to express their opinion, among others. Finally, we claim that conversational markers are extremely important for the coherent development of the spoken text.

* Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas. Contato: vanessaburgo@hotmail.com

** Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus de Cornélio Procópio. Contato: leticiajstorto@gmail.com

*** Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: ptgal@uel.br

PALAVRAS-CHAVE: Texto Falado; Interação Verbal; Conversacionais de Opinião.	KEYWORDS: Spoken text; Interaction; Conversational Markers Opinion.
--	--

1. Introdução

A conversação, atividade habitual de interação entre os indivíduos, representa, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 08), “**a comunicação oral face a face**, na qual pelo menos dois falantes [...] se exprimem, cada qual em seu turno”. Para Marcuschi (2006, p. 14), ela é “a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora”. Esse exercício de fala implica uma interação entre seus participantes, os quais se influenciam mutuamente. Falar é, portanto, trocar e mudar na troca, isto é, alternar os papéis de falante e de ouvinte, modificando o decorrer da interação e a vez de falar. Além do mais, podemos afirmar que “**as conversações são geralmente consideradas como a forma prototípica**” da interação verbal (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 14). Segundo Koch e Vilela (2001, p.432):

A **conversação** mistura várias modalidades e gêneros, produz-se no intercâmbio de pontos de vista, onde se intercalam narrações, anedotas, piadas, gestos, pausas e mímica, ao lado de regras de cortesia e de cooperação, etc. Há a procura, por parte dos falantes, de uma boa imagem, tentando-se obter o reconhecimento ou a admiração por parte dos ‘partners’ da conversa. É sobretudo um jogo social, em que não há uma estratégia previsível e muito menos uma estratégia única. É tanto um ato social como um ato lingüístico, talvez mais aquele do que este. Aqui a comunicação é simultaneamente o meio e o propósito da conversação.

Essa atividade é uma prática cotidiana e necessária ao ser humano, já que é por meio dela que ele interage com outras pessoas e com a sociedade. Assim, a conversação representa o intercurso verbal em que dois ou mais participantes se alternam, sendo, por conseguinte, um processo colaborativo, já que nela estão envolvidos os participantes do ato interacional. De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2006), não é suficiente que os interactantes alternem suas falas para a troca comunicativa, mas que estejam engajados nessa troca e que sinalizem seu engajamento, de modo a validar a interação. Para isso, recorre a recursos variados, como o emprego de marcadores conversacionais de opinião, os quais apontam para a opinião do falante, salientando-a ou relativizando-a.

Assim, o foco desta pesquisa é discutir as várias formas de utilização dos marcadores conversacionais de opinião como estratégias de conduzir o ouvinte ao ponto de vista defendido pelo falante, sem que isso seja percebido de modo transparente. Esses mecanismos não denotam apenas uma apreciação valorativa acerca de um determinado assunto; exercem, na realidade, diversas funções, dependendo do modo como são empregados no texto falado. Para tanto, o trabalho fundamenta-se nas teorias da *Análise da Conversação* e em trabalhos de Galembeck e Carvalho (1997), Marcuschi (2006, 2001, 1989), Rosa (1992), Urbano (1997), entre vários outros.

2. *Continuum* entre fala e escrita

Apesar de existirem diferenças e semelhanças entre fala e escrita, não se pode relacioná-las numa perspectiva dicotômica e fora de seu uso em práticas sociais, mas situá-las em um *continuum* tipológico da produção textual. Preferimos, então, discutir essa questão de acordo com os preceitos que distinguem língua falada (LF) e língua escrita (LE) dentro de uma abordagem pautada no uso da língua, que integra o contexto das práticas comunicativas e dos gêneros textuais. Conforme postula Marcuschi (2001, p.42):

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos. (...) Certamente, o sucesso da análise dependerá também da concepção de língua que fundamentará a perspectiva teórica, bem como da idéia de funcionamento da língua como fruto também das condições de produção, ou seja, da atividade de produtores/receptores de textos situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar de sistema lingüístico. Daí a necessidade de se adotar um componente funcional para analisar a relação fala versus escrita enquanto modalidades de uso.

No contínuo tipológico, existem gêneros da escrita que se situam mais próximos ao polo de um determinado gênero da fala, assim como há gêneros da fala que se situam mais próximos de um determinado polo da escrita, havendo, ainda, gêneros mistos. Para exemplificar o exposto, pode-se dizer que seria mais aconselhável comparar uma conversação espontânea a um bilhete, do que compará-la a uma conferência acadêmica num congresso. Isso porque existe

uma gama de textos que são produzidos em condições naturais e que se encontram tanto no plano da fala quanto no plano da escrita e, também, textos que se entrecruzam, podendo constituir domínios mistos.

Preti (1998, p. 83-84) assinala que:

A rigor, o que existe no *continuum* fala/escrita é uma tipificação textual, que iria desde a conversa distensa do dia a dia, até a exposição científica tensa ou o pronunciamento oficial de uma autoridade, no caso da língua falada; e desde a informalidade de uma carta familiar até a elaboração de um texto literário ou de um artigo científico, no caso da língua escrita. Mas, se observarmos qualquer desses tipos de texto em que se notam diferenças e semelhanças entre fala e escrita, seria impossível afirmar que existe uma perfeita correspondência entre eles, de tal forma, por exemplo, que a linguagem de uma carta familiar pudesse ser a representação exata da linguagem falada do dia a dia.

Nessa perspectiva, Chafe (1982) observa que afirmações categóricas acerca da LF e LE aplicam-se, na verdade, aos extremos de um *continuum*. Há estilos de fala que estão mais na direção da escrita e outros estilos de escrita que estão mais próximos da fala.

Para Brown e Yule (1997, p.07), gêneros de textos falados que se aproximam dos escritos podem ser encontrados em discursos de falantes que costumam se apresentar em público, como, por exemplo, os de políticos, advogados e acadêmicos. Apesar disso, é interessante observar que muitos desses indivíduos que, frequentemente, falam em público, têm usado uma linguagem relativamente simples, e isso vem crescendo em muitas universidades, cujas palestras acadêmicas têm sido produzidas em um estilo mais simples, que é característico da LF. Há razões para supor que essa linguagem é bem mais fácil de entender, na modalidade oral, que na “língua escrita falada em voz alta”.

Corroborando essa visão, Tannen (1982) assevera que existem peculiaridades em cada modalidade, porém estratégias encontradas em um texto oral podem ser encontradas em um texto escrito, de igual modo podem ser encontradas estratégias do texto escrito em um texto falado. As diferenças formais não se dão em função da modalidade, mas do gênero e do registro linguístico.

Marcuschi (2001, p.38) aponta outra ocorrência que merece atenção: uma aula expositiva, que é tratada como um evento típico da modalidade oral, é composta em parte de leituras que o professor faz e, em parte, são exposições inéditas, ou seja, a aula é composta de textos escritos que auxiliam o docente, e também de textos falados, já que são proferidos

oralmente e de forma original. “Há gêneros que se aproximam da oralidade pelo tipo de linguagem e pela natureza da relação entre os indivíduos, por exemplo, as cartas íntimas e pessoais. Isso já não ocorre no caso das cartas comerciais ou cartas abertas” (MARCUSCHI 2001, p. 38). Observa-se, assim, que é impossível situar a oralidade e a escrita em sistemas linguísticos diferentes, uma vez que pertencem ao mesmo sistema, porém apresentam particularidades decorrentes das circunstâncias em que são usados.

No que concerne às relações mistas entre os gêneros, o autor coloca em relevo o meio de produção e a concepção discursiva. Nesse sentido, a fala tem concepção oral e meio sonoro, enquanto a escrita tem concepção escrita e meio gráfico. A partir disso, instauram-se dois domínios: o domínio do falado, tanto quanto à concepção quanto ao meio, em contraparte com o domínio do escrito. Não obstante, tanto um como o outro constituem os domínios mistos, por meio dos quais as modalidades se combinam.

O pesquisador toma como base os seguintes gêneros textuais para analisá-los conforme os domínios acima expostos: (1) conversação espontânea; (2) artigo científico; (3) notícia de TV; e (4) entrevista publicada na Revista *Veja*. Os domínios tipicamente falados e os tipicamente escritos são prototípicos, pois o gênero (1) tem concepção oral e meio sonoro, e o gênero (2) tem concepção escrita e meio gráfico. Já o gênero (3) tem concepção escrita, porém meio sonoro, e o gênero (4) tem concepção oral e meio gráfico, configurando-se, pois, como gêneros cujos domínios são mistos, visto que a produção e o meio são de modalidades diferentes (MARCUSCHI, 2001, p. 39-40).

Para Hilgert (2000, p.19), qualquer texto é resultado da relação entre interlocutores e, com base nesse pressuposto:

(...) um texto conceptualmente falado prototípico, ao contrário do conceptualmente escrito, se caracterizaria, do ponto de vista das condições de comunicação, por um alto *grau* de privacidade, de intimidade, de envolvimento emocional, de mútua referencialidade, de cooperação, de dialogicidade, de espontaneidade entre os interlocutores e, também, por um destacado *grau* de dependência situacional e interacional das atividades de comunicação, além de um baixo grau de centração temática.

Segundo o autor, fala e escrita não mais aludem a tipos de textos “dicotomicamente antagônicos, mas sim identificam gêneros de textos configurados por um conjunto de traços que os leva a serem concebidos como textos falados ou escritos em maior ou menor *grau*” (HILGERT, 2000, p.19).

De acordo com o quadro a seguir, é possível verificar que as diferenças entre fala e escrita são uma consequência da maior ou menor pressão das condições físicas de comunicação, e causam um efeito sobre o material linguístico, isto é, sobre a organização da informação. Dessa forma, as características que envolvem as estratégias de formulação, observadas na perspectiva do *continuum* tipológico, terão a sua forma e função próprias para cada modalidade da língua.

Quadro 1: Relação Fala e Escrita.

	FALA	ESCRITA
Condições físicas de produção (relação do produtor com o contexto físico)	Ausência de espaço temporal para o planejamento, a organização das ideias, a escolha lexical e outros.	Tempo maior para reflexão, planejamento, escolha lexical e outros.
	Planejada localmente (no momento de execução).	Planejamento prévio.
	A fala é mais rápida. A média de velocidade da língua falada (incluindo pausas) é em torno de 180 palavras por minuto.	A velocidade da escrita depende da forma como cada pessoa escreve ou digita e, também, das diferenças individuais.
	Não possibilidade de se apagar o dito.	Há a possibilidade de se apagar o dito.
	Os reparos são públicos.	Os reparos não são públicos e não atingem o leitor.
	O texto apresenta-se “em se fazendo”, deixando transparecer o próprio processo de construção.	O texto apresenta-se pronto, sem marcas do processo de construção.
	O falante pode observar o ouvinte e suas reações.	O escritor não pode observar seu leitor diretamente.
Condições de comunicação (relação do produtor com o ato de produção)	Tendência a ser mais dialogada.	Tendência a ser mais monologada.
	Existência de um espaço comum partilhado entre os interlocutores.	Ausência de um espaço comum partilhado entre os interlocutores.
	Espontaneidade.	Reflexão e racionalidade.
	Falantes interagem com seus interlocutores diretamente.	Escritores têm menor interação direta com seus interlocutores.
	Envolvimento dos interactantes entre si e com o assunto da conversação	Maior distanciamento do autor em relação à obra devido à impessoalidade e à busca de equilíbrio em seu aspecto formal.

Organização da informação (efeito das duas relações sobre o material linguístico)	Rarefação na informação.	Maior densidade na informação.
	Caráter fragmentário.	Caráter não fragmentário.
	Menor elaboração textual.	Maior elaboração textual.
Organização da informação (efeito das duas relações sobre o material linguístico)	O fluxo discursivo apresenta descontinuidades frequentes.	O fluxo discursivo não apresenta descontinuidades frequentes.
	Predomínio de orações curtas, simples ou coordenadas.	Predominância de frases complexas, com subordinação abundante.
	Presença de anacolutos, elipses, truncamentos, correções e repetições.	Ausência de anacolutos, elipses e truncamentos; tendência a apresentar menor ocorrência de correções e repetições.

Fontes: Elaborado com base em Koch (1992, p.68-69); Galembeck e Carvalho (1997, p.831); Campos (1989, p.203-214); Chafe (1982, p. 35-37).

Marcuschi (2001) parte do conceito de língua que pressupõe um fenômeno heterogêneo, ou seja, compreende formas variadas de manifestação: é variável e sensível a mudanças; é histórico e social, pois resulta de práticas sociais e históricas; é indeterminado, sujeito a condições de produção; e evidencia-se em situações concretas de uso. Desse modo, o funcionamento da língua é consequência das condições de produção, por isso, a necessidade de se analisar a relação fala-escrita enquanto modalidades de uso.

Risso (1994) postula que as relações entre fala e escrita devem ser examinadas no âmbito das práticas discursivas, no contexto do uso da língua e das condições de uso da língua. Os padrões de construção da LF e LE são organizados de forma distinta, apesar de partilharem um mesmo sistema léxico-gramatical. Esses padrões são construídos “a partir de especificidades de processamento, transmissão e recepção ajustadas a diferentes situações comunicativas e a diferentes condições de produção” (RISSO, 1994, p. 62).

A autora defende a relação entre fala e escrita livre de preconceitos, equívocos e falsos juízos de valor. Nesse sentido, a língua ocupa o papel de atividade interacional e não somente como código: no tratamento da LF como instrumento que reflete os processos de criação da linguagem com mais autenticidade e no exame da importância da LF para a aquisição da LE, tornando esta um ponto de chegada no ensino escolar.

Ao postular que LF e LE devem ser analisadas como modalidades de uso, têm-se, por outro lado, como práticas sociais, a oralidade e o letramento. A primeira seria uma prática social interativa que visa à comunicação e apresenta-se sob os mais diversos gêneros textuais ou formas sonoras, podendo, ainda, ser realizada formal ou informalmente, dependendo dos contextos de uso. A fala situa-se no plano da oralidade e é uma forma de manifestação textual-discursiva cuja interação é direta, pois os interlocutores participam do mesmo espaço. É caracterizada por ser utilizada sob a forma de sons e recursos expressivos como a gestualidade, a mímica e os movimentos corporais.

O letramento, sendo um processo de aprendizagem sócio-histórica da leitura e da escrita, acontece em situações informais, que também primam pela função utilitária, ou seja, para atender a necessidades e objetivos práticos e específicos. Embora a escrita seja uma manifestação formal do letramento, não significa que um indivíduo, para ser letrado, deva aprender a escrever, pois o letramento não é o correspondente à aquisição da escrita. Há letramentos sociais que são adquiridos independentemente da escolarização. Uma pessoa pode ser analfabeta e, no entanto, ser letrada na medida em que consegue perfazer-se em circunstâncias que exijam determinada habilidade, como, por exemplo, identificar o ônibus a ser tomado, identificar o valor do dinheiro, diferenciar mercadorias pelas marcas etc. O letramento torna possível uma participação expressiva do indivíduo em acontecimentos usuais do cotidiano. Nesse sentido, a escrita seria uma forma de produção textual-discursiva a serviço da comunicação e complementar à fala.

Em conformidade com Marcuschi (1998, p. 140-141):

Na realidade, a língua, por ser um aspecto tão central na vida humana e, em certo sentido, um dos fatores da organização social, não pode ser vista apenas como um instrumento ou uma tecnologia. Nos seus dois modos de uso - oralidade e escrita -, a língua é uma prática social que contribui para constituir, transmitir e preservar a própria memória dos feitos humanos. Nossa história está crucialmente ligada a fenômenos de fala e escrita. Há, pois, aspectos sócio-cognitivos e aspectos históricos relevantes a serem considerados na própria concepção de língua em sentido amplo.

Segundo o autor, a noção do *continuum* “contempla a relação fala e escrita numa visão não-dicotômica sob o ponto de vista sociointeracional” (MARCUSCHI, 2001, p. 40). A distinção entre fala e escrita, inserida nesse panorama, contempla sua utilização para designar formas e atividades comunicativas. LF e LE, por conseguinte, não podem ser tratadas como se

fossem dois domínios díspares, pois há práticas sociais mediadas preferencialmente pela escrita, enquanto outras o são pela oralidade.

3. Marcadores conversacionais

Primeiramente, é importante observar que, neste estudo, optou-se pela denominação “marcadores conversacionais” (doravante MC), ao invés de “marcadores discursivos”, pois esses compreendem tanto o campo da LF, quanto o da LE, ao passo que aqueles abrangem os elementos típicos da fala, mais exatamente, da conversação, que é o tipo de texto oral sob análise no trabalho. Cabe salientar que, apesar de haver distinção entre o uso dessas nomenclaturas entre os autores pesquisados, serão mantidas as designações, tais como são mencionadas em suas obras.

Os marcadores conversacionais apresentam-se como elementos independentes sintaticamente do verbo, formados por um ou mais itens ou expressões lexicais, que corroboram o monitoramento da conversação e a organização do texto. Podem ser considerados semanticamente vazios, porém são extremamente relevantes na manutenção da interação. Na visão de Urbano (1997, p.81), os marcadores conversacionais são elementos de “variada natureza, estrutura, dimensão, complexidade semântico-sintática, aparentemente supérfluos ou até complicadores, mas de indiscutível significação e importância para qualquer análise de texto oral e para sua boa e cabal compreensão”.

Adotando a nomenclatura “marcadores discursivos”, Levinson (1983, p. 87-88) afirma que existem, em muitas línguas, várias palavras e locuções que indicam a relação entre o enunciado e o discurso anterior. Tem-se, como exemplo, o uso de marcadores de posição inicial, tais como: *but, therefore, in conclusion, to the contrary, still, however, anyway, well, besides, actually, after all*, “mas, portanto, em conclusão, pelo contrário, ainda, entretanto, de qualquer modo, bem, além de, na verdade, afinal de contas”. Essas expressões podem indicar se o enunciado que as contém constitui uma resposta a, ou uma continuidade de algum fragmento do discurso anterior.

Quanto à classificação dos marcadores conversacionais, adota-se a perspectiva de Marcuschi (1989, p. 290-291), que busca sistematizar as formas em classes, subdividindo-as em quatro grupos:

1. **MC simples:** é o marcador que se realiza com um só lexema ou uma paralexema, como as interjeições, os advérbios, os verbos, os adjetivos, as conjunções, os pronomes, entre outros.
2. **MC composto:** de caráter sintagmático, com grande tendência à estereotipia e com pouca alteração morfológica no tipo produzido.
3. **MC oracional:** trata-se de pequenas orações, podendo se apresentar em todos os tempos e formas verbais ou modos oracionais (assertivo, indagativo, exclamativo).
4. **MC prosódico:** é o MC formado com recursos prosódicos e normalmente utilizado com algum MC verbal. Encontram-se, nesse contexto, a entonação, a hesitação, o tom de voz, entre outros.

Diante do exposto, é oportuno assinalar que os marcadores não compreendem somente as expressões frequentemente utilizadas pelos falantes, mas envolvem, também, aspectos interacionais, textuais, cognitivos e finalísticos da linguagem. Suas funções são muito abrangentes e, por isso, deve-se considerar o papel que exercem na conversação, em cada situação de uso.

3.1 Funções dos marcadores

Diversos autores conceituam os marcadores conversacionais, de acordo com a sua função. Marcuschi (1989, p.282), por exemplo, sustenta o caráter multifuncional dos marcadores conversacionais, os quais operam simultaneamente como organizadores da interação, articuladores do texto e indicadores de força ilocutória. Na análise dos marcadores, consideram-se suas propriedades interacionais (na condução dos atos ilocutórios e das relações interpessoais), bem como suas propriedades intratextuais (na estruturação da cadeia linguística).

De acordo com Galembeck e Carvalho (1997, p.831), os marcadores conversacionais têm por função: “assinalar as relações interpessoais e o envolvimento entre os interlocutores; situar o tópico ou assunto da conversação no contexto partilhado pelos interlocutores e no contexto pessoal de cada um deles; articular e estruturar as unidades da cadeia linguística”.

Os marcadores conversacionais de função interacional distribuem-se em vários subtipos, em conformidade com a função que exercem. O quadro, adaptado das classificações de Galembeck e Carvalho (1997, p. 840-843), indica esses subtipos:

Quadro 2: Subtipos de Marcadores Conversacionais de Função Interacional *

MARCADORES CONVERSACIONAIS DE ENVOLVIMENTO DO OUVINTE	MARCADORES CONVERSACIONAIS DE SUSTENTAÇÃO DO TURNO	MARCADORES CONVERSACIONAIS DE MANIFESTAÇÃO DE OPINIÃO
Representados pelas expressões <u>veja</u> , <u> você veja</u> , <u>olha</u> , <u> você sabe</u> , <u> você repara</u> , <u> você imagina</u> , <u> você pode ver</u> e demais locuções assemelhadas, usadas para conseguir a atenção do ouvinte e/ou obter o seu apoio.	O texto falado é planejado localmente, nele o planejamento coocorre com a execução. Por isso, são frequentes os silêncios, hesitações ou dificuldades na construção da frase ou do texto. Nesse caso, o silêncio (pausas não preenchidas) deixa vulnerável a posição do locutor, já que permite que o turno seja ocupado pelo outro interlocutor. Dessa forma, o falante acaba por preencher as pausas, empregando determinados marcadores não lexicalizados (<u>ahn</u> , <u>uhn</u> , <u>eh</u> , <u>ah</u>) e de alongamento ¹ , como: <u>certo::</u> , <u>ahn::</u> .	Representados por verbos ou locuções denotadores de atividade mental ou de elocução, esses marcadores podem ser divididos em dois grupos: <ul style="list-style-type: none"> ■ os que indicam que o locutor assume explicitamente as opiniões ou conceitos emitidos (<u>creio que</u>, <u>acredito que</u>, <u>tenho certeza [de] que</u>); ■ e aqueles por meio dos quais o locutor manifesta falta de certeza ou convicção (<u>eu acho que</u>, <u>na minha opinião</u>).

* Adaptado de Galembeck e Carvalho (1997, p.840-843).

Em consonância com os autores, a “posição dos marcadores não é fixa” (GALEMBECK; CARVALHO, 1997, p. 833). O mesmo marcador pode ser usado em posições distintas, como no caso do “eu acho que”, o qual, frequentemente, ocupa a posição inicial, mas, também, pode aparecer em posição medial. Isso demonstra as propriedades que resultam do caráter multifuncional dos marcadores conversacionais.

3.2 Marcadores Conversacionais de Opinião

Segundo Galembeck (1999, p. 182), os marcadores conversacionais de opinião podem ser representados por duas classes gramaticais, a saber: “os verbos de opinião, geralmente utilizados na primeira pessoa do singular (*acho*, *creio*, *suponho*, *vejo*, *noto* e similares) e certas expressões adverbiais (*na minha opinião*, *no que me diz respeito* e similares)”. Existem casos,

¹ O alongamento, na transcrição, é apresentado por meio de dois pontos.

no entanto, em que os “verbos de valor epistêmicos (*vejo, acho, noto*)”, os quais, normalmente, expressam certeza e convicção, podem vir acompanhados de expressões que “denotam incerteza ou imprecisão”. Além desses verbos, o locutor pode manifestar sua opinião por meio de locuções adverbiais que assinalam, de modo geral, “que se trata de uma opinião marcadamente pessoal” (*pessoalmente, para mim, por mim* e outros) (GALEMBECK, 1999, p. 182-185).

Esses marcadores, como Rosa (1992, p. 65) observa, podem exercer a função de “emolduramento”, que implica o intuito de o locutor orientar seu interlocutor a respeito de como interpretar o discurso em andamento. Eles contribuem, ainda, para distanciar reações contrárias das pretendidas pelo falante, assim como os “anúncios” ou “*disclaimers*” (pequenos “avisos” que buscam evitar mal-estar e rejeições por parte do interlocutor, são exemplos disso: “*eu não sei muita coisa sobre isso, mas...; veja bem... posso estar enganado... mas; sem querer ser grosseiro e sem querer te corrigir... creio que...*” e outros) e atos que venham a ameaçar a face do interlocutor.

Segundo Galembeck (2002), pode-se perceber as marcas de interpessoalidade, as quais são representadas por marcadores conversacionais de opinião, geralmente construídos com verbos de valor cognitivo: *acho que, creio que, você sabe que* e assemelhados. Essas expressões operam na coesão textual, visto que auxiliam a extensão do tema, geralmente por meio da introdução de uma explanação.

4. Análise dos dados

O *corpus* é composto dos seguintes textos: ♦ uma entrevista concedida pelo ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva à repórter brasileira Melissa Monteiro, realizada no dia 15 de julho de 2005, em Paris, e exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, no dia 17 de julho de 2005 (E1); ♦ uma entrevista concedida por Luiz Inácio Lula da Silva ao repórter Pedro Bial, no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, em 1º de janeiro de 2006 (E2); ♦ três entrevistas concedidas pelo então presidente brasileiro ao jornalista Luciano Seixas, do programa de rádio “Café com o Presidente”: a primeira foi ao ar em 05 de maio de 2008, com duração de seis minutos (E3); a segunda em 19 de maio de 2008, com duração de seis minutos (E4); e a terceira, em 30 de junho de 2008, com duração de seis minutos e nove segundos (E5); ♦ três pronunciamentos do atual presidente americano Barack

Obama, realizados nos dias 20 de outubro de 2009 (P1), 02 de novembro de 2009 (P2) e 04 de junho de 2010 (P3), disponibilizados na sessão “vídeo” do site oficial do governo².

No excerto que segue, Luiz Inácio Lula da Silva fala a respeito do andamento de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito³):

Fragmento 1:

(...) depois que a CPI terminar o trabalho dela ela vai ter que mandar isso para o Ministério Público e o Ministério Público então vai... decidir o que fazer com o resultado... é importante lembrar que também não é a primeira vez que no Brasil ãhn ãhn tem uma CPI ou seja... nós gostamos muito de CPI e elas são feitas sistematicamente... e eu acho que... isso faz parte do jogo democrático... (...) (E1 – 01/01/2006)

No que concerne ao uso de “eu acho que”, em certas ocasiões, sua função de manifestar opinião deixa de ser predominante. Em alguns casos, seu papel é atenuar, preservar a imagem do locutor, como podemos observar no segmento acima, em que esse termo traduz uma opinião imbuída semanticamente de um valor ideológico e de um objetivo pretendido, porém, feito de forma um tanto sutil. A instauração de CPI faz com que o governo, especialmente o Partido dos Trabalhadores, enfraqueça. Procurando minimizar esse problema, atribuindo-lhe naturalidade, o ex-presidente brasileiro diz: “eu acho que... isso faz parte do jogo democrático”. O emprego de “eu acho que” ameniza o que será dito e, ao mesmo tempo, ajuda a assegurar a posição do próprio falante.

Marcadores como *eu acho (que), creio (que), eu gostaria de saber, eu sei, me parece que, eu tenho a impressão, acredito que* apresentam-se como prefaciadores de opinião e evidenciam um julgamento pessoal, mas também possuem valor *atenuativo*. Por essa razão, manifestam a subjetividade, pois não apenas revelam a presença do interlocutor, como também contribuem para reduzir a responsabilidade do falante em relação ao parecer exposto. Esses marcadores diminuem a força ilocutória do enunciado a partir do momento em que o entrevistado emite sua opinião amparada em um senso comum para alicerçar sua justificativa a

² Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/>>.

³ As CPI investigam e apuram denúncias contra políticos brasileiros, visando à proteção dos interesses da população brasileira. “A CPI é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo (Câmara de Deputados Federais e Estaduais ou Vereadores), que transforma a própria Câmara Parlamentar em uma comissão, que é nomeada pelos membros da Câmara, sendo assim, a comissão vai agir em nome da instituição, realizando um inquérito ou uma investigação. Concluída, a CPI aponta ou não os culpados e suas penas”. (RIBEIRO, Thiago. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/politica/cpi.htm>>. Acesso em: ago. 2013.

respeito das CPI, tentando, assim, precaver-se de possíveis reações negativas advindas do interlocutor.

No discurso de Obama, podemos observar o uso de “I think” como um prefaciador de opinião acerca da oferta de créditos e corte de impostos. O falante se vale desse marcador para não se comprometer com algum dado acerca do qual não esteja plenamente convicto ou com uma situação que não venha a se concretizar (*It's likely this week... – é provável que nesta semana...*).

Fragmento 2:

(...) *And I think that there are some excellent ah:: ideas that are already on the table... some of them are being talked about in Congress... it's likely this week that we... start seeing some discussion about... potential... tax cuts and credits that could make some difference in hiring... but we want to go beyond just tax policy (...)(P2 - 02/11/2009)*

Segundo Galembeck e Carvalho (1997, p. 844), os MC de opinião, geralmente, encabeçam o enunciado e, por essa razão, são conhecidos também como prefaciadores de opinião. “Em alguns casos, porém, esses marcadores podem ocupar a posição medial no enunciado, o que acentua o efeito de incerteza ou falta de convicção”, como no segmento abaixo:

Fragmento 3:

(...) *President Karzai... ah:: as well as ah:: the other candidates I think... have shown...ah that they have the interest... of the Afghan people at heart... ah:: that... this is a... reflection ...of a commitment to rule of law ah:: and a/an insistence that... the Afghan people's will... should be done...ah and so... ah:: I expressed the American people's appreciation ah::: for this step (...)(P1 - 20/10/2009)*

Marcadores como *eu acho que* e *eu tenho a impressão de que* apontam para uma falta de certeza plena. Esses MC atenuam a força ilocutória das asserções, de modo que o falante deixar de assumir integralmente o que diz, prevenindo-se de arranhar a face de seu interlocutor ou a sua própria e, por conseguinte, preservando a face dos interlocutores, o que mostra que a presença do ouvinte torna-o agente da interação.

Fragmento 4:

Entrevistado: São erros... e tanto é que que foram punidos... o Genoíno saiu da presidência do PT... o Silvinho não está mais no PT... e o Zé Dirceu perdeu o

mandato... o Delúbio saiu do PT... porque... pra mim a apuração ela tem que ser feita... (...)(E2 – 15/07/2005)

Fragmento 5:

(...) It's also gonna... require that we... look at new models for where... future growth is going to come from... because one of the... I think key understandings coming out of this past financial crisis is that... a lot of our growth was debt-driven... credit cards being maxed out... ah... home... equity loans being taken out to finance a lot of purchases (...)(P2 - 02/11/2009)

No fragmento (4), há o emprego da locução adverbial “pra mim”, com função pragmático-interacional de emolduramento, caracterizado como um marcador de opinião com valor atenuativo. É o caso de “I think” no exemplo (5). Esse tipo de marcador colabora para atenuar a discordância de opinião que o interlocutor possa manifestar, suavizando o discurso e indicando a forma como o entrevistado deseja ser interpretado. Além do mais, o emprego desse marcador faz transparecer uma imagem de humildade para o falante, haja vista não se trata de um discurso categórico e engessado, mas apenas da sua opinião, que pode estar certa ou não. Como se trata de uma opinião, o interlocutor não pode cobrar do falante a certeza dos fatos.

Fragmento 6:

e o governo tem mais autonomia ainda com relação ao PT... eu eu eu (+) eu acho que... o PT teve um... problema... sabe? que é da questão da direção porque... ah... houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda do Brasil... eram dirigentes do PT... e depois que nós ganhamos prefeitura nós ganhamos governos estaduais elegemos muitos deputados eu ganhei a presidência... grande partes desses quadros do PT vieram para o governo... e a direção ficou muito fragilizada ficou muito... enfraquecida... (...)(E1 – 15/07/2005)

No sentido de justificar o motivo pelo qual o PT tem problemas, o político assevera, no excerto acima, que isso se deu em função das perdas políticas do partido, porque conquistaram cargos no governo estadual e no governo federal. Sua avaliação é marcada pelo emprego do prefaciador de opinião “eu acho que”, combinado à repetição e à longa pausa, que denotam hesitação ao elaborar o que vai dizer por conta de ter que admitir um problema inegável, mas que pode ser abrandado pela maneira como é colocado (eu eu eu (+) eu acho que...). Vale mencionar que ele conta com a aprovação e apoio do ouvinte para que sejam aceitas suas formulações. Nesse fragmento, a utilização do “eu acho que”, a repetição das pausas e do dêitico (“eu”) demonstram, além do planejamento discursivo, a insegurança do falante, o que pode ser

comprovado com o marcador conversacional “sabe?”, o qual, no caso, busca a aprovação do interlocutor, sua colaboração.

Segundo Urbano (1990, p. 626-628), por ser formado por um elemento verbal, o marcador “eu acho que” pode ser, morfológica e sintaticamente, transformado em uma série de outras variantes de uso habitual, com carga semântica parecida, como, por exemplo, “(eu) achei/ achava/ tenho achado (que)”, “(me) parece/ pareceu (que)”, “(eu) tenho (a) impressão (de) (que)”, “(eu) suponho/ acredito/ creio/ considero/ entendo (que)”, entre outras expressões. Embora nem todas essas variantes manifestem exatamente o conteúdo semântico do marcador “eu acho que”, com valor de suposição, todas expressam o valor de opinião e orientam o ouvinte quanto à forma como o falante deseja ser interpretado, como nos exemplos a seguir:

Fragmento 7:

*tudo que eu desejo na vida... é que a CPI apure corretamente o que tem que apurar... FAÇA todas as acareações que tiver que fazer... APREsente o seu relatório final... o Mini/o Ministério Público a partir daí... vai fazer as suas investigações... e aquilo que for... para o Poder Judiciário será julgado aquilo que precisar de a Polícia Federal investigar... será investigado porque... **eu acredito piamente que o Brasil... vai ao longo dos próximos dez, vinte ou trinta anos... se nós quisermos transformar na grande nação que eu sonho em transformar o Brasil... (...)(E2 – 01/01/2006)***

Fragmento 8:

*(...) invista mais na indústria brasileira para que ela possa crescer mais gerar mais empregos e portanto gerar... mais salários para o povo trabalhador... **eu acho que é um momento importante pro Brasil eu tenho dito que... é quase como se fosse um momento mágico pro país mas eu digo sempre que tem que ter uma euforia comedida ou seja nós temos que saber... que:: em política econômica cê tem que estar de olho todo dia porque você precisa olhar... os gastos que você faz cê não pode gastar mais do que aquilo que você ganha... ao mesmo tempo nós não podemos vacilar... em em não cumprir os compromissos que nós temos com o PAC por exemplo de fazer as obras de infraestrutura... então **eu acredito que** nós precisamos ficar felizes mas ao mesmo tempo com muita seriedade... e com muita sensatez para que a gente não permita que a euforia... faça com que a gente abandone a seriedade com que estamos trabalhando até agora (...)*** (E3 – 05/05/2008)

Fragmento 9:

*(...) I don't know about you... I don't wanna go backwards... I wanna move forward... (aplausos) **And I believe...** that the American people wanna move forward as well... (aplausos) and this economy hasn't returned to prosperity yet... but we're heading... in the right direction... there are gonna be some ups and downs (...)* (P3 - 04/06/2010)

No trecho “eu acredito piamente” (fragmento 7) e “eu acredito que” (fragmento 8), o ex-presidente brasileiro utiliza um marcador conversacional que, normalmente, cumpre o papel de manifestação de opinião, que demonstra certeza do que diz e assume responsabilidade pelo enunciado. Entretanto, esse sentido, no fragmento 7, implica uma incerteza proposta pela expressão “dez vinte ou trinta anos”, o que sinaliza, por outro lado, um tom de dúvida, pois o espaço de tempo é muito grande, não ficando claro em que ele acredita realmente. Mesmo assim, ao empregar aquele marcador conversacional de opinião (“eu acredito piamente”), o falante transmite uma ideia de convicção que o beneficia para a veracidade de sua assertiva e, conseqüentemente, mitiga o efeito de uma falsa promessa.

Além do prefaciador de opinião “eu acho que”, por meio do qual o entrevistado assume o valor de sua assertiva, há, ainda, a ocorrência dos prefaciadores metadiscursivos “eu tenho dito que” e “eu digo sempre que”. Eles anunciam uma posição constante e sólida do locutor. No trecho “eu tenho dito que... é quase como se fosse um momento mágico pro país mas eu digo sempre que tem que ter uma euforia comedida” (fragmento 8), ele se vale de uma afirmação, que faz de uma conquista um evento miraculoso e extraordinário nunca ocorrido até então, porém, sem se comprometer muito, já que utiliza o termo “quase” para diminuir a carga de comprometimento com o que diz. Depois de exaltar o bom momento do país, o Presidente insere o “mas” com uma ressalva que encaminha o ouvinte a ter uma atitude entusiasmada, mas cautelosa, passando aos ouvintes uma postura que todos deveriam adotar: ser uma pessoa serena, responsável, prudente e que comemora os resultados com moderação, assim como ele (“mas eu digo sempre que tem que ter uma euforia comedida”).

Essa ideia é reiterada por meio da paráfrase realizada pelo entrevistado no recorte “então eu acredito que nós precisamos ficar felizes mas ao mesmo tempo com muita seriedade... e com muita sensatez para que a gente não permita que a euforia... faça com que a gente abandone a seriedade com que estamos trabalhando até agora” (linha 20). Observamos que o Presidente utiliza o marcador de opinião “eu acredito que”, veiculando a certeza do que diz em relação a comemorar os frutos de uma vitória, porém, com parcimônia.

Considerando-se que existem falantes, cujo comportamento é mais informal do que outros, pode-se dizer que a expressão “eu acho que”, semanticamente, assemelha-se, mesmo que em menor grau, a “suponho que”, “acredito que” e “creio que”. Embora a situação seja formal (posicionamento do Presidente da República), o entrevistado busca criar um clima

informal, agindo de modo coloquial e sem cerimônias, porém, com o uso de certos elementos que lhe conferem mais confiança (“eu acredito que”, ao invés de “eu acho que”).

Assinala-se o uso do mesmo marcador na argumentação do presidente americano. Ao apoiar sua fala em um lugar comum (*So I don't know about you I don't want to go backwards I want to move forward and I believe that the American people want to move forward as well – então eu não sei quanto a vocês eu não quero regredir eu quero avançar e eu acredito que o povo americano também quer avançar*), Obama consegue a adesão dos ouvintes, os quais imediatamente respondem com um gesto de aprovação, os aplausos. Trata-se de um preâmbulo que suaviza o teor da informação subsequente (*a economia ainda não voltou a prosperar e haverá altos e baixos*), mas de maneira atenuada devido ao emprego do marcador “eu acredito”. Com isso, o presidente americano passa a confiança de que as dificuldades serão superadas e de que o governo e o povo estão juntos, caminhando na direção correta.

Fragmento 10:

Entrevistador: O senhor acredita que ele vai recuperar essa credibilidade?

Entrevistado: Vai vai recuperar... vai recuperar...

Entrevistador: Tem salvação?

*Entrevistado: **Eu acho que** tem salvação porque o PT é um partido muito grande... e numa família quando alguém... comete um erro qualquer você não pune a família inteira... vai ser punido quem cometeu o erro... e a legenda continuará com a mesma grandeza que fez política nesses últimos... vinte anos (E2 – 01/01/2006)*

Vê-se, no recorte acima, que o entrevistado utiliza o marcador conversacional de opinião “eu acho que” como elemento que denota incerteza. É atenuador, pois afirma que o PT tem salvação, ele não tem como garantir o que diz e, por isso, apoia-se em um julgamento próprio, mas com certo grau de incerteza que o exime da responsabilidade de fazer uma afirmação para a qual não tem total convicção. Evidencia-se o uso de “I think” com função semelhante em:

Fragmento 11:

*(...) I've said before... but **I think** it bears repeating... that... we have come a long way since January... ah when... at that time we were losing seven hundred jobs/at seven hundred thousand jobs... per month... and... across the political spectrum I think there was fear of the possibility of... another Great Depression (...) (P2 - 02/11/2009)*

Além de atenuadores, esses marcadores podem marcar a subjetividade discursiva, são representados por marcadores conversacionais de opinião, geralmente construídos com verbos de valor cognitivo ou de percepção (*vejo que, percebo que, acho que, creio que, você sabe que* e assemelhados). Eles reafirmam a presença e voz do falante, trazem-no para a situação discursiva, apresentando sua opinião. Ademais, essas expressões operam na coesão textual, visto que auxiliam a extensão do tema, normalmente, por meio da introdução de uma explanação.

Fragmento 12:

*(...)APREsentamos uma proposta que tá no Congresso Nacional... eu não posso::... bater escanteio e marcar o gol ao mesmo tempo eu enviei o meu processo... ao Congresso Nacional que espero que ele vote... a reforma trabalhista **eu acho que** ela precisa ser feita... ser feita da forma mais madura possível para que a gente possa adequar o Brasil ao século vinte e um (...) (E2 – 01/01/2006)*

Fragmento 13:

*(...) Cost/consumers **I think** wisely recognized that they can't... get that overextended any more and businesses are gonna be more cautious in terms of ah... how they... ah... approach... ah taking on... a lot of debt... the government... is gonna have to get serious about... reducing our debt levels(...) (P2 - 02/11/2009)*

Nos dois recortes anteriores, existe a recorrência do MC “eu acho que” e “I think” com a apreciação valorativa do entrevistado acerca do assunto proposto. Não é um marcador que denuncia uma incerteza ou dúvida, uma vez que a realização da reforma trabalhista e a revisão das dívidas do país são dois temas óbvios para o bom andamento de uma nação, sendo, portanto, um lugar comum, revestido de uma opinião aparentemente própria e que, dificilmente, será contestada.

Fragmento 14:

*(...)eu **acredito que**:: os investimentos que o governo tem feito no PAC... os investimentos que as empresas privadas têm feito... têm:: dado uma demonstração vigorosa de que nós vamos conseguir reduzir o desemprego... muito mais fortemente ainda nós já temos um número mais baixo de muitos anos... e **eu acredito que** a partir do ano que vem... as obras do PAC estarão já em: em andamento com muito mais... força com muito mais volume... ah:: só pra você ter ideia quando nós tomamos posse o Brasil tinha... trezentos bilhões de reais de crédito hoje o Brasil tem mais de um trilhão... de crédito isso significa que tem gente tomando dinheiro emprestado pra fazer investimento... em alguma coisa isso significa que vai gerar mais empregos... e todos nós trabalhamos com essa convicção ou seja... não tem nada mais sagrado... pra um chefe de família ou pra*

uma mulher... do que trabalhar e no final do mês levar... pra sua casa o sustento pra a sua família com o dinheiro ganho com seu suor... quando eu pego os números do Ministério do Trabalho do Caged... e constato... que nos primeiro cinco meses... nós criamos um milhão e cinquenta e um mil empregos com carteira assinada... e que a tendência natural é isso vir crescendo... porque as empresas fizeram muitos investimentos.... a/as obras do PAC as grandes obras do PAC começaram a ser contratadas agora... agora é que elas vão começar a gerar muito mais empregos... e é isso que o Brasil precisa... mais emprego mais salário mais renda mais consumo ou seja é isso que o Brasil que torna o Brasil... mais feliz... é isso que torna o povo com a autoestima bastante elevada... porque eles estão percebendo que as coisas... estão acontecendo... agora graças a Deus a economia está em ordem... as pessoas estão fazendo investimento e o emprego tá crescendo é tudo... o que o trabalhador deseja (...) (E5 – 30/06/2008)

As duas ocorrências de “eu acredito que” traduzem uma opinião imbuída semanticamente de um valor ideológico e de um objetivo pretendido, porém, feito de forma um tanto sutil. O entrevistado se vale de um marcador conversacional de opinião para não se comprometer com alguma explicação da qual não tem plena convicção (primeiro caso), ou com uma situação que não venha a se concretizar no futuro (segundo caso). Note-se que, no decorrer do texto, o falante faz várias afirmações, para as quais há certeza. Contudo, quando ele não quer assumir totalmente a responsabilidade do seu discurso, emprega esse marcador, cuja função, no caso, é atenuar a força ilocutória do discurso, de modo a proteger a face do falante.

Vale observar a construção da imagem positiva do entrevistado no trecho “todos nós trabalhamos com essa convicção ou seja... não tem nada mais sagrado... pra um chefe de família ou pra uma mulher... do que trabalhar e no final do mês levar... pra sua casa o sustento pra a sua família com o dinheiro ganho com seu suor...”. Ele, enquanto Presidente, coloca-se no lugar daquele que proverá condições para que o trabalhador tenha uma vida digna e honrada, a partir do que produz com seu suor.

Ressalta-se, também, que o então Presidente do Brasil não faz distinção entre os sexos (chefe de família ou mulher), e isso o auxilia em não ser considerado preconceituoso, mas um indivíduo consciente de que, nos dias atuais, o chefe de família nem sempre é o homem. Subentende-se, portanto, que as condições que o governo tem proporcionado ajudam a população a ter uma maior autoestima. Seu propósito, como se vê, é de conduzir o interlocutor a um dizer conjunto (“eles estão percebendo...”), como se tal assertiva fosse a verdadeira expressão da verdade, isto é, mesmo que não seja, faz parecer que é. Disso decorre a ausência de marcadores conversacionais como “eu acho que” e “eu acredito que” nesse momento da fala.

Fragmento 15:

*(...) olha essa ação na verdade... de premiar... as pessoas que trabalham com mais eficiência a questão da merenda escolar... é uma forma... de premiar as prefeituras brasileiras que melhor geriram o programa de alimentação escolar... essa premiação permite avaliar selecionar e divulgar... as boas gestões públicas municipais do programa de alimentação escolar... esse já será o quinto ano... e **eu penso que** é extremamente importante os prefeitos participarem por quê?... porque muitas vezes... esses prefeitos só são criticados ou seja as coisas boas que fazem não aparecerem... e como **nós achamos que** a alimentação das nossas crianças é coisa sagrada e como nós garantimos o recurso para que as prefeituras possam dar... alimentação pras crianças... nós queremos premiar aquelas prefeituras aqueles prefeitos aqueles gestores... que melhor aplicaram os recursos que ah/ah dinamizaram a economia local que compraram dos produtores... locais... e isso é uma forma de a gente tornar público as coisas boas que acontecem neste país por isso... eu queria pedir aos prefeitos para se inscreverem... e você Luciano... dará o endereço para que as pessoas possam participar ativamente (...) (E5 – 30/06/2008)*

No segmento acima, verifica-se a presença de estratégias recorrentes. Há o uso do marcador conversacional de opinião com função de prefaciador “eu penso que”, como uma maneira de anunciar o ponto de vista do entrevistado em ser favorável à premiação dos prefeitos que trabalham, com eficácia, para que a merenda escolar melhore. Essa noção, entretanto, apoia-se no senso comum de que é importante a participação dos prefeitos no programa de alimentação dos estudantes e, dessa forma, evita-se a possibilidade de alguém se contrapor ao que será dito, preservando a boa imagem de quem fala, já que o discurso, provavelmente, será bem aceito pelo ouvinte. Com efeito de sentido semelhante, tem-se o emprego da expressão “nós achamos que”, por meio da qual a manifestação de opinião é diluída em uma fala que, aparentemente, se refere apenas ao ex-Presidente e seu grupo, mas que inclui, tanto o governo como também a sociedade, pois a partir do senso comum, estabelece-se a identificação com o povo e, por conseguinte, sua aprovação. Além disso, o emprego dessa coletividade diminui o tamanho da importância do falante diante do fato, ou seja, trata-se de algo que deve ser promovido por todos, não é uma responsabilidade exclusiva do falante. Assim, esse marcador assume a função de atenuador.

Por meio dessas observações, é possível notar o uso recorrente de marcadores conversacionais com função de prefaciadores de opinião com valor atenuativo. Por vezes, eles denunciam certo grau de incerteza, e, em outras, manifestam certeza a respeito do que é dito, o que, nesse caso, serve para manter ou controlar a construção da imagem que o locutor deseja exibir. O efeito de dúvida indica que o falante não assume integralmente o ponto de vista expresso, reduzindo a carga de responsabilidade em fazer uma afirmação para a qual não tem

plena convicção e, dessa forma, não violando a máxima de qualidade (faça com que sua contribuição seja verdadeira). São sinais de abrandamento, pois diminuem a força ilocutória das asserções, devido ao fato de não demonstrarem um comprometimento direto e explícito. Além disso, o papel desses marcadores está ligado à intenção do falante em orientar o ouvinte a respeito do modo como seu discurso deve ser interpretado (função de emolduramento). Esse recurso colabora para afastar discordâncias de opiniões que poderiam arranhar a face do locutor.

Enfim, os marcadores conversacionais de opinião “eu acho que” e “I think” manifestam a opinião do falante, mas sem um comprometimento pessoal direto. Esses MC são constituídos pelo verbo na primeira pessoa do singular, com o que podemos, portanto, detectar as marcas da enunciação. Representados por verbos ou locuções denotadoras de atividade mental ou de elocução, esses marcadores incluem-se no grupo que indica que o locutor não assume, diretamente, os conceitos emitidos, de modo a atenuar o discurso e, por conseguinte, resguardar a face dos interlocutores. Ressalta-se que o emprego desse marcador é mais comum quando o falante busca amenizar o que é dito em seu discurso, mostrar humildade diante de algum fato ou diminuir sua responsabilidade pelo que afirma, por isso é pouco comum o emprego desse marcador quando o objetivo do falante é assegurar com convicção seu interlocutor de alguma coisa ou quando a responsabilidade por alguém é de terceiros.

5. Considerações finais

Observamos, no corpus, a ocorrência de marcadores conversacionais de opinião, que revelam não apenas uma avaliação do emissor, mas também funcionam como argumentos altamente persuasivos. Assinalamos a ocorrência dos MC “eu acho que” e “I think”, os quais apresentam funções que se sobrepõem: em dada situação, podem ser empregados como prefaciadores de opinião; em outro contexto, como indicadores do grau de subjetividade discursiva. Ademais, os marcadores conversacionais de opinião ocorrem em unidades atinentes ao filtro de automonitoramento do falante, podendo ser indicativos de reflexões pessoais, atitudes, pontos de vista, modalizadores e atenuadores, como: *eu acho, tenho a impressão, pra dizer a verdade, na minha opinião, se não me engano, por assim dizer etc.*

É interessante observar que a locução adverbial “pra mim” assume a função de marcador que prefacia uma opinião, revestida de uma conclusão exclusivamente pessoal, mas que tende a atrair a aceitação popular por meio da identificação com as mazelas e percalços vividos pelas sociedades.

Enfim, como foi verificado, os marcadores assumem variadas funções discursivas, de forma a serem empregados pelo falante para atender a seus objetivos e, para isso, carregam-se de semanticamente de sentidos diversos. A aplicação desses mecanismos no discurso confirma a natureza subjetiva do locutor, já que a situação de enunciação e as intenções do emissor, que fazem parte das estratégias da comunicação linguística, tornam-se fatores extremamente relevantes para transformar em efeitos semânticos explícitos as intenções implícitas do locutor. Portanto, o estudo emprego desses elementos em textos falados de gêneros diversos é necessário, inclusive na fala de políticos.

Referências

- BROWN, G.; YULE, G. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. **Teaching the spoken language: an approach based on the analysis of conversational English**. 11. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CAMPOS, O. G. L. A. de S.; A língua falada: características gerais. In: IGNÁCIO, S. E. (Org.). **Estudos gramaticais: publicação do curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa**. Ano III, nº1. Araraquara, São Paulo: UNESP, 1989, p.202-216.
- CASTILHO, A. T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.
- CHAFE, W. L. Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature. In: TANNEN, D. (Ed.). **Spoken and written language: exploring orality and literacy**. Norwood: N. J. Ablex, 1982, p.35-53.
- GALEMBECK, P. de T. Marcas da subjetividade e intersubjetividade em textos conversacionais. In: PRETI, D. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p. 67-88.
- _____. Metodologia de pesquisa em português falado. In: RODRIGUES, Â. C. de S. *et al* (Orgs.). **I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1999, p.109-119.
- GALEMBECK, P. de T.; CARVALHO, K. A. Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo (Projeto NURC/SP). **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 6, 1997, p.830-850.
- HILGERT, J. G. A construção do texto “falado” por escrito: a conversação na *internet*. In: PRETI, D. (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, USP, 2000, p.17-56.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. Trad. de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, I. G. V; VILELA, M. **Gramática da língua portuguesa**: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/ discurso. Coimbra, Portugal: Almedina, 2001.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo, Ática, 2006.

_____. **Marcadores conversacionais no português brasileiro**: formas, posições e funções. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. G. V. (Org.) **Gramática do português falado**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP. Vol. VI. Desenvolvimentos, 1997, p. 95-129.

_____. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua. A propósito dos “Parâmetros Curriculares no Ensino de Língua Portuguesa de 1ª a 4ª Série do 1º Grau Menor”. **Revista da Anpoll**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. São Paulo: Humanitas, nº4, p. 137-156. Jan./Jun. 1998.

_____. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PRETI, D. Oralidade e narração literária. **Revista da Anpoll**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. São Paulo: Humanitas, nº4, p. 81-96. Jan./Jun. 1998.

RISSO, M. S. Língua falada – língua escrita: conceitos e preconceitos. **Confluência**. Boletim do Departamento de Linguística. Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, Assis. Ano 3, nº especial, p. 55-63. 1994.

ROSA, M. de M. **Marcadores de atenuação**. São Paulo: Contexto, 1992.

TANNEN, D. The oral/literate continuum in discourse. In: _____ (Ed.). **Spoken and written language**: exploring orality and literacy. Norwood: N. J. Ablex, 1982, p.1-16.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1997, p. 81-101.

Artigo recebido em: 02.09.2013

Artigo aprovado em: 09.12.2013

A eliminação no discurso parlamentar: uma estratégia de retextualização*

Deletion on parliamentary discourse: a retextualization strategy

Maria Rodrigues de Oliveira**

RESUMO: Este artigo trata da estratégia de eliminação utilizada por retextualizadores na passagem de discursos parlamentares orais para a modalidade escrita. A retextualização de discursos parlamentares, devido à importância do que é dito no plenário, deveria primar pela fidelidade ao dito pelo orador e pelo respeito ao seu estilo. Observa-se, porém, que esses dois itens nem sempre são atendidos, pois, no processo de retextualização, ocorrem mudanças que afastam o texto derivado (escrito) do texto fonte (oral). Fundamentado primordialmente em estudos situados no campo da Linguística Textual e da Análise da Conversação, este trabalho tem o objetivo de discutir eliminações em discursos parlamentares tendo em vista as implicações dessa prática para os sentidos do texto. Como material de análise, será utilizado um trecho de um discurso proferido na Câmara Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, em 14 de dezembro de 2005.

PALAVRAS-CHAVE: Fala; Escrita; Retextualização; Discurso parlamentar.

ABSTRACT: This article deals with the deletion strategy used by retextualizers during the transformation of parliamentary oral speeches into written texts. The retextualization of these speeches, having in mind the importance of what is said in plenary sessions, should excel in their fidelity to the speaker's words and respect for his style. However, these two requirements are not always met because there are changes in the retextualization process that distance the secondary text (written) from the source text (speech). Based primarily on studies located in the field of Textual Linguistics and Conversation Analysis, this research intends to discuss deletion on parliamentary discourses considering the implications of this practice for the senses of the text. For the sake of illustration, an excerpt from a speech delivered in the City Council of Guarulhos, State of São Paulo, on December 14, 2005 will be used.

KEYWORDS: Speech; Writing; Retextualization; Parliamentary discourse.

1. Considerações iniciais

Os discursos parlamentares constroem a história de um povo pelos resultados dos debates acerca dos temas apresentados no plenário. São esses discursos que conduzem os parlamentares à aprovação ou à rejeição de projetos que mudam a vida dos cidadãos em nível municipal, em nível estadual e em nível federal. Esses discursos construtores da memória de uma nação também contam sua história no momento em que são acessados anos ou séculos

depois. Isso acontece quando lemos discursos como o proferido pelo Deputado Ulysses Guimarães em 5 de outubro de 1988¹, do qual extraímos o seguinte trecho:

Dois de fevereiro de 1987: "Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar". São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (Palmas.) A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. (Palmas.)

Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora.

Esse pequeno recorte do discurso de Ulysses Guimarães revela a data de instalação da Assembleia Nacional Constituinte: "dois de fevereiro de 1987", e a data de promulgação da nova Constituição: "5 de outubro de 1988". O trecho traz à tona, também, dados sobre o analfabetismo no País e o sentimento do Deputado com relação a esses dados: "afrontosos 25% da população" e "a cidadania começa com o alfabeto".

Em virtude da relevância dos discursos proferidos no parlamento para o destino dos povos, é natural que se busque garantir fidelidade ao dito pelo orador e respeito ao seu estilo. Entretanto, esses dois requisitos fundamentais da boa retextualização do discurso parlamentar são impossíveis de serem atendidos plenamente, pois a transformação do código falado para o código escrito acarreta perdas inevitáveis, sobretudo nos aspectos relativos à prosódia, à ironia e aos movimentos corporais. Além desses entraves na transposição do texto oral para o escrito, ainda há o fato de que são utilizadas estratégias de retextualização (inserções, substituições e eliminações, dentre outras) que contribuem para o distanciamento entre o texto fonte e o derivado.

*Este artigo é um resumo atualizado da dissertação de Mestrado denominada **Discurso parlamentar: estratégias de retextualização** apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 26 de outubro de 2009. A pesquisa do Mestrado foi orientada pela Professora Doutora Vanda Maria da Silva Elias e contou com o apoio da CAPES.

** Doutoranda em Língua Portuguesa pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹Diário da Assembleia Nacional Constituinte, p. 322. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/constituante/N025.pdf>. Acesso em 27 jul. 2013.

Das estratégias citadas acima, há evidências da preponderância de eliminações no processo de retextualização de discursos parlamentares. Por isso, levantamos a seguinte questão: As eliminações podem influenciar nos sentidos do texto? A fim de responder a tais questionamentos, adotaremos a seguinte metodologia: i) levantamento bibliográfico a respeito das relações fala e escrita e sobre retextualização; ii) seleção de discurso parlamentar retextualizado para análise; iii) levantamento das eliminações efetuadas no material selecionado; iv) discussão dos resultados.

Além destas considerações iniciais e das considerações finais, o artigo será composto de dois capítulos. No primeiro, com respaldo em trabalhos de estudiosos da Linguística Textual, da Análise da Conversação, da Sociolinguística Interacional e de outros textos relacionados ao assunto, serão apresentadas considerações teóricas a respeito da fala e da escrita e sobre o processo de retextualização. No segundo capítulo, após informações relativas ao material de análise e à metodologia utilizada, bem como sobre fatores intervenientes na sua retextualização, apresentaremos as eliminações encontradas no texto escolhido e discutiremos os resultados.

2. Pressupostos teóricos

2.1 Texto falado e texto escrito

Fala e escrita apresentam mais semelhanças que diferenças entre si, tanto no que diz respeito aos aspectos linguísticos quanto sociocomunicativos, conforme Marcuschi (2003). Segundo esse autor, as diferenças entre as duas modalidades da língua não são estanques nem dicotômicas, mas contínuas – ou pelo menos graduais – e podem ser mais bem compreendidas quando observadas no contínuo dos gêneros textuais. Com base nesse contínuo, o autor afirma que poucos são os gêneros textuais que podem ser considerados como genuinamente característicos da fala ou da escrita. Nessa mesma linha, destaca-se o posicionamento de Barros (2000), para quem os usos linguísticos que ocupariam os lugares extremos da fala e da escrita “puras” e “sem contágios” definidos como termos contrários são pouco comuns. A autora cita, como elementos definidores das diferenças entre fala e escrita, o tempo, o espaço, os atores e o plano de expressão.

Sobre esse último elemento, Barros afirma que há certas questões sobre a expressão que precisam ser examinadas quando se trata de textos falados e escritos. Uma delas é o fato de que a escrita não é uma simples transcrição da fala em outra substância de expressão, pois ela utiliza recursos diferentes dos usados pela fala para expressar, de modo diferente, conteúdos expressos

na fala pela sonoridade. Os sinais gráficos e a pontuação, por exemplo, são utilizados para cumprir, no texto escrito, as funções de coordenar as relações entre os interlocutores, organizadas na fala pela entoação e pela gestualidade. Nas palavras da autora:

A transcrição para a escrita de um texto falado ou a leitura oral de um texto escrito trazem marcas de escrita e de fala. Não se passa impunemente da substância sonora da fala à visual da escrita, pois há consequências no nível da forma da expressão e no plano do conteúdo (BARROS, 2000, p. 74).

Neves (2009), lembrando a inexistência de dicotomização rígida entre o texto falado e o texto escrito, afirma que essas duas modalidades diferem quanto aos modos de aquisição, aos métodos de produção, à transmissão, à recepção e às estruturas de organização. A autora pontua alguns contrastes entre o texto falado e o texto escrito, reforçando a ideia de que as diferenças entre as duas formas de texto são relativas. Apresentamos na tabela a seguir, resumidamente, os contrastes apontados pela autora (Cf. NEVES, 2009, p. 22-24).

Tabela 1. Texto falado e texto escrito.

No texto falado	No texto escrito
Maior ênfase, na fala espontânea, naquilo que se quer comunicar e no próprio ato de interação.	Grande ênfase, na escrita bem planejada, no como dizer para bem dizer.
A voz dos parceiros entra numa linearidade concertada, pactuada em presença.	A voz dos parceiros ocorre na linha do tempo, ligada à linha do espaço.
Monitoramento na produção (tanto do que já foi dito como do que se está a dizer) e também na recepção (sempre simultaneamente no planejamento).	Ausência de monitoramento, em princípio, com abertura para número indefinido de voltas e releituras do produtor.
Restrições ou interrupções no processo de elaboração.	Total liberdade do escritor para avaliar, direcionar e redirecionar sua elaboração textual.
Impossibilidade de o falante controlar permanentemente seus enunciados já produzidos.	Total controle do escritor sobre tudo aquilo que enunciou, dado o registro gráfico à sua disposição.
Esperam-se marcas de não acabamento do produto.	Tem-se o produto sempre como acabado, pelo menos provisoriamente.

Na última célula da primeira coluna dessa tabela vemos que, no texto falado, “esperam-se marcas de não acabamento do produto”. A esse respeito, Hilgert (2003) observa que, nessa modalidade da língua, a intenção comunicativa é construída na e pela formulação e, desse modo, o planejamento de uma atividade comunicativa só se completa depois de concluído o enunciado. O autor ressalta que é precisamente essa preocupação simultânea com o dizer e com o que dizer que deixa evidente, no texto falado, uma série de marcas responsáveis pela caracterização específica de sua formulação. Das marcas a que se refere o autor, destacamos a

hesitação, a *paráfrase* e a *correção*, as quais surgem em decorrência de “problemas” detectados pelo falante durante a formulação do texto. Na sequência, apresentamos algumas observações a respeito dessas três marcas.

A *hesitação* resulta de dificuldade encontrada pelo falante na formulação/linearização do texto, como falha de memória ou desconhecimento relativo ao assunto, ao vocabulário ou a estruturas linguísticas. De acordo com Marcuschi (1999), a hesitação não é uma propriedade ou característica do falante como tal nem da língua em si, mas um fenômeno de processamento. Segundo o autor, ela pode ser representada por fenômenos prosódicos, expressões hesitativas, itens funcionais, itens lexicais e fragmentos morfológicos.

A *paráfrase* é uma atividade de reformulação pela qual se restaura o conteúdo de um texto fonte em um texto derivado, com equivalência semântica, a fim de garantir a compreensão entre os interlocutores. Sobre a equivalência semântica, Hilgert (2003) informa que ela pode ir de um grau mínimo (só perceptível num quadro de conhecimentos extratextuais comum aos interlocutores) a um grau máximo (traduzido na pura repetição).

A *correção* é uma reelaboração do discurso com vistas ao “conserto” de formulações consideradas inadequadas pelo falante ou por seu interlocutor. Segundo Barros (2003), há dois tipos de correção: a *reparação* e a *correção propriamente dita*. A primeira tem por finalidade corrigir infrações conversacionais; a segunda relaciona-se a erros fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-pragmáticos.

Além da hesitação, da paráfrase e da correção, não podemos nos esquecer da *inserção*, recurso utilizado no texto falado no intuito de facilitar a compreensão dos interlocutores. Por meio da inserção, de acordo com Koch (2003), introduzem-se explicações ou justificativas, faz-se alusão a conhecimento prévio, apresentam-se ilustrações ou exemplificações e fazem-se comentários metaformativos que têm, muitas vezes, a função de melhor organizar o mundo textual. Já que a inserção tem a função de facilitar a compreensão dos interlocutores pela criação de coordenadas para o estabelecimento de uma estrutura referencial, o material inserido não é eliminável sem prejuízo para a compreensão, afirma a autora.

Ainda é válido, neste trabalho, que se destaque o papel da *repetição*, cujo estudo, conforme Gómez (2004), vincula-se estreitamente ao estudo da paráfrase, pois, nos dois casos, volta-se sobre um segmento anterior para reformulá-lo. De acordo com Marcuschi (2003), a repetição é uma das características da oralidade – seja de itens lexicais, de sintagmas, de orações ou mesmo de estruturas – e gera construções paralelas em grande quantidade. Essas

construções, segundo o autor, costumam ser eliminadas na retextualização, junto com redundâncias informacionais e algumas reformulações parafrásticas.

No texto escrito, conforme expresso na última célula da segunda coluna da tabela apresentada, “Tem-se o produto sempre como acabado, pelo menos provisoriamente”. Ter o texto como acabado significa dizer que ele se apresenta limpo à vista do leitor, sem marcas de elaboração, produzido mediante estratégias que lhe são peculiares. Dessas estratégias, Rodrigues (2003) destaca as seguintes, sugeridas por Chafe (1982): *uso de nominalização* (processo pelo qual verbos e adjetivos se transformam em nomes que podem ser sujeitos ou objetos de outros verbos ou objetos de preposições); *uso de frases coordenadas* (a possibilidade de se apresentarem coordenados entre si sintagmas verbais de um lado e sintagmas nominais de outro constitui um artifício pelo qual maior quantidade de informação pode ser concentrada numa unidade de ideia); *uso de frases ou orações dependentes* (o maior tempo de que dispõe o escritor para escrever lhe dá condições de elaborar frases mais densas em termos de significado e mais complexas do ponto de vista sintático, resultando na integração de unidades de ideias em construções mais complexas).

Alguns elementos apontados como marcas de elaboração deixadas à mostra no texto falado também podem ficar expostos no texto escrito, em configurações próprias. Desses elementos, destacamos a correção e a repetição. A primeira, conforme Dionísio e Hoffnagel (2007), apesar de infrequente sua exposição no texto escrito, pode ocorrer em alguns casos, como nas anotações pessoais e nos trabalhos escolares e até mesmo em documentos oficiais. As autoras alertam que, apesar de marcas de correção em documentos poderem invalidá-los, tais marcas podem ser legalmente aceitas se atestadas pelo emissor em outro espaço do documento, sem rasura e com assinatura no local da alteração feita. A segunda, como afirmam as autoras, apesar de mais frequente na oralidade, também se faz presente na escrita, desempenhando forte recurso persuasivo. Elas consideram que a ideia de que repetir significa pobreza vocabular precisa ser repensada, pois a utilização de sinônimos não causa o mesmo efeito argumentativo que a repetição.

Um fator que não se pode deixar de discutir em um trabalho que envolve as relações entre fala e escrita é o contexto de produção e de uso dessas duas modalidades. Esse é o assunto do próximo item.

2.2 Texto e contexto na fala e na escrita

Como afirmam Koch e Elias (2006), um estudo do texto sem a consideração do contexto é altamente insuficiente pelo fato de certos enunciados serem ambíguos, demandando atenção a aspectos contextuais para a desambiguação. Conforme as autoras, nos primórdios das pesquisas sobre o texto, na fase da análise transfrástica, o contexto era visto apenas como o entorno verbal. A evolução desse ponto de vista partiu dos estudos da Pragmática, que passou a englobar, além do co-texto, a situação de interação imediata, a situação mediata e o contexto cognitivo dos interlocutores, sendo que esse último diz respeito a todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos atores sociais, mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal, informam as autoras.

O contexto é essencial para a formação de sentidos e abrange uma série de aspectos que envolvem processos interacionais, como atesta Marcuschi (2003) ao informar que os sentidos e as respectivas formas de organização linguística dos textos se dão no uso da língua, como atividade situada, tanto no caso da fala como da escrita. Em ambos os casos, a contextualização é necessária para a produção e a recepção, ou seja, para o funcionamento pleno da língua.

Para que a língua funcione plenamente, o conhecimento partilhado é uma das chaves para a construção de sentidos pelos participantes de um evento comunicativo, porém, aspectos subjetivos podem influenciar nesse processo devido aos modelos mentais dos interlocutores, acarretando entendimentos equivocados. Desse modo, conforme van Dijk (2012), embora na maioria das formas de discurso entre membros de uma mesma comunidade os modelos mentais sejam suficientemente semelhantes para garantir o sucesso da comunicação, esses modelos incorporam necessariamente elementos pessoais que tornam únicas todas as produções e, portanto, possibilitam mal-entendidos mesmo quando há muitos elementos socialmente compartilhados.

Os mal-entendidos de que fala van Dijk podem ter origem nos implícitos textuais. Conforme Marcuschi e Hoffnagel (2007), os textos escritos e falados são igualmente contextualizados e apresentam alto grau de implicitude. Para os autores:

A diferença está em que, no caso da escrita, é necessário verbalizar tudo, ao passo que, na oralidade, temos a possibilidade de usar a situação física e podemos apontar com o dedo ou outros recursos. Por outro lado, na escrita podemos usar fotos, gráficos, cores e uma série de recursos que fogem à ordem do alfabeto (MARCUSCHI; HOFFNAGEL, 2007, p. 92).

Essas considerações sobre o contexto nos servem de base para o próximo item, que trata de um contexto em particular, aquele em que se desenrolam os discursos parlamentares.

2.3 O contexto no discurso parlamentar

De acordo com van Dijk (2001), as propriedades definidoras de um gênero devem ser buscadas nas estruturas do texto e/ou da conversação, e os debates parlamentares não fogem à regra. Segundo o autor, boa parte da teoria sobre os debates parlamentares como gênero deveria ser formulada a partir das propriedades de seu contexto. Em outras palavras, antes de serem definidos por seus tópicos, por seu estilo ou pela troca de turnos, os debates parlamentares são definidos principalmente pelo fato de que as pessoas envolvidas nesses debates são membros do parlamento e têm lugar na instância política do parlamento, além de seus atores principais estarem atuando, no momento em que proferem seus discursos, como políticos ou como legisladores.

Os parlamentares podem falar sobre educação, saúde ou negócios, mas esses discursos não são construídos a partir das marcas contextuais próprias dos domínios da educação, da saúde ou dos negócios, afirma van Dijk, para quem os domínios podem, em certas ocasiões, estar fortemente relacionados e inclusive sobrepor-se. Assim, os parlamentares não são apenas representantes eleitos, mas também são legisladores e essa parte de sua atividade deve estar circunscrita ao domínio da justiça ou da lei. De fato, quando os políticos tomam suas decisões e organizam seus discursos a partir de interesses econômicos pessoais, há um cruzamento ilegal de domínios e pode haver críticas ou acusações de corrupção, conclui o autor.

No discurso parlamentar, como afirma van Dijk, os parlamentares compartilham grande parte de seus conhecimentos e crenças sobre os contextos que constroem e, além disso, sabem como os outros parlamentares definem a situação em curso em termos de seus próprios modelos mentais. Segundo o autor, esse conhecimento, representado no modelo mental chamado contexto, também pode estar ritualmente expresso ou formulado como nas situações em que, na Câmara dos Comuns britânica², os parlamentares do mesmo partido se dirigem uns aos outros com o vocativo “meu prezado amigo”, ainda que em outras situações sociais possam ser inimigos implacáveis.

²Embora o autor se refira ao contexto da Câmara dos Comuns britânica, as características contextuais dos atos parlamentares mencionadas por ele são comuns, se não a todas, à maioria das Casas Legislativas, inclusive às brasileiras.

Com relação ao espaço em que ocorrem os debates parlamentares, o autor salienta que, por determinação legal, esses debates acontecem em um espaço muito bem definido, o Parlamento, mencionado em inúmeros discursos por expressões como “aqui” ou “nesta Câmara”. Esses termos podem soar ambíguos, uma vez que tanto podem representar uma dêixis institucional de caráter global (aqui na instituição do Parlamento) como uma dêixis espacial de caráter local (neste Parlamento no sentido de edifício), afirma o autor.³

O cenário temporal, de acordo com van Dijk, pode ser definido, em sua maioria, como um dia ou uma data específica por expressões como “hoje”, que estão ligadas naturalmente às atas do Parlamento. Os cenários temporais nos debates parlamentares também têm um significado legal e político muito além do dia e da data, pois esses componentes diacrônicos podem validar ou invalidar decisões parlamentares. O tempo é um dos mais valiosos recursos dos parlamentares e se regulamenta por normas bastante rígidas e a partir de estratégias governadas pelo poder e por outros critérios políticos. Conforme o autor:

Os oradores são visivelmente (e acusticamente) conscientes das restrições de tempo e suas intervenções veem-se, em boa parte, marcadas por elas. Observa-se, por exemplo, no aumento da velocidade da fala, na realização de resumos ou na solicitação de mais tempo ao presidente para continuar a fala (2001, tradução nossa).

As informações de van Dijk com relação ao contexto que envolve o discurso parlamentar são confirmadas por textos que conceituam ou regulamentam as atividades de plenário. Desses textos, citamos o Glossário da Câmara dos Deputados, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. No Glossário, o termo *discurso parlamentar* é definido como “pronunciamento público de parlamentar na tribuna da Casa legislativa sobre assunto determinado”. Nessa definição, estão implícitos o *tópico* (assunto determinado), a *situação* (pronunciamento público), os *papéis dos participantes* (parlamentar) e o *meio do discurso* (tribuna da Casa legislativa). Esses quatro itens devem ser respeitados para o bom andamento dos trabalhos; porém, não são raras as oportunidades em que se observam desrespeito a esses itens, acarretando protestos entre os pares e advertências do presidente da sessão.

³Nas atas de sessões parlamentares, tanto nas integrais quanto nas resumidas, é comum a inserção de pistas de contextualização para evitar ambiguidades. Além disso, a palavra “plenário” costuma ser grafada com inicial maiúscula para o primeiro caso citado por van Dijk e inicial minúscula para o segundo caso.

No Brasil, o parlamentar tem liberdade de expressão garantida constitucionalmente, conforme se observa no Artigo 53 da Constituição Federal: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Essa liberdade estende-se aos Vereadores, como previsto no Inciso VIII do Artigo 29 da mesma Constituição: “VIII – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município”.

A Constituição garante o direito de palavras e opiniões aos parlamentares, porém, há limites a serem respeitados tendo em vista o decoro parlamentar⁴ e as regras estabelecidas pelos regimentos internos das casas legislativas para o bom andamento dos trabalhos no plenário. Assim, por exemplo, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece, no artigo 98 parágrafo 6º: “Não será autorizada a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórias do decoro parlamentar, cabendo recurso do orador ao Plenário”.

Essas reflexões sobre o texto falado e o texto escrito nos servem de base para o próximo item, que tratará da conversão do texto da forma oral para a escrita.

2.4 Da fala para a escrita

2.4.1 A retextualização em pauta

Apesar de à primeira vista parecer que a passagem da fala para a escrita ocorre apenas em situações específicas, essa atividade é frequente em nosso dia a dia, conforme atesta Marcuschi:

As atividades de retextualização são rotinas usuais altamente automatizadas, mas não mecânicas, que se apresentam como ações aparentemente não-problemáticas, já que lidamos com elas o tempo todo nas sucessivas reformulações dos mesmos textos numa intrincada variação de registros, gêneros textuais, níveis linguísticos e estilos (MARCUSCHI, 2003, p. 48).

Para o autor, os procedimentos de retextualização envolvem operações complexas que podem interferir tanto no código quanto no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade-escrita. Ele apresenta um modelo com dez operações de retextualização, das quais destacamos duas, a primeira e a terceira, que dizem respeito diretamente a este trabalho.

⁴“Princípios éticos e normas de conduta que devem orientar o comportamento do parlamentar no exercício de seu mandato”. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/glossario>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

1ª OPERAÇÃO: Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (*estratégia de eliminação* baseada na idealização linguística).

[...]

3ª OPERAÇÃO: Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (*estratégia de eliminação* para uma condensação linguística) (p. 75).

O autor afirma que, nas operações de transformação da fala para a escrita, há uma redução elevada de elementos linguísticos que vai além das hesitações e dos marcadores conversacionais. Além dos itens explícitos nas operações indicadas, o autor informa que a eliminação acontece principalmente entre as palavras de função, como os artigos, os pronomes, as preposições, as conjunções etc. Os substantivos, os verbos e os adjetivos, cuja substituição é mais problemática, costumam permanecer. Marcuschi frisa, porém, que se parte do pressuposto básico de que seja preservado, na medida do possível, o mesmo volume de informações nos dois textos, porém, em sentido estrito, é impossível a manutenção do volume de informações, pois os marcadores conversacionais, as hesitações, as repetições e outros itens eliminados, bem como a inversão da ordem tópica, implicam alteração nas intenções e, conseqüentemente, na informação.

O conhecimento é a condição primeira para a compreensão que, por sua vez, é a condição primeira da boa retextualização. É oportuna, aqui, a transcrição do seguinte trecho de Marcuschi (2003):

Há nestas atividades de retextualização um aspecto geralmente ignorado e de uma importância imensa. Pois para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente *compreender* o que foi que esse alguém disse ou quis dizer. (p. 47, grifo do autor).

Ainda sobre a influência dos aspectos cognitivos na retextualização, o autor observa que, assim como dois falantes só interagem na suposição de certa compreensão mútua, um indivíduo só pode retextualizar na suposição de compreensão do texto de origem. O autor adverte que o não-entendimento de um texto não impede a retextualização, mas pode conduzir a uma transformação problemática, que pode chegar ao falseamento.

A importância da compreensão na passagem do texto oral para o escrito vem sendo apregoada desde há muito tempo por profissionais da retextualização, como se observa no texto de Jos Schaerlaekens, professor belga de taquigrafia.

A prática da estenografia requer atenção permanente do profissional. Este não age como mecânico, a registrar séries de sons ou palavras justapostas para reprodução posterior. O que ele anota são ideias expressas por sons e palavras e o que dele se espera é a reprodução fiel dessas ideias.

Tal objetivo o estenógrafo não alcançará plenamente a não ser que, ao longo do apanhamento, esteja em condições de compreender o sentido do que estenografa e, quando da tradução, fixe particularmente sua atenção no sentido. Isto lhe permitirá produzir cópia exata do que foi dito (ou ditado) (SCHAERLAEKENS, 1949, grifo nosso).

Os três últimos parágrafos apontam para uma das dificuldades do retextualizador de discursos parlamentares: o conhecimento. Não apenas o conhecimento prévio, mas também aquele que é adquirido durante a atividade de retextualização, por meio de consultas às mais diversas fontes.

2.4.2 A retextualização de discursos parlamentares

A retextualização de discursos parlamentares, apesar de extensamente praticada, não tem sido contemplada por muitos pesquisadores. Dos estudos referentes ao tema, destacamos Cortelazzo (1985) que, no intuito de verificar a fidelidade de notas estenográficas de discursos proferidos no parlamento italiano às falas dos oradores, procedeu à comparação de discursos pronunciados naquele parlamento com suas respectivas transcrições.

Dentre alterações como substituição, inserção e deslocamento, o autor relata grande quantidade de eliminações nos textos analisados, sendo que os elementos eliminados com mais frequência são aqueles ligados a hesitações ou a mecanismos de coesão textual para os quais a escrita dispõe de sinais diferentes daqueles da fala. Nesse sentido, a conjunção *e*, tanto na função aditiva quanto introdutória (usada para indicar o início de uma nova parte do texto), é eliminada sistematicamente, o mesmo ocorrendo com a conjunção *mas*, com a qual o falante assinala que está interrompendo um certo desenvolvimento do discurso e introduzindo uma nova orientação ou ponto de vista no seu texto. Além dos conectivos, os pronomes (em particular de primeira pessoa, tanto no singular quanto no plural, tônicos ou átonos) têm eliminação representativa, sobretudo os egóticos e os enfáticos, assinala o autor.

Da mesma forma que Cortelazzo no Parlamento Italiano, Ribeiro (2010), comparando transcrições de discursos parlamentares proferidos na Assembleia da República Portuguesa com o áudio desses discursos, constatou alterações em diversos níveis, inclusive no tocante a eliminações, como podemos depreender do seguinte trecho:

Como se pode confirmar, existem, realmente, diferenças entre as duas transcrições, não só ao nível de frequência dos lemas, mas também da sua ocorrência e/ou ausência. *Grosso modo*, podemos concluir que, de acordo com o excerto que apresentamos, na nossa transcrição existem mais palavras do que na transcrição apresentada no *Diário da República Portuguesa* (RIBEIRO, 2010, p. 87).

No Brasil, temos alguns estudos voltados ao tema, produzidos por profissionais envolvidos com a retextualização de discursos parlamentares. Desses trabalhos, destacamos Dourado (2008), que discute os limites do revisor no discurso parlamentar. Dessa monografia, ressaltamos a informação de que, na Câmara dos Deputados, os discursos passam por mais de uma etapa de revisão, ou seja, após a transformação do discurso oral para a forma escrita por um retextualizador inicial (o taquígrafo), o texto passa por revisores e supervisores que efetuam outros procedimentos de retextualização. Se a ação do primeiro retextualizador acarreta afastamento do texto escrito em relação ao texto falado, a do revisor e do supervisor pode aumentar mais ainda a distância entre os dois textos. Esse fato, conforme o autor, faz com que a Mesa Diretora, quando necessita dos pronunciamentos transcritos, prefira as notas taquigráficas sem revisão.

Souza (2009) também trata da revisão de discurso parlamentar na Câmara dos Deputados. De acordo com o autor, “os revisores têm a incumbência de interferir no texto resultante do discurso proferido pelos parlamentares no plenário principal da Casa, de modo a livrá-lo de possíveis erros gramaticais e incoerências”. As alterações, porém, podem interferir no sentido do texto, já que Souza dá conta de que “ocorrem alterações que produzem sentido diverso daquele que procurou transmitir, da tribuna, o deputado”.

Além dos dois trabalhos acima, de autoria de servidores da Câmara dos Deputados, temos Oliveira (2009), cujo foco são as estratégias de eliminação, de inserção e de substituição utilizadas na transcrição de discursos de vereadores da Câmara Municipal de Guarulhos. Esse estudo revelou alterações relacionadas à adequação do texto à modalidade escrita, ao atendimento a normas regimentais e à explicitação do contexto, conforme previsto no modelo de Marcuschi (2003) e em manuais de retextualização.

Essas considerações teóricas nos embasam para a continuação deste trabalho, ou seja, para a discussão a respeito da estratégia de eliminação em discursos parlamentares.

3. A eliminação no discurso parlamentar

3.1 Um exemplo

Neste artigo, a título de exemplificação, analisaremos um discurso proferido na 54ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Guarulhos, realizada em 14 de setembro de 2005. O tema do discurso é um veto total a um projeto de lei relativo a aumento do tempo de tolerância para estacionamento na “Zona Azul”⁵ do Município de Guarulhos.

O discurso está numerado de cinco em cinco linhas, disposto em duas colunas: na primeira, encontra-se o texto transcrito de acordo com as normas do Projeto NURC/SP, ao qual chamaremos de texto transcrito (TT); na segunda, está o texto retextualizado (TR). Apesar de o texto apresentar diversas alterações (substituição, inserção, deslocamento), cuidaremos apenas das eliminações, objeto deste artigo.

Com a finalidade de resguardar envolvidos nos discursos, os oradores serão identificados simplesmente por “ORADOR” ou “ORADORA” e as pessoas citadas serão representadas por letras, em ordem crescente. Quando uma pessoa for citada mais de uma vez no mesmo texto, será identificada com a letra que a classificou pela primeira vez.

3.2 Variáveis intervenientes

Para o melhor entendimento dos fenômenos ocorridos na retextualização do texto analisado e dos comentários, destacamos as seguintes variáveis que podem ter interferido na retextualização:

a. Conhecimentos do retextualizador. Alguns retextualizadores dos textos analisados têm formação de nível médio e outros, de nível superior. Consideramos que os conhecimentos essenciais ao retextualizador não estão apenas em seu nível de escolaridade, mas também e principalmente no conhecimento prévio, que envolve o conhecimento enciclopédico adquirido fora das instituições de ensino; no conhecimento partilhado, proporcionado pelo convívio orador-retextualizador; e nos conhecimentos interacional e operacional, adquiridos no contexto de trabalho;

⁵Sistema de estacionamento rotativo pago, em logradouros públicos.

b. Relação entre o produtor do texto e o transformador. O produtor do texto é vereador da Câmara Municipal de Guarulhos e os transformadores são taquígrafos com bastante contato com o orador, já que convivem com ele desde 2002, época em que iniciaram suas atividades naquela Casa legislativa. O tempo de convivência dos taquígrafos com o vereador na época em que foi produzido o texto em análise era de três anos, o que consideramos suficiente para a constituição do conhecimento partilhado necessário para a retextualização;

c. Propósito. O propósito da retextualização do material analisado é a elaboração de ata de sessão ordinária da Câmara Municipal de Guarulhos. A variável “propósito” tem papel fundamental nos processos de retextualização, uma vez que o nível de intervenção do retextualizador depende daquilo a que se destina o material retextualizado.

d. Processos de formulação. Na Câmara Municipal de Guarulhos, a maioria dos discursos é não planejada, ou seja, não são escritos para serem lidos. Isso favorece a presença de maior quantidade de elementos característicos da fala (repetições, autocorreções, hesitações, digressões etc.) e a frouxidão do discurso no tocante a aspectos formais. A formulação improvisada do discurso no ambiente parlamentar pode ocorrer em diversos níveis, ou seja, o orador pode ter um esboço do que pretende falar e, assim, proferir um discurso mais ou menos planejado; ele pode, também, falar sem planejamento algum quando incitado por colegas ou quando sentir necessidade imediata de defender alguma causa. O discurso que analisaremos neste trabalho enquadra-se no primeiro caso, pois, para encaminhar a votação do projeto, certamente o orador tinha, em sua mente, um esboço do que pretendia falar.

Fornecidas as informações sobre o texto selecionado e as variáveis que podem ter interferido na retextualização, passaremos à análise.

3.3 Análise

Quadro 1. Texto transcrito e texto retextualizado.

TEXTO TRANSCRITO (313 palavras)	TEXTO RETEXTUALIZADO (274 palavras)
ORADOR – senhor presidente senhores vereadores... vou até tentar ser breve – nós temos cinco minutos – a questão aqui colocada... até alguns vereadores/... gostei até:: do pronunciamento do vereador A de que ele vota	ORADOR ((Para encaminhar a votação)) – Senhor Presidente, Senhores Vereadores, vou até tentar ser breve, temos cinco minutos. A questão aqui colocada... Gostei até do pronunciamento do Vereador A. Ele vota com a maioria e a maioria

<p>com a maioria e a maioria é sábia mas nós estamos votando um projeto que envolve não apenas funcionários mas também a populaÇÃO... então nós teríamos que realmente vereador A ouvir a população porque eu recebi e-mails... não sei se vossa excelência recebeu e-mail parabenizando pelo seu voto quando vossa excelência votou favorável... nós vimos a reportagem da Big TV quando falada nas ruas todo mundo elogiando o projeto... eu queria saber que maioria né?... fico contente de vossa excelência votar com a maioria... bom na realidade gente o que eu quero tentar deixar claro aqui – até para as orientadoras – na reunião que nós tivemos lá dentro em nenhum momento nós ouvimos em que iria atrapalhar as operadoras... nós ouvimos o seguinte... “nós temos que democratizar o espaço”... quero saber o que que está... éh/... que não está democratizando o espaço com essa medida... nós ouvimos lá dentro vereador B... nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também – na/... que as orientadoras teriam muitos problemas porque elas teriam que notificar e isso daria um maior trabalho... foi isso que nós ouvimos lá dentro... então também tenho certeza que isso não é problema nenhum... eu queria saber o que que vai atrapalhar as orientadoras... nenhuma pessoa lá nos explicou... outro detalhe... perguntado ao C – da Associação Comercial – o que que ele nos falou? “vereador vossa excelência tem razão”... eu fiz a seguinte pra/... pergunta pra ele... antes de entrar no mérito se a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário... que eu acredito que basta ter CRIAtividade::de... que você pode usar o mesmo formulário... quando se QUER... quando se que::r aqui... gasta TANTo dinheiro com panfle::to gente... tanto dinheiro com publicida::de...</p>	<p>é sábia. Agora, estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários, mas também a população. Então, teríamos de realmente, Vereador A, ouvir a população. Recebi e-mails, não sei se V.Exa. recebeu e-mail, parabenizando pelo seu voto, quando V.Exa. votou favorável. Nós vimos a reportagem na Big TV quando falada nas ruas todo mundo elogiando o projeto. Eu queria saber que maioria. Fico contente de V.Exa. votar com a maioria. Na realidade, o que eu quero tentar deixar claro aqui, até para as orientadoras, na reunião que nós tivemos lá dentro, em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras. Nós ouvimos o seguinte: Temos que democratizar o espaço. Quero saber o que não está democratizando o espaço com essa medida. Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também, que as orientadoras teriam muitos problemas, porque elas teriam que notificar e isso daria um maior trabalho. Foi isso que nós ouvimos lá dentro. Então, também tenho certeza que isso não é problema nenhum. Eu queria saber o que vai atrapalhar as orientadoras. Nenhuma pessoa lá me explicou. Outro detalhe: perguntado ao C, da Associação Comercial, o que ele nos falou? “Vereador, V.Exa. tem razão”. Eu fiz a seguinte pergunta para ele: Antes de entrar no mérito, a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário? Porque eu acredito que basta ter criatividade, você pode usar o mesmo formulário. Quando se quer aqui, gasta tanto dinheiro com panfleto, gente! Tanto dinheiro com publicidade.</p>
---	---

Comparando o texto transcrito com o texto retextualizado, observamos as seguintes eliminações:

a) **O artigo indefinido** do segmento “estamos votando *um* projeto que envolve não apenas funcionários” (linhas 7-8TT) foi eliminado, conforme se verifica na sequência “estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários” (linhas 6-8TR);

b) Foram eliminadas **as hesitações** representadas por:

- ✓ Expressão hesitativa “éh/” da sequência “quero saber o que que está... éh/... que não está democratizando o espaço” (linhas 24-25TT), como se percebe

no enunciado “Quero saber o que não está democratizando o espaço” (linhas 22-23TR).

- ✓ Preposição presente na sequência “Eu fiz a seguinte *pra*/... pergunta pra ele...” (linha 38TT), como se observa no enunciado “Eu fiz a seguinte pergunta para ele” (linhas 33-34TR).
- ✓ Preposição constante do segmento “nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também – *na*/... que as orientadoras teriam muitos problemas” (linhas 27-29TT), como se verifica no segmento “Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também, que as orientadoras teriam muitos problemas” (linhas 23-25TR).
- ✓ Sequências textuais abandonadas presentes nos segmentos “a questão aqui colocada... *até alguns vereadores*/... gostei até:: do pronunciamento do Vereador A” (linhas 3-5TT) e “quero saber o *que que está*... *éh*/... que não está democratizando o espaço” (linhas 24-25TT), conforme se verifica nos enunciados “A questão aqui colocada... Gostei até do pronunciamento do Vereador A” (linhas 3-5TR) e “Quero saber o que não está democratizando o espaço” (linhas 22-23TR);

c) A **preposição “em”** do segmento “em nenhum momento nós ouvimos *em* que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 21-22TT) foi eliminada, conforme se percebe na sequência “em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 19-20TR);

d) Foram excluídos os **pronomes egóticos** dos segmentos:

- ✓ “vou até tentar ser breve – *nós* temos cinco minutos” (linhas 2-3TT), como se verifica na sequência “vou até tentar ser breve, temos cinco minutos” (linhas 2-3TR);
- ✓ “e a maioria é sábia mas *nós* estamos votando um projeto que envolve não apenas funcionários” (linhas 6-8TT), como se verifica na sequência “e a maioria é sábia. Agora, estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários” (linhas 6-8TR);
- ✓ “então *nós* teríamos que realmente vereador A” (linhas 8-9TT), como se verifica na sequência “Então, teríamos de realmente, Vereador A” (linhas 9-10TR);
- ✓ “ouvir a população porque *eu* recebi e-mails” (linhas 10-11TT), como se verifica na sequência “ouvir a população. Recebi e-mails” (linha 9-10TR);
- ✓ “em nenhum momento *nós* ouvimos em que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 21-22TT), como se verifica na sequência “em nenhum momento,

ouvimos que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 19-20TR);

- ✓ “nós ouvimos o seguinte... ‘*nós* temos que democratizar o esPAço” (linhas 22-24TT), como se verifica na sequência “Nós ouvimos o seguinte: Temos que democratizar o espaço” (linhas 20-21TR);

e) A **repetição** constante da sequência “nós ouvimos lá dentro vereador B... *nós ouvimos lá dentro* – e vossa excelência estava lá também” (linhas 26-28TT) e o **termo repetido** no segmento “quando se QUER... *quando se que::r aqui...* gasta TANTo dinheiro com panfle::to gente... tanto dinheiro com publicida::de...” (linhas 42-45TT) foram eliminados, conforme se verifica nos enunciados “Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também” (linhas 23-24TR) e “Quando se quer aqui, gasta tanto dinheiro com panfleto, gente!” (linhas 37-39TR).

Feito o levantamento das eliminações efetuadas pelos retextualizadores, passaremos à discussão dessas eliminações e suas interferências no sentido do texto.

3.4 Discussão dos resultados

Os procedimentos de eliminação constam da primeira e da terceira operações do modelo proposto por Marcuschi (2003). Nesse modelo são previstas a eliminação de marcas interacionais, de hesitações, de partes de palavras, de repetições, de reduplicações, de redundâncias, de paráfrases e de pronomes egóticos. As eliminações encontradas no texto analisado são representadas principalmente pelos pronomes egóticos, pelas hesitações e pelas repetições. A seguir, teceremos alguns comentários a respeito da eliminação desses três itens, como também de outros elementos suprimidos com menor número de ocorrências, como palavras de função (artigos, conjunções e preposições) e sequências textuais abandonadas.

3.4.1 Pronomes egóticos

Diante da frequência com que os pronomes egóticos são eliminados nas retextualizações, são oportunas algumas observações acerca do uso e da eliminação desses pronomes, tanto de primeira pessoa do singular quanto de primeira pessoa do plural. Com referência aos pronomes de primeira pessoa do singular, as desinências indicam a pessoa, mas há homonímia nos casos em que não há morfema próprio que distinga a pessoa (eu) da não pessoa (ele). Isso significa que pode haver ambiguidade causada pela omissão do pronome

egótico (Cf. VILELA; KOCH, 2001, p. 163-164). Esse é o caso do pretérito imperfeito, do pretérito mais que perfeito e do futuro do pretérito, de todos os tempos do subjuntivo e do infinitivo flexionado, em que a primeira e a terceira pessoas têm a mesma desinência.

O texto apresenta eliminações de pronomes de primeira pessoa do singular na sequência “*eu* recebi e-mails... não sei se vossa excelência recebeu e-mail” (linhas 11-12TT). O orador recebeu e-mails, e isso o distingue de seus pares, que talvez não o tenham recebido. A eliminação do pronome não gera ambiguidade uma vez que o verbo deixa claro a pessoa, mas interfere na argumentação e no estilo do orador.

A respeito dos pronomes de primeira pessoa do plural, iniciamos nossos comentários com as palavras de van Dijk (2000):

Na fronteira da sintaxe e da semântica, o estudo dos pronomes sempre tem se mostrado relevante, especialmente no estudo do discurso político. De fato, a oposição entre “*nós*” e “*eles*” tornou-se prototípica da polarização de (representações mentais a respeito de) grupos internos e externos. Também em debates parlamentares é muito útil estabelecer a quem exatamente o orador se refere quando usa “*nós*”. Dada a possibilidade de múltiplas identidades sociais dos oradores, os “grupos internos” que “*nós*” pode denotar pode ir de “*nós, no mundo ocidental*” e “*nós povo holandês*” a “*nós povo branco holandês*”, “*nós (todos) aqui no parlamento*” ou “*nós de nosso partido*” (p. 95, tradução nossa).

Trazendo as palavras de van Dijk para o nosso contexto, podemos dizer que o parlamentar discursa em seu nome – e então ressalta seu “*eu*” na participação do evento – ou fala em nome do grupo do qual faz parte, que pode ser um grupo interno ao parlamento (uma comissão, um bloco partidário, o conjunto de parlamentares) ou um grupo externo ao parlamento (o partido político, as comunidades as quais representa ou a população em geral) e, nesse caso, enfatiza a participação do grupo. A seleção de grupos deixa claro que, nos debates parlamentares, o “*nós*” tem diversas gradações, indo de um “*nós*” restrito (no caso das comissões) até um *nós* universal (quando o orador fala em nome da população).

O texto apresenta oito exemplos de “*nós*” restrito. Dois de “*nós* vereadores”: “*nós* estamos votando um projeto” (linha 6TT) e “*nós* teríamos que realmen:te” (linhas 9-10TT) e seis de “*nós* comissão”⁶: “na reunião que *nós* tivemos lá dentro” (linhas 20-21TT), “em nenhum momento *nós* ouvimos” (linha 21TT), “*nós* ouvimos o seguinte” (linha 22-23TT), “*nós* ouvimos

⁶O orador, na época, era presidente da Comissão de Transporte.

lá dentro” (linha 26TT), “*nós* ouvimos lá dentro” (linha 27TT) e “*nós* ouvimos lá dentro” (linha 31TT).

Os dois primeiros exemplos marcam uma espécie de chamada, por parte do orador, de todos os vereadores para seu lado, já que estão juntos na votação de um projeto de interesse geral. As outras amostras apresentam um “*nós* comissão” que se contrapõe a “*vocês* vereadores” que não fazem parte da comissão, como a dizer: “nosso grupo está informado. Vocês podem nos acompanhar na votação”. Com esses pronomes o orador procura enfatizar, a todo momento, a responsabilidade dos grupos (comissão e vereadores). Ele não só usa os pronomes de primeira pessoa em seu discurso como também os repete ao longo de seu pronunciamento como forma de deixar patenteada a responsabilidade dos grupos.

Foram eliminados os pronomes dos dois primeiros exemplos, o da linha 21TT e o da linha 27TT, com o resto da oração. Essa operação descaracteriza o estilo do orador e afeta o texto sob o aspecto argumentativo.

3.4.2 Hesitações

As *hesitações* são representadas por fenômenos prosódicos (pausas e alongamentos vocálicos), expressões hesitativas, itens funcionais, itens lexicais, marcadores conversacionais acumulados e fragmentos morfológicos (cf. MARCUSCHI, 1999, p. 164-166). Sua eliminação é prevista no modelo de Marcuschi e recomendada por manuais de retextualização, como o *Manual do Detaq*: “Não registrar ocorrências de gaguejos em geral, como, por exemplo: ‘tá’, ‘tô’, ‘é...’, ‘é, é, é...’, ‘de, de, de...’, ‘né...’, ‘né..., né..., né...’ etc.”.

Cabe salientar, quanto aos fenômenos prosódicos, que os alongamentos vocálicos, mesmo quando funcionam como elementos de coesão rítmica ou têm valor enfático, raramente são marcados em retextualizações parlamentares. Quanto às pausas, que frequentemente correspondem a turnos validadores de atos legislativos, costumam ser marcadas sob a forma de pistas contextuais e acarretam, nesse caso, operações de inserção.

Em nosso texto, foram eliminadas hesitações representadas por expressão hesitativa, item funcional (preposição) e sequência abandonada, numa espécie de limpeza do texto, como previsto na primeira operação do modelo de Marcuschi e, também, como recomenda o Manual da Associação Canadense de Hansard (*Hansard Association of Canada Style Guide*): “Se um membro começa a dizer alguma coisa e em seguida muda de ideia, elimine o trecho se ele não for importante”.

3.4.3 Repetições

As *repetições* costumam ser eliminadas nas retextualizações por serem consideradas redundâncias. No campo da retextualização parlamentar, encontram-se recomendações para essa prática em alguns dos manuais analisados, como o manual da Associação Canadense de Hansard, o qual recomenda que sejam evitadas repetições desnecessárias e que elas sejam mantidas apenas em casos de ênfase.

Antes de se avaliar a eliminação de repetições, deve-se ter em mente que elas podem ter funções retóricas (didáticas, intensificadoras ou argumentativas). Lembramos, aqui, Dionísio e Hoffnagel (2007), as quais pregam a revisão da ideia de que repetir significa pobreza vocabular, já que a utilização de sinônimos não causa o mesmo efeito argumentativo que a repetição. Ainda é providencial que citemos Koch (2003, p. 127): “Trata-se da estratégia a que costume denominar informalmente de ‘água mole em pedra dura’: repete-se como meio de ‘martelar’ na mente do interlocutor até que este se deixe persuadir”.

O texto apresenta exemplos da técnica da “água mole em pedra dura” na repetição, por cinco vezes, do segmento “nós ouvimos” (linhas 21TT, 22TT, 26TT, 27TT e 31TT). Além desse exemplo, temos a expressão “lá dentro” repetida nas linhas 20-21, 26, 27 e 31, e “lá” nas linhas 28 e 34. O orador procura, com essas repetições, reforçar, na mente dos parceiros de comissão, as informações que tiveram sobre o pagamento do tempo de tolerância na zona azul e “plantar”, na cabeça dos outros vereadores, a ideia de que sua defesa baseia-se em informações compartilhadas com os membros da comissão. Dessas repetições foi eliminada a da linha 27TT: “nós ouvimos lá dentro vereador B, *nós ouvimos lá dentro* – e vossa excelência estava lá também” (linhas 26-28TT), resultando no enunciado “Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também” (linhas 23-24TR), com nítida redução da carga apelativa.

3.4.4 Palavras de função

Das palavras de função eliminadas em nosso texto, temos exemplos de *artigo* e de *preposição*. Na linha 7TT, temos a eliminação de um artigo indefinido: “estamos votando *um* projeto”. Com relação ao valor dos artigos, Vilela e Koch (2001, p. 202) informam: “O artigo no texto serve para caracterizar e distinguir entre o dado e o novo, e esta função está ligada a uma outra, a de indicar se o substantivo denota um único exemplar de uma dada espécie ou se toda a espécie”. A informação de Vilela e Koch nos autoriza a dizer que, em nosso texto, a

eliminação do artigo anula o relevo do objeto de discussão: é “*um* projeto que envolve não apenas funcionários, mas a população”, ou seja, não é um projeto qualquer.

Sobre a eliminação de preposições, lembramos que elas têm capacidade de regência e interferem nas relações semânticas entre os elementos que ligam (cf. VILELA; KOCH, 2001, p. 256). Bechara (1999, p. 298), por seu turno, afirma que cada preposição tem o seu significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência de mundo. Ainda para o autor, na relação dos “significados” das preposições, há sempre um significado unitário de língua, que se desdobra em sentidos contextuais a que se chega pelo contexto e pela situação.

Como exemplo de eliminação de preposição, destacamos a da sequência “em nenhum momento nós ouvimos *em* que iria atrapalhar as operadoras” (linhas 21-22TT do Texto 2). No trecho transcrito, o formulário traria dificuldades para as operadoras sob algum aspecto operacional; no texto retextualizado, o formulário traria problemas de qualquer forma, portanto, os dois enunciados têm sentidos diferentes.

4. Considerações finais

Neste artigo, com a finalidade de responder se as eliminações efetuadas na retextualização de discursos parlamentares podem ter influência nos sentidos do texto, empreendemos uma revisão da literatura acerca das relações fala e escrita, sobre texto e contexto nas duas modalidades da língua, a respeito do contexto no discurso parlamentar e, também, sobre a retextualização em geral e no discurso parlamentar. Analisamos um discurso parlamentar e apontamos as eliminações que ele apresenta e, depois, comentamos as implicações dessas eliminações para os sentidos do texto.

A análise revelou a eliminação de pronomes egóticos, de hesitações, de repetições, de artigos e de preposições. Entendemos que as eliminações encontradas influenciam nos sentidos do texto analisado e comprometem o estilo do orador, já que envolvem pronomes egóticos e repetições, elementos usados por ele como recursos argumentativos. Além disso, a eliminação do artigo e da preposição muda o dito tendo em vista as relações que esses itens têm com os outros elementos textuais, conforme vimos no item 3.4.4.

Cabe a observação de que os manuais de retextualização recomendam fidelidade ao dito e respeito ao estilo do orador, mas propiciam o não atendimento às suas orientações pela

dubiedade de algumas recomendações que pregam, por exemplo, respeito ao estilo do orador, mas preveem o complemento de falas e a inserção de itens modalizadores. Além disso, o apego de retextualizadores a padrões rígidos da gramática tradicional impede a aceitação de alguns usos linguísticos e propicia a descaracterização do estilo do orador.

Acreditamos que a estratégia de eliminação, tal como utilizada em nosso texto exemplificativo, é corriqueira na retextualização de discursos parlamentares pelo que atestam os relatos do pesquisador italiano, da pesquisadora portuguesa e dos pesquisadores brasileiros, os quais, cada um em seu espaço, relatam a mesma prática, com relação aos mesmos itens, em seus trabalhos.

Considerando que na retextualização de discursos parlamentares é praticada não apenas a estratégia de eliminação, mas também as de substituição, de inserção e de deslocamento e que essas estratégias, não raras vezes, implicam alterações nos sentidos do texto e no estilo do orador, concluímos este artigo afirmando que é preciso que se repense a retextualização desses discursos caso se pretenda que eles, na forma escrita, espelhem realmente o pensamento do orador e seu estado de espírito no momento do discurso e que possam, no futuro, fazer com que os leitores “ouçam”, pela leitura, as vozes daqueles que um dia lhes representaram, ou a seus antepassados, nas casas legislativas.

Referências bibliográficas

BARROS, D. L. P. de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, D. (Org.) **Fala e escrita em questão**. 2 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. (Projetos Paralelos – NURC/SP, 4). p. 57-78.

_____. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos, v.1). p. 147-78.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-322142-pl.pdf>. Acesso em 22 ago. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Glossário**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/glossario>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. **Manual de procedimentos do Detaq**. rev. e atual. Brasília, 2013.

_____. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 10. ed. Brasília,, 2012. Disponível em:

http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1926/regimento_interno_10ed.pdf?sequence=20. Acesso em 22 ago. 2013.

CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, D. (ed.). **Spoken and written language**. Norwood, New Jersey: Ablex, 1982.

CORTELAZZO, M. A. Dal parlato al (tra)scritto: i resoconti stenografici dei discorsi parlamentari. In HOLTUS, G.; RADTKE, E. (Org.) **Gesprochenes Italienische in Geschichte und Gegenwart**. Tübingen, Narr, 1985. p. 87-117.

DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. Estratégias de textualização na fala e na escrita. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e escrita**. 1.ed., 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 105-122. Disponível em: http://www.ufpe.br/ceel/e-books/Fala_Escrita_Livro.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013.

DOURADO, H. F. **A transposição do texto falado para o texto escrito: os limites do revisor no discurso parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2008. Monografia. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3585>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GÓMEZ, M. P. G. La repetición: formas y funciones en el discurso oral. In: **Archivo de Filología Aragonesa (LIX-LX)**. Zaragoza (Espanha): Fernando el Católico (C.S.I.C), 2004. p. 437-456. Disponível em: <http://ife.dpz.es/recursos/publicaciones/26/50/ebook2589.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

HANSARD ASSOCIATION OF CANADA. **Hansard Association of Canada Style Guide**. Disponível em: <http://www.hansard.ca/styleguide.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2013.

HILGERT, G. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP – Núcleo USP). p.117-46.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. da S. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. A hesitação. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). **Gramática do Português falado**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Unicamp, 1999. Volume VII: Novos estudos. p. 159-94.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, L. A.; HOFFNAGEL, J. A escrita no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a escrita. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e escrita**.

1.ed., 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 85-104. Disponível em: http://www.ufpe.br/ceel/e-books/Fala_Escrita_Livro.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013.

NEVES, M. H. de M. Fala e escrita: a mesma gramática: In: PRETI, D. (Org.) **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009. (Projetos Paralelos, 10). p. 19-40.

OLIVEIRA, M. R. de. **Discurso parlamentar**: estratégias de retextualização. 2009, 123p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, M. R. A palavra dita e a palavra escrita no discurso parlamentar. In: II Simpósio Mundial de Língua Portuguesa, 2009, Évora, Portugal. **Anais**. Évora: Universidade de Évora, 2010. p. 78-96. Disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg42/07.pdf>. Acesso em 22 ago. 2013.

RODRIGUES, A. C. S. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos Paralelos – NURC/SP – Núcleo USP). p. 15-37.

SCHAERLAEKENS, J. Estenografia: trabalho intelectual. **Revista Taquigráfica**, Rio de Janeiro, n. 106, nov. 1949. Disponível em: <http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/variedades.htm#estenografiatrabalhointelectual>. Acesso em: 22 ago. 2013.

SOUZA, J. M. **Revisão do discurso parlamentar no Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2009. Monografia. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3626>. Acesso em: 10 jul. 2013.

VAN DIJK, T. A. On the analysis of parliamentary debates on immigration. In: REISIGL, M.; WODAK, R. (Eds.). **The semiotics of racism**. Approaches to critical discourse analysis. p. 85-103. Vienna: Passagen Verlag, 2000. Disponível em: <http://www.discourses.org/OldArticles/On%20the%20analysis%20of%20parliamentary%20debates%20on%20immigration.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. Texto y contexto de los debates parlamentarios. **Revista Electrónica de Estudios Filológicos**, n. 2, nov. 2001. Disponível em: <http://www.um.es/tonosdigital/znum2/estudios/TAvanDijkTonos2.htm>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VILELA, M.; KOCH, I. V. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

Artigo recebido em: 30.08.2013

Artigo aprovado em: 11.12.2013

Análise da estruturação de diálogos e monólogos na fala informal: quantificando as diferenças

Analysis of the structure of dialogues and monologues in informal speech: quantifying the differences

Maryualê Malvessi Mittmann*

RESUMO: Este trabalho utiliza dados de um *corpus* de fala informal para investigar diferenças na estruturação de eventos comunicativos de tipo dialógico e monológico. Argumenta-se em favor de uma análise a partir de unidades de referência próprias da modalidade falada, definidas de acordo com critérios prosódicos e pragmáticos: enunciados e unidades entonacionais. A partir de exemplos, procura-se demonstrar como a segmentação da fala em enunciados e unidades entonacionais está relacionada a uma estruturação textual mais ou menos complexa e à realização de diferentes funções comunicativas, que podem ser a de veicular uma força ilocucionária, a de atuar na composição semântica do texto, ou a de regular a interação entre interlocutores. Demonstra-se a relação entre tais unidades e a tendência da estruturação textual/semântica em monólogos e ilocucionária/pragmática em diálogos. A análise de dois textos a partir do levantamento das frequências das unidades de referência próprias da modalidade falada demonstra a possibilidade de quantificar diferenças qualitativas encontradas em diálogos e monólogos.

PALAVRAS-CHAVE: diálogo; monólogo; fala informal; pragmática.

ABSTRACT: This paper uses data from an informal speech corpus to investigate differences among dialogic and monologic communicative events. This research claims for an analysis from specific reference units of the spoken modality, defined according to prosodic and pragmatic criteria: the utterance and intonational units. We look at examples to demonstrate how the segmentation of speech into utterances and intonation units is related to a more or less complex textual structure and to different communicative functions, which can be to convey an illocutionary force, to perform semantic composition of the text, or to regulate the interaction among interlocutors. This study demonstrates the relationship between such units and the overall tendency of a more textual/semantic structuring in monologues and a more illocutionary/pragmatic structuring in dialogues. The analysis of two texts based on the frequency of the speech reference units shows the possibility of quantifying qualitative differences found between dialogues and monologues.

KEYWORDS: dialogue; monologue; informal speech; pragmatics.

1. Introdução

Este trabalho apresenta algumas reflexões acerca da estruturação e da complexidade textual de monólogos e diálogos falados a partir da análise de uma transcrição considerada típica de cada tipologia. Os dados são oriundos de um *corpus* de fala espontânea informal. Este estudo se insere no âmbito dos estudos de *corpora* e da análise linguística baseada no uso, uma

* Doutora em Linguística (UFMG).

vez que procura quantificar características qualitativas de diálogos e monólogos, demonstrando a possibilidade de tal descrição estatística, o que é extremamente relevante para o tratamento de grandes volumes de dados.

Nos estudos linguísticos, o termo diálogo é frequentemente compreendido num sentido amplo, de “fala que circula e se troca” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). O monólogo, por sua vez, é compreendido como um discurso que é dirigido ao próprio sujeito que o enuncia, ou ainda como um discurso construído por apenas um sujeito, mas dirigido a outros, que não respondem e então não participam da construção do texto, troca caracterizada pela ausência da alternância de turnos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). De modo geral considera-se o turno conversacional como sendo cada intervenção de cada interlocutor na construção do diálogo, sem restrições quanto à extensão da intervenção (GALEMBECK, 1995)¹. Tal compreensão vaga do termo diálogo não fornece base para distingui-lo do monólogo e nem para identificá-lo como uma tipologia de elaboração do discurso falado. A alternância de turnos aparece como um critério operacional, mas, como será demonstrado nesse trabalho, não é o único e nem mais importante critério para identificar um diálogo e um monólogo conforme os termos aqui propostos. Com isso, a questão sobre quais são as características linguísticas constitutivas de cada tipologia permanece.

Muitos estudos utilizam o termo “diálogo” para toda situação na qual há interação entre interlocutores. “A simples presença do ouvinte (participação implícita), já o caracteriza como agente da conversa” (SILVA, 2001, p. 131). Se esse é o caso, então não pode existir monólogo na fala espontânea, pois a interação é uma característica constitutiva de toda conversa face a face. Brait (1995), por sua vez, considera que também os destinatários indiretos de uma mensagem têm um papel importante para a dinâmica da interação. Dado que todo evento comunicativo, seja espontâneo ou não, implica em algum tipo de interação entre emissor e destinatário, conclui-se que não pode existir o monólogo enquanto tipologia conversacional.

A questão terminológica é um debate aberto e complexo. Neste trabalho, partimos de uma proposta que visa fornecer definições operacionais para os termos “diálogo” e “monólogo”, no sentido de classificar eventos comunicativos em um grupo em que os aspectos pragmáticos se sobressaem (diálogo), de outro grupo em que os aspectos semânticos se

¹ O conceito de turno será melhor discutido na seção 3.

sobressaem (monólogo). Além disso, pretende-se demonstrar que tal classificação é possível sem que seja necessária uma análise do tópico conversacional.

Para compreender e descrever a tipologia dialógica e a monológica tal como ocorrem nos contextos naturais de uso, empregam-se, neste estudo, os pressupostos teórico-metodológicos (*Teoria della Lingua in Atto*²) desenvolvidos pelo grupo do laboratório linguístico do Departamento de Italianística da Universidade de Florença (Lablita). Tais pressupostos foram desenvolvidos a partir de um amplo estudo empírico da fala espontânea, realizado a partir de *corpora* de fala adulta e infantil. A perspectiva dos trabalhos do grupo é *corpus driven*, ou seja, o linguista é comprometido com a integridade dos dados como um todo, e as descrições têm como propósito ser abrangentes com relação à evidência obtida no *corpus*. Todas as afirmações teóricas devem ser um reflexo direto da evidência provida pelo *corpus*, e os exemplos são considerados tal como ocorrem no *corpus*, sem sofrer ajustes para que se encaixem em categorias predefinidas (TOGNINI-BONELLI, 2001).

Este texto está organizado do seguinte modo: Em primeiro lugar, apresentam-se as características relevantes do *corpus* de onde foram extraídos os dados utilizados para a análise, bem como dos demais exemplos empregados no texto. A seção seguinte detalha o processo de identificação das unidades de referência da fala, tal como proposto pela linha teórica adotada neste trabalho: turnos, enunciados e unidades entonacionais. Na sequência, são apresentados e exemplificados os tipos principais de funções comunicativas empregadas nos enunciados falados. É realizada uma análise da composição de um texto monológico e um texto dialógico no que se refere às frequências das categorias e das funções comunicativas apresentadas nas seções anteriores.

2. O *corpus* e os dados da pesquisa

Os textos analisados e os dados sumarizados nas seções seguintes são oriundos do *corpus* C-ORAL-BRASIL I, um *corpus* de referência para o português brasileiro falado informal (RASO; MELLO, 2012). Trata-se de um *corpus* representativo da variação diafásica (situacional). O C-ORAL-BRASIL I é composto por 139 gravações que totalizam 208.130 palavras, equivalentes a 21h 8min de gravação (cada gravação tem, em média, 1.500 palavras). As gravações estão organizadas em duas seções, conforme tenham sido realizadas em contexto

² A *Teoria della Lingua in Atto* foi primeira e detalhadamente proposta na obra *Corpus di Italiano Parlato* (CRESTI, 2000).

familiar/privado (80% do *corpus*) ou público (20% do *corpus*). Cada seção é subdividida de acordo com o tipo da interação, conforme as seguintes definições:

- a) Conversação: resultado da interação na qual há participação ativa e contribuição linguística representativa de três ou mais sujeitos;
- b) Diálogo: resultado da interação na qual há a participação ativa e contribuição linguística representativa de dois sujeitos;
- c) Monólogo: resultado de uma interação em que há produção linguística representativa de um único falante, em uma situação em que um dos falantes desenvolve um texto complexo.

Esse *corpus* apresenta algumas vantagens importantes em relação a outros *corpora* e bancos de dados disponíveis para o português brasileiro. Em primeiro lugar, compõe-se de gravações de eventos comunicativos em situação natural, não controlada, com pouca ou nenhuma participação de pesquisador estranho aos participantes e/ou ao contexto da interação gravada. Com isso, está representada no *corpus* uma gama bastante abrangente de situações cotidianas (RASO; MELLO, 2009), a partir das quais é possível derivar explicações mais abrangentes sobre a organização dos eventos de fala espontânea do que seria possível tendo como base somente entrevistas ou diálogos pseudo-espontâneos³.

Em segundo lugar, o *corpus* oferece não apenas a transcrição das situações gravadas, mas também o som, com boa qualidade acústica. O mais importante é o fato de ser possível acessar simultaneamente a transcrição e o som correspondente, trecho a trecho, através da interface computacional WinPitch (MARTIN, 2013). Também é possível acessar o som e as transcrições através da ferramenta para pesquisas online IPIC (IPIC, 2012).


Em terceiro lugar, a transcrição busca representar fenômenos típicos da fala, tais como formas não padrão, contrações e diversos fenômenos fonéticos no nível da palavra, bem como representa as fronteiras prosódicas da fala através de um sistema de notação simples e legível (MELLO, H. R.; RASO, 2009; MELLO, H. *et al.*, 2012; MONEGLIA; CRESTI, 1997; RASO; MELLO, 2012). Toda a transcrição passou por um processo de validação (FORSØE; JONGEJAN; OLSEN, 2006; HEUVEL *et al.*, 2008), seja quanto à fidedignidade do texto com

³ Por diálogo pseudo-espontâneo entendem-se os eventos comunicativos, relativamente comuns em *corpora* de língua falada, em que duas ou mais pessoas (normalmente, uma delas é o pesquisador) são colocadas juntas e é oferecido um tópico de discussão para que produzam um diálogo que é, então, gravado. Tal situação é artificial e tem pouca chance de ocorrer naturalmente na vida cotidiana. Um diálogo espontâneo, por outro lado, é fortemente ancorado na situação que leva duas ou mais pessoas a se comunicarem, como quando, por exemplo, os interlocutores se reúnem para realizar algum tipo de tarefa em conjunto.

relação ao som, como também quanto aos critérios de transcrição das formas não padrão. A anotação das fronteiras prosódicas passou por um processo complexo de validação que garante a uniformidade e consistência da aplicação dos critérios de segmentação (CÔRTEZ *et al.*, 2011; MELLO, H. R.; RASO, 2009; MITTMANN *et al.*, 2010; MONEGLIA *et al.*, 2010; RASO; MELLO, 2012; RASO; MITTMANN, 2009)⁴.



As transcrições do C-ORAL-BRASIL I utilizam o padrão CHAT (MACWHINNEY, 2000), ao qual foram acrescentadas algumas modificações para a anotação das fronteiras prosódicas (MONEGLIA; CRESTI, 1997), conforme o padrão já adotado pelos corpora C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005), com os quais o C-ORAL-BRASIL I é comparável. A anotação das fronteiras prosódicas foi realizada com base na percepção dos transcritores e envolveu o registro de diferentes tipos de fronteira prosódica⁵, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Tipos de fronteiras prosódicas e simbologia utilizada na transcrição do C-ORAL-BRASIL I

Fronteira prosódica	Avaliação perceptual	Símbolo
Fronteira terminal (limite de enunciado)	Limite de uma sequência linguística concluída prosodica e pragmaticamente; segmento completamente autônomo/interpretável na situação comunicativa. 	//
	Ex. (a): *GUI: é a terceira // vão lá // foi // isso // (bpubdl03)	
	Interrupção do discurso pelo próprio falante ou por interlocutor, limite de segmento incompleto prosodica e pragmaticamente. Ex. (b): *GIL: não / e o Durepox / eu vou + tinha um &car + (bfamcv01)	+
Fronteira não terminal (limite de unidade entonacional)	Unidade prosodicamente completa, porém não pragmaticamente autônoma; segmento menor do que o enunciado.	/

⁴ Por se tratar de um trabalho manual, naturalmente há a ocorrência de erros. A validação assegura que a quantidade de erros de transcrição e segmentação não ocorra acima de uma margem considerada aceitável.

⁵ A fronteira prosódica não deve ser confundida com a pausa. A pausa (silêncio) é uma das formas de sinalizar uma fronteira prosódica, mas não é a única possibilidade. Variações perceptíveis na frequência fundamental, intensidade da voz e velocidade de elocução são alguns dos parâmetros que codificam uma fronteira prosódica.

	 <p>Ex. (c): *BAL: quando sai / nũ é stop // (bfamdl032)</p>	
	<p>Disfluência no discurso devida a problemas de execução da fala, em que normalmente o falante se corrige e repete alguma parte da locução (<i>retracting</i>). O número indica o número de palavras envolvidas no fenômeno.</p>  <p>Ex. (d): *ROG: aqui já tá dando [/4] <u>aqui já tá dando a altura</u> // (bpubmn01)</p>	[/ <i>n</i> ^o]

Exemplos extraídos do DVD do C-ORAL-BRASIL I (RASO; MELLO, 2012). Arquivos de áudio fornecidos como documentos suplementares.

É importante observar que os critérios de segmentação acima são de natureza prosódica e pragmática, e não lógico-sintática. Sequências “incompletas” do ponto de vista lógico-sintático são frequentes na fala espontânea e podem constituir sequências linguísticas completas e concluídas do ponto de vista prosódico e interpretáveis do ponto de vista pragmático (MONEGLIA, 2011). Esse critério será discutido em detalhe na seção seguinte.

As fronteiras prosódicas de tipo terminal marcam os limites das unidades mínimas de composição dos textos falados, os enunciados, conceito que será mais detalhado adiante⁶. Se analisarmos um texto escrito, quanto maiores forem os períodos, em número de palavras, tendencialmente maior será a sua complexidade estrutural, em termos, por exemplo, da ocorrência de fenômenos como coordenação, encaixamentos e subordinação. Pode-se formular a hipótese de que, de modo análogo, quanto mais longos forem os enunciados de um texto falado, mais complexos estruturalmente serão. Logo, o número de palavras pode, em princípio, ser usado como medida da complexidade de um texto, desde que conhecidas as suas condições de produção.

A Tabela 1 mostra um resumo do total de palavras e de enunciados nas conversações, diálogos e monólogos do *corpus* C-ORAL-BRASIL I, bem como o cálculo do número médio de palavras por enunciado em cada tipologia de interação. Observe-se que, em termos de número de palavras, os três tipos de interação estão balanceados, com 66.434 palavras nas conversações (31,9%), 73.358 palavras nos diálogos (35,2%) e 68.338 palavras nos monólogos

⁶ Fazendo-se uma analogia com corpora de língua escrita: um enunciado está para um texto falado assim como o período está para um texto escrito.

(32,8%). Já as proporções de enunciados em cada tipo de interação são muito semelhantes entre conversações e diálogos, com, respectivamente, 12.975 (38%) e 13.981 (40,9%) enunciados, porém distantes dos monólogos, que apresentam 7.211 (21,1%) de enunciados.

Tabela 1: Número de palavras, de enunciados, em valores absolutos e percentuais, e média de palavras por enunciado nas seções do C-ORAL-BRASIL I

Tipo de interação	Palavras		Enunciados		Média de palavras por enunciado
	nº	%	nº	%	
Conversações	66434	31,9%	12975	38,0%	5
Diálogos	73358	35,2%	13981	40,9%	5
Monólogos	68338	32,8%	7211	21,1%	9
Total	208130	100%	34167	100%	6

Dados brutos extraídos do DVD C-ORAL-BRASIL I (RASO; MELLO, 2012).

Naturalmente, a média de palavras por enunciado expressa bem a semelhança entre conversações e diálogos e sua distância com relação aos monólogos. Essas características ficam mais evidentes se observarmos as médias de palavras por enunciado de todas as gravações do *corpus*, conforme mostra o Gráfico 1. Vê-se que, além de apresentar valores médios semelhantes (de palavras por enunciado), essas médias nas conversações e nos diálogos são muito mais uniformes, apresentando uma variação bem menor do que a observada nos monólogos.

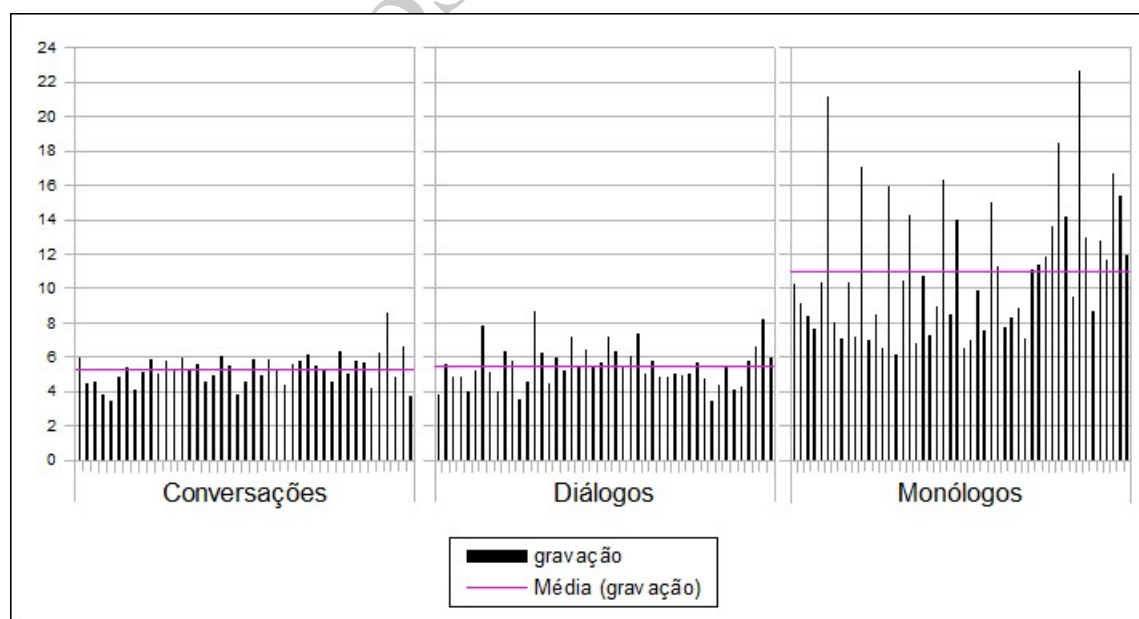


Gráfico 1: Média de palavras por enunciado nas gravações do C-ORAL-RBASIL I por tipo de interação.

A partir desses dados assume-se que, em termos de estruturação dos enunciados, é pouco provável que haja diferenças importantes entre conversações e diálogos. Devido a isso, neste trabalho decidiu-se por considerar as conversações e diálogos como um único grupo homogêneo (dialógico). É importante ressaltar que, devido ao maior número de participantes, as conversações apresentam maior disputa de turnos e, com isso, há maior presença de falas sobrepostas. Assim, para simplificar a discussão e eliminar possíveis elementos confundidores, justifica-se que, para a análise qualitativa, tenha sido elegido um diálogo e não uma conversação.

Ao mesmo tempo, o Gráfico 1 mostra que, na fala informal, o monólogo é um tipo que apresenta grande variação em termos de como estão estruturados os enunciados. É preciso lembrar que se trata de um *corpus* de fala informal gravada em situações do cotidiano, portanto, sempre existe interação entre o monologante e seus interlocutores. A interação é um fenômeno sociocultural e faz parte de todo ato de linguagem (BRAIT, 1995). Devido a isso, há monólogos cuja média de palavras por enunciado assemelha-se a alguns dos diálogos ou das conversações, e isso é provavelmente devido às características da situação gravada e particularidades dos interlocutores. Por outro lado, há vários casos extremos, em que as intervenções dos ouvintes são mínimas, produzindo um texto que poderia ser considerado um monólogo “perfeito”. Como o objetivo deste recai sobre a estruturação dos enunciados em diálogos e monólogos da fala espontânea informal, não foram escolhidos exemplos com características extremas para a análise, mas sim dois fragmentos representativos da fala informal dialógica e monológica de modo mais geral.

3. Unidades naturais de estruturação dos textos falados: turno, enunciado, unidade entonacional e estrofe

Até não muito tempo atrás, eventos de fala complexos, como o discurso, só podiam ser analisados com base exclusiva em seu registro escrito. Com isso, os estudos realizados estavam limitados a verificar a existência, no discurso falado, de estruturas idênticas às encontradas nos textos escritos. Entretanto, atualmente, a tecnologia vem permitindo o registro e a recuperação do som. Equipamentos de gravação portáteis e sem fio, o desenvolvimento de mídias digitais de grande capacidade, o aumento do desempenho em termos de processamento e memória dos computadores pessoais com custos cada vez mais acessíveis permitiram o desenvolvimento de novas técnicas e instrumentos de análise, propiciando aos pesquisadores a exploração de dados

de fala produzidos fora de laboratório e em contextos naturais diversificados. O avanço tecnológico foi fundamental, pois com o som disponível, o pesquisador não mais se limita a investigar os elementos linguísticos facilmente codificados através de representações gráficas, que capturam bem os fenômenos do nível segmental da linguagem, mas pode também considerar em sua análise informações do nível suprasegmental.

No escopo deste trabalho, considera-se que o som é uma propriedade constitutiva da fala, logo, é importante analisar a fala tomando como base o dado acústico, não apenas a transcrição. Na comunicação, qualquer tipo de código é, necessariamente, limitado pelas possibilidades que o meio e o canal de difusão apresentam. Pelo fato de ser transmitida pelo som, a fala desenvolve-se linearmente no tempo, está condicionada às limitações da memória humana, apresenta pouca possibilidade de reelaboração (por exemplo, não se pode “apagar” aquilo que já foi dito, apenas tentar rephrasing). Considere-se a seguinte sequência de fala espontânea, realizada em situação natural (extraída do *corpus* C-ORAL-BRASIL I), apresentada sem qualquer anotação em (1).



(1) não não acho que aquilo tem que fazer um ponto (bfamd126)⁷

Em relação à presença de duas partículas de negação em sequência, pode-se formular, ao menos, duas hipóteses de interpretação: (1a) O primeiro “não” funcionaria como uma resposta ao interlocutor e não está relacionado ao segundo. O segundo “não” estaria operando sobre o verbo “acho”, produzindo uma sentença negativa. (1b) Tanto o primeiro quanto o segundo “não” são uma resposta ao interlocutor. Nenhum deles opera sobre o verbo “acho”, produzindo uma sentença afirmativa.

(1a) Não. Não acho que aquilo tem que fazer um ponto.

(1b) Não, não. Acho que aquilo tem que fazer um ponto.

⁷ A informação entre parênteses refere-se ao nome do arquivo que contém o exemplo, fornecido como documento suplementar. Neste exemplo, há dúvida quanto à transcrição da palavra “aquilo”, que pode ser ouvida como “aqui”. Na fala representada no corpus, são muito comuns os fenômenos de apócope, e o contexto anterior sugere que a forma empregada pela falante seja “aquilo” (o que não exclui a possibilidade de erro de transcrição).

Se for levada em consideração apenas a dimensão morfossintática, de que maneira seria possível identificar o escopo da negação em tal caso? Entretanto, ao escutar a gravação do exemplo, não se tem nenhuma dúvida sobre a interpretação adequada, nesse caso, a opção (1b).

Em face da massa fluida que é a fala, uma tarefa fundamental do pesquisador é identificar as unidades de análise, que poderão variar de acordo com o escopo do trabalho: estruturas menores que a palavra, a própria palavra, estruturas maiores do que palavra. Qualquer uma dessas opções traz seus desafios para o pesquisador que quer compreender a fala espontânea. Contudo, este trabalho concentra-se sobre a identificação de unidades de referência maiores do que a palavra.

Conforme argumenta Moneglia (2011), na língua escrita, é clara a identificação de unidades linguísticas maiores do que a palavra (unidades da estrutura argumental, sentenças, orações, termos nucleares e dependentes), pois a língua escrita pode tranquilamente ser segmentada de acordo com critérios sintático-semânticos. Na fala, pelo contrário, é muito difícil utilizar esses mesmos critérios para identificar unidades de referência. “Na língua falada as frases se apresentam mais independentes umas com relação às outras, e sua identificação e classificação funcional constitui problema de difícil solução” (RODRIGUES, 1995, p. 22). Evidências de *corpora* orais têm mostrado que uma parte significativa dos eventos de fala não apresentam um verbo e não podem ser analisadas conforme parâmetros sintáticos empregados facilmente na escrita (BIBER *et al.*, 1999; CRESTI, 2005; RASO; MITTMANN, 2012). Se a complexidade na escrita pode ser facilmente medida em termos da ocorrência de certas estruturas sintáticas, na língua falada isso parece ser mais complicado. Porém, se tomarmos o dado acústico como ponto de partida, essa tarefa torna-se um pouco mais simples, como demonstrado pelo exemplo anterior.

Em uma primeira instância, o elemento da comunicação face a face que se percebe de maneira mais natural é o turno dialógico, caracterizado pela alternância nos papéis falante-ouvinte dos interlocutores. O turno conversacional é definido como cada intervenção de cada interlocutor na construção do diálogo, sem restrições quanto à extensão da intervenção (GALEMBECK, 1995).

Conforme Galembeck (1995), os interlocutores podem interagir em uma relação simétrica ou assimétrica no tocante à sua participação na conversa. Para definir a simetria ou assimetria, utiliza-se o conceito de “tópico conversacional” definido como o assunto sobre o qual se fala. Em uma conversação simétrica, cada interlocutor contribui de forma efetiva para

o desenvolvimento do tópico conversacional; os interlocutores tem um objetivo comum de discutir acerca do mesmo tópico e expor seus pontos de vista. Na conversação assimétrica, há predomínio de um dos interlocutores (identificado como “falante”) no desenvolvimento do tópico conversacional, na forma de turnos com valor referencial nítido (turno nuclear). O outro interlocutor (identificado como “ouvinte”) realiza intervenções “secundárias” em relação ao tópico conversacional, enfraquecidas de conteúdo referencial e que sinalizam que o ouvinte está acompanhando a conversação (turno inserido). Percebe-se que o conceito de “tópico conversacional” é fundamental no entendimento de turno, conforme proposto em Galembeck (1995). Em uma relação de simetria, os interlocutores alternam-se realizando turnos nucleares que contribuem para o desenvolvimento de um mesmo tópico. Já em uma situação de assimetria, pode ocorrer que o falante desenvolva um único turno nuclear entrecortado por turnos inseridos do ouvinte. Esse fenômeno é chamado de “turno em andamento”, o que significa que o turno do falante é entrecortado por turnos inseridos (não nucleares) do interlocutor.

Em realidade, tal “fragmentação” do turno é, muitas vezes, um subproduto da transcrição. Isso porque não existe, muitas vezes, uma real alternância entre as falas dos interlocutores. As falas de falante e ouvinte, em uma situação de assimetria, são, muitas vezes, cotemporâneas, ou, até mesmo, sobrepostas. Os turnos inseridos tendem a ocorrer em paralelo ao desenvolvimento do turno nuclear. Naturalmente, a transcrição lineariza os eventos de fala de modo que se tem uma falsa impressão de alternância de falas.

Percebe-se aí uma dificuldade em utilizar o turno como unidade de referência. Visto que seu conceito está atrelado à noção de tópico conversacional, seria necessária uma análise do conteúdo de um texto para definir quantos e quais são os turnos que o compõe, e a anotação dos tipos de turnos gera ainda mais uma dificuldade na transcrição da fala. Conforme defende Cresti, o turno dialógico não pode ser considerado a unidade de referência da língua falada. Isso se deve ao fato de que o turno não é delimitado em termos linguísticos: não há marcas codificadas linguisticamente que definem o início e o fim de um turno, a interpretação de tais eventos é de ordem cognitiva e não linguística (CRESTI; GRAMIGNI, 2004).

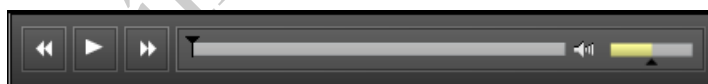
A consideração das propriedades entonacionais da fala lança luz sobre esta questão. As variações na melodia da fala, associadas a variações de intensidade e de velocidade de elocução (ou seja, a prosódia) produzem o efeito acústico de segmentação (*parsing*) da fala em unidades

discretas. A prosódia, então, nos fornece um critério linguístico operacional para segmentar o fluxo da fala. Observe-se o exemplo (2).



(2) *BRU: não // assim // (bfamcv04, 195-196)⁸

O exemplo (2) foi extraído de uma gravação em que quatro participantes, dois rapazes (LUC e CEL) e duas moças (BRU e HEL), estão jogando “Imagem e Ação”. O exemplo (2) refere-se ao momento em que uma das participantes (BRU) explica para a outra (HEL) as regras do jogo Imagem e Ação, mostrando que tipo de gestos são permitidos durante o jogo. Conforme pode ser verificado pela oitiva das gravações, em (2), o envelopamento prosódico permite interpretar que “não” e “assim” são independentes entre si. Cada unidade delimitada pela barra dupla na transcrição corresponde a uma locução autônoma do ponto de vista comunicativo. Basta escutar cada unidade em isolamento para verificar que ambas são unidades melodicamente concluídas e interpretáveis em isolamento. É possível identificar dois eventos de fala distintos: primeiro, a falante BRU está, provavelmente, dando uma resposta à interlocutora HEL. Depois, BRU fornece uma instrução e/ou mostra algo à interlocutora HEL. O mesmo critério perceptual pode ser aplicado a sequências maiores. Veja-se o exemplo (3), extraído da mesma gravação, em trecho posterior.



(3) *BRU: então é objeto //
 *CEL: objeto //
 *BRU: tem um ali que é o mais difícil // lazer // (bfamcv04, 412-416)

Com base na segmentação natural produzida pelos falantes através da prosódia, identificam-se as unidades de referência da fala utilizando um critério linguístico (a prosódia). Ademais, também se estabelece uma relação direta entre a unidade prosodicamente delimitada com as ações comunicativas. Estabelecer essa relação é importante, já que a fala espontânea é sempre motivada pela situação comunicativa, na qual estão presentes duas ou mais pessoas que

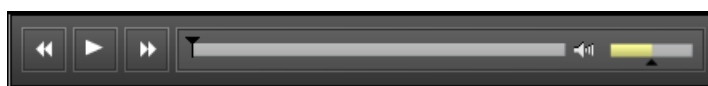
⁸ As informações entre parênteses referem-se, respectivamente, ao nome do arquivo no corpus C-ORAL-BRASIL I de onde foi extraído o exemplo, seguido do intervalo de enunciados, tal como visualizado no alinhamento do texto com o som através do software WinPitch.

interagem. Conforme Brait (1995, p. 195), “os falantes não somente trocam informações e expressam ideias, mas também, durante um diálogo, constroem juntos o texto”. A partir da interação entre os interlocutores em uma dada situação é que emerge o discurso falado (CRESTI; SCARANO, 2000; NENCIONI, 1983), e essa interação, do ponto de vista linguístico, é caracterizada pelas ações comunicativas do falante em relação ao ouvinte.

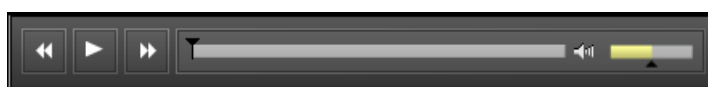
Note-se que as unidades delimitadas prosodicamente nos exemplos (2) e (3) também correspondem às ações realizadas pelos falantes (resposta, instrução, asserção, etc.), ou seja, tais unidades expressam atos de fala (AUSTIN, 1962). De acordo com a tradição austiniana, o ato de fala é a unidade básica da comunicação, sendo formado por locução, ilocução e perlocução. Já é bem estabelecido o papel da prosódia como forma de codificar valores ilocucionários na língua falada. Também é muito fácil demonstrar que uma mesma locução pode expressar ilocuições muito diferentes, como uma ordem e uma pergunta, por exemplo. Chega-se assim ao conceito de enunciado, definido enquanto componente linguístico do ato de fala (ou seja, a locução). Um enunciado é toda e qualquer sequência linguística que se apresente como suficiente e autônoma do ponto de vista pragmático. Os enunciados são as entidades linguísticas (locuções) que veiculam as ações (ilocuções) em um ato de fala (CRESTI; GRAMIGNI, 2004; CRESTI; MONEGLIA, 2010; CRESTI, 2000).

A segmentação do contínuo fônico em enunciados é, portanto, realizada através de variações prosódicas perceptivelmente relevantes no contínuo da fala, que o dividem em unidades prosódicas discretas e autônomas do ponto de vista comunicativo (MONEGLIA; CRESTI, 1997; MONEGLIA *et al.*, 2010). As fronteiras prosódicas que delimitam os enunciados são chamadas de terminais, pois marcam o limite de uma unidade terminada do ponto de vista perceptual.

Nem sempre, contudo, o enunciado é realizado em um único envelope prosódico. É muito comum que um único ato de fala seja realizado através de um enunciado que apresenta uma segmentação interna. Vejam-se os exemplos (4), (5) e (6).



(4) *BAL: quando sai / ãũ é "stop" // (bfamd132, 39)



(5) *JOR: e esse caso / que acontecia / marcava muito // (bfammn06, 33)



- (6) *CAR: a única coisa que eu fiquei muito triste que eu não falo perto dela / Maira / é que / quando fez oito dia que ela tava com a gente / eu / não falo perto dela / porque / isso ela não sabe / é que / &he / a mãe / mandou buscar porque tinha vendido ela por seiscentos reais // (bfammn05, 53)

Nesses exemplos, pode-se perceber que os fragmentos delimitados pela barra simples não representam enunciados completos, pois não são prosódica e nem pragmaticamente autônomos. As fronteiras prosódicas que delimitam unidades menores do que o enunciado são chamadas de fronteiras prosódicas não terminais. As fronteiras prosódicas não terminais delimitam as unidades entonacionais que formam um enunciado complexo (MONEGLIA; CRESTI, 2001).

Assim, verifica-se que um enunciado pode ser formado por apenas uma unidade entonacional (exemplos 2 e 3), ou por duas ou mais unidades entonacionais (exemplos 4, 5 e 6). No primeiro caso, o enunciado é simples, por possuir apenas uma única unidade em sua composição. No segundo caso, o enunciado é complexo, pois é formado por várias unidades.

4. Relação entre entonação e função

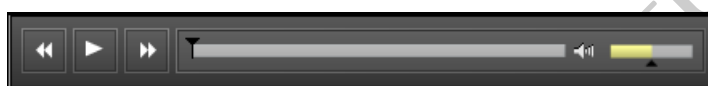
Verificamos que a prosódia delimita dois tipos de fronteiras entre sequências linguísticas: fronteiras que marcam unidades entonacionais prosodicamente autônomas e fronteiras que marcam unidades entonacionais prosodicamente não autônomas. Ao analisar os enunciados que são formados por mais de uma unidade entonacional, como o exemplo (4), é possível notar duas características principais. Primeiro, as unidades que compõem um enunciado complexo, “quando sai” e “nũ é 'stop””, apresentam um contorno prosódico distinto. Segundo, uma das unidades é autônoma do ponto de vista prosódico e pragmático (“nũ é 'stop”), ao passo que a outra (“quando sai”), não⁹. A unidade que apresenta autonomia corresponde ao núcleo do enunciado, pois é essa unidade que carrega a força ilocucionária e, portanto, fornece a autonomia pragmática ao enunciado (CRESTI; MONEGLIA, 2010; CRESTI, 2000, 2011).

Isso significa que as unidades entonacionais podem carregar informação que é pragmaticamente autônoma (força ilocucionária) ou informação de outra natureza. A unidade

⁹ Para confirmação dessa afirmação, basta escutar cada unidade em separado.

nuclear do enunciado, que carrega a força ilocucionária, é chamada de Comentário. Essa unidade é realizada com as características prosódicas típicas da ilocução que veicula. Um enunciado formado por apenas uma unidade entonacional corresponde a um enunciado formado pela unidade de Comentário. Se um enunciado tem mais do que uma unidade entonacional, uma delas, obrigatoriamente, será o Comentário, enquanto as demais terão outras funções.

As unidades de um padrão informacional podem ter funções textuais ou dialógicas. Identificam-se como apresentando funções textuais as unidades informacionais que constroem ou agem diretamente sobre o texto, agregando conteúdo referencial e/ou proposicional. As unidades dialógicas são aquelas que operam sobre a situação comunicativa ou sobre o interlocutor, para garantir o bom funcionamento da comunicação. Vejam-se os exemplos (7) e (8):



(7) *TER: **é que ea ganhou tudo / né** // (bfamcv02, 9)



(8) *DUD: pô / Mailton / *eu nã entendo muito de cobra não / mas essa história daí / eu acho que quem matou o cara foi a mulher dele* / hein // (bfammn01, 92)

Nos exemplos, estão sublinhas as unidades que não tomam parte da composição do conteúdo semântico do texto, mas que servem para regular a interação, são chamadas de unidades dialógicas e podem ser associadas ao que outras tradições chamam de marcadores discursivos. As demais unidades (em itálico) desempenham funções relacionadas à elaboração textual e, entre essas, destaca-se, em negrito, a unidade nuclear (Comentário)¹⁰.

Estudos baseados em *corpora* de fala espontânea propiciaram a identificação de seis funções dialógicas (FROSALI, 2008), apresentadas no Quadro 2.

¹⁰ Foge ao propósito deste trabalho apresentar uma descrição das propriedades prosódicas particulares de cada função informacional. Para uma descrição dessas características para o português vejam-se os trabalhos de MITTMANN, 2012; OLIVEIRA, 2012; RASO; GOULART, 2009; ROCHA, 2011; ROCHA, 2012; VALE, 2010.

Quadro 2: Funções dialógicas

Nome	Abreviatura	Função
Incipitário	INP	Abrir o canal comunicativo, ao mesmo tempo, expressar um contraste (oposição) com relação ao enunciado anterior.
Conativo	CNT	Apelar ao interlocutor para que participe do diálogo de modo adequado, ou fazer com que o interlocutor mude seu comportamento não colaborativo.
Fático	PHA	Controlar o canal comunicativo, assegurando sua manutenção, estimular a coesão social necessária durante o diálogo, assegurar que o enunciado tenha sido recebido.
Alocutivo	ALL	Especificar para quem a mensagem é dirigida, manter a atenção do interlocutor.
Expressivo	EXP	Atuar como um suporte emocional para a ilocução, assinalar o pertencimento a uma mesma afiliação social por parte dos interlocutores, marcar a coesão social.
Conector Discursivo	DCT	Unir diferentes porções de discurso (enunciados ou mesmo turnos), ao mesmo tempo, expressar a continuidade do discurso e marcar o tipo de relação lógico-semântica existente entre as unidades

Baseado em (CRESTI, 2000; PANUNZI; GREGORI, 2011).

As principais funções textuais, com exceção da função de Comentário, são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Funções textuais

Nome	Abreviatura	Função
Tópico	TOP	Fornecer uma referência cognitiva para o ato de fala, permitir que o ato de fala seja distanciado do contexto extralinguístico da situação para que seja ancorado ao contexto estabelecido linguisticamente
Apêndice de Comentário	APC	Integração textual ao comentário.
Apêndice de Tópico	APT	Informação retardada com relação ao Tópico, adicionar informações mais específicas para o interlocutor.
Parentético	PAR	Adicionar informação metalinguística, expressar um valor modal.
Introdutor Locutivo	INT	Assinalar uma mudança de ponto de vista na sequência subsequente, como o discurso reportado.

Baseado em (CRESTI, 2000; PANUNZI; GREGORI, 2011).

De modo geral, um enunciado é composto de apenas uma unidade de Comentário, porém, é possível que em um enunciado ocorram duas ou mais unidades que carregam uma força ilocucionária. Essa situação é verificada em duas estratégias comunicativas diferentes, descritas na sequência.

Um enunciado pode conter mais de um comentário e ser estruturado na forma de um padrão ilocucionário, em que cada Comentário está unido por um modelo prosódico convencional. Nesse caso, ocorre o que se chama de Comentários Múltiplos (CMM). Isso ocorre quando dois ou mais valores ilocucionários são unidos em um enunciado com vistas a produzir um determinado efeito retórico (PANUNZI; GREGORI, 2011) que não poderia ser realizado de outra maneira, tal como ocorre no reforço, na comparação, nas alternativas e nas listas. Vejam-se os exemplos (9), que apresenta uma alternativa, e (10), que apresenta uma lista.

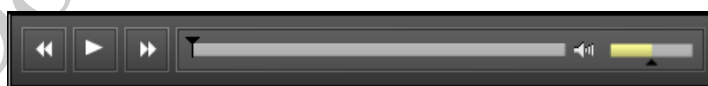


(9) *SIL: **ou é vinho bom caro / ou é cerveja** // (bfamd104, 161)



(10) *EUG: quer dizer / **isso aqui nũ tem outono / nũ tem inverno / nũ tem verão** // (bpubd102, 26)

Outra possibilidade é que os Comentários apresentem valores ilocucionários que não realizam um efeito retórico unitário. Nesse caso, a sequência de Comentários é caracterizada por valores ilocucionários homogêneos (tendencialmente, as ilocuções pertencem a uma mesma classe) e acionalmente fracos (tendencialmente ilocuções da classe dos atos representativos, como asserções). Veja-se o exemplo (11), que é composto por uma sequência desse tipo.



(11) *JOR: nós temos vinte-e-cinco funcionários / dentro de Minas Gerais / atuando / com a base nossa aqui em [1] na capital / e hoje nós tamos / numa média de &future [1] faturamento de um-milhão-e-meio a um-milhão-e-setecentos-mil reais / mês // (bfammn06, 71)

Os Comentários Ligados (COB), como são chamados, representam uma simples junção progressiva de unidades nucleares. Esta estratégia de elaboração do texto falado está relacionada à operação cognitiva de formulação processual do texto (CRESTI, 2000;

PANUNZI; GREGORI, 2011). A rigor, uma sequência linguística composta por Comentários Ligados não é chamada de enunciado¹¹, mas recebe o nome de estrofe (CRESTI, 2009; PANUNZI; SCARANO, 2009).

Diferente do que ocorre no enunciado, cujas unidades nucleares podem ser um Comentário ou Comentários Múltiplos, em uma estrofe, o objetivo principal do falante não é realizar uma ação, tal como fazer um pedido, um agradecimento, um cumprimento, uma declaração, etc.. Na estrofe, o objetivo pode ser narrar uma história, argumentar, descrever, etc. Observa-se, com isso, um deslocamento de uma estratégia de elaboração dialógica e acional (enunciado), mais ancorada na situação e mais dependente da interação entre os participantes, para uma elaboração monológica e textual (estrofe), que é pouco ancorada na situação e é menos afetada pela interação entre os participantes.

5. Constituição de diálogos e monólogos

Uma vez definidas as unidades de referência da fala, resta agrupar uma amostra composta de diálogos e monólogos e analisar as características de cada tipologia para, assim, descrevê-las. Entretanto, ao lidar com dados naturais, em muitos casos, a tarefa de classificar um texto como monólogo ou diálogo pode ser difícil, já que a oposição diálogo/monólogo na fala informal é tendencial, não absoluta. No entanto se queremos estudar as características de cada tipologia, é necessário utilizar um instrumento de classificação. Basear-se no conceito de alternância de turnos não é uma boa solução, já que na fala informal os turnos não são necessariamente uma marca confiável da dinâmica comunicativa, como será demonstrado adiante. Propor uma classe intermediária que englobe os casos duvidosos também não resolve a questão de fundo, pois simplesmente faz desviar de encontrar uma resposta ao problema básico: qual a característica constitutiva daquilo a que chamamos de “diálogo” e daquilo a que chamamos “monólogo”?

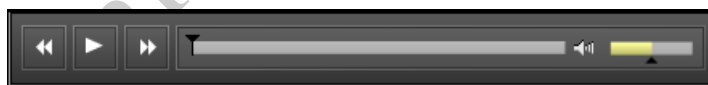
Primeiramente, é preciso lembrar que a fala espontânea tem como característica o fato de ser planejada e produzida no momento próprio da interação (NENCIONI, 1983; RODRIGUES, 1995). Segundo Rodrigues (1995, p. 19), uma conversação “se estabelece e se mantém na medida em que exista algo sobre o que conversar”. Desse ponto de vista, o planejamento do discurso falado é orientado, entre outros fatores, pelo tópico conversacional.

¹¹ Isso porque o conceito de enunciado está ligado ao cumprimento de um único ato de fala, logo, à realização de um único valor ilocucionário, seja ele simples ou composto, como no caso dos Comentários Múltiplos.

Segundo a autora, “a conversa sempre gira em torno de um assunto ou tema, condição indispensável para a coerência do produto da conversação, isto é, do texto conversacional” (RODRIGUES, 1995, p. 20).

Naturalmente, o tópico conversacional é um fator importante para o planejamento do discurso falado. Entretanto, os dados sobre os quais foi realizada a análise da autora (inquéritos do NURC), têm como característica serem interações como entrevistas e diálogos pseudo-espontâneos. Como decorrência, não se encontram muitas situações com maior ativação pragmática (em que há predominância de enunciados), e isso, naturalmente, faz sobressair a riqueza do conteúdo semântico e sintático das produções dos falantes (nas quais predominam as estrofes). No presente trabalho, adota-se outra perspectiva, na qual a ativação afetiva é o ponto de partida para a realização de qualquer comunicação e esta é organizada em estruturas linguísticas voltadas para a realização de ações, ou atos de fala. O fundamento pragmático estaria, por assim dizer, no primeiro nível do planejamento do discurso (“que ação irei realizar”). As dimensões semântica e morfossintática participam do planejamento do discurso em termos da organização do conteúdo locutivo dos enunciados.

Também é importante considerar que as ações e reações dos interlocutores em uma situação comunicativa espontânea não são, necessariamente, linguísticas, conforme lembra Silva (2001). Nesse sentido, verifica-se que, para definir o que constitui um diálogo e o que constitui um monólogo não se pode considerar somente a dimensão do turno, pois a divisão de uma interação em turnos, em uma transcrição de fala, pode ser enganosa, como mostra o exemplo (12).



(12) *GUI: volta aqui / faz força // mais // beleza // contrai o abdômen / joga o tronco só um pouquinho pra frente // aí // beleza // descansou // vou baixar um pouquinho mais // vai // pera aí // deixa eu passar a faixa // aí // vai // força // aqui / pra frente // isso // pesado //

*TOM: é / leve nã é não // (bpubdl03, 118-136)

O exemplo (12) é um trecho de uma interação entre um treinador (GUI) e seu aluno (TOM) durante uma aula de musculação. Ao longo de toda a gravação, nota-se que o treinador é o interlocutor que tem a palavra na maior parte do tempo, como ilustra o trecho em (12). Os turnos de GUI tendem a ser longos, sendo apenas interrompidos por breves manifestações de TOM. Contudo, ao avaliar a dinâmica dessa situação, percebe-se que essa apresenta, na

verdade, grande interação entre os participantes. As ações linguísticas de GUI são respondidas por seu interlocutor na forma de ações concretas (não linguísticas). Todos os enunciados de GUI são dirigidos a TOM, e dele se espera uma determinada reação, ou seja, que ele faça algo¹². Se, em um diálogo, o falante ignora as reações do interlocutor, não há cooperação e a comunicação fica comprometida. Neste caso, TOM é colaborativo e a interação entre instrutor e aluno ocorre normalmente, com isso fica evidenciado que a gravação retrata uma situação dialógica. Mesmo que ocorra uma relação de assimetria (em termos de produção linguística) entre os turnos de TOM e de GUI, há uma simetria no que se refere às ações esperadas de cada um na situação.

O inverso também pode ocorrer nos eventos comunicativos espontâneos, isto é, é possível que uma gravação que mostre muita alternância de turnos seja, em verdade, um monólogo. No exemplo (13), note-se que a relação entre falante e ouvinte é muito distinta do que ocorre no exemplo (12). Em (12), cada enunciado de GUI depende da reação de TOM ao enunciado anterior. Já em (13), as interferências de LUC não acrescentam informação ao texto, e a falante DFL segue na construção da narrativa, a qual é pouco afetada pelas intervenções do ouvinte LUC.



- (13) *DFL: que o meu avô / era de uma família abastada / porque o professor ia em casa / nã ia po grupo não // ia em casa / o professor / ensinava / a ler / escrever / noções de geografia / história / ciência /
 *LUC: hum hum //
 *DFL: / aquilo que o / professor achava mais importante // e ele então nã teve / uma escola //
 *LUC: <hum hum> //
 *DFL: <ele> teve / &he / um professor // que foi em casa / que o instruiu // tinha uma &la [1] caligrafia maravilhosa / <que mamãe> tinha até o cartão dele / mamãe falava que ele tinha um português correto //
 *LUC: <hum hum> //
 *DFL: mas ele quis que todos os filhos estudassem // formassem //
 *LUC: hum hum //
 *DFL: o mais velho / &ti [1] &Fla [1] chamava Flaviano + porque a minha bisavó chamava Flávia Augusta //
 *LUC: hum hum // (bfammm02, 53-68)

¹² O que seria o componente perlocutório do ato de fala, conforme Austin (1962).

Frequentemente a interação entre o “ouvinte” para com o “falante” é realizada na forma de enunciados que manifestam acordo, como os “humhums” do exemplo (13), equivalentes ao que Galembeck (1995) classifica como “turnos inseridos”, intervenções secundárias em relação ao tópico conversacional e cujo conteúdo referencial é restrito ou ausente. Conforme Silva (2001), em uma conversa face a face, o ouvinte manifesta para o falante sinais que confirmam que está entendendo e que o falante pode prosseguir com a palavra, sinais estes que podem ser não verbais, como sinais com a cabeça ou olhar, e sinais verbais, com o uso de expressões tais como “uhn”, “sim”, “de acordo”. Naturalmente, o falante leva seu ouvinte em consideração na produção do diálogo (SILVA, 2001) e os enunciados são planejados de acordo com o ouvinte, da sua relação com ele e também de outros aspectos do contexto situacional (RODRIGUES, 1995). Porém, conforme mostrado nos exemplos, nos textos classificados como monólogos, um dos interlocutores tem um certo objetivo comunicativo e o desenvolve em uma relação de necessária assimetria com seus interlocutores. Conforme afirma Silva (2001), o ouvinte interfere na fala do monologante com sinais não verbais e verbais, ou seja, o ouvinte também interfere no desenvolvimento da conversa, mas “nem por isso vamos dizer que ele assume papel de falante, pois as breves intervenções do ouvinte não significam que ele se torna, de fato, o detentor da palavra nem assume o comando do diálogo” (SILVA, 2001, p. 131).

A partir daí pode-se entender que a acionalidade de um texto (NENCIONI, 1983) é um parâmetro que determina o tipo de interação entre os interlocutores. A acionalidade é uma propriedade dos textos falados que são fortemente situados e ancorados no contexto extralinguístico imediato. Por esse motivo, tais textos tendem a apresentar uma **grande quantidade e variedade de atos de fala**. Em um discurso com grande acionalidade, em geral, cada enunciado carrega uma ilocução diferente, o que é chamado de princípio ilocutivo (CRESTI, 2000). Em um discurso de baixa acionalidade, de modo geral, um conjunto pequeno e restrito de atos de fala é realizado (sendo comuns sequências de asserções). Quando ocorre o enfraquecimento do princípio ilocutivo, o texto resultante da interação apresenta maior relevância em termos de conteúdo semântico. Ao enfraquecer a dimensão pragmática da interação, o falante precisa se apoiar mais na dimensão semântica do discurso, e a elaboração textual se torna mais complexa, pois há a necessidade de preencher linguisticamente aquilo que não tem como ser interpretado com base nos elementos situacionais.

5.1 Sobre a complexidade de monólogos e diálogos na fala espontânea

Conforme já discutido, há basicamente duas estratégias de elaboração do discurso falado: a dialógica e a monológica. A opção por uma ou por outra estratégia depende do que é imposto pela situação comunicativa. Também já foi mostrado aqui que os monólogos apresentam unidades constitutivas maiores, em média, do que os diálogos (Tabela 1 e Gráfico 1)¹³. Enunciados com maior quantidade de palavras são também mais complexos estruturalmente, pela necessidade de organizar a informação em unidades entonacionais menores, como mostram os exemplos (6), (10) e (11).

Entretanto, o que caracteriza a complexidade nos textos de fala espontânea, considerando-se as suas unidades naturais de referência? Já foi mostrado aqui que existem diferentes possibilidades de estruturação do enunciado: pode ser composto por uma ou mais unidades que carregam força ilocucionária, e pode também apresentar outras unidades, que cumprem outras funções. Com isso, distinguem-se quatro possibilidades de estruturação do enunciado, em complexidade progressiva:

1. Enunciados simples, formados por apenas uma unidade nuclear (Comentário). Neste caso o enunciado não apresenta qualquer outra unidade além da única unidade necessária ao cumprimento do ato de fala entonacional/informacional, como mostrado nos exemplos (2) e (3).
2. Enunciados complexos formados por unidade de Comentário e que também apresentam uma ou mais unidades com funções dialógicas, como no exemplo (7), ou então formados por Comentários Múltiplos, podendo ainda apresentar unidades com funções dialógicas, como no exemplo (7).
3. Enunciados complexos formados por uma unidade de Comentário ou por Comentários Múltiplos e que também apresentam uma ou mais unidades com funções textuais, podendo ou não apresentar também unidades com funções dialógicas, conforme os exemplos (8), (9) e (10).
4. Estrofes, ou seja, entidades linguísticas complexas que contêm dois ou mais Comentários Ligados, podendo apresentar ou não outras unidades com funções textuais e/ou dialógicas), como ilustrado no exemplo (11).

¹³ Tomando-se como medida o número de palavras por enunciado.

A partir dessas definições, é possível expressar em valores numéricos as diferenças qualitativas existentes entre diálogos e monólogos.

Se estamos tratando de complexidade textual, os dois primeiros tipos de enunciados apresentados devem ser considerados os que apresentam estruturação mais simples. Esses enunciados apresentam apenas o Comentário como unidade textual, e as unidades com funções dialógicas, que são unidades de regulação da interação, e não contribuem para o conteúdo referencial ou semântico do texto propriamente dito. Já os dois últimos tipos apresentam complexidade maior.

5.2 Análise qualitativa de um diálogo e um monólogo

A análise de dados aqui apresentada foi realizada com base em um trecho de um diálogo e um trecho de um monólogo, ambos extraídos do C-ORAL-BRASIL I, sendo ambos bons representantes de suas tipologias na fala informal e equivalentes em termos de número de palavras. Para o monólogo, utilizou-se a gravação bfammn03, no trecho que cobre os enunciados 1 a 63. Na situação um pai conta à sua família um caso divertido ocorrido com antigos conhecidos, o trecho selecionado comporta essa pequena narrativa completa. Abaixo, segue o trecho analisado, com numeração dos enunciados.

Monólogo bfammn03, 1-63:

*ALO: [1] mas eu vou + [2] mas o caso da dona Elvira / dona Elvira era / conhecida minha há muitos anos lá / era / freguesa minha da loja // [3] sistemática / brava pa diabo // [4] e / e o seu Pedro / o marido dela também / muito bravo também / &s [1] sistemático / um dia ele / já depois do quase setenta ano / resolveu / &a [1] arranjar outra // [5] e [1] e mudou pa outra cidade / vizinha lá // [6] e ranjou outra mulher / e ficou lá // [7] e / passando o tempo lá / e' &cab + [8] aí a pouco ele adoeceu / e morreu o Pedro lá // [9] aí / es vão buscar os filho dele // [10] dá pa buscar o Pedro lá em [2] lá na cidade / pa enterrar na cidade que ele tava // [11] eu nũ vou falar nome da cidade não / só pa nũ [1] nũ compricar a coisa / porque / a dona Elvira tá viva ainda hhh / depois ea fica sabendo disso / e pode querer acertar comigo / então / melhor ficar assim / do jeito que tá aí // [12] tendeu //

*JUL: [13] hhh alguma cidade perdida //

*JOS: [14] <tem> uma cidade aí / na <yyyy> //

*ALO: [15] <é> // [16] <aí / os filho> vão lá buscar // [17] a mulher que ele tá mulher morando com ela / nũ + [18] inventa de não deixar / trazer o [1] o [1] o [1] o corpo //

*ANA: [19] o corpo //

*ALO: [20] mas os filho também nũ são fácil também / juntou os filho todo / foram lá e trouxeram o corpo na força // [21] &pe [1] amarra lá / e trouxeram [1] levaram pa yyy // [22] &a +

*JUL: [23] opa hhh //

*ALO: [24] bom // [25] falei o nome / mas deixa pra lá // [26] aí / chegou lá / a tradição lá / o povo fica na sala // [27] entendeu //

*LUA: [28] ham ham //

*ALO: [29] aí / pôs lá um [1] uns tamboretas / pôs as vela / e tal / pôs o corpo na sala lá e tá lá // [30] todo mundo ali / rodeando / batendo um papo / um / conta um caso / outro conta outro / e tá o [1] o sô Pedro tá lá //

*ANA: [31] no caixão //

*ALO: [32] esticado lá //

*LUA: [33] o detalhe foi o Pedro / né //

*ALO: [34] é // [35] aí / determinada hora lá / tava na hora de sair o [1] o [1] o velório / de ir po cemitério / o filho [2] o filho mais velho vai lá dentro / porque a dona Elvira até então nũ tinha aparecido cá na [2] cá fora / né // [36] vai lá dentro / fala / ô mãe / o' // [37] tá na hora de sair o corpo // [38] de sair o enterro // [39] sio' / precisa de ir lá p' siora despedir // [40] do pai lá / e tal // [41] não / nũ vou lá não // [42] aí ea falou / não / vou lá não // [43] mas ô mãe / mas nũ fica bem / mãe // [44] pensou o [1] o [1] o [1] o + [45] todo mundo aí / vai / agora a siora / &v [1] sai o enterro / sio' nũ vai lá // [46] não / vou lá não // [47] aí / passou um pouquim / o filho / achando que tava errado aquele negócio / voltou lá outra vez // [48] ô mãe // [49] vão lá / mãe // [50] só p' sio' [2] só pa / dar uma satisfação // [51] siora despede lá / e / sai o enterro // [52] ea falou / então [1] então tá certo // [53] eu vou lá // [54] aí / chegou lá / o [1] o caixão tava no meio da sala / ela levou o dedo no [1] no nariz do seu Pedro hhh / e falou / pois é / né / Pedro // [55] eu te falei / né / eu te avisei // [56] ocê nũ quis me ouvir // [57] ocê nũ me ouviu // [58] eu te [1] te avisei / nũ foi // [59] pois é // [60] cê nũ me escutou // [61] agora eu quero que cê vá é pas profunda dos inferno // [62] que lá é que é o seu lugar // [63] aí es / correram depressa / tamparam o caixão / <e> [1] e racharam embora hhh //

Para comparação, selecionou-se um trecho do diálogo que abrangesse o mesmo número de palavras e que também apresentasse um evento comunicativo o mais completo possível. Selecionou-se o diálogo bfamd104, entre os enunciados 49 a 161. Nessa situação, ocorre uma interação principal entre mãe e filha enquanto elas trabalham como domésticas, limpando a cozinha após um almoço. É possível escutar a conversa paralela entre outras pessoas presentes. Abaixo, segue o trecho analisado, com numeração dos enunciados.

Diálogo bfamd104, 49-161:

*SIL: [49] colocar esse aparelho do Tommaso / mesma coisa que tar num Big Brogher // [50] tomara que ele faz é filmagem depois // [51] mas cê já pensou fazer filmagem da gente num banheiro // [52] que tristeza //

*KAT: [53] eu não estou ouvindo //

*GUI: [54] de quem será que são os filhos //

*TOM: [55] vamo pela quantidade de passarinho //

*GUI: [56] xxx //

*TOM: [57] quem tá &co [1] chocando tá aí embaixo // [58] <então o filho> deve

ser deles //
 *GUI: [59] <é essa> // [60] é // [61] aqui tá aberto / o' //
 *KAT: [62] <que que a siora falou> //
 *GUI: [63] <a estreita> //
 *ERN: [64] e se chocou / viu //
 *SIL: [65] <mas / se quiser depois / pode trocar> //
 *ERN: [66] <yyyy> só +
 *SIL: [67] passa o pai de baixo pra cima / e o <de cima pra baixo> //
 *ERN: [68] <yyyy> //
 *TOM: [69] <ah> //
 *GUI: [70] <porque sim> //
 *SIL: [71] viu / Guilherme //
 *KAT: [72] que que sio' falou / mãe //
 *SIL: [73] falei que o Tommaso fez da gente igualzim um Big Brogher // [74] mesma coisa // [75] pensou se filma a gente dentro do banheiro // [76] quem tá jogando //
 *GUI: [77] acho que é a Inglaterra //
 *SIL: [78] cê entende / qual que é // [79] cês vão levar o copos / ou não //
 *TOM: [80] não //
 *SIL: [81] <se for> [2] se for / eu embrulho //
 *ERN: [82] <filho / me escuta> // [83] eu <quero que você> xxx / que eu sou xxx //
 *TOM: [84] <não / não> //
 *ERN: [85] são dezoito //
 *SIL: [86] <&de [1] dezoito> //
 *TOM: [87] <cê viu um xxx> //
 *SIL: [88] aqui tem dezoito // [89] ah então tem que contar //
 *GUI: [90] ai ai // [91] eu acho que o Napoli vai / <xxx> / do diavolo agora //
 *SIL: [92] <sinceramente> que eu nũ sei //
 *ERN: [93] uhn //
 *SIL: [94] conta lá / por favor / pra mim / se tem <isso> //
 *TOM: [95] <cê sabe> qual que é o símbolo do Napoli / né // [96] o asno //
 *SIL: [97] eu achei que era menos // [98] chei que devia ser doze / seis //
 *KAT: [99] o quê //
 *SIL: [100] copos // [101] copos de Urano / que tem aí //
 *KAT: [102] copos de quê //
 *SIL: [103] Urano //
 *KAT: [104] Urano //
 *SIL: [105] é // [106] Urano // [107] Urano // [108] é um negócio que tem / que es fazem na Itália / que custa caríssimo //
 *KAT: [109] mas é aquelas taças verdes //
 *SIL: [110] as verdes //
 *KAT: [111] <aques daqui> é que são taças //
 *SIL: [112] <disseram> + [113] ela falou que tem dezoito // [114] eu nũ sei se tem dezoito ali não // [115] acho que + [116] nũ sei // [117] pode ser que tenha // [118] sei lá // [119] mas nunca contei também // [120] como é que eu vou saber //
 *KAT: [121] <são muitos> copos / ali dentro / que nũ usa / né //
 *SIL: [122] <foi> + [123] isso tudo é herança do tio dela / Kátia //

*KAT: [124] é // [125] nũ era da dona Emília não // [126] <era do tio> / dela //

*SIL: [127] <era do tio dela> // [128] deve ter mais de trinta quarenta ano
cinquenta ano esses trem // [129] mas / sabe que que é isso //

*KAT: [130] ahn //

*SIL: [131] cuidado //

*KAT: [132] ah / mas é claro // [133] ninguém usa // [134] só fica guardado //

*SIL: [135] isso é cuidado // [136] nũ é igualzim de casa de pobre / que tudo que
tem põe pra fora não // [137] tendeu // [138] cuidado // [139] gualzim lá em casa
// [140] um / usa o copo / deixa lá / arrupiado // [141] outro / usa copo / deixa lá //
[142] outro usa / deixa lá // [143] outro usa / deixa lá // [144] quando vê tá a pia
cheia de trem // [145] ninguém tem a mão pa lavar // [146] nũ lava //

*KAT: [147] deixa tudo empilhando //

*SIL: [148] tudo empilhando // [149] aí / quando pega / pega aquea trenheira //

*KAT: [150] ontem eu lavei a cozinha lá em casa // [151] passei / Veja / lá na [1]
no azulejo // [152] do lado do fogão lá //

*SIL: [153] eu acho assim / se a pessoa nũ tem condições de fazer / ele paga pra
fazer // [154] mas faz // [155] tendeu // [156] ô Heliana / o vinho tava bom //

*HRM: [157] tava ótimo // [158] nũ tava ouvindo nada yyy //

*SIL: [159] não / foi até bom // [160] eu ultimamente tô ficando muito chata //
[161] ou é vinho bom caro / ou é cerveja //

As diferenças qualitativas entre os textos são expressas através de estatística descritiva, utilizando-se os valores absolutos e as proporções. A Tabela 2 apresenta as características gerais da amostra.

Tabela 2: Características gerais da amostra

Característica	Monólogo	Diálogo
Duração	00:02:12	00:07:49
Palavras	517	510
Turnos	14	59
Enunciados totais	63	113
Enunciados concluídos	58	109
Unidades entonacionais/informacionais concluídas	164	159
Fenômenos de fragmentação da fala	18	6
Média de palavras por enunciado	8,4	4,5
Média de palavras por unidade entonacional	3,1	3,1
Discurso reportado – número de enunciados	24	0
Discurso reportado – número de palavras	125	0

Primeiramente, nota-se que, para atingir um número semelhante de palavras ao do monólogo, foi preciso selecionar um trecho que cobre mais do que o triplo do tempo do diálogo. Isso porque, em situações dialógicas naturais, a presença de silêncios é normal, enquanto que no monólogo, o falante não pode fazer silêncios muito longos, pois isso prejudica a interação. Em seguida, vemos a diferença na distribuição de turnos, 14 no monólogo e 59 no diálogo. Quanto à distribuição dos turnos, é preciso notar que, no monólogo, ocorre a intervenção dos demais participantes da situação, alterando brevemente a dinâmica comunicativa, nos enunciados 13, 14, 19, 23, 28, 31 e 33. Por essa razão ocorre uma alternância de turnos típica de um diálogo, mas tal fato não chega a descaracterizar o texto como monólogo, conforme a definição aqui utilizada.

Em relação ao número de enunciados, naturalmente o monólogo apresenta um menor número (63) do que o diálogo (113). É interessante notar que os números de unidades entonacionais de ambos os textos são semelhantes (164 no monólogo e 159 no diálogo), o que mostra que a estruturação entonacional/informacional do monólogo é mais complexa do que a do diálogo. Os fenômenos de fragmentação da fala (enunciados interrompidos e *retractings*¹⁴) são proporcionalmente maiores no monólogo do que no diálogo. O monólogo apresenta 18 fragmentações em 63 enunciados, o equivalente a cerca de 28 fragmentações a cada 100 enunciados. Já o diálogo apresenta 6 fragmentações em 113 enunciados, o que equivale a cerca de 5 fragmentações a cada 100 enunciados. O maior número de fragmentações é típico de interações tendencialmente monológicas, por duas razões principais: a necessidade de elaboração textual complexa e a necessidade de manter o turno. É importante no monólogo que o locutor se mantenha falando. Conforme Galembeck (1995), a posição do falante é vulnerável, pois pausas longas podem ser aproveitadas pelo ouvinte para lhe tomar a palavra. Com isso, há também pouco espaço para uma elaboração mais cuidadosa da locução.

O resultado quanto à média de palavras por enunciado confirma a tendência já apresentada na Tabela 1 e no Gráfico 1 para os dados gerais do *corpus*, indicando que os trechos selecionados são bons representantes de cada tipologia. Em relação ao número de palavras por unidade entonacional, tal valor tende a se mostrar constante, observa-se pouca variação, mesmo na comparação interlinguística, conforme já observado em estudos comparativos com outras línguas, a partir de *corpora* comparáveis (RASO; MELLO; MITTMANN, 2012; RASO;

¹⁴ Ver Quadro 1.

MITTMANN, 2012) por ser um parâmetro relacionado a fenômenos fonéticos e fisiológicos da produção de fala.

Os dados relacionados ao discurso reportado refletem o fato de que o monólogo representa uma narração. É importante salientar que o discurso reportado pode aparecer em outras estruturas textuais e também ser encontrado em interações dialógicas, apesar de não ser tão comum em diálogos, que são, por definição, mais situados no “aqui e agora”. O discurso reportado está presente nos enunciados: 36 a 46, 48 a 53, 54 a 62. Nesses trechos, o locutor reproduz os diálogos dos personagens de sua narrativa. A presença do discurso reportado na forma de diálogo distorce em certo grau as medidas observadas para as unidades de referência no monólogo bfamn03, que seriam mais extremas em termos de enunciados complexos caso não houvesse o discurso reportado. Vejam-se os dados da Tabela 3.

Tabela 3: Frequências de enunciados simples e complexos e distribuição de palavras por tipo de enunciado

Tipos de enunciados	Monólogo				Diálogo			
	Enunciados		Palavras		Enunciados		Palavras	
Enunciados interrompidos	5	7,9%	21	4,1%	4	3,5%	6	1,2%
Enunciados simples	23	36,5%	84	16,2%	74	65,5%	268	52,5%
Enunciados complexos	35	55,6%	412	79,7%	35	31,0%	236	46,3%
Total	63	100,0%	517	100,0%	113	100,0%	510	100,0%

No monólogo, a proporção de enunciados simples, ou seja, enunciados compostos por apenas uma unidade entonacional/informacional, é de 36,5%, menor do que no diálogo, que apresenta 65,5% de enunciados simples. O monólogo apresenta uma proporção de 55,6% de enunciados complexos, logo, tem 24,6% mais enunciados complexos do que o diálogo, com 46,3% de enunciados complexos. Nota-se que essa diferença, embora importante, não é extrema. Isso quer dizer que os enunciados complexos também têm seu papel na estruturação dos enunciados no diálogo. Isso será melhor detalhado adiante.

Se observarmos a proporção de palavras presentes em enunciados simples e complexos, nota-se ainda que, no monólogo, a diferença entre a proporção de palavras em enunciados simples e complexos é extrema: 16,2% das palavras estão nos enunciados simples e 79,7% das palavras estão nos enunciados complexos. Já no diálogo, essa proporção é inversa, mas a diferença não é tão extrema: 52,5% das palavras estão nos enunciados simples e 46,3% das palavras estão em enunciados complexos. Esses valores, associados à proporção de enunciados

simples e complexos de cada tipologia, nos indicam que a estruturação dos enunciados complexos no monólogo e no diálogo deve ser qualitativamente diferente.

Conforme apresentado na seção 5.1, há diferentes graus de complexidade na estruturação dos enunciados não capturados pela divisão simples/complexo. De acordo com o que se mostrou na seção 4, há diferentes tipos de informação que pode ser veiculada em uma unidade entonacional: informação de natureza ilocucionária, informação de natureza textual e informação de natureza dialógica. Viu-se também que as unidades de referência da fala podem ser os enunciados com uma única unidade ilocucionária (Comentário); um padrão ilocucionário (Comentários Múltiplos - CMM); ou então serem estrofes, compostas de uma sequência de Comentários Ligados, sendo essa última característica de um desenvolvimento textual e pouco acional.

Levando-se essas variáveis em consideração, a Tabela 4 detalha as características do monólogo e do diálogo quanto à natureza das unidades que compõem o enunciado¹⁵, em escala crescente de complexidade estrutural.

Tabela 4: Frequências dos tipos de enunciado complexo e distribuição das palavras em cada tipo

Tipos de enunciados	Monólogo				Diálogo			
	Enunciados		Palavras		Enunciados		Palavras	
Complexos - somente Comentário Múltiplo	5	14,3%	28	6,8%	10	28,6%	57	24,2%
Complexos com unidades dialógicas	6	17,1%	33	8,0%	9	25,7%	48	20,3%
Complexos com unidades textuais	5	14,3%	45	10,9%	9	25,7%	66	28,0%
Complexos com unid. dialógicas e textuais	2	5,7%	27	6,6%	4	11,4%	36	15,3%
Estrofes	17	48,6%	279	67,7%	3	8,6%	29	12,3%
Total	35	100,0%	412	100,0%	35	100,0%	236	100,0%

As medidas apresentadas na Tabela 4 traduzem em números a forte tendência de elaboração textual do monólogo, com maior proporção de estrofes (48,6% no monólogo versus 8,6% no diálogo), ao passo que, no diálogo, o tipo de estrutura complexa mais frequente é, justamente, a mais simples possível: enunciados formados por Comentários Múltiplos, sem a

¹⁵ Para a contagem de cada tipo de enunciado, utilizou-se uma versão da transcrição na qual cada unidade entonacional foi etiquetada conforme a sua função informacional (as funções foram apresentadas nos Quadros 2 e 3). Tal versão está disponível para consulta na plataforma IPIC (2012). Para detalhes sobre o corpus etiquetado, veja-se (MITTMANN; RASO, 2012).

presença de outras unidades (dialógicas ou textuais). Esse tipo de enunciado ocorreu em uma proporção de 28,6%, comparada a 14,3% do monólogo.

No monólogo, a ocorrência de enunciados complexos formados por Comentários Múltiplos (14,3%) e de unidades dialógicas (17,1%) se justifica devido à presença de discurso reportado, no qual o locutor busca representar a fala dialógica dos personagens da narrativa. Note-se que a proporção de palavras nos enunciados de configuração mais simples no monólogo (6,8% e 8%) é bem inferior do que a proporção de palavras presentes nos enunciados de configuração mais simples no diálogo (24,2% e 20,3%).

Em síntese, verifica-se que é possível extrair medidas de textos falados que são representativas e descritivas da sua organização textual, sem a necessidade de se recorrer a uma análise de seu conteúdo. Esse tipo de avaliação é relevante, na medida em que permite que sejam elaborados métodos de análise automática de textos, baseados em critérios elaborados a partir de unidades naturais da fala. Com isso, torna-se possível a análise de um grande volume de dados, o que seria impraticável a partir de uma análise de conteúdo.

6. Considerações finais

Os estudos da organização e estruturação dos textos, em grande parte, baseiam-se em uma tradição iniciada através da análise de textos escritos. Nada mais natural, já que eventos linguísticos complexos, como o texto ou o discurso, até recentemente, somente podiam ser analisados a partir de seu registro escrito. A partir daí surgiram métodos e categorias de análise capazes de explicar os fenômenos da linguagem passíveis de serem capturados na modalidade escrita, tais como coesão, referenciação, concordância, presença ou ausência de certas categorias sintáticas. Ao analisar textos escritos e falados sob a mesma perspectiva, corre-se o risco de perder ou disfarçar as particularidades do discurso falado. Por essa razão, argumentou-se neste trabalho sobre relevância de se utilizar como parâmetro de análise da fala as unidades naturais de sua composição: enunciados, estrofes e unidades entonacionais, enquanto que a alternância de turnos pode ser uma medida enganosa.

A partir da análise fundamentada nessas categorias foi possível verificar, como traço geral distintivo entre as tipologias, a presença de maior complexidade na estrutura das unidades de referências nos monólogos e menor complexidade nos diálogos. As diferenças de estruturação e complexidade em diálogos e monólogos são um produto da acionalidade presente na situação.

Percebe-se também que a dinâmica da situação comunicativa, e não exatamente o número de participantes que constroem o texto, desempenha um papel fundamental na estruturação dos textos falados, e influencia a ocorrência da tipologia dialógica e monológica. Situações em que a interação entre os participantes é pouco ancorada no contexto imediato tendem a produzir enunciados mais complexos e mais ricos no nível semântico. Por outro lado, textos muito ancorados situacionalmente tendem a apresentar enunciados mais simples, sendo mais ricos no nível pragmático.

Demonstrou-se que as medidas de frequências das unidades de referência refletem as diferenças qualitativas entre monólogos e diálogos. A quantificação desse fenômeno e sua sumarização em dados estatísticos permite estabelecer referências importantes para o desenvolvimento e o aprimoramento de ferramentas de análise automática de textos falados.

Referências

- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BIBER, D. et al. **The Longman Grammar of Spoken and Written English**. Harlow-Essex: Pearson Education, 1999.
- BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 2a. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. p. 189–214.
- CÔRTEZ, P. O. et al. A convergência entre anotadores na segmentação prosódica do corpus C-ORAL-BRASIL. Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala, 3, 2011, **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 55–61. Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_coloquio/index. Acesso em: 12 dez. 2013.
- CRESTI, E. **Corpus di Italiano parlato**. Firenze: Accademia della Crusca, 2000. v. 1.
- CRESTI, E. Notes on lexical strategy, structural strategies and surface clause indexes in the C-ORAL-ROM spoken corpora. In: MONEGLIA, M.; CRESTI, E. (Org.). **C-ORAL-ROM: integrated reference corpora for Spoken Romance Languages**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 209–256.
- CRESTI, E. The definition of Focus in Language into Act Theory. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (Org.). **Pragmatics and Prosody: Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation**. Firenze: FUP, 2011. p. 39–82.

CRESTI, E. Unità di analisi testuale e caratteri costruttivi nell'italiano parlato (spontaneo) e scritto (letterario). Ricerche corpus-based. In: FERRARI, A. (Org.). **Sintassi storica e sincronica dell'italiano**: subordinazione, coordinazione, giustapposizione. Firenze: Cesati, 2009. p. 713–732.

CRESTI, E.; GRAMIGNI, P. **Per una linguistica corpus based dell'italiano parlato**: le unità di riferimento. 2004, Napoli: D'Auria, 2004. p. 1–23.

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. **C-ORAL-ROM**: Integrated reference corpora for spoken romance languages. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 304

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. Informational patterning theory and the corpus-based description of spoken language: The compositionality issue in the topic-comment pattern. In: MONEGLIA, M.; PANUNZI, A. (Org.). **Bootstrapping Information from Corpora in a Cross-Linguistic Perspective**. Firenze: Firenze University Press, 2010. p. 13–45. Disponível em: <http://digital.casalini.it/9788884535290>. Acesso em: 12 dez. 2013.

CRESTI, E.; SCARANO, A. Sur la notion de parlé spontané. In: BILGER, M. (Org.). **Corpus: Méthodologie et applications linguistiques**. Paris: Champion, Perpignan, 2000. p. 340–349. Disponível em: <http://lablita.dit.unifi.it/preprint/preprint-98coll03.pdf>. Acesso em: 6 set. 2007.

FORSØE, H.; JONGEJAN, B.; OLSEN, S. The Notion of Quality in Language Resources: Validation of the Spoken Dutch Corpus. LREC Conference Workshop, 5, 2006, **Proceedings...** Genoa: ELRA, 2006. p. 20–25.

FROSALI, F. Le unità di informazione di ausilio dialogico: valori percentuali, caratteri intonativi, lessicali e morfo-sintattici in un corpus di italiano parlato (C-ORAL-ROM). In: CRESTI, E. (Org.). **Prospettive nello studio del lessico italiano**. Firenze: Firenze University Press, 2008. p. 417–424.

GALEMBECK, P. DE T. O turno conversacional. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 2a. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. p. 55–79.

HEUVEL, H. et al. Validation of spoken language resources: an overview of basic aspects. **Language Resources and Evaluation**, v. 42, n. 1, p. 41–73, 12 dez. 2008. Disponível em: <http://www.springerlink.com/index/10.1007/s10579-007-9049-1>. Acesso em: 1 set. 2011.

IPIC. **IPIC**: Information Structure Database. Disponível em: <http://lablita.dit.unifi.it/app/dbipic/>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MACWHINNEY, B. J. **The CHILDES Project**: Tools for Analyzing Talk, 2 vol. 3rd. ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2000. Disponível em: <http://childes.psy.cmu.edu/manuals/chat.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MARTIN, P. **WinPitch**. Disponível em: <http://www.winpitch.com>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MELLO, H. et al. Transcrição e segmentação prosódica do corpus C-ORAL-BRASIL: critérios de implementação e validação. In: RASO, T.; MELLO, H. (Org.). **C-ORAL-BRASIL I: Corpus de referência do português brasileiro falado informal**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 125–176.

MELLO, H. R.; RASO, T. Para a transcrição da fala espontânea: o caso do C-ORAL-BRASIL. **Revista Portuguesa de Humanidades**, v. 13, n. 1, p. 153–178, 2009. Disponível em: http://www.rphumanidades.com/index.php?option=com_content&view=article&id=38:131-para-a-transcricao-da-fala-espontanea-o-caso-do-coralbrasil&catid=4&Itemid=12&lang=pt. Acesso em: 27 jun. 2011.

MITTMANN, M. M. et al. Utterance as the minimal pragmatic entity in spontaneous speech perception. In: MOTA, M. B.s; RAUBER, A. S.; MOURA, H. M. de M. (Org.). **CONFERÊNCIA LINGÜÍSTICA E COGNIÇÃO**, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. p. 115–123. Disponível em: <http://www.nupffale.ufsc.br/lincognition/anais.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MITTMANN, M. M. **O C-ORAL-BRASIL e o estudo da fala informal: um novo olhar sobre o Tópico no Português Brasileiro**. 2012. Tese - (Doutorado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012, 248 p., Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-97YMKT/mittmann_2012_.pdf. Acesso em: 25 ago. 2013.

MITTMANN, M. M.; RASO, T. The C-ORAL-BRASIL informationally tagged mini-corpus. In: MELLO, H. R.; PANUNZI, A.; RASO, T. (Org.). **Pragmatics and Prosody: Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation**. Firenze: Firenze University Press, 2012. p. 151–183.

MONEGLIA, M. et al. Challenging the Perceptual Relevance of Prosodic Breaks in Multilingual Spontaneous Speech Corpora: C-ORAL-BRASIL / C-ORAL-ROM. **Speech Prosody**, 2010, **Proceedings...** Chicago: Université de Neuchâtel, 2010. Disponível em: <http://speechprosody2010.illinois.edu/papers/102010.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MONEGLIA, M. Spoken Corpora and Pragmatics. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 11, n. 2, p. 479–519, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/rbla/arquivos/335.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MONEGLIA, M.; CRESTI, E. L'intonazione e i criteri di trascrizione del parlato adulto e infantile. In: BORTOLINI, U.; PIZZUTO, E. (Org.). **Il Progetto CHILDES Italia**. Pisa: Del Cerro, 1997. p. 57–90.

MONEGLIA, M.; CRESTI, E. The value of prosody in the transition to complex utterances. In: ALMGREN, M. et al. Conference of the International Association for the Study of Child Language, 8, 2001, **Proceedings...** Chicago: Cascadilla, 2001. p. 850–872.

NENCIONI, G. Parlato-parlato, parlato-scritto, parlato-recitado . In: NENCIONI, G. (Org.). **Di scritto e di parlato**. Bologna: Zanichelli, 1983. p. 126–179.

OLIVEIRA, C. J. F. **O apêndice de comentário no português do Brasil**: uma análise baseada em corpus. 2012. Tese - (Doutorado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-8TEEFC/1086m.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

PANUNZI, A.; GREGORI, L. DB-IPIC: an xml database for the representation of information structure in spoken language. In: MELLO, H. R.; PANUNZI, A.; RASO, T. (Org.). **Pragmatics and Prosody**: Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation. Firenze: Firenze University Press, 2011. p. 133–150. Disponível em: <http://www.fupress.com/Archivio/pdf/5030.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

PANUNZI, A.; SCARANO, A. Parlato spontaneo e testo: analisi del racconto di vita. In: AMENTA, L.; PATERNOSTRO, G. **I parlanti e le loro storie**: Competenze linguistiche, strategie comunicative, livelli di analisi. Convegno Carini-Valderice, 2009, **Atti...** Palermo: Centro di studi filologici e linguistici siciliani, 2009. p. 121–132.

RASO, T.; GOULART, L. L. As unidades informacionais de alocutivo em italiano e português do Brasil. **Fragmentos**, v. 9, p. 84–96, 2009.

RASO, T.; MELLO, H. (Org.). **C-ORAL-BRASIL I**: Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

RASO, T.; MELLO, H. Parâmetros de compilação de um corpus oral: o caso do C-ORAL-BRASIL. **Veredas**, v. 13, n. 2, p. 20–35, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/11/ARTIGO-Tommaso-Raso-e-Heliana-Mello.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

RASO, T.; MELLO, H.; MITTMANN, M. M. **The C-ORAL-BRASIL I**: Reference Corpus for Spoken Brazilian Portuguese. 2012, Istanbul, Turkey: European Language Resources Association (ELRA), 2012. p. 106–113. Disponível em: http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2012/pdf/624_Paper.pdf. Acesso em: 12 dez. 2013.

RASO, T.; MITTMANN, M. M. As principais medidas da fala. In: RASO, T.; MELLO, H. R. (Org.). **C-ORAL-BRASIL I**: Corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 177–221.

RASO, T.; MITTMANN, M. M. Validação estatística dos critérios de segmentação da fala espontânea no corpus C-ORAL-BRASIL. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 17, n. 2, p. 73–91, 2009. Disponível em: http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/17-2_04.pdf. Acesso em: 23 set. 2010.

ROCHA, B. M. A **Unidade Informacional de Introdutor Locutivo no Português Brasileiro**: uma análise baseada em corpus. 2011. Dissertação - (Mestrado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2011, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/DAJR-8ELJXZ>. Acesso em: 25 ago. 2013.

ROCHA, B. N. R. DE M. **Características prosódicas do Tópico em PE e o uso do pronome lembrete**. 2012. Dissertação - (Mestrado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-96TJYU/disserta_o_bruno_rocha.pdf. Acesso em: 25 ago. 2013.

RODRIGUES, Â. C. S. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 2a. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. p. 13–32.

TOGNINI-BONELLI, E. **Corpus Linguistics at Work**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2001. p. 84–98

VALE, H. P. **A unidade informacional de parentético no português do Brasil**: uma análise baseada em corpus. 2010. Dissertação - (Mestrado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ALDR-875QCQ/1/1350m.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Artigo recebido em: 30.08.2013

Artigo aprovado em: 13.12.2013

Consciência fonológica em crianças com desvio fonológico

Phonological awareness in children with phonological disorder

Letícia Pacheco Ribas*

Diana Weber Bartz**

Gabriela Rodrigues da Silva**

Cecília Vieira Peruch**

Kariny Zencke da Silva**

Carolina Nunes Laux**

Rafaela Soares Rech**

RESUMO: Vários trabalhos indicam uma forte relação entre as dificuldades de consciência fonológica e as alterações de fala de natureza fonológica, como também a influência de habilidades metafonológicas como preditores para a aquisição da linguagem escrita. Este estudo discute os resultados da avaliação da consciência fonológica de 24 crianças, entre 5 e 8 anos de idade, com desvio fonológico. O instrumento de avaliação utilizado foi o CONFIAS (MOOJEN et alii, 2003), que avalia a consciência fonológica nos níveis silábico, intrassilábico e fonêmico. Os resultados desta pesquisa indicam que 54% das crianças testadas obtiveram resultados rebaixados de consciência fonológica silábica e/ou fonêmica. As variáveis relacionadas com os achados da avaliação foram o grau de severidade do desvio fonológico, a idade, o sexo e a escolaridade da criança. Analisando estatisticamente os dados, não se encontrou relevância significativa nos cruzamentos feitos, mas se observa que há alto percentual de desempenho inferior ao esperado para a hipótese de escrita na amostra deste estudo, composto de dados de avaliação fonoaudiológica de crianças com desvio fonológico.

ABSTRACT: Several studies indicate a strong relationship between phonological awareness difficulties and speech disorders of phonological nature, but also the influence of metaphonological abilities as predictors for the acquisition of written language. This study discusses the results of the assessment of phonological awareness in 24 children between 5 and 8 years old with phonological disorder. The assessment instrument used was CONFIAS (MOOJEN et alii, 2003), which assesses phonological awareness at the syllabic, intra-syllabic, and phonemic levels. The results of this survey indicate that 54% of the children tested had poor results on syllabic and/or phonemic phonological awareness. The variables related to the findings of the assessment were the severity of phonological disorder, age, sex, and educational level of the child. By statistically analyzing the data, no significant relevance was found on the relations made, but a high percentage of poor performance in writing hypothesis was observed in this study's sample, consisting of clinical assessment data of children with phonological disorders.

* Doutora em Letras/Linguística Aplicada (PUCRS); Professora Adjunto do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

** Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

** Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

** Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

** Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

** Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

** Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

PALAVRAS-CHAVE: desvio fonológico; consciência fonológica; fonoaudiologia.

KEYWORDS: phonological disorder; phonological awareness; speech and language therapy.

1. Introdução

A consciência fonológica é uma atividade psicolinguística, que permite que se operem, individualmente, os fonemas e as sílabas da língua materna. Não é considerada como um componente único, mas como um construto de diferentes níveis, a partir de processos cognitivos que envolvem as habilidades metalinguísticas (FREITAS, 2004; BUBLITZ, 2009).

Pode-se entendê-la como um movimento evolutivo da consciência fonológica, que se dá através da percepção e da conscientização de variadas possibilidades de segmentação linguística, tais como frases, palavras, sílabas e fonemas. O conhecimento do sistema fonológico, durante o desenvolvimento linguístico, ocorre de forma gradual, pela informação auditiva que vai recebendo. Dessa forma, a maioria das crianças vai amadurecendo seu repertório metafonológico, o qual é condizente com o *input* linguístico recebido das pessoas que convivem com ela. Neste período, é possível que a criança saiba mais do que os interlocutores podem perceber, pois nem sempre ela manifesta todo o conhecimento e toda sua capacidade na produção da fala (SOUZA et al., 2009).

O processamento fonológico é individual e único, já que cada sujeito tem seu tempo de organização e estrutura para seu letramento. Na pesquisa de Bublitz (2009), afirma-se que a criança precocemente letrada tem a consciência fonológica altamente desenvolvida, sugerindo que essa habilidade seja adquirida desde muito cedo, o que poderá facilitar os próximos passos do processo de alfabetização. Entretanto, a relação entre a hipótese de escrita e a memória fonológica não são evidentes no estudo.

É possível que crianças com desvio fonológico tenham consciência do sistema fonológico alvo, em sua integralidade, apesar de a produção de fala conter 'erros', uma vez que elas são capazes de refletir sobre os sons e as sílabas de um sistema, por meio de habilidade de consciência fonológica. Com base nisso, o estudo de Dias, Mota e Mezzomo (2009) analisou a consciência fonológica de crianças com desvio fonológico e também a consciência de seu próprio desvio de fala, nos diferentes graus de severidade que existem do desvio fonológico. Os resultados obtidos neste estudo permitem inferir que há uma possível relação entre o desempenho nas habilidades em consciência fonológica e a inteligibilidade do desvio fonológico. As autoras notaram que os grupos com maior severidade obtiveram as piores

respostas e que, tanto na avaliação quantitativa como na qualitativa, houve diferenças no desempenho de algumas habilidades em consciência fonológica entre os diferentes grupos de severidade. Entre os achados, também observaram que as crianças possuem a capacidade de refletir sobre os sons de sua língua e podem ter consciência própria do desvio fonológico, o qual parece sofrer influência do grau de inteligibilidade de fala.

O estudo de Rizzon, Chiechelski e Gomes (2009) verificou a relação entre consciência fonológica e desvio fonológico com uma amostra de dados de crianças, com e sem desvio fonológico, da 1ª série do ensino fundamental, com média de idade de sete anos, as quais foram testadas em relação ao vocabulário e à consciência fonológica. As autoras referem que, apesar de a literatura pesquisada dizer que crianças com desvio fonológico possuem resultados inferiores aos testes do CONFIAS, os resultados da pesquisa não evidenciaram tal fato, pois os achados entre um grupo e outro de crianças não foram diferentes em relação ao desempenho das provas de consciência fonológica, exceto no subteste de segmentação silábica. Em ambos os grupos, o melhor desempenho foi no subteste de síntese silábica e o desempenho inferior, no subteste de exclusão silábica.

Pretende-se expor, no presente estudo, os resultados provenientes da avaliação da consciência fonológica através do instrumento CONFIAS, realizada em uma amostra estratificada.

2. Metodologia

Este estudo é do tipo descritivo, observacional e transversal. Ele usa dados secundários, extraídos do banco de dados VALDEF¹, construído em projeto de pesquisa², aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa. Os responsáveis pelas crianças pesquisadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O referido banco de dados é composto de diversas avaliações fonoaudiológicas de mais de 100 crianças com diagnóstico de desvio fonológico, falantes monolíngues do português brasileiro (PB), com idades entre 5 e 10 anos.

¹ Banco constituído de dados de fala de 130 crianças com desvio fonológico em projeto de pesquisa que analisou a variabilidade de produção fonético-fonológica desses sujeitos e foi denominado VALDEF (variabilidade em aquisição da linguagem no desvio fonológico).

² Projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) sob o número 4.07.01.06.345. Agradecimento ao apoio recebido pela FAPERGS (processos n° 0904179) e pelo CNPq (processo n° 483886/2010-6).

O objetivo da presente pesquisa é analisar os resultados da avaliação de consciência fonológica, verificando a influência de variáveis como: idade, escolaridade, grau de severidade e sexo.

A composição dos dados do VALDEF é constituída pela amostra de fala e pelos resultados de avaliações de 133 crianças. Para a formação do *corpus* deste trabalho, escolheu-se uma amostragem probabilística do tipo aleatória estratificada, em que a população para o estudo foi dividida em subgrupos e apenas uma parte compõe cada um desses estratos, permitindo especificar quantos itens da amostra serão constituídos e depois retirados de cada estrato.

Para a constituição dos estratos, levou-se em conta a divisão entre meninos e meninas e os quatro grupos de grau de inteligibilidade de fala que perfazem o *corpus*. Desse panorama, em que se têm dois estratos, em uma dimensão (meninos – meninas), e quatro estratos, em outra (médio, médio-moderado, moderado-severo, severo), separaram-se, aleatoriamente, 3 crianças em cada célula. O total de sujeitos da amostra, tendo-se essas duas dimensões em 12 estratos, foi de 24 crianças.

A coleta para este estudo focou os resultados da avaliação do CONFIAS (MOOJEN et al., 2003), que é um instrumento com o objetivo de avaliar a consciência fonológica de forma abrangente e sequencial, possibilitando a investigação das capacidades fonológicas em relação com a hipótese da escrita formulada por Ferreiro e Teberosky (1991).

Outra informação colhida de cada sujeito foi o grau de severidade, que é uma medida referente à inteligibilidade de fala das crianças e calculada pela relação entre as consoantes corretas e incorretas produzidas pela criança. Para a caracterização da amostra de fala de cada criança quanto à severidade do desvio fonológico, utilizou-se a classificação de Shriberg e Kwiatkowski (1982), a partir do cálculo do Percentual de Consoantes Corretas (PCC) e considerando os critérios do PCC Revisado (PCC-R) (SHRIBERG et al., 1997), em que não se aceita qualquer tipo de distorção como erro. Este percentual é obtido mediante a divisão do Número de Consoantes Corretas (NCC) pelo Número Total de Consoantes (NTC), multiplicando-se o resultado por 100, ou seja: $PCC = [NCC/(NTC)] \times 100$. Considera-se, portanto, nesta pesquisa, a seguinte classificação e seus respectivos percentuais: desvio severo com PCC igual ou menor que 50%; desvio moderado-severo com percentuais entre 51 e 65%; desvio médio-moderado com percentuais entre 66% e 85%; desvio médio com percentuais iguais ou acima de 86%. Há, pois, quatro grupos: severo, moderado-severo, médio-moderado e

médio. As demais características levantadas sobre os sujeitos estudados foram: idade, sexo e escolaridade, caracterizando o material analisado estatisticamente.

Para a realização da análise desses dados, foi feita a descrição em termos percentuais e utilizados testes de análise estatística, com o objetivo de comparar e correlacionar desempenhos. O desempenho apresentado pelas crianças em consciência fonológica foi comparado com os valores encontrados em cada uma das variáveis através do teste Qui-quadrado. A análise da variável idade foi feita por meio do teste T. Todas as análises foram feitas no *software* estatístico SPSS, versão 20.

3. Descrição, análise e discussão dos resultados

Em relação à distribuição dos sujeitos em cada estrato, tem-se o que está expresso na Tabela 1. O total de sujeitos foi de 24 crianças, sendo 3 em cada dos estratos e 12 em cada uma das dimensões.

Tabela 1 – Composição das células estratificadas da amostra.

GRAU DE SEVERIDADE/SEXO	MENINOS	MENINAS
médio	3	3
médio moderado	3	3
moderado-severo	3	3
severo	3	3

Apesar de a amostragem não ser feita por estratos de idade, a quantidade de meninos e meninas em cada faixa etária (entre 5 e 6 anos e entre 7 e 8 anos) ficou equalizada em relação tanto à dimensão sexo quanto à faixa etária. Ou seja, tem-se 6 meninos e 6 meninas entre 5 e 6 anos, assim como 6 meninos e 6 meninas entre 7 e 8 anos, apesar da aleatoriedade da composição da amostra, conforme evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da amostra conforme a idade das crianças.

MENINOS	MENINAS	TOTAL
5 anos (2)	5 anos (3)	5
6 anos (4)	6 anos (3)	7
7 anos (5)	7 anos (2)	7
8 anos (1)	8 anos (4)	5

A distribuição da variável referente à escolaridade de crianças do sexo feminino e do masculino, conforme expresso na Tabela 3, mostra que há somente 2 crianças que não frequentam a escola e 6 crianças que estão na educação infantil. O restante das crianças está nas séries iniciais.

Tabela 3 – Distribuição da amostra conforme a escolaridade e ao sexo das crianças.

MENINOS	MENINAS	TOTAL
Não frequenta escola (1)	Não frequenta escola (1)	2
Educação infantil (2)	Educação infantil (4)	6
Nível 1 (7)	Nível 1 (2)	9
Nível 2 (2)	Nível 2 (4)	6
	Nível 3 (1)	1

Outro indicador descrito nos dados dos sujeitos foi a hipótese de escrita, conforme os estágios indicados em Ferreiro e Teberosky (1999) e Zorzi (2003). Em relação a esta variável, observa-se maior predomínio das crianças na fase pré-silábica, o que corresponde aos níveis 1 e 2 da proposta de Ferreiro e Teberosky (op. cit.). A distribuição em cada hipótese de escrita, na dimensão relativa ao sexo, está expressa na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição da amostra conforme a hipótese de escrita e o sexo das crianças.

MENINOS	MENINAS	TOTAL
Pré-silábico (7)	Pré-silábico (9)	16
Silábico (1)	Silábico (1)	2
Silábico-Alfabético (2)	Silábico-Alfabético (1)	3
Alfabético (2)	Alfabético (1)	3

Os indicadores referentes ao desempenho das crianças com as tarefas do instrumento de avaliação da consciência fonológica estão expressos na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição da amostra conforme a hipótese de escrita e o sexo das crianças.

Resultado CONFIAS	Frequência	Percentual
alterado	13	54%
normal	11	45%

As análises estatísticas dos dados foram feitas a partir da associação entre os resultados encontrados no desempenho na avaliação da consciência fonológica e com cada uma das outras através do teste Qui-quadrado. Este teste consta de duas etapas: a primeira, uma análise de associação global entre as duas variáveis envolvidas; a segunda, uma análise mais detalhada entre os níveis dentro das variáveis.

Através do teste Qui-quadrado, a amostra não evidenciou associação significativa entre o grau de inteligibilidade e os resultados da avaliação de consciência fonológica, com p-valor igual a 0,918. Também não apresentou relevância estatística entre a variável sexo e os resultados do CONFIAS, pois obteve um p-valor igual a 0,682. Na variável escolaridade, igualmente não foi possível extrair uma associação significativa, pois o p-valor foi de 0,857.

A análise da variável idade foi feita com o teste T, cujo procedimento comparou as médias de idade e os resultados da consciência fonológica e, assim como nas variáveis anteriores, não houve diferença significativa entre idade e resultados do CONFIAS, pois o p-valor foi de 0,575.

Comparando os achados do atual trabalho a outros com objetivos semelhantes, observam-se muitos dados concordantes com os encontrados na presente pesquisa, os quais mostram que as crianças com desvio fonológico apresentam desempenho rebaixado em atividades de consciência fonológica. Não foi possível, no entanto, com as variáveis da amostra desta pesquisa, determinar os fatores que contribuem para isso. Tal fato leva a se considerar que a análise da informação auditiva é um aspecto importante para explicar os quadros de desvio fonológico.

O estudo de Cerutti-Rizzatti e Chraim (2010) hipotetizou que os processos globais e sintéticos de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita teriam influências, com efeito diferencial, sobre o desenvolvimento da consciência fonêmica das crianças alfabetizadas. Os testes de consciência fonêmica foram necessários para avaliação de 96 crianças, com idade entre sete e oito anos, de três escolas de diferentes configurações educacionais e inserção socioeconômica similar, com alunos de seis diferentes classes de alfabetização. Os resultados da pesquisa indicam que não existe uma correlação mais efetiva entre o tipo de processo de alfabetização e a consciência fonêmica, sabendo-se que os processos globais abrangem o caráter segmental da escrita alfabética, sobretudo por ocasião da produção escrita. Supõe-se a existência de uma correlação mais significativa entre o domínio da língua escrita e determinados tipos de habilidades metafonológicas, em uma provável escala de consciência

fonêmica, do que entre o desenvolvimento dessas habilidades e a natureza do processo de alfabetização no que diz respeito aos métodos.

No estudo de Bublitz (2009), que pesquisou a relação entre consciência fonológica e leitura/escrita, as crianças com hipótese de escrita alfabética apresentaram desempenho tão bom quanto as silábico-alfabéticas. O mesmo aconteceu em relação ao desempenho não tão satisfatório. No entanto, a autora defende que é a relação que essa habilidade de memória tem com a atenção demonstrada durante a realização do teste e não com a hipótese de escrita na qual a criança se encontra, que explica os resultados.

Uma pesquisa comparativa entre crianças diagnosticadas com desvio fonológico e crianças com aquisição fonológica típica avaliou a capacidade de consciência fonológica. Souza et al. (2009) analisaram 36 crianças, com idades entre 4 e 7 anos. Os resultados obtidos indicaram que as crianças com desvio fonológico tiveram desempenho inferior na avaliação de consciência fonológica, se comparadas às crianças com aquisição típica. Os autores concluíram que existe significativa relação entre desvio fonológico e consciência fonológica.

O estudo de Marchetti, Mezzomo e Cielo (2010), com análise de variáveis estatísticas do desempenho por tarefa em consciência fonológica de 32 crianças com desvio fonológico, com idades de 4:1 a 7:8, evidenciou que não há diferenças significativas no desempenho de consciência fonológica em relação à variável gênero. O estudo indicou que, nos testes de síntese silábica e fonêmica, as crianças com pior inteligibilidade de fala obtiveram desempenho igual ou similar aos sujeitos com grau de severidade médio, demonstrando que existe igualdade quanto às atividades de síntese. Nas tarefas de segmentação, os sujeitos com grau severo tiveram resultados inferiores aos demais, pois, no domínio fonêmico, os participantes erraram quase todos os itens do teste. Também não houve diferenças significativas, de acordo com o grau de severidade, nas avaliações de manipulação e transposição, tanto no domínio silábico como no domínio fonêmico. Em relação à variável gênero, os pesquisadores não encontraram nenhum dado significativo. Quanto à variável idade, a tendência foi de as crianças mais velhas alcançarem mais acertos.

O interessante estudo de Mota e Melo Filha (2009) discute a avaliação da consciência fonológica de crianças, após realização de terapia fonológica em sujeitos com história prévia de transtorno fonológico. Foram estudadas dezoito crianças, divididas em um grupo controle (sem intervenção/sem transtorno fonológico) e um grupo estudo (com intervenção/com transtorno fonológico). Após a aplicação do CONFIAS, os grupos apresentaram diferenças

estatisticamente significativas em seus desempenhos em atividades do nível silábico: identificação de rima, produção de rima, exclusão de sílabas. Semelhantes diferenças foram observadas em atividades fonêmicas de exclusão, segmentação e transposição de fonemas, considerando-se o total das atividades fonêmicas e o total das atividades de consciência fonológica. Verificou-se que o grupo controle obteve melhor desempenho em todas as atividades.

Pelos relatos da pesquisa, verifica-se que, mesmo após a intervenção da fonoaudiologia para adequação fonológica, as crianças do grupo estudo continuaram demonstrando pior desempenho nas habilidades de consciência fonológica.

4. Conclusão

Os dados expostos, no presente estudo, oriundos de várias pesquisas, demonstram que as crianças com desvio fonológico apresentam desempenhos rebaixados em atividades de consciência fonológica. Por ser a habilidade metafonológica um fator importante para a alfabetização, as crianças com desvio fonológico, ao ingressarem na escola, para a aprendizagem formal da língua escrita, poderão, mesmo após intervenção fonoterapêutica, apresentar alguma dificuldade no processamento da leitura e escrita. Considera-se, pois, importante o desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática, principalmente em relação a abordagens fonoaudiológicas e psicopedagógicas mais eficientes no acompanhamento de crianças com desvio fonológico.

Referências Bibliográficas

BUBLITZ, G. A consciência fonológica e a memória fonológica. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 168 - 181, julho 2009.

CERUTTI-RIZZATTI, M. E.; CHRAIM, A. M. Alfabetização e habilidades fonológicas: Consciência fonêmica e processos de ensino e aprendizagem da língua escrita. **Anais II Congresso Internacional de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil/Forum Latino-Americano de Pesquisadores de leitura**. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

DIAS, R. F.; MOTA, H.B.; MEZZOMO, C.L. A consciência fonológica e a consciência do próprio desvio de fala nas diferentes gravidades do desvio fonológico. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 11, n. 4, p.561-570, dez. 2009.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, Edição Comemorativa 20 anos de publicação. 300p.

FREITAS, G.C.M. Sobre a consciência fonológica. In.: LAMPRECHT, R.R. *et al.* **Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para a terapia**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.177-192.

MARCHETTI, P.T.; MEZZOMO, C.L.; CIELO, C.A. Desempenho por tarefa em consciência fonológica: gênero, idade e gravidade do desvio fonológico. **Rev Soc Bras Fonoaudiol**, São Paulo, 2010, vol.15 n.1 p. 80-87.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-80342010000100014>

MEZZOMO, C.L.; MOTA, H.B.; DIAS, R.F. Desvio fonológico: aspectos sobre produção, percepção e escrita. **Rev Soc Bras Fonoaudiol**, São Paulo, vol.15 n.4 p.554-560, 2010.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-80342010000400013>

MOOJEN, S. *et al.* **CONFIAS: instrumento de avaliação sequencial**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.

MOTA, H.B.; MELO FILHA, M.G.C. Habilidades em consciência fonológica de sujeitos após realização de terapia fonológica. **Pró-Fono R. Atual. Cient.** Barueri, v.21, n.2, p.119-24, abr - jun 2009.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-56872009000200006>

RIZZON, G.F.; CHIECHELSKI, P.; GOMES, E. Relação entre consciência fonológica e desvio fonológico em crianças da 1ª série do ensino fundamental. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v.11, Supl2, p.201-207, 2009.

SHRIBERG, L.D. e KWIATKOWSKI, J. Phonological disorders III: a procedure for assessing severity of involvement. **Journal of Speech and Hearing Disorders**, v.47, p. 256-270, 1982.

SHRIBERG, L. D. et alli The speech disorders classification system (SDCS): extensions and lifespan reference data. **J. Speech Hear. Res.**, v. 40, n. 4, p. 723-740, 1997.

SOUZA, A.P.R.; PAGLIARIN, K.C.; CERON M.I.; DEUSCHLE V.P.; KESKE-SOARES M. Consciência fonológica: desempenho de crianças com e sem desvios fonológicos evolutivos. **Rev. CEFAC**, São Paulo. 2009

ZORZI, J.L. **Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2003, 174 p.

Artigo recebido em: 31.08.2013

Artigo aprovado em: 13.12.2013

Entrevista

Entrevista de Emanuela Cresti e Massimo Moneglia

por Tommaso Raso* e Maryualê M. Mittmann**

Emanuela Cresti e Massimo Moneglia dirigem o Laboratório de Italianística da Universidade de Florença – LABLITA – na Itália (<http://lablita.dit.unifi.it/>). Ambos têm trabalhado há muitas décadas sobre a fala espontânea, através da produção de corpora multilíngues de fala espontânea (o mais famoso dos quais é o C-ORAL-ROM, que apresenta corpora comparáveis de italiano, francês, português europeu e espanhol), a partir dos quais elaboraram uma teoria de análise da fala de base pragmática, que, explorando a noção austiniana de ato de fala, identifica na ilocução o núcleo do enunciado e em diversas unidades informacionais, as unidades opcionais que podem contribuir para a construção do mesmo¹.

Esta entrevista foi realizada em duas diferentes conversas via Skype no mês de outubro 2013. As perguntas de partida para a discussão foram cinco, gerando assim cinco núcleos de discussão: a primeira parte da entrevista visa a enfrentar as diferenças de fundo entre a linguagem veiculada pela fala e pela escrita; a segunda tenta investigar o porquê de a tradição linguística ter tido dificuldades em perceber essas diferenças; a terceira se concentra nos méritos e nos limites da tradição lógico-formal na análise da linguagem, com particular atenção ao estudo do conceito de ilocução; a quarta, e última parte da entrevista, concentra-se no diferente papel da sintaxe na fala e na escrita.

* T. Raso é prof. Titular em Linguística na UFMG. Foi professor associado na UCLA e professor associado na Università di Venezia. Coordena o projeto C-ORAL-BRASIL dentro um acordo institucional com a Università di Firenze.

** M. Mittmann é doutora em Linguística (UFMG). Tem trabalhado no projeto C-ORAL-BRASIL, e realizou estágio de alguns meses no laboratório LABLITA da Università di Firenze.

¹ A essa altura, a bibliografia sobre a Teoria da Língua em Ato é ampla. A primeira formalização geral é o livro de E. Cresti *Corpus dell'italiano parlato*, publicado em 2000 pela Accademia della Crusca. Entre as principais contribuições posteriores, citamos os textos de Cresti e de Moneglia em *C-ORAL-ROM: Integrated reference corpora for spoken Romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. O corpus C-ORAL-BRASIL, de Raso e Mello, publicado pela Editora da UFMG em 2012, inclui o português do Brasil na mesma família de corpora comparáveis e oferece uma versão da teoria em português. Nos sites do LABLITA e do C-ORAL-BRASIL (www.c-oral-brasil.org) é possível baixar diversos outros trabalhos, em italiano, inglês e português.

Ao longo da entrevista, diferenciamos as intervenções dos entrevistadores (abreviados: E), de Emanuela Cresti (abreviada: C) e de Massimo Moneglia (abreviado: M).

PRIMEIRA PARTE: Fala e escrita

E.: Qual é, do ponto de vista linguístico, a diferença principal (ou as diferenças principais) entre a linguagem veiculada através da fala e a linguagem transmitida através da escrita?

C.: Essa poderia parecer, à primeira vista, uma pergunta errada. Temos, hoje em dia, tantos estudos de matriz variacionista, principalmente aqueles de Biber, só para citar um nome importante, segundo os quais haveria um *continuum* no qual se desenvolvem textos e produções intermediários entre a fala e a escrita (chat, blog e outras tipologias). Digamos que eu não compartilho essa visão.

E.: Se entendo bem, você não a compartilha porque você não acredita nessa ideia de *continuum*.

C.: Sim. Eu acho que, quase todas as vezes que, em linguística, se propõe a ideia de *continuum*, quer dizer que não se sabe oferecer uma verdadeira resposta a um problema definido. Mas nós não somos obrigados a dar uma resposta. Podemos deixar o problema em aberto e dizer que os instrumentos em nossa posse não permitem ainda chegar a uma resposta satisfatória. É o que acontece comumente em ciências mais maduras. Pode-se dizer, simplesmente, que precisamos de informações e dados não disponíveis no atual estado da arte antes de achar uma solução.

Mas, voltando à questão da pergunta, podemos também seguir uma outra linha clássica (na Itália, representada, por exemplo, pelos estudos de Carla Bazzanella²), que identifica a principal diferença entre fala e escrita em três macroestruturas de base: o meio de transmissão; o tipo de relação entre autor e destinatário; o tipo de relação que o momento da enunciação tem com o contexto. E daí decorrem consequências muito grandes e numerosas: as ondas sonoras e o ar de um lado, a grafia e o sinal visual de outro; isso implica em habilidades diferentes, a instabilidade da primeira modalidade versus a estabilidade da segunda; a diferente relação com

² Linguista italiana. Entre as suas publicações principais, lembramos *Le facce del parlare. Un approccio pragmatico all'italiano parlato*, Firenze, La Nuova Italia, 1994 e C. Bazzanella, *Emotions, Language, and Context*, in *Emotion in Dialogic Interaction*, a cura di E. Weigand, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 2004, pp. 55-72.

as categorias de espaço e de tempo; a interação afetiva e pragmática são completamente diferentes; as proeminências contextuais são compartilhadas em um caso e não em outro. Enfim, seguindo esse caminho podemos escrever um excelente capítulo de livro.

Contudo, a meu ver, também seguindo esse caminho perdemos de vista uma questão mais profunda, que é a que torna a pergunta especialmente interessante e apropriada. Fala e escrita, a meu ver, respondem a duas concepções diferentes da linguagem em um sentido que se tornou mais claro para mim acompanhando as reflexões introduzidas cerca de dez anos atrás por Massimo Fagioli³ sobre o conceito de linha.

A capacidade de conceber e traçar uma linha é própria unicamente dos seres humanos, ou seja, é uma capacidade da nossa espécie. A linha não existe na natureza. É algo que somente nós somos capazes de idealizar, de imaginar. É uma modalidade de externalização do nosso pensamento. Isso é muito importante. Eu mesma, por muitos anos, expressei a opinião de que a língua escrita derivasse da língua falada. De fato, do ponto de vista filogenético, podemos dizer que o *homo sapiens* surge por volta de 120.000 anos atrás (e que, com ele, nasce a fala), enquanto as mais antigas formas de escrita surgem por volta de 5.500 anos atrás. E, do ponto de vista ontogenético, primeiro aprendemos a falar e somente muito depois podemos, eventualmente, aprender a escrever.

E.: E também, a escrita é apreendida graças a um treinamento e a uma forma de ensino, enquanto a fala é apreendida espontaneamente.

C.: Sem dúvida. Por isso a ideia é que a escrita derive da fala. Contudo, essa derivação deve ser melhor circunstanciada. Provavelmente, não é por acaso que temos cerca de 120.000 anos de língua falada, com a formação das diferentes línguas, e que, a um certo ponto, chegou-se à formação de sociedades complexas com uso complexo, social, da linguagem e ao surgimento da escrita. Mas essa possibilidade de transformar a linguagem falada em linguagem escrita não é uma operação banal.

³ Psiquiatra italiano que se dedicou a estudos sobre os conceitos de representação, forma e linguagem. Sobre o tema citado na entrevista, vejam-se os trabalhos: Facchini S. & Sani F. (eds.) 1998, *Immagine della linea*, Atti del Convegno Immagine della linea (26 ottobre Firenze 1996), Roma: Nuove Edizioni Romane; Fagioli M. & Fagioli F. 2000, *La psiche oltre Freud*. Dibattito (Convegno Uomo, natura energia, agosto 1999 Palau), in *Il sogno della farfalla*, 1, Roma: Nuove Edizioni Romane, 14-40.

Os dois principais sistemas de escrita são aquele ideográfico-logográfico e aquele alfabético. Ainda assim, sabemos que, na origem dos sistemas de escrita, temos sempre um sistema ideográfico. Por quê? Porque esse sistema reproduz, por analogia, objetos do mundo. Isso pode parecer banal, mas o fato de nós podermos utilizar figuras para representar coisas é algo de absolutamente único da nossa espécie. Nenhuma outra espécie desenha. Também é considerado um salto fundamental na história da nossa espécie o fato de, a um certo ponto (tradicionalmente por volta de 50.000 anos atrás mas agora parece também antes), começarmos a achar os grafites e as pinturas rupestres. Esses produtos coincidem com um salto cultural importante. Enfim, a escrita alfabética se baseia no significante, na capacidade de reproduzir sons e, portanto, é completamente abstrata se comparada com uma escrita ideográfica, que representa diretamente o significado através de uma representação. Mas essa diferença entre os dois sistemas ainda não nos explica o surgimento da escrita.

Primeiro, temos que considerar a capacidade de representar através de imagens. Essa é uma habilidade a ser explicada. Por outro lado, hoje, mesmo os sistemas que são ditos ideográficos, como o sistema de escrita chinês, de ideográfico não mantêm mais nada. Tornaram-se completamente convencionais. Aliás, o chinês é uma língua que apresenta características particulares: é uma língua isolante, uma língua em que a homofonia é um problema importante para a interpretação. É um pouco como se o sistema gráfico, que não é mais analógico, mas que continua se baseando em uma representação figurada do significado, levasse a consequências também na estruturação da língua. sabemos É sabido, por exemplo, que o fato de existir, na história da linguagem, primeiro a escrita contínua, depois a pontuação, depois a imprensa etc. leva a uma forte evolução estrutural da linguagem, por exemplo, na sintaxe. É como se a modalidade escrita condicionasse também a evolução de uma língua.

Por outro lado, temos a fala, que se apoia em uma representação de uma imagem mental, sendo ela também típica dessa capacidade imaginativa da nossa espécie. Uma capacidade de imaginar que é possível também com uma separação do que é a experiência. Ou seja, entre a experiência, e portanto toda a nossa bagagem fisiológico-sensorial, e a nossa capacidade de imaginar, há um salto que não parece existir da mesma maneira em outras espécies. Trata-se de uma capacidade de imaginar que é criativa. Ela não nasce do nada, a experiência sensorial é necessária, mas a criação da imaginação é algo a mais, não redutível à experiência. E aqui sim, que há um salto.

E.: Mas então, para ver se entendi direito, a escrita, entendida como escrita linguística, seria fruto do cruzamento de uma capacidade humana que é independente da linguagem articulada, ou seja, a capacidade de representar através de linhas, e portanto de figuras, e a presença da linguagem articulada.

C.: Não sei. Essa é uma questão grande. Em princípio eu diria que não, porque esses grafites que conseguimos encontrar de várias dezenas de milhares de anos atrás parecem ser devidos a um estágio em que a linguagem já existia.

E.: Recentemente foram achados sinais da capacidade representativa de homens bem mais antigos do que a tradicional datação da linguagem. Talvez isso leve também a uma retrodatação da linguagem. Mas, o que me parece interessante é que você individualiza uma capacidade, aquela de representar através de linhas, que é claramente conectável à escrita, mas não à fala. Afinal, não é suficiente apenas a fala para explicar a escrita. Essas reflexões de Fagioli limitam a dependência da escrita à fala. Acabam atribuindo à origem da escrita a necessidade de algo que não se reduz à capacidade de falar. E uma outra questão é o que nós chamamos de linguagem. Do que precisamos exatamente para que exista a linguagem? Qual o papel, por exemplo, da comunicação gestual?

C.: Sobre isso, gostaria de dizer que, quando eu falo de linguagem, refiro-me à transmissão de conteúdos de pensamento, e essa transmissão, evidentemente, no começo e por muito tempo foi só oral. A comunicação é um estímulo fundamental para falar e para conceber e configurar, no tempo, a linguagem, mas o ponto de partida é o pensamento humano, com essa característica de ir além da experiência, acrescentando aspectos a mais àqueles que a experiência oferece. Aquilo que, em filosofia, foi chamado "a criação do *novum*", a criação da novidade.

Portanto, nós temos essa capacidade e ela conduz à criação da linguagem graças a uma pulsão afetiva, uma vontade de se relacionar com os outros e de comunicar essa nossa realização de pensamento.

Temos, naturalmente, várias contribuições interessantes de tipo diferente sobre a origem da linguagem, como aquela que a correlaciona ao canto da mãe que, quando deve ficar longe da criança, canta para sinalizar que está presente, ou outras ainda. Naturalmente, a linguagem

se apoia também em necessidades práticas. Mas o fato de que fomos capazes de desenvolver a linguagem e chegar a formas tão ricas depende claramente da nossa capacidade de pensamento.

Quanto a essa relativa autonomia da escrita em relação à fala na proposta de Fagioli, isso foi algo, pra mim, difícil de aceitar. Mas sim, a relação da escrita com a linguagem passa por uma habilidade, aquela de traçar linhas, que não é imediatamente correlata à fala.

Nós temos características anatômicas que nos permitem articular sons sofisticados, existem fatos rítmico-musicais talvez anteriores à linguagem, há toda uma evolução anatômica ligada ao bipedismo e às suas vantagens práticas em termos evolutivos. Enfim, nós nos apoiamos nas nossas dotações anatômicas para alcançar uma linguagem que possui características entonacionais de base, devidas a uma fase anterior ao desenvolvimento da linguagem na sua completa expressão. Ainda assim, a motivação para criar um sistema tão complexo me parece ser a vontade de transmitir esses nossos conteúdos de pensamento.

Naturalmente, antes de chegar a formas minimamente consistentes de escrita é necessário um longo percurso de civilização. Só que a escrita não pode ser considerada simplesmente uma transposição mecânica da fala, porque se apoia em uma outra capacidade humana, que também é antiquíssima, que é aquela de traçar linhas com as quais representamos o mundo. Mas é sempre o mundo assim como nós o pensamos. Usar essa capacidade para apoiar nela a linguagem é algo a mais que uma simples transposição utilitária da fala. E a escrita, além de influenciar o desenvolvimento das línguas com base em diferentes sistemas de escrita, permite também um uso da língua que é diferente, levando a formas não concebíveis sem a escrita, como, por exemplo, o romance ou a lírica. É difícil imaginar a lírica sem a escrita. Podemos, talvez, imaginar os ciclos épicos sem a escrita, graças às rimas, ao acompanhamento musical, à função de transmitir para as novas gerações fatos, genealogias e valores. Mas a lírica, é necessário escrevê-la. E isso vale para vários tipos de textualização, como os textos religiosos, os códigos legislativos, entre outros.

E.: E a esse ponto entram em cena também razões sócio-históricas e a escrita se torna uma tecnologia.

C.: Sim, claro. Contudo, conceber certas formas é possível somente com a escrita. Mas, voltando à pergunta inicial, certamente existe a diferença de meio, o uso da voz e da linha,

porque o pensamento adquire formas diferentes. Por isso, para mim, também o chat, o blog, com todas as suas peculiaridades, são sempre língua escrita.

M.: Gostaria de dizer algumas coisas de um ponto de vista diferente. Coisas mais conhecidas quanto à relação entre fala e escrita. Refiro-me à diferente relação que a fala e a escrita possuem com a expressão corporal. Na fala, a expressão corporal é presente em todos os níveis, a partir da voz, e depois com as expressões faciais, a gestualidade, a proxêmica. Mas não se trata só da multimodalidade; trata-se já, em si, de um aspecto da voz, com toda a estratificação que existe dentro da voz, da emoção até a expressão do vários domínios governados prosodicamente. O fato de que já na voz exista toda essa estratificação é significativo. Mesmo a nossa conversa atual, que é mediada através do Skype, contém referência ao corpo.

C.: Eu estava gesticulando quando falava.

M.: Sim, mas naquilo não havia nenhum significado.

E.: Mas a Cresti falou uma coisa fundamental segundo McNeill⁴. Nós não falamos sem gesticular. É verdade que eu não podia vê-la. Mas isso significa que tem uma inseparabilidade entre a fala e o corpo, mesmo quando não existe um sentido para o gesto do ponto de vista comunicativo.

M.: Sim, isso é uma outra vertente da questão. De fato, a fala é assim. Isso nos leva a nos perguntar o porquê dessas modalidades serem síncronas. Por que todas as modalidades com as quais a fala se realiza (voz, expressão facial, gesto, corpo) são síncronas? São síncronas porque dependem todas do mesmo tipo de impulso. Essa é uma característica neurofisiológica mas também interacional, se esse estímulo é colocado na relação. É um fato dinâmico. Mas o fato de todas as manifestações da linguagem falada serem síncronas, a partir do pensamento, é um desvio com respeito ao que eu queria dizer. Eu queria dizer que a expressão corporal está dentro do sinal vocal, o que leva a uma forte consequência do ponto de vista do significado. Todo o significado natural, em termos griceanos, está dentro o significado não natural. O significado

⁴ Entre a riquíssima produção de Mc Neill, veja-se, pelo menos, *How Language Began: Gesture and Speech in Human Evolution*. New York, USA; United Kingdom: Cambridge University Press, 2012.

natural é aquele que não é baseado em signos, porque você não reconhece a minha intenção de significar; e a fala contém tanto o significado natural quanto o significado não natural. Se eu fico vermelho quando digo algo, eu estou comunicando, por exemplo, vergonha, mas sem a intenção de comunicá-lo. Isso não é possível para a escrita. Na escrita, as modalidades de realização do sinal não entram na definição do significado.

E.: Poderíamos dizer que isso seria diferente nos precursores da escrita, segundo a interpretação de Fagioli? Ou seja, poderíamos dizer que os desenhos podem receber um significado mesmo sem ter a intenção de comunicá-lo?

C.: Eu acho que, na base de toda a atividade linguística, a intenção comunicativa permanece. Aquele que escreve uma lírica, mesmo se o faz na casa dele e sozinho, o faz para comunicar algo. E assim também aconteceu com os antigos humanos que desenharam os animais dentro da caverna. A dimensão comunicativa existe sempre. Nesse caso, é independente da interação, mas existe uma intenção comunicativa de conteúdo de pensamento. A falta de intenção comunicativa é possível somente em algo muito marginal, como quando estou no telefone escutando a musiquinha de espera para poder falar com alguém do call center e acabo rabiscando algo num pedaço de papel para descarregar a tensão. Mas, nesse caso, a atividade de desenhar é uma atividade qualquer, como enrolar papel ou roer unhas. Quando existe um empenho criativo, sempre há uma vontade de comunicar. O sofrimento do artista não reconhecido seria um testemunho dessa vontade comunicativa.

SEGUNDA PARTE. Fala e escrita na tradição linguística

E.: Na tradição linguística, há uma tendência de não considerar as diferenças existentes entre as modalidades falada e escrita como suficientes para propor unidades de análise diferentes para cada modalidade, o que traz consequências para a análise da linguagem. Como explicar as dificuldades da tradição linguística em captar as diferenças entre a fala e a escrita?

M.: Há uma resposta muito simples, pode-se dizer banal, para essa questão. Para refletir sobre os objetos, esses devem possuir uma representação permanente, o que é uma necessidade da reflexão consciente. Essa reflexão consciente sobre a linguagem opera necessariamente sobre os objetos escritos, até mesmo pela característica intrínseca da oralidade, que não é permanente.

Essa reflexão consciente só começa a existir para os objetos orais quando, no fim do século XIX, se torna possível haver a permanência do sinal oral através de diversas técnicas de gravação.

E.: Isso quer dizer que a possibilidade de registro é necessidade básica para a reflexão sobre a linguagem?

M.: Bem, se pensarmos nas primeiras reflexões sobre a linguagem, há três, quatro séculos antes de Cristo, nas reflexões de Platão e Aristóteles, essa necessidade da permanência não parecia ser assim tão fundamental. Não porque não existisse escrita, mas porque na oralidade, em especial na retórica, a relação entre a linguagem e a fala se configurava de modo diferente em relação às reflexões posteriores.

C.: Mas as reflexões de Platão e Aristóteles são filosóficas e buscam compreender a relação entre pensamento e linguagem; não se ocupam propriamente de aspectos gramaticais. As primeiras gramáticas, de quatrocentos, quinhentos anos antes de Cristo, nascem para codificar e registrar a língua dos Vedas, os textos sagrados indús. E a primeira gramática de Dionísio da Trácia foi feita para manter a norma do grego clássico, especialmente para permitir a leitura da *Ilíada* e da *Odisseia*. Ou seja, as primeiras grandes reflexões sobre a linguagem, que originaram tratados gramaticais, foram feitas sempre com base em textos escritos fundamentais.

M.: Sim, mas, mesmo que em Platão e Aristóteles não haja uma reflexão gramatical no sentido estrito, encontramos referência a formas de identificação das categorias dos nomes e verbos, por exemplo. Esses conceitos fundamentais de reflexão linguística não me parecem ser assim tão separados na forma oral e na forma escrita.

E.: Então, seria correto afirmar que, por um lado, o estudo da linguagem nasce para permitir a compreensão de textos considerados importantes, e, por outro lado, há uma reflexão sobre a linguagem independente desse fato?

C.: Sim, claro, e essas duas visões não estão em oposição.

M.: De minha parte, acredito que a reflexão sobre a linguagem se dá principalmente sobre a linguagem escrita, porque existe a necessidade da permanência do objeto para a sua perceptibilidade, e a língua escrita assegura essa exigência. Já na língua falada, por sua própria natureza, isso não acontece. É preciso estar atento ao fato que, na linguagem poética, que é, em sua origem, oral, não era possível utilizar formas de objetificação próprias do pensamento grego, isso pelo próprio caráter rítmico e musical dessas formas, que se transmitiam muito mais pelo canto. E é através do canto, da memorização dos objetos cantados e rimados, que se obtém uma permanência da oralidade e, com isso, se permite alguma reflexão sobre a linguagem oral.

E.: E essas formas poéticas, ao permitirem a memorização, permitem a fixação e, com isso, perde-se a dimensão interativa da linguagem. Então, essas reflexões não estão ligadas à dimensão interativa, mas à dimensão estática da linguagem.

C.: Verdade. Mas, mesmo assim, não foi dessas formas de linguagem poética que se originaram gramáticas ou mesmo reflexões filosóficas sobre a linguagem. O pensamento filosófico grego que se apoia no uso da modalidade oral, parece-me, é aquele de base política e social. Isso porque na vida civil da *polis* era preciso saber falar, fazer discursos. Ou seja, havia uma pesquisa sobre o discurso político, sobre a capacidade de compreensão, sobre a retórica, que traz uma reflexão sobre a modalidade falada. Mas esse é um uso particular da língua falada. E, além do mais, a partir daí não se chega a generalizações sobre as entidades linguísticas, como gramáticas. As gramáticas necessitam de textos escritos.

E.: Mas antes das técnicas de gravação modernas não havia outras reflexões sobre a língua falada?

C.: Isso é muito interessante, porque no começo do século XIX, na Alemanha, se inicia uma reflexão sobre a língua falada, com Weil e Gabelenz, entre outros. E o mais interessante é que se torna possível começar a retomar as reflexões sobre a língua falada depois que se conhecem centenas de línguas diferentes ao redor do mundo e que, sobre essas línguas, são feitas gramáticas. É como se tivéssemos conhecimentos consistentes que, de alguma maneira, permitem que se comece a refletir sobre essa entidade fugaz. Mas, como bem disse o Massimo, o estudo efetivo da língua falada acontece somente depois da Guerra, quando se começa a

gravar a fala com o magnetófono, até que, nos anos 90, os computadores permitem a gravação do som sem limites, o que antes não era possível.

TERCEIRA PARTE. Tradição lógica e tradição empírica. O estudo das ilocuções.

E.: Quais seriam as vantagens e os méritos da tradição lógico-formal do estudo da linguagem e quais as suas limitações?

M.: É importante citar os trabalhos seminais da descrição lógica da linguagem, ou seja, a semântica fregueana, a semântica tarskiana e a lógica modal intencional. Esses são considerados os três marcos que, no início do século XX, deram início ao desenvolvimento da descrição lógica da linguagem, que trata da abordagem fundamental do significado. Se pensarmos nas abordagens sobre o significado, não se pode desconsiderar essas tradições. O mérito fundamental dessas abordagens em relação às teorias precedentes é esclarecer alguns aspectos sobre a interpretação. O que quer dizer "interpretar"? Interpretar significa associar uma denotação aos enunciados ou às palavras, e associar uma denotação a uma proposição significa estabelecer seu valor de verdade. Esse fundamento se relaciona à ideia de que o sentido das expressões não é equivalente à sua referência. Este é o fundamento fregueano da Semântica, a ideia de que o sentido das expressões é o "modo" com que, através da denotação, se representa o conhecimento das "condições". Isso porque, para saber se uma proposição é verdadeira ou falsa, é preciso ter o conhecimento sobre as condições que fazem com que um objeto possa ser uma denotação de um predicado. Esses conceitos simples encontraram uma correspondência formal na tradição lógica do início do século XX. E, portanto, substancialmente, na semântica Tarskiana, além de outras tantas semânticas, até a formalização da lógica modal. Na verdade, mesmo a lógica modal sendo um conceito medieval, a sua formalização é muito recente, dos anos 60.

E.: Então essa formalização foi um passo importante para o avanço dos estudos linguísticos.

M.: Sim, porque, com ela, veio a possibilidade de tratar os contextos modais de forma sensata, do ponto de vista de assegurar a compreensão das condições de verdade dos operadores. A tradição lógico-formal levou ao conhecimento sobre alguns aspectos precisos da linguagem, como os quantificadores e a possibilidade de distinguir as condições de verdade nas estruturas

coordenadas e nos diversos tipos de subordinadas; enfim, a explicitação das condições de verdade em relação a diversos tipos de estruturas sintáticas.

E.: Poderia citar outros exemplos?

M.: Também trouxe um grande avanço na compreensão da pressuposição, que antes era um conceito muito vago e se tornou um conceito bastante claro. E também os conceitos relacionados à semântica aspectual, importante para a compreensão dos tempos verbais. Esses conceitos eram extremamente obscuros nas tradições anteriores e se tornaram absolutamente claros na tradição lógico-formal. Além disso, também os diversos tipos de conjunções e, claro, naturalmente, o componente semântico presente na descrição das partes do discurso. Certamente, por essa série de conceitos, a tradição lógica tem um mérito gigantesco com respeito à tradição precedente, pois foi como passar do escuro para o claro.

E.: E quais seriam então as principais limitações dessa tradição?

M.: Eu diria que as limitações maiores estão na possibilidade de estudar e explicar o léxico. Quero dizer, em teoria, sim, é possível explicar o significado de uma expressão lexical com base na tradição lógico-formal. Isso porque ela se adapta bem à ideia de conhecer as condições em relação às quais uma denotação pode ser aplicada a um predicado. Por exemplo, se eu digo “aquela é uma cadeira” o sentido da expressão “cadeira” é contido nas condições que eu atribuo para que algo possa ser considerado uma cadeira, ou seja, se tem assento, se tem pés, se alguém usa para sentar, etc. Então, em teoria, se pode aplicar essa ideia do conhecimento sobre as condições para compreender o léxico. Só que, na tradição lógica, não houve uma ampliação desse conhecimento aplicado no léxico e, logo, sobre o sentido das expressões lexicais.

E.: E por que esse aprofundamento não ocorreu?

M.: Eu diria que por causa de um preconceito filosófico, que vem da ideia da impossibilidade do conhecimento sobre certas dimensões do pensamento. Utilizo o termo de Quine, que foi um filósofo importante e que influenciou, de forma indireta, a forma das gramáticas gerativas. Então eu considero uma lacuna nessa tradição o estudo do léxico. Os resultados sobre o estudo

do significado lexical, dadas as premissas teóricas, são extremamente reduzidos. E isso não é decorrência da construção da teoria e do seu fundamento lógico, mas de alguns preconceitos embutidos na filosofia que os estudiosos adotam.

E.: E quanto ao estudo dos atos linguísticos?

M.: É bastante diferente o que aconteceu no estudo das ações linguísticas. É claro que é a partir da tradição da lógica filosófica que se evidencia a característica específica das frases performativas e, com isso, a noção clara de ato linguístico. E isso não é pouco. Mesmo Austin, ainda que não fosse um lógico, conhecia muito bem a lógica da filosofia oxfordiana. Mas é preciso reconstruir, a partir da tradição lógico formal, os conceitos necessários para a análise da linguagem. O estudo das ações linguísticas não apresenta nenhuma relação com o estudo da forma lógica, porque não há uma lógica das diversas ações linguísticas.

C.: Mas também precisamos considerar que os estudos sobre as condições e toda a tradição gramatical são estudos sobre a língua escrita. Na língua escrita, há uma predominância de frases de tipo assertivo, e isso, eu creio que teve seu impacto nos estudos das ações linguísticas. As afirmações de Austin, da década de 50, só puderam ser confirmadas mais tarde, depois dos anos 90, com a criação de grandes corpora de língua falada e com o alinhamento do som ao texto, com a associação de valores prosódicos a valores acionais e etc. é que emerge esse dado incontestável: que a língua falada é caracterizada pela acionalidade, e não pode ser reduzida à frase sintática correspondente à proposição semântica.

E.: Mas existe uma tradição de estudo da ilocução em termos lógicos. Refiro-me a Searle e, em particular, a Vanderwecken. O que resulta dessa tradição do estudo das ilocuições em termos lógicos?

M.: Eu diria que, no estado atual, resulta em muito pouco, porque, hoje, o interesse maior é em compreender quais são as atividades ilocutórias que, de fato, se realizam na linguagem natural. E o estudo de atividades ilocutórias a partir do léxico não nos traz nenhum conhecimento sobre a sua consistência natural dentro da linguagem falada. Podem-se ver muitos atos locutórios representáveis lexicalmente em frases performativas para as quais simplesmente não há

correspondência na fala natural, pois não se encontra uma correspondência prosódica. Logo, é um fato lexical, então não é interessante para o estudo das ações linguísticas. É claro que Searle tem seus méritos, como, por exemplo, a ideia de que todos os atos linguísticos possíveis podem ser enquadrados dentro de classes de um número limitado.

C.: Sim, são exatamente os princípios usados para determinar as classes ilocutórias que são interessantes: como a direcionalidade, o escopo, as condições de felicidade etc. Isso nos dá ferramentas para a identificação de quais são os traços pragmáticos envolvidos na acionalidade ilocutória. Mas é o quadro geral do Searle que não corresponde ao objeto.

M.: E, principalmente, não corresponde a uma lógica. Ou seja, não corresponde a um raciocínio que, a partir de premissas, chega-se às consequências. A questão da acionalidade não tem nada a ver com um sistema de regras que levam a consequências necessárias.

E.: Então é a ação que não é reduzível a termos lógicos?

M.: Sim. Eu não consigo entender o que seria a lógica da conclusão com relação à lógica do convite, por exemplo.

C.: Seria como procurar a lógica do soco. Qual é a lógica do soco? Qual é a lógica da ação de escovar os dentes?

M.: São ações e, portanto, o estudo é de tipo naturalístico e empírico. Assemelha-se mais com o tipo de estudo da biologia. São estudos naturais/culturais. Não por acaso os instrumentos de análise são de caráter natural e são encontrados na voz. Não tem muito a ver com a lógica.

E.: Em que sentido se pode diferenciar as ações verbais e as ações não verbais?

C.: Primeiro, é preciso entender o que se quer dizer com ações verbais e não verbais. A distinção que interessa para o estudo e classificação das ilocuções é aquela entre as ações que são primariamente comunicativas, mas que não são linguísticas, e as ações linguísticas.

E.: Mas é possível explicar a relação entre ação no sentido geral e ação no sentido linguístico?

C.: Para mim, quando a ação não tem nenhuma intenção interativa com o interlocutor, quando a ação é, digamos, automática, como para operar uma máquina, dirigir ou cozinhar, a relação com o pensamento é limitada, é restrita às habilidades e conhecimentos do indivíduo. Mas eu, particularmente, que parto da base da língua falada, considero que a linguagem tem como característica fundamental ser a formalização de uma realidade do pensamento, a qual serve para exprimir uma comunicação com o outro. Esses dois aspectos são intimamente relacionados, e logo, a linguagem é ligada à intencionalidade afetiva para com o outro. Pensamos uma certa coisa, de uma certa maneira, e isso se transforma em uma certa ação para comunicá-la de um determinado modo ao outro. A ação linguística então é concebida de modo complexo: é o pensamento formalizado e veiculado através de um certo tipo de intenção em relação ao outro. Por exemplo, se estou cozinhando, entra em jogo a minha habilidade, uma intencionalidade de realizar a ação, mas não há essa operação de conceitualização, formalização de pensamento, veiculação através da afetividade dirigida ao outro. Então, não há as características fundamentais da ação comunicativa. São coisas muito diferentes.

M.: Mas para chegarmos a uma definição do que é uma ação linguística e do que é uma ação comunicativa, a partir do entendimento mais básico sobre o que é uma ação, é preciso ter claro em que nível iremos definir o que é uma ação, ou seja, que tipo de definição de ação utilizamos. Eu trabalhei durante metade da minha carreira sobre essa questão e divido a minha experiência em dois momentos. Um é relacionado à aquisição, à ontogênese do comportamento comunicativo pelas crianças. E o outro se trata de um ponto de vista modelístico. Esses são dois pontos de vista muito diferentes.

Do ponto de vista da ontogênese, uma coisa muito interessante de notar é que a ação sobre os objetos e a ação interpessoal são dois canais, no início, muito separados um em relação ao outro. Todos os estudos, como os de Piaget, mostram que, no primeiro ano de vida, esses dois canais não se integram, pelo menos até os sete ou nove meses. Quando esses canais se integram, ocorre uma mudança perceptível, no comportamento, da relação entre a criança e o objeto. Antes disso, de um lado, existe a relação entre a criança e a mãe ou o cuidador. Há uma série de comportamentos da criança em relação à mãe ou cuidador, como a sucção, como ficar colado no cuidador, segui-lo com o olhar, emitir chamamentos, ações de caráter vocal, mexer-

se quando vê a pessoa etc. E, ao mesmo tempo, há a interação da criança com os objetos, como segurar, girar, acompanhar seu movimento. Mas essas ações da criança para com o cuidador e da criança para com o objeto não se integram umas com as outras até por volta dos sete, oito meses de idade, que é justamente quando começam as primeiras ações comunicativas. Essas ações se integram substancialmente através de gestos dêiticos, como apontar.

Eu quero esclarecer aqui que esse raciocínio que faço deveria ser completado com o conceito de *ideação*, desenvolvido pela Emanuela. A emergência das ideias na criança é caracterizada pela emergência dos símbolos verbais, no primeiro ano de vida.

C.: É preciso esclarecer este ponto. O que falta à criança é a ação específica de formalizar o pensamento em uma produção vocal. Quando a criança balbucia, faz simplesmente exercícios com os fones. Mas quando a criança produz, por exemplo, “ma-ma”, com duas sílabas de durações diferentes, querendo dizer “mamãe”, então ela produziu um símbolo verbal. A criança é dotada de formas de pensamento e imaginação desde o momento em que nasce, mas lhe falta essa capacidade específica de tomar um pensamento, que é vago, difuso, e traduzi-lo em um sinal vocal que é formalizado para comunicá-lo ao outro. Eu permaneço convicta de que há uma estreita e necessária relação entre a ideação linguística e a sua comunicação.

M.: O momento fundamental é aquele em que se coordenam a atividade comunicativa e a atividade simbólica. O pensamento que possui expressão verbal, que vem utilizado com finalidades comunicativas e realizado em atividades comunicativas nasce com o ato linguístico.

C.: O ato linguístico como atividade intencional acontece somente quando se coordenam atividade simbólica e atividade comunicativa. A criança diz “mãe” porque alguém está ali. Nesse caso não realiza uma ação comunicativa codificada. As perguntas, por exemplo, só acontecem depois dos dois anos.

M.: O que dissemos é mais uma série de reflexões do que uma verdadeira resposta. De toda maneira, é interessante refletir sobre o conceito de ação comunicativa e ação linguística com relação à ontogênese.

C.: Sim, porque faz perceber as naturezas distintas de diferentes tipos de ação.

E.: E sob o segundo ponto de vista?

M.: Sob o ponto de vista modelístico, definir o que é ação significa formular um conceito. A ação consiste em um modelo, um padrão de modificação do mundo. Dizer que é um padrão significa dizer que é algo repetível, reproduzível, e o fato de ser uma modificação do mundo é central. Esse modelo tem a característica de permanecer o mesmo, independentemente de quem seja o agente, ou seja, quem quer que seja aquele que realiza a modificação do mundo. A outra característica é que a série de “coisas” que podem ser objetos dessa ação podem ser modificadas. Segundo esse conceito, a ação física, como folhear um caderno, e uma ação como, por exemplo, perguntar “Como vai?” podem ser definidas do mesmo modo, como padrões de modificação do mundo. Basta incluir na definição de “mundo” a esfera da comunicação. Ambas modificam o mundo, então, desse ponto de vista, ambas são ações, tanto a não linguística quanto a linguística. Mas as ações linguísticas e comunicativas são tipos especiais de ação.

C.: Resta diferenciar o que são as ações comunicativas que não são linguísticas das ações linguísticas. As ações linguísticas são todas comunicativas. A questão é identificar um domínio de ações comunicativas que não são linguísticas. Uma deixis ou uma negação ou outras ações podem ser feitas sem se dizer nada, como apontar o dedo ou balançar a cabeça. São ações comunicativas convencionais e reconhecíveis. Segundo minha análise, nessas ações comunicativas há a vontade, o afeto que rege a ação, e um modelo de ação convencionalizado, ainda que primitivo, expresso através do gesto. Mesmo essas ações “primitivas”, por serem convencionalizadas, exigem um grau de elaboração, visto que crianças autistas ou com retardo não as fazem, ou as fazem muito mais tarde que as outras crianças. De qualquer modo, nessas ações comunicativas não ocorre a formalização de um ponto de pensamento traduzido em um sinal vocal. As recusas ou a dêixis podem ser feitas de modo não verbal, mas a linguagem falada é o nível máximo de elaboração.

E.: Existem ações que são somente não linguísticas, ações que são somente linguísticas e ainda ações que podem tanto ser feitas de modo não linguístico, através de uma forma qualquer de convencionalização, ou de modo verbal. Pode-se dizer que a aquisição da linguagem, seja do

ponto de vista ontogenético, seja do ponto de vista filogenético, amplia significativamente a quantidade de ações que é possível realizar?

C.: Sim, isso me parece evidente. A linguagem é dos veículos fundamentais da socialização e civilização.

E.: Podemos dizer então que a ação, naturalmente, é preexistente em relação à linguagem, mas a linguagem aumenta enormemente a esfera da acionalidade.

E.: Tanto a ação como a comunicação são amplamente possuídas por todos, desde os neandertais, os bonobos e outras espécies. Certamente os neandertais possuíam alguma forma de linguagem, alguma capacidade de pensamento imaginativo, mas provavelmente não como a nossa.

M.: Penso sempre, quando reflito sobre esse tema, sobre a questão da filogênese. Em relação aos neandertais, de uma parte, nega-se vigorosamente que apresentassem alguns aspectos do pensamento da nossa espécie, como a ideação, que se considera própria do *homo sapiens sapiens*. De outra parte, paralelamente, estudos feitos nos anos 50 e 60 mostravam que o ângulo da cabeça em relação ao osso occipital não poderia permitir uma glote e uma laringe como a nossa. Isso quer dizer que, provavelmente, não poderia fazer articulações finas dos sons, como são próprias da linguagem verbal.

Levando isso em consideração, vê-se que há duas características importantes para a definição da linguagem. Uma é aquela do ponto de vista fisiológico, que possibilita a articulação dos sons e, logo, da fonologia das palavras. Mas, por outro lado, a criança, mesmo enquanto não pode articular um número muito grande de sons, não está impedida na sua capacidade de se comunicar, pois se comunica de qualquer modo, usando sílabas, ainda que pouco articuladas. A articulação fina dos sons acontece através de um percurso muito definido: balbucio, balbucio reduplicado, balbucio variado, pseudopalavra com acento e finalmente coordenação com os símbolos. O aspecto fonológico é importante na definição da atividade linguística, pois, como se sabe, uma característica própria da linguagem é a dupla articulação. Mas isso não tem muito impacto na comunicação básica, porque se pode comunicar mesmo sem a dupla articulação. Se vamos em direção à sintaxe, a possibilidade de haver uma articulação fina dos sons em unidades

tonais é um dado relevante para a definição da linguagem e que a separa facilmente de todos os outros sistemas comunicativos.

QUARTA PARTE. A sintaxe na fala e na escrita.

E.: Qual é o papel da sintaxe na fala e como se deve analisá-la na fala e na escrita?

C.: O que entendemos com sintaxe? Existe uma ideia muito geral segundo a qual sabemos que as palavras não são isoladas, mas se combinam. Agora, durante o séc. XX e, principalmente, com o estruturalismo americano de Bloomfield, Harris e depois Chomsky e Jackendoff, tivemos uma descoberta fundamental, que é o conceito de sintagma, que permite entender o esquema de composição das palavras nas línguas. Então, o conceito de sintagma é algo diferente do conceito de sentença.

E.: Você está se referindo ao conceito de núcleo com as suas projeções.

C.: Sim. Na teoria X-barra, o núcleo é dominado por um especificador e acompanhado por uma regência ou argumento; com a possibilidade de modificadores. Os especificadores, no caso de um núcleo nominal, são quantificadores ou identificadores, em um núcleo verbal são especificadores de tempo, de aspecto ou modalidade. A regência também muda se temos núcleos nominais ou verbais. Então, temos uma estrutura hierárquica e temos a recursividade. Esse, pra mim, é o resultado maior do estruturalismo e também do gerativismo (mas depois o gerativismo seguiu também outras direções). Então, quando eu falo de sintaxe, refiro-me a essa estrutura.

Voltando também ao que dizia o Massimo, ou seja, que a linguagem humana tem algumas características, como a dupla articulação e essa estruturação sintática hierárquico-recursiva, essas são características específicas da linguagem humana e que não são determinadas por uma finalidade de tipo comunicativo. Daí a afirmar que são genéticas há uma distância grande. Mas, provavelmente, são universais linguísticos.

M.: Por exemplo, essas características não são presentes nas linguagens lógicas. São características da linguagem natural. Na linguagem lógica, a dupla articulação não existe. E a estrutura predicado-argumento não é de natureza hierárquica.

C.: Então, a pergunta é: uma sintaxe assim, como é presente na fala? Na minha opinião, e naturalmente me refiro à minha Teoria da Língua em Ato, na fala, em primeiro lugar, há uma organização pragmática acional, em volta da qual se estruturam outros grupos de palavras, que também têm uma funcionalidade informacional, mas dominada por esse ponto central de caráter pragmático. Então, nesses grupos de palavras, encontra-se essa estruturação sintática. Mas se trata de uma sintaxe de tipo local, que vigora dentro da unidade de informação. Podemos também encontrar grupos de palavras que não realizam esse tipo de estruturação sintática. Então, frequentemente, podemos encontrar a estrutura do sintagma, mas é uma estruturação local. Quanto às relações entre grupos de palavras mais ou menos estruturadas sintagmaticamente nas diferentes unidades informacionais, não vigora mais uma estruturação de tipo hierárquico-recursiva. São sequências combinatórias desses grupos. Esse é, pra mim, o quadro da sintaxe da fala.

M.: Essa ideia era presente também no conceito de macrossintaxe de Claire Blanche-Benveniste⁵. A ideia de que a fala tem uma estruturação sintática feita por ilhas sintáticas. Os diferentes componentes, quer sejam unidades informacionais, quer sejam núcleos (como na teoria de Blanche-Benveniste) possuem uma estruturação interna rígida. Já as relações entre as estruturas informacionais (ou entre os núcleos) pertencem a um outro nível. Qual é esse outro nível, se se mantêm elementos de regência ou não, tudo isso pode variar muito do ponto de vista teórico. Contudo, a ideia de fundo, de que a sintaxe da fala seja organizada dentro de grupos mais autônomos, desenvolveu-se também com a teoria da macrossintaxe de Blanche-Benveniste.

C.: Evidentemente o ponto de diferença forte com a teoria da macrossintaxe é que, para nós, a base da organização se fundamenta sobre um grupo pragmático voltado para a realização de uma ação, ou seja, em volta de uma ilocução.

⁵ Importante linguista francesa. Veja-se, pelo menos, *Le français parlé*, Claire Blanche-Benveniste, CNRS, 1997; *Eurom 4: méthode d'enseignement de quatre langues romanes*, Claire Blanche-Benveniste, André Valli et alii, Firenze, Nuova Italia Editrice, 1997; *Constitution et exploitation d'un grand corpus*, Claire Blanche-Benveniste, volume IV-1, p. 65-74, 1999.;

M.: Recentemente, a esse respeito, o grupo Rhapsodie⁶ tem se aproximado muito da nossa visão.

C.: Sim. Eles também agora dão uma definição do núcleo do enunciado como ilocução. Contudo, depois definem a ilocução com base nas modalidades de frase e não enfrentam da mesma maneira que nós o conceito de ilocução. Mas, mesmo assim, talvez de maneira menos clara e definida, para todos aqueles que estudam a fala espontânea emerge essa característica, digamos assim, combinatória de grupos de palavras que constroem organizações sintáticas locais. Entre os grupos de palavras se delineiam hipóteses de relações textuais ou também de regência. Se propõem verbos que continuam a própria regência em turnos de falantes diferentes. Coisas que quem, como nós, tem uma posição fundamentada na ação, na ilocução, não pode aceitar, já que cada falante cumpre uma própria ação e as relações linguísticas se organizam em volta desse núcleo acional. De toda maneira, pra resumir, esse é o quadro da discussão sobre a sintaxe na fala. Na escrita, as coisas são diferentes.

E.: Certo, mas antes de falar da escrita, gostaria que falássemos um pouco da relação entre unidade tonal e sintaxe. E também sobre a relação que existe entre a sintaxe e a linearização, já que, na proposta de vocês, a fronteira prosódica, que delimita a unidade tonal, interrompe a linearização. Ou seja, considera-se linearizado somente o que está dentro do domínio prosódico da unidade tonal.

C.: Para mim, a fala, dada a sua natureza afetivo-pragmática, se organiza em volta de um núcleo que realiza o ato ilocutório. Mas, na unidade pragmático-afetiva (no enunciado), não há somente esse núcleo que cumpre a ilocução. Estar em relação com o outro significa fazer também outras coisas para que a ação comunicativa funcione. Por isso, às vezes, precisamos fornecer um escopo cognitivo para a ilocução, quando ele não é óbvio, e fazemos um *tópico*; às vezes, precisamos acrescentar uma informação no meio que sinalize algo de metalinguístico, e fazemos um *parentético*; às vezes, precisamos acrescentar algo sem uma função muito definida, mas que serve só para completar e integrar algo, então fazemos um *apêndice*; às vezes, as circunstâncias da interação tornam útil o uso de um *alocutivo* ou outra unidade dialógica, com

⁶ Para os componentes do grupo e as bases teóricas, veja-se <http://rhapsodie.ilpga.fr/wiki/Accueil>

a função de regular a comunicação etc. Enfim, o falante precisa fazer várias coisas, mas todas elas estão às voltas desse núcleo ilocutório acional, sem o qual não temos uma comunicação interpretável.

Toda essa organização centrada na ilocução e nas unidades informacionais opcionais em torno da ilocução é sinalizada prosodicamente. Portanto, a prosódia é a interface entre essa estrutura pragmático-informacional e os preenchimentos linguísticos, ou seja, semânticos e sintáticos, de cada grupo de palavras que serve para fazer o *comentário*, ou seja, a unidade ilocutória obrigatória, pra fazer um *tópico*, um *parentético* etc. Então, a prosódia é o que, digamos assim, empacota, embrulha o grupo de palavras que tem uma determinada função. E cada função tem um envelopamento diferente que sinaliza essa função pragmático-informacional.

Então, com relação ao conceito de unidade tonal, temos uma tendencial isomorfia entre a unidade prosódica de unidade tonal e a unidade pragmática de unidade informacional, ou seja, entre um padrão entonacional e um padrão informacional.

E.: Certo, mas a minha pergunta era um pouco diferente. Você diz que a sintaxe se realiza dentro da unidade informacional, ou seja, o escopo da sintaxe é a unidade informacional, que, como você acabou de dizer, é tendencialmente isomórfica com a unidade tonal. Então, qual é a relação entre a fronteira prosódica, que constitui a fronteira de unidade tonal, quase sempre também fronteira de unidade informacional, e essa capacidade de interromper a sintaxe? Qual a relação entre a fronteira que interrompe a linearidade e essa necessidade que a sintaxe tem de ser não somente hierárquica, mas também linear?

C.: Shlomo Iz'rael⁷ me dirige uma crítica muito certa. Ele me diz: "cuidado quando você chama de 'linear' algo que acontece na mesma unidade informacional, porque, no uso normal desse termo entende-se outra coisa". Usei a expressão "linear" para dizer que as palavras que são "linearizadas", ou seja, integradas (expressão talvez melhor) dentro um envelope prosódico (ou seja, dentro uma mesma unidade informacional) constituem uma estrutura linear unitária.

⁷ Importante linguista israelense, especialista de línguas do Oriente Médio e estudioso da fala.

E.: Mas eu queria colocar uma outra questão, ou seja, dizer que para que exista uma hierarquia sintática é preciso que exista uma linearidade. Nós falamos em hierarquia na sintaxe, mas a hierarquia é o que não aparece; o que aparece é a linearidade. A hierarquia é uma característica mental possível somente porque existe a linearidade. Então, nesse sentido, a fronteira prosódica interrompe a linearidade e, portanto, interrompe também a hierarquia. Ou seja, a hierarquia é consequência da linearidade, e, se através da prosódia nós sinalizamos que não há mais linearidade, é normal que seja interrompida também a hierarquia.

M.: Do ponto de vista formal, nós podemos ter duas sequências lineares interrompidas por um parentético; nesse caso, a segunda sequência linear recupera as relações sintáticas com a primeira.

E.: Sim, e, de fato, isso é admissível na teoria, porque se trata de uma interrupção de uma mesma unidade informacional, ou seja, não se interrompe a sequência sintática que se constrói ao longo da unidade informacional.

M.: É claro, mas é muito relevante que o parentético possa interromper uma outra unidade somente depois de uma pré-tônica, ou seja, o elemento prosódico que sinaliza a função informacional da unidade deve ser necessariamente colocado depois da interrupção. Isso significa que as restrições prosódicas para a não interrompibilidade da sequência linear e hierárquica devem ser consideradas. O núcleo prosódico da unidade interrompida pelo parentético deve, necessariamente, estar depois da interrupção. Essa é uma restrição importante para uma premissa, aquela da interrompibilidade da unidade informacional, que já é extremamente periférica na teoria.

E.: Enfim, a objeção do Iz'reel não é uma verdadeira objeção; no caso, seria mais um pedido para explicar melhor a relação entre o conceito de linearidade e como a quebra prosódica interfere nesse conceito.

C.: Sim. De fato, esse é um ponto de contraste com os franceses, tanto os seguidores da Blanche-Benveniste e da teoria da macrossintaxe, quanto os membros do grupo Rhapsodie, que falam de núcleo de relações sintáticas locais, mas depois acabam sempre readmitindo a dominância

das relações sintáticas sem considerar a função das fronteiras prosódicas. O que eles fazem é estudar a prosódia e a sintaxe de maneira independente e paralela, e depois comparam os resultados de um caminho com os resultados do outro, sem uma abordagem que integra os dois componentes em uma visão unitária desde o começo.

A questão chave é exatamente essa: como integrar prosódia e sintaxe. Posso dar agora um exemplo que dou no artigo que será publicado no livro que vocês estão editando⁸. Estudando as completivas, emerge que existem essas estruturas completivas nas quais o sujeito da completiva está no *tópico* e somente o predicado está no *comentário*. Uma estrutura do tipo: *eu acho que Maria / vem amanhã //*. Nessa estrutura “*eu acho que Maria*” é uma unidade de *tópico*, com a típica prosódia do *tópico*, separada pela fronteira prosódica da unidade de comentário “*vem amanhã*” que, como qualquer ilocução, é interpretável em isolamento. Essa estrutura parece ser aquela mais frequente em corpus de fala espontânea entre as estruturas completivas com expressão do sujeito da completiva. Isso é claramente um conflito do que seria uma escansão regular da sentença. O conflito, note-se bem, é com uma estrutura de sentença, não com uma estrutura de sintagma. É difícil, por exemplo, separar o verbo do objeto com uma fronteira prosódica.

E.: Pode acontecer com o unidades de *apêndice*.

M.: Eu diria que acontece pouco e acontece mal. Esse é um ponto que já discutimos há muito tempo, sobre a relação entre a unidade de *apêndice* e o *comentário*. Notamos que a possibilidade de colocar os objetos em *apêndice* é específica daqueles verbos que possuem uma interpretação absoluta. Enquanto é muito duvidosa essa interpretação com os verbos que precisam de um objeto. Por exemplo, *Mario come a sopa* e *Mario abre a porta* têm a mesma estrutura; mas eu posso dizer *Mário come / a sopa //* (com prosódia de *apêndice*, ou seja, uma prosódia na segunda unidade com uma frequência fundamental mais baixa e cujo movimento é nivelado ou descendente). No entanto não posso pronunciar *Mário abre / a porta //* com essa mesma prosódia. Então, essa impossibilidade de separar o objeto do verbo confirma a premissa. No primeiro caso, “*a sopa*” não faz parte do mesmo sintagma de *come*, que é interpretável com

⁸ Cresti se refere ao trabalho que está no prelo em *Spoken Corpora and Linguistic Studies* (T. Raso and H. Mello Eds.). Amsterdam: John Benjamins.

valor absoluto. Em italiano, eu posso dizer *Mario la apre / la porta //*. Isso porque o clítico preenche o argumento necessário do verbo dentro da mesma unidade tonal, e depois o apêndice hospeda a simples retomada, que explicita lexicalmente o objeto, mas não ocupa a posição argumental.

C.: O *apêndice* não é uma unidade informacional frequente e, portanto, não temos uma grande quantidade de casos em corpus sobre os quais analisar as suas possibilidades sintáticas. Em *apêndice*, normalmente achamos correções, precisações, integrações, e não um elemento argumental. Por exemplo, algo como *ele abriu a garagem / o portão //* ou *ele abriu a porta / de casa //*. Enfim, parece-me que o *apêndice* não cria problemas para a estrutura. Mas precisaríamos ter mais dados para uma análise mais definitiva dessa questão.

E.: Então vamos passar para a escrita, como você já queria fazer antes.

C.: Certo. Se olhamos para a escrita como uma modalidade de expressão e de formalização diferente da fala, ou seja, que não se apresenta como uma manifestação afetivo-corporal como a fala, mas uma modalidade diferente disso, podemos fazer várias considerações.

A humanidade, a um certo ponto, encontrou a possibilidade de representação do pensamento através da linha, uma outra capacidade própria da espécie *sapiens*. Mas se trata de algo que não possui o aspecto corporal que é próprio da fala. Produz uma codificação do pensamento que leva à produção de grandes obras literárias, legislativas etc. Algo de muito diferentes dos produtos da fala. Portanto, essa modalidade escrita precisa criar instrumentos que permitam uma complexidade na dimensão da linguagem escrita. A linguagem escrita que se codifica de maneira potente através da linha precisa da sintaxe. A sintaxe existe também na fala, mas de maneira reduzida, porque, por trás da fala existe uma acionalidade, e porque existe a prosódia, que marca tanto a acionalidade como as outras ilhas informacionais não acionais.

Na escrita, não temos prosódia e não temos acionalidade, mas temos essa possibilidade, esse interesse, esse esforço de fazer representações amplas, fortemente estruturadas de elaborações que têm um valor além do contingente. As possibilidades da sintaxe são, portanto, levadas às suas consequências mais complexas, de modo que os objetivos da modalidade escrita (não acional e sem os recursos da prosódia) possam se expressar. Nessa mesma direção, vai a pontuação, a necessidade de uma codificação mais geral através de tecnologias como a

imprensa ou os meios de comunicação de massa. Tudo isso leva a uma progressiva especialização, a um refinamento, a uma complexificação da sintaxe. A própria sintaxe é desenvolvida, é codificada através da escrita.

E.: Os próprios textos antigos são muito pobres do ponto de vista sintático.

C.: Eu sei pouco disso, mas sei que a codificação das gramáticas das línguas nacionais modernas é fortemente ligada à imprensa, à produção de textos coletivos. Sabemos, por exemplo, que a parataxe na língua moderna é um estilo específico de certos escritores. A parataxe, por exemplo, é muito presente nos títulos dos jornais, mas são usos especializados. O corpo do texto não se estrutura de maneira paratática. A parataxe na escrita fica para realizar um efeito estilístico expressivo de certas tipologias específicas. É um uso reflexo, não mais natural. Nas línguas antigas, temos a famosa para-hipotaxe. Mas não se trata de parataxe e hipotaxe juntas, é uma outra coisa. As gramáticas não entendem esse ponto.

E.: Sim, se limitam a fazer a analogia com o que se conhece, ao invés de analisar uma coisa diferente pelo que ela é: algo diferente mesmo.

C.: Exatamente. Enfim, a sintaxe na escrita leva a uma proliferação de estruturas e possibilidades que raramente são realizadas na fala.

M.: Eu acho que um ponto fundamental é o conceito de proposição. A escrita sem, proposição, não existe. Não que na fala não exista a proposição, mas é pouco relevante. Esse aspecto me parece ir além do discurso do sintagma.

C.: Esse é um ponto muito importante. É a escrita que leva à sentença, composta de dois sintagmas, um de valor verbal ou predicativo e outro de valor não predicativo, com a correspondente entidade semântica de valor verdadeiro condicional. Por que a lógica se fundamenta na proposição? Porque parte do estudo da linguagem escrita. E Massimo dizia antes que um interesse da lógica é estudar o sentido das conjunções, o valor de verdade das subordinadas. São coisas ligadas às características da escrita.

E.: É possível dizer que a escrita induz à "linearização", usando esse termo em duas acepções, ao mesmo tempo para coligar a ideia da linha, como origem da escrita, e a necessidade de uma estruturação de tipo fortemente sintático?

C.: Sim, acho que sim, mantendo a noção de que linha, aqui, refere-se a duas coisas diferentes, mas ambas próprias da escrita. Na fala, nós temos uma "linearização" no tempo; na escrita, através do uso da linha, temos uma linearização no espaço.

E.: Mas a linearização na fala é uma linearização que pode ser interrompida. E essa interrupção é sinalizada pela prosódia. Na escrita, a linearização não pode ser interrompida. Ou melhor, é interrompida pela pontuação. E isso me leva ao último passo que eu gostaria de dar nessa entrevista. Qual a relação e a diferença entre prosódia e pontuação?

C.: É uma diferença fundamental. Em primeiro lugar, por muitíssimo tempo, tivemos uma escrita "contínua", sem pontuação e sem separação entre uma palavra e outra, o que gera muitos problemas na interpretação dos textos. A pontuação é algo muito recente e muito diferente de uma tradição a outra.

M.: A pontuação é fortemente convencional. Hoje, por exemplo, quem não governa bem o registro escrito tende a colocar uma vírgula entre o sujeito e o verbo, onde, na fala, colocaria uma fronteira prosódica se quisesse fazer um *tópico*, e o professor marca isso como erro grave. Isso porque a pontuação não obedece às regras da prosódia, pelo simples fato de que a organização da escrita é diferente da organização da fala.

C.: Na literatura, os artistas fazem uma pesquisa complexa de tipo estilístico sobre o uso dos sinais de pontuação. Pensemos em Saramago e seus experimentos.

M.: Contini⁹ era conhecido por corrigir a pontuação de Gadda¹⁰, que naturalmente o olhava como se fosse doido. Isso nos diz também uma outra coisa, ou seja, que a escrita é também

⁹ Grande filólogo e crítico literário italiano.

¹⁰ Importante autor italiano (1893-1973).

muito ligada à invenção literária. Trata-se de um jogo aberto, de natureza criativa, que é próprio da escrita, muito mais do que na oralidade.

E.: E, com isso, voltamos também à origem criativa da escrita graças aos desenhos das cavernas.

M.: Carmelo Bene¹¹ dizia "transpor a escrita no descolorido oral".

Domínios de Linguagem

¹¹ Ator, dramaturgo e cineasta italiano.